

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL
E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL

A CONSTRUÇÃO COLETIVA DE MARCAS TERRITORIAIS COMO INSTRUMENTO
DE DESIGN PARA A INOVAÇÃO SOCIAL E O PLANEJAMENTO

Mauro De Bonis Almeida Simões

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, sob orientação do Prof. Dr. Pedro Martins.

Florianópolis, agosto de 2021.

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED / UDESC,
com dados fornecidos pelo autor.**

SIMÕES, Mauro De Bonis Almeida

A Construção Coletiva de Marcas Territoriais como instrumento
de Design para a Inovação Social e o Planejamento / Mauro De
Bonis Almeida Simões. -- 2021.

417 p.

Orientador: Pedro Martins

Tese (doutorado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina,
Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento
Socioambiental, Florianópolis, 2021.

1. Agricultura familiar de pequena escala de produção. 2.
Design para a Inovação Social. 3. Marca Territorial construída
coletivamente. 4. Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais. 5.
Carta de Identidades Culturais. I. Martins, Pedro. II. Universidade
do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da
Educação, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial
e Desenvolvimento Socioambiental. III. Título.

A CONSTRUÇÃO COLETIVA DE MARCAS TERRITORIAIS COMO INSTRUMENTO DE DESIGN PARA A INOVAÇÃO SOCIAL E O PLANEJAMENTO

Mauro De Bonis Almeida Simões

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Martins (Orientador)	UDESC
Prof ^a . Dr ^a . Claire Marie Thuillier Cerdan	CIRAD / França
Prof. Dr. Eloy Fassi Casagrande Júnior	UTFPR
Prof. Dr. Clécio Azevedo da Silva	UFSC
Prof. Dr. Valério Alécio Turnes	UDESC
Prof ^a . Dr ^a . Isa de Oliveira Rocha	UDESC
Prof. Dr. Douglas Ladik Antunes	UDESC

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE

Declaro que os dados apresentados nesta Tese de Doutorado são decorrentes de pesquisa própria e de revisão bibliográfica referenciada segundo normas científicas.



Mauro De Bonis Almeida Simões

Florianópolis, 27 de junho de 2021.

SIMÕES, Mauro De Bonis Almeida. **A Construção Coletiva de Marcas Territoriais como instrumento de Design para a Inovação Social e o Planejamento.** Tese de doutorado – PPGPLAN / FAED / UDESC. Florianópolis, 2021.

RESUMO

Este trabalho é o resultado da análise de três estudos de caso em que foram construídas coletivamente Marcas Territoriais com o objetivo de fortalecer e dar visibilidade para três territórios catarinenses da agricultura familiar dedicada à pequena escala de produção. Os territórios contemplados por tais casos situam-se entre a zona costeira e as Encostas de Serras de Santa Catarina onde o espectro de beneficiados incluiu agricultores familiares, pescadores artesanais, artistas e artesãos locais e micro e pequenos empreendedores formais e informais. Tais Marcas foram construídas através da abordagem do Design para Inovação Social, enriquecida pela “práxis” do Design Integral, inseridas no escopo de projetos de pesquisa participativa com abordagem do Desenvolvimento Local Sustentável e de um projeto de pesquisa-ação como a abordagem do Desenvolvimento Territorial Sustentável. Essas construções coletivas decorreram de processos de pesquisa inter e transdisciplinar aplicadas ao campo de conhecimento do Design, operacionalizadas por intermédio de co-criação e de co-design, amparadas pelas premissas do Design para Inovação Social, porém orientadas à Economia Solidária ou à Economia Plural. Por este motivo, essas Marcas Territoriais envolveram também a utilização de Tecnologias Sustentáveis imbricadas com as Tecnologias Sociais. Este trabalho resulta de uma pesquisa documental, com a qual foram apresentados e analisados cada um dos estudos de caso mencionados, confirmando a tese de que a construção coletiva de Marcas Territoriais, de Carta de Identidades Culturais e de Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais oferecem um instrumento de Design para inovação social e o planejamento de atividades socioprodutivas de Comunidades Diferenciadas e Comunidades Tradicionais com critérios sustentáveis e solidários, com potencial de contribuir na formação de embriões de desenvolvimento endógeno.

Palavras-chave: Agricultura familiar de pequena escala de produção; Design para Inovação Social; Marca Territorial construída coletivamente; Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais; Carta de Identidades Culturais.

SIMÕES, Mauro De Bonis Almeida. **The Collective Construction of Territorial Brands as a Design instrument for Social Innovation and Planning.** Doctoral thesis – PPGPLAN / FAED / UDESC. Florianópolis, 2021.

ABSTRACT

This work is the result of the analysis of three case studies in which Territorial Marks were collectively built with the aim of strengthening and giving visibility to three Santa Catarina family farming territories dedicated to small-scale production. The territories covered by such cases are located between the coastal zone and the Serra de Santa Catarina, where the spectrum of beneficiaries included family farmers, artisanal fishermen, local artists and artisans and formal and informal micro and small entrepreneurs. Such Brands were built through the Design for Social Innovation approach, enriched by the “praxis” of Integral Design, included in the scope of participatory research projects with the Sustainable Local Development approach and an action-research project with the Territorial Development approach Sustainable. These collective constructions resulted from inter and transdisciplinary research processes applied to the field of knowledge of Design, operationalized through co-creation and co-design, supported by the premises of Design for Social Innovation, but oriented towards Solidarity Economy or Plural Economy. For this reason, these Territorial Brands also involved the use of Sustainable Technologies intertwined with Social Technologies. This work is the result of a documentary research, with which each of the case studies mentioned were presented and analyzed, confirming the thesis that the collective construction of Territorial Brands, Cultural Identity Charter and Solidary Basket of Territorial Goods and Services offer a Design instrument for social innovation and the planning of socio-productive activities of Differentiated Communities and Traditional Communities with sustainable and solidary criteria, with the potential to contribute to the formation of endogenous development embryos.

Keywords: Small-scale family farming; Design for Social Innovation; Territorial Brand collectively built; Solidary Basket of Territorial Goods and Services; Cultural Identity Chart.

Aos meus pais, Renè e Maria Beatriz,
in memoriam, com amor e gratidão.

Aos meus filhos, Bella, Miguelão e Raulzão,
com amor e esperança.

*A primavera chegará,
mesmo que ninguém mais saiba seu nome,
nem acredite no calendário,
nem possua jardim para recebê-la.*

Cecília Meireles

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
 CAPÍTULO I – AGRICULTURA FAMILIAR DE PEQUENA ESCALA DE PRODUÇÃO, DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E DESIGN PARA A INOVAÇÃO SOCIAL	21
1.1 Agricultura e Agricultura de pequena escala de produção	28
1.2 Paradigmas do Desenvolvimento	69
1.3 Design para a Sustentabilidade e Design para a Inovação Social	110
 CAPÍTULO II – ESTUDOS DE CASO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA DE MARCAS TERRITORIAIS	149
2.1 Estudo de caso 1: A Marca Territorial “São Bonifácio”	150
2.2 Estudo de caso 2: A Marca Territorial “Arte Imbé”	184
2.3 Estudo de caso 3: A Marca territorial “Costa Catarina”	247
 CAPÍTULO III – ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DA CONSTRUÇÃO COLETIVA DE MARCAS TERRITORIAIS AOS AGRICULTORES FAMILIARES DE PEQUENA ESCALA DE PRODUÇÃO E AO CAMPO DE CONHECIMENTO E PRÁTICA DO DESIGN	359
3.1 O lugar e a participação dos agricultores familiares nos processos de construção coletiva das Marcas Territoriais São Bonifácio, Arte Imbé e Costa Catarina	359
3.2 A contribuição das Marcas territoriais construídas coletivamente ao campo de conhecimento e prática do Design	382
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	393
 BIBLIOGRFIA CITADA	396

INTRODUÇÃO

Este trabalho examina o processo de construção coletiva de três Marcas Territoriais empreendidas entre 2006 e 2013 para valorizar pequenos territórios rurais catarinenses. Demandadas para dar visibilidade aos produtos e serviços de agricultores familiares dedicados à pequena escala de produção, tais Marcas foram elaboradas para territórios situados entre as Encostas de Serras e a zona costeira do Estado de Santa Catarina. Trata-se de projetos concebidos e empreendidos em um período que o Brasil teve Governos Federais republicanos, democráticos e populares que deram a devida atenção e destinaram recursos financeiros ministeriais em volume suficiente para executar políticas públicas para setores da sociedade até então pouco contemplados, de modo que houve programas e projetos para valorização e o fortalecimento da Agricultura Familiar. Antes do ano de 2004 praticamente não havia no país experiências relativas a Marcas Territoriais elaboradas com a abordagem do Desenvolvimento Territorial Sustentável, tornando o presente trabalho singular em termos de objeto de estudo. Releva destacar, entretanto, que os três estudos de caso analisados neste trabalho foram enriquecidos com a contribuição do Design, o qual foi requisitado para atender experiências apoiadas por governos federais do período em parceria com governos estaduais e governos municipais interessados em Marcas e Embalagens para produtos e serviços da Agricultura Familiar, pretendendo com isso estimular a formação de pequenos embriões de desenvolvimento endógeno que tinham na identidade cultural dos territórios focalizados o “motor do desenvolvimento”.

O meu interesse por projetos de Design dirigidos à Agricultura Familiar surgiu há muitos anos. Logo que concluí a graduação universitária em Design, no Rio de Janeiro, trabalhei na Fundação Centro de Apoio ao Distrito Agropecuário da Zona Franca de Manaus (FUCADA), onde permaneci por dois anos. Em seguida, trabalhei na Divisão de Design da Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (FUCAPI), por seis anos. Na FUCADA contribuí em projetos de Design relativos à transferência de tecnologia agrônômica das Regiões Sul e Sudeste do país para o Distrito Agropecuário da Zona Franca de Manaus (ZFM), enquanto na FUCAPI integrei a equipe que implantou o Design no Estado do Amazonas, realizando diversos projetos de Design e algumas atividades de docência através do

Curso de Design da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Essas experiências tanto me deslocaram geograficamente quanto alteraram a minha visão de mundo, ampliando o que eu entendia ser a contribuição do Design à sociedade. Se antes de me instalar em Manaus o mundo tinha – para mim – as feições da grande metrópole, viver e atuar profissionalmente no Amazonas abriu um novo e amplo horizonte, tanto em função do bioma da Floresta Amazônica quanto pelo vasto universo cultural amazônico interétnico. Após oito anos de vida, projetos e reflexões antevi a possibilidade de um Design contextualizado cultural e geograficamente, promissor o suficiente para equacionar criteriosamente demandas comunitárias e culturais locais. Por essa razão, interessei-me por estudos e projetos experimentais conciliando a minha atuação de diretor de projetos na empresa D'Sign - Planejamento e Consultoria com a de professor substituto do Curso de Design da UFAM. Imbuído dessa mentalidade, aceitei o desafio de planejar, articular e coordenar o Programa de Promoção de Design para o Estado da Bahia (BA - DESIGN), deslocando-me de um amplo universo geográfico e cultural do país para outro. Após dois anos atuando como Coordenador Executivo do Programa Bahia Design (BA-DESIGN) também acumulei a função de professor efetivo do Curso de Design da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Outra vez inserido em um amplo e novo – para mim – universo cultural e geográfico, conheci os biomas do Estado da Bahia e testei as possibilidades de um Design impregnado de elementos da miscigenação entre os povos originários, lusodescendentes e afrodescendentes que formam a instigante cultura baiana. Tal universo interétnico e geográfico era tentador para um projetista, pesquisador e promotor de Design convencido do valor de um Design amazônico ímpar, de um Design baiano singular e de um possível e vertiginoso Design brasileiro autêntico. Assim, após seis anos atuando na Bahia, assumi um novo desafio ao me tornar professor efetivo do Curso de Design da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), onde venho elaborando projetos de pesquisa, atividades de docência e ações de extensão para atender variadas demandas socioambientais, entre as quais a construção coletiva de Marcas Coletivas e a construção de Marcas Territoriais são marcantes. A maioria dos projetos dessas Marcas foram concebidos para os Estados de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e da Bahia, os quais possuem geografias diversificadas e um amplo leque de identidades culturais resultantes da convivência e da fricção entre as etnias indígenas e a cultura portuguesa, além da cultura afrodescendente, da cultura açoriana, da italiana, da germânica e de outras que se dispersaram em muitas localidades sendo que, na especificidade do caso de Santa Catarina, a pequena propriedade rural e a Agricultura Familiar são recorrentes. Enfim, o meu percurso profissional se converteu em uma “práxis” que consumiu anos de estudos, pesquisas, projetos, reflexões e debates que agora me desafiam a defender a tese de

que os mais de cinco mil municípios brasileiros considerados rurais têm mais a ganhar se reconhecerem a própria geografia e identidade cultural de cada território rural, sobretudo nos casos onde os pequenos territórios da Agricultura Familiar da pequena escala de produção constituem a maior parte de seu tecido social e de suas atividades socioeconômicas.

A literatura acessada sobre o tema exposto acima encontra-se distribuída em eixos temáticos, os quais relacionam o Design com a industrialização, o Design com a ecologia, o Design com a sociedade, o Design com a centralidade do poder e a periferia nos ordenamentos políticos e econômicos do mundo e com o Design articulado com a sustentabilidade, como alternativa ao Design com o viés da economia capitalista de mercado. Para muitos pesquisadores, a corrente teórica do Design Industrial foi percebida como corresponsável pela grave crise ambiental do planeta das últimas décadas. Por extensão, também foi percebido como um Design que endossou e agravou a crise social, econômica e sanitária que aflige o mundo nas últimas décadas, contribuindo na gravíssima crise do mundo do tempo presente. Essa constatação incômoda para tantos pesquisadores instigou a busca de alternativas nas últimas décadas, as quais estão registradas na forma de obras significativas, tais como “Inovação & design: Perspectivas projetuais para o mundo contemporâneo” (Torres, 2020), “Os sentidos do lugar na valorização da identidade do território pelo Design” (Albino, 2018); “Design: Quando todos fazem design - Uma introdução ao Design para a Inovação Social” (Manzini, 2017); “Ecovisões projetuais: Pesquisa em design e sustentabilidade no Brasil” (Oliveira *et al.*, 2017); “Design e inovação social” (Arruda, 2017); “Formas do design: Por uma metodologia interdisciplinar” (Couto *et al.*, 2014); “A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade como novas formas de conhecimento para a articulação de saberes no contexto da ciência e do conhecimento em geral: Contribuição para os campos da educação, da saúde e do meio ambiente” (Sommerman, 2012); “Design para um mundo complexo” (Denis, 2012); “Design e território: Valorização de identidades e produtos locais” (Krucken, 2009), “Plano b - O design e as alternativas viáveis em um mundo complexo” (Thackara, 2008); “Design para Inovação Social e Sustentabilidade: Comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais” (Manzini, 2008); “A imagem da Marca: Um fenômeno social” (Costa, 2008); “O Mundo Codificado: Por uma filosofia do design e da comunicação” (Flusser, 2007); “Análise do Design Brasileiro - Entre a mimese e a mestiçagem” (Dijon, 2006); “Manifesto da razão local - A multiculturalidade como novo cenário para o Design” (Moraes, 2004, p. 259); “O Desenvolvimento de Produtos Sustentáveis” (Manzini e Vezzoli, 2002); “Diseño Gráfico para la gente. Comunicaciones de masa y cambio social” (Fracara, 2000); “Revista da Aldeia

Humana” (Manu, 1995); “Product design in the context of the social needs in less industrialized economies” (Guimarães, 1995); entre outras que foram estudadas e ilustram o atual estado da arte.

Um outro eixo articulou os conceitos geográficos relacionados com o espaço, com destaque para Santos (1977), ainda que a teoria da “Formação Socioespacial” tenha sido posteriormente revista pelo próprio autor, passando a substituir a acepção de “espaço” por entender mais justo ao presente o conceito de “território”. Nesse sentido, “[...] o território é arena da posição entre o mercado - que singulariza - com as técnicas da produção, a organização da produção, a ‘geografia da produção’ e a sociedade civil - que generaliza - e desse modo envolve, sem distinção, todas as pessoas” (Santos, 2002, p. 259). No entanto, esses conceitos foram imbicados com a perspectiva das “Tecnologias Alternativas” (Dickson, 1980; Schumacher, 1979), aplicadas ao campo do Design (Bonsiepe, 1983; Moraes, 2006), porém em sua versão mais atual, descrita na literatura científica como “Tecnologias Sociais” (Dagnino, 2014; Dagnino, 2009; Brandão *et al.*, 2004, p. 15).

Um terceiro eixo temático foram as abordagens do Desenvolvimento Territorial Sustentável (Vieira *et al.*, 2010; Cerdan, 2009; Vieira, 2006; Cerdan e Sautier, 2002), do Desenvolvimento Territorial (Carrière e Cazella, 2006; Sabourin e Teixeira, 2002; Nascimento *et al.*, 2004) e do Desenvolvimento Local Sustentável (Buarque, 2002), ao qual as soluções contidas nos estudos de caso do presente trabalho estão vinculadas, ainda que tenham sido enriquecidas com a perspectiva da identidade cultural do território (Cerdan, 2009; Ranaboldo y Schejtman, 2009; Martins, 2009; Little, 2002).

Finalmente, o último eixo temático contemplou as correntes teórico-práticas do Design para a Sustentabilidade (Manzini e Vezzoli, 2002), do Design para a Inovação Social (Manzini, 2017; Franzaro, 2017; Manzini, 2008) e do Design Local (Moraes, 2006; Moraes, 2006), utilizado para parametrizar as soluções de construção coletiva de Marcas Territoriais dos estudos de caso do presente trabalho, sendo que a perspectiva de Manzini (2017 e 2008) prevaleceu sobre as demais neste trabalho, assim como inspirou as minhas produções técnicas e científicas, conforme registradas em Simões (2004, 2007, 2009, 2011, 2011b, 2013 e 2016) e Simões *et al.* (2009, 2012 e 2014).

Diante da imensa diversidade cultural, social e ambiental brasileira, o problema de pesquisa que me interessava responder era se a “práxis” de construção coletiva de Marcas Territoriais correspondia a um instrumento de Design para inovação social e o planejamento de pequenos territórios rurais e seria capaz de contribuir para fortalecer as comunidades de

agricultores familiares excluídos social e economicamente das políticas governamentais de Santa Catarina. Para tanto, emergiu a necessidade de investigar os percursos históricos da Agricultura para situar os agricultores familiares da pequena escala de produção, os tipos de Desenvolvimento que melhor contemplam esse segmento da sociedade e qual corrente do Design e de Marcas era mais adequada para atender às coletividades de agricultores familiares.

O presente trabalho se justifica pela necessidade de haver uma alternativa para os pequenos territórios em que prevalecem a Agricultura Familiar de pequena escala de produção. Uma das razões para tanto é que o Estado de Santa Catarina possui duzentos e noventa e cinco municípios onde a pequena propriedade rural e a Agricultura Familiar são recorrentes e, ainda assim, poucos desses municípios proporcionou autonomia política, econômica e social aos agricultores familiares de pequena escala de produção levando em conta a sua cultura, geografia, produtos, serviços e organização associativa, já que predominam em Santa Catarina desde os anos de 1990 governos neoliberais e um “modus operandi” em que as decisões governamentais se deram “de cima para baixo”, objetivando anexar os agricultores familiares - e seus territórios – aos interesses do grande agronegócio. Diante de tal cenário, importa investigar alternativas para alterar essa lógica ao perceber os pequenos territórios da Agricultura Familiar de pequena escala de produção como campo fértil do Estado de Santa Catarina para afirmar iniciativas orientadas à sociobiodiversidade brasileira (MDS *et al.*, 2008) de um modo necessariamente solidário.

Os benefícios e os beneficiários de resultados com esse direcionamento podem ser muitos, pois o único censo realizado da Agricultura Familiar brasileira (IBGE, 2006) indicou que ela responde por mais de 40% da produção agropecuária do país, congregando 4,2 milhões de pequenas propriedades e “84% dos estabelecimentos rurais do país”, além de empregar ou ocupar 70% dos trabalhadores do meio rural. Esses dados demonstram a relevância social e econômica da Agricultura Familiar para o país e afirma o quanto são necessários os estudos que se proponham a contribuir para superar os dilemas e os desafios que esse segmento da sociedade enfrenta historicamente. Evidentemente, tal demanda necessita de uma abordagem de Design que aceite enfrentar o desafio que envolve contribuir na promoção de equidade e qualidade de vida, com a perspectiva de combater as duras condições de vida e de trabalho para esse segmento da sociedade que fornece quase 70% dos alimentos que compõe a dieta alimentar e a segurança nutricional da população brasileira. Desse modo, os agricultores familiares, a sociedade e o estado de Santa Catarina poderão se beneficiar da ampliação do estado-da-arte

do Design que poderá legar aos estudantes e jovens pesquisadores os resultados do presente trabalho.

A consulta ao acervo científico disponível indica que as Marcas Territoriais existentes costumam ser enquadradas em duas categorias distintas: a do Branding Territorial e a das Marcas Coletivas. Na Europa, as Marcas Territoriais ocorrem a mais tempo, onde diversos “terroirs” – ou territórios – receberam e recebem a atenção dos respectivos estados nacionais. Neste sentido, os europeus e os turistas que vistam a Europa se familiarizaram com os produtos dos territórios, os quais são certificados pela União Europeia com o selo de “Indicação Geográfica Protegida” ou de “Denominações de Origem Controlada”, dependendo de cada caso. Tais certificações são juridicamente aceitas no mundo e protegem um amplo leque de produtos que reúnem em si mesmos serviços técnicos de produção, logística de distribuição e comercialização, publicidade, Marketing e Design, entre outros. Bastante consumidos nos mais diversos mercados do mundo, constam entre os “produtos do terroir” presuntos crús e embutidos da Península Ibérica, queijos azuis das proximidades de Milão, queijos Parmigianos de Modena, queijos Grana Padano de Parma, muçarelas e pizzas de Nápoles, variados queijos cremosos dos Alpes franceses e suíços, champanhes e alfazema da região da Provença, variados vinhos da região espanhola de Rioja, bacalhaus do Porto, cervejas de “terroirs” alemães, azeites portugueses, espanhóis, italianos e gregos, conservas em lata de sardinhas, carapaus, atuns, polvos e lulas dos “terroir” litorâneos de Portugal, entre muitíssimos outros que são amplamente exportados, consumidos e consagrados (Albino, 2018; Kruckem *et al.*, 2017; Krucken, 2009; Acampora y Fonte, 2007 / 2008; Dorigon, 2008).

No entanto, Nascimento e Souza (2004) esclarecem que “terroir” é um termo de origem francesa sem tradução para outros idiomas, inclusive o português. Ainda assim, a França utiliza a expressão “produits du terroir” – produtos do território –, a Itália adota “produtos alimentares típicos ou tradicionais” e a Grã-Bretanha, “produtos regionais” para designar produtos territorializados, entre outros termos em outras nacionalidades. Contudo, “[...] os adjetivos típico, tradicional e regional não tem equivalência com o conceito de ‘terroir’” (p. 183). Assim, para promover os seus territórios, a União Europeia implementou o Projeto Leader em 1991, pretendendo dinamizar pequenas comunidades rurais que se encontravam fragilizadas social e economicamente em um momento que uma forte onda neoliberal avançou e cobriu a Europa (Favareto, 2006, p. 120).

Sobre o Projeto Leader, Favareto (2006) entende que se tratava de um programa que remodelou o Desenvolvimento Rural em novas bases, firmando inicialmente o

Desenvolvimento Local e, mais adiante, o Desenvolvimento Territorial. Entre outros desdobramentos, uma série de pequenos territórios foram contemplados e anexados aos “terroirs” existentes, passando a demandar projetos de Design de marcas e de Design de embalagens, com o viés da economia capitalista de mercado. Por essa razão, muitos estudiosos optaram pelos termos “Marketing de Lugares” (Ocke, 2015), “Marketing Territorial” ou “Branding do Território” (Dallabrida *et al.*, 2016) para se referirem às Marcas Territoriais. Por outro lado, incontáveis territórios rurais brasileiros não possuem perfil para atuar nas arenas competitivas da economia capitalista de mercado, por serem pequenos e por possuírem identidades culturais singulares, resistindo a transformar suas territorialidades em “commodities” (Shiraishi Neto e Dantas, 2010). Entre esses existem territórios quilombolas, territórios indígenas, territórios mestiços, territórios da pesca artesanal, territórios da agroecologia, entre inúmeros outros que possuem “recursos específicos” (Benko e Pecqueur, 2001) – elementos culturais e geográficos particulares – que podem e merecem ser ativados, caso tenham orientação e sejam devidamente estimulados por ações governamentais republicanas, democráticas e populares, conforme se preconiza em nações comprometidas com os estatutos constitucionais do Estado Democrático de Direito.

Nesse sentido, muitos dos pequenos territórios rurais brasileiros possuem particularidades geográficas e identidades culturais onde prevalece a Agricultura Familiar e a pequena escala de produção (Simões *et al.*, 2014; Simões, 2010), de modo que as Marcas Territoriais construídas coletivamente foram concebidas especificamente para que territórios desse tipo possam empreender coletivamente suas “Cestas Solidária de Bens e Serviços Territoriais”, que é uma possibilidade que se inspirou no conceito de “Cestas de Bens e Serviços Territoriais” (Cazella *et al.*, 2020; Pecqueur, 2006) e foi além, por assumir a perspectiva da Economia Solidária (Singer, 2002) ou da Economia Plural (Lévesque, 2014). Assim, há um grande potencial a ser explorado no país em relação à construção coletiva com os agricultores familiares seus produtos, serviços e soluções que podem ser pactuados na forma de acordos coletivos nos pequenos territórios rurais (Simões *et al.*, 2009 e 2014; Simões, 2010), representados visualmente por suas Marcas Territoriais construídas coletivamente. Tais possibilidades ensejam um tipo de concepção que busca equacionar de um modo socialmente inclusivo, economicamente acordado e tecnicamente coordenado através da “co-criação” (Prahalad & Ramasswamy, 2004,) e/ou do “co-design” (Torres, 2020), sob a perspectiva do Design para Inovação Social (Manzini, 2017) e do enfoque do Desenvolvimento Territorial Sustentável (Vieira *et al.*, 2010; Cerdan, 2009; Cerdan e Sautier, 2002).

Conforme afirmou Margolin (2014), “[...] o design mudará à medida que seus profissionais desenvolverem uma nova consciência” (p. 130), pois “[...] o desafio constante do design é projetar buscando atender e superar as restrições contemporâneas” (*idem*), ao se referir “[...] a virtualização, a desmaterialização, a alta conectividade, as exigências por um modo mais sustentável de vida, as desigualdades econômicas, social e cultural, entre outros” (*idem*). Por essa razão, esse estudioso defende que “[...] não podemos ficar presos à motivação original: a industrialização e o projeto de objetos voltados ao mercado” (*idem*). Nesse sentido, um estágio dessa transição utilizou o conceito de “co-criação” (Prahalad & Ramasswamy, 2004) para gerar um tipo novo de produtos ou de serviços, o qual era oriundo do campo dos negócios e do Marketing e foi testado em projetos onde as soluções e as ideias são formuladas por coletivos de pessoas. Esse modo de gerar ideias coletivamente demonstrou ser complementar às possibilidades do Design para a Inovação Social (Manzin, 2017), sobretudo ao ser reorientado para Economia Solidária (Singer, 2007) ou à Economia Plural (Lévesque, 2014).

Assim, “[...] podemos dizer que o design para a inovação social é a contribuição do design especializado para um processo de co-design voltado à mudança social” (Manzini, 2017). Esse conceito, já testado em diferentes comunidades rurais de países distintos, em diferentes continentes, apresenta bons resultados. No entanto, o autor infere que “[...] estamos no início dessa jornada e ainda precisamos de uma maior compreensão das possibilidades, dos limites e das implicações dessa modalidade de design emergente” (p. 69). Porém, o estudioso afirma que “[...] o design para a inovação social não é uma nova disciplina: é simplesmente uma das maneiras pelas quais o design contemporâneo está se manifestando” (*idem*), confirmando a percepção de outros estudiosos, conforme se verifica em obras como “Design para um mundo complexo” (Denis, 2012), “Plano b - O design e as alternativas viáveis em um mundo complexo” (Thackara, 2008) ou “O Mundo Codificado: Por uma filosofia do design e da comunicação” (Flusser, 2007), apenas para indicar tal tendência e incidência. Assim, para Torres (2020), “[...] o co-design baseia-se na ideia de que todas as pessoas possuem capacidade para participar do processo do projeto [de Design]” (p. 85), tratando-se de uma prática interessante “[...] quando o conhecimento local é essencial para o projeto” (*idem*) pois pode “[...] incorporar as vozes e experiências dos usuários na melhoria dos resultados” (*idem*).

Neste sentido, a inovação social deve ser entendida como algo que “[...] promove mudanças qualitativas no bem-estar social, resultantes do engajamento das pessoas que compartilham interesses comuns e do fortalecimento do capital humano e social no projeto de soluções capazes de promovê-la” (Freire, 2017, p. 111). Para Guadio (2021), a relação do Design com a inovação social ocorre porque “[...] é uma atividade produtora de realidades e de

significados que afirma constantemente o seu papel na realização de cenários sociais alternativos através das suas atividades projetuais” (p. 206). No entanto, Suzuki (2020, p. 25) considera o termo “capital cultural” mais preciso que os termos “capital humano e social” (Freire, 2017, p. 111). Para essa autora, ao aplicar ao design o conceito de capital cultural, nota-se “[...] a grande diferença entre o objeto projetado que é o capital cultural material e a atividade do design – o ato de projetar, a ação do design – que é o capital cultural imaterial” (*idem*), onde “[...] ambos integram o capital cultural” (*idem*).

Assim, além do Design para a Inovação Social (Manzini, 2017) ser uma proposta interessante para reafirmar a geografia e a identidade cultural de pequenos territórios rurais, ao dinamizar as respectivas produções de pequena escala, há uma outra razão para que as “Cestas Solidárias de Bens e Serviços Territoriais” sejam empreendidas de um modo diferenciado, que é a recorrente informalidade que caracteriza a economia dos pequenos territórios rurais brasileiros, requisitando, portanto, a perspectiva da Economia Solidária (Singer, 2007; Takagi e Belik, 2007; Singer, 2002) e das Tecnologias Sociais (Dagnino, 2009 e 2014; Brandão *et al.*, 2004). Por esse motivo, nem sempre as Marcas Territoriais construídas coletivamente puderam ser registradas pois, via-de-regra, os pequenos territórios rurais contemplados com esse tipo de projeto são descapitalizados e historicamente desassistidos pelas autoridades públicas. Contudo, quando a Marca Territorial construída coletivamente recebe o devido apoio governamental, pode ser registrada no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) na categoria de Marca Coletiva.

Inicialmente, o projeto de pesquisa que embasou ao presente trabalho envolveria o relato de seis estudos de caso de construção coletiva de Marcas Territoriais e de Marcas Coletivas, as quais seriam relatadas e cada uma seria avaliada através de pequenos seminários compostos de lideranças dos agricultores familiares beneficiários de cada uma das experiências. Em seguida, os dados desses seminários de avaliação seriam sistematizados e, posteriormente, interpretados por mim, conforme registrado em Simões (2019). Porém, em agosto de 2020 fui autorizado institucionalmente a efetuar uma alteração metodológica do projeto de pesquisa para contornar a limitação imposta pelo isolamento social decorrente da crise epidemiológica e hospitalar imposta pela pandemia do Covid-19, em curso até o momento. Por essa razão, o presente trabalho passou a ter três estudos de caso de construção coletiva de Marcas Territoriais inseridos em uma “pesquisa documental” (Gil, 2008, p. 51).

Segundo Gil (2008), a “pesquisa documental” difere da “pesquisa bibliográfica” pela “natureza das fontes” (p. 51). A pesquisa bibliográfica utiliza as “[...] contribuições de diversos

autores sobre determinado assunto” (*idem*), ao passo que a pesquisa documental utiliza “[...] materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (*idem*), porém “[...] segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica” (Gil, 2008, p. 51). Entretanto, adverte o autor, “[...] há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número” (*idem*), tendo, por um lado, “[...] os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações.” (*idem*) e, por outro lado, “[...] existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas [...]” (*idem*).

Assim, realizei levantamento bibliográfico (Motta e Resende, 2015, p. 8) utilizando a estratégia de busca que relacionou os autores e os trabalhos mais citados relativos às palavras-chave e aos temas mais significativos do presente trabalho, conforme apresentados na revisão teórico-temática, além de revisar o material selecionado. Para tanto, acessei a base de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)¹, acessei as revistas indexadas do Portal de Periódicos da CAPES / MEC² e acessei os temas de interesse no Google Acadêmico³. Em seguida selecionei o material utilizado para pesquisa documental (Gil, 2008) necessários para pormenorizar os estudos de caso do presente trabalho, tais como documentos oficiais, relatórios de projetos, capítulos de livros, artigos publicados em periódicos indexados, em anais de congressos, acervos fotográficos relativos aos projetos detalhados nos estudos de caso e reportagens de jornais.

O universo da pesquisa abrangeu os agricultores familiares e outros atores sociais de cinco municípios catarinenses. Um desses foi o município de São Bonifácio, no qual foi realizada uma pesquisa participativa (Farias, 2013) e a construção coletiva da Marca Territorial São Bonifácio (Simões, 2010). O segundo foi o município de Garuva, onde foi executado um projeto de pesquisa participativa (Ramos *et al.*, 2013) e a construção coletiva da Marca Territorial Arte Imbé (Simões *et al.*, 2009). Os demais municípios são Paulo Lopes, Garopaba e Imbituba, nos quais foi efetuado um projeto de pesquisa-ação (Pinheiro *et al.*, 2014) e a construção coletiva da Marca Territorial Costa Catarina.

¹ Ver <[https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>](https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/), acessado em agosto de 2020.

² Ver <[www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?>](http://www.periodicos-capes.gov.br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?>), acessado em agosto de 2020.

³ Ver <<https://scholar.google.com.br/schhp?hl=pt-PT>>, acessado em 2020.

Imagem 1: Área de abrangência do projeto de pesquisa participativa de São Bonifácio, do projeto de pesquisa participativa de Garuva e do projeto de pesquisa-ação de Paulo Lopes, Garopaba e Imbituba.



(Mapa elaborado por: Glauco Ladik Antunes, 2020).

Os resultados da pesquisa estão organizados nos três Capítulos deste trabalho. O Capítulo I – “Agricultura de pequena escala de produção, Desenvolvimento Territorial Sustentável e Design para a Inovação Social” – é composto de três tópicos. No primeiro deles coube a revisão teórica e temática relativa ao histórico da Agricultura e situa a Agricultura de pequena escala de produção nesse percurso, com destaque para o caso brasileiro, para agroecologia e para os produtos da sociobiodiversidade brasileira. No segundo tópico foi revista a teoria e o tema dos paradigmas do Desenvolvimento, finalizando com as abordagens do Desenvolvimento Local Sustentável e do Desenvolvimento Territorial Sustentável por serem as de maior interesse da pesquisa. No terceiro tópico foram revisitados a teoria e o tema do Design, situando as categorias do Design para a Sustentabilidade, do Design Local e do Design para a Inovação Social.

O Capítulo II – “Estudos de caso de construção coletiva de Marcas Territoriais” – relata três estudos de caso por intermédio dos quais foram construídas coletivamente as Marcas Territoriais São Bonifácio, Arte Imbé e Costa Catarina. Para tanto, o Capítulo foi organizado com três tópicos. O primeiro apresenta o estudo de caso da construção coletiva da Marca Territorial São Bonifácio e da Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais São Bonifácio. O segundo tópico apresenta o estudo de caso da construção coletiva da Marca Territorial Arte Imbé, tendo como principal beneficiário a Comunidade Tradicional dos Cipozeiros de Garuva.

O terceiro tópico apresenta o estudo de caso da construção coletiva da Marca Territorial Costa Catarina, a qual foi precedida da construção coletiva do Mapa de Identidades Culturais do território. Esses estudos de caso caracterizaram a geografia e o processo de desenvolvimento de cada um dos territórios estudados sob a inspiração da teoria da Formação Socioespacial (Santos, 1977). Os estudos de caso também apresentam as circunstâncias e os parâmetros que oportunizaram a elaboração dessas Marcas Territoriais e descrevem em detalhes o processo de construção coletiva de cada uma delas. Por fim, por se tratar de uma pesquisa documental, o Capítulo II apresenta ponderações de cada estudo de caso por pesquisadores que analisaram os projetos governamentais que deram origem às Marcas Territoriais focalizadas, bem como sobre as próprias Marcas e seu processo de construção coletiva.

No Capítulo III – “Análise da contribuição da construção coletiva de Marcas Territoriais aos agricultores familiares de pequena escala de produção e ao campo de conhecimento e prática do Design” – analisei os três estudos de caso. Para tanto, o Capítulo apresenta dois tópicos. O primeiro deles tratou do lugar e do nível de participação dos agricultores familiares da pequena escala de produção e outros beneficiários na construção coletiva da Marca Territorial São Bonifácio, na construção coletiva da Marca Territorial Arte Imbé e na construção coletiva da Marca Territorial Costa Catarina. No segundo tópico analisei a contribuição das Marcas Territoriais construídas coletivamente para o campo de conhecimento e prática do Design. Com base na análise nesses dois tópicos inferi sobre a validade dessas Marcas Territoriais construídas coletivamente e o universo em que estavam inseridas.

Registro, então, a minha gratidão às comunidades de agricultores familiares dedicados à produção de pequena escala que me acolheram ao longo de anos de projetos e estudos mencionados neste trabalho. Agradeço imensamente ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina, tanto pela qualidade dos conhecimentos que pude aperfeiçoar quanto pela oportunidade de conviver com seus professores, técnicos e pós-graduandos. Por fim, agradeço aos contribuintes catarinenses e brasileiros, por me proporcionarem uma oportunidade tão especial de capacitação pessoal, acadêmica e profissional.

CAPÍTULO I

AGRICULTURA DE PEQUENA ESCALA DE PRODUÇÃO, DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E DESIGN PARA A INOVAÇÃO SOCIAL

Há dezenas de milhares de anos, as sociedades “arcaicas” de caçadores-coletores se espalharam pelas terras. Tornaram-se estranhas umas às outras, pela distância, a linguagem, os ritos, as crenças, os costumes. Diferenciaram-se, umas abertas e liberais, outras fechadas e coercitivas, umas com autoridade difusa ou coletiva, outras com autoridade concentrada.

Edgar Morin e Anne-Brigitte Kern

O presente capítulo revisa o tema e a teoria relacionada com os três eixos teórico-temáticos que estabelecem o estado da arte e o referencial teórico da tese. O primeiro eixo focaliza o universo da agricultura, desde o tempo em que prevaleceu o campesinato aos tempos atuais. O segundo eixo se fixa no percurso registrado pelas ideias de desenvolvimento e o modo como ele foi se alterando ao longo do tempo até configurar a abordagem do Desenvolvimento Territorial Sustentável. O terceiro e último eixo trata de conceitos e correntes do Design Contemporâneo, como ênfase para o Design para a Sustentabilidade e sua aplicação na forma do Design para a Inovação Social, pois que esses últimos foram adotados e utilizados na construção coletiva de Marcas Territoriais aqui estudadas. Embora esses eixos traduzam aspectos fundamentais de experiências práticas que testei nas duas últimas décadas em certos territórios rurais, os respectivos embasamentos temáticos e teóricos são dirigidos ao interesse maior do Capítulo II, possibilitando relatar os detalhes dos estudos de caso.

Neste sentido, muitas questões são indicadas e até extrapolam os limites conceituais, com o intuito de ampliar as possibilidades temática e conceituais presentes no Capítulo I, com a intenção de reexaminar imbricados aspectos geográficos, históricos, sociológicos, antropológicos, econômicos e políticos que perpassam os casos estudados. Assim, tenta-se atribuir ao Capítulo I o máximo que foi possível daquele tipo de valor que é peculiar aos estudos que se valem de abordagens inter e transdisciplinares, com as quais observei fatos da vida com os pontos de vista, incluindo os dos pesquisadores de variados campos disciplinares assim como

aqueles que resultam da experiência prática dos pequenos agricultores da pequena escala de produção, os quais detêm o “saber-fazer” e quase sempre estiveram desamparados pelo Estado brasileiro após a Proclamação da República, em 1889. Releva recordar o “[...] fato de ter sido a proclamação um fenômeno militar” (Carvalho, 2017, p. 36), que transcorreu “[...] em um momento de intensa especulação financeira, causada pelas grandes emissões de dinheiro feitas pelo governo para atender às necessidades geradas pela abolição da escravidão” (p. 31). Como se pode verificar, sempre houve muitas tensões políticas e econômicas que produziram muitas aflições sociais no Brasil, tendo, inclusive, períodos de supressão da democracia (CIMI, 2019; Picolotto, 2011; Stedile e Estevam, 2011; Mendonça e Stedile, 2010; Oliveira, 2007, p. 104), ainda que o Estado se declare oficialmente republicano desde 1889 e, em muitos momentos, democrático. Porém, a bem da verdade, em apenas alguns períodos da nossa História de fato a República foi democrática e atendeu a todos os extratos da sociedade.

Apesar de tudo, a inspiração maior do Capítulo I é a permanente utopia dos brasileiros que se empenham em contribuir para a superação dos antigos dilemas e dos incontáveis e crescentes desafios do país, os quais nos impedem que nos tenhamos uma nação pujante para todos por ser pautada pelo Estado Democrático de Direito (Casara, 2018, p. 62; Frankenberg, 2018, p. 75), permanentemente. Assim, a compreensão que se busca com o Capítulo I é a percepção resultante da articulação dos seus três eixos teóricos e temáticos, sob a perspectiva de Santos e Silveira (2006). Ou seja:

A busca de uma periodização do território brasileiro é um partido essencial para um projeto ambicioso: fazer falar a nação pelo território. Assim como a economia foi considerada como a fala privilegiada da nação por Celso Furtado, o povo por Darcy Ribeiro e a cultura por Florestan Fernandes, pretendemos considerar o território como a fala privilegiada na nação (p. 27).

Interessados em descrever “a sucessão de meios geográficos no Brasil”, Santos e Silveira (2006, p. 27) entendem que o país teve três períodos ao longo de sua História, nominados por eles como “periodização”, conforme seguem esquematizadas na Esquema 1, mais abaixo. Entretanto, para que esse esquema fique compreendido, destaca-se que o “[...] que interessa discutir é o [...] território usado. Esta categoria, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território” (Santos e Silveira, 2006, p. 20), de modo que “[...] a periodização é necessária, pois os usos são diferentes nos diversos momentos históricos” (*idem*). Esses autores esclarecem, ainda, que “[...] cada periodização se caracteriza por extensões diversas de forma de uso, marcadas por manifestações particulares interligadas que evoluem juntas e obedecem a princípios gerais,

como a história particular e a história geral, o comportamento do estado ou da nação (ou nações)” (*idem*). Nesse sentido, a “[...] evolução que se busca é a do contexto”, posto que “[...] interessa-nos, em cada época, o peso diverso da diferença e das heranças” (Santos e Silveira, 2006, p. 20).

Esquema 1: Resumo da periodização dos usos do território brasileiro.

Períodos	Nomenclatura	Descrição
1º	Meios naturais	O primeiro período é marcado pelos tempos lentos da natureza comandando as ações dos seres humanos de diversos grupos indígenas e pela instalação dos europeus, empenhados todos, cada qual a seu modo, em amansar esses ritmos. Num período pré-técnico, a escassez era a dos instrumentos artificiais necessários ao domínio desse mundo natural (Dantos e Silveira, 2006, p. 27).
2º	Meios técnicos	Uma segunda grande fase é a dos diversos meios técnicos, que gradualmente buscam atenuar o império da natureza. A mecanização seletiva desse verdadeiro conjunto de ‘ilhas’ que era o território exige que se identifiquem subperíodos. As técnicas pré-máquina e, depois, as técnicas da máquina – mas não apenas na produção – definem o Brasil como um arquipélago da mecanização incompleta. Mais tarde, com a incorporação das máquinas ao território (ferrovias, portos e telégrafos), estaríamos autorizados a apontar um meio técnico da circulação mecanizada e industrialização balbucionante, caracterizado também pelos primórdios da urbanização interior e pela formação da Região Concentrada. No pós-guerra sobrevém a integração nacional, graças à construção de estradas de rodagem, à continuação das ferrovias e a uma nova industrialização. Dá-se uma integração do território e do mercado, como uma significativa hegemonia paulista (Santos e Silveira, 2006, p. 27 / 28).
3º	Meios técnicos-científico-informacionais	O terceiro grande período é a construção e a difusão do meio técnico-científico-informacional. Cabe, todavia, diferenciar uma primeira fase, um período técnico-científico que, no Brasil dos anos 70, caracterizou-se, entre outros aspectos, por uma revolução das telecomunicações. É sobretudo nesse momento que, ultrapassando seu estágio de pontos e manchas, o meio técnico realmente se difunde. Mas o novo meio geográfico (técnico-científico-informacional) permanece circunscrito a algumas áreas. Já com a globalização, informação e finanças passam a configurar a nova geografia, distinguindo os lugares segundo a presença ou a escassez das novas variáveis-chave. Com o meio técnico-científico-informacional, agravam-se as diferenças regionais e aumenta a importância da Região Concentrada com a hegemonia paulista, mas também a partir da ocupação de áreas periféricas com produções modernas (Santos e Silveira, 2006, p. 28).

Fonte: Santos e Silveira (2006).

Evidentemente, essa “periodização” inscreve-se em um panorama histórico mais amplo. Ribeiro (2000) chama tal panorama de “processo civilizatório”, para o qual ele listou e

caracterizou grandes revoluções científicas e tecnológicas que transcorreram no mundo ao longo da História, tanto quanto a decorrente transformação da humanidade sob tais “processos”. Para tanto, Ribeiro (2000) oferece uma série de referências que distinguem sete grandes revoluções científicas e tecnológicas já ocorridas e indica uma oitava ainda em curso no momento, tal como seguem.

Esquema 2: Resumo das grandes revoluções científicas e tecnológicas da humanidade.

Revolução	Nomenclatura	Descrição
1 ^a	Revolução Tecnológica Agrícola	Ocorreu no Egito em 8.000 a.C., na Índia em 6.000 a.C., na China em 5.000 a.C., na Europa em 4.500 a.C., na África em 3.000 a.C. e nas Américas em 2.500 a.C. Dela decorrem as primeiras formas de agricultura e domesticação de animais, com a transfiguração da condição humana e incremento demográfico (comparável apenas com a da Revolução Industrial), passando de vinte para seiscentos e cinquenta milhões de habitantes. O sistema associativo predominante era o de aldeias agrícolas indiferenciadas e hordas pastoris nômades, com sociedades sem estratificação social (onde grupos inteiros se dedicam às tarefas de subsistência) e a divisão do trabalho conforme sexo e idade. Não havia acumulação privada de bens ou apropriação do produto do trabalho alheio, e os excedentes alimentares eram consumidos em ritos festivos e atos de fé. O sistema ideológico desses aldeamentos se caracterizava pela presença de crenças e cultos destinados a impor a dominação masculina (através de guerras), com a existência de especialistas no trato do sobrenatural (mas não em tempo integral). Cada indivíduo sabia o mesmo que os demais, salvo aqueles que tinham papéis especializados de chefes ou de sacerdotes.
2 ^a	Revolução Tecnológica Urbana	Ocorre no Egito e na Mesopotâmia em 4.000 a.C., na Índia em 2.800 a.C., na Palestina de 1.000 a.C., na Atenas de 600 a.C. e na Rússia de 1.000 a.C. Nessas ocorrências já existiam técnicas rudimentares de irrigação e adubagem do solo, propiciando colheitas cada vez mais fartas e a geração de excedentes que desligaram pessoas em número cada vez maior das atividades de subsistência. Organizados por estados rurais artesanais de modelo privatista, havia propriedade privada (terra e escravos) e poder patronal (exploração econômica). Também havia estados rurais artesanais de modelo coletivista, com propriedade nominal da terra (para o rei), poder patriarcal (através de funções técnico-burocráticas) e vassalagem (ou alienação). Em termos de estratificação social, tinham camadas parasitárias, as quais se apropriavam dos excedentes produzidos, e escravismo, com povos dominadores (através de senhores de escravos e trabalhadores) e povos dominados (através dos instrumentos de produção), além de propriedade individual de bens (onde os agentes de produção eram os animais, os escravos e a terra). A institucionalização do poder político, ou do Estado, se dava pelo exercício do seu domínio não apenas sobre seus escravos, mas também sobre a sociedade inteira, a fim de conservar e/ou ampliar privilégios. Ao longo dessa Revolução as cidades detinham algo entre 10 e 20% dos habitantes e eram os centros do poder com um estilo de vida voltado para o lucro, competição, poderio, riqueza (ou

		complexo de superioridade). Os campos somavam algo entre 80 e 90% dos habitantes, onde predominava uma vida de disciplina, tradição, rotina, laços de solidariedade e parentesco. A força de coesão social residia nas antigas tradições religiosas, que foram redefinidas para legitimar a ordem social estabelecida e fazer a manutenção dos pobres e sua pobreza em relação aos bens dos ricos, tornando normal viver sob tais contrastes.
3 ^a	Revolução Tecnológica do Regadio	Se deu na Mesopotâmia de 2.350 a.C., no Egito de 2.070 a.C., e entre os Astecas e os Incas em 1.250 a.C. A agricultura do Regadio envolvia uma engenharia hidráulica e seus excedentes alimentares eram utilizados para aliciar as massas humanas através de obras faraônicas e guerras. Nos impérios teocráticos do Regadio ocorreu a apropriação das terras pelo Estado, bem como havia a presença de um sistema administrativo de controle da força de trabalho, resultando em estratificação social baseada na divindade / nobreza, sacerdotes / guerreiros, artesãos / servos, e escravos. Esses eram tempos do Estado-igreja, uma entidade política monolítica detentora do saber técnico, tal como a escrita, a matemática ou a astronomia. Esse sistema apresentava tendências dissociativas, com custos econômicos onerados pelas camadas parasitárias, atos de fé e militarismo.
4 ^a	Revolução Tecnológica Pastoril	Se deu no Islamismo do século VII até o século XV, e na Península Ibérica nesse mesmo período, e tinha um sistema tecnológico orientado pela metalurgia do ferro forjado com a qual eram produzidas ferramentas, armas e embarcações e a agricultura estava dependente do regime das chuvas. Esse foi um tempo de impérios mercantis escravistas, economia mercantil por terra e mar, tanto de subsistência quanto para as trocas. Além disso, havia manufaturas, como serrarias e curtumes, por exemplo, e um ordenamento social radical. Na época, entre os habitantes de Roma e Atenas, 4/5 dessas sociedades eram formadas por escravos, além de comerciantes e proprietários de terras. Desse modo, era frequente a competição pelo enriquecimento, estimulada pela economia do dinheiro, decorrendo na secularização da usura e na escravização por dívida. Esses Estados estavam a serviço do empresariado, que era cada vez mais rico em detrimento das massas cada vez mais miseráveis.
5 ^a	Revolução Tecnológica da Metalurgia	Ocorreu entre os Gregos nos séculos VI e V a.C., e entre os Romanos em I a.C. e IV d.C., com uma produção característica de “ferros da cavalaria de guerra”, como ferraduras e estribos. Mas também havia moinhos eólicos e hidráulicos para triturar grãos. Com essa Revolução, a vida passou a ser regida por impérios despóticos salvacionistas, através do Estado-igreja, os quais visavam o expansionismo através de conquista, dominação despótica, colonização escravista e doutrinação. Havia técnicas produtivas novas, mas a sociedade continuou estratificada entre guerreiros e camadas burocráticas, com funcionários, escravos e servos.
6 ^a	Revolução Tecnológica Mercantil	Esta Revolução tinha tecnologia produtiva baseada na navegação oceânica, fábricas, tipografias e tecnologia militar, com armas de fogo e artilharia naval. Desencadeou-se através de um complexo de eventos e a adoção de procedimentos técnicos e institucionais orientados para o comércio exterior. Nesse esforço foram implantadas manufaturas centralizadas, instaladas nos campos para fugir ao controle dos grêmios artesanais urbanos. Essa medida permitiu implantar

		manufaturas em cidades italianas, francesas, holandesas, inglesas e espanholas. Tratava-se de impérios mercantis salvacionistas (durante o século XV, na Península Ibérica) e capitalismo mercantil (na Holanda, Inglaterra e França), decorrente de uma contraparte formada do empresariado e massas assalariadas as quais conformavam um colonialismo escravista mercantil. Nesse período surgem áreas de saque e exploração na África, Ásia e Américas, bem como povoamentos com camadas gerenciais subalternas, massas escravizadas e acúmulo de capital através de saque dos povos e excedente arrancado de milhões de escravos, a partir de tráfico negreiro. Essa Revolução transfigurou a Europa com um movimento de renovação inaugurado com o Renascimento o qual foi intensificado com a Reforma da Igreja, a alfabetização das massas e a redescoberta do mundo greco-romano. Também houve a ação dos teólogos reformistas por intermédio de uma ideologia enobrecedora do enriquecimento e a despersonalização das relações de trabalho. Por outro lado, havia um mundo colonial enquanto propriedade das metrópoles, onde foram culturas espúrias entre os colonizados.
7ª	Revolução tecnológica Industrial	Para a maioria dos <i>designers</i>, uma das únicas Revoluções estudadas na graduação universitária (Simões, 2010) corresponde ao que Ribeiro (2000) denominou “Revolução Tecnológica Industrial”. Nela é descoberta a energia inanimada para mover dispositivos mecânicos, em três etapas: a primeira é a das máquinas a vapor, a seguinte é a dos motores elétricos e a última é a dos motores a explosão. Com uma poderosa tecnologia industrial, agrícola e pastoril houve grande incremento demográfico e o empresariado transformou toda mão-de-obra em assalariados (inclusive a dos escravos), decorrendo disso um imperialismo industrial em oposição ao neocolonialismo. A Inglaterra, França e Holanda se tornam centros de dominação através da exportação de manufaturas, exportação de capitais e instalação de indústrias subsidiárias, as quais produziram uma crescente dependência dos povos, condenando-os ao atraso. Degradados pela deculturação, esses povos dependentes estavam impossibilitados de desenvolver tecnologias próprias. Por outro lado, emergiram formações socialistas das tensões geradas pelos progressos da industrialização, produzindo uma nova fase da evolução humana ou um projeto intencional de reordenamento das sociedades segundo os interesses da maioria da população e da socialização dos meios de produção para escapar da opressão econômica dos países centrais, da desigualdade social, das oposições campo / cidade e do trabalho físico / trabalho intelectual. Nesse período o capitalismo e o socialismo rivalizaram na promoção de valores liberais e mística anti-pessimista, pelo primeiro, e na promoção de valores igualitários e mística libertária e utópica, pelo outro.
8ª	Revolução Tecnológica Termonuclear (ou Científico-Tecnológica)	Ainda em curso no mundo, ela possuiu uma base termonuclear e eletrônica, complexos industriais automatizados, produção química de sintéticos e meios de telecomunicações de massa. Nesse processo ocorre a substituição do trabalho cerebral pelo processamento de dados por sistemas informatizados. Com ela tem ocorrido a generalização da prosperidade e uma redução cada vez maior da divisão da sociedade em classes econômicas, até sua extinção (dado o aumento fenomenal da produtividade do

		trabalho), contra a qual se ergue, com vigor desesperado, a luta pela sobrevivência de todos em oposição aos interesses privatistas, que assenta privilégios e fortalece a desigualdade social. Nesse sentido, o papel dos cientistas (antes considerados magos, e depois sábios) é o de assessoramento às altas hierarquias civis, militares e empresariais, as quais não estão dispostas a abdicar do poder. Assim, a ciência translada do plano ideológico ao adaptativo, com aceleração exponencial da profissionalização da ciência e da tecnologia e uma fantástica expansão da aplicação de recursos públicos e privados às atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Neste sentido, os trabalhadores são promovidos de usuários de ferramentas e operadores de máquinas a supervisores de sistemas produtivos ultra complexos. Novos e prodigiosos sistemas de comunicação de massa foram elaborados para conformar uma opinião pública submissa e disciplinada, a qual, doutrinada, é praticamente incapaz de realizar uma opção radical. Questões de produtividade, custos e mercados lidam com a aptidão de cada trabalhador, transformando suas ideias em mercadorias, onde o menor problema criado é o da corrupção.

Fonte: Adaptado de Ribeiro (2020).

Como se pode inferir, o “processo civilizatório” sistematizado por Ribeiro (2000) dialoga com a “periodização” de Santos e Silveira (2006), de modo que o primeiro analisa o mundo com um viés da Antropologia enquanto os seguintes examinam os acontecimentos nacionais com a lente da Geografia. Ambos operaram com uma episteme crítica e suas contribuições extrapolam a historicidade positivista, a qual costuma desconsiderar ou amenizar os interesses das populações e as aflições sociais causadas pelos grupos de poder e seus modos de governar que quase sempre tencionam o mundo ao longo do tempo (Alencastro, 2000; Comparato, 2017; Schwarcz, 2019; Korybko, 2018; Levstsky e Ziblat, 2018), interferindo na dinâmica espontânea dos ritmos naturais da vida, fraturando a tranquilidade das comunidades e dos povos e traumatizando a humanidade. Assim, ao articular o “processo civilizatório” de Ribeiro (2000) com a “periodização dos usos do território nacional” de Santos e Silveira (2006) obtém-se um painel sobre a formação dos assentamentos humanos no mundo e no Brasil, onde a ênfase principal na tese recai sobre as dinâmicas da agricultura ao longo dos “períodos” e do “processo civilizatório”, contribuindo, nesse sentido, para delinear a dimensão ontológica da ciência que se pretende imprimir à tese.

Para tanto, o primeiro eixo temático e conceitual do Capítulo I – “A Agricultura e a Agricultura de pequena escala de produção” – explana sobre o universo da Agricultura, além de destacar o lugar e a presença da Agricultura Familiar e/ou Camponesa e outros protagonistas ao longo do tempo.

O segundo eixo temático e conceitual do Capítulo I – “Paradigmas do Desenvolvimento” – apresenta como as ideias relativas ao desenvolvimento ocorreram na História, assim como versa sobre a origem da ideia do Desenvolvimento Local e como se transformou até configurar a abordagem do Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Por fim, o terceiro e último eixo temático e conceitual do Capítulo I – “Design para a Inovação Social e Marcas Territoriais construídas coletivamente” – aborda o enquadramento conceitual das correntes de pensamento e de prática do campo do “Design Contemporâneo”, apresentando a emergência das “Redes Sócio-técnicas” e das “Marcas Coletivas” e, por último, das “Marcas Territoriais Construídas Coletivamente” e da sua aplicação prática na forma de “Cestas Solidárias de Bens e Serviços Territoriais”.

1.1 Agricultura e Agricultura de pequena escala de produção

Veiga (2012), Abramovay (2012), Favareto (2006), Ploeg (2008) e Schneider (2009) são alguns dos estudiosos que se debruçam sobre o universo da Agricultura e do meio rural para compreender os paradigmas do respectivo universo no Brasil e no mundo. Em suas pesquisas e publicações encontram-se referências de valor, entre as quais figuram contribuições de Marx e Engels (1987), Lênin (1982), Kautsky (1968), Mendras (1978), Chayanov (1974) e de muitos outros. Tais contribuições tratam da Agricultura como um todo, mas também fazem referência à Agricultura Familiar e ao modo como essas se expressam no mundo e as contingências geradas pelos agentes de poder das nações em cada tempo e lugar.

Vale ter em mente, inclusive, que a 1ª Revolução Científica e Tecnológica da História da Humanidade foi a “Agrícola” (Ribeiro, 2000), iniciada pelos egípcios a 8.000 A.c. Neste sentido, Ploeg (2008) esclarece que o agricultor familiar é um sujeito histórico que tem origem no camponês. Segundo este autor, “[...] o campesinato sempre esteve presente através de uma grande variedade de expressões específicas de uma época e de um lugar, cujas principais diferenças podem ser sintetizadas através da referência aos berços grego e romano da agricultura europeia” (p. 4). Verifica-se, no entanto, que o tema do campesinato envolve uma série de questões delicadas, as quais, no entanto, ajudam a entender quem é o sujeito “agricultor familiar”. Trata-se de uma terminologia adotada no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 (Schneider *et al.*, 2009, p. 22), com a qual o Estado brasileiro agrupou uma grande variedade de categorias de agricultores e de camponeses, conforme entendem Schneider (2009), Ploeg (2008 e 2009), Sabourin (2009) e outros que se dedicaram a esse tema.

Porém, para Schneider (2009), Sabourin (2009) e Ploeg (2008) há distinções entre duas grandes categorias que compõem o universo da Agricultura. Para Ploeg, “[...] por um longo

tempo, os debates sobre o campesinato foram dominados pela tese do dualismo, que colocava fazendeiros capitalistas e camponeses como as principais e mutuamente opostas. Esse mesmo dualismo também se refere às categorias agricultura capitalista e agricultura familiar” (2008, p. 17). Nesse mesmo sentido, Schneider (2009) e Sabourin (2009) indicam que existe um modo de produção camponês e um modo de produção capitalista, os quais estabelecem, grosso modo, duas grandes categorias da Agricultura: a Agricultura Patronal e a Agricultura Familiar. Contudo, existe um campo híbrido onde agricultores familiares operam em favor da Agricultura Patronal. São esses os agricultores familiares que formam a força de trabalho para a produção integrada do grande agronegócio e suas indústrias, há décadas, conforme se verifica no sistema produtivo de grandes organizações, como a Sadia⁴ e a Aurora⁵ (Dorigon, 2008; Mior, 2003), para citar dois exemplos catarinenses, ou como a Parmalat⁶, que é um dos “impérios alimentares” internacionais da atualidade (Ploeg, 2008, p. 107). Nos casos catarinenses, os agricultores familiares criam suínos ou frangos, enquanto as indústrias contratantes dessas criações encarregam-se do abate dos animais, dos cortes e beneficiamentos das carnes, do acondicionamento de variados produtos em embalagens planejadas profissionalmente e da distribuição dessas mercadorias no comércio varejista do país. Desse modo, são grandes proprietários dos meios de produção e uma parcela dos agricultores familiares que formam a Agricultura Patronal e a respectiva força de trabalho.

Contudo, muito antes disso, a Revolução Científica e Tecnológica Agrária teve diversas fases ao longo dos séculos, de modo que Kautsky (1968) reconhece os primeiros sinais da emergência da Agricultura Patronal na Europa há cinco séculos, situando o início daquilo que ficou conhecido como “Agricultura Moderna” (p. 47). Ou seja:

A partir do século XVI diminuiu igualmente nas cidades, mas de modo relativo, em proporção ao número da população urbana, raramente de modo absoluto. Ao contrário, o expansionismo dessa população seguia uma marcha veloz. Em parte alguma a diminuição do consumo de carne foi tão considerável nas cidades quanto no campo. Apesar de toda miséria, nas cidades o nível de vida é mais elevado, em parte devido à existência dos capitalistas e dos aristocratas, que nelas consomem os frutos da exploração que praticam no país todo; em parte porque a concentração de operários facilita a sua luta por salários; enfim porque nelas tais danos à saúde que a reprodução da força de trabalho exige condições de subsistência superiores às da agricultura. O cidadão, que produz em espaços fechados, que fadiga frequentemente apenas os nervos, não os músculos, precisa, se não quiser incapacitar-se para a ação, de quantidade maior de alimento animal do que o

⁴ Para saber mais, ver <www.sadia.com.br/sadia>, acessado em maio de 2019.

⁵ Para saber mais, ver <www.auroraalimentos.com.br/aurora>, acessado em maio de 2019.

⁶ Para saber mais, ver <<http://www.parmalat.com/it/>>, acessado em maio de 2019.

lavrador. Mas o aumento do consumo de carne, relativamente mais amplo na cidade do que nos campos poderia também ter-se facilitado pelo fato de o gado, antes da construção das estradas de ferro, ter sido um dos produtos agrícolas transportados, em vida, de modo mais cômodo e a maiores distâncias, produto [este] que o camponês, morando longe do mercado, conduziria mais folgadoamente (Kautsky, 1968, p. 47).

Entretanto, não é consensual entre os estudiosos o entendimento de Kautsky. Para Abramovay (2012), por exemplo, a obra “A Questão Agrária”, de Kautsky (1968), busca “[...] demonstrar a superioridade da grande exploração capitalista sobre a propriedade familiar e, portanto, de se procurar frear o movimento inelutável que o capitalismo promove de expropriação camponesa” (p. 57). Onde, prossegue Abramovay (2012),

[...] a ênfase de Kautsky é substancialmente diferente da de Lênin. Não se encontra em ‘A Questão Agrária’ qualquer semelhança com o minucioso esforço de Lênin de demonstrar a heterogeneidade social do mundo rural. O paradigma oferecido por Kautsky concentra-se mais nas relações entre agricultura e indústria, na ideia de “industrialização da agricultura”, na impossibilidade de o pequeno estabelecimento agrícola incorporar as conquistas técnicas, organizacionais e econômicas à disposição dos capitalistas e, portanto, na tendência a que o grande e não o pequeno produtor se integre com a indústria, em suma, na reflexão sobre temas praticamente ausentes no trabalho de Lênin (p. 57).

Porém, especificamente sobre a questão da organização social que tange a Agricultura, na medida em que o mercantilismo avançou até surgir o capitalismo, novos problemas sociais emergiram, assim como críticos desse sistema. No entanto, Abramovay (2012) entende que “[...] é impossível encontrar uma questão agrária formulada explicitamente nos escritos de Marx” (p. 41). Ou seja:

Por mais que se tenha revestido de um aparato teórico imponente, esta célebre expressão (questão agrária) sempre correspondeu, antes de tudo, à resposta de certas organizações políticas a determinadas situações circunstanciais. Particularmente os dois grandes clássicos sobre o tema, publicados ambos originalmente em 1899, “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” (Lênin, 1969) e “A Questão Agrária” (Kautsky, 1980), que já chegaram até a ser vistos, cada um, como o Livro IV de “O Capital”, só podem ser compreendidos de maneira adequada no quadro das lutas políticas em que se inseriam seus autores, muito mais do que como simples aplicações de uma doutrina elaborada, ainda que de maneira incipiente, sobre as leis gerais do desenvolvimento do capitalismo na agricultura (Abramovay, 2012, p. 41).

Seja como for, do século XVIII em diante a Agricultura se transformou, a ponto de inaugurar a Agricultura Moderna, tanto através das experiências das cooperativas socialistas soviéticas quanto das produções capitalistas da Agricultura Patronal europeia⁷. Para marcar o momento de transição de uma Revolução Científica e Tecnológica a outra, Mendras (1978) sustenta que

A recriação do campesinato ocidental depois da destruição das invasões bárbaras não é menos impressionante que o regresso dos camponeses franceses às suas aldeias e às suas terras no século XVI, depois da grande peste, e depois no século XVI após as guerras religiosas, aguardando a gloriosa expansão do século XVIII. O camponês da Europa oriental foi sucessivamente às legiões romanas, aos funcionários bizantinos, aos agás otomanos, aos boiardos da segunda servidão, aos burgueses mercantis e liberais e aos tecnocratas da democracia popular; sucessivamente independentes, servos, livres, escravos, dependentes, estão agora entregues a si mesmos (p. 246).

Contudo, sobre as experiências com as cooperativas soviéticas, segundo Carvalho (2014),

[...] o período de 1890 até a Revolução [Russa, em 1917] e, posteriormente, até as medidas de coletivização na década de 1930 está marcado pela polêmica entre populistas, marxistas e a tendência da qual Chayanov formava parte, conhecida como “escola para a análise da organização e produção camponesa”. O debate sobre a questão agrária russa não apenas se vinculava ao problema da posse da terra e suas formas mais adequadas para a passagem ao socialismo, mas incluía outras dimensões associadas à disponibilidade de recursos econômicos e técnicos que tornaria viável uma transformação radical das condições de vida camponesa. É nesse segundo nível que as contribuições da “escola” de Chayanov são de elevada importância. A questão de uma melhor classificação e seleção de sementes, mecanização, uso de fertilizantes, rotação de cultivos e formas cooperativas de comercialização aparece associada ao modo como a economia camponesa funciona na prática (p. 16).

Carvalho (2014) revela que na “escola de Chayanov” havia inovações que buscavam a eficácia econômica a partir do modo de produção agrário e camponês (p. 16). Para tanto, a escola se propunha a elaborar uma teoria partindo da “[...] suposição de que a economia camponesa, não sendo tipicamente capitalista, não poderia determinar objetivamente os custos de produção pela ausência da categoria salário” (p. 16). Evidentemente, “[...] o retorno que um camponês obtém após finalizar o ano econômico não pode ser conceitualizado como formando

⁷ O caso europeu foi priorizado em razão do vínculo que há com a História do Brasil.

parte de algo que os empresários capitalistas chamam de lucro” (Carvalho, 2014, p. 16). Foi exatamente na elaboração de tal proposta teórica que Chayanov dedicou seu trabalho, a partir de 1911, buscando soluções para o desafio da “modernização e tecnificação” do meio rural russo (2014, p. 17). Segundo esse autor, a produção intelectual de Chayanov contabiliza “[...] mais de 200 trabalhos científicos entre livros, monografias, artigos, etc. – e, acrescento eu, romances e poemas” (p. 9), dentre os quais poucos foram traduzidos para o português.

Todavia,

[...] no dia 21 de julho de 1930, Chayanov foi preso sob a acusação de ser membro de certo Partido do Trabalho Camponês, que jamais existira. Após passar anos na prisão à espera do julgamento que não ocorreu, foi exilado para Alma-Ata, capital do Cazaquistão, república soviética na Ásia Central, onde ainda trabalhou durante algum tempo no Comissariado da Agricultura (do Ministério da Agricultura da URSS). Em 1937, no auge da repressão stalinista, foi novamente preso sob mais uma acusação fabricada. Condenado ao fuzilamento no dia 3 de outubro do mesmo ano, foi executado no mesmo dia, aos 49 anos. Naquele momento, a ciência do cooperativismo perdia o seu mais brilhante teórico e o movimento cooperativista perdia um de seus melhores ativistas (Carvalho, 2014, p. 37).

Por outro lado, as experiências capitalistas da Agricultura Moderna também são extensas. Segundo Mazoyer e Roudart (2010),

No final do século XIX, após 10.000 anos de evolução e de diferenciação agrárias, os povos do mundo eram herdeiros de formas de agricultura tão diferentes como os cultivos em florestas e nas savanas intertropicais, os cultivos irrigados das regiões áridas e semiáridas, a rizicultura aquática das regiões tropicais úmidas, os cultivos estreitamente associados à criação (das regiões temperadas e de certas regiões tropicais), sem contar as múltiplas formas de pastoreio das regiões herbáceas frias ou semiáridas (p. 421).

No entanto, prosseguem os autores,

No início do século XX, na Europa e nos países novos temperados, os sistemas de policultura-criação sem alqueive provenientes da primeira revolução agrícola eram predominantes. Certamente, uma parte dos estabelecimentos agrícolas já havia adotado novos materiais mecânicos com tração animal produzidos pela indústria (arados charrua metálicos, ceifadeiras, enleiradeiras, condicionadoras de feno, colhedoras, debulhadeiras), mas muitos estabelecimentos utilizavam, ainda, equipamentos de cultivo com tração animal pesada de origem medieval e de fabricação artesanal (gadanho, carretas, arados charrua). Nas regiões mediterrâneas, o antigo cultivo com tração animal leve e com arado escarificador ocupava até mesmo o primeiro lugar. Enfim, na maior parte das

regiões, o cultivo manual (pás, enxadas, pequenas foices) não havia desaparecido completamente (p. 424).

Para Mazoyer e Roudart (2010), a “Agricultura Moderna” surge na passagem do século XIX para o século XX e foi tão impactante que acabou estabelecendo uma “2ª Revolução Agrária” (p. 356). Vale lembrar que a primeira grande revolução científica e tecnológica da humanidade ocorreu no Egito em 8.000 a.C., na Índia em 6.000 a.C., na China em 5.000 a.C., na Europa em 4.500 a.C., na África em 3.000 a.C. e nas Américas em 2.500 a.C., conforme Ribeiro (2000). Mas Mazoyer e Roudart (2010) detalham alguns desses dados, sobretudo no tocante ao caso ocidental:

No fim da Idade Média, a Europa já havia conhecido três revoluções agrícolas. Eram elas as revoluções agrícolas do neolítico, antiga e medieval, que geraram três grandes tipos de agricultura: os sistemas de cultivo temporário de derrubada-queimada, os sistemas com alqueive e tração leve, e os sistemas com alqueive e tração pesada. Do século XVI ao século XIX, a maioria das regiões da Europa foi palco de uma nova revolução agrícola: a primeira revolução agrícola dos tempos modernos, assim denominada por ter-se desenvolvido em estreita ligação com a primeira revolução industrial (p. 353).

Nesse sentido, é possível estimar o tamanho do impacto que tais revoluções agrícolas causaram aos povos e às nações. Assim, apenas para se ter uma noção do que foi o início da “1ª Revolução Agrícola dos Tempos da Idade Moderna”, Mazoyer e Roudart (2010) afirmam o seguinte:

Hoje, os estabelecimentos são, na maioria das vezes, inteiramente especializados num número muito reduzido de produções particularmente rentáveis. São equipadas com tratores pesados e grandes máquinas, fazem maciçamente apelo aos adubos minerais, aos produtos fitossanitários, aos alimentos do gado, a variedades de plantas e raças de animais altamente selecionados. Esses estabelecimentos vendem a quase totalidade de seus produtos nos mercados multirregionais e multinacionais e compram a maior parte de seus meios de produção, sendo que o autoconsumo e o autoabastecimento ocupam somente um lugar limitado. Na grande cultura cerealífera, por exemplo, a superfície cultivada por trabalhador varia entre 50 ha e 200 ha e os rendimentos dos cereais vão de 5.000 kg / ha a 10.000 kg / ha. A produção bruta por trabalhador oscila entre 250 t e 2.000 t, o que significa entre 25 e 200 vezes a produção bruta máxima por trabalhador, alcançável no início do século (10 ha x 1.000 kg / ha = 10.000 kg) (p. 425 / 426).

Evidentemente, a “Agricultura Moderna” gerou excedentes comercializáveis e lucros significativos, na mesma proporção em que a economia capitalista de mercado se estabelecia no meio rural onde a mais-valia era a norma e a exploração do trabalhador rural pelos donos dos meios de produção era permanente (Wanderley, 2009, p. 142). Apesar disso, Mazoyer e Roudart (2010) entendem que a “Agricultura Antiga” está “[...] viva em muitas regiões do pós-guerra” e “[...] permite apreciar o caminho percorrido em alguns decênios” (p. 425). Quanto à “Agricultura Moderna”, esses autores entendem que ela se estabeleceu através de vários avanços técnicos, tal como segue esquematizado:

Esquema 3: Evolução técnica da mecanização na Agricultura Moderna.

Etapas	Nomenclatura	Descrição
1 ^a	Motomecanização I	A primeira etapa, a que chamaremos motomecanização I, consistiu em substituir os animais de tração e alguns raros tratores a vapor por tratores movidos a motor por explosão de fraca potência (10 a 30 cavalos HP). Esses tratores foram, em geral, atrelados aos equipamentos mecânicos por tração animal preexistentes (arados brabants, ceifadoras-atadoras) e aos antigos equipamentos de transporte de origem artesanal (charretes, carretas e outros engenhos com basculantes), mas às vezes também a novos materiais mais bem adaptados à tração motorizada. A primeira vaga de motomecanização, que começara antes da Segunda Guerra Mundial, expandiu-se rapidamente no final dos anos 1940 e no princípio dos anos 1950 nos estabelecimentos de mais de 15 ha, capazes de comprar e rentabilizar um trator. Apesar de pouco potentes, esses tratores eram, todavia, mais rápidos que os animais e, sobretudo, mais resistentes; assim, uma superfície máxima por trabalhador de uma dezena de hectares em tração animal, mecanizada era rentabilizada para até 20 ha ou 30 ha na grande cultura (p. 427).
2 ^a	Motomecanização II	A segunda etapa, a que chamaremos motomecanização II, apoiou-se no uso de tratores de média potência (30 a 50 cavalos de força – HP), geralmente munidos de dispositivos de reerguimento que permitiam carregar algumas ferramentas (como o arado charrua), em vez de simplesmente arrastá-las, e com força capaz de acionar algumas máquinas. Essa nova geração de tratores permitiu utilizar materiais com uma capacidade de trabalho duas a três vezes mais elevada: charruas com duas aivecas, grades, semeadoras, rolos, distribuidores e enleirador - juntador de feno de 3 a 4 metros de largura, barras de corte laterais de 2 m etc. Novas máquinas, algumas das quais combinavam várias operações, puderam ser atreladas a esses tratores: colhedoras, recolhedoras de baixa densidade para o feno e a palha, recolhedoras - enleiradeiras de beterrabas, descascadoras de batata, colhedoras de milho, encilhador etc. No entanto, como essas máquinas pesadas eram puxadas, suas peças de trabalho eram dispostas lateralmente em relação ao trator e, por isso, sua capacidade era limitada. Na Europa, os estabelecimentos motorizados da etapa precedente

		adotaram geralmente a motomecanização II no final dos anos 1950 e nos anos 1960. Em comparação com a motomecanização I, a motomecanização II permitiu também dobrar a superfície por trabalhador para atingir 50 ha em grande cultura (p. 427).
3 ^a	Motomecanização III	A terceira etapa, que chamaremos motomecanização III, apoiava-se na utilização de tratores de 50 a 70 cavalos HP, capazes de tracionar charruas de três aivecas e de puxar instrumentos de 5 m a 6 m de largura. Apoiava-se também na utilização de grandes máquinas automotivas combinadas, como as colhedoras, cujas peças de trabalho do equipamento eram dispostas frontalmente e cuja largura de corte podia ultrapassar amplamente aquela das máquinas tracionadas. Esta terceira vaga de motomecanização se desenvolveu no fim dos anos 1960 e nos anos 1970. Ela permitiu ampliar a superfície por trabalhador em grande cultura para 70 ha ou 80 ha (p. 427 / 428).
4 ^a	Motomecanização IV	A quarta etapa, ou motomecanização IV, baseava-se, ao mesmo tempo, na utilização de tratores de 80 a 120 cavalos HP e, simultaneamente, permitia utilizar charruas com quatro aivecas e puxar várias máquinas – idênticas ou que realizassem algumas operações complementares –, além de se basear ainda na utilização de colhedoras cuja largura de corte atingia de 5 m a 6 m. A motomecanização IV se difundiu na Europa nos anos 1970-1980 e permitiu ultrapassar os 100 ha por trabalhador (p. 428).
5 ^a	Motomecanização V	A quinta etapa, ou motomecanização V, baseava-se no emprego de tratores de quatro rodas motoras, de mais de 120 cavalos HP, e no emprego de equipamentos associados que permitiam, por exemplo, realizar, em uma única passada, todas as operações de preparo do solo e a semeadura de cereais. Ela desenvolveu-se primeiramente nos Estados Unidos e em outros países “novos”, assim como nos grandes estabelecimentos estatais ou cooperativas da URSS e de outros países do Leste. Há alguns anos ela se difundiu pelo Oeste da Europa. Permitiu ampliar a superfície por trabalhador em grande cultura para mais de 200 ha. Do cultivo manual dos cereais à motomecanização V, passando pelos cultivos com tração animal leve, pesada e mecanizada e pelas motomecanizações I, II, III e IV, o capital fixo por trabalhador passa de algumas centenas de francos para aproximadamente dois milhões de francos, e a superfície por trabalhador passa de 1 ha para mais de 200 ha. Paralelamente, o rendimento médio dos cereais, que era da ordem de 1.000 kg/ha em uma agricultura manual sem adubos, ultrapassava 5.000 kg/ha numa agricultura mecanizada e quimizada. Para medir a grande diferença de produtividade do trabalho entre esses dois tipos de agricultura e para constatar as etapas que foram necessárias cumprir para passar de uma a outra, podemos representar, num mesmo gráfico, as produtividades brutas (medidas em toneladas de cereal produzidas por trabalhador) e as superfícies por trabalhador correspondentes a cada um dos níveis de equipamento que distinguimos. De maneira análoga, a motomecanização progrediu por etapas para outros grandes tipos de produção especializada. Tomaremos apenas outro exemplo, o da mecanização da ordenha de vacas leiteiras,

		que também passou por uma sucessão de equipamentos cada vez mais potentes, o que permitiu acréscimos significativos da produtividade de trabalho: um produtor de leite podia ordenhar à mão uma dúzia de vacas, duas vezes por dia; poderia ordenhar o dobro com um equipamento de ordenha constituído por um balde ordenhador móvel; cinquenta vacas numa sala de ordenha do tipo “espiga”, com tanque de leite; uma centena de vacas com uma sala de ordenha equipada com carrossel (“rotolactor”), e, enfim, mais de duzentos animais numa sala de ordenha inteiramente automatizada do modelo mais recente (p. 428).

Fonte: Mazoyer e Roudart, 2010.

Além das fases da “motomecanização” da “Agricultura Moderna”, Mazoyer e Roudart (2010) indicam que também ocorreu uma série de “[...] avanços da química agrícola e da seleção [de plantas e de sementes]” (p. 428), os quais “[...] favoreceram o crescimento dos rendimentos por hectare” (p. 428). Segundo os autores,

Desde o século XIX, lembremos, os adubos minerais (ou químicos) começaram a ser utilizados na Europa. No início do século XX, o uso deles se intensificou nos países industrializados, mas só se generalizou após a Segunda Guerra Mundial. Em 1900, o consumo mundial dos três principais minerais fertilizantes – o nitrogênio (N), o ácido fosfórico (P₂O₅) e o potássio (K₂O) – não alcançava 4 milhões de toneladas de unidades fertilizantes; em 1950, esse consumo ultrapassava pouco mais de 17 milhões de toneladas e, ao final dos anos 1980, saltou para 130 milhões de toneladas. Como já vimos, [...] este imenso sucesso foi possível graças à multiplicação das fontes de extração e ao desenvolvimento das indústrias de transformação ou de sínteses desses adubos. (Início do século XIX: guanais do Peru e nitratos do Chile. Fim do século XIX: superfosfatos obtidos pela reação dos fosfatos naturais com o ácido fosfórico; escórias provenientes da desfosforização do aço e das fundições fosforosas [“Escória de Thomas”]; cloreto de potássio extraído das minas de sal da Alemanha. Início do século XX: cianamida cálcica obtida pela fixação do nitrogênio do ar em forno elétrico e síntese do amoníaco do qual foi retirada em seguida a maior parte dos adubos nitrogenados, como a ureia, o sulfato de amônia e o nitrato de amônia) (p. 430).

Neste sentido, prosseguem Mazoyer e Roudart (2010),

Ora, a produção de biomassa de uma planta por unidade de superfície depende do teor em minerais nutritivos da solução do solo. [...] se partirmos de um teor nulo, o aumento deste teor se expressa, primeiramente, por fracos aumentos de produção; depois os aumentos de produção tornam-se cada vez mais fortes (mais do que proporcionais). A partir de certo teor (que corresponde ao ponto de inflexão da curva de produção), os aumentos de produção tornam-se cada vez menos fortes (menos que proporcionais), para em seguida atingirem seu limite. Finalmente, com os teores muito elevados, que se tornam tóxicos, a

produção da biomassa diminui. [...] Se, portanto, traçarmos, para um solo cultivado, a curva de rendimento de um cultivo em função da dose de adubos minerais incorporados ao solo (todos os elementos fertilizantes misturados e bem dosados), obteremos uma curva que apresenta, inicialmente, aumentos de rendimentos menos que proporcionais aos aumentos da dose de adubos, para em seguida alcançar um teto, e finalmente uma diminuição de rendimentos. O acréscimo considerável do rendimento por hectare dos cultivos no curso das últimas décadas resulta principalmente do acréscimo do uso dos adubos, ainda que a melhoria dos tratamentos e das operações mecânicas de preparação e de manutenção dos cultivos tenha sua parte nesse crescimento. Para os cereais, por exemplo, partindo de rendimentos em grãos de 1 t/ha – que se obtinha com o esterco, porém sem adubos minerais nos sistemas sem alqueive do princípio do século –, passou-se, nos anos 1950, para um rendimento médio de três toneladas com as doses de adubos, contando aproximadamente 100 kg/ha de nitrogênio (N), mais o ácido fosfórico (P₂O₅) e o potássio (K₂O) na proporção desejada. Hoje, os rendimentos se aproximam de 10.000 kg/ha de grão, para doses de adubos que podem ultrapassar 200 kg/ha de nitrogênio. Essas doses compensam amplamente não apenas as boas exportações das colheitas, mas também as perdas por drenagem no lençol freático, que podem representar várias dezenas de quilos de nitrogênio por hectare (p. 430 / 431).

Como se pode constatar, após o incremento das fases da motomecanização, dos avanços da química agrícola e da consequente fertilidade forçada dos solos, Mazoyer e Roudart (2010) mencionam que foi a vez de “melhorar” as espécies das plantas a serem cultivadas:

[...] no início do século XX, os cereais cultivados não teriam suportado as doses de nitrogênio que hoje se utiliza. Foi então necessário proceder à seleção de variedades cada vez mais exigentes e cada vez mais reprodutivas para absorver e rentabilizar as quantidades crescentes de adubos produzidos pela indústria. Evidentemente, não houve uma mudança imediata de populações de trigo capazes de produzir 2.000 kg/ha para variedades capazes de produzir mais de 10.000 kg. Foi necessário selecionar sucessivamente diversas variedades com potencial de crescimento, que constituíram outras tantas etapas condicionando o desenvolvimento do uso de adubos. Para o trigo, por exemplo, foram selecionadas variedades com a palha cada vez mais curta e com rendimento crescente em grãos: a parte do grão em relação à biomassa aérea total passou de 35%, no caso das variedades dos anos 1920, para 50% nas variedades dos anos 1990 (p. 431).

Enfim, todos esses avanços técnicos, científicos e tecnológicos foram seguidos de perto por novidades no âmbito da gestão das organizações empresariais ligadas à Agricultura Moderna, incrementando ainda mais a Agricultura Patronal.

Contudo, ainda que a Agricultura Moderna tenha tido grandes ganhos comerciais e financeiros, pesa contra o grande agronegócio da “2ª Revolução Agrícola dos Tempos da Idade Moderna” uma série de denúncias graves:

Outros inconvenientes vêm se agregar às grandes desigualdades de renda e de destino que se desenvolvem entre os estabelecimentos camponeses ao longo da segunda revolução agrícola: concentração regional dos produtos vegetais, concentração local de um número muito elevado de animais produzidos em confinamento, uso abusivo de adubos, de produtos fito e zoofarmacêuticos, dificuldades de manter serviços públicos suficientes e uma vida social aceitável nessas regiões onde a superfície por trabalhador ultrapassa uma centena de hectares, desertificação de regiões esvaziadas de toda atividade etc. Enfim, desde o início dos anos 1970, o êxodo agrícola, resultante principalmente do desaparecimento dos pequenos estabelecimentos e do abandono de regiões inteiras, prosseguiu num ritmo elevado, enquanto o crescimento econômico geral enfraquecia e a criação de empregos fora da agricultura se desacelerava. Foi então que o desemprego começou a estender-se muito além das proporções que normalmente eram necessárias para assegurar a mobilidade da mão de obra (Mazoyer e Roudart, 2010, p. 483).

São inúmeras as denúncias, mas uma é especialmente perigosa. Trata-se do que Ploeg (2008, p. 260) nomeou como “Império Alimentar”. Para esse autor,

No começo do Terceiro Milênio, os impérios alimentares se concretizam literalmente em uma expansão continuada. Esta expansão se processa como a “conquista” da natureza, da vida, dos alimentos e da agricultura. Ela afeta igualmente padrões de consumo, de saúde e a identidade dos consumidores. A conquista dá aspartame (um substituto do açúcar que provoca facilmente a diabetes) a pessoas que apenas querem tomar refrigerantes. Dá demasiadas gorduras digestíveis (através da homogeneização do leite) àqueles que querem simplesmente algo saudável. A natureza, os alimentos e a agricultura, mas também a saúde, o frescor, etc. são redefinidos, reordenados e reformulados materialmente e, conseqüentemente, sujeitos à lógica específica de diferentes impérios alimentares. Dentro dos impérios alimentares, a expansão é de fato entendida e, conseqüentemente, organizada como uma “conquista”, tal como se refere Gonzáles Cháves (1994) em sua análise da produção de frutas e vegetais no México (p. 260).

Ploeg (2008) sustenta que tais impérios possuem determinadas características. Uma delas é a sua expansão através de um “processo hierárquico” (p. 261), onde as “[...] formações sociais (e redes imperiais) proclamam e – normalmente – impõe sua superioridade política, cultural, (econômica) e militar através da codificação da subordinação dos povos a ela sujeitos, não deixando quaisquer dúvidas quanto ao lugar onde reside o poder” (*idem*). Outra característica dos “Impérios Alimentares” é que o seu “processo hierárquico” não é “[...] apenas uma forma hierárquica de governança, mas é um modo de ordenamento. Ele reconfigura o mundo social e o mundo natural” (p. 262 / 263), onde os fenômenos que são ordenados são manobrados. Por fim, Ploeg (2008) esclarece o seguinte:

A dinâmica do Império é cada vez mais expressada em termos de duas esferas separadas, mas interligadas. Por um lado, existe a “economia real” onde as coisas são feitas, alteradas, processadas, reparadas, cultivadas, movidas, enviadas, empacotadas, desenhadas, digitalizadas, e assim por diante. Por outro, existe a “economia virtual” que é composta pelas redes imperiais que controlam e administram a primeira esfera, enquanto, ao mesmo tempo, se apropriam do valor produzido por ela. A “economia real” está em toda parte. Ela está, de certo modo, espalhada por todo mundo, embora – devido ao ordenamento e reordenamento imposto pelo Império – esteja continuamente mudando e se tornando invisível (p. 262).

Ploeg (2008) afirma, então, que o “Império Alimentar” desregula a economia real, tornando-a informal e, assim, suprime os direitos trabalhistas e sociais. Segundo ele, isso acarretará o deslocamento de “[...] grandes partes da economia real para o leste da Ásia e, em menor escala, para países do leste da Europa, para África e para América Latina” (p. 265), enquanto simultaneamente setores em expansão da Europa Ocidental, América do Norte e Austrália sofrerão um processo de desregulamento da economia e reformas maiores, ainda que demorem mais a ocorrer (*idem*). Neste sentido, os impérios alimentares causarão grande acumulação de riquezas para si mesmos e pobreza generalizada aos demais, além de destruição da natureza (p. 265).

Entretanto, para que se tenha uma ideia ainda clara do que é um “Império Alimentar”, Ploeg (2008) explicita o caso da Parmalat, alertando que se trata de um entre outros casos que transcenderam os limites da Agricultura Patronal (p. 107):

O grupo Parmalat passou, em relativamente pouco tempo, de uma pequena empresa em Collecchio, na província de Parma, no norte da Itália, para uma das maiores multinacionais da indústria do leite, se tornando no que chamamos agora de “ator global”. Em 2000, a empresa realizou um total de vendas anuais de 6,5 bilhões de dólares e estava no 29º lugar entre os 50 principais grupos alimentares do mundo. Em 2003, o total das vendas atingiu os 7,6 bilhões de euros, incluindo 260 sociedades comerciais distintas, com 139 sucursais em 30 países. [...] Na Itália, a Parmalat estava no oitavo lugar da lista de maiores grupos industriais e se expandia a um ritmo fenomenal. Em 1999, a empresa comprou a Lactona, a Union Gardarene na Argentina (por 65 milhões de euros), uma empresa de distribuição na Nicarágua (por 20 milhões de euros) e a Farmland Dairies nos Estados Unidos (por 125 milhões de euros). O fluxo de caixa total da empresa, em 1999, foi de 458 milhões de euros, mas 612 milhões foram investidos em aquisições. As dívidas também aumentaram, no mesmo ano, para 500 milhões de euros, atingindo um nível total de 2,2 bilhões de euros. / Esse padrão se repetiu nos anos seguintes. Em cinco anos, de 1998 a 2002, a Parmalat investiu 2,1 bilhões de euros em “shoppings interprises” [“comprando empresas”] [...]. Entretanto, um dos bancos participantes, J. P. Morgan, anunciou (em abril de 2002) que o lucro

líquido da Parmalat iria mais que quadruplicar para 349 milhões de euros em 2005, e que o valor dos títulos aumentaria de 3,7 para 4,4 euros (p. 108 / 109).

Em síntese, Ploeg (2008) entende que há uma “crise internacional e multidimensional” (p. 28) a qual só poderá ser “[...] solucionada através da recampenização generalizada e, provavelmente, renovada” (*idem*). Mazoyer e Roudart (2010, p. 530) coadunam com a existência dessa crise e do quanto ela é grave. Para esses autores, a despeito de todos os avanços técnicos, científicos e tecnológicos já mencionados, outros elementos precisam ser considerados, os quais já são percebidos a décadas:

Em 1993, enquanto apenas um bilhão de pessoas que viviam nos 24 países “de renda elevada” e dispunham de uma renda média per capita de 315 francos franceses por dia (63 US\$), mais de 3 bilhões de pessoas que viviam em 45 países “de baixa renda” dispunham de uma renda média de 5 francos por dia (1 US\$), ou seja, 60 vezes menos que os acima citados! Além do mais, 1,6 milhão de pessoas que viviam em 63 países “com renda intermediária” dispunham de uma renda média de 35 francos por dia (7 US\$), ou seja, 7 vezes menos que nos países de renda elevada (p. 538).

Assim, concluem Mazoyer e Roudart (2010),

Essa colossal distorção do sistema agrícola e alimentar mundial está na base das enormes desigualdades de renda e de desenvolvimento que existem entre os países. E se, por infelicidade, o mundo ficasse à deriva de uma lei de desenvolvimento tão violentamente contraditória, não seria improvável que o mundo futuro se parecesse mais com um arquipélago de ilhas de prosperidade, bem equipadas, dispersas em um oceano de miséria, do que um universo de prosperidade, que reabsorvesse uma após a outra as ilhas residuais da pobreza. A crise do campesinato subequipado e pouco eficiente, de longe a categoria mais numerosa, está na origem da subida da maré de pobreza rural e urbana que torna impossível o desenvolvimento dos países agrícolas pobres. Esta pobreza massiva ou, dito de outra forma, esta inadimplência das necessidades que afeta mais da metade da humanidade está na origem da insuficiência manifesta da demanda mundial adimplente, da diminuição do crescimento econômico e do aumento do desemprego e da pobreza até o âmago dos próprios países desenvolvidos. Subitamente, os capitais mal aplicados orientam-se cada vez mais para a especulação abundante, as modernizações redutoras de emprego e as transferências redutoras de renda, o que só agrava a crise geral, com seu cortejo de miséria, de desespero e delinquência, de tráficos, de corrupção e de guerras (p. 551 / 552).

Outros autores concordam que a solução para tal crise mundial passa pelo fortalecimento e reequacionamento da Agricultura Familiar e/ou a “recampesinização” (Ploeg,

2008, p. 28), os quais sempre estiveram presentes na Agricultura Moderna, conforme consta em Mendras (1978, p. 256), Wanderley (2004, p. 141); Sabourin (2009), Veiga (2012, p. 214), Abramovay (2012, p. 174), Carvalho (2014), entre outros estudiosos.

Alguns pesquisadores entendem que o campesinato (Stedeli e Estevan, 2011; Sabourin, 2009; Wanderley, 2004, p. 141) e a Agricultura Familiar (Picolotto, 2011; Schneider e Gazolla, 2011; Wanderley, 2009; Schneider, 2009; Schneider, 2003) sempre estiveram presentes na Agricultura Moderna. Ao se referir ao caso da Inglaterra, por exemplo, Abramovay (2012) aponta que “[...] dificilmente o observador do país de vanguarda do capitalismo mundial no século XIX poderia resistir à associação entre modernização da agricultura, grande propriedade fundiária, desaparecimento dos camponeses e formação do proletariado rural” (p. 173). No entanto,

Em 1988 alguns dos mais importantes economistas, antropólogos sociais, historiadores e sociólogos rurais britânicos reuniram-se para realizar uma revisão bibliográfica crítica sobre a relação entre a família e o empreendimento econômico na agricultura. Problema ligados à sucessão hereditária, à formação não só profissional e técnica, mas também cultural do agricultor, à influência do caráter familiar no desempenho econômico da unidade produtiva compuseram uma significativa agenda de pesquisas que Gasson et al. (1988) procuraram resumir. Na verdade, seu texto é o resultado de importantes trabalhos que se desenvolvem no país a respeito da família rural e a natureza de suas atividades econômicas ao menos desde os anos de 1970 (Abramovay, 2012, p. 174).

Ao prosseguir, o autor revela o seguinte:

Com efeito, num “paper” apresentado no 8º Congresso Internacional de Sociologia Rural, Bell e Newby (1974, p. 86), dois dos mais importantes estudiosos britânicos dos problemas agrários, procuraram insurgir-se contra a sociologia rural de seu país, que sempre enfatizou o papel dos “farmers”, e saíram em busca daquelas explorações onde existe relação antagônica de classe. Os autores formularam a ideia de que a estrutura tripartite característica do período “clássico” da agricultura britânica estaria para voltar, agora com os grandes capitais financeiros investindo na terra com finalidades especulativas ocupando o papel do “landlords” e as corporações fazendo as vezes dos capitalistas. Os atuais “farmers” desapareceriam e seriam transformados em assalariados agrícolas (Abramovay, 2012, p. 175).

Assim, “[...] embora críticos com relação à abordagem romântica da ‘small farming’” (Abramovay, 2012, p. 176), Newby e colaboradores “[...] reconhecem a importância social e econômica da produção familiar e propõem-se a estudar não mais as grandes empresas capitalistas baseadas no trabalho assalariado, mas justamente os empreendimentos familiares”

(*idem*). A partir de então, Gasson passa a usar critérios mais flexíveis que os estudiosos do mesmo tema nos Estados Unidos da América para entender o que seria a produção familiar. Segundo Abramovay (2012, p. 176), Gasson e colaboradores respondem a essa questão com três aspectos básicos: “a) os membros estão relacionados por parentesco ou casamento; b) a propriedade dos negócios é usualmente combinada com controle gerencial; e c) o controle é transmitido de uma geração para outra dentro da mesma família” (Gasson *et al. apud* Abramovay, 2012, p. 176). Embora tenham ocorrido muitos debates sobre esse e outros estudos, Abramovay (2012) considera que Marsden e colaboradores são os primeiros a reconhecerem o quanto “[...] a agricultura na Grã-Bretanha, como em outras partes da Europa, é ainda essencialmente uma atividade baseada na família apesar das tentativas de capitais externos de transformar suas relações de produção” (p. 178). Por fim, conclui Abramovay (2012),

Os pensadores econômicos britânicos foram grandes admiradores da capacidade da agricultura britânica, a partir do século XVIII, de elevar sua produtividade, aumentar a oferta agrícola e, ao mesmo tempo, liberar braços para a industrialização. A Revolução Agrícola [a 2ª Revolução Agrícola dos Tempos Modernos, a qual inaugura a Agricultura Moderna] conseguiu historicamente resolver a quadratura do círculo que consistia em aumentar a produção com uma contribuição cada vez menor de trabalho humano, e por isso foi exaltada como verdadeiro modelo de progresso econômico. Seu vertiginoso declínio, a partir de 1870, e com ele a redução do imenso poder ali detido pela aristocracia fundiária revela o calcanhar-de-aquiles do próprio modelo tripartite da organização social da agricultura que dominou [...] os campos ingleses: os preços resultantes de uma agricultura organizada nos moldes tão científicos não podiam enfrentar a concorrência dos produtos agrícolas que o avanço nos meios de transportes e comunicação colocavam na Europa, vindos dos Estados Unidos, da Argentina ou da Austrália (p. 182 / 183).

Nesse sentido,

O deslocamento da produção baseada fundamentalmente no trabalho assalariado não veio das grandes “plantations”, nem tão pouco das unidades camponesas de produção, mas, ao contrário, de estabelecimentos altamente integrados ao mercado mundial, cujos proprietários eram colonos sem qualquer tipo de tradição camponesa: as grandes planícies norte-americanas, o Canadá, a Austrália e a Argentina contribuíram decisivamente para a ruína daquilo que no século XIX considerava-se como modelo de desenvolvimento. / É sobretudo entre as duas guerras que a agricultura recupera a importância estratégica que a caracterizou no período da Revolução Industrial, em virtude dos riscos em que se via o país de ter limitadas suas importações de alimentos. Os estabelecimentos familiares, que sucederam os grandes empreendimentos capitalistas em derrocada desde o final do século XIX, permitiram à Grã-Bretanha fortalecer seu abastecimento interno. O notável no caso britânico é

que não “houve qualquer tentativa de ressuscitar a estrutura clássica da agricultura inglesa” quando o país necessitou de um desempenho agrícola favorável, já no século XX. Foi a produção familiar fundamentalmente que permitiu que a participação doméstica na oferta total de bens alimentares passasse de 46,7% em 1955 / 1956 para 61,8% em 1983 (Abramoway, 2012, p. 183).

Veiga (2012) complementa tais dados afirmando que a política de concessão de terras pelo estado foi importante nesse processo, em vários países. No caso dos Estados Unidos, por exemplo, a “[...] promulgação da famosa Homestead Law” (p. 69) ocorreu em 1862, “[...] com a distribuição de lotes de 160 acres (64,75 ha)” (*idem*). Mais que disso, prossegue o autor, havia muita especulação e aquisição de terras, de modo que nos últimos quarenta anos do “[...] século XIX – período no qual a área apropriada por particulares mais que dobrou, passando de 407 para 839 milhões de acres – apenas oitenta milhões (18,5 %) foram transferidos diretamente do patrimônio público” (Veiga, 2012, p. 69). Ou seja: “[...] mais de quatro quintos das terras apropriadas entre 1860 e 1900 foram compradas de diversos vendedores, principalmente companhias construtoras de estradas de ferro, grileiros e do próprio governo” (p. 69).

Veiga (2012) também chama atenção para o fato do “Homestead Act” não se negar a distribuir terras “[...] às famílias anglo-saxãs, germânicas e escandinavas, que atravessavam o Atlântico no século XIX” (p. 69 / 70). Assim, “[...] as grandes planícies foram apropriadas em três fases” (p. 70), de modo que nos “[...] anos de 1860, a espacialização regional da agricultura americana já estava completa” (*idem*), ainda que o grande oeste continuasse inexplorado naquele momento, “[...] com a exceção de alguns poucos vales do litoral do Pacífico e de alguns núcleos coloniais mórmons em Utah” (*idem*).

Veiga (2012) também faz referência ao caso do Japão (p. 75), centrando-se no período pós-revolução Meiji, quando o país “[...] decidiu romper com 220 anos de isolacionismo” para “[...] absorver o progresso tecnológico europeu e construir um Estado moderno” (*idem*). Nesse período, no que tange à Agricultura, o autor indica que a classe dirigente japonesa tinha admiração pela “via inglesa” (p. 76), referindo-se ao processo de industrialização da Inglaterra e das conseqüentes transformações no meio urbano e, sobretudo, nas dinâmicas no mundo rural. Especificamente ao meio rural, Veiga (2012) menciona que a “Revolta do Arroz” (p. 77) do Japão do início do século XX ocorreu quando “[...] grande parte da renda dos proprietários de terra dependia do preço do arroz” e “[...] seus interesses coincidiam com a proposta de autossuficiência, justificada em termos de segurança nacional” (*idem*).

Uma outra referência de Veiga (2012) aponta que o período pós- crise da Bolsa de Nova Iorque foi grande estímulo dos Estados Unidos da América à Agricultura, como forma de

superar a penúria do período. Assim, “[...] logo após a posse do Franklin Delano Roosevelt, em maio de 1933, o Congresso americano aprovou o ‘Agricultural Adjustment Act’ (AAA), autorizando o governo a fazer acordos com os agricultores” (p. 83). Tais medidas pretendiam assumir o controle da produção e versavam sobre: “i) controlar os principais produtos agrícolas” (*idem*); ii) mediar os “contratos entre produtores e compradores para estabilizar preços” (*idem*); e iii) implementar taxas que “permitissem financiar essa nova política” (*idem*). Apesar de tudo, Veiga (2012) considera que o grande momento da Agricultura daquele país ocorreu entre 1940 e 1946, pois a 2ª Guerra Mundial demandou muitos produtos agrícolas e isso ocasionou um “duplo aquecimento” (p. 85). Para o autor, essa Guerra exigiu “[...] grande expansão das exportações e a retomada dos níveis de emprego, acompanhada de aumentos salariais” (*idem*), de modo que nesse período “[...] os preços recebidos pelos agricultores americanos subiram 138%, a renda bruta aumentou 167% e a renda líquida dos produtores 236%” (*idem*).

Enfim, com base no resumo histórico da Agricultura acima, importa ter em mente que as quatro primeiras Revoluções Científicas e Tecnológicas do “processo civilizatório” descrito por Ribeiro (2000) ocorreram em tempos diferentes e lugares distintos, às vezes com variações de tempo bem largas entre uma ocorrência e outra. Porém, sobretudo a partir da 6ª Revolução – a Mercantil –, os fenômenos sociais do mundo passaram a ter mais sintonia de tempo, possivelmente por causa das grandes navegações oceânicas que propiciaram maior contato entre as nações, povos e localidades. Assim, com a emergência da Revolução Científica e Tecnológica seguinte – a Industrial –, essa sintonia foi ainda maior, em razão do surgimento de novas formas de comunicação e do comércio internacional cada vez mais intenso.

No caso do Brasil, que foi invadido pelo império ultramarino lusitano em 1500 (Alencastro, 2000), “[...] antes mesmo do término do século dos Descobrimentos (1450 - 1550), as metrópoles reorientam as correntes ultramarinas a fim de colonizar seus próprios colonos” (p. 11):

Na América portuguesa, em consequência da ofensiva francesa e do declínio do trato asiático, foram tomadas em 1534 medidas para povoamentos e a valorização do território. Quinze capitanias hereditárias acabaram sendo cedidas a donatários. Para atrair candidatos, a Coroa concede prerrogativas extensas. Dos doze primeiros donatários, seis nunca vieram ao Brasil ou voltaram logo para Portugal; dois foram mortos pelos tupinambás; outros dois abandonam seus direitos, e apenas dois puderam prosperar: Duarte Coelho em Pernambuco e, até 1546, Pero do Campo Tourinho em Porto Seguro. São Vicente também progride por algum tempo, mas jamais será visitada por seu donatário (p. 20).

No entanto, pondera Alencastro (2000),

É no espaço mais amplo do Atlântico Sul que a história da América portuguesa e a gênese do Império do Brasil tomam toda a sua dimensão. A continuidade da história colonial não se confunde com a continuidade do território da Colônia. Na verdade, os condicionamentos atlânticos, africanos – distintos dos vínculos europeus –, só desaparecem do horizonte do país após o término do tráfico negreiro e a ruptura da matriz colonial, na segunda metade do século XIX. Tais condicionantes marcam a originalidade da formação histórica brasileira (p. 21).

Para Santos e Silveira (2006), no esforço de periodizar a formação do território brasileiro, nomearam o 1º período de “Meios naturais” (p. 27). Segundo esses autores, foi nesse período em que “[...] diversos instrumentos de trabalho e formas de fazer, lentamente elaborados, terão concorrido para a realização, aqui, de uma fase basilar do homem, isto é, a domesticação de plantas e animais” (p. 29), onde o “[...] despontar da agricultura foi também sinônimo de desmatamento” (*idem*). Santos e Silveira (2006) entendem que esse período envolve um longo tempo de precariedade, em termos de ferramentas de trabalho e o “enfrentamento das distâncias” (p. 29). Os autores mencionam também que havia “[...] dezenas de grupos tribais que moravam em aldeias de trezentos a dois mil habitantes”, onde “[...] a matriz tupi somava provavelmente um milhão de índios” e que “[...] eram capazes de navegar os rios e cultivar a terra” (p. 29), além de terem sido eles que “desalojaram os primeiros agricultores [portugueses] das áreas litorâneas” (*idem*).

Alencastro (2000) complementa essa perspectiva indicando que as leis portuguesas “[...] permitiam três modos de apropriação de indígenas” (p. 119). A saber:

“Resgates” consistiam na troca de mercadorias por índios prisioneiros de outros índios. Nos termos do alvará de 1574, somente os indígenas “à corda”, isto é, já presos e amarrados para serem mortos, podiam ser objeto de resgate pelos moradores. Indivíduos obtidos por esse expediente tinham, segundo a lei, seu cativeiro limitado a dez anos. / “Cativeiros” constituíam a segunda forma de posse dos nativos. A categoria tinha a ver com os índios apresados numa “guerra justa” consentida e determinada pelas autoridades régias, por períodos limitados, contra certas etnias. Índios capturados nesse contexto se tornavam escravos por toda a vida. Na segunda metade do século XVII, os jesuítas da Amazônia englobavam os “resgates” e os “cativeiros” numa só categoria que abria a via à escravidão. / “Descimentos” referiam-se ao deslocamento forçado dos índios para as proximidades dos enclaves europeus. Por isso, os estudiosos do Instituto Histórico costumavam seguir uma distinção em má hora abandonada por muitos autores contemporâneos. Refiro-me a diferença, fundamental para a etno-história da América portuguesa, entre as “aldeias”, ou melhor ainda (para os povos tupis), as “tabas” – habitats que os nativos escolhiam por si próprios, antes e depois da Descoberta, consoante os determinantes ecológicos e sociais de sua cultura – e os “aldeamentos” – sítios de moradia de indivíduos de uma ou várias tribos,

compulsoriamente deslocados, misturados, assentados e enquadrados por autoridades do governo metropolitano. Forros, os índios dos aldeamentos só podiam ser utilizados mediante salário, nos termos da lei (Alencastro, 2000, p. 119 / 120).

No tocante à Agricultura, Furtado (1970) cita a produção açucareira do Brasil Colônia do meio do século XVI em diante (p. 92), entendendo que “[...] não bastava a experiência técnica dos portugueses nessa fase produtiva e a capacidade comercial e o poder financeiro dos holandeses para tornar viável a empresa colonizadora agrícola das terras do Brasil” (p. 11), pois havia o problema da mão-de-obra. No entanto, afirma o autor, nessa época “[...] os portugueses eram senhores de um completo mercado e conhecimento do mercado” (*idem*) e faziam “[...] operações de guerra para captura de negros pagãos, iniciadas quase um século antes” (p. 12). Para ele, isso era parte de um “[...] organizado e lucrativo escambo que abastecia certas regiões da Europa de mão-de-obra escrava” (*idem*).

Ribeiro (1998) confirma que a escravidão no Brasil no ciclo econômico do açúcar dos séculos XVI e XVII. Tal como consta em Furtado (1960), também teve escravidão no ciclo econômico do ouro do século XVIII (p. 65) e no ciclo econômico do café do século XIX (Furtado, 1970, p. 111), afetando as áreas rurais do país em suas respectivas épocas e lugares de um modo contundente, havendo, inclusive, aspectos vergonhosos desde então. Ribeiro (1988) endossa essa perspectiva:

O povo-nação não surge no Brasil da evolução de formas anteriores de sociabilidades, em que grupos humanos se estruturam em classes opostas, mas se conjugam para atender as suas necessidades de sobrevivência e progresso. Surge, isto sim, da concentração da força de trabalho escrava, recrutada para servir a propósitos mercantis alheios a ela, através de processos tão violentos de ordenação e repressão que constituíram, de fato, um continuado genocídio e etnocídio implacável. / Nessas condições, exacerba-se o distanciamento social entre as classes dominantes e as subordinadas, entre estas e as oprimidas, agravando as oposições para acumular, debaixo da uniformidade étnico-cultural e da unidade nacional, tensões dissociativas de caráter traumático. Em consequência, as elites dirigentes, primeiro lusitanas, depois luso-brasileiras e, afinal, brasileiras, viveram sempre e vivem ainda sob o pavor pânico do alçamento das classes oprimidas. Boa expressão desse pavor pânico é a brutalidade repressiva contra qualquer insurgência e a predisposição autoritária do poder central que não admite qualquer alteração da ordem vigente. A estratificação social opõe, assim, os brasileiros ricos e remediados dos pobres, e todos eles dos miseráveis, mais do que corresponde habitualmente a esses antagonismos. Nesse plano, as relações de classe chegam a ser tão infranqueáveis que obliteram toda comunicação propriamente humana entre a massa do povo e a minoria privilegiada, que a vê e a ignora, a trata e a maltrata, a explora e a deplora, como se esta fosse uma conduta natural (p. 23 / 24).

Enfim, foi desse jeito que o Brasil transitou do 1º ao 2º período proposto por Santos e Silveira (2006, p. 26). Ou seja: foi com o perfil político, econômico e social mencionado acima que o nosso povo em formação recebeu a Família Real em 1808 (Fausto, 2006, p. 125), deixando de ser colônia de Portugal em 1822 (p. 143) para se tornar um Reino português na América do Sul. Setenta e sete anos depois, esse Reino se tornou um Império, e algumas décadas adiante tornou-se uma República (Fausto, 2006, p. 243), proclamada em 1889 pelo Marechal Deodoro da Fonseca, embora ele tenha sido eleito presidente da República apenas em 1891, sem que houvesse um sentimento republicano da população que sofria os traumas da escravidão (Carvalho, 2017, p. 34 / 35). No entanto, mais estranho ainda foi que a estreante República brasileira do presidente Marechal Deodoro da Fonseca fechou o Congresso Nacional em 1891 (Fausto, 2006, p. 254), “[...] prometendo para o futuro novas eleições e uma revisão da Constituição” (*idem*).

Apesar de tudo, o país se mecanizou aos poucos, tornando-se “um arquipélago da mecanização incompleta” segundo Santos e Silveira (2006, p. 27), caracterizando o que eles nomearam como o 2º período da formação do território brasileiro. Os autores entendem que nesse período ocorreu a urbanização do interior e a “formação da região concentrada” (p. 28), além da “[...] integração nacional, graças à construção de estradas de rodagem, à continuação das ferrovias e a uma nova industrialização” (*idem*), com a “[...] integração do território e do mercado com uma significativa hegemonia paulista” (*idem*). Ou seja: no 2º período de Santos e Silveira (2006), aconteceram avanços técnicos e melhorias na infraestrutura do país, ainda que com pouca alteração no que tangia às desigualdades sociais seculares, conforme quiseram as oligarquias do país (Comparato, 2017, p. 147).

Importa recordar que “[...] oligarquia é uma palavra grega que significa governo de poucas pessoas, pertencentes a uma classe ou família” (Fausto, 2006, p. 261), de modo que foi nessa condição que a modernização da agricultura do país se processou, ainda que houvesse um dinamismo econômico crescente ao longo do período, com aperfeiçoamento científico, ampliação de áreas cultivadas, o surgimento de crédito agrícola e aumento expressivo de divisas resultantes do comércio de produtos agrícolas, entre outros ganhos do meio do século XX em diante (Santos e Silveira, 2006, p. 118), os quais décadas adiante se configurariam no grande agronegócio e suas grandes exportações de “commodities”.

Contudo, a pequena agricultura dos camponeses do Brasil Colônia, que imigraram da Europa ao Brasil em variados momentos, a pequena agricultura indígena, a pequena agricultura de africanos instalados à força no Brasil, a pequena agricultura afrodescendentes, as pequenas agriculturas mestiças e as pequenas agriculturas de grupos étnicos, social e economicamente

excluídos, muitos se tornaram insurgentes ao longo da nossa História, de modo que parte deles se integrou aos movimentos sociais que reivindicaram no passado ou no presente os seus direitos, seja pela posse ou uso da terra, seja pelo respeito às suas territorialidades, tal como consta em pesquisas relacionadas com os trabalhadores rurais (Picolotto, 2011), com as Ligas Camponesas (Stedile, 2012; Bastos, 1984, p. 18) e em outros estudiosos do tema, assim como constam em obras que deram voz aos movimentos sociais ligados à terra e à agricultura (Stedile e Estevam, 2012; Stedile e Estebam, 2011), tal como se observa nos portais eletrônicos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)⁸, do Movimento Camponês Internacional (Via Campesina - Brasil)⁹ e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)¹⁰, apenas para ficar em poucos exemplos.

Sobre esse tema, releva ter em mente duas considerações. A primeira delas é que a sociedade brasileira teve momentos históricos em que a questão agrária no país pretendeu avançar, para promover justiça social ao cumprir leis vigentes e beneficiar um amplo contingente de camponeses e pequenos agricultores familiares, os quais foram sustados por diversos governos federais, estaduais e municipais conservadores e/ou reacionário. Santiago (2012), por exemplo, entende que uma das motivações para o golpe de estado de 1964 abortar o Governo João Goulart foi o avanço das lutas das “Ligas Camponesas” (p. 157). Mais adiante, após o controvertido “impeachment” de 2016 (Kelli *et al.*, 2018, p. 10), que cassou o Governo Dilma Rousseff em agosto de 2016¹¹, descontinuando uma série de programas e projetos em benefícios da diversificada e heterogênea Agricultura Familiar brasileira (Schneider e Cassol, 2017, p. 82; Wanderley, 2017, p. 64) realizados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em razão da extinção desse Ministério em junho de 2016¹² e a posterior criação da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAP) e outras alterações - confusas - que se mantém distantes das atribuições do extinto MDA¹³.

A segunda consideração relevante é que a diversificada e heterogênea Agricultura Familiar brasileira (Schneider e Cassol, 2017, p. 82; Wanderley, 2017, p. 64) sofreu duros golpes governamentais em diversos governos federais. No Governo Federal Collor de Mello, por exemplo, além da privatização de diversas entidades públicas através de Plano Nacional de

⁸ Para saber mais, ver <www.mst.org.br/quem-somos/>, acessado em maio de 2019.

⁹ Para saber mais, ver <<https://viacampesina.org/es/tag/brasil/>>, acessado em maio de 2019.

¹⁰ Para saber mais, ver <www.mabnacional.org.br/content/quem-somos>, acessado em maio de 2019.

¹¹ Para saber mais, ver <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>>, acessado em maio de 2019.

¹² Para saber mais, ver Decreto Presidencial nº. 8.716 de junho de 2016 em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8786.htm>, acessado em maio de 2019.

¹³ Para saber mais, ver <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7255.htm>, acessado em maio de 2019.

Desestatização (PND), a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) foi extinta abruptamente (Almeida, 2010a, p. 272). Sobre isso Nunes e Silveira (2017) levantam os seguintes dados em Oliveira (1999) e Caporal (1988):

[...] ao final da década de 1950, os serviços de ATER [Assistência Técnica e Extensão Rural] já se encontravam presentes na metade dos estados brasileiros, estando presentes em todos os estados das regiões Sudeste e Sul e expandindo-se para os estados do Nordeste (Ceará, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte e Paraíba) e Centro-Oeste (Goiás). A expansão da ACAR no território nacional propiciou a institucionalização efetiva de um serviço de ATER no país, que passou a ser coordenado, em 1956, pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), entidade de caráter privado que congregou todas as ACARs segundo um modelo centralizado e vertical de orientação (Nunes e Silveira, 2017, p. 9).

Esses autores esclarecem, ainda, que “[...] a origem dos serviços de ATER se situa em finais da década de 1940, quando foi criada a ACAR, no estado de Minas Gerais, em 1948” (Nunes e Pereira, 2017, p. 8), acatando a recomendação “[...] do empresário norte-americano Nelson Rockefeller ao governo mineiro para criar uma instituição que atuasse em prol de melhorar as condições sociais e econômicas da vida no meio rural” (*idem*).

Enfim, marcado por esse histórico, a EMBRATER foi criada em 1975, sob a vigência de Governos Federais Militares:

A partir desse momento, a ABCAR foi incorporada pela EMBRATER, e as ACARs (instituições estaduais de ATER) passaram a ser chamadas de Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e se subordinavam ao controle da EMBRATER para receber auxílio financeiro desta. Enquanto a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), criada no ano anterior (1974), cuidava da inovação agropecuária, caberia, a partir de então, à EMBRATER a difusão da inovação no ambiente rural por todo o Brasil. / Por meio dessas mudanças, a EMBRATER se constituiu num poderoso instrumento de política agrícola, atuando de forma centralizada e vertical, por meio de uma prática alienante e domesticadora que visava disseminar a ideologia capitalista dominante para ampliar o processo de modernização das atividades agropecuárias e sua consequente subordinação aos complexos agroindustriais (Nunes e Pereira, 2017, p. 10).

Como se pode inferir, o impacto da extinção do Sistema EMBRATER foi grande. Contudo, anos adiante uma nova onda neoliberal teve curso no Brasil, sob os Governos Fernando Henrique Cardoso (na Gestão de 1995 - 98 e na de 1999 - 02), quando foram privatizadas muitas entidades públicas (Almeida, 2010a, p. 327), abrindo espaço para grandes

empresas privadas de outras nações atuarem no Brasil. Parte das entidades privatizadas eram do segmento da mineração (p. 334), do segmento ferroviário, do eletricitário e do setor petroquímico, sendo que desse último algumas entidades eram produtoras de fertilizantes agrícolas. Embora outros segmentos da economia também tenham sido afetados por tal onda de privatizações, entre as entidades dos setores mencionados, a do segmento da mineração causou grandes impactos no meio rural brasileiro.

Evidentemente, os agricultores familiares da pequena escala de produção não foram contemplados ao longo de muitos governos e um dos testemunhos históricos mais emblemáticos da insatisfação acumulada por eles ao longo de muitas décadas ficou registrado como o “I Grito da Terra Brasil”¹⁴, em 1994. Segundo Picolotto (2011),

A pauta nacional apresentada pelo I Grito da Terra foi ampla, em virtude da ampla coalizão de atores que o construíram, contendo sete eixos temáticos: reforma agrária, política agrícola, direitos sociais e trabalhistas, previdência social, saúde e segurança no trabalho, política energética e meio ambiente (Grito da Terra Brasil, 1994c). Entretanto, não se pode deixar de notar que, dentre todos os pontos de pauta, o referente à política agrícola acabou assumindo uma importância central pelas conquistas alcançadas. Tem sido atribuído ao I Grito – tanto por sindicalistas quanto por acadêmicos – a conquista do Programa de Valorização da Pequena Produção (PROVAP) em 1994 e, nos anos seguintes, com novas edições do Grito, a sua ampliação e transformação em uma política mais ampla, com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (p. 177).

Poucos anos depois foi instituído o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através do Decreto nº. 3.338 / 2000 (Bianchini, 2015, p. 35), com as seguintes unidades administrativas e as respectivas incumbências:

[...] a Secretaria da Agricultura Familiar e o Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável. Com a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, o PRONAF vai se consolidando em três grandes subprogramas, o PRONAF Crédito, o PRONAF Infraestrutura e o PRONAF Formação. O PRONAF Infraestrutura dará origem a partir de 2003 ao PRONAF Territorial e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e o PRONAF Formação à Política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e ao Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) (p. 35).

¹⁴ Para saber mais, ver <http://www.contag.org.br/imagens/fpauta-geral-gtb_1995.pdf>, acessado em maio de 2019.

Importa recordar, entretanto, que em 2003 iniciou o Governo Lula da Silva, de modo que daí em diante o MDA angariou mais importância e maior orçamento ministerial. Nesse período houve intensa participação de atores sociais da diversificada e heterogênea Agricultura Familiar brasileira na gestão do MDA (Sauborin, 2017, p. 283). Nesse período também foi reestabelecida a política de ATER nacional, em novas bases, assim como teve início uma política nacional pautada pela abordagem territorial (p. 277) que contemplou diversos extratos culturais, sociais e econômicos da Agricultura Familiar do país, entre os quais figuravam “[...] quilombolas, faxinalenses, geraizeiros, lavradores, ribeirinhos, indígenas, pescadores artesanais [...]” (Niederle *et al.*, 2015, p. S011).

Nesse sentido, a título de comemoração pelo primeiro decênio do PRONAF, o MDA publicou um catálogo elencando os estudos e análises científicas focados na Agricultura Familiar ao longo da vigência do PRONAF (Mattei, 2006), indicando que esse período teve maior relevância que os anteriores:

Em dez anos, o Pronaf se transformou em uma alternativa concreta para diversos segmentos da agricultura familiar brasileira. A evolução do programa nas últimas safras agrícolas esteve fortemente atrelada à disponibilidade de crédito em suas diferentes modalidades, que passou a ser o carro-chefe deste tipo de política agrícola. Na curta trajetória do programa foram promovidas diversas mudanças institucionais que ampliaram a capilaridade deste tipo de política pública, tanto nacional como regionalmente, verificando-se um aumento dos contratos efetuados, do volume de recursos utilizados e das principais categorias de agricultores beneficiadas. / Ao longo desse período foram produzidos diversos tipos de análises e avaliações do programa em várias partes do país [...] ao PRONAF, como forma de sistematizar um conhecimento que existe mas que está disperso em diversas publicações nas distintas instituições de pesquisa e de ensino do país (p. 16 / 17).

Além de diversos projetos e programas propostos e empreendidos pelo MDA, alguns iniciados ainda na gestão Fernando Henrique Cardoso, muitos desses foram conduzidos pela gestão Lula da Silva, conforme indicados na “2ª geração de políticas públicas para agricultura familiar”, sistematizada por Grisa e Schneider (2015, p. 31), e na “3ª geração de políticas públicas para agricultura familiar” (p. 36). Um dos destaques ocorreu no ano de 2006, quando foi publicado o primeiro Censo da Agricultura Familiar no Brasil (IBGE e MDA, 2006), realizado por uma grande equipe interdisciplinar (p. 247).

O Censo Agropecuário 2006 veio possibilitar o preenchimento de uma importante lacuna de informações oficiais para as políticas públicas de desenvolvimento rural: quantos são, onde estão, como e o que produzem os agricultores familiares no País. A realização do Censo

Agropecuário 2006 traz luzes para a compreensão da importância da agricultura familiar brasileira, com seus contornos e nuances. O aprimoramento do seu dimensionamento, apontando suas potencialidades e limitações, é fundamental para a eficácia das políticas públicas. Este primeiro trabalho, fruto de uma cooperação entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), configura concretamente passo inicial no sentido do preenchimento da referida lacuna, a partir das informações do Censo Agropecuário 2006. Em 24 de julho de 2006, foi sancionada a Lei nº. 11.326, fornecendo o marco legal da Agricultura Familiar e permitindo a sua inserção nas estatísticas oficiais (IBGE e MDA, 2006, p. 13).

Todavia, Grisa e Schneider (2015) ponderam que nas “[...] três últimas décadas, novas relações entre Estado e sociedade civil foram estabelecidas, espaços de participação social foram criados, novos atores políticos emergiram e foram reconhecidos como sujeitos de direito” (p. 20), pois foram concebidas “[...] normas, criaram-se regras e instrumentos de política pública foram institucionalizados, e novos referenciais globais e setoriais orientaram as ações do Estado e permitiram redefinir regras e compreensões que afetaram mais ou menos as condições socioeconômicas da população, especialmente a do meio rural” (*idem*). Nesse sentido, tal processo teve como “[...] protagonista e objeto de muitas destas mudanças [...] a agricultura familiar, uma categoria social e política que passou a ser reconhecida pelo Estado brasileiro em meados de 1990” (p. 20).

Entre as ocorrências mais significativas dos Governos Fernando Henrique Cardoso, cita-se a “Eco 92” e a “Carta da Terra”¹⁵ (Gadotti, 2010, p. 13), bem como a “Agenda 21” (Mota *et al.*, 2008, p. 14). Em relação às duas primeiras, Gadotti (2010) registra o seguinte:

O Brasil é o berço da Carta da Terra. Em 1987, a Comissão Brundtland, das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento recomendou a redação de uma nova carta sobre o desenvolvimento sustentável. Mas foi só no evento paralelo da Cúpula da Terra (ECO - 92), no chamado Fórum Global, realizado no Rio de Janeiro, em 1992, que foi redigida a primeira versão da Carta da Terra. No Fórum Global 92, promovido pelas entidades da sociedade civil, participaram mais de dez mil representantes de organizações não governamentais (ong's) das mais variadas áreas de atuação de todo o mundo. Ele se constituiu num conjunto de eventos, englobando, entre outros, os encontros de mulheres, crianças, jovens e índios. Nesse Fórum foi aprovada a Carta da Terra, conclamando a todos os participantes para que adotassem o seu espírito e os seus princípios, em nível individual e social e por meio de ações concretas das ong's signatárias. Essas organizações se comprometeram, ainda, a iniciar uma campanha associada, chamada “Nós somos a Terra”, pela adoção da Carta (p. 13).

¹⁵ Para acessar a “Carta da Terra” na íntegra, ver Gadotti (2010, p. 61).

Para Mota *et al.* (2008),

Os principais resultados dessa conferência foram os seguintes: Agenda 21, um programa de ação global com 40 capítulos; Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida também como Carta da Terra, com 27 princípios; Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação; Convenção sobre Diversidade Biológica; Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática; e Declaração de Princípios sobre Uso de Florestas. Dos documentos acima citados, seguramente a Agenda 21 e a Declaração do Rio foram os que definiram e influíram no desenvolvimento de políticas públicas, visando implantar o paradigma do desenvolvimento sustentável, conforme proposto pelo Relatório Brundtland (p. 150).

Os autores pontuam, ainda, que “[...] outros documentos também são em parte decorrentes da Agenda 21, pois procuram formalizar compromissos para todos os países, os capítulos nela constantes, mesmo que com obrigações diferenciadas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos” (Mota *et al.*, 2008, p. 14). Assim, a “[...] Declaração do Rio é um documento de 27 princípios” (*idem*). Mota *et al.* (2008) mencionam também que, “[...] para alguns autores, [a ‘Declaração do Rio’] pretendia ter o mesmo valor da Declaração dos Direitos Humanos” (p. 15). Entre os vinte e sete princípios que constituem a “Declaração do Rio”, alguns merecem destaques:

[...] os seres humanos estão no centro do desenvolvimento sustentável; as responsabilidades comuns, porém diferenciadas, dos Estados; a manutenção de padrões sustentáveis de produção e consumo visando proteger o meio ambiente com o princípio da precaução; o incentivo para que as autoridades nacionais promovam a internalização dos custos ambientais no processo de formação dos preços dos produtos e o uso dos instrumentos econômicos de política ambiental, por meio da implementação do princípio do poluidor / pagador; e previsão do uso da avaliação do impacto ambiental (Mota *et al.*, 2008, p. 13 / 14).

Já a “Agenda 21” foi uma iniciativa que pretendeu ser um “[...] plano global, visando à implantação de políticas públicas, as quais buscam atingir o desenvolvimento sustentável como fim último” (p. 15). Tal plano tinha “[...] quarenta capítulos, [dos quais] oito abordam questões econômicas e sociais; catorze tratam da conservação e gestão dos recursos naturais; sete falam do papel dos grupos sociais; e onze discutem aspectos operacionais relativos aos meios de implantação das novas políticas” (*idem*). Como se pode conferir, a “Eco - 92” foi relevante mundialmente e os protocolos acordados no evento geraram muitos compromissos internacionais e transnacionais.

No entanto, Grisa e Schneider (2015) atribuem aos Governos Lula da Silva e Dilma Rousseff avanços importantes, enquadrando-os no que chamaram de “terceira geração de políticas para a agricultura familiar” (p. 36), quando teve lugar a “[...] construção de um referencial pautado pela construção de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental” (*idem*). Conforme os autores,

Em seu conjunto, esta terceira geração de políticas públicas contou com a participação proeminente de atores vinculados ao debate da segurança alimentar e nutricional (CONSEA), assim como organizações agroecológicas, entidades da agricultura familiar, gestores públicos e estudiosos da agricultura familiar, segurança e abastecimento alimentar. A participação destes “novos” atores e ideias nas arenas públicas provocaram certo redirecionamento das políticas para a construção de mercados vinculados à segurança alimentar e à sustentabilidade, sem deixar de ser igualmente importante a atuação destes atores para a afirmação política da categoria social e edificação das demais políticas públicas citadas acima. Retomando a análise da relação entre Estado e sociedade civil, cabe destacar algumas mudanças observadas na segunda e na terceira geração de políticas públicas para a agricultura familiar. Estas mudanças tiveram origem ainda na década de 1990, a partir de uma certa “confluência perversa” entre o projeto neoliberal e o projeto participativo / democratizante: “A perversidade está colocada no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva” [...]. Descentralização, sociedade civil e participação faziam parte do repertório discursivo de ambos os projetos. / Nesta confluência, observamos que os movimentos sociais e sindicais da agricultura familiar de uma postura propositiva passaram a ser parceiros na execução das políticas públicas. Desde a segunda metade da década de 1990, um número progressivo de políticas públicas e programas passou a envolver nas fases de formulação e de operacionalização parcerias com organizações da sociedade civil, ou o que poderíamos denominar de cogestão nas políticas públicas. De acordo com Silva e Schmitt [...], “a criação de novas figuras jurídicas, como as Organizações Sociais (OS’s - Lei nº. 9.637 / 1998) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP’s - Lei nº. 9.790 / 1999), assim como o crescente volume de recursos públicos transferidos para tais organizações são indicativos da importância deste processo”. No campo das políticas de desenvolvimento rural, são vários os exemplos de ações que aproximam Estado e organizações sociais na execução dos programas, como o Projeto Lumiar (1997), o Programa Um Milhão de Cisternas (2003), o PAA, o PNHR (2003), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (2003) [...]. “Assim, se na década de 1980 as políticas públicas eram um objeto de reivindicação das organizações, na década de 1990 e, especialmente, na década de 2000, a implementação de políticas públicas se torna crescentemente um campo de atuação para tais organizações (e, em alguns casos, se torna o campo prioritário de atuação)” (Grisa e Schneider, 2015, p. 40 / 41).

Como se pode constatar, antigas demandas dos agricultores familiares e/ou camponeses brasileiros somaram-se aos desafios do “Desenvolvimento Sustentável” (Sachs, 2008), complexificando em grande medida as atribuições do MDA. No entanto, o Governo Lula da Silva enfrentou essa pauta de modo ousado, alcançando algumas soluções inovadoras. O enfrentamento dessa pauta, em específico, se deu através da organização de eventos locais, de eventos regionais e de um evento nacional que contaram com a participação de lideranças da diversificada Agricultura Familiar do país, de pesquisadores de diversas universidades e instituições públicas e de organizações não-governamentais comprometidas com a ATER, agentes municipais e estaduais de desenvolvimento e de representantes do MDS [Ministério do Desenvolvimento Social], do MDA [Ministério do Desenvolvimento Agrário] e do MMA [Ministério do Meio Ambiente]. Após variadas etapas de proposições e de debates, emergiu uma proposta capaz de integrar a mega biodiversidade do país, as singularidades de cada bioma e as possibilidades étnicas que compõem a sociedade brasileira do meio rural sob a forma das “Cadeias dos produtos da sociobiodiversidade: Agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis” (MDS *et al.*, 2008).

Muitas outras conquistas igualmente ousadas e importantes foram concebidas e colocadas em prática ao longo dos Governos Lula da Silva e Dilma Rousseff (Grisa e Schneider, 2015, p. 40), de modo que, para Sauborin (2018), por exemplo,

O período dos dois governos do Presidente Lula correspondeu a uma institucionalização do MDA como da política agrícola dual, e a um crescimento tão espetacular como exponencial dos volumes de crédito. E ainda, houve a separação entre o PORONAF Crédito que ficou na Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) e o PRONAF Infraestrutura, e transformado em PROINF / PRONAT na Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT). / Os números são eloquentes e sempre bem lembrados [...], eles traduzem ao mesmo tempo uma verdadeira dinâmica e o sucesso na aplicação do modelo de modernização da agricultura familiar escolhido inicialmente e mantido durante 20 anos. O crédito disponibilizado para a agricultura familiar passou de R\$ 1, 5 milhões em 1995 a R\$ 3,28 bilhões em 1999, 12,178 bilhões em 2008 e atingiu R\$ 18,6 bilhões em 2013 [...]. A taxa de realização efetiva do crédito oscilou entre 66% em 1999 e 75% em 2008, com um pico a 88% em 2005 e um recorde anunciado a 102% em 2013 [...]. / O momento coincide também com a retomada de um projeto de ATER pública, o aumento dos financiamentos para assistência técnica, mas, paradoxalmente, houve uma habilitação crescente de operadores privados de ATER (empresas de consultoria, cooperativas de técnicos, ONGs e até sindicatos municipais de trabalhadores rurais). Por outra parte, apesar da importante dedicação de novos recursos do MDA para a extensão rural e novos instrumentos (seguro colheita, compras públicas, biodiesel, agroecologia, etc.), as ações complementares foram praticamente limitadas ao mesmo público beneficiado de créditos do PRONAF [...] (Sauborin, 2018, p. 275 / 276).

Por outro lado, Gadotti (2006) já havia apontado que

[...] entre sustentabilidade e capitalismo existe uma incompatibilidade de princípios. Essa é uma contradição de base que está inclusive no centro de todos os debates da “Carta da Terra” e que pode inviabilizá-la. Tenta-se conciliar dois termos inconciliáveis. Não são inconciliáveis em si, metafisicamente. São inconciliáveis no atual contexto da globalização capitalista. O conceito de “desenvolvimento sustentável” é impensável e inaplicável neste contexto. O fracasso da Agenda 21 o demonstra. Nesse contexto, o “desenvolvimento sustentável” é tão inconciliável quanto a “transformação produtiva com equidade” defendida pela CEPAL. Como pode existir um crescimento com equidade, um crescimento sustentável numa economia regida pelo lucro, pela acumulação ilimitada, pela exploração do trabalho e não pelas necessidades das pessoas? Levado às suas últimas consequências, a utopia ou projeto do “desenvolvimento sustentável” coloca em questão não só o crescimento econômico ilimitado e predador da natureza mas o modo de produção capitalista. Ele só tem sentido numa economia solidária, numa economia regida pela “compaixão” e não pelo lucro (p. 21).

Para esse autor, essa constatação estimulou uma nova alternativa, que ele nomeou de “Ecopedagogia” (Gadotti, 2006, p. 21) e se tornaria um movimento desde então:

É no contexto da evolução da própria ecologia que surge e ainda engatinha, o que chamamos de “ecopedagogia”, inicialmente chamada de “pedagogia do desenvolvimento sustentável” e que hoje ultrapassou esse sentido. A ecopedagogia está em desenvolvimento, seja como um movimento pedagógico, seja como abordagem curricular. Como a ecologia, a ecopedagogia também pode ser entendida como um movimento social e político. Como todo movimento novo, em processo, em evolução, ele é complexo e pode tomar diferentes direções, até contraditórias. Ele pode ser entendido diferentemente como o são as expressões “desenvolvimento sustentável” e “meio ambiente”. Existe uma visão capitalista do desenvolvimento sustentável e do meio ambiente que, por ser anti-ecológica, deve ser considerada como uma “armadilha”, como vem sustentando Leonardo Boff (p. 21).

A partir desse período, observa-se que, de um lado, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)¹⁶ gradativamente assumiu maior importância, enquanto, de outra parte, a proposta de “Desenvolvimento Sustentável” aos poucos cedeu espaço à noção de “Sustentabilidade” (Veiga, 2009; Gadotti, 2006). Desse modo, tal como se infere, não é uma tarefa simples criticar os esforços realizados em favor da Agricultura Familiar brasileira nas últimas décadas. Afinal, se alguém se propor a elaborar tal análise, terá de enfrentar elementos

¹⁶ Para saber mais, ver <<https://agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>>, acessado em dezembro de 2020.

desafiadores e até contraditórios. Um desses chega a ser paradoxal, pois muitas vezes deixa de ser observado por bons analistas e/ou pode ser manejado para permanecer inviabilizado pela população. Trata-se de políticas nacionais antagônicas que concorrem simultaneamente durante os governos, as quais costumam ser cínicas e não beneficiam os agricultores familiares e /ou camponeses na mesma medida que contempla o grande agronegócio, através do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)¹⁷. Ou seja: em todo o período de vigência do MDA, o MAPA também esteve ativo, disputou espaço, disputou recursos federais, exerceu seu protagonismo político e econômico e ampliou sua presença no campo, na cidade e na economia brasileira e internacional. Nesse sentido, o MDA era o ministério que se dedicava à Agricultura Familiar, enquanto o MAPA permanece sendo ministério do grande agronegócio.

Sobre isso, Dias da Silva e Romano (2019) recordam que,

[...] sendo uma das pastas mais antigas da Esplanada dos Ministérios, o MAPA foi criado ainda no século XIX e permaneceu com sua estrutura organizacional e seu rol de atribuições praticamente inalterados durante várias décadas. Desde a República Velha e o auge da agroexportação do café, a participação da pasta da Agricultura no processo decisório sobre as estratégias internacionais para cafeicultura converteu-se numa praxe comum. Nesse sentido, a busca de entendimento entre as diferentes agências governamentais envolvidas nessa pauta era um imperativo que se fazia sentir no relacionamento entre Agricultura e Itamaraty, tanto que lançou as bases para a adoção de um novo expediente: a mobilidade de funcionários entre os dois ministérios (p. 345).

Assim, concluem os autores, na “[...] esteira de uma abordagem problematizadora do Estado e dos atores em sua órbita foi possível refletir sobre a complexidade dos interesses, estratégias e oposições entre atores governamentais e privados, assim como à agência dos indivíduos chaves nas políticas públicas de tipo institucional” (p. 360), em relação ao “[...]ordenamento de funções e a alocação de competências entre agências governamentais [...] incidem diretamente sobre as burocracias e as entidades corporativas” (*idem*). Assim,

Um dos principais desdobramentos desse processo foi a criação da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI) durante a gestão de Roberto Rodrigues (2003 - 2006), período que também coincide com o destravamento das negociações entre MAPA e MRE [Ministério das Relações Exteriores] a respeito das adidâncias agrícolas graças ao canal de interlocução aberto pelo então secretário executivo e futuro ministro da Agricultura, Luis Carlos Guedes Pinto. O jogo intra-burocrático assume maior centralidade e poder explicativo durante a formulação do Decreto 6.464 [de] 2008 e nos

¹⁷ Para saber mais, ver <www.gov.br/agricultura/pt-br/acesso-a-informacao/institucional>, acessado em dezembro de 2020.

encaminhamentos que se seguem. O tipo de institucionalidade negociada entre os ministérios teve como um de seus pressupostos a blindagem contra indicações políticas por intermédio de um recrutamento restrito a servidores públicos concursados do MAPA e empresas coligadas. Com algumas variações desde sua primeira edição em 2009 - 2010, esse processo seletivo tem mantido esse viés meritocrático mas sem que se possa deixar de considerar o componente político, informado pela atuação política de grupos interessados em manter / expandir a sua posição relativa dentro das estruturas de poder. Nesse quadro, as recentes modificações que restringiram a elegibilidade ao posto de adido agrícola para os servidores efetivos do MAPA e concedem grande proeminência aos integrantes da carreira de fiscal agropecuário apontam para uma acomodação política. A afirmação de que os adidos agrícolas só devem lidar com assuntos sanitários e fitossanitários e que essa expertise recai apenas sobre um certo perfil de profissionais pode ser plausível e justificável, mas há um componente “não dito” que merece ser destacado. Para os diplomatas ciosos com uma eventual sobreposição de atribuições ou uma perda de espaço frente aos adidos agrícolas, a restrição apresenta-se como uma salvaguarda que delimita funções e põe cada um no seu lugar. Para os quadros do MAPA beneficiados com a medida, ela representa um tipo de reserva de um posto de elevado escalão (tanto na hierarquia quanto em termos remuneratórios e de prestígio) que eles entendem ser exclusivamente de sua alçada (p. 360 / 361).

Como se pode inferir, a extinção do MDA em 2016 custou caro à sociedade brasileira, à segurança nutricional e alimentar da população (Maluf, 2020, p. 3), à dieta alimentar da população (Custódio *et al.*, 2011, pag. 1; Maluf *et al.*, 1996, p. 68; IBGE, 2006). Apesar de tudo, alguns estudiosos creem que a solução seria dotar de tecnologias mais contemporâneas as pequenas produções dos agricultores familiares. Porém, Vilella (2017) contestou tal percepção:

[...] Buainain e Garcia [...], consideram que “nas condições de hoje não há saída para os pequenos agricultores elevarem a renda agrícola sem aprofundar – e até radicalizar – o uso de inovações e a inserção nos mercados mais dinâmicos. Ocorre que essa trajetória é complexa e, para muitos, é inviável”. Depreende-se, desta assertiva, uma mera simplificação e “ingenuidade” analítica à medida que as análises do caso dos integrados do oeste catarinense, por exemplo, desnuda e põe em xeque a ideia de que a simples incorporação de tecnologias modernas viabiliza, economicamente, a unidade produtiva agrícola, seja ela empresarial ou familiar, o que, por sua vez, põe em questão a noção da incorporação de tecnologias modernas como panacéia. A maioria dos agricultores familiares integrados à agroindústria da suinocultura do oeste catarinense, que incorporaram tecnologias no limite das exigências da empresa integradora, foi sendo excluída do rol de fornecedores e sendo levados literalmente à falência. Navarro e Pedroso [...] – analisando estudo de Miele e Miranda [...] – consideram que “a intensificação tecnológica, o aumento das escalas de produção, e o crescente adensamento monetário da atividade, produziram, também, ao longo das décadas mais recentes, um nítido processo de diferenciação social que foi selecionando os produtores

que melhor atendiam aos interesses dos demais agentes econômicos participantes da cadeia produtiva” (Vilela, 2017, p. 253 / 254).

Superado o falso dilema sobre haver mais ou menos tecnologia em propriedades da Agricultura Familiar, ou seja, de subordinar os pequenos agricultores familiares aos empreendimentos da Agricultura Moderna e capitalizada, o que resta é a exclusão de uma parcela numerosa de agricultores familiares e/ou camponeses, pois ainda que sob os Governos Lula da Silva e Dilma Rousseff tenham ocorrido alguns avanços na questão da Reforma Agrária no Brasil, essa questão está bem longe de ter sido equacionada.

Segundo Medeiros (2019),

Os conflitos por terra no Brasil são longevos e a disputa – dos e nos termos da lei – já mereceu estudos importantes referentes aos momentos de conformação das regras de apropriação da terra, tendo por referência em especial a Lei de Terras de 1850 e alguns de seus desdobramentos [...]. Poucos são os estudos que tratam do tema em momentos históricos posteriores, quando as lutas no campo tenderam a construir alguma unidade em torno de bandeiras como reforma agrária, reconhecimento profissional, direitos trabalhistas e sociais, e inscreveram, entre suas demandas, a constituição de um aparato legal que regulasse a distribuição de terras. Progressivamente, as lutas passaram a se enquadrar nesses parâmetros e suas dimensões locais começam a ser traduzidas em um novo repertório de ações [...] que progressivamente colocaram o Estado nacional como interlocutor central de suas demandas (p. 111).

Assim, conclui a autora, “[...] as demandas passaram a se voltar quer para uma regulação do Estado sobre o acesso à terra, a partir de noções mais gerais sobre o direito à terra, capazes de se sobrepor às particularidades locais, quer, em outras situações, a obter reconhecimento de singularidades” (Medeiros, 2019, p. 111). Barone e Ferrante (2017) endossam essa perspectiva quando afirmam que:

[...] exercício de ressignificar a Reforma Agrária no contexto brasileiro do Século XXI tem sentido posto que, ao contrário do que afirmam alguns acadêmicos, uma ação pública com vistas a intervir no meio rural para ampliar a democracia, através do incremento das liberdades instrumentais [...], sempre estará às voltas com a altíssima concentração fundiária, característica estrutural do desenvolvimento agrário do país e sua modernidade anômala e inconclusa, quase sempre geradora de desigualdades que confrontam com uma proposta de desenvolvimento como liberdade (p. 38).

No entanto, as questões agrária e da reforma agrária ficam mais incisivas nas incontáveis vozes dos movimentos sociais. Segundo Oliveira (2007),

O monocultivo de exportação até então chamado de agribusiness, ganhou sua expressão na língua portuguesa: o agronegócio. Como sempre lembra Carlos Walter Porto-Gonçalves, tratava-se de substituir e diferenciar a agricultura do agro-negócio. Ou, por outras palavras, [...] de distinguir entre a atividade econômica milenar de produção dos alimentos necessários e fundamentais à existência da humanidade e a atividade econômica da produção de “commodities” (mercadorias) para o mercado mundial. Definia-se assim, na prática da produção econômica, uma distinção importante entre a agricultura tipicamente capitalista e a agricultura camponesa. Esta distinção abriu caminho para que vários intelectuais do estudo do mundo agrário voltassem suas produções acadêmicas para forjarem um novo conceito de agricultura de pequeno porte voltada, parcial ou totalmente, para os mercados mundiais e/ou nacional, e integrada nas cadeias produtivas das empresas de processamento e/ou de exportação. Nascia assim, uma concepção neoliberal para interpretar esta agricultura de pequeno porte, a agricultura familiar. O neoliberalismo invadia, desta forma, o mundo da intelectualidade. E, como se isso não bastasse, invadiu também o mundo dos movimentos sindicais e sociais do Brasil. Julgaram os neoliberais do estudo agrário que era preciso tentar sepultar a concepção da agricultura camponesa e com ela os próprios camponeses. Afinal, era preciso no plano teórico e político afastar de vez o velho fantasma da questão camponesa que já assustava os latifundiários brasileiros da UDR (União Democrática Ruralista), e agora assustava também lideranças sindicais e de partidos políticos progressistas e de esquerda (p. 147).

Evidentemente, sem que a questão da reforma agrária tenha sido equacionada no Brasil (Stedile e Estevan, 2013; Oliveira, 2007; Caldart, 2000), o saldo dessa secular e grave lacuna foi a repetitiva produção de injustiças sociais e de exclusão social de milhões de trabalhadores rurais ao longo da História do Brasil. Assim, parcelas dos agricultores familiares foram atraídas para o trabalho na Agricultura Patronal (Mior, 2003), enquanto outros resistem como pequenos agricultores familiares e/ou camponeses quase sempre a duras penas, por falta da devida atenção do Estado ao longo do tempo (Picolotto, 2011). Também existem aqueles que simplesmente deixaram o campo (Turnes, 2008, p. 155). Contudo, dos trabalhadores rurais que se tornaram assalariados, Picolotto (2011) investigou o universo relativo ao sindicalismo rural no Estado do Rio Grande do Sul e as respectivas reivindicações, confirmando que a luta dos agricultores familiares de pequena escala de produção vem de longe. Para esse pesquisador,

A invisibilidade socioeconômica e política da agricultura de base familiar foi fruto de um longo processo de subjugação e, em muitos casos, de dependência da grande agricultura de exportação. A grande propriedade, dominante em

toda a história brasileira, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Como têm apontado alguns trabalhos historiográficos, à margem ou associada à grande exploração agropecuária, sempre existiu uma grande diversidade de formas sociais e de trabalho. / [...] Essa diversidade de formas sociais que se constituíram à margem das grandes explorações foi sempre relegada pelo Estado e pelos setores dominantes ao segundo plano no que tange à sua importância para a economia, pois o que mais lhes importava eram as atividades de exportação, não as atividades que promoviam a subsistência alimentar interna. / O processo de invisibilização da agricultura de base familiar não ocorreu da mesma forma em todos os estados brasileiros. No Rio Grande do Sul, pelo menos uma parcela, recebeu certa atenção tanto do governo central, quanto do estadual. Os imigrantes europeus não-ibéricos, chamados de colonos, foram instalados em áreas consideradas devolutas pelo Estado com a intenção de desenvolverem a produção agrícola e ocuparem território. No entanto, se estes agricultores foram preferidos, outros estavam sendo desprezados, como foi o caso dos caboclos ou lavradores nacionais, os negros descendentes de escravos e os indígenas (p. 29).

Por motivos similares, muitos trabalhadores rurais e pequenos agricultores familiares tentaram diversas vezes se organizar através de sindicatos de trabalhadores rurais, reivindicando a atenção do Estado. Sobre isso Picolotto (2011) registrou aspectos relevantes:

Com a República teve início, em vários pontos do Brasil, “um movimento em favor do campo, com o intuito de, por um lado, assegurar o poder dos ruralistas e, por outro, reerguer a agricultura, face às consequências do período escravocrata” [...]. Da conjugação desses esforços foi fundada a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) no Rio de Janeiro, em 1897, objetivando fomentar o associativismo rural, a diversificação agrícola e a implantação de canais escolares formadores de especialistas no ramo [...]. As ideias associativas surgiram entre os intelectuais e lideranças pecuaristas do RS nesse mesmo período no final do século XIX, motivados principalmente pelas quedas expressivas que a pecuária sofreu no período posterior à guerra civil de 1893-1895. Segundo Scherer [...] o “movimento associativo teve início, em Pelotas, por iniciativa de professores do curso de Agronomia, do Lyceu Rio-grandense de Agronomia e Veterinária”, que criaram, em 1897, a Revista Pastoril do Rio Grande do Sul para divulgar ideias associativas como solução para os problemas da pecuária rio-grandense. Como resultado dessa iniciativa formou-se em 1898 a Sociedade Pastoril do Rio Grande do Sul, como a primeira “associação classista em defesa dos interesses rurais” (p. 44 / 45).

Assim, passado o momento da instalação da República, os pequenos agricultores tinham um perfil mais de empreendedor rural que de trabalhador rural propriamente dito, de tal modo que os trabalhadores ampliaram seus esforços em se organizar associativamente (Picolotto, 2011, p. 47). Sobre isso o autor menciona o seguinte:

A origem da inspiração para a formação do associativismo entre os colonos alemães parece estar na doutrina social da Igreja, de origem alemã. Como é evidente, os imigrantes trouxeram consigo uma bagagem cultural, crenças, costumes e as suas Igrejas, a Católica e a Luterana. Também foram trazidas as preocupações de cunho religioso de formação de comunidades cristãs nas novas terras. Segundo Schallenger [...], com a encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, as questões sociais ganharam um novo estatuto na Igreja Católica e com elas emergiu o associativismo cristão, como uma forma de as Igrejas organizarem os pobres (trabalhadores) e não os perderem para as doutrinas revolucionárias do socialismo e do anarquismo, então emergentes na Europa. “Tanto na sua vertente católica quanto na evangélica, o associativismo cristão postulava uma transformação social não acometida de uma ruptura institucional, mas sedimentada na ordem da solidariedade cristã” (*idem*).

Contudo, mais adiante os “colonos” conseguiram inaugurar uma entidade própria, para tratar dos próprios interesses:

A constituição da Associação Riograndense de Agricultores se deu no ano de 1899, por ocasião da realização do III Congresso Católico do RS (alemães católicos) na colônia de Santa Clara do Feliz. Essa associação, apesar de ter sido fundada em um congresso de colonos alemães católicos, teve caráter interconfessional ao integrar também os colonos luteranos [...]. A tarefa principal da Associação, segundo Rambo [...], pode ser resumida numa frase: “construir nas colônias do Brasil Meridional uma sociedade economicamente próspera, humanamente solidária, eticamente correta e religiosamente sadia” (Picolotto, 2011, p. 48 / 49).

Ainda assim, foi em 1902 que a Associação “[...] passou a promover a fundação de caixas rurais para propiciar o empréstimo de recursos aos sócios em horas de necessidades” (p. 49), além de desempenhar outras atividades, como a “[...] assistência ao agricultor com problemas jurídico-legais, auxílio técnico, crédito, situações de enfermidades e mortes” (*idem*). A partir desse ponto, emergiram outras associações e outras entidades, porém os sindicatos de trabalhadores rurais só apareceram mais tarde (p. 52):

No ano de 1909, de um total de 55 sindicatos agrícolas existentes no Brasil, 21 situavam-se no Rio Grande do Sul, ou seja, cerca de 40% do total (Relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, 1909 [...]). Deve-se ter claro que os sindicatos agrícolas – que se baseavam no modelo de sindicatos agrícolas franceses – eram entendidos na época como “uma associação formada entre agricultores, proprietários de terras, meeiros, e de todas as pessoas exercendo profissão conexa à produção agrícola, para o estudo e defesa de seus interesses econômicos agrícolas” [...]. Ou seja, tratava-se fundamentalmente de uma organização para fins de aprimoramento da atividade agrícola, aproximando-se bastante da finalidade das cooperativas

agrícolas, com a diferença de que os sindicatos tinham apoio estatal naquele momento e as cooperativas não (Picolotto, 2011, p. 52).

Todavia, os movimentos de resistência também estavam emergindo à época, pois se “[...] os colonos chegaram a formar uma identidade comum entre os diversos grupos de imigrantes, o mesmo não ocorreu com outros grupos de agricultores de base familiar, mantidos em condições de invisibilidade social” (Picolotto, 2011, p. 52). O autor prossegue, indicando que os “[...] caboclos que foram, na maioria das vezes, desalojados das áreas de matas que exploravam os ervais públicos ou das posses que faziam para dar lugar aos colonos, promoveram resistências individuais ou coletivas frente à sua expropriação” (*idem*). Assim,

Os exemplos mais conhecidos de resistência dos caboclos são associados aos movimentos messiânicos / milenaristas e às revoltas armadas que fizeram parte das guerras civis que opuseram os federalistas aos governos do Partido Republicano Riograndense em 1893 e 1922. [...] Com a derrota dos federalistas, muitos migraram ou foram obrigados a migrar para outras áreas mais afastadas de matas, como nos estados de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso. Como sugere Martini [...], teria existido inclusive uma estratégia deliberada de “esvaziamento de redutos caboclos e federalistas” enviando para colonizar as áreas que estes ocupavam os excessos populacionais das colônias velhas (p. 64).

No entanto, prossegue Picolotto (2011),

No período que se inicia nos anos de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República, e se estende até meados da década de 1970, o país passou por grandes transformações sociais, econômicas e políticas que remodelaram várias dimensões da vida nacional. Destas transformações, interessam particularmente [...] os processos de ascensão política dos “grupos subalternos” [...] do campo, a constituição da legislação sindical-trabalhista rural e as políticas de modernização da agropecuária conduzidas pelo Estado e apoiadas por organizações da sociedade civil (p. 66).

Entretanto, ainda que o Igreja Católica tenha colaborado com os pequenos agricultores insurgentes desde o século XIX, Picolotto (2011) afirma que nem todos os padres apoiavam a luta de classes, mesmo se tratando de um “sindicalismo cristão” (p. 68). Nesse sentido, afirma o autor, os partidos políticos foram decisivos para a instituição e a organização do sindicalismo dos trabalhadores rurais (*idem*):

O PTB manteve apoio às lutas e à organização dos camponeses em vários pontos do país, na maioria das vezes, em colaboração com os comunistas, tendo, inclusive, sido usada a sua sigla por lideranças comunistas

(camponesas ou não) para disputar cargos eletivos a partir de 1947, momento em que o PCB foi considerado ilegal. Entretanto, sua atuação direta e mais conhecida de apoio à luta e à organização rural se deu no Rio Grande do Sul, através da formação do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) e ações de sindicalização rural. A atuação do PTB em parceria com o PCB e do governo do estado (ocupado por Leonel Brizola, pelo PTB, entre 1959 - 62) é apontada pela literatura como fundamental na organização e apoio ao Movimento (Picolotto, 2011, p. 68).

Apesar de tudo, o sindicalismo dos trabalhadores rurais foi oficialmente instituído no Brasil nos anos de 1960, “[...] na esteira da extensão de direitos trabalhistas para o campo durante o governo João Goulart” (p. 68), através do Ministério do Trabalho, onde os direitos trabalhistas e o processo de sindicalização estavam contemplados no “Estatuto do Trabalhador Rural” homologado pela Lei nº. 4.214 / 1963 (*idem*). Também “Nos anos seguintes, já no regime militar, seria instituído, por meio de nova portaria do Ministério do Trabalho, a representação sindical paralela entre trabalhadores e patrões” (*idem*). No entanto, “[...] até se chegar a este modelo de representação, que em linhas gerais estendia o modelo sindical urbano (vigente desde a década de 1930) para o meio rural, percorreu-se um longo caminho” (*idem*).

Fausto (2006) revela que, apesar da repressão política da época, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG) continuou atuante e o sindicalismo aumentou (p. 498):

O número de sindicatos rurais, que era de 625 em 1968, passou a 1154 em 1972, 1745 em 1976 e 2144 em 1980. O grande aumento de trabalhadores rurais sindicalizados depois de 1973 – de pouco mais de 2,9 milhões em 1973 para mais de 5,1 milhões em 1979 – foi estimulado pela administração dos programas de previdência social por meio dos sindicatos. / Lideranças combativas surgiram sob influência da Igreja através da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Criou-se assim no campo uma situação curiosa em que a política assistencialista do governo favoreceu a emergência de um atuante movimento social. As alternativas de luta pela posse da terra ou da extensão ao campo dos direitos trabalhistas, que haviam dividido as lideranças do movimento sindical antes de 1964, tomaram conteúdo mais definido (p. 498).

Fausto (2006) complementa tais fatos, revelando que “[...] o movimento operário veio à tona, no governo Geisel, com novo ímpeto e novas feições” (p. 499). Como a insatisfação de grandes parcelas da população em relação à Ditadura fosse visível, abriu-se o espaço para o “Movimento das Diretas Já” de 1983 (*idem*), reivindicando a redemocratização do país. Pouco depois a Ditadura Militar encerrou, em 1985, e o Brasil teve governos civis após mais de duas décadas de governos autocráticos (p. 519).

No entanto, o país estava endividado e o governo subsequente teve taxas de inflação que corroíam o valor dos salários em mais de 200% ao mês (Fausto, 2006, p. 520). Ainda assim, em 1988 o Brasil promulgou uma nova Constituição Federal, a qual “[...] refletiu o avanço ocorrido no país especialmente na área de direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral e às chamadas minorias. Entre outros avanços, reconheceu-se a existência de deveres e direitos coletivos, além dos individuais” (p. 525), garantindo o direito dos indivíduos se organizarem sindicalmente. Para tanto, “[...] os constituintes criaram também a figura do ‘habeas data’, pela qual o cidadão pode assegurar a obtenção de informações relativas à sua pessoa, constantes de registros de entidades governamentais” (*idem*). Outro avanço desse período foi dedicar às minorias “[...] um capítulo da Constituição que reconheceu aos índios, sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” (*idem*), e o mesmo em relação as terras quilombolas.

Conforme consta em fontes de dados oficiais, desde que a Constituição Federal de 1988 entrou em vigor o Brasil teve a Gestão Presidencial de José Sarney (1985 - 1990), Collor de Melo (1990 - 1992), Itamar Franco (1992 - 1995), Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2003), Lula da Silva (2003 - 2011), Dilma Rousseff (2011 - 2016), Michel Temer (2016 - 2018) e Jair Bolsonaro (2019 - até o momento)¹⁸. Porém, ao longo dos últimos trinta e cinco anos, as questões agrária e da reforma agrária avançaram bem menos que a demanda da sociedade e, em especial, a dos agricultores familiares da pequena escala de produção e suas respectivas entidades representativas. Segundo Medeiros (2019),

Em qualquer dos casos, as reivindicações por acesso à terra têm sido tensionadas pela expansão crescente de uma agricultura intensiva, altamente tecnificada que, para sua expansão, depende da manutenção de um estoque fundiário disponível – quer em função das demandas dos mercados, quer, ligados a elas, de criação de infraestrutura necessária ao escoamento das mercadorias produzidas (rodovias, ferrovias, aquavias, portos, etc.). Paralelamente a essa expansão, as formas de apropriação mais tradicionais da terra se defrontam ainda com empreendimentos turísticos (em especial nas áreas litorâneas), de mineração, hidrelétricas, etc. que também colocam em risco, pela possibilidade de desestruturação de seus territórios, grupos sociais significativos (p. 107).

Barone e Ferrante (2017, p. 22), Malagodi (2017, p. 40), Stedile e Estevan (2013), Oliveira (2006) e outros estudiosos do tema partilham da compreensão de Medeiros (2019, p. 197).

¹⁸ Ver <www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/presidentes2019/index.html>, acessado em dezembro de 2020.

Enfim, em relação aos dois últimos Governos Federais – Michel Temer e Jair Bolsonaro –, até onde foi possível saber, não há ainda produção científica a partir dos anos de 2016 que permita investigar e inferir criticamente sobre este período. Sabe-se, entretanto, alguns dados que estão sendo publicados e indicam ter havido retrocesso nesse período em relação às conquistas da Agricultura Familiar brasileira iniciadas no Governo Fernando Henrique Cardoso e ampliadas e intensificadas nos Governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. Entre tais dados, estão os do Atlas do Espaço Rural Brasileiro (2020), onde consta o seguinte:

O primeiro capítulo – Perfil demográfico e socioeconômico do produtor – responde à pergunta inicial sobre quem são o produtor e o pessoal ocupado no agro nacional. Este capítulo revela as características demográficas, socioeconômicas e legais do produtor, sinalizando as diferenças regionais aí encontradas. / Cabe destacar que, pela primeira vez, foi identificada a cor ou raça do produtor dirigente do estabelecimento, possibilitando análises inéditas quanto à distribuição espacial do produtor segundo sua cor ou raça, bem como o cruzamento dessa variável com outras, como sexo e nível de escolaridade. O capítulo também enfatiza a importância dos sistemas agrícolas tradicionais e dos povos e comunidades tradicionais na perpetuação e criação de técnicas e saberes essenciais ao desenvolvimento sustentável, bem como no seu papel de garantia da segurança alimentar, reconhecendo a diversidade dos produtores, sua valorização, e dando visibilidade aos diversos segmentos sociais e suas realidades (p. 11).

Já nas considerações finais desse primeiro Capítulo, o IBGE reconhece que ao “[...] analisar o histórico de ocupação e apropriação da terra no País, é possível perceber que muitas desigualdades existentes na atualidade têm raízes em séculos de exploração e exclusão de parte da população, principalmente de povos indígenas e populações afrodescendentes” (p. 20). Em seguida, expressa que “[...] conhecer e entender essas raízes, levando em consideração as populações historicamente mais vulneráveis, é um movimento necessário para construir mecanismos de mudança e reduzir as desigualdades no campo e na sociedade como um todo” (*idem*). Além disso, conclui que esse conhecimento permite “[...] diversos cruzamentos e recortes territoriais”, além da “[...] realização de múltiplas análises sobre o espaço rural brasileiro, os produtores e o meio ambiente” (*idem*).

O “Atlas do Espaço Rural Brasileiro” (2020) também dedicou seu último Capítulo aos agricultores familiares, com a seguinte afirmação:

A agricultura familiar é um sistema produtivo agropecuário em que o núcleo familiar centraliza a gestão da propriedade e a maior parte da mão de obra. A família também é a base de reprodução social e cultural desse segmento, o núcleo ao redor do qual se constroem as estratégias de resistência frente às

dinâmicas econômicas hegemônicas. A agricultura familiar tende a se apoiar em práticas agrícolas mais harmoniosas com o meio ambiente, e por isso apresenta importante papel na preservação ambiental. / O termo “agricultura familiar” ganhou projeção nacional a partir da década de 1990, sendo alvo crescente de mobilizações sociais, pesquisas, leis e políticas públicas. No IBGE, passou a integrar o escopo temático do Censo Agropecuário a partir da edição de 2006. Atualmente, sabe-se que a agricultura familiar concentra o maior número de unidades produtivas do País e de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias. A relevância desse setor para o cenário agropecuário nacional traz o desafio de dar conta de toda sua diversidade em um capítulo. Por essa razão, optou-se por destacar os seguintes temas para apresentação dos dados: estrutura fundiária e uso da terra, aspectos socioeconômicos do produtor e das pessoas ocupadas, renda do produtor e produção (p. 13).

Contudo, embora o reconhecimento do IBGE através desse Atlas sobre a relevância nacional da Agricultura Familiar seja importante, o clamor dos estudiosos em favor dos agricultores familiares e camponeses não é novo. Para Little (2002), por exemplo,

A imensa diversidade sociocultural do Brasil é acompanhada de uma extraordinária diversidade fundiária. As múltiplas sociedades indígenas, cada uma delas com formas próprias de inter-relacionamento com seus respectivos ambientes geográficos, formam um dos núcleos mais importantes dessa diversidade, enquanto as centenas de remanescentes das comunidades dos quilombos, espalhadas por todo o território nacional, formam outro. Essa diversidade fundiária inclui também as chamadas “terras de preto”, “terras de santo” e as “terras de índio” de que fala Almeida (1989). Ainda há as distintas formas fundiárias mantidas pelas comunidades de açorianos, babaqueiros, caboclos, caiçaras, caipiras, campeiros, jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praicrios, sertanejos e varjeiros (Diegues e Arruda, 2001). Esse grande leque de grupos humanos costuma ser agrupado sob diversas categorias - “populações”, “comunidades”, “povos”, “sociedades”, “culturas” - cada uma das quais tende a ser acompanhada por um dos seguintes adjetivos: “tradicionais”, “autóctones”, “rurais”, “locais”, “residentes” [nas áreas protegidas] (p. 251).

Por isso, complementa o autor,

Qualquer dessas combinações é problemática em razão da abrangência e da diversidade de grupos que engloba. De uma perspectiva etnográfica, por exemplo, as diferenças entre as sociedades indígenas, os quilombos, os caboclos, os caiçaras e outros grupos ditos tradicionais - além da heterogeneidade interna de cada uma dessas categorias - são tão grandes que não parece viável tratá-los na mesma classificação. Mas, em vez de discutir agora a validade ou não dessas categorias, vou pedir licença temporária para utilizar o conceito de “povos tradicionais”, para retomar essa discussão no

final do trabalho quando teremos mais subsídios tanto teóricos quanto etnográficos para esclarecer o que está em jogo (p. 252).

Enfim, tal compreensão não é um fato isolado. Wanderley (2017) oferece muitos elementos para que se repense as políticas públicas destinadas aos agricultores familiares e aos camponeses, os quais costumam ser excluídos de projetos nacionais, caracterizando, assim, uma lacuna em relação à

[...] situação específica dos “pequenos” agricultores familiares no Brasil. Devo esclarecer, desde já, que estou me referindo a uma parcela e não ao conjunto dos agricultores familiares, precisamente, aquela que dispõe de precários recursos produtivos e cujos indicadores econômicos e sociais os situam nas escalas inferiores das estatísticas agrícolas brasileiras. Que fique claro: não considero que todos os agricultores familiares sejam pequenos, embora tenha consciência de que, no Brasil, todos eles sofrem, em graus e sob formas distintas, o bloqueio de suas potencialidades, gerado pelas forças dominantes na agricultura, no meio rural e no conjunto da sociedade brasileira (p. 66).

Nesse sentido, a pesquisadora indica estudos onde perfis distintos de agricultores são discriminados – ainda que figurem na categoria “Agricultura Familiar” – com adjetivos duros, tais como “[...] estabelecimentos ‘periféricos’ não poderiam ser tratados como unidades de produção” (p. 70), “estabelecimentos de terceira categoria” (*idem*), “produtores descapitalizados” (p. 74), “produtores marginais” (*idem*), “os pobres do campo” (p. 76) – que incluem os “periféricos”, “desvalidos” e “marginais” (*idem*) –, entre outras designações pejorativas que se prestam a desqualificar e excluir. Nesse sentido, ao divergir dessas posturas, Wanderley (2017) analisa o percurso das políticas nacionais destinadas à Agricultura Familiar e pontua o seguinte:

Colocando-se na perspectiva dos sujeitos analisados, e não daquela ditada pelas regras do mercado, registra-se com muita frequência que as categorias familiares consideradas “em transição” e “periféricas” não hesitam em se definir como agricultores, em suas práticas presentes e em seus projetos de futuro. Para eles, a produção para o próprio consumo ou para o consumo interno do seu estabelecimento é uma prática que os legitimam como agricultores familiares. Apesar da forma subordinada e precária, sua inserção nos mercados agropecuários é reivindicada como um elemento central de suas estratégias produtivas. Se o trabalho fora do sítio familiar se impõe como uma necessidade para complementar a renda ou para encaminhar profissionalmente os filhos, ele não é percebido em contradição com as atividades agrícolas, porém, de modo articulado a essas, sob a forma de um sistema de atividades familiar, sobre o que muito ainda há a compreender. Assim, como para afirmar sua identidade de agricultores, eles têm uma

experiência acumulada de estratégias e de práticas sociais, inclusive no campo produtivo, que revelam sua capacidade de sobreviver, enfrentando situações de grande precariedade, a respeito do que, no Brasil, já se dispõe de uma vasta bibliografia (p. 79).

Por essa razão, a autora frisa que “[...] não é demasiado insistir que as políticas é que devem responder às necessidades concretas do seu público-alvo e não o contrário, esse adaptar-se aos condicionantes operacionais das políticas” (*idem*). Mais que isso, Wanderley (2027) propõe um modo para evitar concepções que incorram em exclusão social e produtiva:

[...] a incorporação do conceito de "camponês", tal como é analisado na vasta literatura brasileira e estrangeira, permite superar o que ainda resta de viés operacional no tratamento aos "pobres do campo". Essa compreensão deverá servir de base para fundamentar politicamente as escolhas da sociedade a respeito dos agricultores familiares em suas distintas categorias. Em outras palavras, trata-se de justificar a opção política de oferecer apoio às demandas produtivas desses agricultores mais precarizados, que vivem hoje o pior dos dois mundos: como não são considerados produtores, acena-se com a possibilidade de acesso a empregos não agrícolas, frequentemente não rurais, os quais, por sua vez, são reduzidos ou mesmo inexistentes na maioria dos pequenos municípios e raramente são objetos de políticas específicas (p. 80).

Assim, conclui Wanderley (2017), é necessário “[...] (re)problematizar a diferenciação interna do amplo setor da agricultura familiar, não mais para marginalizar ou excluir alguns de seus tipos, mas para reconhecer suas particularidades e adequar as políticas públicas às suas demandas e necessidades” (p. 80). Desse modo, “[...] cabe aos pesquisadores e aos responsáveis pelas políticas públicas, aprofundá-lo, a partir de um quadro de referências apropriado e levando em consideração os conhecimentos já acumulados sobre as estratégias e práticas dos agricultores” (*idem*).

1.2 Paradigmas do Desenvolvimento

Favareto (2007) adverte que a questão do desenvolvimento não é um empreendimento fácil, pois envolve o desafio de “[...] decantar o que há de científico e o que há de normativo, de ideológico, de meramente discursivo por detrás dela” (p. 37), sendo “[...] preciso reconhecer de partida que poucas ideias têm sido objeto de tamanhas controvérsias” (*idem*). Para este autor, muitos estudiosos atribuem ao tema valor científico e legitimidade política, assim como há os que entendem o desenvolvimento como instrumento de manipulação ideológica (*idem*). Todavia, o autor reconhece que “visões distintas coexistem e disputam os significados da ideia de desenvolvimento” (*idem*). Para ele,

A primeira é mais usual, e pode ser encontrada em qualquer bom manual de economia: nela desenvolvimento é tomado como sinônimo de crescimento. A segunda, mais sofisticada, toma o desenvolvimento como mito [...] não necessariamente em sua acepção enganosa, e sim em algo mais próximo do que se poderia chamar de poder mobilizador e organizador do mito. [...] Isso sem falar nas inúmeras adjetivações que surgiram à luz da crítica aos rumos do desenvolvimento no capitalismo contemporâneo e que deram origem a teorias inovadoras, como a do “desenvolvimento com liberdade”, ou a utopia de grande valor ético e social, como a retórica do “desenvolvimento sustentável” (Favareto, 2007, p. 37 / 38).

Desse modo, prossegue o autor, “[...] as continuidades e rupturas, os portadores e as bases teóricas e sociais dos discursos sobre o desenvolvimento” (p. 37) ensejam um esforço de compreensão, já que o “desenvolvimento da humanidade é bem anterior às tentativas de sua definição” (p. 38), reunindo visões de mundo, virtudes e desafios distintos em cada uma das suas acepções e estágios. Nesse sentido, Favareto (2007) entende que foi

[...] exatamente no nascimento das interpretações racionais do mundo, entre os gregos, que uma certa ideia de evolução e de desenvolvimento foi sendo formada. [...] Em grego, natureza – “physis” – deriva etimologicamente do verbo “phuō”, que significa crescer, se desenvolver. Natureza é, portanto, [...] “a geração de coisas que se desenvolvem”, é “a essência das coisas que têm, elas mesmas, um princípio de movimento”. / [...] no latim, tanto desenvolvimento quanto evolução derivam etimologicamente do verbo “volvere” [e] os verbos auxiliares “evolvere” e “revolvere” são mais explícitos, denotando respectivamente um movimento progressivo e um movimento regressivo. Assim, o termo evolução e seu par Desenvolvimento enquanto “crescimento” e “progresso”; – desenvolvimento – surgem [...] presos à ideia de algo direcional, de algo relativo a uma atividade em certa medida com um sentido pré-destinado (p. 40 / 41).

Para este autor, começou “com os filósofos da Antiguidade [...] uma tradição que, no que diz respeito à ideia de desenvolvimento e evolução, perdurou até os fins do século XX” (p. 42). Assim, Favareto (2007) considera que

[...] somente a partir dos meados do século XVII [...] ocorrem os grandes eventos que vão solapar de vez os quadros de referência do mundo medieval e impulsionar de maneira irreversível o deslizamento das explicações sobre a evolução do real: o desejo e a possibilidade da mudança social, que tem por marco definitivo a Revolução Francesa; a crescente importância dos mecanismos de mercado repousando sobre o jogo de uma relativa livre concorrência, alavancada pela queda progressiva das monarquias europeias até a formação dos grandes impérios modernos; o progresso científico, com todo o rol de descobertas, inovações técnicas e especialização de saberes característicos do período inaugurado pelo Iluminismo. / [...] A principal

ruptura introduzida à época está em que a explicação da evolução do real passa a ser acessível por meio da análise e observação de fenômenos empíricos e não por sentidos extramundanos, tal qual na filosofia agostiniana (p. 42 / 43).

Contudo, o mérito maior de Favareto (2007) reside na síntese das ideias sobre o desenvolvimento, as quais estão organizadas em três grandes grupos e compõem um quadro de referências com o percurso e o estágio de aperfeiçoamento de cada uma dessas ideias ao longo do tempo. Deste modo, a seguir são apresentados três grandes grupos que distinguem os tipos do Desenvolvimento, os quais estão organizados do seguinte modo: 2.1 - Desenvolvimento enquanto “progresso” e “evolução”; 2.2 - Desenvolvimento enquanto “crescimento” e “progresso”; e 2.3 - Do Desenvolvimento Local ao Desenvolvimento Territorial Sustentável.

1.2.1 Desenvolvimento enquanto “progresso” e “evolução”

Para Favareto (2007, p. 40), este grupo trata de um longo tempo protagonizado sobretudo pelos gregos e romanos da História Clássica (Vicentino, 2006, p. 62), dos quais este autor destaca o seguinte:

[...] na passagem da Idade Antiga à Idade Média, na virada do século IV para o século V, Santo Agostinho tentou conciliar uma filosofia da história com a herança da tradição intelectual anterior à teologia cristã, o que significava reequacionar três problemas derivados da teoria aristotélica e mantidos nos filósofos que o seguiram. Primeiro, o problema da intervenção divina, pois, enquanto em Aristóteles importava a força silenciosa que está no princípio da natureza e de seu desenvolvimento, no cristianismo é através dos acidentes da história que a força de Deus se mostra presente. Segundo, o problema da espontaneidade dos fenômenos naturais, pois para o cristianismo há algo supranatural que se junta à natureza e lhe justifica e dá sentido. Terceiro, o problema da mudança e do retorno, já que para o cristianismo é preciso que haja um começo, um meio e um fim, onde o celestial representa o ápice e o objetivo (p. 41).

Assim, prossegue Favareto (2007),

A solução agostiniana consistiu em preservar os elementos constitutivos dos ciclos, aplicando-lhes à totalidade da história universal como manifestação dos desígnios de Deus. Saem os ciclos sucessivos de ascensão, apogeu e declínio, de Aristóteles, e entra em cena a ideia de um único ciclo. Tomava forma aqui a concepção, ainda tão cara aos dias atuais, da história como movimento linear. Mas esta não seria a única implicação da filosofia de Santo Agostinho para história e a ideia do desenvolvimento. Outros aspectos derivam dessas adequações: a história passa a ser vista como algo que envolve o conjunto do gênero humano; os eventos históricos não têm importância

senão no que diz respeito ao todo mais amplo [...], neste caso, o plano de Deus (p. 42).

Como se pode avaliar, o cotidiano desse período operou com essa orientação filosófica e política, e, com ela, foram construídas as ruas, avenidas, casas, prédios, praças e templos nos espaços daquelas comunidades sobre suas paisagens, onde a população, os grupos de poder e as respectivas milícias modelaram os assentamentos humanos e as sociedades. Em outras localidades também ocorreu esse tipo de transformação, e isso significa que as pessoas e suas atividades estavam subordinadas a alguma lógica de poder, a qual acaba exprimindo um consequente e correspondente ordenamento socioespacial ao longo do tempo, realizado a partir do trabalho dos indivíduos de uma determinada sociedade. Vale lembrar, que aqui os termos “paisagem” e “natureza” são usados de um modo equivalente, assim como “sociedade” e “espaço” também o são.

Assim, para Golub (2010), por exemplo,

[...] a vida econômica e social foi, durante milênios, dominada pelo ritmo lento (...) dos vilarejos e primeiras cidades mantendo uma “relação simbiótica com o ambiente natural”. A sociedade tinha certamente um impacto na natureza local, mas este não era poderoso o suficiente para desafiar o equilíbrio do ecossistema. Da revolução agrícola do Neolítico, que abriu caminho para a sedentarização e as concentrações populacionais, até o século XIX, a proporção da população urbana mundial permaneceu limitada. De acordo com estimativas do historiador Paul Bairoch [...], ela oscilava entre 9% e 14% conforme a região e a época. / É certo que se formaram grandes aglomerações durante esse longo período pré-industrial, como a Babilônia, Roma, Constantinopla, Bagdá, Xian, Pequim, Hangzhou, Nanquim e assim por diante. Algumas dessas cidades foram corações de impérios e abrigavam dezenas ou mesmo centenas de milhares de pessoas. Por volta de 1300 d.C., Pequim tinha entre 500 mil e 600 mil habitantes. Já a Europa conheceu o que Bairoch chama de “empurrão urbano” na Idade Média, com a formação de uma rede de cidades mercantis e cidades-Estado com mais de 20 mil habitantes. Mas isso não alterou fundamentalmente o equilíbrio entre a cidade e o campo, nem revolucionou as relações sociais (p. 6 / 7).

Até esse momento histórico, a dinâmica de tempo necessária à produção social do espaço era vagarosa. Mas isso foi sendo alterada com a ocorrência de novos fatos políticos, econômicos e sociais, os quais seguem expostos e caracterizam um outro tipo de Desenvolvimento.

1.2.2 Desenvolvimento enquanto “crescimento” e “progresso”

Favareto (2007) examinou a ideia marcada pelas noções de evolução e crescimento “[...] assimiladas à ideia de progresso” (p. 44), por decorrência do Iluminismo, da Revolução Industrial e da Revolução Francesa. Do Iluminismo, Hobsbawm (2009) recorda que “[...] todas as ideologias humanistas, racionalistas e progressistas estavam implícitas nele, [...] embora a ordem social que surgiria de suas atividades tenha sido uma ordem capitalista e burguesa” (p. 49). Em relação à Revolução Industrial, Denis (2000) interpreta que a indústria,

[...] na acepção moderna da palavra, é mesmo uma invenção do setor estatal. / [...] o sistema mercantilista ora implantado, em que cada nação procurava defender seus interesses comerciais pelo domínio de mercados estrangeiros, acabou levando os estados a investirem diretamente na produção de bens de consumo, em escala inédita até então. Quase todos os países europeus fundaram nos séculos XVII e XVIII manufaturas reais, ou da coroa, para fabricação de determinados tipos de produtos, principalmente artigos considerados de luxo, como louças, têxteis e móveis. Porém as primeiras manufaturas a serem assim monopolizadas foram as de fabricação de armas e de construção naval, indústrias estratégicas para garantir a própria sobrevivência do estado-nação (p. 22).

Ao prosseguir, conclui Denis (2000),

Pela primeira vez na história, já não era mais paradoxal sugerir que quanto maior a produção, maior seria o consumo. / É por isso que a definição avançada de Eric Hobsbawm descreve a industrialização como um sistema que passa a gerar demanda em vez de apenas suprir aquela existente. Sabe-se, porém, que essa demanda crescente data de antes da Revolução Industrial propriamente dita. Houve um grande crescimento no acúmulo de riqueza líquida ao longo dos cem anos anteriores e, portanto, um acréscimo correspondente no consumo (p. 21).

Por conseguinte, o Iluminismo e a Revolução Científica e Tecnológica Industrial (Ribeiro, 2000) se internacionalizaram, desembocando um pouco mais adiante na Revolução Francesa. Hobsbawm (2009) corrobora com esta tese, ao afirmar o seguinte:

O fim do século XVIII, como vimos, foi uma época de crise para os velhos regimes da Europa e seus sistemas econômicos, e suas últimas décadas foram cheias de agitações políticas, às vezes chegando a ponto da revolta, e de movimentos coloniais em busca de autonomia, às vezes atingindo o ponto da secessão: não só nos Estados Unidos (1776 - 1783), mas também na Irlanda (1782 - 1784), na Bélgica e em Liège (1787 - 1790), na Holanda (1783 - 1787), em Genebra e até mesmo [...] na Inglaterra (1779). A quantidade de agitações é tão grande que alguns historiadores mais recentes falaram de uma

“era da revolução democrática”, em que a Revolução Francesa foi apenas um exemplo, embora o mais dramático e de maior alcance e repercussão (pág. 99).

Por sua vez, Favareto (2007) entende que esse mundo europeu modificado foi uma “[...] espécie de antessala do rapto da ideia de desenvolvimento pela economia, com a redução da evolução ao progresso e deste ao crescimento” (p. 44). Mais que isso, ele considera que só com o fim do século XX encerra-se plenamente a ideia de desenvolvimento relacionada com a noção de “evolução” (pág. 45).

No período que corresponde a este segundo grupo de referências apontadas por Favareto (2007), observa-se que, tanto na Sociologia quanto na Economia, há uma percepção de equilíbrio associada à pretensão de previsibilidade, efetivada com a interdependência aos campos político, econômico e científico. Porém, segundo o autor, esse período se limitou às “[...] metáforas de mecânica social, negando as metáforas biológicas” (p. 47). Assim, se por um lado a Revolução Industrial inseriu na vida dos seres humanos o modo de produção industrial e seriada, estimulando o surgimento de novos ofícios e profissões – como a Economia, a Engenharia, a Psicologia e a Biologia, apenas para ficar em alguns exemplos –, por sua vez a Revolução Francesa incrementou o senso de individualidade da época com uma emergente noção republicana de coletividade, dando novo sentido às organizações políticas, econômicas e sociais. Dessa mudança ocorreram muitos efeitos, entre os quais situa-se a emergência de centros estritamente urbanos. De acordo com Hobsbawm (2009),

O mundo em 1789 era essencialmente rural e é impossível entendê-lo sem assimilar este fato fundamental. Em países como a Rússia, a Escandinávia ou os Bálcans, onde a cidade jamais se desenvolvera de forma acentuada, cerca de 90% a 97% da população era rural. Mesmo em áreas com uma forte tradição urbana, ainda que decadente, a porcentagem rural ou agrícola era extraordinariamente alta, segundo dados disponíveis: 85% na Lombardia, 72% - 80% na Venécia, mais de 90% na Calábria e na Lucânia. De fato, exceto em algumas áreas comerciais e industriais bastante desenvolvidas, seria muito difícil encontrar um grande Estado europeu no qual ao menos quatro em cada cinco habitantes não fossem camponeses. Até mesmo na própria Inglaterra, a população urbana só veio a ultrapassar a população rural pela primeira vez em 1851 (p. 33).

Assim, mais que incrementar a demografia da época, os centros urbanos deram origem às metrópoles, tornando muito mais complexas as relações sociais e as atividades em seus espaços. Por este motivo, Neira Alva (1997) sustenta que,

Historicamente, as cidades são concentrações de poder que controlam fluxos econômicos, sociais, culturais e políticos, constituindo centros de acumulação de riqueza e conhecimento. A partir da Revolução Industrial, as atividades de manufatura se concentram em algumas cidades cuja população cresceu explosivamente. / [...] As atuais regiões metropolitanas aglomeram população, instalações produtivas e infraestrutura econômica, ocupando antigas áreas rurais e incorporando assentamentos preexistentes (p. 1).

Esta tese é partilhada por vários estudiosos do tema, assim como pesquisas das últimas décadas continuam confirmando-a (Maricato, 2001; Souza, 2002; Rolnik, 2003; Ribeiro e Santos Junior, 2007). Entretanto, entre as obras pioneiras que denunciaram os fenômenos políticos e econômicos e os fatos sociais decorrentes da Revolução Industrial, da Revolução Francesa e do capitalismo, merece atenção cuidadosa o “Manifesto do Partido Comunista” de Marx e Engels (1987), redigido há mais de século e meio, e a “Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” de Max Weber (2004), publicada no início do Século XX, entre outras obras de grande relevância.

Em Marx e Engels (1987) há a seguinte e aguda análise:

Nas primeiras épocas históricas, verificamos, quase por toda parte, uma completa divisão da sociedade em classes distintas, uma escala graduada de condições sociais. Na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores feudais, vassalos, mestres, oficiais e servos; e, em cada uma destas classes, gradações especiais. / A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Não fez senão substituir velhas classes, velhas condições de opressão, velhas formas de luta por outras novas. Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classes. A sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos apostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado. Dos servos da Idade Média nasceram os plebeus livres das primeiras cidades; desta população municipal, saíram os primeiros elementos da burguesia (p. 8).

Mais que isso, esses autores entendem que,

A descoberta da América e a circunavegação da África ofereceram à burguesia ascendente um novo campo de ação. Os mercados da Índia e da China, a colonização da América, o comércio colonial, o incremento dos meios de troca e, em geral, das mercadorias, imprimiram um impulso, desconhecido até então, ao comércio, à indústria, à navegação e, por conseguinte, desenvolveram rapidamente o elemento revolucionário da sociedade feudal em decomposição. A antiga organização feudal da indústria, que estava circunscrita a corporações fechadas, já não podia satisfazer as necessidades que cresciam com a abertura de novos mercados. A manufatura

a substituiu. A pequena burguesia industrial suplantou os mestres das corporações; a divisão do trabalho entre as diferentes corporações desapareceu diante da divisão do trabalho dentro da própria oficina. / Todavia, os mercados ampliavam-se cada vez mais: a procura de mercadorias aumentava sempre. A própria manufatura tornou-se insuficiente; então, o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. A grande indústria moderna suplantou a manufatura; a média burguesia industrial cedeu lugar aos milionários da indústria - chefes de verdadeiros exércitos industriais – aos burgueses modernos (p. 9).

Assim, consideram os autores,

A grande indústria criou o mercado mundial preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou prodigiosamente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. Esse desenvolvimento reagiu por sua vez sobre a extensão da indústria; e à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolviam, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e relegando ao segundo plano as classes legadas pela Idade Média. / Vemos, pois, que a própria burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de revoluções no modo de produção e de troca. Cada etapa da evolução percorrida pela burguesia era acompanhada de um progresso político correspondente. Classe oprimida pelo despotismo feudal, associação armada administrando-se a si própria na comuna; aqui, República urbana independente, ali, terceiro estado, tributário da monarquia; depois, durante o período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta, pedra angular das grandes monarquias, a burguesia, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. / O governo do estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa (p. 10 / 11).

Já na obra de Weber (2004), por sua vez, há um trecho que delineou o perfil psicossocial do empreendedor capitalista e a lógica do capitalismo do final do século XIX. A saber:

Surgiu uma ética econômica especificamente burguesa. Com a consciência de estar na plenitude da graça de Deus e visivelmente por Ele abençoado, o empreendedor burguês, desde que permanentemente dentro dos limites da correção formal, que sua conduta moral estivesse intacta e que não fosse questionável o uso que fazia da riqueza, poderia perseguir seus interesses pecuniários o quanto quisesse, e com isso sentir que estava cumprindo seu dever. Ademais, o poder do ascetismo punha-lhe à disposição trabalhadores sóbrios, conscienciosos e extraordinariamente ativos, que se agarravam ao seu trabalho como a um propósito de vida desejado por Deus. / Finalmente, dava-lhe a confortável certeza de que a distribuição desigual da riqueza do mundo era uma disposição especial da Divina Providência que, com essas

diferenças e com a graça particular, visava suas finalidades secretas, desconhecidas pelo homem. Calvino mesmo já emitira a opinião, muitas vezes citadas, de que somente quando o povo, isto é, a massa de trabalhadores e artesãos fosse pobre, conservar-se-ia obediente a Deus. Na Holanda havia secularizado que a massa humana só trabalharia quando a necessidade a forcesse para tal. Essa formulação de uma ideia básica da economia capitalista entraria, mais tarde, nas teorias correntes da produtividade por meio de salários baixos (p. 132).

Apesar das distorções políticas, econômicas e sociais introduzidas com a Revolução Industrial, e a consequente formação de sindicatos de trabalhadores por conta da insatisfação com a jornada de trabalho longa e perigosa e as precárias condições de trabalho nas indústrias da época – por estas razões pelas quais operários ingressavam nos quadros do socialismo científico ou do socialismo utópico (Engels, 1984) –, o capitalismo avançou muito com a racionalidade da produção industrial “fordista”. Outhwaite & Bottomore (1996) lembram que esse tipo de produção pertence ao “[...] paradigma industrial que [...] desenvolveu os princípios do gerenciamento científico inicialmente proposto por Taylor” (p. 322). Por esta via foi possível sistematizar os meios mais econômicos para executar cada tarefa produtiva, resultando na especialização de cada função do trabalho com a padronização e automatização da produção, além de uma mecanização cada vez mais intensa. Em contrapartida, eram oferecidos salários mais elevados que os das demais empresas aos operários que se submetiam a esta lógica (p. 323).

Tais incrementos fortaleceram as indústrias existentes, potencializando o surgimento de grandes empresas na mesma medida em que os respectivos negócios iam se ampliando, fortalecidos pelo respaldo governamental dos estados liberais (p. 423). Essa lógica política e econômica e esse modo de produção se alastrou e as indústrias se multiplicaram exponencialmente por muitos países, redundando, inclusive, no estabelecimento dos distritos industriais propostos pelo economista Alfred Marshall (Benko, 2001), criados por governos. Atrapalhadas iniciativas de governos, e a respectiva promoção das atividades industriais, acarretaram diversos problemas. Sobre isso, Landes (1994) afirma o seguinte:

À parte os cartéis, ou seja, as associações de empresas independentes, havia também vários “trustes” – instituições monopolistas, ou de pretensões monopolistas, que agrupavam uma parcela considerável de empresas produtoras de determinado ramo em vários graus de amalgamação. Em alguns casos, essas coalizões eram simplesmente o que os alemães chamam de “*Interessengemeinschaft*”: cada participante preservava sua autonomia, e a direção central era fornecida por um colegiado às vezes difícil de manejar, cuja influência dependia de boa-vontade das empresas-membro. A primeira “English Sewing-Cotton Company” (1897) e a “Calico Printers Association”

(1899) foram desse tipo. Outras eram verdadeiras fusões, como a “União Salina” de 1888, que afirmava controlar 91% da produção de sal do Reino Unido, ou a “Companhia Unida de Álcalis”, formada em 1891 num derradeiro esforço de produtores que usavam o método de Leblanc para se sustentarem contra a concorrência do processo de Solvay. / Os trustes eram a resposta da Inglaterra à integração e à concentração da indústria alemã. De modo geral, era uma resposta precária: surgiram indústrias erradas ou, quando certas, pelas razões erradas; muitas vezes eram fundadas por agentes promocionais, e não por produtores, e a supervalorização inicial do capital onerava o desempenho posterior; a própria multiplicidade de seus membros complicava sua tarefa e, também nesse caso, a falta de proteção tarifária expunha os membros prósperos às incursões dos intrusos – o sucesso era quase tão perigoso quanto o fracasso (p. 254 / 255).

Assim, de acordo com Hobsbawn (1995, p. 91), “[...] as operações de uma economia capitalista jamais são suaves, e flutuações variadas [...] fazem parte integral dessa forma de reger os assuntos do mundo”. Nesse sentido, o ascendente processo de industrialização de bens de consumo e de capital, com sua expressiva capacidade técnica (Landes, 1994, p. 216), resultou em diversas operações econômicas, com destaque à produção de material bélico que tanto interessavam às indústrias e aos governos, tal como figura com desconcertante clareza na obra de Hobsbawn (2005):

[...] mesmo antes da Primeira Guerra Mundial, a França fazia planos para uma produção de munição de 10 - 12 mil granadas por dia; e, no fim, sua indústria teve de produzir 200 mil granadas por dia. Mesmo a Rússia czarista descobriu que produzia 150 mil granadas por dia, ou uma taxa de 4,5 milhões por mês. Não admira que os processos das fábricas de engenharia mecânica fossem revolucionados, [pois] a produção exigia organização e administração - mesmo sendo o seu objetivo a destruição racionalizada de vidas humanas da maneira mais eficiente. / [...] Na verdade, exércitos e guerras se tornaram “indústrias” ou complexos de atividades econômicas muito maiores que qualquer coisa no comércio privado, motivo pelo qual no século XIX tantas vezes proporcionaram a especialização e a capacidade de administração para os vastos empreendimentos privados que se desenvolveram na área industrial, como por exemplo, os projetos de ferrovias ou instalações portuárias. Além disso, quase todos os governos estavam no ramo de fabricação de armamentos e material bélico, embora em fins do século XIX surgisse uma espécie de simbiose entre governo e produtores de armamentos privados especializados, sobretudo nos setores de alta tecnologia como a artilharia e marinha, que antecipam o que hoje conhecemos como “complexo industrial-militar”. Apesar disso, a crença básica entre a Revolução Francesa e a Primeira Guerra Mundial era de que a economia iria, até onde fosse possível, continuar a operar em tempo de guerra como em tempo de paz [...], embora, é claro, algumas indústrias fossem sentir claramente seu impacto – por exemplo, a indústria de roupas, da qual se exigiria que produzisse trajes militares muito além de qualquer capacidade em tempo de paz (p. 52 / 53).

Vicentino (2006) concorda com essa tese ao denunciar a motivação para ocorrência da Primeira Guerra Mundial. A saber:

Quando a França foi derrotada em 1870, na batalha de Sedan, perdendo para Alemanha as ricas províncias da Alsácia-Lorena, houve o despertar de um forte espírito nacionalista [...] que abriu a possibilidade de uma nova guerra europeia. Ao mesmo tempo, a rivalidade inglesa com relação à Alemanha corporificou e teve suas raízes no crescimento industrial alemão, que colocava em risco a tradicional supremacia capitalista da Inglaterra, e nas pressões alemãs de redivisão colonial. / Grande parte dos orçamentos europeus destinava-se à corrida armamentista, o que transformou o “Velho Continente” num verdadeiro campo militar (p. 376).

Contudo, Hobsbawn (2005) considera que essa Guerra não foi mundial, pois entende que ela “devastou apenas partes do Velho Mundo” (p. 91). O autor reconhece, todavia, que dela decorreu “[...] um tipo de colapso verdadeiramente mundial, sentido pelo menos em todos os lugares em que homens e mulheres se envolviam ou faziam uso de transações impessoais de mercado” (p. 91). Seja como for, essa Guerra matou milhões de vidas num só tempo, inaugurando o genocídio (p. 57), assim como teve um custo financeiro elevadíssimo que impactou a economia mundial, forçando governos e indústrias a conviverem com o consequente desemprego em massa que sobrecarregou ainda mais as péssimas condições de vida das populações ressentidas com os episódios deste grande conflito internacional.

Sabe-se, por outro lado, que os Estados Unidos da América não se envolveram nessa Guerra, e que a sua produção industrial não tinha tido um bom desempenho à época, alcançando pouco mais de 80% de crescimento econômico nos vinte e cinco anos após 1913 (Hobsbawn; 2005, p. 92). Como se pode inferir, foi um período ampliado de crise que teve sua parte mais crítica entre 1929 e 1933, configurando o dramático colapso do capitalismo conhecido como a “Grande Depressão da Bolsa de Nova Iorque” (Cotrim, 2000, p. 389). De fato, não se tratava um evento localizado, pois as relações comerciais de diversos países já operavam internacionalmente, extrapolando o colapso para muitas nações. Neste sentido, Hobsbawn (2005) oferece um panorama da amplitude do colapso:

A produção industrial americana caiu cerca de um terço entre 1929 e 1931, e a alemã mais ou menos o mesmo (...). Dessa forma, nos EUA, a Westinghouse, grande empresa de eletricidade, perdeu dois terços de suas vendas entre 1929 e 1933, enquanto sua renda líquida caiu 75% em dois anos. Houve uma crise na produção básica, tanto de alimentos como de matérias-primas, porque os preços, não mais mantidos pela formação de estoques como antes, entraram em queda livre. O preço do chá e do trigo caiu dois terços, e o da seda bruta três quartos. Isso deixou prostrados – para citar apenas os

nomes relacionados pela Liga das Nações em 1931 – Argentina, Austrália, países balcânicos, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Egito, Equador, Finlândia, Hungria, Índia, Malásia britânica, México, Índias holandesas (atual Indonésia), Nova Zelândia, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, cujo comércio internacional dependia em peso de uns poucos produtos primários. Em suma, tornou a Depressão global no sentido literal (p. 96).

A resposta estadunidense para superar a Grande Depressão iniciada em 1929 foi deflagrada entre 1933 e 1939, e ficou conhecida como “New Deal” (Vicentino, 2006, p. 395). tal medida consistiu num plano elaborado por um grupo de economistas apelidados de “Brain Trust”, fundamentado nas teorias de Jonh Maynard Keynes. De acordo com Keynes,

[...] as raízes da Depressão encontravam-se em uma demanda privada inadequada. Para criar demanda, as pessoas deviam obter meios para gastar. Uma conclusão daí decorrente é que os salários de desemprego não deveriam ser considerados simplesmente como débito de orçamento, mas um meio por intermédio do qual a demanda poderia aumentar e estimular a oferta. Além do mais, uma demanda reduzida significava que não haveria investimento suficiente para produzir a quantidade de mercadorias necessárias para assegurar o pleno emprego. Os governos deveriam, portanto, encorajar mais investimentos, abaixando as taxas de juros (uma política de “dinheiro barato”), bem como criar um extenso programa de obras públicas, que proporcionaria emprego e geraria uma demanda maior de produtos industriais (Vicentino, 2006, p. 395 / 396).

Por outro lado, desde 1920 estavam disponíveis os estudos do economista russo Nikolai Dimitrievich Kondratiev (Hobsbawn, 2005), com os quais se “[...] discerniu um padrão de desenvolvimento econômico a partir de fins do século XVIII, através de uma série de ondas longas’ de cinquenta a sessenta anos” (p. 91), possibilitando a verificação das recorrentes crises do capitalismo ao longo do tempo. Evidentemente, as multidões descontentes com o capitalismo não se anulavam diante de tantas crises políticas e econômicas e as respectivas convulsões sociais, empenhando-se em concatenar alguma alternativa a partir das revoluções em curso desde as primeiras fases da Revolução Industrial, sobretudo através de operários insatisfeitos com as longas e perigosas jornadas de trabalho nas organizações industriais, tanto quanto de camponeses afetados pela expansão do desenvolvimento industrial (Landes, 1994, pág. 167) e o surgimento dos centros urbanos nos seus ou em outros espaços (p. 172).

Uma das tensões sociais mais impactantes desse tempo foi a Revolução Bolchevique na Rússia (Vicentino, 2006), onde Vladimir Ilitch Lênin e Leon Trótski ganharam a confiança da população em 1917 com a plataforma “paz, terra e pão” e as “Teses de Abril” (p. 387). Com tais teses eles propuseram a saída da Rússia da Primeira Guerra Mundial, a divisão das grandes

propriedades entre os camponeses e a regularização do abastecimento interno (idem). Para Vicentino (2006), essa Revolução encampa,

De início, o novo governo nacionalizou as indústrias e os bancos estrangeiros, redistribuiu as terras no campo e firmou um armistício com a Alemanha em Brest-Litovski. Para sair da Primeira Guerra Mundial, a Rússia teve de perder alguns territórios da Letônia, Lituânia, Estônia, Finlândia, Ucrânia e Polônia. / As mudanças que removiam as estruturas de poder tradicionais, entretanto, ativaram a oposição dos russos brancos (mencheviques e czaristas) que, apoiados pelas potências aliadas que não aceitavam a saída da Rússia da Guerra, mergulharam o país numa sangrenta guerra civil, que só terminaria em 1921, com a vitória dos bolcheviques (russos vermelhos) (p. 388).

Como se pode deduzir, não deve ter sido fácil para população imersa numa guerra civil construir uma alternativa para o próprio país. Contudo, esse processo avançou, apesar da resistência das forças conservadoras internas (os czaristas) e das forças conservadoras externas ao país (os capitalistas), tendo como saldo disso tudo dois governos revolucionários, os quais modelaram a Rússia socialista e popular. O primeiro desses governos revolucionários foi coordenado por Lênin e iniciou durante a guerra civil. Nele, adotou-se a política econômica do “comunismo de guerra”, centralizando a produção industrial e agrícola do país com uma orientação distinta da economia capitalista de mercado (Vicentino, 2006, p. 388). No entanto, em 1921 o governo teve de moderar fortes tensões no campo, provocadas pelo desabastecimento e confisco da produção agrícola (pág. 389). A solução para esse problema foi implantar a “Nova Política Econômica” (NEP), um plano estatal com princípios socialistas e alguns elementos do capitalismo (p. 389), estimulando “[...] a pequena manufatura privada, o pequeno comércio e a livre venda de produtos pelos camponeses no mercado, motivando a produção e o abastecimento” (p. 389). Tal política prevaleceu até 1928 e recuperou parcialmente a economia russa ao reativar setores estratégicos, o que ampliou o crescimento das atividades industriais, agrícolas e comerciais (p. 389).

Antes disso, porém, a Constituição de 1918 promulgou a República Soviética Socialista Russa, que foi alterada em 1923 por causa da instituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) a partir de um “[...] acordo de união de diferentes regiões do antigo Império Russo, transformadas em repúblicas federativas e socialistas” (Vicentino, 2006, p. 389). Em 1924, ou seja, quatro anos após a morte de Lênin, a URSS experimentou o seu segundo governo revolucionário, com Josef Stálin no comando. No início desse governo “[...] a economia soviética viveu a socialização total, com a abolição da NEP e a instauração dos planos quinquenais [...] pela GOSPLAN, órgão encarregado da planificação econômica,

objetivando transformar a União Soviética numa nação socialista moderna e industrializada” (*idem*).

Todavia, Cotrim (2000) relata que, depois de

[...] dezembro de 1929, Stálin tornou-se ditador da URSS. Sustentou-se no poder até sua morte, em 1953, controlando e perseguindo violentamente todas as oposições. Muitos revolucionários, companheiros de Lênin, foram presos, torturados e mortos pela repressão. Assim, grandes cidadãos foram executados como traidores da pátria. Eram as chamadas depurações stalinistas (p. 366).

No entanto, mesmo considerando os excessos de Stálin, não é preciso ir longe para entender que a emergência da URSS em 1924 e o colapso do capitalismo na Grande Depressão de 1929 “[...] deixou a Europa Central pronta para o fascismo” (Hobsbawn, 2005, p. 95), afinal os “[...] artifícios [do capitalismo] para fazer as populações se acostumarem a longos períodos de patológica inflação de preços [...] só foram inventados após a Segunda Guerra Mundial” (p. 94). Para Hobsbawn (p. 108), foi nesse momento que os valores do mundo liberal de então ruíram, produzindo uma guinada à esquerda em vários estados do mundo. Em contrapartida, “[...] o fortalecimento da direita radical foi reforçado” (p. 108). O autor, considera, ainda, que “[...] não era fácil discernir, depois de 1933, o que os vários tipos de fascismo tinham em comum, além de um senso de hegemonia alemã” (p. 120). Para Hobsbawn (2005),

A grande diferença entre a direita fascista e não fascista era que o fascismo existia mobilizando massas de baixo para cima. Pertencia essencialmente à era da política democrática e popular que os reacionários tradicionais deploravam, e que os defensores do “Estado orgânico” tentavam contornar. [...] Os fascistas eram os revolucionários da contra-revolução, [...] mesmo em sua deliberada adaptação dos símbolos e nomes dos revolucionários sociais, tão óbvia no Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores de Hitler, com sua bandeira vermelha (modificada) e sua imediata instituição do Primeiro de Maio dos comunistas como feriado nacional em 1933 (p. 121).

Cabe salientar, também, um outro ente importante da sociedade da época, o qual se posicionou entre os conservadores. Para Hobsbawn (2005), essa entidade tinha “[...] origens e inspirações mais antigas que o fascismo, e às vezes muito diferente dele” (p. 118). O autor se refere a “[...] Igreja Católica Romana, profunda e inflexivelmente reacionária como era em sua versão oficial consagrada pelo primeiro Concílio Vaticano de 1870” (*idem*), a qual, segundo o autor, foi ambígua em relação ao racismo de Hitler (p. 118). Hobsbawn (2005) infere, então, que esta situação criou “[...] substanciais problemas morais para os católicos com preocupações

sociais” (p. 118), ainda que ele entenda que esta entidade diferia dos demais “reacionários anacrônicos” por sua aversão ao Iluminismo, à Revolução Francesa e por tudo que deles derivavam, como a democracia, o liberalismo ou o “comunismo ateu” (p. 118).

Entre as revoluções e contra-revoluções daquele período, e de todo tipo de alvoroço no mundo do trabalho com os consequentes embates das classes sociais (Hobsbawn, 2005, p. 127), as forças políticas reacionárias desorientadas acabaram produzindo um tipo concentrado de fascismo na Alemanha e Itália (Cotrim, 2000, p. 392), disseminado no mundo como “nazi-fascismo” (p. 395). Dele redundou o estabelecimento de regimes totalitários, sobretudo pelo “[...] temor das classes dominantes (industriais, altos oficiais do exército e outros)” (p. 392) frente aos governos populares insurgentes que emergiam em diversos países.

Curiosamente, várias nações se uniram para conter o avanço do nazi-fascismo (Hobsbawn, 2005, p. 147) e a “[...] democracia só se salvou, porque, para enfrentá-lo, houve uma aliança temporária e bizarra entre o capitalismo liberal e o comunismo” (p. 17). Assim, a situação que já era bastante tensa se agravou, decorrendo em um dos episódios mais vergonhosos da humanidade ao longo do processo civilizatório: a Segunda Guerra Mundial. Cotrim (2000, p. 399) identifica a gênese desta Guerra nas duras e humilhantes medidas impostas pelos países vencedores da Primeira Guerra Mundial à Alemanha, através do Tratado de Versalhes, as quais, somadas à grave crise socioeconômica que os alemães atravessaram entre as duas guerras mundiais, deram a Adolf Hitler a oportunidade de insuflar o povo com forte sentimento orgulho nacional e de revolta pelas humilhações e precariedades sofridas. Assim, Hitler conseguiu cooptar gradativamente a população, sedimentando anos depois o estado nazista. Cotrim (2000) descreve esse processo da seguinte maneira:

Com governos fortes e autoritários, Alemanha, Itália e Japão conseguiram alto grau de disciplina social, dirigindo seus esforços para recuperação econômica e o desenvolvimento militar. / Esses países queriam modificar a ordem internacional estabelecida pelos vencedores da Primeira Guerra. Por isso, adotaram durante a década de 30 uma política externa agressiva. O objetivo foi à expansão territorial, militar e econômica (p. 398).

Adolf Hitler defendia o direito de aumentar o “espaço vital” para o povo alemão (Cotrim, 2000, p. 398), desrespeitando, com isto, o Tratado de Versalhes. Assim, a Alemanha ampliou seu território ocupando a Renânia em 1936, uma região de fronteira entre a Alemanha e a França (p. 399), anexou a Áustria em 1939 (*idem*) e, mais adiante, incorporou a Tchecoslováquia (p. 400). A Itália, por sua vez, invadiu a Etiópia em 1936, motivada pela expansão forçada da Alemanha, proclamando um italiano rei da Etiópia. Com o objetivo de

expandir seus domínios territoriais, o Japão invadiu o reino da Manchúria em 1931, provocando uma guerra com a China em 1935 (p. 388). Em 1936 Hitler estabeleceu “[...] um pacto [...] com Mussolini. Aliados, [...] interviram na guerra civil espanhola para ajudar as tropas fascistas do general Francisco Franco [...] contra as forças populares da República espanhola” (Cotrim, 2000, p. 399). Em 1939 a Alemanha firma um pacto de não-agressão com a URSS de Stálin, e pouco depois esses países invadem a Polônia (p. 400). Todavia, segundo Vicentino (2006, p. 405), com a “[...] intenção de obter minérios, cereais e petróleo, fundamentais aos seus planos bélicos, em junho de 1941, Hitler, traiu o pacto de não-agressão [...], e sem declaração de guerra, marchou sobre a União Soviética”.

Evidentemente, esses e outros acontecimentos da mesma natureza ameaçaram as demais nações, motivando a Segunda Guerra Mundial. Porém, somente em 1941 a União Soviética e os Estados Unidos da América entraram no conflito. Para Cotrim (2000, p. 403), após o ingresso destes dois países, a Alemanha, a Itália e o Japão formaram o bloco das “potências do eixo”, e a Inglaterra, os Estados Unidos da América, a União Soviética e a França o das “potências aliadas”. Segundo esse autor, as operações militares dessa Guerra estavam divididas em duas parcelas: na primeira estão agrupados os principais choques armados da Europa, do norte da África e do Extremo Oriente; e na segunda, foram listados os embates travados em cinquenta e oito países (*idem*). Assim, segundo Vicentino (2006),

A Segunda Guerra Mundial deixou um saldo devastador: um custo material superior a um bilhão e trezentos milhões de dólares, mais de trinta milhões de feridos, mais de cinquenta milhões de mortos e outras perdas incalculáveis. A União Soviética perdeu mais de vinte milhões de habitantes, a Polônia seis milhões, a Alemanha cinco milhões e meio (p. 408).

Cotrim (2000) acrescenta a esse trágico inventário da destruição causada por essa Guerra mais vinte milhões de órfãos e cento e noventa milhões de refugiados (p. 405). Ainda assim, a imagem mais forte da Guerra se fixou no lançamento de duas bombas atômicas sobre as cidades japonesas de Hiroxima e Nagasáqui, em agosto de 1945. Sobre isso há o seguinte depoimento: “Depois do calor veio o deslocamento de ar, [...] com a força de um furacão soprando a oitocentos quilômetros por hora. Num círculo gigantesco de mais de três quilômetros, tudo foi reduzido a escombros” (Vicentino, 2006, p. 408). Cento e sessenta mil pessoas morreram instantaneamente, e milhares de vítimas sofreram sérias complicações por terem sido expostas às radiações destas bombas (Cotrim, 2000, p. 405), resultando na rendição do Japão e no fim da Guerra.

Cotrim (2000) revela que, à época, o presidente dos Estados Unidos da América justificou o uso das bombas para antecipar a rendição japonesa, embora muitos analistas discordem dessa versão considerando o uso destas bombas um crime de guerra com o objetivo velado de intimidar a URSS, dando origem a uma nova ordem internacional (p. 405).

Com o fim da Guerra a Alemanha foi dividida em quatro zonas, através dos “Acordos de Paz” que se seguiram (Vicentino, 2006, p. 408): uma dessas ficou com a Inglaterra, outra com a França, a terceira com os estadunidenses e a última com a URSS. Também foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), em bases diferentes daquelas da Liga das Nações¹⁹, objetivando promover a paz e a segurança internacional através de projetos de cooperação internacional e a mediação de problemas internacionais de ordem econômica, social, cultural e humanitária (Cotrim, 2000, p. 408). Nesse sentido, em 1946 o jogo das grandes forças políticas do mundo foi bastante modificado, ficando polarizado entre um grande bloco liderado pela URSS e um outro coordenado pelos Estados Unidos da América. As decorrentes disputas por hegemonia entre esses blocos encerram a aliança formada na Segunda Guerra Mundial e dão início à Guerra Fria, que transcorreu descaradamente até 1980 (p. 409).

Vicentino (2006) indica que o bloco capitalista começou a implantar o Plano Marshall em 1948, para reconstruir os “[...] países capitalistas ocidentais cujas economias foram abaladas pelo esforço de guerra” (p. 408), sendo administrado pela Organização Europeia de Cooperação Econômica (pág. 417). Cotrim também registra que nessa época foram inauguradas muitas entidades, tais como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que era uma aliança político-militar criada para proteger os países ocidentais (formado pelos Estados Unidos da América, Canadá, Reino Unido, França, Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo, Dinamarca, Noruega, Finlândia, Portugal, Itália, Grécia, Turquia e Alemanha Ocidental); a BENELUX, composta pela Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo; a ANZUS, criada pela Austrália, Nova Zelândia e os Estados Unidos da América para conter a ameaça comunista; a OTASE, que agrupava a Nova Zelândia, Austrália, Filipinas e Tailândia; a CENTO, da Turquia, Iraque, Irã e Paquistão; a CECA - Comunidade Europeia do Carvão e Aço; e, finalmente, a Comunidade Econômica Europeia, já em 1957 (p. 416).

Por sua vez, o bloco socialista revidou a criação da OTAN com o Pacto de Varsóvia, em 1955 (Contrim, 2006, p. 417). Em paralelo, a China faz a sua revolução e se torna uma República Popular (p. 421), assim como houve a Guerra da Coreia entre 1950 e 1953, quando a URSS e a China apoiaram os coreanos revolucionários e os Estados Unidos da América

¹⁹ De acordo com Cotrim (2000:356), a Liga das Nações foi uma entidade criada após a Primeira Guerra Mundial pretensamente para mediar conflitos internacionais e preservar a paz mundial.

insuflaram os contra-revolucionários (p. 421). Tal Guerra também resultou em grandes perdas humanas e amplos prejuízos materiais, sobre os quais Vicentino (2006) estimou trezentas mil baixas de soldados coreanos; dezenas de milhares de baixas dos estadunidenses; dezessete mil das forças da ONU; algo em torno de um milhão e meio de baixas norte-coreanas e chinesas; e cerca de um milhão de civis, tanto da Coreia do Norte quanto da Coreia do Sul (p. 420).

Somam-se a esses fatos outros com motivos equivalentes, tais como: “a Guerra do Vietnã, a descolonização africana, a Revolução Cubana, a invasão da Hungria pelos soviéticos, o rompimento entre a União Soviética e China” (Vicentino, 2006, p. 422) e diversas ditaduras militares na América Latina, tornando cada vez mais agudas as crises da Guerra Fria. Entretanto, com os fracassos estadunidenses na Revolução Cubana e na Guerra do Vietnã, entre os anos de 1950 e 1970, a hegemonia do bloco capitalista foi abalada. Portanto, “[...] temendo novos exemplos de rebeldia na América Latina [...], diante do descontentamento sociopolítico causado pelo subdesenvolvimento e as graves dificuldades econômicas da região” (Vicentino, 2006, p. 425), o governo estadunidense “[...] estabeleceu um programa de ajuda econômica aos vizinhos do continente, a Aliança para o Progresso, [...] de modo a garantir a supremacia dos Estados Unidos no continente” (p. 425).

A riqueza de ocorrências históricas registradas desde a Segunda Guerra Mundial é impressionante e produziu transformações profundas nas paisagens e espaços do mundo. Algumas dessas são: a Proclamação da República Islâmica do Irã, em 1979, a Revolução Sandinista da Nicarágua, também em 1979, a intervenção dos Estados Unidos da América no sindicato dos trabalhadores “Solidariedade” da Polônia, em 1983; e o desmonte do socialismo autoritário com a dissolução da União Soviética por volta de 1991; apenas para ficar em poucos exemplos. Ainda assim, diversos estudiosos creem que houve neste período uma “Era de Ouro”, através da qual a economia industrial explodiu, tanto nos países capitalistas quanto nos socialistas (Hobsbawn, 2005, p. 256).

Paradoxalmente, ponderou Hobsbawn (2005), “[...] o problema do mundo desenvolvido era que produzia tanto alimento que não sabia o que fazer com o excedente” (p. 256), chegando a tensionar ainda mais as divergências das nações ricas com os países pobres, deixando cada vez mais evidente os contrastes entre esses a partir de 1960. Para esse autor, “a Era de Ouro foi um fenômeno mundial, embora a riqueza geral jamais chegasse à vista da maioria da população do mundo, [...] cuja pobreza e atraso os especialistas da ONU tentavam encontrar eufemismos diplomáticos que os descrevessem” (p. 254), tais como “países do primeiro mundo” e “países do terceiro mundo”, ou “países desenvolvidos” e “países subdesenvolvidos”. Nessa época também foram usados os termos “países centrais” e “países

periféricos”, onde o “centro” fazia alusão aos países que lideravam o capitalismo e aos locais do mundo onde estavam instalados seus postos de comando. Mas a partir deste momento um imenso e intenso movimento competitivo e produtivista começou a se dissipar pelo mundo, e mesmo muitas nações socialistas e classes médias latino-americanas adotaram o modelo com o passar do tempo.

Hobsbawn (2005) descreve esta circunstância com base em alguns números, tais como: a Itália possuía setecentos e cinquenta mil carros particulares em 1938, e quinze milhões em 1975; antes da guerra, cento e cinquenta mil estadunidenses viajavam em turismo à América Central ou Caribe, e entre 1950 e 1970 esse número subiu para sete milhões; a Espanha, que praticamente não tinha turismo de massa até 1950, passou a receber quarenta e quatro milhões de turistas até o final de 1980 (p. 259). E por aí vai. Dentre os produtos que existiam à época, alguns foram considerados “revolucionários” por Hobsbawn (2005), por serem industrializados “[...] com materiais sintéticos conhecidos como ‘plásticos’, [...] desenvolvidos no período entreguerras” (p. 260), assim como o náilon, o poliestireno ou o politeno (p. 260). Por essa via o autor interpreta que a alta tecnologia demandada pela Segunda Guerra Mundial inaugurou uma nova cultura de objetos, como radares, sonares, sistemas de comunicação de longo alcance, motores a jato, entre outros igualmente pautados por ideias e técnicas inovadoras, as quais prepararam o “terreno para a eletrônica e a tecnologia da informação do pós-guerra” (*idem*), onde a “crença era que o novo equivalia não só a melhor, mas a absolutamente ao revolucionado” (Hobsbawn, 2005, p. 260).

Desse modo, avalia Hobsbawn (2005), uma “[...] revolução tecnológica entrou na consciência do consumidor em tal medida que a novidade se tornou o principal recurso de venda para tudo” (p. 261), tornando “antigos luxos itens de consumo diário” (p. 263). Nesse sentido, a partir da década de 1970, uma “economia transnacional” começa a se firmar (p. 272), e mais que internacional, como havia sido até então, essa nova economia se caracterizou como “[...] um sistema de atividades para as quais os territórios e fronteiras de Estados não constituem o esquema operatório básico, mas apenas fatores complicadores” (p. 272).

Além disso, novos fenômenos sociais foram percebidos após 1960, alterando as relações pessoais e o jogo de forças políticas nos países mais industrializados. Um desses fenômenos se refere a revolução cultural resultante das transformações econômicas e sociais da época. Com esta revolução as famílias que antes possuíam muitos membros foram reduzidas (Hobsbawn, 2005, p. 314), e os divórcios que ocorriam em taxa de um a cada cinquenta e oito casamentos na Inglaterra e País de Gales de 1938, em 1980 pularam para um pouco mais de dois a cada cinquenta e oito casamentos (p. 15). O autor também observou a ocorrência de

maior liberdade sexual, incluindo aí o homossexualismo, bem como a explosão de nascimentos ilegítimos e o aumento do número de famílias com um só dos pais (2005, p. 324). Essas mudanças de comportamento na sociedade urbano-industrial foram amplamente divulgadas pela indústria cinematográfica estadunidense como um novo modo de vida, promovendo com isso novos valores e uma “nova juventude”, interessada, entre outras coisas, nas músicas dos “Beatles” e de outras bandas de rock. Nesse período muitos jovens se insurgiram fazendo uso de drogas e entorpecentes, configurando a estética “beatnik” e “hippie” (p. 324). Hobsbawm (2005) se reporta a esse tempo citando um caso, o estadunidense:

O recém-ampliado campo de comportamento publicamente aceitável, incluindo o sexual, na certa aumentou a experimentação e a frequência de comportamento até então considerado inaceitável ou desviante, e sem dúvida aumentou sua visibilidade. / Contudo, o grande significado dessas mudanças foi que, implícita ou explicitamente, rejeitavam a ordenação histórica há muito estabelecida das relações humanas em sociedade, que as convenções e proibições sociais expressavam, sancionavam e simbolizavam. / Mais significativo ainda é que essa rejeição não se dava em nome de outro padrão de ordenação da sociedade, embora o novo libertarismo recebesse uma justificação daqueles que sentiam que ele precisava de tais rótulos, mas em nome da ilimitada autonomia do desejo humano. Paradoxalmente, os que se rebelavam contra as convenções e restrições partilhavam as crenças sobre as quais se erguia a sociedade de consumo de massa, ou pelo menos as motivações psicológicas que os que vendiam bens de consumo e serviços achavam eficazes para promover sua venda. / Assumia-se tacitamente agora que o mundo consistia em bilhões de seres humanos definidos pela busca de desejo individual, incluindo desejos até então proibidos ou malvistas, mas agora permitidos - não porque se houvessem tornado moralmente aceitáveis, mas porque tantos egos os tinham. Assim, até a década de 1990 a liberalização quase chegou à legalização das drogas. Elas continuam sendo proibidas com variados graus de severidade e alto grau de ineficiência (p. 327).

Outro fenômeno social verificado nesse período foi um extraordinário crescimento da educação universitária a partir de 1950 (Hobsbawm, 2005), quando “[...] pelo menos sete países com mais de 100 mil professores” (p. 291) teve lugar, deixando óbvio para os “[...] planejadores e governos que a economia moderna exigia muito mais administradores, professores e especialistas técnicos que o passado” (idem). Evidentemente, havia também um grande contingente de estudantes assistidos por esses professores, entre os quais estavam os críticos e céticos do capitalismo das décadas de 1960, 70, 80 e 90, conforme se confirma com o “Maio de 1968” de Paris (Hobsbawm, 2005, p. 291) e seus desdobramentos. Esse autor considera que “[...] tudo isso produziu uma mudança paradoxal na estrutura política da economia mundial”

(idem) e, apesar da resistência estudantil ter se espalhado pelo mundo, ele entende ser natural que

[...] a indústria se transferisse de locais de mão-de-obra cara para outros onde ela era barata, assim que isso se tornou possível e economicamente viável. / Contudo, havia um motivo particularmente convincente para o “boom” da Era de Ouro provocar o abandono dos países da velha industrialização. Era a incomum combinação “keynesiana” de crescimento econômico numa economia capitalista baseada no consumo de massa de uma força de trabalho plenamente empregada e cada vez mais bem paga e protegida. / Essa combinação era, como vimos, uma construção política. Apoiou-se num consenso político efetivo entre a direita e a esquerda na maioria dos países “ocidentais”, com a extrema direita fascista-ultranacionalista eliminada do cenário político pela Segunda Guerra Mundial e a extrema esquerda comunista pela Guerra Fria (p. 276).

Com tal manobra, a economia capitalista de mercado escapou do controle nacional dos países onde até então operava. Como aferiu Hobsbawn (2005), a receita das transações internacionais aumentou “[...] cerca de 14 milhões de dólares em 1964 para aproximadamente 160 bilhões em 1973 e quase 500 bilhões cinco anos depois” (p. 273). Além disso, outra parcela significativa de lucros foi obtida com os negócios do petróleo (*idem*), que a essa altura se transformou numa “commodity” fundamental para abastecer a gigantesca frota mundial de automóveis. Com isso, o carro e a indústria automotiva se tornaram símbolos do capitalismo, bem como o petróleo foi usado como moeda internacional em grandes negócios. Nesse período houve, então, mais uma crise do capitalismo, tendo o petróleo como pivô, quando os países árabes produtores dessa “commodity” majoraram seus preços.

Contudo, mais adiante, a efetivação da transnacionalidade dos grandes negócios capitalistas acionou meios inovadores, e a tecnologia “fordista” foi substituída pela tecnologia gerencial do “toyotismo” – ou “pós-fordista” –, deixando para trás o rigor fordista ao assumir a “especialização flexível toyotista”. De acordo com Antunes e Alves (2004),

Apesar do operário da fábrica toyotista contar com maior “participação” nos projetos que nascem das discussões dos círculos de controle de qualidade, com maior “envolvimento” dos trabalhadores, a subjetividade que então se manifesta encontra-se estranhada com relação ao que se produz e para quem se produz. / Se o fordismo expropriou e transferiu o “savoir-faire” do operário para a esfera da gerência científica, para os níveis de elaboração, o toyotismo tende a retransferi-lo para a força de trabalho, mas o faz visando apropriar-se crescentemente da sua dimensão “intelectual”, das suas capacidades cognitivas, procurando envolver mais forte e intensamente a subjetividade operária. Os trabalhos em equipes, os círculos de controle, as sugestões oriundas do “chão” da fábrica, são recolhidos e apropriados pelo capital nessa fase de reestruturação produtiva. Suas ideias são absorvidas pelas empresas,

após uma análise e comprovação de sua exequibilidade e vantagem (lucrativa) para o capital. / Mas o processo não se restringe a essa dimensão, uma vez que parte do “saber intelectual do trabalho” é transferida para as máquinas informatizadas, que se tornam mais “inteligentes”. Como a máquina não pode “suprimir” o trabalho humano, ela necessita de uma maior “interação” entre a subjetividade que trabalha e o novo maquinário inteligente. / Surge, portanto, o envolvimento “interativo” que aumenta ainda mais o “estranhamento do trabalho”, ampliando as formas modernas de fetichismo, distanciando ainda mais a subjetividade do exercício de uma cotidianidade autêntica e autodeterminada (p. 346 / 347).

Santos (2000) se refere a esse estágio do capitalismo como “globalização econômica”, apontando que um dos fundamentos desse fenômeno se pauta na “[...] informação e seu império, que encontram alicerce na produção de imagens e do imaginário [...] ao serviço do império do dinheiro, fundado [...] na monetarização da vida social e da vida pessoal” (p. 18). Para esse autor, tal estratégia proporcionou “[...] um mercado avassalador [...] [onde] as diferenças locais são aprofundadas” (p. 19). Por isso, Santos (2000) infere que a globalização econômica é “uma fábrica de perversidades” (p. 19) para a maior parte das pessoas no planeta, pois, com ela, o

[...] desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza humana aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades, como a SIDA se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos e a corrupção (p. 19 / 20).

Enfim, a compreensão de Santos (2000) é pessimista sobre a lógica hegemônica do capitalismo global, muito embora ele proponha uma alternativa para os seres humanos, tal como segue:

Todavia, podemos pensar na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana. As bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta. É nessas bases técnicas que o grande capital se apoia para construir a globalização perversa de que falamos [...]. Mas, essas mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos, se forem postas ao serviço de outros fundamentos sociais e políticos. / [...] no plano empírico, podemos, em primeiro lugar, reconhecer um certo número de fatos novos indicativos de uma nova história. O primeiro desses fenômenos é a enorme mistura de povos, raças, culturas, gostos, em todos os continentes. A isso se acrescenta, graças aos progressos da informação, a “mistura” de filosofias, em detrimento do racionalismo europeu. Um outro dado da nossa era,

indicativo da possibilidade de mudanças, é a produção de uma população aglomerada em áreas cada vez menores, o que permite um ainda maior dinamismo àquela mistura entre pessoas e filosofias. / [...] No plano teórico, o que verificamos é a possibilidade de produção de um novo discurso, de uma nova metanarrativa [...]. Esse novo discurso ganha relevância pelo fato de que, pela primeira vez na história do homem, se pode constatar a existência de uma universalidade empírica (Santos, 2005, p. 20 / 21).

Apesar da lucidez desse autor em relação aos males do capitalismo global, existem pesquisadores que creem haver um “capitalismo avançado” em curso na atualidade (Moraes, 2006, p. 152). Porém, é difícil aceitar que um sistema tão problemático e perigoso a tanto tempo para bilhões de pessoas consiga se aperfeiçoar a ponto de dirimir alguns dos problemas que causou ao longo do seu percurso histórico, tal como o esfacelamento do campesinato em um mundo que soma mais de sete bilhões de habitantes²⁰, onde mais de um bilhão sobrevive em condições tão miseráveis que sequer dispõe de uma dieta diária mínima de alimentos. Um outro grande problema corresponde a crise ambiental que reduz drasticamente a qualidade de vida dos ricos e torna impraticável a vida dos pobres em todos os continentes, comprometendo, evidentemente, a biodiversidade com a industrialização exagerada de bens alimentares que reduzem as variedades vegetais que alimentavam as populações, caracterizando um problema internacional de segurança alimentar e nutricional (Maluf, 1996).

Entretanto, especificamente em relação à crise do campesinato, Hobsbawn (2005) oferece dados perturbadores:

O campesinato espanhol foi reduzido à metade em vinte anos após 1950, o português nos vinte anos após 1960 (ILO, 1990, tabela 2A; FAO, 1998). / São números espetaculares. No Japão, por exemplo, foram reduzidos de 52,4% da população em 1947 a 9% em 1985, isto é, entre a época em que um jovem soldado voltou das batalhas da Segunda Guerra Mundial e aquela em que se aposentou na sua posterior carreira civil. / [...] Na América Latina, a porcentagem de camponeses se reduziu à metade em vinte anos na Colômbia (1951 - 73), no México (1960 - 80) e - quase - no Brasil (1960-80). Caiu em dois terços, ou quase isso, na República Dominicana (1960-81), Venezuela (1960 - 81) e Jamaica (1953 - 81). Em todos esses países - com exceção da Venezuela - , no fim da Segunda Guerra Mundial os camponeses formavam metade, ou a maioria absoluta, da população ocupada. [...] A situação era semelhante nos países do islã ocidental. [...] Na década de 1980, mesmo os mais antigos bastiões da agricultura camponesa no leste e sudeste [europeu] não tinham mais de um terço, mais ou menos, de sua força de trabalho no campo (Romênia, Polônia, Iugoslávia, Grécia), e alguns muito menos, notadamente a Bulgária (16,5% em 1985) (p. 285 / 286).

²⁰ Em junho de 2019 a ONU mencionou a publicação de um relatório que estimou o contingente humano no planeta em 7,7 bilhões de indivíduos. Para saber mais, ver <<https://news.un.org/pt/story/2019/06/1676601>>, acessado em novembro de 2020.

Já sobre a crise ambiental, Beck *et al.* (1997) simplesmente consideram que os “[...] efeitos colaterais despercebidos da produção industrial na perspectiva das crises ecológicas globais não parece mais um problema do mundo que nos cerca [...], mas sim uma crise institucional profunda da própria sociedade” (p. 19). Com isso, esses autores assumem que atualmente sobrevive-se numa “sociedade de risco” (*idem*), onde “[...] o aumento de bem-estar social e o aumento dos riscos condicionam mutuamente um ao outro” (*idem*), anulando, em última análise, os benefícios que os produtos e serviços proporcionam aos consumidores e usuários e, sobretudo, ao conjunto da sociedade, imputando aos consumidores outros riscos (ecológicos) que muitas vezes não estão visíveis, mas estão embutidos nos produtos e serviços da economia capitalista de mercado.

Por tudo que foi exposto, é justo que Favareto (2007) classifique as referências do seu segundo grupo sobre o Desenvolvimento pela “prevalência do crescimento como sinônimo de desenvolvimento” (p. 50). Segundo esse autor, “[...] Mankiw simplesmente retirou de seu manual a expressão desenvolvimento [...] para ir direto ao núcleo da ideia: em resumo, desenvolvimento é crescimento” (*idem*). O autor menciona ainda que, também em “[...] Jones, crescimento é considerado não só o principal meio, mas a principal indicação de desenvolvimento” (p. 50), crendo que onde há dinamismo econômico também haverá melhores indicadores sociais e maior qualidade de vida. Tais assertivas foram consideradas por Favareto (2007) como reducionistas, pois, segundo ele, a distribuição da riqueza entre aqueles que a produz é fundamental, mas isso não ocorre adequadamente. Portanto, o autor afirma que este tipo de “Desenvolvimento” não contempla a prudência social e ambiental.

Todavia, esse tipo de Desenvolvimento também ocorreu em países socialistas autoritários, onde os resultados econômicos das respectivas produções industriais ficavam concentradas sob o poder do Estado. Desse modo, observa-se que algum desenvolvimento socioeconômico ocorreu nos países socialistas autoritários, e que nos países capitalistas ocorreu mais nas suas fases pós-crise, ou keynesianas. Em ambos os casos, a tendência mais forte recai sobre a pequena liberdade política concedida às populações para decidirem e protagonizarem os rumos políticos, econômicos e sociais que cada nação escolhe para si. Por essa razão, Favareto (2007) caracteriza este tipo de Desenvolvimento com um forte viés político-militar e uma “economia de guerra”, onde ocorreram poucos momentos de paz.

Desse modo, a ideia de um Desenvolvimento impregnado da lógica do “crescimento” e do “progresso” tem uma desmedida concentração de poder político e de riquezas econômicas usadas para submeter os povos que escolheram outros caminhos. Enfim, não foi por outro

motivo que Sachs (1986), Gadotti (2000), Vieira e Weber (2000), Vieira (2005), Morin e Kern (2005), Morin (2007) e o próprio Favareto (2007), entre tantos outros estudiosos, apontam que as ideias sobre Desenvolvimento são paradigmáticas, indicando a existência de possibilidades mais avançadas e humanizadas para esse fim, as quais coexistem no tempo, na natureza e no espaço social, tal como Favareto (2007) sistematizou em seu último grupo de referências de ideias sobre o Desenvolvimento.

2.2.3 Do Desenvolvimento Local à abordagem do Desenvolvimento Territorial Sustentável

O desenvolvimento local não é um projeto técnico: não se concebe um organismo de desenvolvimento como se concebe uma metalurgia. É preciso escutar, experimentar, entender que forças estão presentes e como elas influenciam o processo do desenvolvimento. Um projeto deve ser concebido na esfera local e ter flexibilidade suficiente para sofrer sucessivas modificações.

Sebastiano Brusco

Entre as correntes que se propuseram a superar as mais modalidades mais austeras e autoritárias e menos efetivas de promoção do Desenvolvimento, a deste grupo é a mais cativante para os interesses das comunidades e dos extratos sociais mais populares das sociedades. Por essa razão, ao tratar destas últimas ideias sobre o Desenvolvimento, Favareto (2007) considerou, a priori, o seguinte:

[...] desenvolvimento precisa ser compreendido não só como estágios ou etapas alcançadas ou alcançáveis pelas sociedades humanas, mas como o processo mesmo pelo qual essa evolução se faz; além disso, essa evolução é algo que remete a uma trajetória de longa duração. Como disse Elias, o abandono dos problemas relativos às dinâmicas de longo prazo em benefício de problemas específicos e tidos como mais atuais foi resultado de constrangimentos bem específicos e típicos do século XX [...]. Segundo, deve ter ficado claro também que nesta evolução contam diferentes dimensões: a dimensão do crescimento econômico, a dimensão das questões sociais, a dimensão ambiental, para ficar apenas nas três mais evidentes (p. 56).

Nesse sentido, releva recordar que o Desenvolvimento Local surgiu nos anos de 1960, 70 e 80, estimulado por um fenômeno social que envolveu uma experiência até então inédita no mundo ocidental relativa a descentralização produtiva, em duas regiões italianas que estavam deprimidas social e economicamente (Raud, 1999, p. 32). Trata-se do caso da “Terceira

Itália”, onde pequenas empresas e outros atores sociais se organizaram e alcançaram resultados impressionantes. Sobre isso, Raud (1999) relata que

Numerosos estudos foram realizados na Itália devido à importância assumida pelas pequenas empresas na economia nacional (de emprego, de produção ou de exportação), e devido à forma assumida por sua expansão. Com efeito, as PMEs, isto é, as empresas com menos de 500 empregados, tiveram seu peso no emprego industrial aumentado de 67,4% em 1951 para 72% em 1961. Além disso, o censo de 1971 mostrou que esse crescimento das pequenas empresas estava localizado quase exclusivamente nas regiões do Nordeste e do Centro (NEC), e que ele estava na origem do processo de industrialização de uma área de tradição agrícola que fornecia até então uma mão-de-obra barata para as grandes empresas do Noroeste. Assim, em algumas regiões, os salários atingiram os níveis do Piemonte, a região mais industrializada da Itália. Ao mesmo tempo, as taxas de desemprego diminuíram. Por outro lado, se a renda “per capita” da região de Modena, por exemplo, não ultrapassava o décimo sétimo lugar no “ranking” nacional em 1970, passou para segunda posição em 1979. Finalmente, as estatísticas comerciais mostraram que essas novas empresas tinham uma tendência crescente em vender a produção no mercado mundial. No setor têxtil, de vestuário, de calçado e de mobiliário, as PMEs da região NEC representavam 16,5% das exportações italianas em 1982 e 18,6% em 1988, embora tivessem somente 7,5 empregados em média em 1981 (p. 25).

Estes dados chamaram a atenção de pesquisadores e agentes de desenvolvimento em um período que a “sociedade era estruturada pelo fordismo” (Raud, 1999, p. 25). Ainda assim, as pequenas empresas mostraram sua força e potencial, embora não fossem estimuladas pelos governos para tanto. Todavia, com resultados socioeconômicos mais positivos que o de muitas indústrias de porte, as quais estavam instaladas em distritos industriais “marshallianos”, subvencionados pelo Estado, este fenômeno não foi importante apenas por demonstrar a possibilidade de haver ineficiência em grandes complexos industriais, pois também revelou o poder da coesão social que se movia nos subterrâneos das pequenas iniciativas produtivas, as quais formavam “Redes Socio-técnicas” (Nascimento, 2004) ao produzir “Capital Social” (Putnam, 1995).

Nascimento (2004) entende que essas redes foram estudadas sob a forma contida na “Teoria Ator-Rede”, formulada por Callon, Latour e Law, e que elas têm “[...] o mérito de ressaltar o papel do mediador / tradutor em redes socio-técnicas” (p. 12). Para Callon (1999, p. 37), estes “[...] tradutores, perseguindo seus objetivos, consagram muita energia para integrar, adaptar e criar compatibilidades” (*idem*). Nascimento (2004) complementa, afirmando que

Os deslocamentos, os esforços, os investimentos e as adaptações que isto implica, constroem as equivalências, traçam a rede, desenham as relações e as interações. Naturalmente cada ponto é singular, irreduzível a todos os outros, mas a passagem de um ponto a outro, a ação de um ponto sobre o outro, chamada transmissão, tornam-se possíveis: os diferentes atores podem comunicar e se compreender. / Na realidade, de acordo com Callon e Law, “um centro de tradução tem três papéis a desempenhar: produção de dados representativos; elaboração de modelos que vinculam estes dados; mobilização da rede local para produzir os intermediários (formação, artigos científicos, receitas), que vão tornar-se recursos aceitáveis por todos os aliados que o apoiaram.” (...) Quando as relações se concretizam por aprendizagens progressivas, por interações, negociações e adaptações, gradualmente são construídas as redes sócio-técnicas, onde, em cada posição, estão disponíveis conhecimentos e “saber fazer” (p. 12).

Nascimento (2004) foi mais longe, aprofundando a compreensão sobre a natureza e o funcionamento destas redes:

Embora a cooperação e a competição sejam dois processos dialéticos em uma rede, a abordagem rede coloca a tônica, sobretudo, na cooperação, na complementaridade e na coordenação. Esta estrutura, coordenada por relações, proporciona uma estabilidade às redes. Mas uma rede estável não quer dizer uma rede estática. “A continuidade das interações entre as firmas oferece, de um lado, a oportunidade para a inovação, a força maior na rede e, de outro lado, a existência de um ambiente previsível e conhecido no qual pode ser realizada”. Uma hipótese básica de redes das relações é que uma parte depende dos recursos controlados por outra, e todos ganham pelo compartilhamento de recursos. Como Macneil sugeriu, o “cordão misturado” de reputação, amizade, interdependência e altruísmo tornam-se parte integrante da relação. / Granovetter, na sua noção de “embedded”, sublinha a influência do ambiente social nas decisões e ações econômicas. [...] Nesta abordagem, a rede é interpretada “como um conjunto regular de contatos ou conexões sociais similares entre indivíduos ou grupos”. [...] De acordo com esses autores, “o comportamento de um agente não é determinado diretamente por um objetivo final bem definido (como o lucro), mas passa pela definição de uma estratégia”. Neste sentido, “uma dimensão central do processo de construção de uma relação entre agentes poderá ser precisamente a construção de objetivos comuns, ou pelo menos fortemente interdependentes” (p. 11 / 12).

Assim, as relações humanas estabelecidas e mantidas por confiança mútua correspondem a base que organiza e fortalece as redes sociotécnicas, tal como ocorreu no caso da “industrialização difusa da Terceira Itália” (Raud, 1999; Brandão et al., 2004, p. 15), assim como explica os desdobramentos mais importantes desse caso. O conjunto destas relações de confiança ficou conhecido como “Capital Social” (Bourdieu, 1980; Putnam, 1995; Abramovay, 2000; Abramovay, 2002), embora o termo seja infeliz por evocar um certo sentido monetário

para designar um fenômeno social de outra natureza. Contudo, o conceito tem valor e dentre os autores que estudaram o tema Putnam (1995) ofereceu os argumentos socioeconômicos mais instigantes:

Muitas das formas existentes de capital social [...] são o que Albert Hirschman denominou “recursos morais”, isto é, recursos cuja oferta aumenta com o uso, em vez de diminuir, e que se esgotam se não forem utilizados. / [...] Uma característica específica do capital social (...) é o fato de que ele normalmente constitui um bem público, ao contrário do capital convencional [...]. Isso significa que o capital social, à diferença de outras formas de capital, geralmente tem de ser gerado como subproduto de outras atividades sociais (p. 180).

Putnam (1995) também observou que a “confiança promove a cooperação” e que “quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação” (p. 180). Simmel (2006) também trabalhou na questão das relações humanas e suas motivações, inserindo-as num corpo teórico que ele denominou “sociabilidades”. Segundo ele,

[...] sociedade, em geral, significa a interação entre indivíduos. Essa interação surge sempre a partir de determinados impulsos ou da busca de certas finalidades. Instintos eróticos, interesses objetivos, impulsos religiosos, objetivos de defesa, ataque, jogo, conquista, ajuda, doutrinação e inúmeros outros fazem com que o ser humano entre, com os outros, em uma relação de convívio, de atuação com referência ao outro, com o outro e contra o outro, em um estado de correlação com os outros. Isso quer dizer que ele exerce efeito sobre os demais e também sofre efeitos por parte deles. Essas interações significam que os portadores individuais daqueles impulsos e finalidades formam uma unidade - mais exatamente, uma “sociedade”. / Defino assim, simultaneamente, como conteúdo e matéria de sociação, tudo o que existe nos indivíduos e nos lugares concretos de toda realidade histórica como impulso, interesse, finalidade, tendência, condicionamento psíquico e movimento nos indivíduos - tudo o que está presente nele de modo a engendrar ou mediar os efeitos sobre os outros, ou receber esses efeitos dos outros (Simmel, 2006, p. 59).

Essa contribuição de Simmel (2006) torna ainda mais evidente a inferência de Putnam (1995) sobre o caso da Terceira Itália, sobretudo quando esse último expõe seu ponto de vista sobre o sucesso daquela experiência.

Durante pelo menos 10 séculos, o Norte e o Sul adotaram métodos divergentes para lidar com os dilemas da ação coletiva que afligem todas as sociedades. No Norte, as regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica corporificaram-se em confrarias, guildas, sociedades de mútua

assistência, cooperativas, sindicatos e até clubes de futebol e grêmios literários. Esses vínculos cívicos horizontais propiciaram níveis de desempenho econômico e institucional muito mais elevado que no Sul, onde as relações políticas e sociais estruturaram-se verticalmente. Embora estejamos acostumados a conceber Estado e mercado como mecanismos alternativos para a solução de problemas sociais, a história mostra que tanto os Estados quanto os mercados funcionam melhor quando são cívicos. / [...] Por mais de um milênio, em Bolonha e Bari, em Florença e Palermo, as pessoas seguiram lógicas distintas na vida comunal. / Assim, quando veio a reforma regional de 1970, as novas instituições foram implantadas em contextos sociais muito diversos. [...] as regiões cívicas se caracterizavam por uma densa rede de associações locais, pela ativa participação nos negócios comunitários, por modelos de política igualitários, pela confiança e observância da lei. Nas regiões menos cívicas, a participação política e social organizava-se verticalmente, e não horizontalmente. A desconfiança mútua e a corrupção eram consideradas normais. A ilegalidade era previsível. Nessas comunidades as pessoas sentiam-se impotentes e exploradas (p. 189).

Assim, Putnam (1995) conclui que

[...] o contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições. Quando o solo regional é fértil, as regiões sustentam-se das tradições regionais, mas quando o solo é ruim, as novas instituições definham. A existência de instituições eficazes e responsáveis depende [...] das virtudes e práticas republicanas. Tocqueville tinha razão: diante de uma sociedade civil vigorosa, o governo democrático se fortalece em vez de enfraquecer. / Pelo lado da demanda, os cidadãos das comunidades cívicas querem um bom governo e (em parte pelos seus próprios esforços) conseguem tê-lo. Eles exigem serviços públicos mais eficazes e estão dispostos a agir coletivamente para alcançar seus objetivos comuns. Já os cidadãos das regiões menos cívicas costumam assumir o papel de suplicantes cínicos e alienados (p. 190 / 191).

A decorrência quase que imediata da experiência da Terceira Itália foi uma significativa alteração qualitativa em relação a concepção teórica e prática do Desenvolvimento em muitas localidades. Nesse sentido, alinhado aos apontamentos de Favareto (2007, p. 51), Martins (2002, p. 51) sintetiza alguns aspectos fundamentais dessa mudança, enfatizando que associá-la somente ao

[...] progresso material decorre de uma visão positivista que só enxerga desenvolvimento no crescimento de taxas e indicadores econômicos. Também encontramos a crença do progresso linear e tecnicista, características, aliás, do próprio modernismo. A admissão humana do desenvolvimento está fundamentalmente na valorização das pessoas em sua plenitude, que supõe crescimento econômico não como fim, mas como meio de reduzir as privações e aflições humanas. O verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos (bem-estar,

qualidade de vida, endogenia, sinergia), mas na sua postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiário do desenvolvimento. / [...] Nesse processo, a participação comunitária assume uma destacada condição do desenvolvimento local, seja na sua efetivação, seja na sua continuidade (p. 52).

Além disso, uma das características mais importantes do Desenvolvimento Local foi articular a dicotômica relação da escala local com a escala global, as quais se acirraram com a implantação forçada da globalização econômica em todos os continentes, ainda que esse tipo de Desenvolvimento priorize transformar o local. Desse modo, cabe resgatar Benko: “[...] local e global são, com efeito, duas ordens imbricadas, essencialmente contraditórias e insuperavelmente dialéticas” (Martins, 2002, p. 55). Entretanto,

É mais uma vez Santos que chama a atenção para o fato de que, na atualidade, deve-se considerar que as “ações” são cada vez mais estranhas ao lugar e às pessoas, criando duas escalas, uma de “realização” e outra de “comando”. O estudo do lugar requer assim sua observação a partir de distintos níveis de análise [para os quais] é oportuno retomar o problema da delimitação física ou cartográfica do lugar. Trata-se de uma interessante questão de método, que certamente se complica. [...] como afirma Castro, definir “tamanhos” é um problema elementar da abordagem geográfica, além de constituir uma inquietação para outras áreas que lidam com o espaço. [...] Grosso modo, as pessoas, consideradas em suas distintas possibilidades sociais e econômicas, relacionam-se com as condições de ocupação e sobrevivência do lugar, com ele se identificam, dele se apropriam, nele formam raízes. Insiste-se que esta é a essência do lugar, chave da elaboração e da compreensão de sua identidade. Na perspectiva da vida à escala humana, [...] o dimensionamento do lugar só adquire sentido se considerado em função da abrangência e contiguidade espacial dos interesses, dos problemas vividos pela comunidade e dos recursos existentes (Martins, 2002, p. 55).

Assim, vários projetos para promover o local foram testados em vários lugares a partir de 1980, resultando, entre outras possibilidades, em um novo e importante fenômeno: um sistema socioeconômico de produção característico das dinâmicas do Desenvolvimento Local, onde a comunidade assume a corresponsabilidade de conduzir os seus processos. Trata-se, portanto, de um ator social difuso, onde figuram lideranças comunitárias, munícipes, empreendedores locais, agentes de desenvolvimento de governos, pesquisadores e outros. E é este ator social difuso quem estabelece os objetivos, as metas e as diretrizes para o Desenvolvimento do local em foco, ao que os participantes se ajustam, contribuem e se beneficiam ao longo do tempo do processo de desenvolvimento.

Nos Estados Unidos da América, por exemplo, este tipo de coalizão produtiva – ou “Rede sociotécnica” (Nascimento, 2004, p. 12) – ficou conhecido como “Cluster”.

Porter define “clusters” como uma concentração geográfica de empresas interconectadas: fornecedores e prestadores de serviços especializados, firmas em indústrias relacionadas, entre outras entidades de interesse pertencentes a um setor industrial específico onde há concorrência, mas também práticas de cooperação. Exemplos de tais entidades de interesse são: universidades, centros de pesquisa, agência de normatização, associação de indústrias, poder público, entre outras. / Entretanto, o que torna os “clusters” potencialmente benéficos para a competitividade [...] é o fato de existirem oportunidades para se obter eficiências coletivas, derivadas de economias externas e desenvolvimento de ações conjuntas. O conceito de economias externas, desenvolvido por Alfred Marshall em seu clássico livro "Princípios de Economia", publicado em 1890, envolve vantagens como fornecedores especializados de matéria-prima, equipamentos e serviços específicos; especialização de mão-de-obra qualificada; e disseminação de novos conhecimentos e tecnologia (Gerolamo *et al.*, 2008, p. 353).

Um dos casos de “clusters” mais prestigiado dos Estados Unidos da América é o do Vale do Silício, na Califórnia. Nele, muitas indústrias e empresas dinamizam a produção de equipamentos e a oferta de serviços de informática especializados e com alta tecnologia, resultando em expressivos ganhos financeiros e econômicos (Benko, 2001, p. 9). Todavia, os esforços desse país são orientados pelo capitalismo e, portanto, visam conquistar “vantagens competitivas” em relação aos demais agentes produtivos presentes no mercado como estratégia de inserção na economia global, onde maximizar os lucros empresariais, ampliar a oferta de empregos e aumentar a arrecadação de impostos constitui a maior parcela da motivação de todo o processo (Gerolamo *et al.*, 2008, p. 53).

Já a experiência francesa, é diferente. Nessa, despontam os “Sistemas Produtivos Locais” (Lastres *et al.*, 2006, p. 13), orientados pelas “vantagens comparativas”. Segundo Fernandez (2007), esse tipo de vantagem possui a seguinte origem e características:

A teoria padrão do comércio internacional, das vantagens comparativas [formulada por D. Ricardo há 188 anos], considerava apenas o comércio de produtos homogêneos (os produtos eram bem mais móveis através das fronteiras que os fatores de produção: terra, trabalho e capital); assim, sob condições neoclássicas de concorrência perfeita, os preços seriam determinados pelas vantagens comparativas dos custos de produção; mas Ricardo e os clássicos (e neoclássicos, em geral) focalizavam essencialmente o comércio de produtos finais ou “commodities”; as transações intra-setores e industriais não tinham, então, maior significação, porque o transporte de partes, peças, componentes, produtos semi-acabados etc. - obviamente, sem se falar no complexo caso dos bens intangíveis (direitos e obrigações) - teria de ser muito limitado pelas restrições logísticas e, mais importante, de informação e comunicações (p. 26).

Com variações entre si, alguns exemplos de Sistemas Produtivos Locais podem ser citados, como os de Vallée de l'Arve, de Nanterre ou de Grenoble (Courlet, 2006, p. 75), onde cada local possui uma vocação e estabelece uma produção diferente dos demais.

Já foram bem estudadas as experiências de “clusters” e de “sistemas produtivos locais”, embora nem sempre elas tenham conseguido promover um desenvolvimento equilibrado em seus respectivos locais. No caso estadunidense, com sua prevalente orientação econômica e capitalista, os pressupostos originais do Desenvolvimento Local acabam sendo desvirtuados, enquanto na França as experiências alcançam resultados mais interessantes do ponto de vista social. Já no Brasil, com bastante atraso adotou-se uma estratégia que combinou os conceitos estadunidense e o francês, denominado “Arranjo Produtivo Local” (Lemos *et al.*, 2006, p. 251). Nesse sentido, muitos profissionais testaram o conceito brasileiro em projetos governamentais desde 1990, muitas vezes em caráter experimental, sob a forma de pesquisa e/ou de extensão universitária. A maioria desses projetos contou com financiamento do então Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), ainda que organizações não-governamentais e sindicatos de trabalhadores também tenham feitos as suas apostas (Benko, 2001, pág. 10), muitas vezes com apoio institucional e financiamento de entidades comprometidas com a cooperação internacional²¹.

Contudo, foi apenas em 1999 que o governo brasileiro instituiu parceiras públicas e privadas para promover um programa nacional de Arranjos Produtivos Locais (Lemos *et al.*, 2006, p. 251). Só então os arranjos passaram a figurar nos Planos Pluri Anuais dos Governo Federal de 2000 - 2003 e de 2004 - 2007, com um número crescente de instituições interessadas no tema, tal como se observa nas iniciativas que houve do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)²², no Ministério do Meio Ambiente (MMA)²³, no Ministério da Integração Nacional (MIN)²⁴, no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)²⁵, no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)²⁶ e nas Federações das Indústrias de diversos estados, entre outras entidades.

Por outro lado, as experiências mais interessantes correspondem aos casos de projetos interessados em superar a dicotomia que havia entre a conservação ambiental e o

²¹ Disponível em <www2.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=19000>, acessado em março de 2019.

²² Disponível em <portal.mda.gov.br/portal/saf/institucional/institucional>, acessado em março de 2019.

²³ Disponível em <www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=33>, acessado em março de 2019.

²⁴ Disponível em <www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/index.asp>, acessado em março de 2019.

²⁵ Disponível em <www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_default.asp>, acessado em março de 2019.

²⁶ Disponível em <www.sebrae.com.br/customizado/desenvolvimento-territorial>, acessado em março de 2019.

Desenvolvimento Local, de onde emergiu a proposta do “Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (DLIS)” por volta de 1990 (Sachs, 2003, p. 41). Para Santiago (2002),

[...] a noção de desenvolvimento local, integrado e sustentável [...] contesta o modelo de desenvolvimento por cima, concentrador e baseado nas grandes empresas. Trata-se de um novo enfoque de caráter difuso, matizado por fatores não apenas econômicos, mas, também, sociais, culturais e inerentes ao território. / [...] Para que tal processo ocorra, há de se pôr em prática um novo sistema de gestão de políticas públicas capaz de mudar o paradigma da relação entre o Estado e a sociedade (envolvendo articulação, descentralização, parceria, transparência, controle social, participação) e a integração das políticas públicas, entre elas, a política macroeconômica, políticas setoriais e políticas sociais, incluindo a articulação entre as diversas instâncias do Governo Federal, Estadual e Municipal. / [...] A ideia do DLIS foi antecipada pelo eminente municipalista Américo Barreira, ao propugnar que é preciso governar para atender à peculiaridade do município. Segundo este estudioso “um homem deve conhecer o que é o seu município, ou governa errado. Pois existem peculiaridades de várias naturezas: climáticas, culturais e geográficas”. [...] Destacando os argumentos de Barreira, Augusto de Franco enfatiza: “É na esfera local que os problemas são mais bem identificados e, portanto, torna-se mais fácil encontrar a solução mais adequada. O atendimento às necessidades da sociedade, o aproveitamento das potencialidades locais e das habilidades existentes são extremamente facilitados pela maior proximidade das comunidades. Adicionalmente, garante-se maior continuidade das ações em função do controle social exercido pela sociedade” (p. 120 / 121).

Todavia, gradativamente esta ideia foi sendo transformada, até que se cunhou o conceito de “Desenvolvimento Local Sustentável” (Buarque, 2002), onde um dos casos citados é o dos Parques Naturais da França. Sobre esses, Ribeiro Jorge (2003) relata o seguinte:

[...] os Parques Naturais Regionais (PNR) possuem uma longa trajetória na França, onde [...] há uma grande variedade de instrumentos legais para geri-los e conservá-los, com distintos objetivos e formas de execução. [...] As ideias que fundaram os PNR franceses datam de 1966, quando o então Delegado do Ordenamento do Território chamou a atenção para a urgência de se criarem instrumentos de promoção das políticas públicas, ecologicamente viáveis em meio rural e para a busca de maior eficácia dos atores. Com o decreto de criação dos PNR, em 1967, além do problema de denominação - uma vez que eles em nada se assemelhavam ao modelo de parques nacionais norte-americanos - questionava-se fortemente como seria possível conduzir uma política que, concomitantemente, era direcionada à agricultura, ao artesanato, à promoção de pequenas indústrias, ao turismo, à gestão dos recursos naturais, humanos e culturais, além da sensibilização em relação ao meio ambiente, sem reduzi-la a uma abordagem setorial com uma eventual pitada de preocupação ambiental. / [...] no transcorrer dos anos, os PNR converteram-se numa estrutura institucional que, nas regiões rurais frágeis e de patrimônio natural e cultural mais notáveis, coloca em funcionamento

políticas de desenvolvimento sustentável apoiadas, principalmente, em seus recursos patrimoniais. / [...] Atualmente, os 40 PNR ocupam mais de 10% do território francês, mais de 2 mil comunas e aproximadamente 2,3 milhões de habitantes. / Por último, os Parques se organizam em torno de uma [...] entidade que associa os sindicatos mistos de todos os PNR, [...] responsável pelos programas de parceria, troca de experiência, desenvolvimento de conhecimentos e etc, denominada “Fédération des Parcs Naturels Régionaux de France”. [...] [Tal entidade] resulta de uma conjunção entre a vontade local, renovada e confirmada pelas autoridades regionais e pelo Ministro do Meio Ambiente após a consulta a uma comissão interministerial que confirma ou não a aceitação da Carta do Território constitutiva do PNR (Ribeiro Jorge, 2003, p. 207).

Mas como a produção científica é dinâmica e opera continuamente no sentido de propor novos conceitos e de aperfeiçoar aqueles já propostos, emergiu uma nova possibilidade, a qual encerra, até o momento, a discussão sobre Desenvolvimento. Trata-se do “Desenvolvimento Territorial” e, de acordo com estudiosos do tema, o “Desenvolvimento Local” e o “Desenvolvimento Territorial” se equivalem, ainda que o último tenha uma semântica mais adequadas às demandas do presente. Sobre isto, Carrière e Cazella (2006) distinguem que,

Nas palavras de Pecqueur, cujo trabalho pioneiro sobre o assunto data de 1987, o termo “territorial” é, no entanto, preferível porque não induz à ideia de pequena dimensão, ou de menor escala. [...] Essa nova representação não corresponde à ideia de localismo ou de autarquia. Por essa razão, tanto os profissionais quanto os teóricos preferem recorrer ao conceito de território (p. 23 / 24).

Vale considerar, entretanto, que a abordagem do Desenvolvimento Territorial é uma construção europeia que vem se estendendo a outros países e continentes, inclusive ao Brasil. Portanto, para aplicá-la é importante levar em conta o contexto do território em questão. Sobre isto, Carrière e Cazella (2006) advertem que

[...] a noção de desenvolvimento territorial apresenta um sentido bem diferente nos países da Europa Ocidental e no Brasil. Isso é importante, na medida em que as formulações teóricas pioneiras sobre essa temática têm como referencial empírico aqueles países ou regiões que apresentam expressivos indicadores de desenvolvimento. Em contextos socioeconômicos como o brasileiro, não se podem ignorar as carências no suprimento das necessidades básicas (segurança alimentar, alojamento, abastecimento de água, saúde, educação) das populações pobres. Já num país como a França, a situação é muito diferente, pois esse desafio já se encontra, em grande parte, resolvido, embora exista uma parcela minoritária da população economicamente ativa desempregada e subsistindo com baixos rendimentos.

/ Mesmo no meio rural das zonas menos ricas desse país, a exemplo das áreas de montanhas, quase todos os agricultores dispõem de automóveis, os acessos até suas propriedades são asfaltados, e suas residências dispõem de água corrente e aquecimento central. Outra especificidade é que os agricultores representam menos de 5% da população economicamente ativa. Dessa forma, a questão do desenvolvimento territorial não se reduz à luta contra a pobreza no campo. Os desafios urbanos são, nesse sentido, muito significativos. Ali, a ênfase recai, portanto, na redução das disparidades de desenvolvimento social e econômico entre as regiões mais avançadas e as demais (p. 24).

De todo modo, o Desenvolvimento Territorial corresponde ao estado-da-arte em termos de Desenvolvimento e ainda que novas acepções possam ser formuladas, por ora é a abordagem que melhor sintetiza os complexos desafios do presente em termos de planejamento e gestão para o desenvolvimento, assumindo de frente as questões dialéticas e dialógicas relacionadas com a interpenetração do universo global e da realidade local, do urbano no rural, do passado (com a sua tradição) e do presente (com as novas tecnologias), sobre as possibilidades de um futuro próximo, seja através de produção industrial, artesanal ou pós-industriais (digitais), e, ainda, da riqueza e da pobreza dos territórios, tanto quanto das novas questões que emergirão ao longo do processo histórico.

Para reforçar o grau de complexidade desses desafios, vale conferir uma oportuna reflexão de Abramovay (2002):

O principal obstáculo à acumulação de capital social no meio rural brasileiro é a existência de um ambiente educacional incompatível com a noção de desenvolvimento. Os indicadores educacionais rurais no Brasil estão entre os piores da América Latina. [...] Não se trata, porém, apenas de educação formal. O meio rural brasileiro conserva a tradição escravista que dissociou, em nossa formação histórica, o conhecimento do trabalho, de maneira que quem trabalha não domina o conhecimento e quem tem o conhecimento não trabalha. Isso se confirma na tendência de ficar na atividade agrícola aqueles jovens com o pior desempenho escolar. Cria-se assim um círculo vicioso, em que permanecer no meio rural associa-se à incapacidade pessoal de trilhar o suposto caminho do sucesso, que consiste em migrar, e em que não se investe na valorização do conhecimento nas regiões interioranas, identificadas, então, como o reduto dos que “não conseguiram sair” (p. 122 / 123).

Fica demonstrado, assim, como o processo de industrialização do Brasil – posto em prática a partir de 1930 através das políticas do governo Getúlio Vargas e dinamizado após 1950 com as políticas do Gestão Juscelino Kubitschek – e a consolidação do paradigma urbano-industrial ocorreram, pautado por crescimento econômico, forçando o deslocamento de contingentes populacionais do meio rural às periferias dos centros urbanos. Esse movimento tornou cada vez mais difícil a vida no campo, sem que a nova vida periurbana compensasse o

êxodo rural da maior parte dos agricultores familiares aí implicados (Sachs, 2003, p. 56). Nesse sentido, sem ter outra opção, a abordagem do Desenvolvimento Territorial tenta enfrentar essas distorções do passado ao oferecer uma perspectiva mais equilibrada ao futuro próximo, onde a exclusão das populações rurais deixa de ser a solução fácil de incontáveis gestores públicos conservadores, os quais via de regra não se interessam pelo equacionamento da vida de grande parcela dos brasileiros que sobrevivem em condição social e econômica muito frágeis, ainda que o caminho da exclusão socioeconômica esteja esgotado e sobrecarregue as periferias das médias e grandes cidades sem dar sentido às vidas aí inseridas com serviços públicos essenciais mínimos, resultando numa economia informal em proporção tão elevada que deveria envergonhar até os governos mais desonestos.

Por outro lado, Sachs (2003) endossou a perspectiva do Desenvolvimento dos territórios ao apresentar alguns números sobre a relevância social e econômica dos agricultores familiares. A saber:

De 17,3 milhões de pessoas ocupadas na agricultura brasileira, 13,78 milhões estão na agricultura familiar, embora esta deva ser diferenciada por área, valor bruto e financiamento. / Há estabelecimentos capitalizados, com futuro assegurado; há minifúndios, com viabilidade questionável; e há uma categoria intermediária que dependerá de políticas públicas que as ampare. É preciso considerar ainda os sem-terra, estimados em 2,5 milhões de famílias, e as famílias de assalariados e desempregados no campo (p. 31).

Mais que isto, Veiga (2003) considerou que o Brasil é menos urbano do que se imaginava, ainda que o seu argumento não goze de consenso entre os estudiosos do tema. No entanto, para ele,

[...] a grande maioria dos municípios brasileiros tem essas características. Basta dizer que em 70% deles as densidades demográficas são inferiores a 40 hab. / km², enquanto o parâmetro da OCDE - Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico - para que uma localidade seja considerada urbana é de 150 hab. / km². Por esse critério, apenas 411 dos 5.507 municípios brasileiros existentes em 2000 seriam considerados urbanos (p. 65).

Como se pode inferir, a articulação de espaços urbanos com os espaços rurais continua sendo problemática e desafiadora no Brasil, demandando trabalho de pesquisadores de diversos campos do conhecimento e de gestores públicos para tentar equacionar os impasses sociais, econômicos e ambientais acarretados pelas distorções mencionadas. Nessa direção, as reflexões de Rosa e Ferreira (2006) fazem sentido e merecem atenção:

Se admitirmos que o meio rural tornou-se diversificado, podemos afirmar que esse espaço comporta hoje distintas formas de existência e, nesse sentido, a diversidade do meio rural deve ser o objeto das discussões. É preciso considerar nesse caso, as disparidades locais e regionais do país. Tendo isto em vista, o campo é hoje o espaço da riqueza e da pobreza, da luta pela terra e dos grandes latifúndios, do “agrobusiness” e da pequena produção, de produção e de moradia, de trabalho e do lazer. Porém, alguns estudos não levam em consideração esse fato e tendem a aproximar - unicamente do ponto de vista econômico - a relação que se estabelece entre campo e cidade, no sentido que as transformações estariam homogeneizando-os, não se falando mais em rural, mas em “novo rural”, em “rurbano”. / Se de um lado estão os pesquisadores que repensam essa problemática na tentativa de resgatar a importância do rural - enquanto uma forma particular de vida e organização social - do outro colocam-se aqueles que consideram o urbano como um processo muito mais complexo que estaria presente nos mais diversos espaços sociais, os quais tenderiam a se homogeneizar. / Assim, o padrão de vida urbano (produtor e reprodutor de riqueza) estaria integrando os espaços e populações, articulando ideologias, transformando os lugares, costumes, homogeneizando-os, o que seria resultado do próprio movimento do sistema econômico (p. 190).

Assim, as autoras levantam a seguinte questão:

[...] se comumente compreendíamos o campo no contexto do rural e a cidade no contexto do urbano, atualmente polarizar ou pensar que essas formas de organização estão muito distantes torna-se tão arriscado quanto afirmarmos que houve eliminação do rural pelo urbano. E ao refletir sobre essa problemática hoje, surge a questão: até que ponto se pode trabalhar e qualificar estas esferas - do rural e do urbano - uma vez que o avanço das cidades sobre o campo é um fato concreto, assim como a valorização do rural pelo urbano? (Rosa e Ferreira, 2006, p. 191).

São questionamentos dessa ordem que justificam a proposição e a aplicação da abordagem do Desenvolvimento Territorial. No entanto, Carrière e Cazella (2006) alertam que

As análises acerca do espaço geográfico e as reflexões sobre o desenvolvimento ignoraram-se mutuamente até o início da crise econômica dos anos 1970. [...] Assim, o “espaço-lugar” do desenvolvimento, ou seja, o simples suporte das atividades econômicas, é substituído pela ideia do “espaço-território” carregado de vida, de cultura e de potencial de desenvolvimento. / O espaço-território diferencia-se do espaço-lugar pela sua “construção” a partir do dinamismo dos indivíduos que nele vivem. A noção de território designa aqui o resultado da confrontação dos espaços individuais dos atores nas suas dimensões econômicas, socioculturais e ambientais. O território não se opõe ao espaço-lugar funcional. Ele o complexifica, constituindo uma variável explicativa suplementar. / [...] Os estudos mais recentes sobre esse assunto indicam, por um lado, que a formação de um território resulta do encontro e da mobilização dos atores sociais que integram

um dado espaço geográfico e que procuram identificar e resolver problemas comuns. Por outro, demonstram que um “território dado”, cuja delimitação é político-administrativa, pode abrigar vários “territórios construídos”. / Em outras palavras, as dinâmicas territoriais apresentam três características básicas: a) elas são múltiplas e sobrepostas, além de impermanentes; b) na maioria das vezes seus limites não são nítidos; e c) elas buscam valorizar o potencial de recursos latentes, virtuais ou “escondidos”. Entende-se aqui por “recursos” os fatores a serem explorados, organizados ou revelados. Quando um processo de identificação e valorização de recursos latentes se concretiza, esses recursos se tornam “ativos” territoriais. Os recursos e ativos podem ser genéricos e específicos. Os primeiros são totalmente transferíveis e independentes da aptidão do lugar e das pessoas onde e por quem são produzidos. Já os segundos são de difícil transferência, pois resultam de um processo de negociação entre atores que dispõem de diferentes percepções dos problemas e diferentes competências funcionais (p. 33 / 34).

Diante disso, a harmonização da paisagem e do espaço com a cultura se tornaram relevantes no equacionamento do Desenvolvimento. Vale observar, então, a proposição dos Sistemas Produtivos Locais foram refinados e resultaram na proposta dos “Sistemas Agroalimentares Localizados” (Cerdan e Sautier, 2002, p. 131; Requier-desjardins et al., 2006, p. 107; Velarde *et al.*, 2008), onde a proposta formulada por Pecqueur (2006, p. 135) relativa à “Cesta de Bens e Serviços Territoriais” permanece válida.

Em relação aos Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL), o conceito representa uma justa e necessária distinção em favor dos alimentos elaborados a partir de uma carga cultural e geográfica significativas, constituindo-se, portanto, em algo diferente dos produtos industrializados em larga escala de produção, tal como, por exemplo, televisores digitais ou macas hospitalares. Os alimentos que possuem identidade cultural e especificidades geográficas requerem o cultivo de espécies vegetais ou de animais que a geologia do solo, a geografia do clima e a biologia dos microrganismos da terra de um dado território permitirem, tanto quanto a criatividade dos entes do local for capaz de transformar matérias-primas em produtos com tipicidade (Krucken, 2009). Em muitos casos, receitas seculares e um “saber fazer” local estão implicados, os quais acabam distinguindo esses de outros alimentos, sejam eles artesanais de culturas tradicionais ou processados através de alguma produção industrial (Acampora e Fonte, 2007, p. 191). Nesse sentido, um sistema produtivo com tais características históricas, culturais, espaciais, técnicas e econômicas exige a salvaguarda de seus respectivos valores, os quais possibilitam o seu reconhecimento pelos consumidores, já que é crescente o interesse por tais produtos entre os consumidores que valorizam as qualidades especiais de cada produto.

Em relação as “Cesta de Bens e Serviços Territoriais”, o conceito resultou de pesquisas realizadas na Universidade Alpina, em Grenoble. De acordo com Pecqueur (2006), o proponente do conceito,

[...] as observações empíricas têm permitido evidenciar a existência de uma renda dita de “qualidade territorial”, ou seja, que combina qualidade do produto e a sua ancoragem num local específico, dispondo de uma história e de know-how específicos. [...] A diferença não se deve à qualidade física e química do produto, e sim à construção de uma imagem particular e à valorização de outros serviços que foram incorporados ao produto. Além disso, outros produtos derivados [...] ou disponíveis no mesmo local e associados à mesma imagem podem se beneficiar desse efeito e serem vendidos a preços superiores aos dos concorrentes. É o caso dos derivados do óleo de oliva (sabão, patês...) e de vários produtos e serviços associados, a exemplo de vinhos produzidos na região e pousadas rurais. / A renda de qualidade territorial é uma renda organizacional: ela reflete a capacidade dos atores locais de, mediante certos dispositivos institucionais, captar a disposição dos consumidores de pagarem por aspectos relacionados ao ambiente do produto. O seu desenvolvimento resulta da adoção de uma estratégia territorial de longo prazo que envolve tanto os produtores, os agentes da transformação e as cooperativas, quanto as instituições de coordenação do desenvolvimento local (sindicatos e prefeituras). Esta renda ilustra de que maneira os sistemas produtivos mais elaborados implantados em determinados territórios viabilizam uma oferta construída de bens e serviços específicos (p. 136).

Como se pode deduzir, esse conceito tem o mérito de diferir seus produtos dos demais, por conta da sua abordagem territorial, sobretudo nos casos que envolvem as categorias das “Denominações de Origem Controladas” europeias (Brabet e Pallet, 2005, p. 19), as quais – se os respectivos gestores tiverem juízo – podem potencializar os negócios do território.

No caso de se tentar algo parecido no Brasil, conforme investigou Flores (2007) no caso dos vinhos gaúchos do Vale dos Vinhedos, pequenos empreendedores e outros atores sociais se inseriram em um grande negócio territorial. Rebouças et al. (2006) consideram, entretanto, que a relação entre os atores sociais em negócios dessa ordem é desafiadora e envolve um equacionamento descrito como algo que dependa das “Conexões institucionais trans escalares” (Rebouças *et al.*, 2006; Flores, 2007, p. 51) – ou “Governança Territorial” (Vieira, 2009, p. 54) ou ainda “Governança Democrática” (Dallabrida e Ferminiano, 2003, p. 73). Assim, se o projeto de Desenvolvimento Territorial tiver compromisso com o “empoderamento comunitário”, a situação se torna ainda mais desafiadora. Segundo Rebouças *et al.* (2006),

A consulta à literatura técnica disponível tem revelado que a gestão centralizada dos recursos de uso comum tende a privilegiar os interesses de grupos econômicos poderosos e a aumentar a vulnerabilidade dos sistemas socio-ecológicos. Por outro lado, oferece evidências que tendem a comprovar que as instituições de propriedade comum contribuem para a resiliência ecossistêmica por meio da adoção de práticas adaptadas às características locais, baseadas numa grande diversidade de formas de conhecimento vernacular. / Ao que tudo indica, as instituições operando no nível local podem aprender a desenvolver uma capacidade de resposta mais rápida aos “feedbacks” ambientais que aquelas oferecidas pelas agências governamentais inseridas em sistemas de planejamento marcadas pelo viés tecnocrático. Entretanto, a gestão no nível local deve permanecer articulada aos outros níveis de gestão. O desafio consiste, dessa forma, em facilitar as interações entre as instituições operando nas diferentes escalas, isto é, estimular a formação de conexões inter e trans escalares (p. 94).

Contudo, as “Conexões institucionais trans escalares” (Rebouças *et al.*, 2006) nas experiências europeias ocorrem de um modo diferente, se comparadas com as experiências brasileiras, ainda que em ambas possam ocorrer privilégios para alguns atores sociais em detrimento dos demais, especialmente quando os processos de “Concertação” e “Governança Democrática” (Dallabrida e Ferminiano, 2003, p. 73) se desvirtuam do empoderamento comunitário pactuado para o território. Tais anomalias são conhecidas por “efeito clube” (Flores, 2007, p. 250), quando um ou mais atores sociais são preteridos nos processos decisórios e na gestão do território. Nesse sentido, a hipótese da “Cesta de Bens e Serviços Territoriais” (Pecqueur, 2006, p. 136) se torna interessante para os pequenos territórios rurais, pois podem contemplar agricultores envolvidos em produções de pequena escala.

A aplicação prática da abordagem do Desenvolvimento Territorial no Brasil pode ser verificada em vários casos, mas dois desses casos são citados na oportunidade desta tese. O primeiro deles foi um programa do Governo Federal conhecido como “Territórios da Cidadania”²⁷. Foi lançado em 2008 abrangendo sessenta territórios distribuídos pelos Estados do Brasil, gestado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Os territórios contemplados eram formados segundo os seguintes critérios: reunir municípios com até cinquenta mil munícipes; possuir densidade populacional menor que 80 habitantes / km²; estabelecer territórios rurais de identidade; operar integrado com os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e/ou Mesorregiões e do Ministério da Integração Nacional (MI). O segundo caso citado foi uma experiência estadual, o qual transcorreu aproximadamente no mesmo período, no

²⁷ Ver <www.embrapa.br/documents/1355746/30180455/Territórios+da+cidadania.pdf/b435c5cb-b68a-095f-5e27-caef4e60b044>, acessado em novembro de 2020.

Estado da Bahia, com a mesma abordagem. Segundo Rocha (2015, p. 102), tratava-se do Plano Plurianual 2008 - 2012, onde

[...] o conceito de Território de Identidade também é a premissa para a conformação dos territórios rurais do MDA. Porém, nesse Ministério, a identidade é tomada para a conformação de ruralidades diversas ou territorialidades relacionadas ao rural. Importante destacar ainda que a institucionalização dos Territórios de Identidade não significou outra territorialização em relação aos Territórios Rurais. Na Bahia, há apenas uma divisão territorial: os Territórios de Identidade, que são tomados pelo MDA como territórios rurais, quando da aplicação de suas políticas, com exceção, apenas, do Território Metropolitano de Salvador. E nove deles – Litoral Sul, Chapada Diamantina, Irecê, Sisal, Baixo Sul, Itaparica, Semiárido Nordeste II, Sertão São Francisco, são incluídos no Programa Territórios da Cidadania (PTC), conhecidos comumente como “territórios de cidadania”.

No entanto, a abordagem do Desenvolvimento Territorial na Europa não incorporava o legado relativo ao “Princípio da Precaução” (Cezar e Abrantes, 2003, p. 262), tão caro nos postulados do “Desenvolvimento Sustentável” (Sachs, 2002) e do Direito Ambiental, com sua lógica difusa, derivada da “Gestão patrimonial de recursos de usos comum” (Vieira, 2006, p. 257). Nesse sentido, o equacionamento de questões relativas ao empoderamento comunitário, a adequação de “Redes sociotécnicas” (Ferrari, 2011, p. 65) e as respectivas “Conexões inter e trans escalares” (Rebouças *et al.*, 2006) nos processos de “Concertação” e “Gestão Democrática” (Ballabrida e Ferminiano, 2003, p. 73) dos territórios de agricultores familiares, fossem em “Comunidades tradicionais ou diferenciadas” (Martins, 2020; Shiraishi e Dantas, 2010; Almeida, 2010; Martins; Little, 2002, p. 2), entre outras possibilidades da “Sociobiodiversidade” brasileira (MDS / MDA / MMA, 2008, pág. 29)²⁸, acabaram ensejando a proposta da abordagem científica do “Desenvolvimento Territorial Sustentável” (Vieira *et al.*, 2010; Vieira, 2009, p. 27; Vieira, 2006, p. 249), a qual contemplou o “Princípio da Subsidiariedade” (Vieira, 2003, p. 265).

Para Andion (2007), por exemplo, essa abordagem equivale a uma transição nas ciências sociais, “[...] cada vez mais integradas e pilotadas por novos atores sociais, também fora do meio acadêmico” (p. 57), onde três campos de estudos eram centrais:

O primeiro, refere-se ao debate que reintegra as variáveis ambientais nos processos de desenvolvimento, religando as dimensões ecológica, econômica e social, a partir da noção de sustentabilidade. O segundo diz respeito à inscrição espacial, social, política e cultural do desenvolvimento, em torno da

²⁸ Ver “Catálogo da Sociobiodiversidade do Brasil” em <<http://bit.ly.CatalogoSocibioBrasil2019>>, acessado em dezembro de 2020.

noção de território. O terceiro, ligado aos outros dois, busca compreender e descrever como os processos de desenvolvimento são colocados em prática na atualidade, a partir da institucionalização da ação coletiva e do retorno do ator na gestão das estratégias de desenvolvimento (Andion, 2007, p. 52).

Não há até o momento uma outra abordagem do Desenvolvimento que seja mais cuidadosa, pois o Desenvolvimento Territorial Sustentável leva em consideração os dilemas e os desafios do desenvolvimento no presente com um caráter republicano, democrático e popular (Silva, 2018, p. 13). Assim, algumas experiências com essa abordagem foram testadas, tentando equacionar questões relativas à endogeneidade e às da sustentabilidade. O Brasil e a América Latina apresentam alguns casos, onde a perspectiva da identidade cultural de cada território foi assumida como o “motor do desenvolvimento” (Cerdan, 2009, p. 295).

Enfim, ao encerrar a revisão temática e teórica sobre o tema do Desenvolvimento, apoiada na obra de Favareto (2007) e em outros estudiosos, constata-se que um painel de referências contribui para situar e distinguir os valores políticos, econômicos, sociais, culturais, espaciais e ambientais que estiveram transversais à análise dos produtos e serviços existentes, os quais se enquadram em distintas correntes do Design, resultantes de determinadas orientações filosóficas, epistemológicas e científicas e, por conseguinte, de referenciais políticos e suas respectivas expressões econômicas, tecnológicas, sociais, culturais, espaciais e ambientais, tal como segue.

1.3 Design para a Sustentabilidade e Design para a Inovação Social

*A qualidade do design depende da amplitude
da mente e do espírito do designer.*

Masuteru Aoba

Os designers são participantes da vida dos outros.

Jan Kuypers

Ao discutir alguns temas do campo de conhecimento do Design, muitos estudiosos e profissionais divergem sobre as acepções e os limites que delimitam as correntes teóricas do Design Contemporâneo. Verifica-se, por exemplo, que este é o caso do Ecodesign e do Design para a Sustentabilidade, que possuem termos distintos e parecem ter o mesmo significado segundo vários pesquisadores (UNESCO / PNUMA, 2002, p. 22; UCP, 2004, p. 4; Domingues *et al.*, 2005 - 2006, p. 6; Gelli, 2009, p. 75). No entanto, embora tenham mesmo proximidades, estas correntes diferem em suas respectivas práticas, sobretudo no que tange à aplicação de

tecnologias e aos processos de fabricação dos bens de consumo que projetam, alterando, inclusive, o modo de projetar em cada uma das correntes.

Além disso, ao se examinar as correntes do Design Contemporâneo denominadas “Design para a Periferia” (Bonsiepe, 1983) e “Ecodesign” (Manzini e Vezzoli, 2002, p. 17), constata-se que suas premissas conceituais e práticas projetuais contestam a corrente do “Design Industrial” (Maldonado, 1991), pois correspondem a modos de Design que tratam com equilíbrio as variáveis projetuais políticas, econômicas e sociais, além das ecológicas, tal como é o caso do Ecodesign. Entretanto, quando esses modos foram propostos não havia como saber que eles estimulariam a emergência de novas correntes de pensamento e de práticas do Design Contemporâneo, indicando que houve uma busca por parte de designers e estudiosos por uma ou mais alternativas de Design pautado por novos paradigmas. Isto explica a razão dos simpatizantes dos novos paradigmas aderirem-lhes espontaneamente por uma questão de afinidade política, em última análise.

No caso do “Design para a Sustentabilidade” (Manu, 1995), seu processo de construção foi diferente e emergiu de uma extensa jornada de amadurecimento em termos político, científico e tecnológico que se deu a partir de estudos, fóruns qualificados e debates promovidos por especialistas ligados ao Conselho Mundial de Sociedades de Design Industrial (ICSID)²⁹ ao longo de anos (Manu, 1995, p. 09). A metodologia utilizada pelo ICSID para construção desta corrente do Design Contemporâneo envolveu, à época, a elaboração e a publicação de um marco teórico que foi divulgado para diversos países dois anos antes de qualquer resolução oficial. Tal marco teórico foi organizado por Manu (1995) na forma da obra conhecida por “Revista da Aldeia Humana” (Manu, 1995), para servir de base para os debates realizados no Congresso Mundial do ICSID de 1997, no Centro de Convenções de Toronto / Canadá. O tema do Congresso foi “A Aldeia Humana”, uma apropriação do conceito de “Aldeia Global” (MacLuhan, 1969) pela perspectiva do Design e do Desenvolvimento Sustentável. O evento reuniu mais de dois mil participantes de todos os continentes do mundo e suscitou debates importantes, os quais foram sistematizados e disponibilizados ao crivo e às críticas da comunidade internacional do Design representada no ICSID. Todavia, houve tempo mais que suficiente para amadurecer e refinar o material disponibilizado, sendo decantado em inúmeros fóruns qualificados até se tornar o conceito de “Design para a Sustentabilidade” (Manzini e Vezzoli, 2008). Finalmente, em 2002, o ICSID publicou o conceito em seu portal eletrônico

²⁹ Em 1º de janeiro de 2017 o Conselho Mundial de Sociedades de Design Industrial (ICSID) passa a se designar oficialmente como Organização Mundial de Design (WDO). Para saber mais, ver <<https://wdo.org/about/history/>>, acessado em novembro de 2020.

substituindo o conceito anterior que era o de “Design Industrial”, formulado pelo prestigiado Tomas Maldonado na década de 1960 (Maldonado, 1991).

Vale ressaltar que o contraste existente entre os conceitos de Design para Periferia e Ecodesign em relação ao Design para a Sustentabilidade são consideráveis, ainda que resquícios dos primeiros estejam contidos no último, em alguma medida. Por outro lado, contraste ainda maior sobressai da comparação entre os conceitos de Design Industrial e Design para a Sustentabilidade (Manu, 1995; Manzini e Vezzoli, 2008). Em relação ao Design Industrial, tal como foi difundido pelo ICSID, seu formulador Tomas Maldonado – postulava o seguinte:

O Design Industrial é uma atividade criativa cujo objetivo é determinar as qualidades formais de objetos produzidos pela indústria. Essas qualidades formais incluem as características externas, mas principalmente aquelas relações funcionais e estruturais que convertem um sistema numa unidade coerente; seja do ponto de vista do produtor; seja do ponto de vista do usuário. O Design Industrial estende-se para abarcar todos aqueles aspectos do ambiente humano que são condicionados pela produção industrial (Manu, 1995, p. 64).

Já o conceito de Design para a Sustentabilidade, divulgado pelo ICSID, à época, consistia no seguinte:

Design é uma atividade criativa, cujo objetivo é estabelecer qualidades múltiplas a objetos, processos, serviços e seu sistema em todo ciclo de vida. Todavia, design é o fator central de humanização inovativa de tecnologias, o fator crucial da substituição cultural e econômica. / [...] Design procura descobrir e investigar relações estruturais, organizacionais, funcionais, expressivas e econômicas, com o intuito de: / - Aumentar a sustentabilidade global e proteção ambiental (ética global); / - Prover benefícios e liberdade a toda comunidade humana, individual e coletiva, usuários finais, produtores e protagonistas de mercado (ética social); e / - Fornecer produtos, serviços e sistemas, com aquelas formas que são expressivas (semiótica) e coerentes com sua complexidade (estética). / [...] Por isso, o designer refere-se a um indivíduo que pratica uma profissão intelectual, e não simplesmente um comércio ou um serviço de empresas.³⁰

Como se nota, essa última definição do Design além de ter sido construída de um modo amplamente democrático, a partir de muitos debates qualificados e consultas públicas, também incorporou preocupações que até então não haviam tido espaço no campo do Design – tal como a ética global, apenas para citar um desses aspectos –, pois conforme as sociedades do mundo se tornaram mais complexas com a passagem da Revolução Científica Moderna à

³⁰ Disponível em <www.icsid.org>, acessado em março de 2020.

Revolução Científica Tecnológica Termonuclear (Ribeiro, 2000), também as ciências, as tecnologias, o Design e os vários modos de se promover o Desenvolvimento assumiram novas responsabilidades e aceções, tendo inclusive de enfrentar os desafios e as demandas do tempo presente em sua extensão e complexidade. Trata-se, portanto, de uma mudança de paradigma (Manu, 1997, Morin, 2007; Gadotti, 2000; Khun, 2010; Morin, 1999; Feyerabend, 1977), partindo do binômio Design Industrial / Desenvolvimento Econômico até alcançar o binômio Design para a Sustentabilidade / Desenvolvimento Sustentável.

Contudo, o ICSID alterou a definição do Design algumas vezes desde que foi instituído em junho de 1957. Por vezes, a definição tendia aos interesses das indústrias, em outras moderou essa tendência, tal como ocorreu no Congresso Mundial do ICSID de 1997. Atualmente, a definição de Design para essa entidade – já com a nova designação institucional “World Design Organization” (WDO) – foi alterada.

O Projeto Industrial é um processo estratégico de resolução de problemas que impulsiona a inovação, constrói o sucesso dos negócios e leva a uma melhor qualidade de vida por meio de produtos, sistemas, serviços e experiências inovadoras. O Projeto Industrial faz a ponte entre o que é e o que é possível. É uma profissão transdisciplinar que aproveita a criatividade para resolver problemas e co-criar soluções com a intenção de fazer um produto, sistema, serviço, experiência ou um negócio, melhor. Em seu cerne, o Projeto Industrial fornece uma maneira mais otimista de olhar para o futuro, reenquadrando os problemas como oportunidades. Une inovação, tecnologia, pesquisa, negócios e clientes para fornecer novos valores e vantagens competitivas nas esferas econômica, social e ambiental.³¹

Tal como se pode inferir, o processo de ressignificação dos conceitos de Design tem sido longo, lento e conflituoso, tramitando, por vezes, para algo mais democrático em termos políticos, mais incluyente em termos culturais e mais prudente em termos técnicos, socioeconômicos e ambientais. No entanto, a pressão das entidades que integram a Organização Mundial do Design (WDO, na sigla em inglês) e se alinham ao capitalismo global são potentes e disputam espaço de poder na entidade. Subordinam-se sobretudo aos interesses dos “clientes” interessados em vantagens competitivas, tal como se observa na definição do Design que no momento está em vigor.

Contudo, quando se compara a definição atual do Design do WOD com a definição do Design do ICSID publicado em 2020, constata-se que os trabalhos de pesquisa e de projetos comprometidos com essa última refletem objetivos, metodologias e resultados bem distintos e

³¹ Para saber mais, ver <<https://wdo.org/about/definition/>>, acessado em novembro de 2020.

mais humanizados que os demais. Nesse sentido, observa-se em Arbuckle (Manu, 1995), por exemplo, a perspectiva que precedeu a definição do Design que o ICSID elaborou desde dois anos antes da realização do seu Congresso Mundial de Design de 1997, em Toronto:

O que estamos procurando são os tipos de comunidades e de empresas onde a vida valha a pena; os tipos de empreendimentos onde as pessoas tornam-se libertadoras, transformadoras, alegres e criativas, exemplificando a capacidade para criar e participar, de modo que possam produzir maneiras equilibradas de viver, como criatura e como criadores, integrando nossa ecossfera e nossa tecnosfera [...] (p. 26).

Vale recordar que em 2002 o ICSID publicou um novo conceito de Design comprometido com a sustentabilidade (Simões, 2010, p. 110), o qual reverberou na obra de Manzini e Vezzoli (2002), publicada no Brasil pela editora da Universidade de São Paulo (USP) com forte impacto entre os pesquisadores. Nessa obra o destaque recaiu sobre questões ligadas à sustentabilidade presentes nos produtos industrializados em larga escala, os quais muitas vezes envolvem um nível tecnológico proibitivo aos micro e pequenos empreendimentos e às comunidades que não detém capital para investir em equipamentos, conhecimentos e produções seriadas sofisticadas. Ainda assim, releva destacar um ou outro aspecto oferecido por esses autores à época:

Propor o desenvolvimento do “design” para a sustentabilidade significa, portanto, promover a capacidade do sistema produtivo de responder à procura social de bem-estar utilizando uma quantidade de recursos ambientais drasticamente inferior aos níveis atualmente praticados. Isto requer gerir de maneira coordenada todos os instrumentos de que se possa dispor (produtos, serviços e comunicações) e dar unidade e clareza às próprias propostas. / [...] “Life Cycle Design” e design para a sustentabilidade são duas atividades absolutamente complementares para o desenvolvimento de produtos e serviços sustentáveis: sem o caráter estratégico do segundo, o primeiro, por sua vez, não poderia sair dos limites do “redesign” dos produtos existentes; sem o primeiro, por sua vez, o “design para a sustentabilidade” não teria fundamentação concreta em que se basear (Manzini e Vezzoli, 2002, p. 23 / 24).

Por outro lado, vale ponderar que Arbuckle operou com uma abordagem socioambiental em relação à sustentabilidade, enquanto Manzini e Vezzoli (2002) estavam preocupados à época com uma abordagem do Design ajustada às demandas de produção industrial com critérios de engenharia ambiental. Ambas as abordagens permanecem necessárias nas últimas décadas. No entanto, a perspectiva socioambiental possui uma episteme mais avançada (Morin, 2007; Gadotti, 2000) com a qual se tenta sanar grandes dívidas do

capitalismo ao longo de sua existência em relação à sociedade e ao ambiente cujas consequências são sentidas por muitíssimos milhões de seres vivos e outros seres vivos em todos os ecossistemas do mundo. Essas consequências aparecem na forma de doenças causadas por alimentos envenenados³², espécies em risco de extinção³³, desmatamento³⁴, desertificação dos solos³⁵, poluição e contaminação das águas³⁶ e outros impactos negativos que muitos pesquisadores consideram que já ultrapassou o ponto de resiliência ambiental do planeta no presente³⁷. Assim, as correntes teóricas do “Design para a Sustentabilidade” e do “Design Local” consideram em seus equacionamentos algumas dimensões, sendo elas política, social, econômica, ecológica e espacial (Simões, 2010, p. 109). Também é preciso considerar que a percepção de tecnologia adotada nos trabalhos pautados pela abordagem socioambiental, no âmbito do Design para a Sustentabilidade e do Design Local, não se restringem às organizações industriais ou pós-industriais – onde são adotadas tecnologias digitais, biotecnológicas, nanotecnológicas e outras mais sofisticadas, apenas para ficar em alguns exemplos –, no sentido que Giddens (1997) já ponderava há décadas:

A primeira fase da globalização foi claramente dirigida, em princípio, pela expansão do Ocidente e pelas instituições que tiveram sua origem no Ocidente. / [...] Contudo, ao contrário de outras formas de conquista cultural ou militar, a desincorporação mediante sistemas abstratos é intrinsecamente descentralizada, pois corta a conexão orgânica com o lugar de onde a tradição dependia. Embora ainda dominada pelo poder ocidental, hoje em dia a globalização não pode mais ser qualificada como uma questão de imperialismo unilateral. Em consequência disso, a fase atual da globalização não deve ser confundida com a fase precedente, cujas estruturas atuam no sentido de cada vez mais subverter. / Por isso, a sociedade pós-industrial é a primeira “sociedade global”. Até uma época relativamente recente, grande parte do mundo permaneceu em um estado quase segmentário, em que ainda persistiam numerosos e grandes enclaves do tradicionalismo. Nessas áreas – também em algumas regiões e contextos dos países mais industrialmente desenvolvidos –, a comunidade local continuou a ser forte. Nas últimas décadas, particularmente influenciadas pelo desenvolvimento da comunicação eletrônica global instantânea, estas circunstâncias se alteraram de maneira radical. Um mundo em que ninguém é “forasteiro”, é um mundo em que as tradições preexistentes não podem mais evitar o contato, não

³² Para saber mais, ver <<https://nacoesunidas.org/agrotoxicos-e-outras-substancias-quimicas-matam-193-mil-pessoas-no-mundo-por-ano-diz-onu/>>, acessado em junho de 2020.

³³ Para saber mais, ver <<https://nacoesunidas.org/relatorio-da-onu-mostra-que-1-milhao-de-especies-de-animais-e-plantas-enfrentam-risco-de-extincao/>>, acessado em junho de 2020.

³⁴ Para saber mais, ver <<https://imazon.org.br/publicacoes/>>, acessado em junho de 2020.

³⁵ Para saber mais, ver <<https://nacoesunidas.org/planeta-perde-24-bilhoes-de-toneladas-de-solo-fertil-todos-os-anos-alerta-onu/>>, acessado em junho de 2020.

³⁶ Para saber mais, ver <<https://nacoesunidas.org/onu-1-em-cada-3-pessoas-no-mundo-nao-tem-acesso-a-agua-potavel/>>, acessado em junho de 2020.

³⁷ Para saber mais, ver <<https://jornal.usp.br/atualidades/novo-panorama-ambiental-global-da-onu-estabelece-desafios-para-o-mundo/>>, acessado em junho de 2020.

somente com os outros – mas também com muitos – modos de vida alternativos. Justamente por isso, é um mundo em que o “outro” não pode mais ser tratado como inerte. A questão não é somente que o “outro” responda, mas que a interrogação mútua seja possível (p. 118 / 119).

Observa-se, entretanto, que na atualidade ainda causa estranhamento para muitos pesquisadores que o Design para a Sustentabilidade e o Design Local tenham sido apropriados por indústrias e organizações de grande porte – ainda que com uma fraca noção de sustentabilidade (Vieira, 2009, p. 27), a qual poderia ser simplesmente entendida como “redução da insustentabilidade” (Veiga, 2010, p. 27) – ou por comunidades tradicionais e/ou diferenciadas em suas modestas produções, inclusive nas que são estritamente artesanais (Simões *et al.*, 2009).

Em relação a isso, as reações tanto partem de postulantes do capitalismo global quanto de seus opositores, gerando polarizados pontos de vista. Os primeiros consideram que o capitalismo global está se aperfeiçoando e poderá incorporar contribuições que ajudem a superar as suas práticas anti-ambientalistas, tal como anunciou por Hawken *et al.* (1999) ao propor uma nova “revolução industrial”, a qual operaria através de “distritos ecoindustriais”. Mais adiante, Gelli (2009) reafirmou a mesma tese:

A nova realidade traz um enorme desafio criativo ao capitalismo. A lógica do lucro a qualquer preço, do paradigma econômico do ganha-perde, em que 10% da população desfruta das benesses do sistema e 90% vivem em condições desfavoráveis, estão com os dias contados. / Com isso, a sobrevivência das marcas vai depender, basicamente, da competência de ocuparem um novo espaço na sociedade, na cabeça e no coração das pessoas, e esse será o sentimento mais concreto do termo “sustentabilidade” no âmbito do mercado. / Muito mais do que aspectos ligados às questões ambientais, a nova ecologia dos negócios vai ter de dar conta de um novo contrato de interdependência entre todos os “stakeholders” envolvidos. Não será mais possível para as empresas prosperar sem considerar seu impacto socioambiental. Elas terão, de fato, de responsabilizar-se por toda cadeia de sua atuação e, assim, investir uma boa parte de sua inteligência e esforços para que, no “final do dia”, sua existência como organismo seja relevante e contribua para a “saúde” do todo (p. 72).

Ainda que seja “menos pior” que as grandes organizações persigam metas orientadas por uma fraca noção da sustentabilidade que permanecerem cristalizadas em paradigmas a muito superados, tal dicotomia continua gerando desconfiança de pesquisadores e profissionais dedicados aos propósitos do empoderamento comunitário (Baquero, 2007), os quais, com razão, são avessos ao capitalismo global e seus questionáveis “produtos sustentáveis” (MDS / MDA / MMA, 2008; Santilli, 2005). Afinal, as grandes organizações se tornaram poderosas com lucros

sempre elevados e crescentes, dos quais muito pouco é distribuído aos que trabalharam na construção destas riquezas e menos ainda é empregado na promoção em alguma medida do Desenvolvimento Territorial Sustentável (Vieira *et al.*, 2010) sequer nos locais onde essas grandes organizações estão – ou estiveram – instaladas.

Segundo os pesquisadores e os profissionais mais incrédulos em relação à sustentabilidade praticada pelas grandes organizações do capitalismo global, muito pouco mudou após uma parcela dessas organizações terem inaugurado “institutos de responsabilidade socioambiental” a partir da década de 1990³⁸, dedicando-lhes 5% do seu lucro, pois, ao proceder assim, destinaram os 95% restantes aos seus acionistas. De fato, esse dado oferece um bom argumento aos mais críticos já que os problemas, desafios e dilemas socioambientais provocados por essas organizações não são passíveis de serem superados com as operações socioambientais patrocinadas com apenas 5% de seus lucros (Andion, 2010).

Ainda assim, essas contradições estimulam o empreendimento de uma série de atividades com uma forte noção da sustentabilidade (Vieira, 2009, p. 27), as quais resultaram, nas últimas décadas, em diversas propostas científicas e tecnológicas como alternativa à tão destrutiva economia de mercado capitalista. Entre elas constam a autogestionária Economia Solidária (Singer, 2002; Cattani, 2003, p. 16; Sachs, 2003, p. 75; Barbosa, 2007, p. 89), a equilibrada Ecosocioeconomia (Vieira, 2009, p. 38), a civilizada Economia da Dádiva (Godbout, 1999, p. 232), a avançada Economia Plural (Courlet, 2006, p. 49), a democrática Tecnologia Social (Dagnino, 2009) e a responsável Agroecologia (Altieri, 1998) – também conhecida por Agricultura Sustentável –, apenas para citar alguns exemplos.

Em relação à tecnologia, releva ter em mente que ela se subordina a alguma corrente da economia. Assim, a categoria das “Tecnologias Sociais” (Dagnino, 2009) é a alternativa que se opõe à categoria das “Tecnologias Convencionais” já que esta última é instrumental da economia capitalista de mercado (Dagnino, 2009, p. 21). As Tecnologias Sociais foram concebidas sob inspiração das “Tecnologias Apropriadas” (Dagnino, 2009) e da “Economia Solidária” (Singer, 2002). Da Silva (2015) esclarece que

O termo “Tecnologia” ligado ao “Social” é utilizado não necessariamente enquanto uma vertente ligada às ciências tecnológicas e sim, refere-se a conhecimentos socialmente produzidos, que tem como característica central a utilização de produtos, técnicas e metodologias que são desenvolvidas e/ou apropriadas na interação com a população, que representam soluções para a

³⁸ Para saber mais, ver os seguintes exemplos:

<www.cocacolabrazil.com.br/release_detalhe.asp?release=210&Categoria=34>, acessado em março de 2010>; <www.unilever.com.br/sustainability/?gclid=CJLEq-jzvKECFciA5Qodbj>, acessado em <abril de 2010>; e <www.walmartbrasil.com.br/sustentabilidade/>, acessado em março de 2020.

inclusão social e melhoria das condições de vida, ou seja, são ações que buscam responder a demandas sociais, a serem emancipadoras, desenvolverem a participação, visando à sustentabilidade econômica, social e ambiental gerando aprendizados e geralmente são fáceis de serem reaplicáveis em escalas (p. 86 / 87).

Verifica-se, assim, que no âmbito do setor primário da economia, a “Agroecologia” antecipa muitos aspectos das “Tecnologias Sociais”, tal se verifica em Altieri (1998):

Em que pese os inúmeros projetos de desenvolvimento internacional patrocinados pelo Estado, a miséria, a escassez de alimentos, a desnutrição, o declínio nas condições de saúde e a degradação ambiental continuam sendo problemas no mundo em desenvolvimento. Em muitas regiões, a modernização da agricultura, com a utilização de tecnologias intensivas em insumos, aconteceu sem a distribuição da terra. Os benefícios dessas medidas – geralmente chamadas de “Revolução Verde” – foram extremamente desiguais em termos de distribuição, com os maiores e mais ricos agricultores, que controlam o capital e as terras férteis, sendo privilegiados, em detrimento dos agricultores mais pobres e com menos recursos. A Revolução Verde também contribuiu para disseminar problemas ambientais, como erosão do solo, desertificação, poluição por agrotóxicos e perda de biodiversidade. / A crise agrícola-ecológica existente, hoje, na maior parte do Terceiro Mundo, resulta do fracasso do paradigma dominante de desenvolvimento. As estratégias de desenvolvimento convencionais revelaram-se fundamentalmente limitadas em sua capacidade de promover um desenvolvimento equânime e sustentável (p. 15).

Muitos outros autores estão convencidos dessa perspectiva, tal como é o caso de Sabourin et al. (2017, p. 351) e Ploeg (2008, p. 23), apenas para ficar em dois exemplos. Contudo, quando um objeto de estudo é extrapolado à questão socioambiental, sobretudo ao envolver pequenas comunidades rurais, sejam elas tradicionais ou diferenciadas, os problemas costumam ser mais urgentes e mais graves. Diversos desses problemas foram estudados e estão descritos pelos movimentos sociais (Stadile, 2013), em especial aqueles ligados à terra, onde institutos privados de responsabilidade socioambiental e organizações não-governamentais das últimas décadas estiveram presentes, atuantes e comprometidos, mas muitas vezes incapazes de superar tais desafios (Andion, 2007).

Enfim, parece difícil que um dia haja consenso sobre as noções de sustentabilidade, em especial entre aqueles que transitam da economia capitalista de mercado globalizada para esse paradigma. Do mesmo modo, essa polaridade também se reflete no campo do Design, tendo de um lado os agentes do mercado globalizado e, noutro, os agentes que atuam alternativamente pelo desenvolvimento endógeno e comunitário. Assim, para além dos embates que ocorrem nos interstícios dessa polarização, nem sempre tão velada ou civilizada,

decorreram de esforços persistentes, entre os quais algumas apostas foram testadas a partir das premissas do Desenvolvimento Sustentável (Sachs, 2004) – ou apenas da sustentabilidade (Veiga, 2010) – e se comprometendo com os desafios do “Desenvolvimento Local” (Manzini, 2008; Martins, 2002) e do Desenvolvimento Territorial (Favareto, 2006; Sabourin e Teixeira, 2002). Algumas experiências desta natureza foram testadas em territórios franceses, espanhóis, italianos, portugueses e de outras nações, contempladas pelo Programa LEADER da União Europeia (Favareto, 2006, p. 112), com o intuito de dinamizar a economia sem deixar de preservar a cultura de territórios rurais beneficiados, os quais se encontravam em descompasso com o ideário político e econômico da União Europeia (OETR, 2007; OETR, 2008). Assim, esses pequenos territórios tiveram suas características geográficas e culturais realçadas por projetos de Desenvolvimento Local – e logo depois de Desenvolvimento Territorial –, onde o Design foi acionado para qualificar e dar visibilidade às especificidades de cada território e aos respectivos produtos e serviços, ainda que com o viés da economia capitalista de mercado (OETR, 2007, p. 61).

A América Latina também fez experiências admiráveis, onde o Chile, o Peru, a Bolívia, a Colômbia, o México e outros países apresentam bons exemplos³⁹. No caso brasileiro, a proposta do “Design Local” (Moraes, 2006) estimulou soluções que levaram em conta os recursos específicos de cada local na promoção do Desenvolvimento Local / Desenvolvimento Territorial, com a seguinte inspiração:

[...] o design brasileiro começa a se distanciar da prática da mimese e das referências provenientes do exterior e aponta (fruto, na verdade, do seu percurso e do seu amadurecimento) em direção a uma referência própria como modelo possível. Começa, então, a partir dos anos oitenta, a surgir, através do multiculturalismo e mestiçagem local, novas referências projetuais que, de forma correta, coloca em evidência e reflete a vasta gama de elementos da cultura híbrida e das nuances do nosso país. / O multiculturalismo brasileiro posiciona-se, desta vez, como um novo e possível modelo para o desenvolvimento do design local. Esse modelo que se apresentou incipiente e imperfeito por toda a década de oitenta, vem se harmonizar com o modelo de globalização que é estabelecido por todos os anos da década de noventa como último estágio de um percurso rumo à segunda modernidade [...]. Esta nova realidade exige também dos designers a consideração do tríplice aspecto: design, cultura e território. Exige de igual forma que seja seriamente contemplada a questão ambiental no projeto, o excesso de produtos disponíveis no mercado e também o problema desenfreado do consumo e da produção (design para a sustentabilidade) (p. 192 / 193).

³⁹ Para saber mais, ver os projetos apoiados pelo RIMISP (Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural), disponível em <www.rimisp.org/inicio/index.php>, acessado em maio de 2019.

Assim, prossegue o autor,

O verdadeiro desafio na resolução do teorema design brasileiro é aquele de transformar o excesso de informação cultural oriunda de forte miscigenação [...] em um modelo em equilíbrio. Isto é, o desafio de conferir harmonia estética e estésica aos bens de uma cultura material provenientes de uma cultura múltipla (Moraes, 2006, p. 256).

A bem da verdade, essa proposta foi publicada anteriormente, sob o título “Manifesto da Razão Local - A multiculturalidade como novo cenário para o Design” (Moraes, 2004, p. 259), na forma de um dos capítulos da obra “Territórios em Movimento - Cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva” (Lages *et al.*, 2004). Essa obra discute temas relativos aos “Territórios” e as “Territorialidades” (Albagli, 2004, p. 25) onde o “Design Local” (Moraes, 2004, p. 259) foi incorporado como instrumento para concepção de produtos tridimensionais e bidimensionais com identidade cultural.

Todavia, assim como ocorreu com a proposta do Desenvolvimento Local, que avançou nos anos seguintes até assumir a forma do Desenvolvimento Territorial, a proposta do Design Local também atravessou um processo de maturação, dando margem para alguns autores proporem a abordagem de um Design articulado como o território, de um modo direto e explícito. Com tal orientação, em Krucken (2009) consta o seguinte:

A valorização de recursos e produtos locais é um tema muito rico e complexo, pois esses produtos envolvem simultaneamente dimensões físicas e cognitivas. É necessário perceber as qualidades do contexto local - o território e a maneira como cada produto é concebido e fabricado - para compreender as relações que se formam em torno da produção e do consumo dos produtos. / A perspectiva do design vem justamente ajudar nessa complexa tarefa de mediar produção e consumo, tradição e inovação, qualidades locais e relações globais. / Os produtos são manifestações culturais fortemente relacionadas com o território e a comunidade que a gerou. Esses são resultados de uma rede, tecida ao longo do tempo, que envolve recursos da biodiversidade, modos tradicionais de produção, costumes e, também, hábitos de consumo. A condição de produto ligado ao território e à sociedade nos quais surgiu é representada no conceito de “terroir” [...]. / Para que os consumidores (muitas vezes situados em localidades distantes do território de origem dos produtos) reconheçam essas qualidades, é necessário comunicá-las com eficiência, por meio de marcas, embalagens e outras interfaces. Essa tarefa de “tradução” ou “mediação” envolve muita sensibilidade e responsabilidade e é extremamente importante pois, consiste no desenvolvimento de uma interface de entendimento comum para os produtores e consumidores (p. 17).

Com tal perspectiva, essa autora apresenta um roteiro para elaboração de projetos de Design comprometidos com o território (Krucken, 2009, p. 98), com algumas etapas: a) reconhecer as qualidades do produto do território; b) ativar as competências; c) comunicar o produto e o território; d) proteger a identidade local e o patrimônio material e imaterial; e) apoiar a produção local; f) promover sistemas sustentáveis de produção e de consumo; g) desenvolver novos produtos e serviços que respeitem a vocação e valorizem o território; e h) consolidar redes no território.

Além disso, Krucken (2009, p. 84) oferece três casos para ilustrar a sua perspectiva: o licor italiano “Limoncello”, o óleo de lavanda de Provença e o guaraná Satéré Mawé,

O licor italiano “Limoncello” – da Região formada pela Costa Amalfitana, Costa Sorrentina e Ilha de Capri – é produzido com uma variedade endógena de limão (*Citrus neapolitanum*) através de um saber fazer local que existe desde o século XVII. Trata-se de um produto elaborado por uma rede de trezentos e cinquenta pequenos agricultores organizados em uma cooperativa, os quais contam com o apoio de entidades públicas e privadas. Gozando de reconhecimento internacional, esse produto envolve um Sistema Produtivo Local e possui certificação de “Denominação de Origem Controlada”, a qual atesta a procedência geográfica e a tipicidade do produto e da organização dos trabalhadores aí envolvidos. O resultado socioeconômico desse empreendimento foi estimado em vinte milhões de euros / ano por volta do ano 2009, assim como reativou o turismo da sua Região.

Já a produção do óleo de lavanda, da Região de Provença, contribui para tornar a França ainda mais conhecida no mundo, tanto pelos campos de cultivo, que também servem de atrativo para o turismo no território, quanto por sua importância socioeconômica. Partindo de uma produção tradicional que iniciou no século XVIII, o respectivo Sistema Produtivo Local elabora produtos e subprodutos impregnados de História e da cultura do território, resultando na comercialização de 20% da produção mundial de óleo de lavanda. Após uma fase de declínio ocorrida nos anos de 1970 e 80, foi feito um plano que objetivou dobrar a produção em cinco anos, demandando mais de onze milhões de euros em investimentos em 1994.

Por sua vez, o guaraná (*Paulinia cupana*) cultivado pela etnia Satéré Mawé, da Amazônia, é produzido de um modo que tanto preserva a cultura dessa comunidade tradicional quanto o seu ecossistema. Assim, o guaraná é cultivado numa área de oitocentos mil hectares, por sete mil pessoas que vivem em setenta vilas. Em 2002 produziram seis toneladas e meia de pó de guaraná e, de acordo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), 50% dessa produção

foi exportada para redes do sistema europeu de “Comércio Justo”⁴⁰. A organização desse sistema produtivo coube ao “Conselho Geral da Tribo Satéré Mawé” e a “Associação de Consultoria e Pesquisa Indianista da Amazônia” (ACOPIAMA), bem como a transformação do guaraná de alta qualidade em xaropes, bebidas e doces e a respectiva comercialização desses produtos ficou por conta da “Cooperativa CTM Altromercato”, da Itália.

Para Krucken (2009), esses exemplos configuram uma expressão do Design Contemporâneo onde a complexidade, a sustentabilidade e os territórios são basilares e se expressam através de inovações sociais (Manzini, 2008) materializadas através de sistemas de produção muitas vezes simples, com engenhosos sistemas de comercialização e de consumo. Todavia, os dois primeiros casos parecem priorizar as questões empresariais em relação às demais, deixando em segundo plano os detalhes relativos às questões culturais, sociais e espaciais. No terceiro caso a questão identitária ficou sugerida, ainda que o “jogo de atores” (Carrière e Cazella, 2006, p. 37) e os prováveis conflitos de interesses do caso não tenham sido explicitados.

Contudo, por mais incrível que possa parecer, as pesquisas e projetos de Design com abordagem territorial e interessados nas respectivas territorialidades – ou sociabilidades – permanece um campo menos explorado do que deveria, pois o Brasil é reconhecido mundialmente por ser o país com a maior megabiodiversidade do planeta⁴¹, além de possuir singularidades geográficas e culturais dos povos originários e outros que derivaram da miscigenação que são valorizadas no mundo, configurando um manancial de recursos específicos que deveriam ser trabalhados, tal como ocorreu nos “terroirs” europeus. Assim, o enfoque brasileiro que se afasta da exagerada importância que muitos consumidores atribuem aos produtos do capitalismo global, que tendem à homogeneização cultural, detém em grande medida o avanço de “sujeitos” – “ou atores sociais” (Carrière e Cazella, 2006, p. 37) –, suas comunidades e seus territórios, sejam esses produtores, agentes públicos de desenvolvimento, autoridades locais, pesquisadores ou outros tipos de protagonistas locais. Por outro lado, é preciso reconhecer que o enfoque do Design Contemporâneo que se articula com o território, a partir de uma perspectiva que tanto contempla a complexidade, as sociabilidades e a sustentabilidade, impõe um delicado desafio aos projetistas do Design haja visto que, via de regra, os mesmos não são formados em cursos universitários que contemplem adequadamente disciplinas de Ciências Humanas, Ciências Sociais, Geografia e Meio Ambiente que lhes

⁴⁰ Segundo Laurent (2018, p. 1), “[...] hoje em dia, na Europa, são cerca de 55.000 supermercados que vendem produtos de Comércio Justo, contra 2800 lojas especializadas”.

⁴¹ Para saber mais, ver < <https://antigo.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-brasileira.html>>, acessado em março de 2020.

permitam se relacionar e interpretar adequadamente o patrimônio da cultura material⁴² (Martins, 2020; Martins, 2009, p. 29; Little, 2002, p. 2) e o patrimônio da cultura imaterial⁴³ das comunidades tradicionais e das comunidades diferenciadas (Martins, 2020; Shiraishi e Dantas, 2010; Almeida, 2010; Martins; Little, 2002, p. 2) brasileiras que podem demandar projetos desta natureza.

Seja como for, operar com essa corrente do Design Contemporâneo requer atenção e cuidados especiais em relação à visão de mundo e aos valores culturais relativos à “vida” e às “coisas” das comunidades atendidas, pois que um universo cultural tão vasto e diversificado quanto o brasileiro possui significados particulares e muito distintos aos da cultura oficial e vigente no país. Em última análise, os possíveis sentidos de participação dos beneficiários em projetos relativos aos territórios, às sociabilidades e à sustentabilidade requerem habilidades específicas, caso-a-caso. O grupo de pesquisa ACUNAR, da Universidade Nacional da Colômbia, por exemplo, trabalha com essa questão e postula o seguinte:

Estamos, pues, frente a un salto cualitativo del diseño, del cual vamos a ser partícipes y autores en la historia, y asistimos a la pérdida del centro de interés del diseño; el objeto, y a la recuperación de su centro original: el hombre, en todas sus dimensiones y con las consecuencias que ello acarrea, como es la desaparición de la tecnología por la tecnología, el objeto por el objeto e, igualmente, el diseño por el diseño. La construcción de las nuevas dimensiones del diseño, asumido como herramienta social y disciplina participativa, es el reto que debe ser abordado, entonces, en los próximos años. / [...] Las dinámicas generadas en los últimos años como consecuencia del proceso de globalización trajeron consigo la revaloración del concepto de territorio y su resignificación como medio de diferenciación, en un mundo en que las regiones y las diferentes escalas – sea Latinoamérica, Comunidad Andina de Naciones (CAN), Mercosur, G3 o la pampa (Camiño del Gaucho), Región Andina, Municipios de Oriente de la Gobernación de Cundinamarca (Localidad de Suba), se ven obligadas a reconocerse en las diversas dimensiones que el concepto de territorio implica, con el fin de potenciar su desarrollo a escala humana (Naranjo Castillo, 2007, p. 119).

De acordo com a perspectiva desse grupo,

El desarrollo por el desarrollo fortalecido en las últimas décadas del siglo XX ha sido reevaluado por la crisis económica que generó esta dinámica, que abre una brecha cada día más amplia entre muy ricos, pobres y más pobres. / El repensarse de las comunidades en su dimensión territorial permite que se proyecten a sí mismas en su dimensión productiva como entes corporativos que compiten en los mercados y se caracterizan y diferencian con la Marca

⁴² Para saber mais, ver <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>>, acessado em março de 2020.

⁴³ Para saber mais, ver <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>, acessado em março de 2020.

Región. La diversificación, la especialización de saberes, la implementación y adaptación de nuevas tecnologías, el autoreconocimiento identitario y, dentro de este último, el reconocimiento de la diferencia y del otro como herramientas de aproximación a las dinámicas socioeconómicas, todo ello permite a la comunidad instalar y construir el concepto de producto, aproximarse a las dinámicas de mercado y de desarrollo de nuevos productos y formatos, y caracterizar claramente lo que los diferencia y los identifica, fortaleciendo de esta manera su participación en los mercados (p. 120).

Thackara (2008) parece estar alinhado com esse entendimento. Para esse autor,

O pensamento tradicional do design se concentra na forma e na estrutura. Os problemas são “decompostos” em passos menores, priorizados em listas. Ações e “inputs” são descritos em um esquema ou plano, e outras pessoas os produzem ou implementam. / Trata-se de uma abordagem de cima para baixo e de fora para dentro. Ela não funciona bem atualmente porque os sistemas complexos, especialmente os centrados no ser humano, não se limitam a esperar que nós os reprojetemos. Um tipo de design baseado em sentir e reagir funciona melhor: os resultados desejados são descritos, mas não o detalhamento dos meios para chegar a esses resultados. / [...] Essa abordagem implica o desenvolvimento da compreensão e a sensibilidade à morfologia dos sistemas, sua dinâmica, sua “inteligência”, como eles funcionam e o que os estimula. Isso significa que precisamos pensar o design mais em termos de orientação do que de estrutura (p. 262 / 263).

Por sua vez, Gelli (2009) indica que o processo de criação coletiva – ou “Co-criação” (Prahalad & Ramaswamy, 2004, p. 5; Ramaswamy & Ozcan, 2014, p. 2004) – produz efeitos significativos, os quais, quando aplicados ao campo do Design Contemporâneo, assumem a configuração de “Co-design” (Torres, 2020; Manzini, 2017; Arruda, 2017; Manzini, 2008; Sanders & Stappers, 2008), resultando em um elemento inovador do Design Contemporâneo, até o momento. Conforme Gelli (2009),

O projeto de uma identidade visual para uma cooperativa de erva-doce do mercado “Ver o Peso” de Belém, chamada “Ver as Ervas”, me parece um exemplo fantástico de como, por meio de um processo participativo, o design pode contribuir para catalisar os desejos, vocações e potenciais da comunidade envolvida. Além disso, esse exemplo mostra como esse processo pode transformar profundamente a maneira de como as pessoas da comunidade vêem a si próprias e, por consequência, como se inserem no mercado e na sociedade. / A aposta no “desenhar com” em contraposição ao “desenhar para” garantiu um profundo envolvimento dos cooperados no desenvolvimento do projeto, o que garantiu uma ampliação significativa nos resultados (p. 82 / 83).

Uma outra referência sobre a questão da participação de beneficiários de projetos na própria concepção do projeto encontra-se em Manzini (2008):

[...] devemos estabelecer uma nova ideia de produtos e serviços paralela à ideia atualmente dominante de “produtos e serviços” como “sistemas desabilitantes”. Se hoje a ideia mais amplamente difundida é a de que produtos e serviços são projetados considerando o usuário apenas como uma expressão de problemas (problemas que, para serem resolvidos, requerem uma mínima participação de sua parte), esta nova ideia deve, ao contrário, partir do que o usuário sabe, pode e deseja fazer. Em outras palavras, produtos e serviços devem ser concebidos como “sistemas habilitantes”, que colaboram na obtenção do resultado desejado pelo usuário, oferecendo a ele os meios para empregar suas próprias capacidades nesse processo (p. 59).

Como se pode inferir, o percurso do Design ao longo da História tem sido tortuoso e testou muitas possibilidades, cada uma com uma orientação filosófica, política, econômica, social, cultural e espacial distinta das demais. Evidentemente, é preciso ter em mente que eleger uma entre outras correntes do Design Contemporâneo significa optar por uma determinada visão de mundo em detrimento de outras, com a qual se projetará o próprio mundo, os produtos e os serviços, pautados pelos objetivos e valores que lhes são implícitos. No caso da corrente ainda hegemônica do Design Industrial (Manu, 1995; Maldonado, 1971) – a qual tem mais as feições da Revolução Científica e Tecnológica Moderna (Ribeiro, 2000) que as da Revolução Científica em curso no momento –, importa viabilizar projetos de produtos para que os negócios obtenham lucros ao máximo como resultado, promovendo, desse modo, acúmulo de capital concentrado em poucas organizações de um mundo densamente habitado, mesmo que isso provoque o extermínio de culturas, a decadência de nações e as recorrentes e crescente crises socioambientais que se observa nas últimas décadas (Kazazian, 2005, p. 25). Por outro lado, ao Design para a Sustentabilidade (Manu, 1995; Manzini e Velozzi, 2008) interessa uma outra realidade, mais equilibrada, ao equacionar soluções que levam em conta as dimensões política, econômica, social, ecológica e espacial (Sachs, 2004; Veiga, 2010), ainda que gradativamente essa corrente aos poucos se torne refém da lógica das grandes indústrias e das organizações capitalistas que empregam as tecnologias produtivas “eco-eficientes” (Manzini e Vezzoli, 2008, p. 84) em alguma medida.

Assim, por essa via, apoiada pela proposta do “Design Local” (Moraes, 2004, p. 259), emergiu uma alternativa do Design Contemporâneo pautada pela Teoria da Complexidade (Morin, 1999; Morin, 2007) e acolhida pelo Desenvolvimento Territorial (Sabourin e Teixeira, 2020), onde pequenos territórios rurais brasileiros e as respectivas territorialidades (Little, 2002, p. 2) passaram a ser contemplados e valorizados, tal como se observa em Krucken *et al.*

(2017) ou em Simões *et al.* (2014, p. 72), apenas para ficar em dois exemplos. Mais que isso, uma das possibilidades do Design Contemporâneo para atender e beneficiar pequenos territórios rurais encontra-se na proposta do “Design para a Inovação Social” (Manzini, 2017) pois demonstra potencial para atender os propósitos da agricultura de pequena escala de produção e promover o Desenvolvimento Territorial como critérios de sustentabilidade Sustentável (Vieira *et al.*, 2010).

Nesse sentido, situadas no presente da Idade Contemporânea – ou na 8ª Revolução Científica e Tecnológica, que Ribeiro (2000) chamou de “Revolução Científica e Tecnológica Termonuclear” – duas das obras do Design Contemporâneo são promissoras para o atendimentos de pequenos territórios rurais: o “Design para a Inovação Social - [...] quando todos fazem design: Uma introdução ao design para a inovação social” (Manzini, 2017) e o “Design para Inovação Social e Sustentabilidade: Comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais” (Manzini, 2008). Contudo, releva ter em mente que essas obras são tributárias da aplicação prática do campo teórico do “Design para a Sustentabilidade” (Manzini e Vezzoli, 2002).

Isso posto, “[...] podemos dizer que o design para a inovação social é a contribuição do design especializado para um processo de Co-design voltado à mudança social” (Manzini (2017, p. 77). Esse conceito foi testado na última década e meia em diferentes comunidades rurais de países distintos, em diferentes continentes, com resultados inspiradores. Entretanto, infere o autor, “[...] estamos no início dessa jornada e ainda precisamos de uma maior compreensão das possibilidades, dos limites e das implicações dessa modalidade de design emergente” (p. 69). Porém, Manzini (2017) afirma que “[...] o design para a inovação social não é uma nova disciplina: é simplesmente uma das maneiras pelas quais o design contemporâneo está se manifestando” (*idem*), confirmando a percepção de outros estudiosos, tal como se pode depreender de obras como “Design para um mundo complexo” (Denis, 2012), “Plano b - O design e as alternativas viáveis em um mundo complexo” (Thackara, 2008) ou “O Mundo Codificado: Por uma filosofia do design e da comunicação” (Flusser, 2007), apenas para citar algumas das obras que já vinham indicando tal tendência.

Outros estudiosos entendem que o “Design Contemporâneo” tem potencializado os territórios, tal como se verifica em “Territórios criativos: Design para valorização da cultura gastronômica e artesanal” (Krucken *et al.*, 2017), “Os Sentidos do Lugar - Valorização da identidade do território pelo Design” (Albino, 2014), “Design e território: Valorização de identidades e produtos locais” (Krucken, 2009), “Análise do design brasileiro: Entre mimese e mestiçagem” (Moraes, 2006), “Territórios em Movimento: Cultura e identidade como

estratégia de inserção competitiva” (Lages *et al.*, 2004), entre outras. Constatase, então, que essa nova corrente do Design Contemporâneo tem dado contribuições interessantes à interpretação do universo simbólico dos territórios e muito úteis aos pequenos territórios rurais brasileiros, possibilitando modelar novos equacionamentos das demandas e novas soluções. Percebe-se, assim, que há boas possibilidades na trilha do “Design para a Inovação Social”, sobretudo quando aplicadas na construção coletiva das Marcas Territoriais (Simões *et al.*, 2014; Simões *et al.*, 2012; Simões, 2010), pois que essa corrente do Design Contemporâneo reconhece e dialoga com as dimensões política, econômica, social, ambiental e espacial preconizadas pela lente teórica do “Desenvolvimento Territorial Sustentável” (Vieira *et al.*, 2010).

1.3.1 Marcas Coletivas e Marcas Territoriais construídas coletivamente

A demanda por marcas e embalagens data de muitos anos. Costa (2008) afirma que a liberdade da indústria e do comércio foi proclamada no século XVII, ainda que sem os regimentos legais necessários para tal. Para o autor, este processo iniciou com “[...] muitos abusos e roubos de marcas alheias” (p. 64), prejudicando os comerciantes mais prestigiados com essas infrações aos códigos de convivência social que ficavam impunes. Assim, Costa (2008) entende que as marcas passaram a ter um novo atributo a partir de um marco histórico específico:

Surge o liberalismo econômico. / [...] Na época das corporações, a marca era um instrumento de política econômica do Estado e sua incumbência principal era identificar a origem dos produtos e garantir sua qualidade. / [...] Mais adiante a marca não era mais que uma garantia da procedência do produto; para o patrimônio do comerciante a marca é um ativo que lhe permitia atrair e conservar a clientela. Desta forma, com a Revolução Industrial, a marca passa a ser facultativa e o seu titular, por ser o único responsável, faz dela o uso que deseja (p. 64 / 65).

Por esse fio condutor, é possível inferir que as corporações de ofícios da Idade Média se transformaram na Idade Moderna, entre as quais algumas se fortaleceram até se tornarem grandes organizações da Idade Contemporânea. Nesse sentido, entre as marcas da Idade Contemporânea, datadas do meio do Século XX em diante, uma parcela se estabeleceu tendo por base o legado técnico e científico do final da Idade Moderna. Entretanto, antes de 1.500 já havia na Europa marcas para representar determinados grupos, entre as quais o exemplo da “marca de uma sociedade de impressores da Veneza de 1481” é emblemático (Simões, 2010, p. 136). Todavia, foi ao longo do Século XX, com as inovações técnicas que aperfeiçoaram os sistemas de impressão gráfica, que surgiram novidades, decorrendo daí uma nova cultura de

marcas, tratadas aqui como “Marcas Contemporâneas” (Simões, 2010, p. 147). Dessas, datadas do meio para o final do Século XX, destacam-se duas categorias distintas: a dos “Sistemas de Identidade Corporativa” e a das “Marcas Coletivas”. Ambas as categorias resultam da busca por maior atratividade das organizações junto aos consumidores de massa que emergiu na sociedade moderna como resultado da intensa urbanização das cidades.

A origem da primeira dessas categorias se vincula às atividades produtivas da Idade Moderna, as quais foram estimuladas e aperfeiçoadas com a profissionalização do Design e o avanço técnico dos meios de reprodução gráfica industrial, entre os quais o mais utilizado foi o sistema de impressão “offset” (Ribeiro, 1987). Nesse sentido, um caso interessante de “redesign” de Marcas ocorreu no âmbito da emblemática Escola Bauhaus (Droste, 1994), a qual foi inaugurada em 1918 e alterou sua marca em 1922, exprimindo uma significativa alteração em termos de “estética” (Suassuna, 2014). Com essa manobra, a Escola indicou ao seu público interno e externo o que se poderia esperar dessa organização, ou seja: uma cultura gráfica inédita resultante de uma novidade que ficou conhecida mais tarde como Design Industrial. Esse caso ilustra a razão das organizações de então passarem a adotar o poder da imagem para se comunicarem com a sociedade (Frascara, 2000, p. 30).

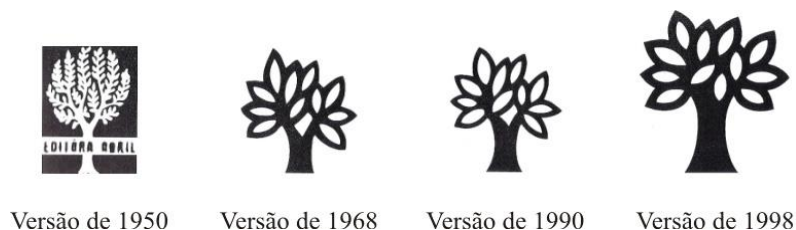
Imagem 2: A evolução da Marca “Bauhaus”, através da versão de 1919 - 22, indicadas à esquerda, e a versão de 1922 - 33.



(Fonte: Hollis, 2000, p. 52).

Todavia, Costa (2008) e Denis (2000) entendem que este ainda é o momento da articulação do Design com o Marketing e a Publicidade. No Brasil, que se modernizou com a chegada de Dom João VI e a Família Real, em 1808, aos poucos a economia nacional foi sendo dinamizada, já que até então praticamente se restringia a atividades agrícolas e de mineração sob um severo regime colonial (Schwarcz e Starling, 2015, p. 172). Transcorreu quase um século desde a chegada da Família Real até que o caso da Editora Abril tivesse início, possibilitando posteriormente a observação dos estágios da evolução gráfica que tornou cada vez mais sintético o signo identitário e a mensagem visual da marca da organização.

Imagem 3: A evolução da Marca “Abril”.



(Fonte: Strunk, 2007, p. 153).

Foi crescente e vertiginoso o número de organizações que adotaram o Design comprometido com o Marketing e a Publicidade como fórmula de inserção competitiva das organizações, seus produtos e seus serviços na economia capitalista de mercado (Denis, 2000, p. 186). Para tanto, a imagem de cada marca era meticulosamente projetada, tanto para instituições públicas quanto para empresas privadas (Costa, 2008, p. 80). No entanto, angariar maior visibilidade e mais atratividade para os negócios dos contratantes, através desses projetos, envolvia investimentos dispendiosos e equipes multidisciplinares, além de implantações onerosas. Mas, enfim, esta categoria de Marca ficou registrada no corpo teórico do Design como “Sistema de Identidade Corporativa” (Costa, 2008, p. 80), “Sistema de Identidade Visual” (Strunk, 2007, p. 67) ou “Programa de Identidade Visual” (Peón, 2003, p. 14).

Mais à frente, com o advento da globalização econômica, inaugurada no Brasil por volta da década de 1990, os Sistemas de Identidade Visual foram revistos e deram margem a uma inovação da economia capitalista de mercado conhecida por “Marca-País” (Soares, 2008, 31), assim como a uma variação chamada “Marca-Lugar” (Santana, 2006, p. 20). Tal estratégia – a de se autopromover um país ou um lugar para o mundo – foi testada por várias nações, inclusive o Brasil dos anos de 1990, quando os Ministérios do Turismo e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior empreenderam a “Marca Brasil” (Soares, 2008). Inicialmente essa Marca serviria para “vender” destinos turísticos do país ao mundo, assim como os respectivos produtos e serviços de inúmeros destinos turísticos brasileiros. Porém, ainda que as Marcas deste tipo partissem de iniciativas governamentais, elas eram instrumentais da economia capitalista de mercado e tiravam proveito das rotas da globalização econômica, em sentido inverso, de modo que países, regiões e locais mais organizados conseguiram ter mais visibilidade no mundo global (Simões, 2010, p. 146).

Imagem 4: Exemplos de Marcas-País do início da globalização econômica.



(Fonte: <http://starterdaily.com/wpcontent/uploads/2015/11/starterdaily_futurebrand_latambrandindex.pdf>, acessado em maio de 2019).

Por outro lado, desde a promulgação da Constituição Federal brasileira de 1988 a Agricultura Familiar gradativamente passou a ser objeto de políticas públicas federais (Silva e Marques, 2009, p. 10), ainda que apenas em 1995 fosse homologado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (Schneider *et al.*, 2009, p. 21) e apenas em 1996 o país passasse a ter marco jurídico para regulamentar e registrar as Marcas Coletivas⁴⁴, através da Lei n°. 9.279 de 1996, que é mais conhecida como “Lei da Propriedade Industrial”⁴⁵. De acordo com esta Lei e o Manual de Marca⁴⁶ do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), o órgão federal que procede os registros de marcas e patentes do Brasil, a Marca Coletiva

[...] é aquela destinada a identificar e distinguir produtos ou serviços provenientes de membros de uma pessoa jurídica representativa de coletividade (associação, cooperativa, sindicato, consórcio, federação, confederação, entre outros), de produtos ou serviços iguais, semelhantes ou afins, de procedência diversa (art. 123, inciso III, da LPI). A marca coletiva possui finalidade distinta da marca de produto ou serviço. O objetivo da marca coletiva é indicar ao consumidor que aquele produto ou serviço provém de membros de uma determinada entidade. / Portanto, podem utilizar a marca coletiva os membros da entidade detentora do registro, sem necessidade de licença de uso, desde que estejam previstos no regulamento de utilização da marca. Por sua vez, o titular da marca coletiva pode estabelecer condições e proibições de uso para seus associados, por meio de um regulamento de utilização.

⁴⁴ Ver <http://manualdemarcas.inpi.gov.br/projects/manual/wiki/02_O_que_%C3%A9_marca#Marca-Coletiva>, acessado em maio de 2020.

⁴⁵ Ver <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279.htm>, acessado em maio de 2020.

⁴⁶ Ver http://manualdemarcas.inpi.gov.br/projects/manual/wiki/02_O_que_%C3%A9_marca#2-O-que-%C3%A9-marca, acessado em maio de 2020.

Nesse sentido, as Marcas Coletivas cobrem um leque de interesses de segmentos da sociedade de um modo mais flexível que a “Marca-Lugar” (Santana, 2006) e mais ainda que a “Marca-País” (Soares, 2008).

Pela perspectiva das “Marcas Coletivas”, conforme regulamentadas no INPI, um caso catarinense interessante é o da Associação de Professores da UDESC (APRUDESC). Em 2003 houve uma greve de professores, estudantes e técnicos da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), onde um dos pleitos principais dos grevistas era o enquadramento legal da entidade na “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira” (LDB 9394 / 96), entre outras pautas. A greve mobilizou muitos grevistas e sensibilizou munícipes, mas para tanto, necessitou de um símbolo que representasse os grevistas. Considerando que o comando de greve estava situado no Centro de Artes (CEART) da Universidade, em Florianópolis, e que nesse campus havia desde então cursos de graduação em Artes Cênicas, Artes Visuais, Música, Design e Moda, foram formados um pouco mais de uma dezena de grupos com até dez pessoas, composto de professores, estudantes e técnicos. Esses grupos tiveram uma parcela de uma tarde para gerar alternativas gráficas e indicar aquela que julgou ser a melhor. A melhor alternativa de cada um dos muitos grupos foi submetida ao crivo dos presentes – um público com mais de duzentas pessoas. Tratava-se, portanto, de uma coletividade capaz de lidar com a criatividade e a originalidade, sobretudo no tocante aos professores especializados em Arte, Estética e Criatividade e seus estudantes de Artes, Design e Moda. No entanto, os técnicos da Universidade presentes nos grupos também atuaram e debateram os predicados e a pertinência de cada proposta apresentada, sem nenhuma restrição. Por fim, a decisão coletiva do grupo ampliado ocorreu de modo consensual e elegeu o símbolo da greve. Meses depois, já no início de 2004, a emergente APRUDESC solicitou um projeto de Identidade Visual da sua Marca Coletiva, para a qual foi adotado o símbolo construído coletivamente através de um processo de “Co-design” (Sanders & Stappers, 2008; Couto *et al.*, 2014) e legitimado por uma greve que produziu mudanças qualitativas significativas para os professores e estudantes da UDESC.

Imagem 5: A Marca Coletiva “APRUDESC”



(Fonte: Simões, 2004).

Um outro caso interessante de Marca Coletiva, também ocorreu entre 2003 e 2004. Foi o da Marca Coletiva “Mafra”, a qual foi concebida para empoderar pequenos grupos de agricultores familiares do município catarinense de Mafra (Pereira *et al.*, 2004).

Imagem 6: A Marca Coletiva “Mafra”



(Fonte: Pereira et al., 2004).

Essa Marca representa três pequenas associações de agricultores familiares e um grupo informal de senhoras agricultoras. A primeira dessas associações cultivava abelhas e produzia mel, sendo essa a associação que tinha a maior produção entre as entidades atendidas, atingindo, à época, algo em torno de 200 toneladas por ano. A segunda produzia frangos coloniais⁴⁷, um produto situado entre o frango “caipira” e o frango dos grandes abatedouros. A terceira associação produzia conservas de pepinos, beterrabas, couves-flores, entre outras. Por fim, um pequeno grupo de senhoras agricultoras familiares foi incluído entre os beneficiários do projeto, as quais produziam bolachas. Com exceção da primeira associação, as demais tinham escalas de produção bem modestas (Pereira *et al.*, 2004). Assim, sob inspiração da Economia Solidária (Singer, 2002), foi elaborada a Marca Coletiva “Mafra” e uma família de embalagens para os produtos dessas associações e para o grupo de senhoras⁴⁸, onde o resultado foi uma família de produtos distintos e de produtores diferentes com uma solução de Design comum (Pereira *et al.*, 2004). Tal solução era rara mesmo após a homologação de Lei nº. 9.279 de 1996 (Lei da Propriedade Industrial), que inaugurou no Brasil o registro de Marcas Coletivas. Todavia, tal Lei contribuiu no processo de equacionamento da Marca “Mafra”, pois tal normativa deflagrou a implantação do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)⁴⁹ no Brasil, de modo que cada

⁴⁷ Para saber mais, ver <www.agrosoft.com.br/2009/07/20/producao-de-frango-colonial-em-sc-garante-fonte-de-renda-no-campo/>, acessado em março de 2020.

⁴⁸ Entre 2002 e 2006 fui membro do Fórum Catarinense de Economia Solidária, o qual me instigou a desenvolver soluções de design para pequenos empreendimentos solidários. Assim, as embalagens dos produtos contemplados pela Marca “Mafra” figuram no rol dessas soluções, pois foram elaboradas através de projeto sob a minha coordenação.

⁴⁹ Para saber mais, ver <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=97729>>, acessado é março de 2020.

uma das associações atendidas tinha o próprio CNPJ, embora o grupo de senhoras produtoras de bolachas tenha permanecido informal. Assim, os produtos de cada associação eram reforçados pelo prestígio dos produtos das demais associações atendidas quando eram oferecidos nos pontos de vendas, causando aos consumidores a impressão de que todos os produtos abrigados pela Marca “Mafra” pertenciam a uma única e grande organização (Pereira *et al.*, 2004). Após a conclusão desses projetos, as embalagens foram impressas, foram aplicadas nos produtos que foram expostos em pontos de vendas no município de Mafra, enquanto uma pesquisa de mercado monitorou as vendas desses “novos” produtos oferecidos ao consumo, aferindo que a solução integrada de Design alcançou resultados positivos e promissores até mesmo para os produtos que tinham concorrentes de peso (Pereira *et al.*, 2004).

Imagem 7: Rótulo da associação produtora de mel / Projeto Mafra.



(Fonte: Pereira et al., 2004).

Imagem 8: Rótulo da associação produtora de conservas / Projeto Mafra.



(Fonte: Pereira et al., 2004).

Imagem 9: Rótulo da associação produtora de frango / Projeto Mafra.



(Fonte: Pereira et al., 2004).

Todavia, embora as Marcas Coletivas representem um avanço no Brasil, as Marcas Territoriais foram mais longe, a ponto de servirem alternativamente de base para o planejamento e a gestão para o desenvolvimento (Mafra e Silva, 2004, p. 8) de pequenos territórios rurais, sobretudo quando são construídas coletivamente e são conduzidas através de processos de “Governança Territorial” (Dallabrida *et al.*, 2016, p. 43) – também conhecidos por “Governança Democrática” (Rover e Henriques, 2006, p. 117) ou “Gestão Social” (Cançado, 2011), ao exprimir as características geográficas (Ab’Saber, 2003) e as identidades culturais dos territórios (Oliveira, 2019, p. 16; Ranaboldo y Schejtman, 2009; Martins, 2009, p. 29), o que inclui as “comunidades tradicionais ou diferenciadas” (Shiraishi e Dantas, 2010, p. 49; Almeida, 2010; Santilli, 2005). Releva enfatizar, entretanto, que estudiosos como Acselrad (2010), Little (2004), Varella et al. (2013) e outros entendem que território e territorialidade são conceitos distintos e complementares entre si.

Para Acselrad (2010), por exemplo, o território é “[...] delineado pelos próprios grupos segundo suas identidades específicas. A tradição, com frequência evocada na definição dessas identidades, aparecerá, porém, como maneira de ser no próprio presente” (p. 5). Já para Little (2002),

A renovação da teoria de territorialidade na antropologia tem como ponto de partida uma abordagem que considera a conduta territorial como parte integral de todos os grupos humanos. Defino a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” [...]. Casimir (1992) mostra como a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. O fato de que um território surge diretamente das

condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trate do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado. / Outro aspecto fundamental da territorialidade humana é que ela tem uma multiplicidade de expressões, o que produz um leque muito amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais. Assim, a análise antropológica da territorialidade também precisa de abordagens etnográficas para entender as formas específicas dessa diversidade de territórios (p. 253 / 254).

Assim, Varella *et al.* (2013) acrescentam a noção de “territorialidade específica”, pois o território “[...] é produzido e, ao mesmo tempo, produz um determinado grupo social” (p. 18). Mais que isso, os autores consideram que território e territorialidade

Não podem ser descolados, desconectados: a relação homem-território é fundante em sua cultura, a qual determina o espaço por meio das formas como o usa e o ocupa e que o espaço a determina por meio do provimento de subsídios básicos a ela. É por isso que a luta por terra é diferente da luta pela territorialidade específica, e esta pode ser considerada uma forma-conteúdo: é uma forma geográfica (por suas delimitações físicas) que possui um conteúdo social, uma animação dada por um grupo social específico (Varella *et al.*, 2013, p.18).

Contudo, a Teoria da Formação Socioespacial (Santos, 1977) já indicava aspectos significativos dos territórios, incluindo os que são relativos a paisagem, espaço, história e as respectivas dinâmicas políticas, econômicas e sociais. Afinal, “[...] as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção [...], reforçando dessa maneira a especificidade de cada lugar” (p. 87). Ou seja:

O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre os homens, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos, são igualmente elementos que condicionam a atividade dos homens e comandam a prática social. A práxis, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado socioeconômico, mas é também tributária dos imperativos espaciais (Santos, 1977, p. 92).

Foi nesse sentido que Oliveira (2019) investigou as questões legais relativas ao litígio entre a posse e uso da terra de uma Comunidade Tradicional da zona costeira de Santa Catarina, conhecida por “Areais da Ribanceira” e situada no município de Imbituba. Segundo a autora, trata-se de um processo que envolve diversas tentativas de “desterritorialização” da comunidade

por parte de governos do estado, por força de grandes interesses econômicos relacionados com um complexo portuário e projetos de desenvolvimento do estado de Santa Catarina que tentam ludibriar a comunidade (Oliveira, 2019, p. 100). Para tanto, ponderar e inferir sobre tal conflito territorial requereu o exame do caso por vários ângulos, sendo que um foi conduzido pela via do conceito de território e um outro pela trilha do conceito de territorialidade. Desse modo, a autora pôde fundamentar as dinâmicas desse longo conflito territorial e inferir sobre as ações do Estado sobre o território, sobre a presença da comunidade tradicional no território, sobre a legitimidade da territorialidade da comunidade e, assim, inferir que os estatutos legais existentes ainda não são efetivos para garantir o Direito pela posse da terra por parte da comunidade tradicional dos “Areais da Ribanceira”.

Assim, assumindo que os conceitos de território e de territorialidade são imbricados e basilares, depreende-se que o conceito de “recursos específicos” se refere às possibilidades singulares de um território (Cazella *et al.*, 2020, p. 195; Benko e Pecqueur, 2001, p. 40), envolvendo, evidentemente, as noções de território e de territorialidade. No entanto, esses recursos são desprezados com frequência, deixando de serem ativados por governos que deixam de acionar um eixo interessante para tentar superar as desigualdades sociais e econômicas, as quais são muito marcadas no Brasil (Stedile e Estevan, 2013; Stedile, 2013; Stedile, 2012; Stedile, 2011; Schneider, 2010). Importa ter em mente, então, que as Marcas Territoriais surgiram como instrumento para alterar quadros socioeconômicos negativos de certos territórios da Europa, por intermédio de acordos coletivos – ou “concertação” (Dallabrida e Ferminiano, 2003, p. 86) – que resultaram em empreendimentos para desencadear o Desenvolvimento Territorial (Rocha, 2015; Abamoway, 2020, p. 113; Sabourin e Teixeira, 2002).

Nesse sentido, um caso interessante é o da Marca Territorial “Terras de Sicó”, relativo a um território situado na região central de Portugal, onde a Marca e o território são gestados pela Associação Terras de Sicó⁵⁰. Tal entidade iniciou suas atividades em 1995, estimulada pelo Programa Leader (Favareto, 2006, p. 112), congregando empreendedores, cooperativas, associações, agentes de desenvolvimento e outros atores sociais, tais como: COPRORABAÇAL (Cooperativa de Produtores do Queijo Rabaçal - DOP)⁵¹; Maria Silvina Santos Marques (Queijaria Artesanal Camponês da Sicó); Licínia Maria Simões Neves; Queijaria Juromelo; VINISICÓ (Associação de Vitivinicultores da ADSICÓ); Associação de Olivicultores da Serra de Sicó; Associação de Apicultores da Serra de Sicó; além de produtores

⁵⁰ Disponível em <www.terrasdesico.pt/associacao.php>, acessado em março de 2020.

⁵¹ “DOP” é a sigla de “Denominação de Origem Protegida”, conforme consta no “Portal do Vinho Português” (Fonte: <www.infovini.com/pagina.php?codNode=18090>, acessado em março de 2020).

das ervas necessárias para dar sabor ao queijo do “terroir”, hotéis, bares, restaurantes e museus do território. Esse Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL) (Pecqueur, 2009, p. 85; Velarde, 2008; Requier-Desjaridins *et al.*, 2006, p. 107) iniciou com a produção de queijo tradicional de leite de ovelha, anexando mais adiante atividades de turismo e de artesanato. Além disso, a “concertação” do território (Dallabrida e Ferminiano, 2003, p. 86) – ou seja: os acordos coletivos firmados entre os envolvidos no processo de desenvolvimento do território – dispõe de uma entidade que se encarrega do controle de qualidade da Cesta de Bens e Serviços Territoriais “Terrá de Sicó”, a qual foi nomeada como “Sicóqualidade”. Desse modo, a Marca Territorial “Terras de Sicó” tem a missão de dar visibilidade e valorizar o território, os seus produtos, os seus serviços e as suas soluções, enquanto os interesses jurídicos e fiscais são expressos através de uma outra entidade – no caso, a “Sicóqualidade” –, preservando, desse modo, a imagem do território dos atritos e conflitos internos que possam existir no território.

Imagem 10: Marca Territorial portuguesa.



(Fonte: <www.terrasdesico.pt/associacao.php>, acessado em março de 2020).

Um outro caso interessante é da Espanha. A “Asociación de la Marca de Calidad Territorial Europea”, tem o seguinte histórico:

El Proyecto de la Marca de Calidad Territorial empezó a gestarse en 1998. Se buscaba una imagen común para las comarcas rurales que trabajan en un proceso de desarrollo contando con la participación de las instituciones públicas, empresas privadas y todos los colectivos sociales que ofrecen calidad en los productos y servicios, con los principios y valores del respecto medioambiental, la calidad social en su proceso de producción, con empresas y entidades comprometidas con el territorio, siendo solidarias, cooperando entre ellas y trabajando por la identidad. Una imagen común de comarcas con calidad rural que trabajarían en cooperación para conseguir un verdadero desarrollo rural sostenible, equilibrado e integrador de los territorios.⁵²

⁵² Disponível em <www.calidadterritorial.es/mct/index.htm>, acessado em março de 2020.

Entre outros aspectos, essa Associação congrega diversos territórios da Espanha que protagonizam projetos de Desenvolvimento Rural Sustentável, reunindo uma série de cooperativas e associações que passaram a operar de um modo coordenado, com avaliações sistemáticas sobre a evolução das atividades de cada ente associado e de toda a Associação. Nesse sentido, tais operações correspondem ao seu modo de “gestão democrática” (Rover e Henriques, 2006, p. 117) e de “concertação” (Dallabrida e Ferminiano., 2003, p. 86), onde o Estado espanhol foi um dos atores sociais envolvidos e tem o mesmo peso nas decisões que as demais cooperativas e os respectivos empreendedores presentes no pacto, atuando, portanto, de um modo equilibrado a “conexão inter e transescalar” (Rebouças *et al.*, 2006) dos atores sociais implicados nesse caso. Assim, a Marca “Calidad Rural” dá expressão visual aos trabalhos da “Asociación de la Marca de Calidad Territorial Europea”, a qual representa um conjunto de distintos projetos de desenvolvimento de variados territórios rurais da Espanha.

Imagem 11: Marca Territorial da Espanha.



(Fonte: <<http://calidadterritorial.com/redmct/territorios-calidad-rural.htm>>, acessado em março de 2020).

Por outro lado, um caso brasileiro emblemático é o da rede de articulação “Caatinga Cerrado - Comunidades Eco-produtivas”. Trata-se de um coletivo de cooperativas e associações articuladas através de uma rede de empreendimentos da Agricultura Familiar que promovia a comercialização de produtos da “sociobiodiversidade” (MDS *et al.*, 2008) dos biomas Caatinga e Cerrado. Nesse caso – que parece ter sido descontinuado após 2016 –, o “recurso específico ativado” (Carrière e Cazella, 2006, p. 33) que aglutinou os atores sociais da rede foram os biomas Cerrado e Caatinga e as respectivas identidades culturais, todas singulares aos olhos do mundo. Assim, segundo o portal eletrônico que faz menção desta rede⁵³,

A iniciativa tem sua origem no desafio de qualificar os empreendimentos da agricultura familiar para participarem em feiras nacionais e internacionais de

⁵³ Disponível em <www.caatingacerrado.com.br/caatinga-cerrado-comunidades-eco-produtivas/>, acessado em março de 2020.

comércio. No ano de 2006, após um seminário realizado em Fortaleza (CE) com essa finalidade, um conjunto de 31 associações e cooperativas, juntamente com suas redes e com organizações governamentais e não-governamentais de apoio, encarou o desafio de participar coletivamente da ExpoSustentat América Latina (feira de produtos e serviços sustentáveis), representando a riqueza e a diversidade da Caatinga e do Cerrado através da Sala Nordeste & Cerrado. / Em 2007, reconhecendo que as feiras desempenham um importante papel na promoção comercial e no aperfeiçoamento dos produtos da agricultura familiar, foi realizada a 2ª edição da Sala Nordeste & Cerrado, dessa vez com a presença de 150 empreendimentos representados por 15 redes e articulações que, direta e indiretamente, beneficiavam 17.000 famílias de 14 estados do Brasil. / Já em 2008, o conjunto de representantes das instituições promotoras e apoiadoras da Sala Nordeste & Cerrado e 20 redes e articulações dos biomas Caatinga e Cerrado realizaram uma oficina de planejamento participativo para refletir e estabelecer acordos sobre o futuro do processo. Nesse encontro, riquíssimo em ideias e debates, decidiu-se que uma iniciativa mais ampla e permanente seria necessária e que a participação em feiras seria parte da estratégia de acesso a mercados e não um fim em si mesma. Foi então que, em 9 de maio, essas organizações criaram a Caatinga Cerrado - Comunidades Eco-Produtivas.

Para que pudesse existir, essa rede de articulação contou com apoio institucional, técnico e financeiro de várias entidades, tais como o Ministério da Integração Nacional (MIN), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – que existiu até 2016 – e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), além de agências de cooperação internacional e outras instituições. Entre os seus objetivos e linhas de ação constavam: a) em termos de articulação: promover o acesso dos empreendimentos a serviços, parcerias e recursos que potencializem os esforços de comercialização dos produtos da sociobiodiversidade; b) em termos de comunicação: gestão de informações e marketing para promover os produtos da sociobiodiversidade junto aos mercados; c) em termos de desenvolvimento de capacidades: aperfeiçoar a capacidade dos empreendimentos na comercialização dos produtos da sociobiodiversidade; e d) em termos de acesso aos mercados: implementar estratégias de comercialização que aumentem o acesso dos empreendimentos e das redes aos mercados.

Contudo, um dos elementos mais instigantes desse processo pró desenvolvimento endógeno foi que ele partiu da cultura e das características geográficas de dois biomas brasileiros e, exatamente por isso, sua Marca Territorial remete ao “gibão de couro”, que é um traje típico e de uso corrente desses biomas pelos trabalhadores rurais das “vaquejadas” (Cunha, 1984, p. 55; Rosa, 1994, p. 56; IPAC, 2013).

Imagem 12: Marca Territorial “Caatinga Cerrado - Comunidades Eco-Produtivas”.



(Fonte: Santos, 2010).

Apesar de tudo, as Marcas Territoriais são especialmente interessantes para promover pequenos territórios rurais onde a Agricultura Familiar e a pequena escala de produção prevalecem. Nesse sentido, essas Marcas servem para dar visibilidade a esses pequenos territórios, valorizando e fortalecendo a autoestima de seus entes e comunidades ao exprimir positivamente as especificidades de sua cultura e geografia, além de democratizar as oportunidades de geração de trabalho aos interessados em empreender, de um modo coletivo, socialmente pactuado e tecnicamente coordenado. Dessa forma, as Marcas Territoriais construídas coletivamente são ainda mais interessantes, pois oferecem a alternativa para os pequenos territórios rurais de fixar seus interesses e planejar coletivamente os respectivos acordos coletivos a serem celebrados, estimulando, assim, a formação de pequenos embriões de Desenvolvimento Territorial Sustentável com identidade cultural (Cerdan, 2009, p. 277) ou de Desenvolvimento Rural com Identidade Cultural (Ranaboldo e Schejtman, 2009).

Embora as Marcas Territoriais não estejam regulamentadas juridicamente (Almeida, 2018, p. 86; Simões, 2010, p. 193), elas podem ser registradas no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) na categoria de Marca Coletiva⁵⁴, ainda que essa categoria tenha menor abrangência territorial e muitas vezes contemple apenas uma cadeia produtiva. Evidentemente, tal lacuna do marco legal brasileiro é um empecilho, pois as Marcas Territoriais representam distintos produtores e produções, variados produtos, serviços e soluções (Simões, 2010; Beduschi Filho e Abramoway, 2004, p. 85), diferindo-se das Marcas Coletivas que se integram a “Sistemas Produtivos Locais” (Pecqueur, 2009, p. 85), “Aranjos Produtivos Locais” (Albagli et al, 2004, p. 25) e/ou apenas a um setor da economia.

No caso das Marcas Territoriais construídas coletivamente, o potencial vai mais longe, pois podem ser elaboradas sem se alinhar à economia capitalista de mercado, visando empoderar pequenas comunidades rurais descapitalizadas e informais, conforme constam em

⁵⁴ Ver <http://manualdemarcas.inpi.gov.br/projects/manual/wiki/02_O_que_%C3%A9_marca>, acessado em março de 2020.

algumas experiências catarinenses que serão relatadas no próximo Capítulo deste trabalho (Simões *et al.*, 2014; Simões *et al.*, 2012; Simões, 2010; Simões *et al.*, 2009). Nesses casos, trata-se de soluções singulares no Brasil e no mundo, equacionadas por intermédio de abordagens interdisciplinar aplicada através do Design (Couto, 2014, p. 85; Frascara, 2008) e transdisciplinar aplicada através do Design (Somerman, 2012), concomitantemente. Assim, mais que um diálogo entre pesquisadores e técnicos oriundos de distintos campos do conhecimento científico (interdisciplinaridade), os “diálogos de saberes” (Leff, 2003, p. 13) entre pesquisadores, técnicos, agricultores familiares e diversos outros atores sociais que dominam o “saber fazer” local (transdisciplinaridade), caracterizam um tipo de soluções que resultou de processos de “pesquisa-ação” (Thiollent, 2005), “pesquisa participante” (Pinheiro *et al.*, 2005, p. 33) ou de “pesquisa participativa” (*idem*), ensejando uma nova “práxis” (Gadotti, 1998; Guillém, 2004, p. 85) que levou em conta a educação popular, dialética e dialógica (Freire, 1999). Soluções dessa ordem requerem envolvimento com a coletividade em questão, reorganização social, articulação entre distintos setores produtivos e intermediação dos atores sociais que vão creditando confiança aos processos e operações planejadas e realizadas, no sentido que Ferrari atribuiu as “Cadeias Alimentares Curtas” (2011, p. 44), sob a inspiração do que Pecqueur (2006) definiu como “Cesta de Bens e Serviços Territoriais” (p. 135), porém com uma perspectiva que envolveu as “Tecnologias Sociais” (Dagnino, 2014; Brandão *et al.*, 2004, p. 15), a “Economia Solidária” (Singer, 2002) ou a “Economia Plural” (Lévesque, 2010, p. 147). Assim, nessas experiências os entes de cada território se aglutinaram em torno do reconhecimento de interesses comuns e dos recursos específicos do território – tanto os antropológicos quanto os geográficos –, plasmar acordos fixados coletivamente e, finalmente, equacionar os desafios que se apresentaram a cada momento e em cada território. Tudo isto estimulou pequenos empreendimentos, aglutinando-os de um modo articulado e coordenado, além de partilhar soluções comuns de Design para produtos, serviços e soluções representadas pelas respectivas Marcas Territoriais. Tais Marcas Territoriais – e as respectivas “Cestas Solidárias de Bens e Serviços Territoriais”⁵⁵ – também foram concebidas coletivamente, através de processos de “Co-criação” (Prahalad & Ramaswamy, 2004, p. 5; Ramaswamy & Ozcan, 2014) e de “Co-Design” (Torres, 2020, p. 79; Sanders & Stappers, 2008, p. 5) que deram expressão às especificidades e singularidades de cada território (Simões *et al.*, 2014, p. 73; Simões *et al.*, 2012, p. 115), sob a inspiração da lente teórica do “Design para a Inovação Social” (Torres, 2020, p. 63; Manzini, 2017; Arruda, 2017; Manzini, 2008).

⁵⁵ A proposição de “Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais” é uma proposição original deste trabalho.

O ápice dessas experiências de construções teórico-práticas – ou a “práxis” (Gadotti, 1998) – de construir coletivamente Marcas Territoriais, Mapas de Identidade Culturais e Cestas Solidárias de Bens e Serviços Territoriais ocorreram no Estado de Santa Catarina entre 2003 e 2016. Três dessas experiências, as quais seguem relatadas como estudos de caso no Capítulo seguinte, decorreram de um longo processo de acúmulo de estudos, investigações, reflexões, experiências e debates ao longo de aproximadamente uma década. Assim, a construção coletiva de Marcas Territoriais superou inúmeros desafios teóricos, técnicos, institucionais, organizacionais e sociais, objetivando ampliar o capital social dos territórios beneficiados, no sentido defendido por Putnam (1995). No entanto, essas produções careciam de maior análise científica. Ou seja: mais que simplesmente criticar a economia capitalista de mercado (Brand e Wissen, 2021; Dowbor, 2020; Stiglitz, 2014), importava traçar alguma alternativa que acolhesse os interesses e as particularidades de pequenos territórios rurais, valorizando as dinâmicas culturais, socioprodutivas e políticas dos atores sociais beneficiados, com a pretensão de exercitar a “autogestão” (Nascimento, 2019; Guilhén, 2004, p. 111) e a “governança democrática” (Dallabrida e Ferminiano, 2003, p. 73). Afinal, as construções coletivas das Marcas foram empreendidas objetivando fortalecer os vínculos da identidade cultural dos entes dos territórios rurais que protagonizou estas experiências e dar maior visibilidade aos mesmos.

Releva considerar, todavia, que tais demandas sempre eram urgentes e desafiadoras, posto que os agricultores familiares que operam com a pequena escala de produção puderam experimentar esse tipo de planejamento e gestão apenas entre os anos de 2004 e 2016. Ainda assim, foi um ciclo virtuoso, muito embora tenha sido interrompido abruptamente na passagem de 2015 para 2016 por um golpe de estado (Brand e Wissen, 2021; Martins Filhos, 2021, p. 71; Schwarcz, 2019, p. 207; Casara, 2018), o qual extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e realocou para outras finalidade o orçamento ministerial de 2016 para programas e projetos dedicados à Agricultura Familiar. Contudo, ainda que desde 2016 a população brasileira esteja submetida ao que o juiz Casara define como “Estado Pós-Democrático” (2018, p. 19) e que Frankenberg categoriza como “Estado de Direito Regressivo” (2018, p. 201), importa relatar, analisar e sistematizar as experiências de construção coletiva de Marcas Territoriais mais significativas, nem que seja apenas pela esperança de que algum dia o Estado Democrático de Direito será efetivamente restaurado no Brasil, momento esse para o qual este trabalho estará disponível.

Em relação à contribuição do Design nestas experiências, enfatizo que as pesquisas, as ações de extensão e as publicações científicas relativas à construção de Marcas Territoriais quase sempre ocorreram através do Departamento de Design (DDE) do Centro de Artes

(CEART) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) em consonância com as diretrizes da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) e do Conselho Internacional de Sociedades de Design Industrial (ICSID). Afinal, conforme declarou Aishemberg, na condição de representante da UNIDO no Brasil, à época,

[...] o primeiro resultado da parceria da UNIDO como o ICSID foi a constituição, em 1973, de uma comissão especial que deu origem a dois documentos. O primeiro tem como origem o ICSID, que, atendendo a demanda da comissão conjunta, entregou o relatório preparado pelo professor Gui Bonsiepe. Nele, busca-se definições e proposições para a adoção de políticas industriais que contemplem o design industrial como ferramenta indispensável nos países em desenvolvimento. Finalmente, em 1975 – a exatos 40 anos – , como o final dos trabalhos dessa comissão especial, o Secretariado da UNIDO publicou o documento intitulado “Basic guidelines for policy of industrial design in developing countries” (Patrocínio, 2015, p. 7 / 8).

Desde então, trabalhos foram elaborados por essa Comissão, entre os quais muitos são relevantes. Patrocínio (2015), pesquisador da Escola Superior de Design Industrial (ESDI / UERJ), entende que

[...] o discurso do design como ferramenta para o desenvolvimento (seja esse econômico, social, ou um ideal de convergência de ambos) se estabelece no contexto do debate sobre políticas nacionais de design. Esse debate, embora esteja se ampliando desde a década de 2000, ainda é bastante restrito no ambiente acadêmico, com raros estudos, publicações e pesquisas sobre o tema (p. 11).

Por outro lado, recorda o pesquisador,

[...] não é novo que o design deve integrar o rol de ferramentas que os governos dispõem para enfrentar os problemas cada vez mais complexos de gestão e políticas públicas. Autores como Gui Bonsiepe, John Heskett, Victor Margolin, Alpay Er, Brigitte Borja de Mozota, entre outros, chamam a atenção para o tema, que surgiu na Academia, inicialmente, na área de História do Design, e depois também na área de Gestão do Design (2015, p. 11).

Assim, prossegue Patrocínio (2015),

[...] a convergência de interesses inclui organismos internacionais como a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), o Fórum Econômico Mundial e a Comissão Europeia, com o apoio de instituições profissionais como o Bureau Europeu de Associações de Design (BEDA) e o Conselho Internacional de Sociedades de Design Industrial (ICSID). Conferências, novos estudos e documentos encomendados por órgãos de governo têm sido gerados em constante progressão a cada ano que passa. Hoje, não se fala mais apenas em políticas de design, mas também em design para a política - reconhecendo a importância de ferramentas do design para a construção de entendimento e de maior clareza na formulação de políticas públicas. Para citar apenas um documento que ganhou destaque nos últimos anos, “Design for growth and prosperity” (Design para o crescimento e a prosperidade), foi editado pela Comissão Europeia em 2012 como um relatório do Conselho Europeu de Lideranças de Design. Nele, há diversas recomendações aos países-membro, agrupando de forma interconectada os sistemas de inovação, educacionais e de pesquisa, empresas e setor público, com diversas diretrizes que visam promover o desenvolvimento da economia por meio do design (p. 10 - 11).

Margolin, um prestigiado pesquisador do Design da Universidade de Illinois / EUA, contribuiu no esforço de resgate histórico de Patrocínio (2015) ao traçar uma linha do tempo que contextualiza os resultados da parceria da UNIDO com diversas entidades da comunidade internacional do Design. Para ele,

[...] com o colapso da União Soviética e do Pacto de Varsóvia em 1989, esta ordem tripartida perdeu seu significado ideológico, assim como o termo “Terceiro Mundo”, o qual, infelizmente, designou a muitos países uma condição de pobreza e desespero que não permitia reconhecer suficientemente o potencial deles para o desenvolvimento. Nesse ínterim, algumas nações anteriormente agrupadas na categoria de Terceiro Mundo alcançaram níveis suficientemente elevados de crescimento econômico para que alcançassem a designação de países recém-industrializados. / Apesar dessas mudanças políticas e econômicas de nomenclatura entre as nações, o desenvolvimento manteve-se focado principalmente no avanço econômico, mas, em razão do contexto ideológico que o definiu nos anos do pós-guerra, obedecia aos modelos previstos pelos países mais industrializados. Como parte desse processo, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial forneceram enormes empréstimos a países menos desenvolvidos para projetos essenciais de infraestrutura, como barragens, rodovias e grandes empreendimentos industriais. Para complementar esses empreendimentos, organismos nacionais e internacionais de ajuda bilateral introduziram projetos ligados à agricultura, à saúde e, eventualmente, à manufatura de pequena escala (Patrocínio, 2015, p. 13).

No entanto, Margolin sustenta que essa dinâmica internacional causou atraso aos países do Terceiro Mundo e aos países em vias de industrialização. Para ele,

[...] uma mudança no paradigma do desenvolvimento começou a tomar forma na década de 1980, quando uma série de comissões internacionais, tanto de dentro como fora das Nações Unidas, ampliou a definição de desenvolvimento para nela incluir a capacidade de criar bem-estar humano, e não apenas uma infraestrutura econômica. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) adotou a ideia de “desenvolvimento humano”, que abrange as questões de cultura, igualdade social, saúde, nutrição, educação, entre outras. / O destaque aos fatores culturais do desenvolvimento ganhou ainda mais proeminência em 1995, quando a Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, grupo que havia sido estabelecido pela UNESCO, criou seu próprio relatório sobre o tema “Our creative diversity”. Nele, afirmou que o objetivo final do desenvolvimento é o bem-estar físico, mental e social de todo ser humano. / Essa Comissão estava preocupada com a preservação das culturas locais, bem como a garantia dos direitos das crianças, jovens e mulheres. Entre os temas discutidos pelos membros estavam também o patrimônio cultural, a manutenção da pluralidade das culturas e a ética global (Patrocínio, 2015, p. 14).

Entretanto, conclui Margolin,

[...] apesar das definições abrangentes de desenvolvimento que as comissões das Nações Unidas abraçaram, seus altos ideais ainda não conseguiram constituir o núcleo do processo de desenvolvimento. / Em vez disso, o desenvolvimento ainda é impulsionado mais agressivamente pelo Consenso de Washington, um conjunto de políticas originalmente concebido em 1989, com o objetivo de promover o crescimento econômico na América Latina, e que se tornou a base de ideias neoliberais que promoveram as práticas de livre mercado, a privatização das empresas públicas e as maiores oportunidades para empresas multinacionais nas economias dos países em desenvolvimento. / [...] Em oposição às políticas neoliberais que continuam a dominar a economia do desenvolvimento, as Nações Unidas estabeleceram os Objetivos do Milênio (ODM), resultantes de uma reunião de 147 chefes de Estado em Nova Iorque, em setembro de 2000. / [...] Todavia, no início de 2015 apenas três dos seus objetivos haviam sido alcançados, e ainda restava muito trabalho a ser feito para o cumprimento dos outros (Patrocínio, 2015, p. 16).

Por decorrência desses compromissos internacionais, pesquisadores de diversos países aceitaram o desafio de repensar o Design, tanto em relação ao seu significado quanto ao modo de praticá-lo. Isto suscitou decisões consensuadas em fóruns internacionais de Design, por iniciativa do ICSID e outras entidades de relevância internacional. O Congresso Mundial de Design organizado e realizado pelo ICSID em 1997 (Manu, 1995), em Toronto, por exemplo, deu início a um amplo processo de debates que resultou numa redefinição do Design, de onde veio a emergir a concepção do “Design para a Sustentabilidade” (Manzini e Vezzoli, 2002). Muitas pesquisas, estudos e experiências foram realizadas a partir deste novo paradigma,

atraindo pesquisadores do Design para este novo campo teórico e de práticas, inclusive no Brasil. Assim, foram testadas experiências em que empresas deixaram de ser as únicas beneficiárias dos projetos de Design, permitindo que as comunidades beneficiadas fossem envolvidas no estabelecimento dos objetivos e nos processos de cada projeto (Manzini, 2008).

Mais tarde o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT / EUA) publicou uma obra ousada, já em 2015, afirmando que desde a virada do milênio uma série de iniciativas e projetos tiveram curso, onde um tipo de “design difuso” combinado com o “design especializado” foi testado. Até então, projetos de Design eram atribuição de profissionais (Manzini, 2017). Um pouco depois, essa obra foi traduzida e publicada no Brasil, com o título “Design: quando todos fazem design: uma introdução ao design para a inovação social” (Manzini, 2017). Experiências teórico-práticas foram relatadas na obra, empreendidas em diversos países, envolvendo doutorandos orientados por esse autor no âmbito do Instituto Politécnico de Milão / Itália. Algumas universidades brasileiras se tornaram parceiras dessas experiências, tais como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) (Franzato, 2017, p. 99).

Nesse sentido, uma das proposições mais arrojadas da obra de Manzini (2017) é a tentativa de aperfeiçoar o paradigma do “Design para a Sustentabilidade” (Manzini e Vezzoli, 2002; Manu, 1995) de forma prática, através de uma série de experiências em comunidades rurais. Para essas experiências práticas o autor formulou o conceito de “Design para a inovação social” (2017). Segundo ele,

No século XXI, a inovação social estará entrelaçada ao design não só como estímulo, mas também como objetivo. Isto é, a inovação social estimulará o design tanto quanto a inovação técnica o fez no século XX e, ao mesmo tempo, será uma proporção cada vez maior de atividades de design que buscará alcançar. Na realidade, o design tem todas as potencialidades para desempenhar um importante papel no desencadeamento e no suporte à mudança social e, portanto, tornar-se “design para inovação social”. Hoje estamos no início dessa jornada e ainda precisamos de uma maior compreensão das possibilidades, dos limites e das implicações dessa modalidade de design emergente, mas o que já ficou claro é que o design para a inovação social não é uma nova disciplina: é simplesmente uma das maneiras pelas quais o design contemporâneo está se manifestando. Consequentemente, o que requer não é tanto um conjunto específico de habilidades e métodos, mas, sim, uma nova cultura, uma nova maneira de olhar para o mundo e para o que o design pode fazer com ele e para as pessoas que nele vivem (p. 69).

Manzini (2017) prossegue, esclarecendo que

O design para a inovação social (daqui em diante, esta expressão será usada no sentido de inovação social para a sustentabilidade) não é um novo tipo de design: é uma das maneiras nas quais o design contemporâneo já funciona. / Trata-se, portanto, de uma constelação de atividades, cada uma caracterizada por um sentido diferente desses dois termos [design difuso e design especializado]. / [...] A ampla gama de possibilidades que emerge tem, entretanto, um traço comum: todas são contribuições para o diálogo social sobre o que fazer e como fazê-lo. / [...] Esse diálogo é social, para todos os efeitos, é uma atividade de Co-design: um processo dinâmico no qual os participantes intervêm, trazendo seu próprio conhecimento particular e sua própria capacidade de design. Entre eles também há obviamente especialistas em design que expressam as suas habilidades e competências no design para a inovação social. / [...] Assim, podemos dizer que o design para a inovação social é a contribuição do design especializado para um processo de Co-Design voltado à mudança social (p. 77).

Conforme se constata, uma outra obra demonstra que esse pesquisador já estava lapidando o conceito de “Design para a Inovação Social” (Manzini, 2008). No entanto, foi com a publicação de sua obra em 2015 – através do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT / EUA) – que Manzini divulgou o conceito e expôs casos aplicados de “Design para Inovação Social” (Manzini, 2017). Entretanto, releva considerar que existem outros pesquisadores que também vem testando experiências em que o “design difuso” e o “design especializado” se entrelaçam. O pesquisador Ignacio Urbina Polo, por exemplo, que atua como professor de Design do Pratt Institute de Nova Iorque / USA⁵⁶ – divulgou experiências de Design com essa sintonia, através de matéria intitulada “Sea Chair: fabricada con desechos del mar y construida con pescadores”. A saber:

La Sea Chair es un proyecto realizado por SWINE (Super Wide Interdisciplinary New Explorers), de la arquitecta japonesa Azusa Murakami y el artista británico Alexander Groves, y en colaboración con el diseñador y maker británico Kieren Jones. La Sea Chair es un taburete de tres patas rústico y sencillo fabricado junto a con pescadores locales. Se hizo con moldes y herramientas básicas, que permitieron su producción en el mar, abordando de la embarcación. Cada pieza está marcada con el registro de las coordenadas geográficas donde se realizó, además del número de producción. La Sea Chair fue lanzada en la Feria del Mueble de Milán de 2012. / La gente de SWINE sorprendió al público del Salone del Mobile Milano de 2017 con el trabajo New Spring, una instalación interactiva y una experiencia multisensorial dentro de un cine en desuso desde 1930, en Milán. Inspirada en el fenómeno de los cerezos japoneses en flor (cherry blossom), una estructura con forma

56 Ver </www.pratt.edu/faculty_and_staff/bio/?id=iurbina2>, acessado em março de 2018..

de árbol producía flores de humo. / Una vez más la silla aparece como una aplicación de una experiencia de comunicación. Aunque el trabajo de diseño que hacemos está un poco más alienado con la producción y el encargo, el camino del diseño como declaración (statement) es una alternativa para gran cantidad de diseñadores. Una opción que aparece con fuerza en los ambientes académicos, pero es también una práctica profesional muy común.⁵⁷

Assim, após revisar o tema e a teoria relativa ao binômio Agricultura Familiar de pequena escala de produção e ao Desenvolvimento Territorial Sustentável – além de discorrer pelo Design para a Inovação Social –, cabe destacar que uma série de pesquisadores e profissionais do Design se dedicam a esse campo de conhecimentos, ainda que tenham sido precedidos por pesquisadores e profissionais de outros campos do conhecimento (Patrocínio, 2015, p. 11). Mas, enfim, o Capítulo I percorreu sobre esses corpos de conhecimentos buscando caracterizar o estágio em que pequenos territórios rurais se encontram em termos de estado-da-arte, apontando que o Desenvolvimento Territorial Sustentável e o Design para Inovação Social são correntes de pensamento teórico-prático que tem algo a oferecer para os territórios com características rurais, para fortalecer os agricultores familiares de pequena escala de produção e suas comunidades.

57 Ver <www.di-conexiones.com/sea-chair-fabricada-con-desechos-del-mar-y-construida-con-pescadores/>, acessado em março de 2020. Os grifos em negrito são do autor.

CAPÍTULO II

ESTUDOS DE CASO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA DE MARCAS TERRITORIAIS EM SANTA CATARINA

*Se é verdade que o gênero humano,
cuja dialógica cérebro / mente não está encerrada,
possui em si mesmo recursos criativos inesgotáveis,
pode-se então vislumbrar para o 3º milênio
a possibilidade de nova criação cujos germes e embriões
foram trazidos pelo século XX: a cidadania terrestre.
E a educação, que é ao mesmo tempo transmissão
do antigo e abertura da mente para receber o novo,
encontram-se no cerne dessa nova missão.*

Edgar Morin

*A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro,
os caminhos que unem esses pontos,
são igualmente elementos que condicionam
a atividade dos homens e comandam a prática social.*

Milton Santos

Este Capítulo reúne dados que caracterizam os territórios e as territorialidades de três estudos de casos que protagonizaram construções coletivas de Marcas Territoriais, Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais e Mapa de Identidades Culturais no Estado de Santa Catarina, entre os anos de 2005 e 2014. O primeiro desses casos é o da Marca Territorial “São Bonifácio”, o segundo é o da Marca Territorial “Arte Imbé” e o último é o caso da Marca Territorial “Costa Catarina”. Todos foram elaborados com o objetivo de fortalecer os agricultores familiares que operam na pequena escala de produção e dar maior visibilidades às respectivas territorialidades, comunidades e territórios. Os três estudos de caso situam-se em áreas geográficas compreendidas entre as Encostas das Serras e a zona costeira do Estado de Santa Catarina. Assim, o relato de cada um dos três estudos de caso apresenta a caracterização do território, com as peculiaridades da geografia, das territorialidades e de seus aspectos socioeconômicos. Neste sentido, cada estudo de caso contribuiu para formar um painel de dados que possibilitam compreender a formação do território, a sua identidade cultural e territorialidades e o percurso de seu desenvolvimento, a partir de um roteiro comum a todos que

procurando acatar os seguintes aspectos no esforço de sistematizá-los: 1. Caracterização geográfica do território; 2. Formação e identidade cultural do território; 3. O processo de desenvolvimento do território; 4. O processo de construção coletiva da Marca Territorial; e 5. Ponderações sobre o caso.

Estudo de Caso 1: A construção coletiva da Marca Territorial “São Bonifácio”

A vida só é possível reinventada.

Cecília Meireles

Este caso ocorreu entre 2005 e 2006 e corresponde a uma das primeiras tentativas de construção coletiva de uma Marca Coletiva com abrangência territorial, que trato neste trabalho como “Marca Territorial”. Tal Marca foi construída por diversos coletivos locais, sendo a maior parte deles compostos de agricultores familiares com acentuada identidade cultural teuto-brasileira. Antes desta experiência, já haviam sido feitas Marcas Coletivas de um modo convencional, assim como havia uma experiência de construção coletiva de um símbolo para uma greve de universidade pública estadual, em um de seus *campi*, em Florianópolis. Para tanto, esse símbolo devia exprimir visualmente a luta de professores, técnicos administrativos e estudantes grevistas. Posteriormente, já com a greve encerrada, o símbolo foi utilizado na Marca Coletiva da Associação de Professores da UDESC (APRUDESC), bem como foi apropriado o conhecimento que a gerou como referência para construção coletiva em outras experiências socialmente inovadoras para beneficiar uma pequena comunidade de agricultores familiares situada numa das localidades da Encosta da Serra do Tabuleiro no Estado de Santa Catarina, a qual tem uma pronunciada identidade cultural teuto-brasileira, tal como segue relatado.

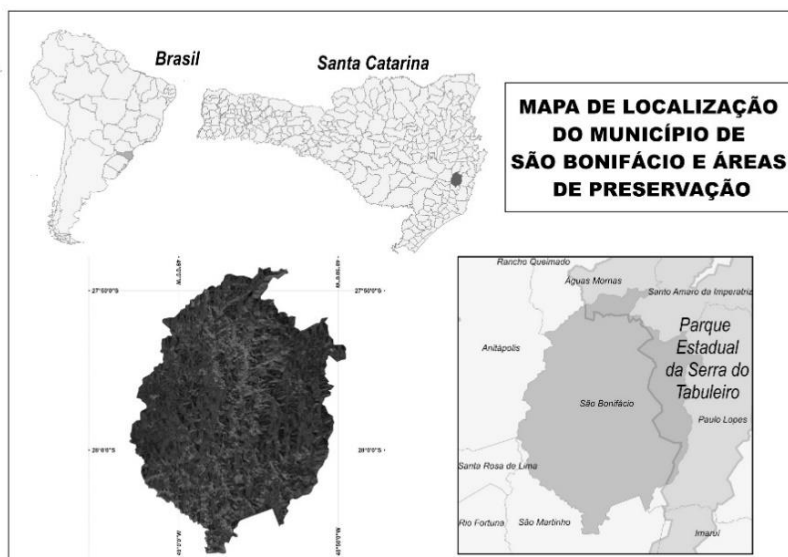
2.1.1. Caracterização geográfica do território

De acordo com o “Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável de São Bonifácio / 2005 - 2008” (EPAGRI, 2005), entre as “formas” (Santos, 1985, p. 50) do município de São Bonifácio figuram: a) Hidrografia do Rio Capivari e seus afluentes, como Rio Sete, Paulo, Theiss, Moll, Poncho, Engano, Atafona I, Atafona II, Bloemer, Broecker, Ferro e outros; b) Biodiversidade da Mata Atlântica com intervalos de Mata de Araucária impactada, onde ainda existem ipês, baquaris, caxetas, paus-mandioca, vassourões, canelas, perobas, guaraparis, xaxins, bromélias e palmitos, entre outras; c) Espécies animais, como antas, pumas (ou “leões

baios”), cutias, gralhas-azuis, papa-bananas, tatus, capivaras, abelhas e mandaiaias (“uma das espécies de abelhas nativas”), dentre outras; d) Clima subtropical úmido com precipitação média anual de 2.200 mm, com predominância do vento sul; e e) Temperaturas de verão variando de 23 a 30°C e ocorrência de geadas no inverno.

O município de São Bonifácio também se destaca por 55% de sua área integrar o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, entre 2006 e 2007, quando sua Marca Territorial foi elaborada. À época, a Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA) entendia que esta era “[...] a maior área de conservação no Estado. Ela ocupa aproximadamente 1% do território de Santa Catarina [...] e abrange os seguintes municípios: Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio, Imaruí, Garopaba e Paulo Lopes”⁵⁸.

Imagem 13: Mapa de localização do município de São Bonifácio.



Mapa elaborado por: Glauco Ladik Antunes, 2020.

Com 3.218 habitantes distribuídos em aproximadamente 935 famílias, tal como o órgão de pesquisa agropecuária e extensão rural do estado de Santa Catarina indicava em 2005 (EPAGRI, 2005), o município de São Bonifácio contabilizava 2.300 indivíduos residentes em áreas externas à sede do município, bem como possuía uma pronunciada identidade cultural herdada de imigrantes da Região da Westfália (Dirksen, 1995, p. 23) e a “multifuncionalidade” característica da Agricultura Familiar (Cazella *et al.*, 2009, p. 47). De acordo com a plataforma

⁵⁸ Ver <www.fatma.sc.gov.br>, acessado em maio de 2010.

digital “IBGE Cidades”⁵⁹, o município de São Bonifácio apresenta os seguintes dados geográficos, sociais e econômicos:

Tabela 1: Panorama do município de São Bonifácio

Área da unidade territorial (em 2018)	458,486 km ²
Bioma	Mata Atlântica
População Estimada (em 2019)	2.838 hab.
População (Censo de 2010)	3.008 hab.
População urbana (Censo de 2010)	685 hab.
População rural (Censo de 2010)	2.323 hab.
População masculina (Censo de 2010)	1.551 hab.
População feminina (Censo de 2010)	1.457 hab.
Densidade demográfica (Censo de 2010)	6,53 hab. / km ²
Salário médio mensal dos trabalhadores formais (em 2017)	1,9 salário mínimo
Pessoal ocupado (em 2017)	538 pessoas
População ocupada (em 2017)	18,6 %
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo (Censo de 2010)	27,6 %
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (Censo de 2010)	98,9 %
PIB per capita (em 2017)	R\$ 21.318,10
Percentual das receitas oriundas de fontes externas (em 2015)	92,9 %
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM (Censo de 2010)	0,731

Fonte: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-bonifacio/panorama>>, acessado em maio de 2020.

Além disso, a sede do município tem poucas ruas, a paisagem do município é bastante arborizada e o território possui vários rios e muitas cachoeiras (Farias *et al.*, 2019, p. 45).

Imagem 14: Sede do município de São Bonifácio.



(Foto: Esdras Pio Antunes da Luz, 2008).

⁵⁹ Ver <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-bonifacio/panorama>>, acessado em maio de 2020.

Imagem 15: Paisagem recorrente do município.



(Foto: Esdras Pio Antunes da Luz, 2008).

A demografia e a economia de São Bonifácio parecem se enquadrar na percepção de Veiga (2003), na qual

[...] a grande maioria dos municípios brasileiros têm essas características. Basta dizer que em 70% deles as densidades demográficas são inferiores a 40 hab./km², enquanto o parâmetro da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) para que uma localidade seja considerada urbana é de 150 hab./km². Por esse critério, apenas 411 dos 5.507 municípios brasileiros existentes seriam considerados urbanos (p. 65).

No entanto, mais que um município com baixa densidade populacional, São Bonifácio possui características particulares, provenientes da interação cultural dos imigrantes que ocuparam o território e a respectiva paisagem.

2.1.2. Formação e identidade cultural do território São Bonifácio

A origem de São Bonifácio foi profundamente marcada pela vinda de imigrantes da Westfália em torno de 1864 (Schaden, 1940, p. 09), situada na Região Noroeste do que atualmente configura a Alemanha⁶⁰. Esses imigrantes fugiram da Europa, pois no

[...] século XIX aconteceram na Europa muitas guerras e revoluções. Primeiro foram as napoleônicas, com todas as suas consequências, que duravam dezenas de anos. [...] Depois aconteceram as revoluções. A Revolução de 1848 provocou um clima de instabilidade e insegurança. [...] Em 1870 estourou a guerra franco-prussiana (Dirksen, 1995, p. 19).

Os fatos decorrentes da Revolução Industrial também respondem por esse processo migratório, já que

⁶⁰ Disponível em <www.nrw.de/Nordrhein-Westfalen/index.php>, acessado em maio de 2010.

[...] era comum famílias ou mesmo levadas de famílias vizinhas da mesma comuna abandonarem suas propriedades fugindo da perseguição das autoridades fiscais e policiais, para embarcarem em portos dos Países Baixos (Holanda) à procura de uma nova existência na América. A legislação vigente proibia a emigração e, caso alguém partisse, perdia o direito de cidadania, isto é, deixava de ser alemão. / Os meeiros e rendeiros, por sua vez, pagavam caro pelo uso da terra. Os artesãos não tinham condições de concorrer com os produtos manufaturados das indústrias (Dirksen, 1995, p. 19 / 20).

Mas, também havia outros agravantes.

Durante o século XIX, a Alemanha foi um dos grandes países de emigração da Europa, devido ao processo de unificação nacional e de industrialização. As ondas anteriores a 1870 foram fruto da ausência de desenvolvimento. Emigravam filhos de camponeses, cujas propriedades tinham atingido a condição de minifúndio e não poderiam mais ser divididas; e artesãos, incapazes de encontrar ocupação nos estreitos mercados locais [...]. Com o desenvolvimento da grande indústria no último quartel do século, o novo modo de produção fez surgir um excedente populacional diferente: artesãos e trabalhadores da indústria doméstica arruinados pela concorrência das grandes fábricas, proletários lançados ao desemprego pelas crises da conjuntura, camponeses tornados redundantes pela revolução agrícola paralela. Na Itália ocorreu idêntico processo (Raud, 1999, p. 93).

O imigrante westfaliano deixou a Europa “[...] em navio à vela e levava em torno de 60 dias do porto de embarque, na Holanda ou Alemanha, até Florianópolis. [...] No Rio de Janeiro era feita a notificação de chegada e baldeava-se do ‘transatlântico’ para um navio costeiro brasileiro que levava o imigrante até Desterro” (Dirksen, 1995, p. 27). Já em Florianópolis – que então se chamava Nossa Senhora do Desterro –, o imigrante era instalado na Colônia Teresópolis, fundada em 1859 (p. 37) e distante “[...] 48 km da capital, sobre a estrada de Lages” (*idem*).

Entre as fontes bibliográficas acessadas sobre este tema, a que melhor descreve a região de origem, o povo e o imigrante da Westfália é Dirksen (1995).

A região da Westfália era controlada pelo bispado de Münster e, como tal, permaneceu católica. A religião não era para os alemães, tanto católicos quanto luteranos, um verniz de superfície exterior, mas um conjunto de convicções de fé profunda baseada num sólido conhecimento da doutrina e numa prática assídua dos deveres religiosos. / Uma das regiões características da Alemanha é a Westfália, que se localiza no noroeste da Alemanha e faz fronteira com a Holanda. É uma terra completamente plana e uniforme. Um ditado regional diz que, quando alguém espera uma visita, já pode ver as pessoas chegando a três dias de distância. O dialeto falado é o *Westfälisch Platt Deutsch*. A capital [...] [no século XIX era] a cidade de

Münster. Por isso, os imigrantes falavam em *Münsterland* quando se referiam à terra natal. / Os westfalianos são conhecidos como pessoas de poucas palavras, perseverantes, amantes da liberdade, conservadores, e singular é sua vocação para o humor e a sátira. Além disso, são considerados enérgicos e consequentes (p. 23 / 24).

O autor prossegue, complementando que à

[...] época da imigração, a principal atividade econômica era a criação de gado e agricultura. Se não havia montanhas naturais, então se produzia o *Butterberg*, ou “morro de manteiga”, título atribuído àquela região por causa da grande produção de leite e seu derivado principal, a manteiga. Entre as festas tradicionais da região destacam-se: *Schutzenfest*, a Festa dos Atiradores, celebrada em quase todas as cidades; e a *Stopfelfest*, a Festa do Restolho, celebrada na cidade de Vechta após a colheita do trigo, no mês de agosto. Não havia na região de Munsterland grandes centros urbanos. O que caracterizava a região era os inúmeros *Dorf*, ou pequenos povoados ou aldeias. Por volta de 1860, quando aconteceu o grande êxodo para o Brasil, ainda existia na Westfália muitos *Bauern*, fazendeiros, e também alguns *Adlingen*, nobres, com muitos agregados, rendeiros e meeiros. Havia também pequenos proprietários, que direta ou indiretamente dependiam dos *Bauern* e *Adlingen*. / Sendo uma região situada bem ao norte da Europa, o inverno era longo e rigoroso. Por causa do frio, o espaço da casa era dividido entre pessoas e animais, onde, na parte destinada às pessoas, o fogão ficava no centro para aquecer todo ambiente. Também as vestimentas e os agasalhos eram apropriados a esse clima, tal como o lenço branco na cabeça das senhoras, ou *Holzschue*, os tamancos de madeira e as botas (p. 24 / 25).

Esses traços permanecem na cultura dos westfalianos que vieram à Colônia de Teresópolis e foi com eles que constituíram o cotidiano no “novo mundo”.

A Colônia de Teresópolis

Os atuais municípios de São Bonifácio e Águas Mornas “[...] formavam a ‘Colônia de Teresópolis’, fundada em 1860 por 41 famílias [...]. Logo as terras da zona central da colônia estavam ocupadas, tornando necessário procurar outras áreas para instalação de novas famílias [...]” (Alarcon, 2007, p. 41). Depois de chegar na Colônia, o imigrante trabalhou duro até formar sua pequena propriedade, enfrentando a floresta praticamente intocada com ferramentas manuais. Contudo, eles sentiram a necessidade de ir mais longe. Assim, em “[...] Teresópolis [...] existia uma grande barraca, onde se abrigavam os imigrantes. Em atenção a esse edifício, aliás, a Vila de Teresópolis era até a pouco conhecida como ‘Die Brack’” (Schaden, 1940, p. 09). Nesse momento inicial da ocupação, “[...] as mulheres e crianças ficavam nessa barraca, e os homens partiam com os filhos crescidos à procura de um terreno apropriado, onde

levantavam o primeiro rancho que, embora extremamente primitivo, satisfazia as necessidades do momento” (*idem*).

Evidentemente, os “[...] primeiros colonos que se instalaram nas margens do rio Capivari eram camponeses que trabalhavam em regime familiar” (Alarcon, 2007, p. 42). Schaden afirma que, quando tais colonos “[...] localizavam terras boas, faziam uma roçada, erguiam um rancho na clareira e buscavam os familiares para começar a nova vida” (*idem*).

A identidade cultural de São Bonifácio

Uma primeira aproximação em relação à questão identitária de São Bonifácio pode sugerir que se trata de uma cultura alemã. De fato, a ideia é sedutora, mas “alemães” eram todos os imigrantes que falavam o idioma alemão entre aqueles que vieram para o Brasil numa época anterior à unificação da Alemanha, em 1871 (Dirksen, 1995, p. 19). Assim, entre os imigrantes “alemães” havia suíços, holandeses, poloneses, austríacos e outros, configurando um painel cultural germânico diversificado.

Antropólogos e historiadores se empenham na elaboração de uma definição mais adequada para o caso, entre os quais Seiferth (2004, p. 152) apresenta um debate que envolve dois conceitos: o primeiro se refere à noção de “cultura híbrida” e, o outro, à noção de “cultura teuto-brasileira”. Ambos remetem a “[...] uma concepção de identidade fundada na diferença cultural característica de sistemas interétnicos” (*idem*). Voigt (2008), que também trabalhou nessa questão, defende que “[...] ‘Teuto-brasileiro’ é a designação genérica que se atribui aos grupos de descendentes dos imigrantes alemães que colonizaram, a partir do século XIX, os espaços destinados pelo Governo brasileiro ou por empresários particulares para ocupação sistemática, sobretudo nos estados do Sul” (p. 75).

De fato, essa discussão ainda demanda a atenção de especialistas, embora se possa considerar que São Bonifácio não é um território alemão, sendo mais sensato arriscar que se trata de um território de indivíduos brasileiros com uma identidade cultural interétnica teuto-brasileira, de onde se destacam especificidades da cultura da Westfália do século XIX e da cultura colonial do estado de Santa Catarina ainda em formação.

Os sinais distintivos e patrimoniais dessa identidade cultural são facilmente percebidos ainda hoje no espaço e no cotidiano de São Bonifácio, tais como as placas de ruas na sede do município com nomes próprios em alemão e as casas históricas construídas com tijolinhos e madeira em estilo enxaimel (Sievert, 2019, p. 363).

Imagem 16: Uma das placas de rua da sede de São Bonifácio.



(Foto: Esdras Pio Antunes da Luz, 2008).

Imagem 17: Casa histórica de São Bonifácio.



(Foto: Esdras Pio Antunes da Luz, 2008).

Imagem 18: Desfile de trajes típicos da Westfália na VIII Festa do Pão de Milho de São Bonifácio.



(Foto: Magaly Carvalho, 2008).

Imagem 19: Dona Ema, agricultora familiar agroecológica e oleira artesanal com ascendência nos imigrantes da Westfália.



(Foto: Esdras Pio Antunes da Luz, 2008).

Com tal identidade cultural, paisagem e uma pequena infraestrutura, o território de São Bonifácio ergueu sua história, com três ciclos de desenvolvimento.

2.1.3. O processo de desenvolvimento do território

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável de São Bonifácio / 2005 - 2008 (EPAGRI, 2005), entre 2005 e 2008 existiam os seguintes fluxos (Santos, 1994) no território: a) Rede pública de educação com uma escola estadual, seis escolas municipais, um pré-escolar e um supletivo; b) Hospital público; c) Rede de saneamento com cobertura apenas no “perímetro urbano”; d) Sistema de coleta seletiva de lixo com cobertura para todo o município; e) Biblioteca municipal; f) Museu Professor Francisco Schaden; g) Casa do Produto Colonial; h) Igrejas católica e Luterana; i) Instituições dos governos municipal e estadual; j) Delegacia de Polícia; l) Agência da Caixa; m) Agência do Banco do Brasil; n) Agência da CRESOL⁶¹; o) Sindicato de trabalhadores; p) Sindicato dos produtores; q) 2 usinas hidroelétricas (cooperativas); r) Agência da OI / Brasiltelecom; s) Agência dos Correios; t) Estádio de futebol; e u) Centro Social de múltiplos usos.

Sabe-se, também, que a arrecadação do município em 2005 foi de R\$ 3.163.805,31 (EPAGRI, 2005). Além disso, em termos de infraestrutura rodoviária, São Bonifácio possuía – à época – ligação asfáltica da sede do município até a Rodovia SC - 282 (Florianópolis - Lages), a qual foi concluída em meados de 2004.

Com tais fluxos, São Bonifácio se desenvolveu com três ciclos de desenvolvimento distintos, conforme seguem sistematizados.

⁶¹ Cooperativa dedicada à Agricultura Familiar, que oferecia crédito com custo financeiro menor que o da rede bancária convencional.

O primeiro ciclo de desenvolvimento: formação de propriedade e subsistência

Este ciclo foi marcado pela chegada dos imigrantes em 1863, e corresponde ao momento de formação das primeiras propriedades e a subsequente luta pela sobrevivência das famílias aí implicadas. A produção possível era dirigida à subsistência das famílias, com algum excedente destinado ao escambo. Foi um período longo, de modo que a comercialização de bens agrícolas só iniciou em 1950, com destaque para o produto “porco-banha” (Buss, 2006), ou banha de porco⁶². Após essa fase longa inicial, o comércio foi assumido pela família “Roesner”, que dispunha de quatro armazéns bem localizados, situados nas comunidades de Rio Sete, de Santo Antonio, de Santa Maria e da sede de São Bonifácio. Nesse período, São Bonifácio deixa de ser uma Vila e passa a ser um Distrito do município de Palhoça, quando esses armazéns regulavam o comércio local, a aquisição da produção local e de produtos que vinham de outras localidades (Buss, 2006).

O setor madeireiro era uma atividade secundária no período e servia de alternativa para geração de renda. Todavia, as condições exuberantes da floresta nativa aliada à demanda da construção civil dos municípios de Florianópolis e de Tubarão estimularam a implantação de várias madeireiras, bem como a venda de “volume de mato” dos colonos. Com a crise da produção de “porco-banha”, provocada pelo surgimento do óleo de soja, o extrativismo da floresta resultou num reduto de dominação política, econômica e social dos “Roesner” (Buss, 2006).

Enfim, as atividades da Agricultura Familiar Colonial eram marginais, embora o cultivo de hortifrutigranjeiros fosse diversificado e o fumo proporcionasse uma alternativa de geração de renda às famílias com maior número de integrantes. Por outro lado, os cereais serviam ao consumo familiar, com destaque para o milho, onde um pequeno excedente era vendido à bovinocultura colonial de corte e de leite ou à avicultura colonial (Simões e Carvalho, 2008, p. 1).

O segundo ciclo: produção tecnificada

A produção de fumo de São Bonifácio iniciou em 1955 e o seu ápice ocorreu na segunda metade dos anos de 1970. Relatos de produtores indicam que a atividade interessou aos colonos pelo aumento de produtividade proporcionada com novas técnicas e pela assistência técnica. Por essa via, o modo integrado e moderno de produção estreitou as relações dos colonos com a agroindústria. Assim, em 1976, a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado

⁶² Segundo relatos colhidos entre os moradores mais antigos de São Bonifácio, trata-se da banha de porco usada no preparo normal dos alimentos, a qual foi muito utilizada até surgirem os óleos de cozinha industrializados.

de Santa Catarina (ACARESC)⁶³ se instalou no local, determinando, com as fumageiras, a mudança do modo tradicional de produção. Tais serviços de extensão rural, assistência técnica pública e privada e a disponibilidade de crédito resultaram em mudanças significativas do colonato (Carvalho, 2008).

A assistência técnica e extensão rural pública dos anos de 1970 e 1980 estabeleceram novas modalidades de organização dos agricultores, entre as quais é devido registrar a fundação da Comissão Municipal de Produtores (CMP), responsável pelo Grupo de Jovens “4S” e a respectiva formação de lideranças de jovens agricultores familiares na época. Mais à frente, a CMP foi remodelada e passou a ser o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), que estruturou unidades demonstrativas com a aquisição de equipamentos e insumos. Ainda assim, na metade dos anos de 1970 ocorreu um declínio das atividades das madeiras, por pressão da nova legislação ambiental, e a produção de fumo diminuiu a partir de 1975 (Simões e Carvalho, 2008, p. 4).

De todo modo, entre os anos de 1980 e 1990 tiveram curso uma série de acontecimentos que transformou os colonos em agricultores familiares, ao apostarem no aperfeiçoamento das atividades agrícolas como alternativa econômica, estimulados pela extensão técnica estadual. A perspectiva naquele momento era a comercialização de produtos através da criação de uma cooperativa de agricultores, que venderia sua produção de leite à Usina de Beneficiamento Dovale, no município vizinho, Palhoça. Contudo, a iniciativa ficou inviabilizada em razão de problemas de logística e os altos custos de produção. No entanto, ao final dos anos de 1980 os agricultores familiares fizeram outra tentativa coletiva, novamente animada pela extensão rural estadual. Dessa vez, chegaram a construir um laticínio comunitário que não teve êxito, mas deu origem à uma empresa privada atuante até hoje: o Laticínio Doerner (Carvalho, 2008).

Nessa fase do segundo ciclo de desenvolvimento a representação dos agricultores familiares junto ao poder municipal se dava por intermédio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) que ficou responsável pela elaboração do “Plano Municipal

⁶³ Segundo o portal eletrônico do Governo do Estado de Santa Catarina, “[...] em 29 de fevereiro de 1956 foi fundado [...] o Escritório Técnico Rural (ETA), que deu origem à extensão rural e pesqueira no estado. [...] Como o ETA tinha vigência por apenas quatro anos, era preciso criar uma instituição que prosseguisse com os serviços de extensão rural implantados. Para tal finalidade, foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC). A pesquisa agropecuária teve início em Santa Catarina em 29 de outubro de 1975, com a fundação da Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (EMPASC). Em 1991, a fusão da ACARESC, EMPASC e outras instituições deu origem à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), que reuniu pesquisa e extensão rural num único órgão”. Para saber mais, ver <www.sc.gov.br/index.php/noticias/temas/agricultura-e-pesca/epagri-comemora-60-anos-de-extensao-e-40-de-pesquisa-segunda-feira-com-sessao-especial-da-alesc>, acessado em março de 2020.

de Desenvolvimento Agropecuário” de 1980 e a montagem da equipe técnica municipal de agricultura com o incremento de patrulha agrícola mecanizada. Além disso, outros planos foram elaborados pelas Secretarias Municipais de Educação, de Saúde e de Obras, propiciando ao município de São Bonifácio serviços profissionais de nível superior. O resultado disso foi um aumento expressivo da produção de leite, estimulado pelas “linhas de produção” de fora do município que foram atraídas para o município pelo serviço público. Garantiu-se, assim, o funcionamento do laticínio já instalado e a implantação de um novo laticínio, em 1994, o Latelli. (Carvalho e Simões, 2010, p. 5; Carvalho, 2008).

Também foi desse período a inauguração da fábrica de embutidos Frigoserra, na comunidade do Rio Atafona I, assim como o surgimento de empreendimentos do setor de turismo rural, como a Estância Hidromineral Berkenbroeck e a Pousada das Hortênsias. Entretanto, os moradores mais antigos do território atribuem a esse momento processos de seleção de beneficiários com exclusão do público prioritário para os serviços oficiais de extensão rural, que deixaram de contemplar os extratos sociais mais necessitados das políticas governamentais (Simões e Carvalho, 2008).

Nesse segundo ciclo a Agricultura Familiar também conseguiu se manter, apresentando, todavia, cadeias de produção e de comercialização bem diferentes daquelas de antes. O cultivo diversificado de hortifrutigranjeiros, por exemplo, extrapolou os limites do município, ao escoar a produção através de atravessadores para os municípios de Tubarão, Florianópolis, São José e Joinville. Também entraram em cena os feirantes itinerantes e a comercialização direta da produção familiar, os quais também realizavam permuta do que produziam a fim de obter produtos industrializados de outras localidades (Carvalho, 2008).

O principal produto para essas feiras era o queijo colonial, mesmo não atendendo as normas de vigilância sanitária. O fumo teve um pico no período, embora tenha reduzido o número de membros das famílias ligadas a esta produção. Os cereais baixaram suas taxas de produção, com exceção do milho destinado às forrageiras para alimentação animal, via ensilagem. A avicultura colonial se transformou e perdeu importância nos núcleos familiares, cedendo espaço à avicultura integrada. Mas a bovinocultura leiteira se fortaleceu e causou forte impacto socioeconômico com as vendas de leite aos laticínios locais. A apicultura também estava presente, ainda que comercializasse a produção em bruto aos entrepostos de mel. Por sua vez, a suinocultura perdeu posição, sobretudo em razão da alteração dos padrões raciais, aumento dos custos de produção e pela falta de abatedouro legalizado no município (Carvalho, 2008).

Essa época também caracteriza o início dos debates sobre a saúde e a qualidade de vida dos agricultores familiares no município. Assim, o segundo ciclo de desenvolvimento de São Bonifácio foi dominado política, econômica e socialmente pelas agroindústrias – principalmente os laticínios –, pelos comerciantes e pelo setor madeireiro local (Carvalho e Simões, 2010, p. 6; Carvalho, 2008).

O terceiro ciclo: o processo embrionário de desenvolvimento territorial sustentável

O elemento de maior destaque do último ciclo de desenvolvimento do município foi impulsionado pelo Projeto PRAPEM / Microbacias 2, o qual foi concebido por intermédio do Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PRAPEM) / Microbacias 2 (Simon, 2003, p. 269). O Programa inaugurou um novo paradigma de desenvolvimento no meio rural de Santa Catarina, com o qual foram realizadas ações para estimular o aumento da renda de pequenos produtores com critérios de sustentabilidade socioambiental. Técnicos do Estado e do Município relatam que as primeiras ações deste Programa em São Bonifácio iniciaram com o zoneamento municipal em quatro microbacias: a do Rio do Poncho, a do Rio Sete, a do Rio Santo Antonio e a do Rio Capivari. Em seguida, o Projeto PRAPEM / Microbacias 2 contratou um agrônomo para atuar como facilitador junto aos agricultores familiares (Farias, 2013, p.142). Ocorreu, no entanto, que esse profissional era natural do município e já havia participado na implantação de Pastoreio Racional Voisin⁶⁴ em São Bonifácio (p. 142), na condição de estudante universitário e extensionista da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (p. 143). Um outro extensionista também foi incumbido de atuar em São Bonifácio, por conta deste mesmo projeto. Tratava-se de um agrônomo do quadro funcional da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), que foi transferido de um outro município para coordenar o Projeto PRAPEM / Microbacias 2 em São Bonifácio. Releva registrar que este último era graduado em Agronomia e mestre em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tendo focalizado nestas formações aspectos sociais e ambientais relativos à agricultura familiar (Farias, 1999).

Assim, os primeiros trabalhos destes profissionais convergiram com os propósitos dos técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de São Bonifácio. Juntos, formaram uma equipe informal que acordou os aspectos teórico-metodológicos que seriam utilizados no último ciclo de desenvolvimento do território. Num primeiro estágio ficou pactuado os princípios e valores, em seguida foram elaborados os planos e as metas dos

⁶⁴ “Pastoreio Racional Voisin” é uma tecnologia de origem francesa para o manejo bovino que se caracteriza pela ecologia, economia e redução do trabalho no trato com o gado, resultando na obtenção de leite e carne de qualidade superior e custos inferiores em relação ao manejo convencional.

trabalhos a serem realizados, orientando-os ao Desenvolvimento Local Sustentável conforme o Projeto PRAPEM / Microbacia 2 preconizava (Simon, 2003, p. 269).

Esta equipe passou a se reunir semanalmente, formando uma agenda integrada de trabalhos a partir das tarefas de cada uma das instituições aí implicadas (Farias, 2013, p. 142 / 143; Carvalho, 2008). Assim, a percepção da missão e o sentido de participação comunitária envolvida nesse trabalho foi refinada, resultando numa agenda única de trabalhos das instituições envolvidas neste grupo, com uma consequente ampliação da qualidade das relações entre os técnicos da equipe, da equipe com os agricultores familiares e de todos esses com os atores sociais externos ao município. Essa nova dinâmica coincide com o início da construção intencional de capital social no local, demonstrando que as metas do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável de São Bonifácio / 2005 - 2008 (EPAGRI, 2005) não eram apenas técnicas, produtivas e econômicas (Simon, 2003, p. 270).

Emergiram, então, as demandas comunitárias de São Bonifácio, acordadas e priorizadas a partir de uma lista longa e desafiadora, onde as seguintes questões foram apontadas pelos agricultores familiares: a) falta de solidariedade e de cooperação entre os agricultores; b) baixa autoestima na comunidade; c) renda insuficiente; d) ausência de linha de crédito adequada à realidade local; e) demanda socioeconômica por uma cadeia produtiva do município; entre outras. Para tentar sanar tais desafios, os técnicos municipais e estaduais e outros atores sociais formaram o “Grupo de Discussão do Pasto” na microbacia do Rio do Poncho, alinhando-se com os agricultores familiares das comunidades do Rio Sete, do Rio Santo Antonio e da sede do município. Essa iniciativa foi fundamental na definição operacional do trabalho participativo – ou de “Co-criação” (Pralhad & Ramasswamy, 2004, p. 5) – deste novo ciclo de desenvolvimento, assim como importa destacar que as atividades ligadas à produção de leite / pasto correspondiam as de maior impacto socioeconômico no município com o leite e a carne bovina e, mais tarde, com alguma carne e lã de ovinos (Farias, 2013, p. 145 / 146).

Vencida a etapa de concepção teórico-metodológica das dinâmicas de trabalho e a formação do Grupo de Discussão do Pasto – que nada mais era do que um “grupo focal” (Frascara, 2000) –, a decorrência espontânea foi o surgimento de outras demandas comunitárias e a formação de novos núcleos, tais como: a) o Grupo de Discussão da Árvore, interessado na legislação ambiental vigente e na implantação de um sistema agrosilvopastoril no local; b) o Grupo de Discussão do Design, ocupado com a comercialização de produtos coloniais e a criação de uma marca para São Bonifácio; c) o Grupo de Discussão das Atafonas, entretido na reativação das atafonas locais e do complexo produtivo do milho “amarelinho” (necessário para

elaboração artesanal do pão de milho tradicional); d) o Grupo de Discussão do Crédito Rural, que tratou da implantação da agência de crédito solidário CRESOL⁶⁵ no município; entre outros (Simões, 2010, p. 173).

Assim, com a ativação desses novos grupos foi necessária uma nova organização da equipe de trabalho, a qual teria de atender e gerenciar muitas novidades processuais e atividades organizacionais e técnicas. A solução para tanto foi a organização de uma equipe de trabalho composta de profissionais da EPAGRI, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e de um agrônomo de um laticínio local. Tal grupo se intitulava “Equipe Local da Agricultura” e atuou nos moldes de uma micro agência de Desenvolvimento Local Sustentável (Buarque, 2006; Simon, 2003, p. 270), embora institucionalmente não dispusesse de recursos financeiros alocados para esta finalidade (Simões, 2009, p. 499 / 500). A primeira ação dessa Equipe foi aperfeiçoar o algoritmo de trabalho de cada profissional em suas respectivas entidades, na tentativa de otimizar tanto quanto possível as atividades da Equipe ao utilizar com eficiência os recursos humanos, financeiros e materiais disponíveis nessas entidades (Farias, 2013, p. 145).

Imagem 20: Reunião do Grupo Local de Agricultura com o “Grupo de Discussão do Pasto”, em São Bonifácio.



(Fonte: Benez *et al.*, 2013, p, 34).

Em seguida foram estabelecidas outras parcerias, igualmente informais, tanto com pesquisadores da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) quanto da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Desse modo, as reuniões de trabalho da Equipe Local de Agricultura passaram a contar com a assessoria técnica dos representantes destas universidades, dentre outros, como os da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR)⁶⁶ / São José, Banco

⁶⁵ Disponível em <www.cresolcentral.com.br>, acessado em julho de 2010.

⁶⁶ Em Theis e Mantovaneli Junior (2019, p. 102) consta que, “[...] inspirado nas experiências de desenvolvimento local da Europa, em especial, da Itália, o governo de Luiz Henrique da Silveira [na gestão de 2002 a 2006] adotou a bandeira da descentralização para marcar sua passagem pelo executivo estadual em Santa Catarina. A finalidade explicitada era a de desconcentrar e descentralizar os serviços e a máquina

do Brasil, Prefeituras vizinhas (como a de Santa Rosa de Lima, Anitápolis e Santo Amaro da Imperatriz, Racho Queimado, entre outras), Sindicatos de Trabalhadores e do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA). Se por um lado tal iniciativa deu a partida no Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável do município à época, por outro ampliou a carga de trabalho dos profissionais da Equipe Local de Agricultura, pois além das atribuições institucionais convencionais de cada profissional, novas atividades foram demandadas e colocadas em prática (Farias, 2013, p. 145). No entanto, embora tenham sido bem recebidas pelas autoridades municipal e estadual, releva enfatizar que as ações da Equipe Local de Agricultura e suas inovações sociais não foram institucionalmente formalizadas, autorizando inferir que tal processo foi empreendido mais por pessoas que por instituições (Simões, 2010, p. 74 / 75).

Enfim, vários resultados foram alcançados por esta experiência, entre os quais alguns seguem listados: 1) Resgate da história e da culinária típica do local; 2) Revitalização da identidade cultural do município; 3) Estímulo à reativação das atafonas; 4) Incentivo à reanimação da cadeia produtiva do milho “amarelinho”; 5) Criação da Secretaria Municipal de Turismo; 6) Construção do portal turístico de São Bonifácio; 7) Construção da Marca Territorial; 8) Inauguração de uma agência (CRESOL)⁶⁷, com mais de uma centena de contratos em apenas um ano; 9) Planejamento, articulação e realização do 1º Seminário Regional de Produção de Leite, Carne e Lã a Base de Pasto; 10) Planejamento, articulação e realização do 1º Dia de Campo Regional sobre Produção a Pasto e Desenvolvimento Local; 11) Planejamento, articulação e realização da VIII Festa Regional do Pão de Milho de São Bonifácio; 12) Planejamento, articulação e realização da Expofeira de Produtos Coloniais de São Bonifácio; 13) Planejamento, articulação e realização da Expofeira de Gado; 14) Planejamento, articulação e realização do II Seminário Regional sobre Desenvolvimento de Territórios Coloniais; 15) Produção e comercialização de alimentos orgânicos e de produtos coloniais na Ecofeira da UFSC; 16) Produção e comercialização de produtos coloniais da Agricultura Familiar no CEASA de Florianópolis; 17) Comercialização de alimentos orgânicos e de produtos coloniais na Ecofeira da UNISUL (no município de Palhoça); 18) Elaboração de pesquisas científicas pela UFSC e pela UDESC, com temas centrados neste último ciclo de desenvolvimento; 19)

pública, visando promover o desenvolvimento das regiões catarinenses. Por meio da Lei Complementar nº. 243, de 30 de janeiro de 2003, portanto, menos de um mês após a sua posse, o novo governo implantou uma Reforma Administrativa que levou à extinção de organismos governamentais criados por governos anteriores e à criação de novos. Entre as novas criações, destacam-se 29 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR's), cada uma delas em uma cidade-polo, mas abrangendo unidades territoriais maiores, portanto, regiões envolvendo diversos municípios”.

⁶⁷ Cresol é um sistema de cooperativas de crédito. Para saber mais, ver <www.cresol.com.br>, acessado em abril de 2020.

Plano Diretor Participativo de São Bonifácio, prevendo a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Territorial Sustentável; 20) Elaboração de monografia de doutorado, monografias de mestrados e monografia de especialização, dentre outros (Farias, 2013, p. 145; Simões, 2010, p. 172 / 173).

2.1.4. O processo de construção coletiva da Marca Territorial “São Bonifácio”

Entre as diversas atividades do Projeto PRAPEM / Microbacias 2 uma, em especial, foi estratégica para o processo de desenvolvimento de São Bonifácio: o Curso de Capacitação em Pesquisas Participativas. A bem da verdade, esse Curso foi um processo de capacitação que envolveu a construção, implementação e a execução de dez “Projetos Faróis de Pesquisa Participativa”, os quais foram identificados mais tarde como “Projetos de Pesquisa-Extensão e Aprendizagem - PEAP” (De Boef e Pinheiro, 2005, p. 33; Benez *et al.*, 2013). Nesse processo, experiências internacionais de Pesquisas Participativas foram apresentadas e discutidas, bem como os seus respectivos métodos, abordagens e resultados, sendo que ao “[...] todo foram formadas dez equipes, cada uma envolvendo entre cinco e dez técnicos de diferentes formações e entidades” (Benez *et al.*, 2013, p. 19). No entanto, nessas equipes havia pesquisadores, extensionistas, agricultores familiares e alguns convidados externos. Assim, os dez Projetos PEAP foram elaborados por dez equipes. Tais Projetos foram discutidos por todos os envolvidos nas equipes e, posteriormente, cada um dos Projetos foi sendo refinado pelos respectivos autores e beneficiários do projeto, além de receber contribuições oportunas e necessárias dos integrantes das demais equipes e dos coordenadores do processo de PEAP.

No caso do Projeto PEAP de São Bonifácio, cujo título era “Qualidade de vida na Microbacia de Rio do Poncho: as experiências inovadoras do grupo do pasto” (De Boef e Pinheiro, 2005, p. 33), o foco era a melhoria da qualidade de vida de algumas comunidades que viviam e trabalhavam ao longo das microbacias hidrográficas manejando pastos, gado e produzindo leite, inclusive através de “Pastoreio Racional Voisin” (Farias, 2013, p. 145). Assim, a implantação desse Projeto desencadeou a interação entre diversos atores sociais e acabou extrapolando a proposta original, gerando novos grupos e temas de trabalho. Neste sentido, meses após o início do Projeto foi organizado e realizado na sede de São Bonifácio o II Seminário Regional sobre Desenvolvimento de Territórios Coloniais, com um público de pesquisadores, graduandos e pós-graduando da UDESC e da UFSC, pesquisadores e extensionistas da EPAGRI, agricultores familiares e diversas autoridades locais e estaduais que entendiam que havia um embrionário processo de Desenvolvimento Local Sustentável em curso

à época (Simões, 2010, p. 185), o qual foi posteriormente renomeado para Desenvolvimento Territorial Sustentável (p. 191).

Contudo, a relevância do processo de capacitação e os resultados alcançados pelos Projetos PEAP's passaram por duas avaliações. Na primeira, foram consideradas as “principais lições e perspectivas” (De Boef e Pinheiro, 2005, p. 33). A saber: a) os projetos de pesquisas participativas que estão sendo desenvolvidos em diferentes regiões de Santa Catarina estão seguindo um processo conceitual e metodológico que serve de referência para estimular experiências semelhantes em outros territórios e contextos; b) os projetos PEAP têm demonstrado uma forte dependência de organização social local para iniciar os projetos de pesquisas participativas, assim como promover a formação de Associações de Desenvolvimento nas Microbacias (ADM's)⁶⁸ facilita muito as equipes regionais estabelecerem parcerias com as comunidades rurais; c) o processo de formação, ação e aprendizado têm naturalmente identificado os participantes mais comprometidos e motivados com os princípios da construção social de conhecimentos e da pesquisa participativa “com” as comunidades rurais; d) alguns participantes estão enfrentando resistências e críticas em relação a esta proposta em seus respectivos ambientes institucionais, onde predomina a resistência à mudanças, para o que a estratégia tem sido o diálogo, paciência, dinâmica de grupo e atitudes de complementaridade (e não de conflito); e e) a maior dificuldade tem sido o estabelecimento de parcerias entre instituições públicas e a sociedade civil organizada, particularmente as organizações não-governamentais e consultores autônomos.

Mais adiante, a título de avaliação final dos Projetos PEAP (Karan e Freitas, 2008), encontra-se o seguinte:

Finalizando, assumir a participação em processos de pesquisa e extensão ao mesmo tempo vem mostrando muitas potencialidades, particularmente para o trabalho em conjunto com as populações menos favorecidas do meio rural, assim como também evidencia muitos desafios. Desafios que se expressam tanto para os indivíduos, sejam pesquisadores, extensionistas, técnicos ou agricultores, como também às instituições, exigindo boa dose de transformações. A aprendizagem que proporciona não se limita a aspectos

⁶⁸ Ao expor o que foram as Associações de Desenvolvimento da Microbacia (ADM) no âmbito do Projeto Prapem / Microbacias 2, Tabajara (2011) menciona que a Associação era “[...] precedida pela formação de Grupo de Animação da Microbacia (GAM), formado por membros de famílias residentes na microbacia e eleitos democraticamente. A participação na ADM era condição indispensável para a inclusão das famílias rurais como beneficiárias do [Projeto] Microbacias 2. Todas [ADM's] seriam constituídas com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e registro em cartório. Entre as suas principais atribuições estavam: aprovar o PDMH [Plano de Desenvolvimento da Microbacia Hidrográfica] e os respectivos projetos comunitários, grupais ou individuais, assumindo a co-responsabilidade das ações; gerenciar os recursos necessários à contratação dos trabalhos de elaboração, gestão e execução dos PDMH, e projetos comunitários” (p. 69 / 70).

tecnológicos, estendendo-se para os valores de vida. Se não for assim, o que se pode fazer é o uso de um método para chegar em um produto, diferentemente da pesquisa, extensão e aprendizagem participativa que trata de um processo, que é social (p. 46 / 47).

De fato, o Projeto PEAP de São Bonifácio foi um instrumento indispensável à realização de sua experiência embrionária de Desenvolvimento Territorial Sustentável, a qual envolveu a construção coletiva de uma Marca Territorial que suplantou a expectativa que normalmente se espera das marcas convencionais. Entretanto, a oportunidade para conhecer e interagir com o território de São Bonifácio emergiu de uma demanda provocada pelo agrônomo Anselmo Cadorin, à época Diretor de Marketing e Comunicação da Empresa de pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI). A bem da verdade, nos conhecemos no Fórum Catarinense de Comunicação Rural e Metodologia, onde ambos tínhamos assento, e, por decorrência, ele solicitou que eu fizesse uma apresentação sobre o Projeto Mafra (Pereira *et al.*, 2004) à comunidade de agricultores familiares de São Bonifácio.

Conforme mencionado no Capítulo I, o Projeto Mafra foi elaborado no âmbito de uma pesquisa realizada entre 2002 e 2004, onde uma solução inovadora de Design foi elaborada pautada nas premissas da Economia Solidária (Singer, 2002) e do Design para a Sustentabilidade (Manzini e Vezzoli, 2002; Manu, 1995), a qual angariou resultados interessantes (Pereira *et al.*, 2004). Atuei na equipe daquela pesquisa coordenando o projeto da Marca Coletiva com abrangência territorial “Mafra”, beneficiando pequenas associações de agricultores familiares, além de ter coordenado a elaboração de uma família de embalagens para produtos distintos, tal como mel de variadas floradas, frango colonial “in natura”, conservas de pepinos, couve-flor, beterraba e outros vegetais e de bolachas com sabores variados. Esses produtos eram manufaturados por três pequenas associações e por um grupo de senhoras empreendedoras do município do norte catarinense Mafra.

Imagem 21: Marca Coletiva “Mafra”.



(Fonte: Pereira *et al.*, 2004).

Imagem 22: Do lado esquerdo, o rótulo de mel que existia antes do Projeto Mafra e, ao lado, o novo rótulo.



(Fonte: Pereira *et al.*, 2004).

Imagem 23: Rótulos dos produtos da pequena “Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais” representados pela Marca Coletiva “Mafra”.



(Fonte: Pereira *et al.*, 2004).

Enfim, realizada a apresentação, a presente e animada comunidade de agricultores familiares resolveu empreender a construção coletiva da Marca Territorial “São Bonifácio” e a respectiva “Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais” do território, as quais envolveram a comunidade beneficiária nos processos de construção coletiva, ou “Co-Criação” (Prahalad & Ramasswamy, 2014, p. 5) e “Co-design” (Ramaswamy & Ozcan, 2014; Sanders & Stappers, 2008, p. 5), ainda que com baixa intensidade.

A construção e a Marca Territorial “São Bonifácio”

A repercussão da apresentação do Projeto Mafra (Danilo *et al.*, 2004) e a vontade da comunidade de agricultores familiares em empreender algo novo no território de São Bonifácio foi transformado em tema da disciplina de Prática Projetual em Design Gráfico V do Curso de Design do Centro de Artes (CEART) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), no primeiro semestre letivo de 2006. A estratégia de articular a comunidade de agricultores familiares de pequena escala de produção com a comunidade do Design do Curso de UDESC funcionou bem tanto para a comunidade, que não dispunha dos recursos necessários para contratar um projeto de Design, quanto para os estudantes e professores universitários envolvidos com a disciplina, os quais puderam alocar as respectivas habilidades técnicas em um projeto socialmente inovador, sob a minha coordenação, pois fui o professor responsável pela disciplina. No entanto, para tomar a decisão de combinar uma disciplina acadêmica com um projeto comunitário e participativo, considerei que já havia lecionado outras disciplinas para os estudantes universitários envolvidos, tal como Gestão do Design Gráfico II e Tópicos Especiais em Design Gráfico I, onde havia focalizado temas relativos a Economia Solidária (Singer, 2002) e ao Design para a Sustentabilidade (Manzini e Vezzoli, 2002; Manu, 1995). Além disso, os estudantes estavam em final do curso de graduação, o que lhes dava a maturidade necessária para empreender uma experiência teórico-prática e acadêmica-projetual com tal envergadura.

Assim, os efeitos da palestra, da disciplina acadêmica e da ebulição resultante das reuniões participativas que a Equipe Local de Agricultura realizava ativou um circuito com que deu margem à “concertação social” (Dallabrida e Ferminiano, 2003, p. 88) e o consequente “pacto territorial” (*idem*) que permitiu a concepção de novos processos socioprodutivos em São Bonifácio. Tal combinação de fatores socialmente inovadores superou a proposta inicial do Projeto PEAP de São Bonifácio, que se chamava “Grupo de Discussão do Pasto” (Farias *et al.*, 2013, p. 99), ensejando a formação de outros grupos de discussão, tal como ocorreu com o “Grupo de Discussão do Design”, que emergiu espontaneamente entre os agricultores com o objetivo de focalizar os desafios relativos à comercialização dos produtos de São Bonifácio (Simões, 2010), entre outros grupos.

Importa destacar, entretanto, que o Projeto PEAP de São Bonifácio utilizou o processo de Desenvolvimento Participativo de Tecnologia (DPT) conhecido como “Agricultores Experimentadores” (AE), o qual foi formulado originalmente pelo “Institute for Low External Input Agriculture” (ILEIA), que tem sede na Holanda (Benez *et al.*, 2013, p. 32). De um modo geral, o DPT tinha três grandes objetivos: a) o aprendizado conjunto das principais

características e mudanças de um sistema agroecológico particular, com a definição de problemas prioritários; b) a experimentação local com uma variedade de opções derivadas do conhecimento local e da ciência formal; e c) o fortalecimento da capacidade de experimentação dos agricultores e de comunicação de agricultor para agricultor (Benez *et al.*, 2013, p. 32). No entanto, o DPT utilizado no Projeto PEAP de São Bonifácio – “Agricultores Experimentadores” –, tinha especificamente as seguintes características: formar uma rede de agricultores familiares para fazer pesquisa formal; tendo como pré-requisito a vocação para experimentação, trabalhando esta capacidade com o auxílio de técnicos (p. 33).

Assim, o recém-formado Grupo de Discussão de Comercialização – ou do Design, como muitos envolvidos se referiam à época – protagonizou um processo participativo, coletivo e comunitário que, entre outras conquistas, propiciou a “Co-criação” (Prahalad & Ramaswamy, 2014, p. 5) e o “Co-design” (Ramaswamy e Ozcan, 2014; Sanders & Stappers, 2008, p. 5; Couto *et al.*, 2014, p. 85) da Marca Territorial “São Bonifácio”. Tal construção coletiva iniciou com um “Tema Gerador” secundário que assumiu as atafonas – ou moinhos de pedra –, o milho “amarelinho” e o pão de milho tradicional de São Bonifácio como o mote que tanto desencadeou a construção coletiva da Marca Territorial quanto a posterior Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais. Releva destacar, todavia, que “tema gerador” (Farias, 2013, p. 74) é uma proposta de autoria do educador Paulo Freire (1970). Segundo esse autor,

Ainda que a postura – a de uma dúvida crítica – seja legítima, nos parece que a constatação do ‘tema gerador’, como uma concretização, é algo a que chegamos através, não da própria experiência existencial, mas também de uma reflexão crítica sobre as relações homens-mundo e homens-homens, implícitas nas primeiras (p. 50).

Em seguida, foi acordado o rol de “produtos coloniais” – no sentido que Dorigon (2008) atribui ao termo – que receberiam atenção. Selecionados pelo critério de serem os produtos mais consumidos e/ou quais eram consumidos como alternativa ao pão de milho – tais como o pão de batata, o pão de batata doce, o pão de cará ou o pão de aipim –, além de méis de floradas diversas, geleias, doces e licores de frutas de época, queijos, manteiga, salames, linguiças, bolachas de variados sabores, entre outros.

Imagem 24: Atafona da Fazenda Santo Antônio, de São Bonifácio.



(Fonte: Muller *et al.*, 2006, p. 29).

Imagem 25: Milho típico moído numa atafona em São Bonifácio.



(Fonte: Muller *et al.*, 2006, p. 29).

Além desses produtos, também entrou na “Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais” de São Bonifácio artesanatos de lã natural de ovelha, adubo orgânico para jardinagem, trilhas ecológicas e hospedagens oferecidas em pequenas pousadas rurais. Enfim, tais produtos e serviços coloniais acabaram configurando a “Cesta [Solidária] de Bens e Serviços Territoriais São Bonifácio” (Simões, 2010, p. 187) – a qual atualmente seria mais adequado denominar “Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais”, pois embora tenha sido concebida sob inspiração da “Cesta de Bens e Serviços Territoriais” (Pecqueur, 2006, p. 143), foi apropriada aos preceitos da “Economia Solidária” (Singer, 2002), das “Tecnologias Sociais” (Dagnino, 2009) e do “Design para a Sustentabilidade” (Manzini, 2008; Manzini e Vezzoli, 2002), elaborada através de abordagem interdisciplinar (Couto *et al.*, 2014, p. 85; Frascara, 2000) e transdisciplinar (Sommerman, 2012; Nicolesco, 1999) e de processos de “Co-criação” (Prahalad & Ramaswamy, 2014, p. 5) e de “Co-design” (Ramaswamy & Ozcan, 2014; Sanders & Stappers, 2008, p. 5; Couto, 2014, p. 85) de um modo bem mais intenso do que havia ocorrido no Projeto Mafra (Danilo *et al.*, 2004).

Nesse sentido, com o objetivo de equacionar a demanda de construir coletivamente a Marca Territorial “São Bonifácio” foram montadas quatro equipes de estudantes na disciplina de Prática Projetual em Design Gráfico V do Curso de Design da UDESC, no primeiro semestre letivo de 2006. Foram elaboradas quatro propostas de Marca Territorial “São Bonifácio”, as quais foram apresentadas à comunidade de São Bonifácio num evento aberto ao público. Três meses mais tarde, a comunidade anunciou a sua decisão e escolha por uma das quatro propostas oferecidas à comunidade do território. Esta experiência teórico-prática e acadêmica-projetual demandou muitas reuniões de planejamento e de coordenação das muitas ações de docência articulada com a agenda de trabalho da Equipe Local de Agricultura de São Bonifácio. Dentre essas atividades, as mais destacadas foram as seguintes (Simões, 2010, p. 183 / 184): a) Acordar a abordagem metodológica, os valores e os objetivos dos projetos de Design; b) Pactuar com os estudantes que caberia aos agricultores familiares de São Bonifácio a escolha de uma entre as demais marcas propostas, caso alguma fosse do interesse deles; c) Consensuar que a Marca corresponderia a um patrimônio cultural imaterial e coletivo da comunidade de São Bonifácio; d) Aproximar os estudantes dos agricultores familiares e de outros atores sociais de São Bonifácio envolvidos no processo, em Florianópolis; e) Levar os estudantes nas propriedades de agricultores familiares, em São Bonifácio; f) Receber o Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, o Secretário Executivo do Projeto PRAPEM / Microbacias 2 e outros técnicos da Equipe Local de Agricultura de São Bonifácio na UDESC, para exposição do “Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável de São Bonifácio / 2005 - 2008” aos estudantes; g) Elaborar as propostas; h) Apresentar as propostas de Marca Territorial à comunidade, em São Bonifácio; entre outras atividades.

Evidentemente, manejar o Design desse modo exigiu tempo para ouvir as pessoas e suas histórias, para reconhecer as especificidades geográficas, antropológicas e econômicas do território e elaborar as propostas de Design para São Bonifácio. Em todas essas atividades foi necessário habilidade diplomática, levando-nos além das costumeiras atividades de aplicação de conhecimentos técnicos dos projetos convencionais de Design. Enfim, projetar através de processos de “Co-criação” (Prahalad & Ramasswamy, 2014, p. 5) e de “Co-design” (Torres, 2020, p. 79; Manzini, 2017; Ramaswamy & Ozcan, 2014; Sanders & Stappers, 2008, p. 5) e apresentar soluções projetuais para um público grande e difuso, tal como ocorreu em São Bonifácio em junho de 2006, ampliou a potência do Design, assim como estimulou a perspectiva de futuro da comunidade beneficiada pelo projeto, enquanto resultado. Desse modo, as equipes de estudantes universitários apresentaram suas propostas para um público com mais de duzentas pessoas, entre as quais a maioria era de agricultores familiares, além de agentes de

desenvolvimento da prefeitura e do Estado, pesquisadores da UDESC e da UFSC e os próprios autores das propostas apresentadas (Simões, 2010, p. 184).

A Marca Territorial São Bonifácio

As propostas de Marca Territorial apresentadas foram elaboradas pelas seguintes equipes de estudantes de Design Gráfico: Equipe 1) Daniel Pezzini, Paulo Lima e Vivian Lobenwein; Equipe 2) Bibiana Laurent e Marta Tie; Equipe 3) Júlio Monteiro, Gilson Bugs e Roberto Modesto; e Equipe 4) Anelise Mitre e Oberdan Piantino. A elaboração das propostas foram pautada por uma metodologia projetual adaptada, a partir de Frascara (2000, p. 78), com as seguintes etapas: a) “Primera definición do problema” e “Recolección de información sobre el cliente, el producto, competencia (si existe) y el publico”; b) “Análisis, interpretación y organización de la iformación obtenida”, ou “Segunda definición del problema”; e c) as fases de “Determinación de objetivos”, “Especificaciones para la visualización” e “Desarrollo de anteproyecto”. Este processo projetual resultou nas seguintes propostas:

Imagem 26: Proposta de Marca Territorial “São Bonifácio” da Equipe 1.



(Fonte: Simões, 2010, p. 186).

Imagem 27: Proposta de Marca Territorial “São Bonifácio” da Equipe 2.



(Fonte: Simões, 2010, p. 186).

Imagem 28: Proposta de Marca Territorial “São Bonifácio” da Equipe 3.



((Fonte: Simões, 2010, p. 186).

Finalmente, a proposta da Equipe 4 foi escolhida pela comunidade como a Marca Territorial “São Bonifácio”:

Imagem 29: Marca Territorial “São Bonifácio”, elaborada pela Equipe 4.



(Fonte: Simões, 2010, p. 186).

Como se pode inferir, os elementos gráficos mais destacados da proposta escolhida eram: a) uma atafona estilizada no céu, situada na parte superior da imagem; b) o relevo montanhoso e arborizado, na parte inferior da imagem; e c) as iniciais “s” e “b” com uma forma que lembra a queda d’água de uma cachoeira, que é um elemento muito presente no território; e d) um logotipo composto com tipografia germanizada, no centro do símbolo da Marca. Esta composição exprime uma mensagem visual que captou algumas sutilezas do imaginário coletivo de São Bonifácio, revelando aspectos da identidade cultural do território. A atafona, por exemplo, veio para São Bonifácio nos “porões dos navios” que trouxeram os imigrantes da Westfália, os quais fundaram a Vila de São Bonifácio e se reinventaram a partir das memórias de suas origens e das novidades do “novo mundo”. Assim, se na Europa os westfalianos plantavam trigo, que é uma cultura típica de locais frios, em São Bonifácio eles cultivaram o milho, que é adequado à temperatura amena de São Bonifácio e pertence ao patrimônio agrícola

indígena brasileiro. Além disso, se na Europa as atafonas eram movidas por força de tração animal, pois que a Westfália é plana, em São Bonifácio os imigrantes adotaram a força motriz das muitas quedas d'água do território, resultando, por fim, num sincretismo cultural interessante (Simões 2010).

Imagem 30: Mó, ou pedra, de uma atafona de São Bonifácio.



(Fonte: Turozzi *et al.*, 2006).

O relevo da geografia de São Bonifácio, presente em sua Marca Territorial, também possui significado. Curiosamente, ela não se reporta à paisagem plana da Westfália e, sim, ao relevo montanhoso e recortado de São Bonifácio, o qual é arborizado e tem expressiva biodiversidade, o que é típico nas áreas que - à época - compunham o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Por fim, a tipografia usada no logotipo da Marca Territorial de São Bonifácio também é expressiva. De um modo geral, esses caracteres em estilo gótico são bastante usados para comunicar visualmente a ideia de germanidade. No entanto, no caso da Marca Territorial “São Bonifácio”, essa família tipográfica não corresponde a um velho clichê, já que a comunidade de São Bonifácio possui forte referência cultural na Westfália do século XIX, correspondendo, portanto, a um elemento de sua estética dos anos iniciais de Revolução Científica e Tecnológica Industrial (Ribeiro, 2000), sendo, por fim, carregada de sentido em relação ao local de origem e a própria história da comunidade do território (Simões, 2010).

A Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais de São Bonifácio

Concluída a etapa de construção coletiva e escolha da Marca Territorial “São Bonifácio”, uma nova oportunidade teórico-prática e acadêmica-projetual teve início: a elaboração de uma família de embalagens para compor a “Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais São Bonifácio”. Esta nova experiência foi planejada em uma outra turma de estudantes universitário da UDESC, na disciplina de Prática Projetual em Design Gráfico VI do Curso de Design. Nessa oportunidade, transcorrida no ano letivo de 2006, foram elaboradas

soluções de Design para rótulos e embalagens de produtos artesanais, coloniais e de pequena escala de produção do território, tal como foi conceituado por Dorigon (2008). Os produtos a serem embalados foram selecionados pela comunidade, com os critérios de participação popular que foram adotados no processo de construção coletiva da Marca Territorial. Deste modo, depois de elaboradas e apresentadas as propostas, a comunidade firmou os seguintes produtos artesanais e coloniais:

Imagem 31: Embalagem do pão de milho de São Bonifácio.



(Fonte: Simões, 2010, p. 188).

Imagem 32: Embalagem para outros pães de São Bonifácio, como o de batata, cará e o de aipim.



(Fonte: Simões, 2010, p. 189).

Imagem 33: Embalagens para méis, geleias e doces de São Bonifácio.



(Fonte: Simões, 2010, p. 189).

Imagem 34: Embalagem para bolachas de São Bonifácio.



(Fonte: Simões, 2010, p. 190).

Todos estes produtos também foram munidos de uma “tag”⁶⁹ de identificação do território de São Bonifácio, do respectivo produtor e da data de fabricação.

Imagem 35: “Tag” dos produtos da Cesta Solidária de Bens Territoriais de São Bonifácio.



(Fonte: Simões, 2010, p. 190).

⁶⁹ Termo utilizado no campo do Design que corresponde a “etiqueta de identificação”.

Todavia, também entraram na “Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais São Bonifácio”, por uma questão de oportunidade à comunidade, duas situações especiais no rol dos projetos gráficos: a) uma marca secundária para os artesanatos de lã natural de ovelha; e b) uma embalagem de adubo orgânico para jardinagem.

Imagem 36: Marca secundária do território, elaborada para os artesanatos de lã de ovelha de São Bonifácio.



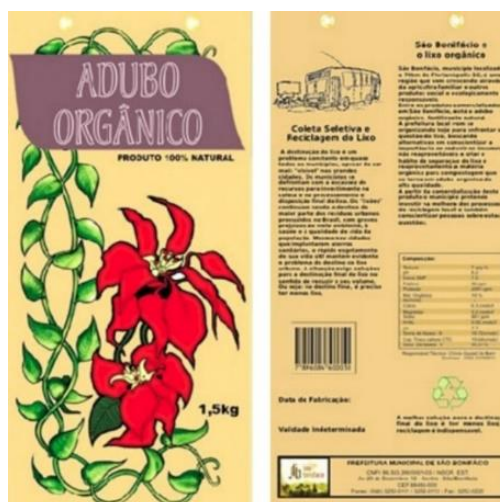
(Fonte: Simões, 2010, p. 190).

Imagem 37: Novelos de lã de ovelha de São Bonifácio



(Fonte: Simões, 2010, p. 191).

Imagem 38: Frente e verso de embalagem para adubo orgânico de São Bonifácio.

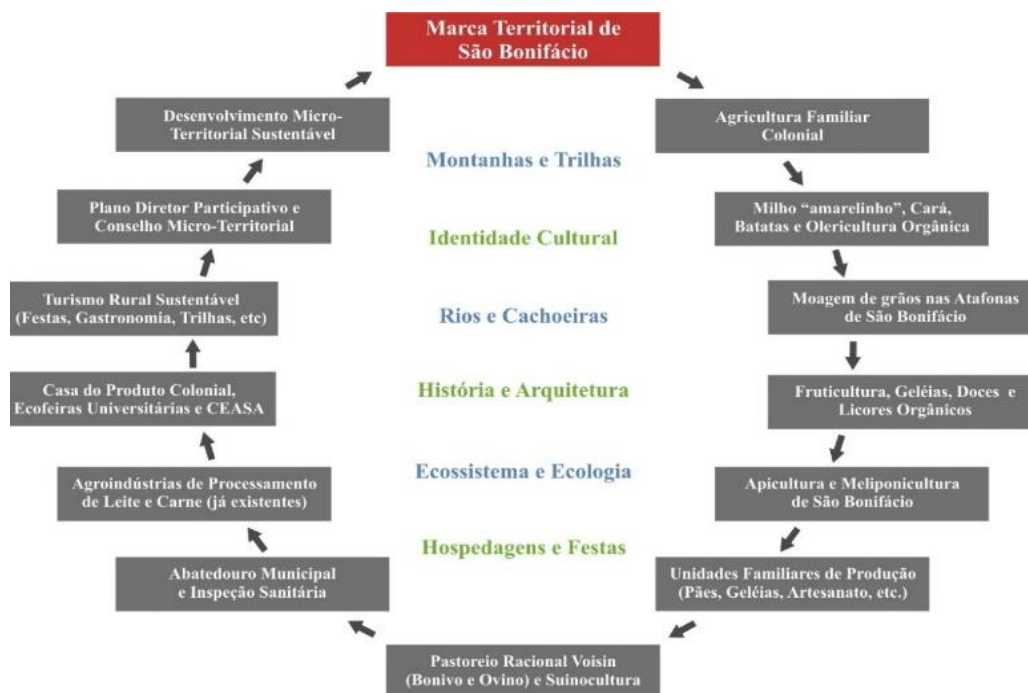


(Fonte: Simões, 2010, p. 191).

Importa relatar, ainda, que a Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais São Bonifácio incluía os seguintes serviços: hospedagem em pousadas rurais; passeios em trilhas ecológicas; restaurantes e cafés coloniais; comercialização de produtos artesanais coloniais de São Bonifácio na Casa do Produtor Colonial (que era e é ainda uma cooperativa informal gerida pelas próprias agricultoras familiares) e na Ecofeira da UFSC. Além disso, foi facultado o uso da “tag” com a Marca Territorial nas embalagens e fachadas de empresas do território, tais como laticínios, frigoríficos e outros. Um outro aspecto importante foi o Plano Diretor Participativo do Município de São Bonifácio, que ensejou a criação do Conselho de Desenvolvimento Territorial Sustentável do município (Simões, 2010, p. 191).

Segue, então, um desenho esquemático que sintetizava a visão que se tinha do território à época da conclusão do Plano Diretor Participativo de São Bonifácio.

Imagem 39: Abrangência da Marca Territorial “São Bonifácio”.



(Fonte: Simões, 2010, p. 192).

Como se pode inferir, o território de São Bonifácio tem as “formas” (Santos, 1985, p. 50) e os “fluxos” (Santos, 2008, p. 62) suficientes para configurar uma Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais interessante, oportunizando atividades para todos que quiseram empreender, abrigados sob a Marca do território. Nesse sentido, todas as cadeias produtivas que existiam em São Bonifácio foram contempladas, assim como emergiram outras – como a produção de alimentos orgânicos e o turismo rural sustentável, apenas para ficar em dois exemplos –, articulando os serviços públicos municipal e estadual com as iniciativas privadas, dinamizando-se mutuamente.

2.1.5 Ponderações sobre o caso

O caso da construção coletiva da Marca Territorial São Bonifácio emergiu da oportunidade criada a partir da Pesquisa-Extensão e Aprendizagem Participativas (PEAP) do município de São Bonifácio (Benez *et al.*, 2013, p. 99). Assim, uma análise preliminar dos dez Projetos PEAP – elaborada por uma experiente antropóloga com doutorado em desenvolvimento rural e um assistente – apontou que “[...] assumir a participação em processos de pesquisa e extensão ao mesmo tempo vem mostrando muitas potencialidades, particularmente para o trabalho em conjunto com as populações menos favorecidas do meio

rural” (Karan e Freitas, 2008, p. 46). Essa análise também indicou que esse tipo de experiência tem “[...] desafios que se expressam tanto para os indivíduos, sejam pesquisadores, extensionistas, técnicos ou agricultores, como também às instituições, exigindo boa dose de transformações” em suas práticas convencionais (p. 46 / 47). No entanto, a análise infere que o processo de aprendizagem se deu mutuamente entre os diversos atores sociais envolvidos, tanto quanto as respectivas instituições e os empreendedores formais e informais, resultando não apenas em termos de ganhos tecnológicos, “[...] estendendo-se para os valores de vida. Se não for assim, o que se pode fazer é o uso de um método para chegar em um produto, diferentemente da pesquisa, extensão e aprendizagem participativa que trata de um processo, que é social” (Karan e Freitas, 2008, p. 47).

Mais adiante, em 2013, a análise final dos Projetos PEAP, elaborada por um grupo de quatro agrônomos doutores em agronomia, desenvolvimento rural e ciências humanas (Benez *et al.*, 2013, p. 110) aferiu que entre as conquistas alcançadas, os pontos fortes do projeto de São Bonifácio foram os seguintes:

- a) O processo de PEAP proporcionou a formação de uma rede dos Agricultores Experimentadores referente ao tema do pasto, também referente aos sistemas florestais, às árvores e aos aspectos de identidade territorial.
- b) Permitiu estabelecer maior diálogo entre os agricultores no interior de suas próprias famílias e na comunidade. Também permitiu maior aproximação entre agricultores, técnicos, gestores, pesquisadores, universidade e empreendedores privados.
- c) Desencadeou um processo de reflexão entre os agricultores. Essa reflexão e criatividade é consequência de uma melhor observação da realidade social e da natureza. O processo participativo permitiu a retomada do hábito de observar o comportamento dos elementos de natureza biótica, abiótica e antrópica. Aguçou a capacidade de criticar o mundo vivido.
- d) Promoveu a autoestima e a liderança dos agricultores mediante o estabelecimento de um espaço participativo e de aprendizagem, em cuja ambientação se estabeleceu o reconhecimento das ideias e do saber local. Também proporcionou a valorização daquele conhecimento transmitido pelas gerações.
- e) Técnicos, acadêmicos e agricultores tornaram-se mais entusiasmados com a causa do desenvolvimento local. Passaram a compreender com maior clareza a importância do agricultor familiar enquanto “fim” do projeto de desenvolvimento, e não simplesmente como um “meio”, para alcançar as metas institucionais do projeto.
- f) Esta experiência percorre, no tempo e no espaço, uma trajetória que iniciou focada na temática setorial e de inovação produtiva Voisin e termina com uma abordagem de caráter territorial. Portanto, esta experiência é um laboratório concreto de como exercitar as dinâmicas territoriais (Benez *et al.*, 2013, p. 110 / 111).

Entre os pontos fortes da identidade territorial – para a qual a Marca Territorial São Bonifácio deu expressão e visibilidade – há detalhes que merecem destaque. No entanto, ao

analisar o “pasto” de São Bonifácio, que foi o tema gerador do Projeto PEAP de São Bonifácio e depois passou a ser objeto de estudo da tese de doutorado de Farias (2013), os pastos das montanhas da Catalunha e sua “Cesta de Bens e Serviços Territoriais” (Pecqueur, 2006, p. 143) foram comparados com os pastos das montanhas de São Bonifácio e sua Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais. Assim, um trecho da análise de Farias (2013, p. 203) ilustra questões relacionadas à territorialidade de São Bonifácio e a representatividade de sua Marca Territorial:

Aqui no Brasil, de diferente modo, os pastores de São Bonifácio, na sua grande maioria, ainda têm uma percepção negativa quanto à presença do relevo montanhoso. Fato identificado no diagnóstico participativo da realidade rural, onde a montanha, sob olhar do interesse de uso agrícola convencional, é considerada impeditivo para expansão das práticas de agricultura e pecuária. / Não há estratégias concretas em São Bonifácio associando produtos e bens da pecuária com aspectos geográficos bióticos, abióticos e culturais da paisagem típica do lugar. A dimensão cultural do fator abiótico geomorfológico está por ser descoberto. Por exemplo, o leite é produzido “na” montanha, ainda por vir a ser uma possibilidade de leite produzido “da” montanha. Apesar da explícita rejeição evidenciada no diagnóstico, percebe-se, paradoxalmente, o início de um processo de “transição” desta percepção. / A mudança de compreensão se expressou durante mobilização de construção da marca territorial do município. O elemento geográfico “montanha” surge como símbolo, representação social revestida de valor que confere identidade territorial e paisagística. / Portanto, consideramos que a marca territorial sinaliza, mesmo de maneira sutil, o reconhecimento da montanha como recurso natural abiótico a ser ativado pelos próprios agricultores, enquanto potencial patrimônio local paisagístico. Recursos específicos de natureza particular ancorados na identidade do território e sua paisagem, intransferíveis e incomparáveis. Esta consciência coletiva é fundamental para estabelecer estratégias e políticas públicas de paisagem (p. 203 / 204).

Como se pode inferir, essa Marca Territorial angariou valores interessantes. Um deles foi a captura do imaginário identitário do território, de um modo abrangente, coletivo e consensuado. Assim, podemos assumir que a Marca Territorial construída coletivamente é um sistema aberto que pode ser enriquecido com os valores culturais e geográficos dos seus coautores e do território, favorecendo a sinergia entre os atores sociais do território e a formação de capital social e cultural das redes sociotécnicas que existirem, alicerçando a Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais que a Marca Territorial representa. Nesse sentido, por se tratar de um sistema aberto, mesmo após a conclusão do projeto de construção da Marca, novos valores foram sendo decantados, refinados e agregados, qualificando progressivamente os

valores e as singularidades da territorialidade e do território, extrapolando ainda mais os limites representados graficamente no início desse processo de construção coletiva.

Contudo, apesar da experiência do caso relatado ter sido estimulante e promissora, o Projeto PRAPEM / Microbacias 2 tinha data para começar e para terminar, tendo iniciado em 2002 e concluído em 2008 (Simon, 2003, p. 271). Por esse motivo, os dez Projetos PEAP (Benez *et al.*, 2013) também foram institucionalmente concluídos em 2008. Além disso, as gestões municipais de São Bonifácio dos períodos de 2001 - 2004 e 2005 - 2008 (Farias *et al.*, 2019, p. 218), que foram favoráveis e estimularam o Projeto PEAP do município, encerraram. Em 2007, após uma eleição municipal muito disputada, a chapa que defendia a Marca Territorial “São Bonifácio” perdeu as eleições por uma pequena diferença de votos e a gestão recém-eleita não deu continuidade ao projeto da Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais.

Estudo de Caso 2: A construção coletiva da Marca Territorial “Arte Imbé”

*A ancestralidade sempre ensinou que
o sentido da vida é o coletivo.*

Sônia Guajajara

*Para os povos que receberam aquela visita e morreram,
o fim do mundo foi no século XVI.*

Ailton Krenak

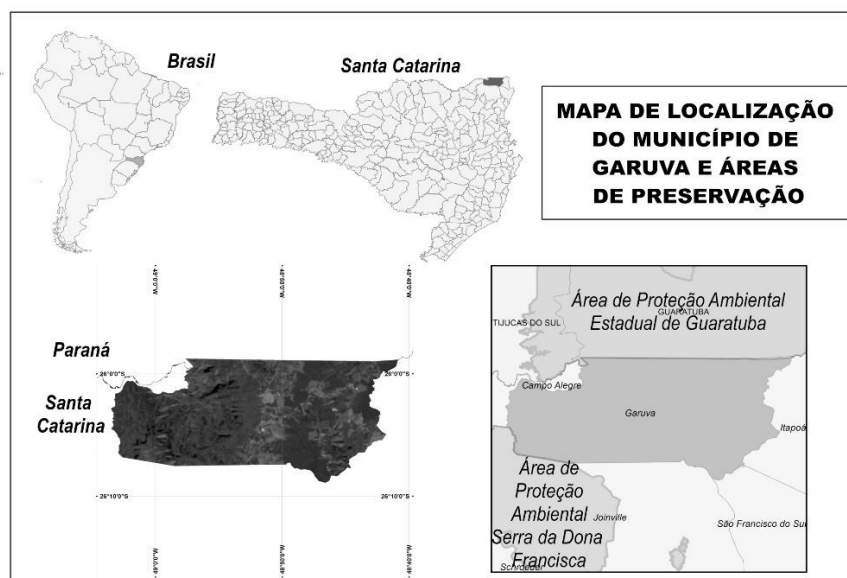
O caso da construção coletiva da Marca Territorial “Arte Imbé” envolve uma série de inovações sociais sob a forma de procedimentos de trabalho coletivo. Entre outros aspectos, destaco o fato dos beneficiados por esta construção coletiva se configurarem como Comunidade Tradicional, o que em si já tornou o desafio de propor uma solução bem maior e mais complexo que a maioria dos projetos em que o Design é convocado a dar alguma solução. Mais que isso, a adoção de abordagens inter e transdisciplinar exigiu muitas reflexões e debates por parte da equipe técnica, porém resultaram em vários acordos firmados com os beneficiários do Projeto e outros atores sociais envolvidos nesses processos. Neste sentido, o presente caso apresenta muitas interfaces decorrentes dos diálogos entre o saber local e os conhecimentos técnicos e científicos, conforme transcorreu o tempo, os trabalhos e emergiu cada um dos resultados. No entanto, para que tudo isso pudesse ocorrer, foi necessário um arranjo interinstitucional

engenhoso que redundou em várias conquistas significativas, resultantes da “Co-criação” e do “Co-design” que seguem no relato do caso.

2.2.1. Caracterização geográfica do território

O caso da construção coletiva da Marca Territorial “Arte Imbé” ocorreu no município catarinense de Garuva, localizado a 36 km de Joinville, 98 km de Curitiba e 234 km de Florianópolis. O município possuiu área de 499,7 km², da qual 60% são cobertos por Mata Atlântica. Muito arborizado, Garuva possui florestas primária e secundária com relevo heterogêneo, sendo que grande parte do território se situa no nível no mar. No entanto, a maior altitude do município fica no cume da Serra do Mar, com elevações de até 1.400 m. Garuva também dispõe de área de mangue, na bacia hidrográfica do Rio Palmital, com predominância de clima subtropical úmido (Tonicelo, 2004, p. 63).

Imagem 40: Mapa de localização do município de Garuva.



Mapa elaborado por: Glauco Ladik Antunes, 2020.

No trabalho de Tonicelo (2004), que focalizou os “Cipozeiros de Garuva”⁷⁰, o município em questão é “[...] popularmente conhecido como o ‘Paraíso das Águas’, pois possui diversos rios que cortam o município” (p. 63). Assim,

⁷⁰ Para além do presente esforço de apresentar a Comunidade Trdicional mencionada neste trabalho, o termo “Cipozeiro de Garuva” passou a ser difundido em 2007, através da publicação “Nova Cartografoa Social dos Povos e Comunidade Tradicionais do Brasil - Fascículo 9 / Cipozeiros de Garuva, Santa Catarina”. Para saber mais, ver <www.novacartografiasocial.com.br/download/09-cipozeiros-de-garuva-floresta-atlantica-sc/>, acessado em março de 2020.

O acidente hídrico de maior importância fica na Serra do Mar, onde encontram-se as nascentes dos Rios São João, Palmital e Quiriri. A Serra dos Carrapatinhos, localizada à leste do município, é onde estão as nascentes dos rios Say Mirim e Say Açú. A principal bacia hidrográfica da sede do município é a do rio Palmital, por oferecer trechos propícios à navegação e serviu de entrada para a vinda dos colonos que se instalaram em Garuva (Tonicelo, 2004, p. 63).

Além disso, a pesquisadora descreve que

[...] a estratificação das classes sociais de Garuva reproduz o modelo socioeconômico de todo o país, pois há o predomínio das classes média e baixa. Do total da população economicamente ativa, 75% é formada por trabalhadores do setor terciário [serviços], 0,8% do setor secundário [comércio] e 17,5% do setor primário [agricultura]. A população tem algo em torno de 11.000 habitantes, sendo que 60% destes vivem na área urbana e 40% na zona rural. Deste total de habitantes, aproximadamente 4.000 pessoas se dedicam direta ou indiretamente ao artesanato. Entre os materiais mais utilizados e trabalhados no artesanato da região, se destacam: o cipó imbé (*Philodendron cf. selloum* - ARACEAE) e o cipó liaça (*Heteropsis rigidifolia*) que são extraídos da Mata Atlântica [...] (p. 64).

Conforme figura no portal eletrônico da Prefeitura Municipal de Garuva⁷¹, o Distrito de Palmital foi instituído em 1924, no bairro do Palmital, e em 1935 a sede do Distrito passou a ser em Garuva. Em 1942 mudou a denominação oficial, passando a Distrito de Garuva. Porém, com a emancipação, em 1963, foi desmembrado o Distrito de São Francisco, de modo que em 1964 foi instituído o município de Garuva.

Imagem 41: Sede do município de Garuva.



(Fonte: <<https://garuva.atende.net/#!/tipo/galeria/>>, acessado em outubro de 2020).

71 Ver <<https://garuva.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/9>>, acessado em maio de 2020.

Imagem 42: Paisagem rural do município de Garuva.



(Fonte: <<https://garuva.atende.net/#!/tipo/galeria/>>, acessado em outubro de 2020).

Entre as “formas” (Santos, 1985, p. 50) do município de Garuva, constam: a) Hidrografia configurada pelos rios Quiriri, Três Barras, Pirabeiraba, Cavalinho, Sete Voltas, Palmital, da Onça, Barrancos, Catarina, Saí-Açu, Saí-Mirin e São João (Prefeitura Municipal de Garuva, 2016, p. 43), com águas drenadas pela extensa Baía da Babitonga (Romanzini, 2009, p. 92 / 93); b) Biodiversidade de Mata Atlântica, nas proximidades da Serra do Mar, e ecossistema de mangue influenciado “[...] pelo oceano compondo a diversificada planície costeira, do mangue ao sopé da serra [...] o ecossistema de restinga possui vegetação herbácea ou arbustiva” (Romanzini, 2009, p. 92), porém com destaque à ocorrência de “floresta ombrófila densa (atlântica)” e “floresta ombrófila mista (floresta de araucária)” em algumas áreas (Romanzini, 2009, p. 100); c) “A fauna diversificada, onde ainda é possível encontrar jaguatiricas, macacos e cervos, além de inúmeras espécimes de aves, como tucanos, saracuras, macucos [...]” (*idem*), bem como peixes de espécies diversas e outros pequenos animais silvestres; e d) De acordo com a conceituação do IBGE, o clima de Garuva é subtropical úmido com média anual de 28° C, pluviosidade oscilando entre 1.600 e 1.700 mm e umidade relativa do ar sob influência de ventos marítimos, com média anual de 85% e 155 dias de chuva⁷².

Em relação aos “fluxos” (Santos, 2008, p. 62) de Garuva, a plataforma digital “IBGE Cidades” declara que o município apresenta os seguintes dados geográficos e socioeconômicos:

Tabela 2: Panorama socioeconômico do município de Garuva

Área da unidade territorial (em 2019)	503,595 km ²
Bioma (2019)	Mata Atlântica
População Estimada (em 2019)	18.145 hab.

⁷² Ver <<https://garuva.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/11>>, acessado em junho de 2020.

População (Censo de 2010)	14.761 hab.
População urbana (Censo de 2010)	11.451 hab.
População rural (Censo de 2010)	3.310 hab.
População masculina (Censo de 2010)	7.540 hab.
População feminina (Censo de 2010)	7.221 hab.
Densidade demográfica (Censo de 2010)	29,41 hab. / km ²
Salário médio mensal dos trabalhadores formais (em 2017)	2,4 salários-mínimos
Pessoal ocupado (em 2017)	4,673 hab.
População ocupada (em 2017)	26,6 %
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário-mínimo (Censo de 2010)	29,6 %
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (Censo de 2010)	98 %
PIB per capita (em 2017)	R\$ 52.084,60
Percentual das receitas oriundas de fontes externas (em 2015)	76,3 %
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM (Censo de 2010)	0,725

Fonte: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-bonifacio/panorama>>, acessado em outubro de 2020.

Por outro lado, refinando os dados quantitativos acima, no tocante a empregos e ocupação laboral no município, encontra-se a seguinte dinâmica:

Tabela 3: Panorama de empregos e ocupação laboral em Garuva

Atividades	Número e Percentual de Empregos	
Administração pública em geral	605	10,3%
Produção de tubos de aço com costura	590	10,1%
Fabricação de outros produtos de metal não especificados	392	6,7%
Construção de rodovias e ferrovias	358	6,1%
Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	314	5,4%
Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira	207	3,5%
Cultivo de banana	168	1,9%
Serrarias com desdobramento de madeira	162	2,8%
Restaurantes e similares	153	2,6%
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios (supermercados)	128	2,2%
Demais atividades	2.771	47,4%
Total	5.848	100%

Fonte: SEBRAE-SC (2019, p. 41), tendo por base os dados do Ministério do Trabalho e Emprego / RAIS de 2016.

Enfim, Garuva é um município que apresenta baixa densidade populacional, ainda que se caracterize por ter uma composição identitária resultante da fricção cultural de imigrantes portugueses, açorianos, germânicos, italianos e outros, como os africanos escravizados, afrodescendentes e os povos originários - ou seja: indígenas. No entanto, a parcela da população priorizada no presente estudo de caso é a da comunidade dos “Cipozeiros de Garuva”.

2.2.2. Formação e identidade cultural do território

Até onde foi possível saber, o termo “Garuva não tem tradução; sabe-se somente que é um nome indígena com raiz no Tupy-Guarany, proveniente de uma árvore com madeira de cor amarelada conhecida como canela-ferrugem, canela-amarela ou canela-garuva” (Romanzini, 2009, p. 105). À época da colonização do norte de Santa Catarina, esta madeira “[...] era encontrada em abundância na região da Serra do Quiriri” (*idem*) e foi tão utilizada na “[...] construção de casas e fabricação de móveis” que quase “[...] a fez desaparecer da paisagem local” (*idem*). No entanto, a mesma fonte informa que entre “[...] 3.000 e 2.000 anos atrás grupos humanos chamados de paleoíndios já perambulavam por ali” (p. 106), os quais deixaram vestígios “[...] gravados desde a pré-história, comprovados e certificados em Oficinas Líticas às margens do rio São João e nos Sambaquis encontrados em vários pontos do território garuvense” (p. 107). O “Atlas Geográfico de Santa Catarina” (2019) confirma esta presença (Wittmann e Brighenti, 2019, p. 39), assim como indica que se tratava de uma área que também foi utilizada e/ou ocupada pelos Guarani e, antes desses, pelos Carijó (Campos et al., 2019, p. 56).

Os pioneiros no território

Avançando no tempo, um registro de Romanzini (2009) requer destaque:

Enquanto os índios usufruíam da natureza generosa nesta parte do mundo, na Europa se discutia como o mundo seria dividido. Era chegada a época das grandes descobertas e exploradores náuticos ganhavam os oceanos. Em 1492, Cristóvão Colombo chega às Antilhas, e se estabelece o Tratado de Tordesilhas, a 370 léguas a Oeste de Cabo Verde. Esta linha imaginária, de pólo a pólo, cortava o Brasil desde a Ilha de Marajó até a cidade de Laguna, em Santa Catarina. A linha separava Garuva, cortando as localidades de Baraharas e Barrancos. O domínio do novo continente inicialmente atribuiu parte aos espanhóis e parte aos portugueses, onde contempla o início do trecho dentro do Estado de Santa Catarina do Caminho do Peabiru, um de seus “troços” ou ramais chamados Trilha dos Tupiniquins. Os jesuítas batizaram esse caminho de Caminho de São Tomé, tendo-o utilizado nas suas atividades de evangelização e aldeamento de indígenas, na região do rio Paraná, ainda em meados do século XVI. Tal caminho terrestre conduzia às

regiões das Missões também conhecido como Caminho do Monte Crista que foi o mesmo usado pelo navegador “Cabeza de Vaca”. A presença dos Jesuítas espanhóis na região garuense de Três Barras confirma que eles tinham mapas de caminhos já traçados, e estiveram ali para demarcar território. O maior indício são as ruínas da Capela de Santo Ignácio, situada entre os deltas dos rios Três Barras e Cavalinhos no território de Garuva (p. 107 / 108).

Romanzini (2009) indica, ainda, que Garuva “[...] esteve muito ligado ao tropeirismo [...] desde os tempos coloniais, como lugar de passagem” (p. 109). Kath (2015) confirma esse dado e acrescenta o seguinte:

O Monte Crista com sua escadaria de pedra é um importante Patrimônio Histórico e Cultural para o município, conforme declarado pela Lei Municipal 1731 de 05 de novembro de 2013. O Monte Crista é interpretado como um patrimônio histórico [...] e como sítio arqueológico [...] pertencente ao antigo caminho indígena Peabiru. O Monte Crista é frequentado por inúmeras pessoas durante o ano inteiro e não possui uma gestão que preserve e administre o caminho, sobretudo a escadaria de pedra, que é um importante vestígio material da antiga ligação do norte catarinense com os Campos de Curitiba (p. 16 / 17).

Porém, especificamente sobre o caminho indígena, Kath (2015) detalha ainda mais.

Para Quandt [...], as escadarias de pedra do Monte Crista seriam um ramal do antigo caminho indígena Peabiru, e a sua construção se assemelharia às obras encontradas nas regiões andinas, como as estradas incaicas. Por este ramal do Peabiru, o português Aleixo Garcia teria partido, em 1524, acompanhado por um grupo de indígenas até a região próxima de Potosí no Peru. Da mesma forma, Álvaro Nuñez “Cabeza de Vaca”, o Governador do Rio da Prata, teria utilizado este caminho para chegar ao Paraguai, após ter ficado aportado alguns meses na Ilha de Santa Catarina, em 1541 (p. 17).

Como se pode inferir, o Caminho de Peabiru tem significados históricos e culturais. Contudo, até onde foi possível investigar, não existem estudos apurados sobre a sua extensão e outras minúcias.

O Falanstério do Saí

Um elemento singular na formação do território indica que “[...] o município só foi conhecer um movimento colonizador importante e definitivo, no início do século XIX” (Romanzini, 2009, p. 109). Por esse motivo, a formação de Garuva foi marcada pela chegada de imigrantes franceses, além dos portugueses, espanhóis, açorianos e outros que já estavam

presentes (Campos *et al.*, 2019, p. 56), assim como os imigrantes germânicos, italianos, entre outros que começaram a chegar em meados do Século XIX (*idem*). Evidentemente, os escravos de origem africana (Mamigonian e Bissigo, 2019, p. 79) – mas esses não podem ser considerados imigrantes, pois foram obrigados a vir para o Brasil – e os brasileiros afrodescendentes já estavam no território bem antes (*idem*). Assim, tal como figura na plataforma digital “IBGE Cidades”⁷³,

A primeira tentativa de implantar o município de Garuva aconteceu em 1841, com o colonizador francês Benoit Jules de Mure. Ele se inspirou num projeto do filósofo francês Charles Fourier e planejou a implantação de uma comunidade baseada no socialismo utópico. As propostas revolucionárias foram postas em prática em duas léguas de terra da antiga Península do Saí, às margens da baía de São Francisco. A estrutura baseava-se em uma colônia de produção e consumo, mas o sistema não deu certo. A iniciativa de colonizar a região, contudo, originou o povoado de São João do Palmital, ligado a São Francisco do Sul.

Releva evidenciar, todavia, que o mencionado “filósofo francês Charles Fourier” tem importância histórica. Segundo Lins (2010), François Marie Charles Fourier foi um dos três intelectuais citados por “[...] Marx e Engels em seção do Manifesto do Partido Comunista, intitulada ‘O socialismo e o comunismo críticos e utópicos’. Os outros são Claude Henri de Saint-Simon, também francês, e Robert Owen, britânico” (p. 34). Ainda que Karl Marx e Friedrich Engels entendessem que o socialismo crítico – ou científico (Engels, 1984) – fosse mais potência para emancipar o proletariado que o socialismo utópico (*idem*), umas das experiências práticas deste último no Brasil ocorreu no Falanstério do Saí, no século XIX (Guttler, 1994; Gallo, 2002, p. 31 / 32; Lins, 2010; Romanzini, 2009, p. 112 / 113). O Falanstério foi instalado em um local próximo ao que atualmente corresponde ao município de Garuva, muito embora não restem na atualidade fragmentos, ruínas ou sequer um espaço de memória para algo com tanta relevância histórica. De todo modo, o francês Benoit Jules de Mure – também mencionado na apresentação de Garuva na plataforma digital “IBGE Cidades” – era médico homeopata prestigiado na Europa e foi o idealizador do Falanstério do Saí com base nas ideias de Charles Fourier, assim como liderou este “processo colonizador” (Lins, 2010, p. 33).

No entanto, segundo Gallo (2002),

⁷³ Ver <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/garuva/historico>>, acessado em maio de 2010.

[...] a inclinação de Mure pelo lugar deu-se também, por outro motivo: o fato de perceber naquelas populações humildes [da baía do Saí], sem instrução e abandonadas à própria sorte, numa região de matas virgens, a prática dos preceitos do um por todos e todos por um, princípios estes que o próprio Mure tinha a pretensão de ensinar, inspirando-se nas ideias mais avançadas do mundo! O que havia presenciado era o “puxirão”, uma forma de mutirão exercida pelos habitantes do lugar em que os vizinhos se ajudavam mutuamente para a execução das tarefas pesadas. Esta forma de trabalho conjunto fora assimilada dos índios carijó, pelos primeiros açorianos que povoaram aquele litoral. Enfim, Mure, no ápice do seu idealismo, deve ter ficado maravilhado ao perceber que, nesse sistema, o trabalho é realizado com alegria e com vontade e, no final, termina com uma bela festa regada a comida, bebida, música e dança (p. 111).

Guttler (1994) e Gallo (2002) entendem que o Falanstério chegou a ter 236 franceses. Conforme descreve Lins (2010, p. 66), havia entres eles médicos, engenheiros e técnicos de diversas áreas, os quais objetivavam estabelecer uma “colônia industrial” (Gallo, 2020, p. 114). O portal eletrônico da Prefeitura Municipal de Garuva⁷⁴ menciona que

Dentro do falanstério viveriam como irmãos, tendo tudo em comum. Diversas oficinas e diferentes profissionais se fariam necessários para que houvesse uma auto-suficiência como nos feudos da idade média. Esta sociedade viveria num sistema de justiça e igualdade. A península do Saí foi, portanto, o local onde se estabeleceu a única tentativa para instalação de uma comunidade falansteriana no Brasil. / Este grandioso empreendimento se extinguiu em 1847 em parte por causa das rivalidades entre os dois grupos (da Glória e do Palmital), mas o motivo principal do fracasso do empreendimento foi a estrada de Três Barras que a partir de 1842 estava interditada por causa das árvores tombadas sobre seu leito e das pontes estragadas. O governo brasileiro não manifestou interesse em restaurar a estrada porque ela era economicamente inviável e porque na ocasião havia outras prioridades a nível federal. Os franceses deixaram o local dirigindo-se para outros estados, sobretudo Rio de Janeiro ou voltando para a França.

A experiência de “colonização fouerista no Estado de Santa Catarina” (Gallo, 2002, p. 11) teve início em 1840 e acabou em 1847 (*idem*). Lins (2010) sustenta que o “fluxo de colonização” e a chegada dos societários franceses no Falanstério do Saí ocorreu entre o “[...] final de 1841 e desdobrou-se em algumas chegadas, que se repetiram até 1844” (p. 32). A colônia industrial do Falanstério do Saí contou ainda com o apoio financeiro do governo francês. Foi autorizado e teve inclusive algum apoio financeiro pelo governo imperial de Dom Pedro II (Lins, 2010, p. 52), assim como a instalação do Falanstério foi autorizada pela então

⁷⁴ Ver <<https://garuva.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/9>>, acessado em maior de 2020.

Província de Santa Catarina, que também consignou empréstimo financeiro à colônia industrial (*idem*).

Curiosamente, os portais eletrônicos consultados até aqui para elaboração deste tópico, pouco mencionam sobre a presença e as atividades dos “povos indígenas” (Wittimann e Brighenti, 2019, p. 39) no território de Garuva, ao longo da História. No entanto, a tese de doutorado de Antunes (2010, p. 70) demonstra que o manejo de plantas nativas e o trançado de fibras vegetais são práticas antigas entre os Guarani e outras etnias indígenas do Brasil Colônia e do Brasil Império, conforme se pode observar nas imagens produzidas por Jean Baptiste Debret.

Imagem 43: Gravura “Vegetais utilizados para fazer cordas: embira, cipó imbé, sapucaia, algodoeiro”⁷⁵.



(Fonte: Antunes, 2010, p. 74).

Imagem 44: Gravura “Vendedor de Palmito”⁷⁶.



(Fonte: Antunes, 2010, p. 74).

Importa destacar, entretanto, que na Imagem 43 há um homem manejando o cipó Imbé – ou a embira, a sapucaia ou ainda o algodoeiro, conforme indica o título da obra –, sugerindo que esta prática tradicional é muito antiga e que pode se tratar de um indígena da etnia Guarani. Já na Imagem 41, um outro homem – de tez escura, possivelmente escravo – transporta palmitos no ombro. Ambas as Imagens guardam semelhanças com as práticas extrativistas tradicionais dos “Cipozeiros de Garuva”, tal como será apontado mais adiante. Porém, releva recordar que

⁷⁵ Ver <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3692>>, acessado em junho de 2020.

⁷⁶ Ver <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3716>>, acessado em junho de 2020.

o artista integrou a “Missão Artística Francesa ao Rio de Janeiro”, de 1817, “[...] com vistas à fundação de uma Escola de Ciências, Artes e Ofícios, [que] levou os artistas à realização de diversos trabalhos. Estavam dispostos a celebrar a imagem da corte dos Bragança, que agora reinava no Brasil sob novas condições políticas” (Dias, 2006).

Assim,

Jean-Baptiste Debret é o primeiro pintor de história a realizar um conjunto de pinturas voltadas à representação da corte portuguesa no Rio de Janeiro. A obra *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, produzida por Debret e publicada em três volumes entre 1834 e 1839, em Paris, apresenta uma série de ilustrações correspondentes aos principais eventos ocorridos no reinado de Dom João VI e império de Dom Pedro I, além da construção de uma iconografia de caráter nacionalista, inteiramente nova, relativa ao Primeiro Império (p. 245).

Como se pode inferir, as contribuições da “Missão Artística Francesa ao Rio de Janeiro” oferecem resquícios do passado colonial brasileiro significativos.

As Cipozeiras e os Cipozeiros de Garuva

Apesar de tudo, o que mais chama a atenção é que até 2004 os “Cipozeiros de Garuva” eram percebidos pelo Estado catarinense e a Prefeitura de Garuva apenas como a parcela da população local mais fragilizada social e economicamente, ou seja: como um problema. No entanto, Tonicelo (2004) estimou que os Cipozeiros formavam um contingente com mais ou menos 4.000 indivíduos, num momento em que o município de Garuva contabilizava 11.000 habitantes (p. 64). Isto indica que sucessivos governos do estado e do município não perceberam – ou desprezaram – o capital histórico e cultural dessa “comunidade tradicional”. Contudo, conforme ponderou Antunes (2011, p. 147), os “Cipozeiros de Garuva” se reconheceram – por autodeclaração – como comunidade tradicional em 2007 e foram reconhecidos pela sociedade como tal, conforme está registrado na publicação “ProjetoNova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil - Fascículo 9 / Cipozeiros de Garuva, Santa Catarina”⁷⁷.

⁷⁷ Para saber mais, ver <<http://novacartografiasocial.com.br/download/09-cipozeiros-de-garuva-floresta-atlantica-sc/>>, acessado em setembro de 2020.

Imagem 45: Alguns dos “Cipozeiros de Gravura”.



(Foto: Douglas Ladik Antunes, 2007).

Como se pode inferir, os Cipozeiros de Garuva têm uma “identidade coletiva” (Antunes, 2011, p. 104), não sendo, portanto, uma etnia, tal como a Imagem acima indica ao apresentar suas feições fenotípicas indígenas, europeias, caboclas e/ou cafuzas. Foi esta a intenção de Antunes (2011), ao relatar a construção de mapeamentos livres e temáticos com os “Cipozeiros de Garuva”, tanto para estimular os Cipozeiros a se reconhecerem como tal quanto para que os demais os reconhecessem. Neste sentido, Antunes (2011) afirma que

[...] já tínhamos ouvido o termo “cipozeiro”, mas não reconhecemos prontamente sua devida importância por não termos compreendido ainda que esta era uma manifestação de diferenciação deste grupo em relação a outros grupos. Em oposição ao cipozeiro tradicional, foi indicada a existência do cipozeiro ocasional e o artesão. Sendo o cipozeiro ocasional dito também como “cipozeiro da cidade”, que somente extrai o recurso natural para a venda, não tendo preocupação com a estratégia de manejo correta para a sobrevivência das “mãezeras” e, conseqüentemente, se preocupando com a retirada em grande volume, inclusive de fios verdes. Em conflito às atividades de extração de cipó estavam situadas as atividades de extração de palmito, feita pelos palmiteiros – pessoas também estigmatizadas por trabalhar na ilegalidade, com o Palmito Jussara (*Euterpe Edulis*) sendo protegido por lei –, e a atividade de caça. Os locais apresentados no mapa com coexistência destas três atividades – extração de cipó, palmito e caça – são locais de maiores conflitos entre os extratores de cipó e os “zeladores” das propriedades, também chamados de “pistoleiros” e “jagunços”, visto que os cipozeiros, palmiteiros e caçadores não se diferenciam “no mato” (p. 41 / 42).

Enfim, em razão do que foi exposto neste item, o presente estudo de caso privilegiou os “Cipozeiros de Garuva”, o seu território e as suas demandas, tal como seguem descritas nos

próximos itens deste caso, exatamente por serem do extrato social de Garuva que mais requeria atenção.

2.2.3 O processo de desenvolvimento do território

Conforme consta na plataforma digital “IBGE Cidades”⁷⁸, Garuva se constituiu através de um processo lento, de modo que o seu

[...] desenvolvimento arrastou-se por décadas. A maioria dos moradores da colônia seguiu para o norte do Estado à procura de trabalho e, próximo a BR-101, formou outra comunidade, onde hoje fica a sede do município. Somente a partir de 1914, com a chegada dos portugueses Cândido da Veiga e Tolentino Salvador, a localidade progrediu com mais rapidez. O movimento popular pela emancipação do distrito começou em 1963 e culminou em 29 de fevereiro de 1964, quando Garuva foi desmembrada de São Francisco do Sul, tornando-se município autônomo.

De fato, o município de Garuva é cortado por duas rodovias que demandam atenção: a rodovia BR - 101, rebatizada como Rodovia Mário Covas (Favaretto, 2012, p. 79), e a rodovia estadual Máximo Jamur (Romanzini, 2009, p. 150), mais conhecida como SC - 415.

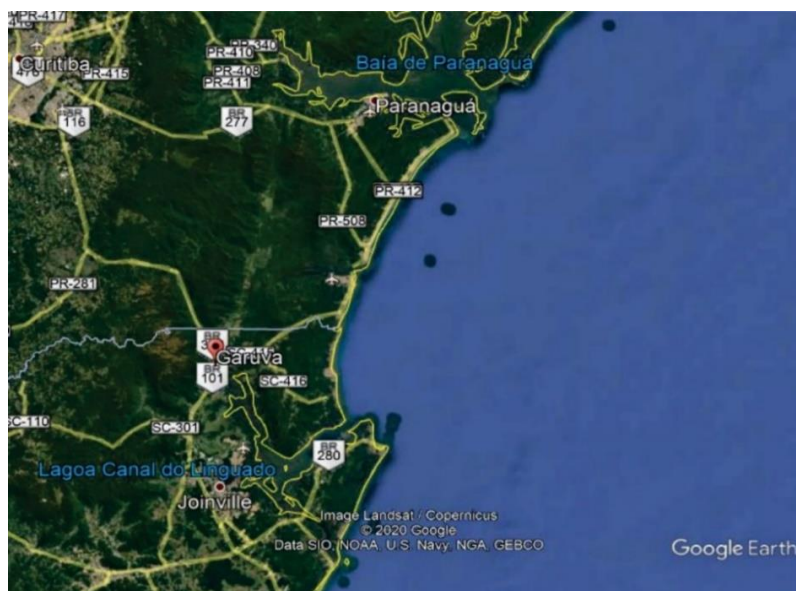
As rodovias em Garuva e o complexo portuário do entorno

Em relação à BR - 101, trata-se de uma “rodovia longitudinal” conhecida como a “rodovia Translitorânea do Brasil” por conectar estados das regiões Nordeste, Sudeste e Sul (Favaretto, 2012, p. 79). Iniciada a partir de 1950 (*idem*), sua implantação e pavimentação ocorreu entre os anos 1950 e 1960 em Santa Catarina, favorecendo a “[...] criação de diversos municípios, ao longo do litoral norte e centro-norte: Penha (1958), Barra Velha (1961), Navegantes (1962), Itapema (1962), Garuva (1963), Piçarras (1963) e Balneário Camboriú (1964)” (Favaretto, 2012, p. 86). Além disso, a BR-101 praticamente liga as capitais estaduais com muitos municípios da Região Sul, assim como articula os portos catarinenses de Itajaí, e de Itapoá com o porto paranaense de Paranaguá. Também potencializa os transportes modais aéreos, em especial nos aeroportos internacionais do município catarinense de Navegantes e do município paranaense de São José dos Pinhais. Além disso, trechos da BR - 101, da BR - 376 e da BR - 116 conectam dois grandes polos industriais do segmento metalmeccânica situados em Joinville (SC) e em São José dos Pinhais (PR), tanto quanto, logo em seguida, este trajeto dá acesso à capital paranaense de Curitiba. Isto tudo possibilita grande fluxo de turismo no

⁷⁸ Ver <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/garuva/historico>>, acessado em maio de 2010.

período de alta temporada e um expressivo tráfego de pessoas e de cargas ao longo do ano (Favaretto, 2012, p. 83). No entanto, a BR - 101 é interrompida em Garuva (SC) e somente no município de Peruíbe (SP) a rodovia é retomada em um de seus outros trechos que seguem até o Estado do Rio Grande do Norte (*idem*).

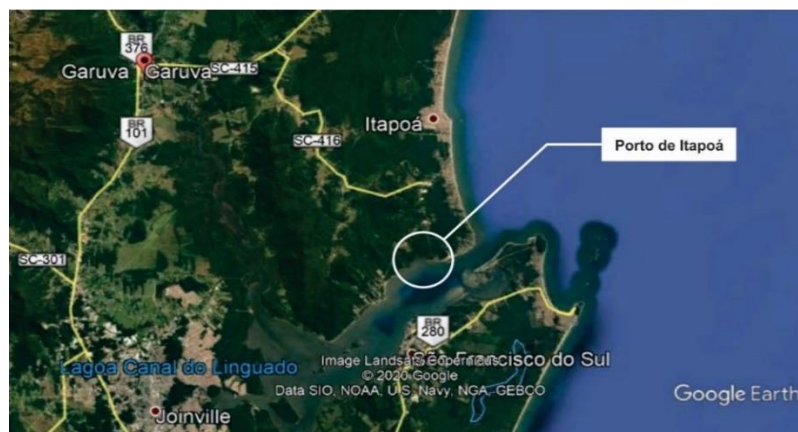
Imagem 46: Rodovias importantes que cruzam o município de Garuva.



(Fonte: Google Earth, imagem capturada em junho de 2020).

Já a rodovia catarinense Máximo Jamur, mais conhecida por SC - 415, cumpre uma função marcante na economia catarinense pois o polo industrial originalmente situado em Joinville também se irradiou para Garuva e municípios vizinhos. Romanzini (2009) relata que a “[...] evolução no número de indústrias instaladas no município [de Garuva] entre 2005 e 2009 teve incremento de 50% no número de empresas abertas, em relação ao período de 2000 a 2004” (p. 130), enquanto que no ano de 2009 “[...] o número de solicitações para a implantação de novos empreendimentos já ultrapassa a casa das 30 empresas em processo de análise na Prefeitura” (*idem*), sendo que uma dessas empresas – a indústria multinacional Marcegaglia, de origem italiana – “[...] emprega aproximadamente 500 funcionários e atualmente está em obras dobrando sua área fabril” (*idem*). Mais que isso, as rodovias BR - 101, SC - 415 e SC - 416 se conectam para que o parque industrial de Joinville tenha acesso ao Porto de Itapoá, utilizando os municípios de Garuva e de Itapoá como corredor rodoviário.

Imagem 47: As rodovias BR-101, SC-415 e SC-416 como acesso ao Porto de Itapoá.



(Fonte: Google Earth, imagem capturada em junho de 2020).

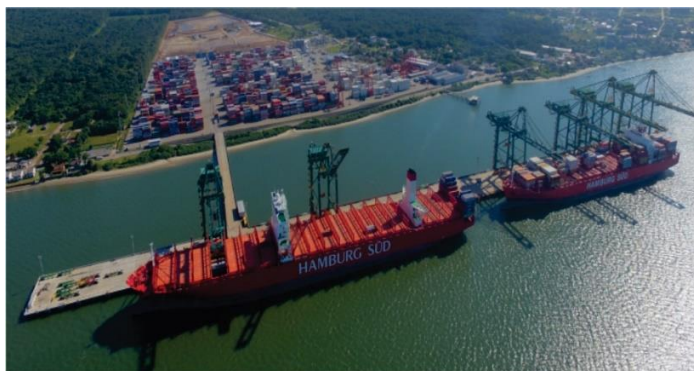
Romanzini (2009) destaca ainda que

O porto de Itapoá e o acesso pela SC - 415 não fazem parte dos pacotes do PAC, pois se trata de um porto privado financiado pelo BID, mas todo o entorno está sendo reordenado diante da amplitude dos problemas e da importância do setor de transportes para a economia do país. O novo porto catarinense será o portal do sul do Brasil para o mundo encurtando distâncias e economizando tempo nas operações portuárias. Porém o maior investimento portuário da região Norte [catarinense] – R\$ 320 milhões, equivalente ao custo da instalação da GM em Araquari – é alvo de duas ações na Justiça Federal. Em uma delas, o Ministério Público Federal quer a suspensão das licenças concedidas pelo Ibama para a construção do Terminal de Contêineres (TECON Santa Catarina). Mas a obra mediante liminares está em andamento, e deve acelerar assim que o acesso a ele estiver concluído (p. 145 / 146).

No portal eletrônico da organização “Porto de Itapoá”⁷⁹ consta que as respectivas operações de transportes de cargas em iniciaram em 2011, conectando-se, assim, aos grandes portos da região do Brasil, da América do Sul e do mundo.

⁷⁹ Ver <www.portoitapoa.com.br/institucional/73>, acessado em junho de 2020.

Imagem 48: Porto de Itapoá.



Fonte: <www.portoitapoa.com.br/institucional/73>, acessado em junho de 2020.

No entanto, releva considerar que o Porto de Itapoá integra um sofisticado sistema de transportes intermodal que articula estratégias estadual e federal para tornar Santa Catarina e o Brasil mais competitivos nacional e internacionalmente, tal como se verifica no “Plano Mestre do Complexo Portuário de São Francisco do Sul” (Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil *et al.*, 2017, p. 11). Este e os outros Planos Mestre para os portos brasileiros “[...] constituem um dos instrumentos de planejamento setorial desenvolvidos pela Secretaria de Políticas Portuárias do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (SPP / MTPA), em cumprimento ao estabelecido pela Nova Lei dos Portos nº. 12.815 / 2013” (*idem*), portanto sob vigência do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁸⁰ ocorridos nas gestões dos Governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. Nesse sentido, foram elaborados o Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP), foi atualizado o Plano Geral de Outorgas Portuárias (PGO) e a “[...] atualização dos Planos Mestres de 32 complexos portuários, sendo o primeiro o de São Francisco do Sul”, estando este último situado na região nordeste do estado de Santa Catarina (Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil *et al.*, 2017, p. 11):

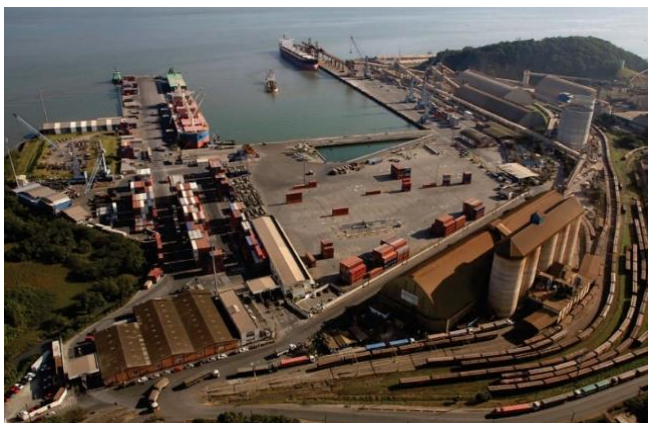
Nesse tocante, destaca-se que os Planos Mestres são desenvolvidos considerando as diretrizes do PNLP, assim como os Planos de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) portuários devem ser elaborados pelas Autoridades Portuárias de forma alinhada com os Planos Mestres. / [...] No que tange aos Planos Mestres, sua importância está atrelada à orientação de decisões de investimento, público e privado, na infraestrutura dos complexos portuários e também em relação a ações estratégicas a serem definidas para os diferentes temas que envolvem a dinâmica portuária, com destaque para gestão portuária, meio ambiente, melhorias operacionais e interação porto-cidade. / [...] De modo mais específico, o Plano Mestre do

⁸⁰ Para saber mais, ver < <http://pac.gov.br/sobre-o-pac>>, acessado em junho de 2020.

Complexo Portuário de São Francisco do Sul destaca as principais características das instalações portuárias que pertencem ao complexo, a análise dos condicionantes físicos e operacionais, de seus impactos sobre o meio ambiente e sua interação com a urbanidade. Além disso, é composto pela projeção de demanda de cargas, pela avaliação da capacidade instalada e de operação e, como principal resultado, discute as necessidades e alternativas de expansão do Complexo Portuário para um horizonte de planejamento de 30 anos (Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil *et al.*, 2017, p. 11).

Observa-se, então, na Imagem abaixo, o resultado da integração dos esforços federal, estadual e municipais no empreendimento de um sistema portuário, rodoviário, aeroportuário (através dos aeroportos dos municípios de Navegantes e Joinville) e ferroviário (ver a Imagem abaixo), o qual tanto atende às demandas de escoamento da produção do grande agronegócio do oeste catarinense (através de rodovias que atravessam o estado no sentido leste - oeste) quanto às demandas do parque industrial de Joinville.

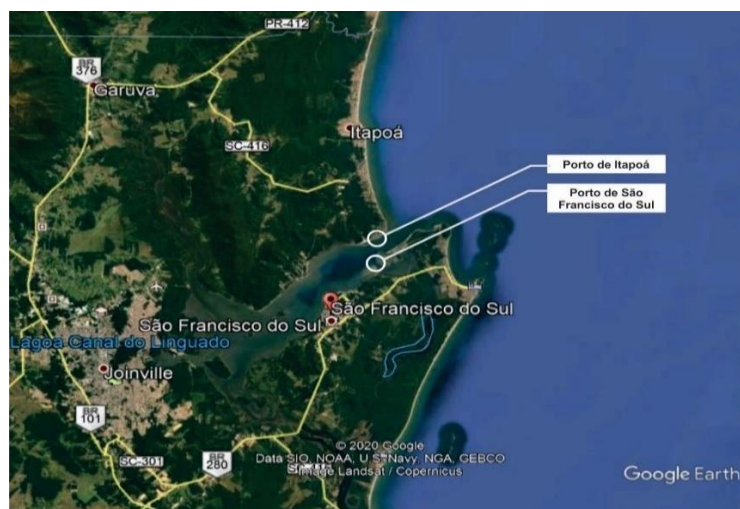
Imagem 49: Porto de São Francisco do Sul.



(Fonte: <www.portosenavios.com.br/noticias/portos-e-logistica/porto-de-sao-francisco-do-sul-completa-64-anos-consolidado-como-maior-movimentador-de-cargas-de-sc>, acessada em junho de 2020).

Segundo Bracarense *et al.* (2018, p. 270), a nova Lei dos Portos nº. 12.815 / 2013 corresponde a um novo marco regulatório para os portos brasileiros. Este processo iniciou com a publicação da Medida Provisória nº. 595 / 2012 e foi transformada em lei no ano seguinte. A intenção era tornar os estados mais competitivos e, por extensão, desenvolver o país, “[...] eliminando a distinção de tipo de carga a ser movimentada no terminal, sepultando a diferença até então existente entre terminais privativos de uso exclusivo e de uso misto” (p. 270), porém “mantendo o regime jurídico aplicável a elas inalterado, qual seja, a outorga de autorização” (*idem*).

Imagem 50: As rodovias BR - 101, SC - 301 e BR - 280 como acesso ao Porto de São Francisco do Sul.



(Fonte: Google Earth, imagem capturada em junho de 2020).

Vale mencionar, ainda, que as rodovias BR - 101, SC - 415 e SC - 412 se conectam para darem acesso ao Porto paranaense de Paranaguá, a partir de Garuva.

Evidentemente, este sistema intermodal de transportes por um lado favorece a dimensão econômica e o desenvolvimento econômico dos municípios envolvidos, do estado catarinense e do Estado nacional, no entanto não satisfaz algumas demandas locais, sobretudo no que tange às dimensões sociais e ecológicas do desenvolvimento. Esta tese consta em Favaretto (2012, p. 210), ainda que esteja restrita apenas aos impactos socioambientais positivos e negativos produzidos pela rodovia BR-101. Romanzini (2009) é mais enfática sobre os efeitos negativos causados à Garuva, pois o município está situado no eixo rodoviário e portuário que articula o parque industrial de Joinville e o Porto de Itapoá. Segundo a autora, a população local e suas dinâmicas sociais e ambientais não foram levadas em conta nos planos de desenvolvimento estadual e federal, pois a “[...] pequena cidade não tem hospital, mas tem eleições. Não tem cinema, nem museu, mas tem eleições. Não tem faculdade, e elege prefeitos” a ponto de um taxista ter reclamado que a “[...] cidade não tem mais praça, está abandonada, pois virou ‘boca de fumo’. Até a igreja tem grades” (p. 173). Por estes e outros motivos, Romanzini (2009) conclui que o município é “[...] muito mais que uma cidade de passagem” (p. 176), ainda que seu futuro esteja sendo planejado “fora de seu território”, por organizações “[...] multinacionais e de navegação resolvendo o futuro do lugar, definitivamente alheios à cidade” (*idem*).

Todavia, é necessário ter em mente que o Porto de Itapoá possui Estudo de Impacto Ambiental (EIA)⁸¹ e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)⁸², conforme exigido pela legislação, de modo que no parágrafo final do RIMA há a seguinte declaração:

[...] é de fundamental importância a adoção de medidas mitigadoras, bem como a execução de planos e programas ambientais que visem, além de reduzir a magnitude dos impactos negativos, monitorar as alterações ambientais com o objetivo de identificar os possíveis efeitos adversos, possibilitando assim, a adoção de ações eficientes na conservação da biota local, bem como respostas rápidas às alterações das características físicas da região. Tais ações certamente irão reduzir possíveis prejuízos financeiros e, principalmente, irão manter o equilíbrio das características ambientais da região direta e indiretamente afetada (p. 76).

Em relação ao Porto de São Francisco do Sul, este também possui EIA⁸³ e RIMA⁸⁴, no qual o RIMA reconhece que houve diversos impactos negativos, tal como se constata em suas considerações finais:

Do total dos 47 impactos identificados, 18 (38%) foram considerados como de Magnitude e Significância Altas, sendo que 7 são de Natureza Positiva e 11 de Natureza Negativa. / A maioria destes impactos (25/53%) deverá ocorrer na Fase de Implantação do empreendimento e vários deles serão controlados pela adoção, necessária e eficiente, de um conjunto de ações de gestão ambiental, que visa a mitigação ou a compensação ambiental dos impactos negativos, bem como a potencialização dos efeitos benéficos (p. 94).

De todo modo, além dos fluxos implicados no “Plano Mestre do Complexo Portuário de São Francisco do Sul” (Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil *et al.*, 2017), o município de Garuva dispõe de outros fluxos (Santos, 2008, p. 62). Segundo o “Caderno de Desenvolvimento de Santa Catarina - Garuva” (SEBRAE SC, 2019), consta o seguinte:

⁸¹ Para saber mais, ver < <http://www.camaraitapoa.sc.gov.br/portoitapoa/EIA.pdf>>, acessado em junho de 2020. Conforme seu documento final, o EIA foi publicado em outubro de 2013.

⁸² Para saber mais, ver < <http://www.camaraitapoa.sc.gov.br/portoitapoa/RIMA.pdf>>, acessado em junho de 2002. No entanto, o documento não apresenta a data em que foi publicado.

⁸³ Para saber mais, ver < <http://www.ima.sc.gov.br/index.php/licenciamento/consulta-eia-rima>>, acessado em junho de 2020. O documento foi publicado em setembro de 2014.

⁸⁴ Para saber mais, ver < http://portobrasilsul.com.br/wp-content/uploads/2017/07/RIMA_PortoBrasilSul.pdf>, acessado em junho de 2020. O documento não apresenta a data em que foi publicado.

Tabela 4: Infraestrutura de Garuva

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Escolas públicas	-	13	14	15	15	13
Escolas privadas	-	-	-	-	1	1
Hospitais	-	-	-	-	-	-
Hotéis	6	-	-	-	8	-
Bares e restaurantes	34	-	-	-	32	-

(Fonte: SEBRAE SC, 2019, p. 50, tendo por base os dados do Ministério do Trabalho e Emprego / RAIS).

Além disso, no portal eletrônico da Prefeitura de Garuva⁸⁵ encontram-se outros “fluxos” (Santos, 2008, p. 62):

Há pouco tempo sua economia era voltada predominantemente para a agricultura, sobressaindo-se a bananicultura e a rizicultura, passando pelo ciclo do extrativismo e do artesanato. Hoje, Garuva apresenta economia diversificada com empresas e industriais de diferentes segmentos e conta com constante crescimento no setor de comércio e serviços. / No aspecto industrial, Garuva se destaca na atividade metal mecânica, metalurgia, agroindústrias, madeireiras, entre outras e está em grande ascensão na implantação de complexos logísticos, industriais e retroportuários, o que diversificam os setores, oportunizando mão-de-obra imediata. / Outro destaque do setor está na infraestrutura das áreas industriais que promovem disponibilidade de acesso à energia de 138 kv, água em abundância, gás natural, termoeletrica, além dos incentivos fiscais e econômicos viabilizados pelo município. / O setor agrícola é exemplar. Aqui se produz bananas de qualidade exportada para vários países do Mercosul. Também há destaque na cultura do arroz, cana de açúcar, mandioca, flores e criação de peixes e gado de corte.

Observa-se no mesmo portal eletrônico, por fim, que o município “[...] é o maior polo de artesanato de vime da região e tem incrementado as atividades em cipó imbé e fibra de bananeira”, já que o artesanato “[...] por muitas décadas ajuda a complementar a renda de muitas famílias garuvenses”.

2.2.4. O processo de construção coletiva da Marca Territorial “Arte Imbé”

Tal como ocorreu no estudo de caso anterior, houve diversas atividades do Projeto PRAPEM / Microbacias 2 (Simon, 2003, p. 169) e uma delas também foi importante para este segundo estudo de caso: o Curso de Capacitação em Pesquisas Participativas. Trata-se de um

⁸⁵ Para saber mais, ver <<https://garuva.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/10>>, acessado em junho de 2020.

processo de capacitação que habilitou dez “Projetos Faróis de Pesquisa Participativa” (De Boef e Pinheiro, 2005, p. 33), os quais foram renomeados mais tarde como “Projetos de Pesquisa-Extensão e Aprendizagem - PEAP” (Benez *et al.*, 2013). Nesse processo, experiências internacionais de Pesquisas Participativas foram apresentadas e discutidas, assim como métodos, abordagens e expectativas de resultados ocupou um público de aproximadamente cem pessoas (De Boef *et al.*, 2007; De Boef e Pinheiro, 2005, p. 33). Entre elas havia pesquisadores, extensionistas, técnicos, agricultores familiares e alguns convidados externos. Nesse sentido, os dez Projetos PEAP’s foram elaborados por dez equipes, os quais foram discutidos pelos envolvidos no processo de capacitação e, posteriormente, cada um deles foi refinado pelos respectivos autores e beneficiários do projeto e, então, foram implementados, monitorados e avaliados.

No caso do Projeto PEAP de Garuva, intitulado “Projeto Cipó-Imbé: Manejo Sustentado, Design Integral e Economia Solidária” (Ramos *et al.*, 2013, p. 50), o objetivo era promover a melhoria da qualidade de vida dos “Cipozeiros de Garuva”. Entretanto, para que esse Projeto fosse formulado, pactuado e implementado fatos relevantes ocorreram antes. O primeiro deles foi a contratação do agrônomo e mestre em engenharia ambiental Fábio Martinho Zambonim, via concurso público, e a designação dele para atuar como extensionista da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) no município de Garuva. Foi ele quem nos informou da presença dos “Cipozeiros de Garuva”, os quais formavam um coletivo com especificidades culturais e careciam de atenção que suplantava as atividades convencionais de extensão rural. O segundo fato relevante se deu através da estudante de Design Industrial Roberta Helena dos Santos Tonicelo, por ocasião do seu Trabalho de Conclusão de Curso na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), o qual focalizou as demandas de Design dos artesãos “Cipozeiros de Garuva” e que tive a satisfação de ser o orientador (Tonicelo, 2004). Igualmente importante, o terceiro fato se deu através do professor Douglas Ladik Antunes do Curso de Design da UDESC, o qual foi concursado e efetivado como docente do Departamento de Design em 2001, tinha graduação em Engenharia Mecânica e havia feito mestrado em Engenharia Ambiental com o agrônomo Fábio Martinho Zambonim. Ele também foi professor da estudante Roberta Helena dos Santos Tonicelo, em Sistemas e meios produtivos e de outras disciplinas com enfoque ambiental. A conjunção destes fatos possibilitou a participação do professor Douglas como convidado para fazer o Curso de Capacitação em Pesquisas Participativas / Projeto PRAPEM / Microbacias 2 (De Boef e Pinheiro, 2005, p. 33).

A conjunção desses fatores também teve influência de um pequeno coletivo de estudantes universitários de Design, com os quais se formou um grupo de estudos informal interessado em investigar vias alternativas para o Design, passando por questões relativas ao Ecodesign, Economia Solidária e Engenharia Ambiental, sempre a serviço do bem-estar da população. Neste grupo participaram os estudantes universitários, os quais haviam cursado disciplinas de Prática Projetual em Design, Metodologia Projetual em Design, Gestão do Design e Tópicos Especiais em Design ministradas por mim, e de Sistemas e Meios Produtivos e outras ministradas pelo Prof. Douglas Antunes. Daquela interação brotou outras iniciativas extracurriculares interessantes.

Uma delas foi o planejamento e a realização da oficina “Um Outro Design é Possível” no Fórum Social Mundial de 2003, em Porto Alegre (Antunes, 2011, p. 28). Tratava-se de uma iniciativa dos estudantes mencionados acima, os quais foram os organizadores e realizadores da Oficina. Para tanto, elaboraram previamente projetos de Ecodesign orientados à Economia Solidária, os quais foram modelados e expostos na Oficina, servindo de base à exposição de conceitos e foi seguida com debates livres, no restante da tarde. Nessa Oficina estive presente com o Professor Douglas Antunes, pois fomos convocados para o caso de haver questões mais delicadas a serem respondidas, mas isto não aconteceu, embora tenha sido instrutivo para todos os presentes.

A outra iniciativa interessante foi a organização de um grupo informal de pesquisadores e estudantes interessados em atuar profissionalmente na elaboração de soluções de Ecodesign articuladas, como a Engenharia Ambiental e a Economia Solidária. Para tanto, elaboramos o conceito de “Design Integral” (Antunes, 2011, p. 31; Simões, 2010, p. 196; Simões *et al.*, 2009, p. 73), onde pesquisadores, profissionais e estudantes de Design, engenheiro mecânico, engenheiro agrônomo, engenheiros ambientais, artista visual, antropóloga, jornalista, ambientalistas e um filósofo deram contribuições e alguns integravam o nosso grupo de estudos, debates e atuações pautadas pela práxis. Para tanto, também contávamos como três professores pesquisadores que formavam um conselho científico informal. Um deles realizava pesquisas na área de Sociologia Política, outro elaborava pesquisas alinhadas a Educação Ambiental e a Engenharia Ambiental e um terceiro realizava pesquisas no campo da Socioeconomia e da Economia Solidária. Sempre que surgia algum desafio de maior complexidade, eles nos auxiliavam. Assim, divulgamos a nossa presença e disponibilidade à sociedade com o seguinte prospecto:

Imagem 51: Parte frontal do folder do grupo informal do Design Integral, impresso pelo sistema Off-set em duotone, sobre papel Reciclato em formato customizado, com duas dobras.



(Fonte: Arquivo do Projeto Design Integral, 2003).

Em paralelo, como atividade profissional e institucional, planejamos, coordenamos e realizamos três edições dos Seminários Catarinenses de Ecodesign, nos anos de 2002, 2003 e 2004. A primeira dessas edições foi realizada através do Departamento de Design do Centro de Artes (CEART) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em parceria com a Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa Tecnológica e Inovação (ABIPTI)⁸⁶. A segunda edição foi realizada através do Curso de Design da Faculdade de Artes Aplicadas Barddal⁸⁷, em parceria com o Departamento de Design da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a terceira edição foi realizada pelo Diretório Acadêmico dos Estudantes do Centro de Artes da UDESC, em parceria com a Associação de Professores da UFSC (APUFSC).

⁸⁶ Para saber mais, ver < <https://portal.abipti.org.br/>>, acessado em julho de 2020.

⁸⁷ A Faculdade de Artes Aplicadas Barddal existiu até ser absorvida pela Faculdade de Florianópolis, em 2013. A Faculdade Barddal de Artes Aplicadas e a Faculdade Barddal de Ciências Contábeis foram incorporadas pelo Grupo Uniesp. Para saber mais, ver <www.educamaisbrasil.com.br/faculdade-de-florianopolis>, acessado em julho de 2020.

Imagem 52: Cartaz impresso por Serigrafia em duas cores, sobre papel artesanal feito de aparas de grama do Costão do Santinho Resort, em formato A3.

3º Seminário Catarinense de ECO Design

Alternativas para o presente

Programação do evento:

08:30 às 09:00 h **Cerimônia de abertura**

09:00 às 10:30 h Palestra 1: **A Hipótese Gaia** (Ursula Usher, Bióloga, Fundação Gaia / RS)

10:30 às 11:00 h Coofe break

11:00 às 12:30 h Palestra 2: **Economia Solidária** (Armando Lisboa, Economista, UFSC)

12:30 às 13:30 h Almoço

14:00 às 15:30 h Palestra 3: **Design Permacultural e Bioconstrução** (Jorge Timerman, IPAB / SC)

15:30 às 16:00 h Coofe break

16:00 às 18:00 h **Estudos preliminares para casos catarinenses:**

1. Prensa para queijos artesanais do MST (Iraldo Matias, Designer)
2. Embalagem para cachaça manezinha (Maria Fernanda, Designer)
3. Cestarias de cipó imbé de Garuva (Roberta Tonicelo, Designer)
4. Expositor para Economia Solidária (James Mota, Acadêmico de design, UDESC)

18:00 às 18:30 h **Cerimônia de encerramento**

23 h em diante **Festa do Dia do Designer** (com a Banda Sallamantra)

05 de novembro de 2004
(Dia do Designer / Aniversário de Alosísio Magalhães)

Auditório da Reitoria da UFSC

Inscrições pelo fone 48 231 0091, de 2ª à 6ª, das 14 às 18 h / Vagas limitadas
(Investimento por pessoa: R\$ 10,00 + 2 kg de alimentos = Evento + Ingressos para a Festa do Dia do Designer)

Realização
Diretório Acadêmico dos Estudantes do Centro de Artes da UDESC

Apoio Institucional e financeiro
Associação de Professores da UFSC - APUSFC

(Fonte: Arquivo do Projeto Seminário Catarinense de Ecodesign, 2004).

Assim, amparado por tal repertório e motivação, o Professor Douglas Antunes coordenou uma das dez equipes que elaboraram projetos concebidos por pesquisadores, extensionistas rurais e beneficiários no Curso de Capacitação em Pesquisas Participativas / Projeto PRAPEM / Microbacias 2 (De Boef e Pinheiro, 2005, p. 34; Antunes, 2011, p. 30 / 31). O título oficial junto ao Projeto PEAP / PRAPEM / Microbacias 2 era “Projeto Cipó Imbé: Manejo Sustentado, Design Integral e Economia Solidária, desenvolvido no município de Garuva, SC” (Ramos *et al.*, 2013, p. 50) e foi concebido presencialmente por um coletivo composto pelo Professor Douglas Antunes, pelo presidente da Associação de Desenvolvimento

da Microbacia (ADM) do Rio Palmital⁸⁸, à época, e por alguns “Cipozeiros de Garuva”, entre os quais estavam o “Seu Jango” (Antunes, 2011, p. 73) e sua esposa, a “Dona Judith” (Simões *et al.*, 2009, p. 90), e a outra “Dona Judith” (*idem*), ambos respeitados na Comunidade dos Cipozeiros. Em paralelo, participaram da elaboração do Projeto PEAP de Garuva o agrônomo, mestre em Engenharia Ambiental e extensionista rural Fábio Zambonim, as biólogas e mestras em Recursos Genéticos Florestais e Botânica Renata Martinho Zambonim e Silvia Venturi, o pesquisador e professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) especializado em Economia Solidária Armando de Melo Lisboa, eu e a designer Roberta Helena dos Santos Tonicelo.

Mais adiante, passamos a nos apresentar aos “Cipozeiros de Garuva” e às instituições como “Projeto Cipó Imbé”, para facilitar a interlocução com a sociedade e as entidades, tal como a Prefeitura Municipal de Garuva, o escritório local da EPAGRI, a UDESC, a UFSC e outras. Para tanto, elaboramos uma marca e um prospecto para facilitar os contatos iniciais, na condição de equipe do Projeto PEAP de Garuva.

Imagem 53: Marca “Projeto Cipó Imbé”.



(Fonte: Acervo do Projeto Cipó Imbé, 2005).

Acompanhando a marca do Projeto Cipó Imbé, também projetamos um prospecto que sintetizou os dados mais importantes sobre o Projeto, tais como do que se tratava, a equipe de trabalho, o objetivo geral e os específicos, a metodologia de trabalho e as instituições que apoiavam o Projeto.

⁸⁸ Para saber mais, ver <<https://cnpj.biz/07107399000153>>, acessado em julho de 2020.

Imagem 54: Parte frontal do prospecto do “Projeto Cipó Imbé”, impresso por Off-set em policromia, sobre papel Couché fosco com duas dobras, em formato A4.



(Fonte: Acervo do Projeto Cipó Imbé, 2005).

O “Projeto Cipó Imbé” (Ramos *et al.*, 2013, p. 50) foi executado por um coletivo, em termos de equipe operacional, como uma abordagem interdisciplinar aplicada ao Design (Couto, 2014, p. 85; Frascara, 2000) e transdisciplinar aplicada ao Design (Sommerman, 2012). Também era pautado pelo “Design para a Sustentabilidade” (Manzini e Vezzoli, 2002, pelas “Tecnologias Sustentáveis” (Manzini e Vezzoli, 2002), pela “Etnobotânica” (Diegues e Viana, 2004) e pela “Economia Solidária” (Singer, 2002).

Embora a cultura da “sustentabilidade” (Veiga, 2010) e suas conquistas tenham muitos méritos (Gelli, 2009, p. 72; Kazazian, 2005; Gadotti, 2000; Nosso Futuro Comum, 1988; Sachs, 1986), chegamos a ponderar em não utilizar as “Tecnologias Sustentáveis” em favor do conceito de “Tecnologias Sociais” (Brandão *et al.*, 2004, p. 15). Porém, adotamos o conceito de “Tecnologias Sustentáveis” por se tratar de uma construção teórica mais recente e mais assimilada no campo de estudos do Design naquele momento, enquanto que o conceito de “Tecnologias Sociais” (Brandão *et al.*, 2004, p. 15) era muito recente e não causava o mesmo impacto que a publicação da obra “O desenvolvimento de produtos sustentáveis” (Manzini e Vezzoli, 2002), pois a definição de Design relacionando a “Sustentabilidade” havia sido difundida apenas 2002 em Santa Catarina, por intermédio do Conselho Internacional de

Sociedades de Design Industrial (ICSID)⁸⁹ (Cara, 2008, p. 48; Manu, 1995). Além disso, o conceito de “Tecnologias Sociais” (Brandão *et al.*, 2004, p. 15) praticamente não tinha sido aplicado no campo teórico e prático do Design. No entanto, as “Tecnologias Sociais” emergiram vinculadas ao legado das “Tecnologia Apropriadas” (Dickson, 1980; Schumacher, 1979) e ainda que tivessem experiências admiráveis aplicadas ao campo projetual do Design (Moraes, 2006, p. 122; Bonsiepe, 1983, p. 5), estavam quase que esquecidas – ou abandonadas – por muitos pesquisadores e eram desconhecidas de outros tantos, sobretudo dos pesquisadores e dos profissionais mais jovens. Para agravar ainda mais, o campo teórico do Design demorou a conhecer a “Economia Solidária” (Singer, 2002) e, mais ainda, para testá-la em projetos de Design. Todavia, Dagnino (2014) apontou que as “Tecnologias Sociais” se opunham às “Tecnologias Convencionais”, sendo, portanto, um aperfeiçoamento e atualização das “Tecnologias Alternativas”. Dagnino (*idem*) refinou ainda mais as propriedades das “Tecnologias Sociais”, tanto em relação à “Economia Solidária” quanto em relação à sua adequação às “Redes Sociotécnicas” da “Economia Solidária” (Dagnino, 2014, p. 35), indicando as respectivas dimensões política, econômica, técnica, social, cultural e ambiental das “Tecnologias Sociais” (p. 191).

Enfim, o “Projeto Cipó Imbé” foi concebido a partir da metodologia participativa denominada “Agricultores Experimentadores”, que já havia sido testada em Camarões, na África” (Antunes, 2011, p. 34). No entanto, nos apropriamos desta metodologia ministrada no “Curso de capacitação oferecido pelo Governo do Estado / EPAGRI, logo após formarmos uma das equipes dos dez projetos de Pesquisa-Extensão e Aprendizagem (PEAP)” (Simões *et al.*, 2009, p. 74), convertendo-a em “Artesãos Experimentadores” (Antunes, 2011, p. 34). Tal como instruí a metodologia participativa, um grupo de Cipozeiros e Cipozeiras de Garuva foi selecionado para atuar no “Projeto Cipó Imbé”, indicados pela própria comunidade de Cipozeiros e Cipozeiras de Garuva por serem experimentadores e inovadores. Assim, o “Projeto Cipó Imbé” tinha como objetivo geral investigar as práticas do artesanato de cipó imbé de Garuva (SC) – através da aplicação de metodologia de pesquisa participativa – para conhecer a

⁸⁹ O ICSID alterou em 2002 o conceito de Design, com base no marco teórico publicado na obra “Revista da Aldeia Humana” (Manu, 1995) pelo próprio ICSID. Em 1997, no Congresso Mundial de Design, em Toronto, também organizado pelo ICSDI, mais de 2.000 pesquisadores e profissionais do Design de todos os continentes associados ao ICSID participaram do evento e formularam o novo conceito. A nova definição do conceito de Design circulou as comunidades associadas do ICSID durante quatro anos, e foi refinada nesse período. Finalmente, em 2002, o novo conceito foi publicado oficialmente pelo ICSID, tal como segue: “Design é uma atividade criativa na qual o objetivo é estabelecer as qualidades multifacetadas dos objetos, processos, serviços, compreendendo todo os seus ciclos de vida. Portanto, design é um fator central de inventiva humanização das tecnologias e fator crucial de mudanças culturais e econômicas”. Para saber mais, ver <www.icsid.org/about/about/article31.htm?query_page=1>, acessado em dezembro de 2020.

biologia e a ecologia da planta / matéria-prima e seu manejo sustentado, além de implementar tecnologias produtivas mais limpas, elaborar soluções de Design Integral, adotar formas solidárias de organização produtiva e estimular a comercialização justa na comunidade de Palmital e Mina Velha”. Quanto aos objetivos específicos, fixamos os seguintes: a) Caracterizar os sistemas de manejo local do cipó imbé, para fundamentação de estudos de manejo sustentável da espécie. b) Realizar o inventário amostral único, iniciando o estudo do estoque de cipó imbé no local. c) Desenvolver material educativo (cartilha) orientado à coleta responsável de cipó imbé em área florestal. d) Realizar encontro de capacitação em manejo sustentável e coleta responsável de cipó imbé com os extratores e os artesãos. e) Aprimorar e implementar – ao menos duas – ferramentas de beneficiamento do cipó imbé, de acordo com a priorização a ser realizada com os Cipozeiros, relacionando-as com os conceitos de “Tecnologias Limpas” e “Design para a Sustentabilidade”. f) Investigar ferramentas de pesquisa participativa mais adequadas aos projetos de Desenvolvimento Local Integrado; g) Coletar dados mercadológicos do artesanato de cipó imbé de Garuva, tal como preço de compra, organização de produção, comercialização e distribuição. h) Comparar os indicadores de produção, indicadores ambientais, indicadores de higiene e segurança do trabalho e registrar os resultados obtidos no processo de melhorias demandados pelos agricultores/artesãos comprometidos com a pesquisa. i) Acompanhar o processo de diagnóstico e a proposição de melhorias formuladas com base no saber fazer local e nos indicadores investigados (envolvendo pelo menos dois processos produtivos e o desenvolvimento de design de uma família de produtos artesanais de cipó imbé). j) Organizar e analisar os resultados da pesquisa a serem utilizados na produção da Cartilha do Artesanato de Cipó Imbé. l) Produzir um catálogo de produtos artesanais de Cipó Imbé de Garuva.

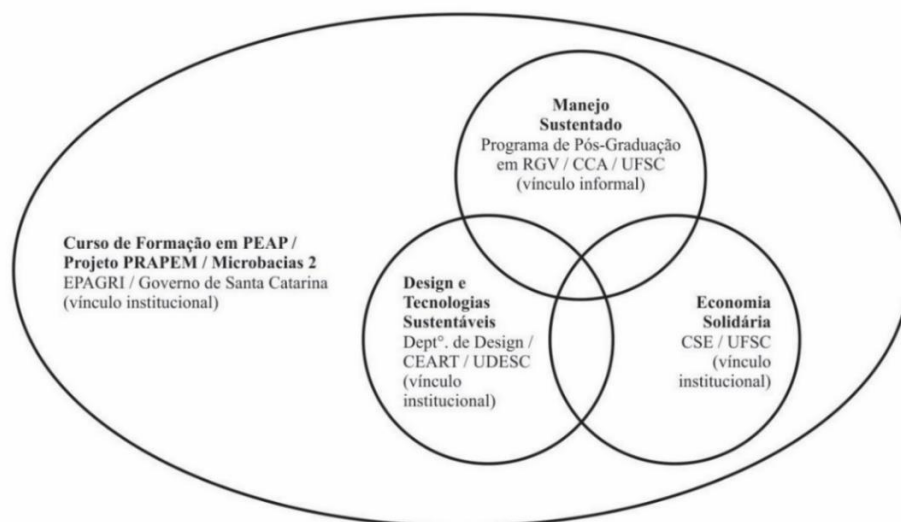
Releva destacar, ainda, que o “Projeto Cipó Imbé” foi uma pesquisa participativa que levou em conta o trabalho de conclusão de curso de Tonicelo (2004), intitulado “Diagnóstico para a Aplicação do Sistema-Produto no Artesanato de Fibra de Cipó Imbé da Comunidade de Artesãos de Garuva” – para o qual atuei como orientador –, do extensionista da EPAGRI – à época – Fabio Martinho Zambonim⁹⁰ e da Etnobotânica Renata Martinho Zambonim⁹¹.

Assim, com tantas nuances, metodologia e objetivos, a execução do “Projeto Cipó Imbé” demandou um arranjo interinstitucional engenhoso. A saber:

⁹⁰ Ver <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4705136E5>>, acessado em dezembro de 2020.

⁹¹ Ver <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/81861>>, acessado em dezembro de 2020.

Imagem 55: Esquema do arranjo interinstitucional do “Projeto Cipó Imbé”.



(Fonte: Adaptado de Ramos *et al.*, 2013, p. 17 e de Simões *et al.*, 2009, p. 78.)

Como se pode observar, o “Projeto Cipó Imbé” era tri-articulado, sendo que um dos setores ficou ao encargo da equipe de “Design e Tecnologia Sustentáveis”, institucionalizado na forma de projeto de pesquisa no Departamento de Design de Centro de Artes (CEART) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), no final de 2005, com o título “Tecnologias Produtivas, Design e Pesquisa Participativa - Estudo de Caso do Artesanato de Cipó Imbé em Garuva - SC” e vigência de fevereiro de 2006 a fevereiro de 2008, sob a coordenação do Prof. Douglas, conforme consta em Antunes (2005, p. 1). Atuei nesse setor como pesquisador da UDESC, enquanto a designer recém-formada Roberta Helena dos Santos Tonicelo atuou como bolsista. Um outro setor era o de “Economia Solidária”, coordenado pelo pesquisador Armando de Melo Lisboa⁹² da UFSC e foi instituído na forma de projeto de extensão no Centro Sócio-Econômico (CSE) da UFSC, com vigência entre 2005 e 2006. Mais adiante, o projeto foi renovado para 2007. Nesse setor também atuou uma profissional do campo de conhecimento de Assistência Social, um pesquisador da área da Administração de Empresas, que era mestre em Engenharia Ambiental, e uma graduanda em Economia da UFSC, cada um em um momento distinto aos demais. Finalmente, o setor de “Manejo Sustentado” foi conduzido pela bióloga e mestra em Recursos Genéticos Vegetais Renata Martinho Zambonim⁹³ e a bióloga e mestra em Botânica Silvia Venturi⁹⁴. Ainda que este setor não tenha

⁹² Ver <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4761762A6>>, acessado em julho de 2020.

⁹³ Ver <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/81861>>, acessado em julho de 2020.

⁹⁴ Ver <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4793612T5>>, acessado em julho de 2020.

sido institucionalizado, deu valiosas contribuições e contou com o assessoramento científico do pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Recursos Genéticos Vegetais do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da UFSC Ademir dos Reis⁹⁵.

Com tal arranjo institucional as atividades do “Projeto Cipó Imbé” iniciaram na passagem de fevereiro para março de 2006. Uma das primeiras ações foi a realização de uma “oficina” com os “Cipozeiros e Cipozeiras de Garuva” para construir a linha do tempo do artesanato de cipó Imbé no local (Antunes, 2011, p. 35; Venturi *et al.*, 2006).

Tabela 4: Resultado da coleta de dados na “Oficina Linha do Tempo”

Ano de referência	Fato relevante apontado
Antes de 1960	Extrativismo livre: caça, palmito, pesca; abundância de cipó; uso essencialmente doméstico do artesanato; pouco comércio; muito mato, sem desmatamento; uso de ferramentas e equipamentos para o trabalho com cipó, como as fôrmas para tecer.
1970	Início da comercialização de artefatos de cipó em Guaratuba; Irradiação da produção no município; compradores “de fora” trazem produtos como modelo.
1975	Início do uso das estufas para branqueamento.
1978	Início do uso dos fundos de compensado trazidos pelos atravessadores, anteriormente usavam fundos de papelão (Dona Marlene, 2009).
1980	Restrição do livre acesso ao território, por conta de “fazendas fechadas” (Sentinela, Cidadela, WEG, Confloresta, etc). Queda da abundância do cipó devido ao desmatamento.
1985	Auge das vendas dos artefatos de cipó. Maior número de artesãos. Maior volume de vendas para São Paulo.
1985 - 1989	Melhor pagamento pelo produto artesanal (cerca de 300% a mais que antes). Menor preço do insumo: enxofre (comprado de lojas agrícolas) e fundos de compensado.
1990	Início do pagamento parcelado. Início dos calotes. Aumento da demanda para outras atividades - fábricas e fazendas.
1996	Início da compra do cipó “de fora”. Início do reaproveitamento e comércio de resíduos.
1996 - 2000	Tentativa de estabelecer cooperativa de produção financiada pela prefeitura, terminando em 2000.
2002	Interesse pela segurança no trabalho, motivado pela EPAGRI. Uso de fibras prontas para tecer (sintéticas).

Fonte: Antunes (2010, p. 35 / 36).

A “Oficina da Linha do Tempo” foi enfática ao indicar que os Cipozeiros tinham “[...] livre acesso aos recursos naturais e ao território antes da década de 1970 e 1960” (Antunes,

⁹⁵ Ver <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783608U5>>, acessado em julho de 2020.

2011, p. 36), embora isso tenha sido alterado por causa de mudança impactante ocorrida “[...] na década de 1970, por forte influência do trânsito nas rodovias locais, onde os cipozeiros vendiam frutas, produtos da roça e seu artesanato” (*idem*). Nesse sentido, a construção de novas rodovias dinamizou o escoamento da produção e incrementou a produção artesanal local, porém forçou que os fundos dos objetos passassem a ser feitos com pedaços de chapa de madeira compensada, já que “[...] agilizavam e barateavam a produção, visto que no artesanato de fundo trançado há grande demanda de tempo e material” (*idem*). Daí por diante prevaleceu “[...] o comércio do artesanato com material beneficiado (descascado, limpo, raspado e branqueado), não sendo valorizado o artesanato com cipó bruto (com casca)” (Antunes, 2011, p. 36). Porém, foi “a partir da década de 1980” que o livre acesso dos Cipozeiros e Cipozeiras foi obstruído, por “pistoleiro ou jagunço” a serviço das “empresas proprietárias da posse das fazendas”, as quais iniciaram nesse período “[...] a produção de plantas exóticas em monocultivo (como o pinus e eucalipto)” (*idem*). Por esse motivo, houve um certo escasseamento dos recursos naturais extraídos das “florestas nativas” (*idem*), em razão dos usos deles pelos “[...] cipozeiros em suas práticas tradicionais, como o cipó imbé, a timbopeva (ou cipó liaça), a caça, o palmito, etc.” estarem contingenciados pelas propriedades com monocultivo e vigilantes armados (Antunes, 2011, p. 36 / 37). No entanto, na década de 1990 houve uma tentativa frustrada de formar uma cooperativa (p. 37).

Imagem 56: “Oficina da Linha do Tempo” com os Cipozeiros e Cipozeiras.



(Foto: Arquivo Projeto Cipó Imbé, 2007).

Imagem 57: Resultados da “Oficina da Linha do Tempo”.



(Foto: Arquivo Projeto Cipó Imbé, 2007).

Em paralelo, foi feito o levantamento das famílias de artesãos de Cipó Imbé em Garuva. Este trabalho participativo indicou quais eram as ferramentas que seriam redesenhadas e aprimoradas. Para tanto, levantou-se previamente o processo de extração do Cipó Imbé na floresta e as várias etapas do processo produtivo que transforma este recurso natural renovável em fios para tecelagem e os fios em objetos artesanais. Assim, foram observadas as ferramentas

utilizadas nesse processo, bem como tempo consumido em cada etapa, os resíduos gerados, os esforços humanos despendidos e os custos de produção (Antunes, 2011, p. 37; Simões *et al.*, 2009, p. 79; Antunes, 2007).

Imagem 58: Ficha de cadastramento de artesãos de Garuva
“Projeto Cipó Imbé”, em formato A4.

CADASTRAMENTO DOS TRABALHADORES COM CIPÓ IMBÉ - GARUVA - SC									
						Número de cadastro			
GARUVA - SC		Nome completo				Data do registro		Local de cadastramento	
						Responsável pelo cadastramento			
Data de Nascimento		Sexo		Estado civil		RG		CPF	
Endereço								Número	
Complemento		Bairro		Município		UF			
CEP		Caixa Postal		Telefone (DDD - Número)		Tel. Celular (DDD- Número)		Telefone para recados	
Local de nascimento		UF:		Tempo em Garuva		Tempo de trabalho com cipó imbé		Atividade ligada ao cipó	
								☐ Extração ☐ Artesanato ☐ Comércio	
Atividade Principal:		☐ Cipó ☐ Outra. Qual?							
Atividades econômicas na família além do cipó:									
Cônjuge		Data de Nascimento							
Alguém da família já foi cadastrado? Quem?		Número de pessoas na família		Núm. de familiares envolvidos com o cipó					
Renda familiar mensal		Renda mensal proveniente do cipó		Usam outras fibras? Quais?					
Locais de coleta (por ordem de importância)									
Frequência de coleta (dias/semana ou mês)		Quantidade média extraída por coleta		Quant. média utilizada por mês (kg)					
Destino do cipó coletado:		☐ Venda do cipó bruto		☐ Uso doméstico		☐ Artesanato para venda			
Pesquisa complementar									
Número de familiares envolvidos em cada etapa da produção		Produtos mais vendidos:		Valor unitário:					
Extração:		Limpeza do cipó:							
Confeção:		Comércio:							
Dias de trabalho por semana		Horas de trabalho por dia:							
Tempo necessário em cada etapa do trabalho para 50 kg de cipó (em dias ou em horas - indicar)									
Coleta:									
Descascamento:									
Limpeza do limo:									
Secagem:									
"Passadeira":									
Confeção:									
Estufa:									
Assinatura do trabalhador				Como se estabelece o preço do produto?					
				O artesanato é vendido para:					
				☐ Intermediário. Nome:					
				☐ Lojista local ou regional. Nome:					
				Tipo de estabelecimento:					
				☐ Venda direta					
				☐ Loja					
				☐ Banca					
				☐ Ambulante					
				Outros					
				☐ Lojista de outras cidades. Nome:					
				Cidade:					
				☐ Consumidor final					

(Fonte: Arquivo do projeto Cipó Imbé, 2008).

Em seguida, foi acordado com os Cipozeiros e Cipozeiras que o sistema de comercialização de seus produtos artesanais carecia de atenção, determinando a demanda de

elaborar uma marca, um catálogo para auxiliar a venda dos produtos e uma “tag” para identificar o artesão ou a artesã de cada produto artesanal a ser vendido (Antunes, 2011, p. 38).

Enfim, todas as atividades da “Oficina da Linha do Tempo” estão minuciosamente detalhadas em Antunes (2010), Simões *et al.* (2009, p. 73), Antunes (2007, p. 1), entre outras publicações científicas.

A construção coletiva da Marca Territorial “Arte Imbé”

A Marca Territorial “Arte Imbé” decorreu de um processo de construção coletiva com várias etapas, cada uma com muitos detalhes. Porém, a experiência de construção coletiva de Marca Territorial “São Bonifácio” deixou lições e suscitou novas possibilidades em termos de procedimentos e processo projetual. Nesse sentido, a construção coletiva da Marca Territorial “Arte Imbé” iniciou com algumas premissas, entre as quais mantivemos a perspectiva do “Design para a Sustentabilidade” (Manzini, 2008; Manzini e Vezzoli, 2002; Manu, 1995), das “Tecnologias Sociais” (Dagnino, 2009) e compromisso com a “Economia Solidária” (Singer, 2002). Releva considerar, todavia, que naquele período também atuei como membro do Fórum Catarinense de Economia Solidária e do Fórum Catarinense de Metodologia e Comunicação Rural. Assim, operamos a nova construção coletiva com uma abordagem interdisciplinar aplicada ao Design (Frascara, 2000) e transdisciplinar aplicada ao Design (Sommerman, 2012), bem como seguimos operando com a “Co-criação” (Prahalad & Ramasswamy, 2004, p. 5) e o “Co-design” (Manzini, 2008; Sanders & Stappers, 2008, p. 5).

Ao longo da construção coletiva da Marca Territorial “Arte Imbé” eu tinha a pretensão alcançar uma “Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais”, embora não fosse um compromisso assumido pelo “Projeto Cipó Imbé” (Ramos *et al.*, 2013, p. 50). Ainda assim, a pretensão tinha inspiração em Pecqueur (2006, p. 143) e seria apropriada pelos preceitos da “Economia Solidária” (Singer, 2002) e das “Tecnologias Sustentáveis” (Manzini e Vezzoli, 2002; Manu, 1995), com uma aproximação cada vez maior com as “Tecnologias Sociais” (Brandão *et al.*, 2004, p. 15), sobretudo no que tangia a formar uma “Rede Sociotécnica Solidária” (Dagnino, 2014, p. 35; Gaiger, 2003, p. 135).

De todo modo, adotamos no “Projeto Cipó Imbé” a estratégia de organizar, divulgar – através da rádio comunitária de Garuva – e realizar as atividades das “Oficinas de Criatividade” em sábados à tarde, no Salão Paroquial ou nas instalações de uma escola pública situada na sede do município (Simões *et al.*, 2009, pág. 75). A bem da verdade, esse tipo de evento era um modo de interlocução entre os envolvidos com o Projeto Cipó Imbé, “[...] baseada em vivências, experiências e no aprender fazendo” (Simões *et al.*, 2009, p. 77), entre outras “técnicas

interativas e participativas, fundamentadas na Metodologia Dialética, onde o agente de PEAP” (*idem*) deve

[...] propor ações que desafiem ou possibilitem o desenvolvimento das operações mentais. Para isso, organizam-se os processos de apreensão de tal maneira que as operações de pensamento sejam despertadas, exercitadas, construídas e flexibilizadas pelas necessárias rupturas, por meio da mobilização, da construção e das sínteses, devendo estas ser vistas e revistas, possibilitando [...] sensações e estados de espírito carregados de vivência pessoal e de renovação (Anastasiou e Alves, 2007, p. 24).

No total foram realizadas três “Oficinas de Criatividade”. Na primeira delas tínhamos em mente alcançar um bom nível de participação popular, mesmo sabendo que em projetos de pesquisa isso não é um simples desafio. Tal compreensão tinha respaldo tanto na experiência profissional de cada integrante da equipe do “Projeto Cipó Imbé” quanto nas discussões que fizemos sobre esse tema, com especial atenção à obra de Geilfus (1997, p. 3). Para esse pesquisador, a participação popular podia ocorrer em diferentes níveis. A saber:

Imagem 59: Escada dos níveis de participação popular em projetos.



(Fonte: Geilfus, 1997, p. 3).

Assim, na compreensão da equipe do “Projeto Cipó Imbé”, no início do Projeto os Cipozeiros estavam em um nível de “participação por incentivos”, pois o Projeto prometia aprimorar os produtos artesanais deles, os respectivos processos de manufatura, a organização produtiva e a comercialização dos produtos deles, com critérios de solidariedade e de sustentabilidade, sem custos para eles, configurando-se, portanto, em uma iniciativa de estímulo com caráter de política pública. Nesse sentido, até a realização da “Oficina da Linha do Tempo” tivemos alguns meses para nos aproximarmos dos Cipozeiros, atenuando o fato de estarmos iniciando um Projeto por intermédio de instituições públicas com as quais eles tinham tido muita proximidade até então, tal como a UDESC e a UFSC. Por outro lado, o tempo utilizado na pesquisa de campo de Tonicelo (2004) e a presença dessa pesquisadora na equipe do “Projeto

Cipó Imbé” favoreceu a aproximação da equipe do Projeto com os Cipozeiros e Cipozeiras de Garuva.

Assim, para fortalecer ainda mais os laços de proximidade, ampliar a convivência e estabelecer confiança entre eles e a equipe do Projeto Cipó Imbé, planejamos um dia de atividades com eles, entre organizar e realizar a “1ª Oficina de Criatividade”.

A 1ª Oficina de Criatividade do Projeto Cipó Imbé

Essa primeira Oficina resultou de muitas considerações e ponderações por parte do setor de “Design e Tecnologias Limpas” do “Projeto Cipó Imbé”. Após um mês de planejamento, a 1ª Oficina foi realizada com a seguinte programação:

Tabela 5: 1ª Oficina de Criatividade do Projeto Cipó Imbé

Atividades realizadas	
1ª	Abertura da Oficina e novos informes do Projeto Cipó Imbé.
2ª	Exibição de vídeo sobre Economia Solidária, produzido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) / Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).
3ª	Palestra sobre “Marcas: Conceitos, metodologia de projeto e aplicações”.
4ª	Proposição de conceitos-chave / valores para construção coletiva da Marca Territorial, tendo por base a “Co-criação” (Prahalad & Ramaswamy, 2014, p. 5) como pré-requisito para o posterior “Co-design” (Ramasmamy & Ozcan, 2004; Sanders & Stappers, 2008, p. 5; Couto, 2014, p. 85).
5ª	Proposição de possíveis nomes – ou “Naming” (Rodrigues, 2011) – para Marca Territorial.
6ª	Escolha dos 5 melhores “Namings” (Rodrigues, 2011), pelos artesãos.
7ª	Acordo sobre os pré-requisitos para criação da Marca Territorial.
8ª	Proposição de desenhos pelos artesãos como subsídio para criação do símbolo da Marca Territorial.
9ª	Escolha coletiva do melhor desenho para subsidiar a criação do símbolo.
10ª	Avaliação coletiva da 1ª Oficina de Criatividade.
11ª	Encaminhamentos e os próximos desdobramentos do Projeto.
12ª	Encerramento da Oficina.

(Fonte: Adaptado a partir de Simões *et al.*, 2009, p. 83).

Em relação à 1ª atividade da 1ª Oficina de Criatividade do Projeto Cipó Imbé, houve uma rodada de auto apresentações de cada um dos presentes, seguidas das auto apresentações de cada membro da equipe do “Projeto Cipó Imbé” e da responsabilidade que cada um deles teria em cada atividade programada para o dia. Também foi explicado o que concerniria cada atividade, bem como foram acordados os horários das atividades, dos intervalos e o limite

máximo para o encerramento da 1ª Oficina de Criatividade. Por fim, na condição de coordenador do “Projeto Cipó Imbé”, prof. Douglas lembrou a todos as atividades já realizadas pelo Projeto e deu informes sobre as novas atividades (Simões *et al.*, 2009, p. 83).

Na 2ª atividade exibimos o vídeo institucional da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através do qual foram apresentados conceitos de “Economia Solidária” (Singer, 2002) e “Autogestão” (Pires, 2014, p. 20), além de alguns casos emblemáticos, tal como o do banco comunitário “Palmas” e sua moeda social “Palmares” (Carvalho, 2017, p. 72), lá do interior do Estado do Ceará. Também foram exibidos outros empreendimentos econômico solidários, incluindo o caso de uma “fábrica recuperada” (Pires, 2014, p. 44). A exibição do vídeo instigou os presentes, sobretudo em relação à “Autogestão” (Nascimento, 2019; Pires, 2014, p. 290; Antunes, 2011, p. 38), abrindo um tema para o diálogo entre os Cipozeiros e as Cipozeiras.

Já na 3ª atividade da 1ª Oficina de Criatividade do Projeto Cipó Imbé houve uma apresentação de definições simples relativas ao Design, ao processo de projetar em Design e das aplicações gráficas relativas às marcas. Entre tais conceitos, foram mostrados os tipos de marcas existentes, conforme a classificação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)⁹⁶, com ênfase para as “Marcas Mistas” e as “Marcas Coletivas”. Porém, de um modo simplificado, com uma pedagogia calibrada para o momento e a circunstância e apoiados com ilustrações visuais (Antunes, 2011, p. 38). Nessa atividade também apresentamos dados sobre o processo de registro de uma marca no INPI.

A 4ª atividade da Oficina envolveu uma adaptação do processo de “Co-criação” (Prahalad & Ramaswamy, 2004, p. 5), a qual funcionou como estágio preparatório para a atividade seguinte da Oficina. Nesse sentido, a 4ª atividade serviu para estimular a “concertação” (Dallabrida e Firminiano, 2003, p. 73) dos Cipozeiros, Cipozeiras e outros atores sociais envolvidos em relação aos “valores” que a Marca Territorial deles haveria de sustentar. Para tanto, foi utilizada a técnica do “Brainstorming clássico” (Bonfim, 1995, p. 27) adaptada para um grupo ampliado – algo em torno de vinte pessoas – , com uma abordagem “interdisciplinar” (Frascara, 2000) e “transdisciplinar” (Sommerman, 2012; Nicolesco, 1999). Após o esclarecimento das quatro regras do “Brainstorming clássico” (Bonfim, 1995, p. 27) – “é proibido criticar”, “a fantasia é ilimitada”, “quantidade precede qualidade” e “não há direito de autor” – os presentes propuseram alternativas, as quais foram sendo anotadas num mural para que todos pudessem visualizá-las ao longo da atividade (Simões *et al.*, 2009, p. 83).

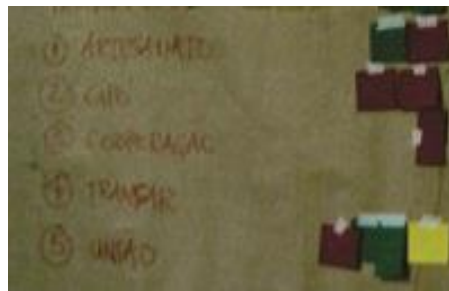
⁹⁶ Para saber mais, ver <www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/marcas/marca-2013-mais-informacoes>, acessado em julho de 2020.

Imagem 60: Dinâmica de “Brainstorm” com os Cipozeiros e Cipozeiras de Garuva.



(Foto: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2007).

Imagem 61: Conceitos-chave priorizados pelos Cipozeiros e Cipozeiras de Garuva.



(Foto: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2007).

Conforme se observa na Imagem 56, adotamos um sistema de pontuação estabelecer as prioridades dos Cipozeiros e Cipozeiras em relação às alternativas propostas por eles mesmos. Para tanto, cada um dos presentes recebeu um cartão vermelho, um verde e um amarelo, além de serem informados que o cartão vermelho valia três pontos, o verde dois pontos e o amarelo, um ponto. Em seguida cada um dos presentes fixou seus cartões ao lado das suas escolhas, possibilitando que a soma de pontos indicasse os conceitos-chave “cipó”, “artesanato” e “união” como opções da coletividade dos Cipozeiros (Antunes, 2011, p. 38).

Como a 4ª atividade da “Oficina de Criatividade do Cipó Imbé” serviu de preparação e aquecimento para uma nova atividade, que também seria “co-criativa”, coube à 5ª e à 6ª atividades para os Cipozeiros e Cipozeiras proporem possíveis “logotipos” – ou “elementos nominativos”⁹⁷ ou “naming” (Rodrigues, 2011) – para Marca Territorial deles. Em seguida procedemos a seleção das duas alternativas que eles escolheram. Para tanto, adotamos uma variação do “Brainstorming clássico” (Bonfim, 1995, p. 26), conhecida por “Brainwriting” (Baxter, 2011, p. 108), porém adaptado para um grupo ampliado de pessoas, de modo que as propostas foram anotadas em um painel para que todos vissem o que era proposto a cada instante, propiciando que os Cipozeiros e Cipozeiras pudessem “pegar carona” nas ideias já propostas ou formular novas variações ou novas ideias (Simões *et al.*, 2009, p. 83). Tal como ocorreu anteriormente, utilizamos o sistema de pontuação com os cartões coloridos para selecionar duas entre várias propostas: “Fibras Naturais” e “Arte Imbé” (Antunes, 2011, p. 53).

⁹⁷ Segundo o INPI, que é entidade responsável pelo registro de marcas e patentes no Brasil, “[...] marca mista, ou composta, é o sinal constituído pela combinação de elementos nominativos e figurativos [...]”. Para saber mais, ver http://manualdemarcas.inpi.gov.br/projects/manual/wiki/02_O_que_%C3%A9_marca#Marca-Mista, acessado em julho de 2020.

Imagem 62: Dinâmica de proposição de “naming” pelos Cipozeiros e Cipozeiras de Garuva.



(Foto: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2007).

Imagem 63: “Namings” propostos pelos Cipozeiros e Cipozeiras de Garuva.



(Foto: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2007).

Na 7ª atividade da “1ª Oficina de Criatividade” propusemos aos Cipozeiros e Cipozeiras que acatassem alguns pré-requisitos técnicos básicos para favorecer o projeto de marca deles, tais como “ter uma boa pregnância” (ou seja, facilitar a memorização da marca), ter poucos elementos gráficos, ser original e ser legível (mesmo se visualizada na forma de imagem reduzida) (Simões *et al.*, 2009, p. 83 / 84).

À 8ª atividade da “1ª Oficina de Criatividade do Projeto Cipó Imbé” coube a elaboração de desenhos para subsidiar a etapa de elaboração do símbolo da marca mista dos Cipozeiros e Cipozeiras de Garuva. Para tanto, disponibilizamos mesas, cadeiras, papéis em branco, lápis para escrever e caixas de lápis de cor. Solicitamos, então, que os Cipozeiros e as Cipozeiras fizessem desenhos que representassem o cotidiano deles, assim como informamos que era permitido que pegassem “carona nas ideias” dos demais participantes. Isto resultou numa produção que foi além do que costuma ser produzido em seções de “Brainstorming” (Bonfim, 1995, p. 26) ou de “Método 635” (p. 30), configurando um processo criativo aberto e plural (Pereira, 2016, p. 118) de “Co-criação” (Prahalad & Ramaswamy, 2014, p. 5) por se tratar de uma experiência com um grupo ampliado (Pereira, 2016, p. 118) e “transdisciplinar” (Sommerman, 2012).

Imagem 64: Uma das mesas onde foram feitos desenhos para subsidiar a criação do símbolo da marca dos Cipozeiros e Cipozeiras de Garuva.



(Foto: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2007).

Imagem 65: Cipozeiras e Cipozeiros adolescentes participantes da dinâmica dos desenhos para subsidiar a criação do símbolo da marca deles.



(Foto: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2007).

Como se observa acima, o protagonismo de gênero feminino, adolescentes e crianças, nas atividades do Projeto Cipó Imbé tanto era frequentes quanto marcante. Nessa atividade, em específico, foram exatamente essas pessoas que tiveram maior desenvoltura.

Imagem 66: Os desenhos concluídos expostos num varal, durante a dinâmica, para favorecer a visualização sem interromper os demais.



(Foto: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2007).

Após uma hora de duração da dinâmica de produção de desenhos, houve um intervalo com café. No interim entre o final da 8ª atividade e o início da 9ª atividade – “escolha coletiva do melhor desenho para subsidiar a criação do símbolo” – reunimos os desenhos das Cipozeiras e Cipozeiros que ficavam expostos num varal conforme iam sendo produzidos, para que todos pudessem contemplá-los e se inspirar. Assim, transferimos os desenhos do varal para um mural e iniciamos o processo de escolha coletiva do melhor desenho, através de pontuação aferida

como o uso de cartões coloridos, tal como procedemos na 6ª atividade (Simões *et al.*, 2009, p. 84).

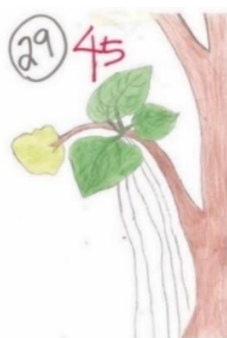
Imagem 67: Exposição dos desenhos feitos pelas Cipozeiras e Cipozeiros e a respectiva seleção do melhor, através de um processo coletivo.



(Foto: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2007).

Conforme se verifica acima, as Cipozeiras e os Cipozeiros optaram pelo desenho que está na base da fotografia com muitos cartões vermelhos, alguns amarelos e poucos verdes. O processo de seleção do melhor desenho ocorreu após uns trinta minutos de ponderações coletivas e decisões individuais. Foi um processo tranquilo e sem pressa que permitiu aos presentes dialogarem sobre suas escolhas, reconsiderarem opções iniciais e se reposicionarem como quisessem. Encerrada esta parte da atividade, iniciamos a contagem, coletivamente, a qual ocorreu sem contestação do resultado (Simões *et al.*, 2009, p. 84). Enfim o desenho escolhido pelas Cipozeiras e Cipozeiros foi uma representação do cipó Imbé.

Imagem 68: O desenho 29 foi escolhido pelas Cipozeiras e Cipozeiros para subsidiar a criação do símbolo da marca deles, com 45 pontos.



(Foto: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2007).

Imagem 69: O Cipó Imbé.



(Foto: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2007).

Por fim, a “1ª Oficina de Criatividade do Projeto Cipó Imbé” foi bem avaliada pelos presentes, sendo considerada motivadora pelas Cipozeiras e Cipozeiros de Garuva. Além disso, as duas últimas atividades transcorreram tranquilas e sem surpresas.

A 3ª Oficina de Criatividade do Projeto Cipó Imbé

Mais ou menos três meses após a realização da 1ª Oficina, planejamos, articulamos, divulgamos e ocorreu a “2ª Oficina de Criatividade do Projeto Cipó Imbé”, a qual tinha o subtítulo “Aprimoramento participativo da marca coletiva para os produtos artesanais de cipó Imbé de Garuva (SC)” (Simões *et al.*, 2009, p. 84). Este novo evento envolveu as seguintes atividades:

Tabela 6: 2ª Oficina de Criatividade do Projeto Cipó Imbé

Atividades realizadas	
1ª	Abertura da 2ª Oficina e novos informes do Projeto Cipó Imbé.
2ª	Exibição de vídeo do “Arranjo Produtivo Local de Jaguaruna / Paraíba”.
3ª	Apresentação da pesquisa de marcas coletivas similares a que faríamos aos artesãos de cipó Imbé de Garuva, ou seja: de outros grupos de artesãos de fibras vegetais.
4ª	Apresentação da pesquisa de busca no INPI, para verificar se era passível de registro os “namings” (Rodrigues, 2011) escolhidos pelos artesãos para marca deles.
5ª	Apresentação da proposta da marca das Cipozeiras e Cipozeiros de Garuva.
6ª	Análise coletiva da proposta de marca, solicitação de ajuste e aprovação pelas Cipozeiras e Cipozeiros de Garuva.

7ª	Definição coletiva do “briefing” (Phillips, 2007, p. 28) do “Catálogo de Produtos Artesanais de Cipó Imbé de Garuva” e da “tag” dos produtos artesanais.
8ª	Avaliação coletiva da 2ª Oficina de Criatividade e entrega de certificados aos participantes da 1ª Oficina de Criatividade.
9ª	Encaminhamentos e próximos desdobramentos do Projeto.
10ª	Encerramento da Oficina.

(Fonte: Adaptado a partir de Simões *et al.*, 2009, p. 83).

Em relação a 1ª atividade da 2ª Oficina de Criatividade do Projeto Cipó Imbé, também procedemos uma rodada de auto apresentações pelos presentes, seguidas das auto apresentações dos membros da equipe do “Projeto Cipó Imbé” e os responsáveis pelas atividades do dia. Também foi explicado o que trataria cada atividade, assim como foram acordados os horários das atividades, dos intervalos e o limite máximo para terminar o evento, o qual também foi conduzido pelo coordenador geral do “Projeto Cipó Imbé” – o Professor Douglas Antunes (Simões *et al.*, 2009, p. 84).

A 2ª atividade da 2ª Oficina transcorreu com a exibição do vídeo produzido pela Universidade Federal do Ceará (UFC) sobre o Arranjo Produtivo Local (APL) do município paraibano de Cabaceiras, produzido em 2004, onde foi apresentada a articulação das cadeias produtivas de leite, queijo, carne e couro caprinos. Vale destacar que este município da região do Cariri é o de menor índice pluviométrico do Brasil. Como era esperado, o vídeo fomentou debates entre as Cipozeiras e Cipozeiros presentes, aos quais pretendíamos reforçar as possibilidades relativas à “autogestão” (Nascimento, 2019; Pires, 2014, p. 20) e aos arranjos sociotécnicos relativos às “Tecnologias Sociais” (Dagnino, 2014, p. 35).

Na 3ª atividade da 2ª Oficina de Criatividade do Projeto Cipó Imbé expusemos algumas marcas coletivas similares a que estávamos construindo coletivamente para os artesãos de cipó Imbé de Garuva, sendo que todas elas eram de outros grupos de extrativistas e artesãos de fibras vegetais do Brasil. No entanto, mais que apresentar marcas coletivas aos presentes, aproveitamos a oportunidade de detalhar alguns aspectos que compõe o universo técnico do Design de marcas, ainda que com uma pedagogia calibrada à simplificação e, assim, possibilitar a compreensão de todos, independentemente do nível de educação formal que tivessem. Para tanto adaptamos uma técnica utilizada em projetos de Design, chamada “Diferencial Semântico” (Bonfim, 1995, p. 49).

Imagem 70: Análise de marcas coletivas de grupos étnicos, extrativistas e artesãos do Brasil.

Logomarcas Similares	1. Sobre o Nome			2. Sobre as Letras			3. Sobre o Símbolo				Pregnância
	Tamanho	Relação c/ atividade	Facilidade de pronúncia	Legibilidade	Redução	Cores	Relação c/ atividade	Identidade local	Cores	Redução	
	3	3	2	4	3	4	4	3	4	4	34
	1	4	3	2	0	3	3	2	2	3	23
	4	0	2	2	1	2	0	4	3	4	22
	3	0	1	2	2	2	1	1	0	2	14

(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2007).

Imagem 71: Continuação da análise das marcas coletivas de grupos étnicos, extrativistas e artesãos do Brasil.

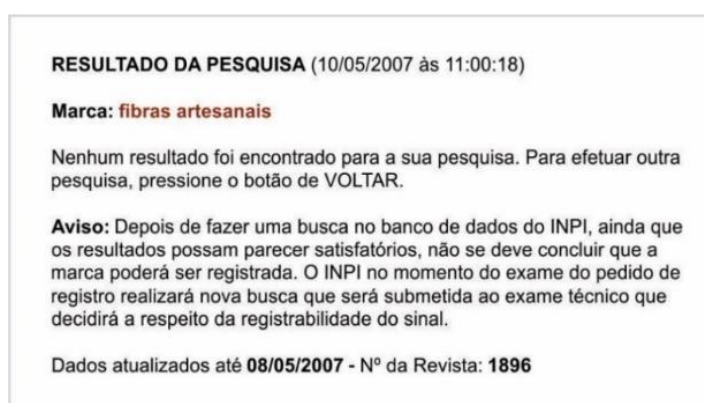
Logomarcas Similares	1. Sobre o Nome			2. Sobre as Letras			3. Sobre o Símbolo				Pregnância
	Tamanho	Relação c/ atividade	Facilidade de pronúncia	Legibilidade	Redução	Cores	Relação c/ atividade	Identidade local	Cores	Redução	
	3	3	4	3	2	1	3	0	3	3	25
	2	3	3	4	3	4	2	3	3	0	27
	1	4	3	2	1	1	3	3	1	0	19
	3	0	2	3	3	0	0	0	0	1	12

(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2007).

Evidentemente, não tratamos apenas dos aspectos técnicos das Marcas Coletivas apresentadas. Aproveitamos a oportunidade para contextualizar cada caso, informando aos presentes os locais onde cada grupo estava situado geograficamente, a história de cada um deles, os artesanatos que manufaturavam e as fibras vegetais que utilizavam como matérias-primas.

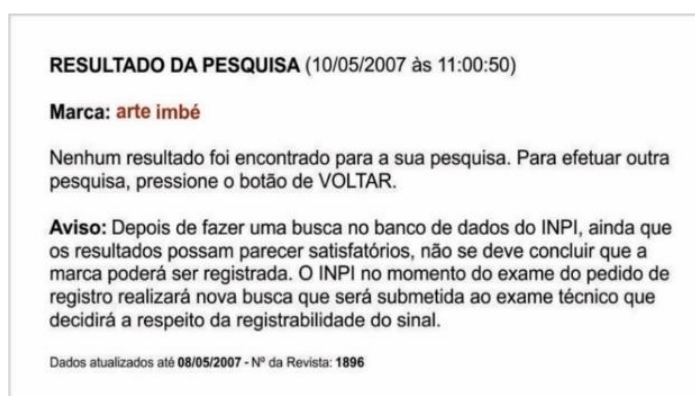
Já na 4ª atividade da 2ª Oficina mostramos a busca que fizemos no INPI, com a qual verificamos se era passível de registro os “namings” (Rodrigues, 2011) escolhidos pelos artesãos para a sua marca na Oficina anterior.

Imagem 72: Resultado da primeira busca realizada no INPI, relativa ao “naming” “Fibras Naturais”.



(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2007).

Imagem 73: Resultado da segunda busca realizada no INPI, relativa ao “naming” “Arte Imbé”.



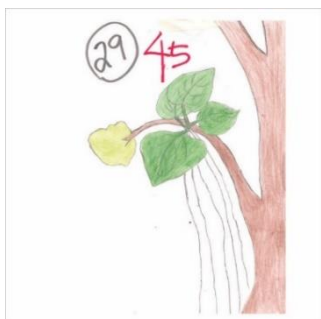
(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2007).

Como havia o receio de que o “naming” (Rodrigues, 2011) escolhido pelas Cipozeiras e Cipozeiros não fosse passível de registro no INPI, tivemos a prudência de operar com duas alternativas. No entanto, a busca no INPI indicou que ambos os “namings” eram passíveis de registro. Assim, submetemos a decisão das Cipozeiras e Cipozeiros presentes nesta atividade,

os quais – após um diálogo de aproximadamente vinte minutos – acataram o nosso conselho técnico de que “Arte Imbé” descrevia com maior propriedade os predicados da territorialidade deles, se comparado com os substantivos “Fibras Naturais”. Assim, as Cipozeiras e Cipozeiros decidiram pelo “naming” “Arte Imbé”.

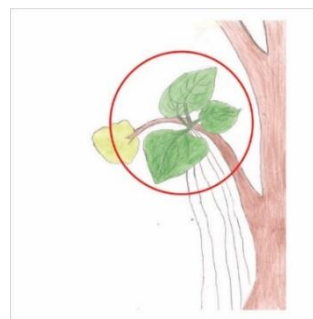
A 5ª atividade da 2ª Oficina de Criatividade do Projeto Cipó Imbé foi dedicada à apresentação às Cipozeiras e Cipozeiros da proposta de Marca Territorial “Arte Imbé”, a qual era aguardada a meses e foi elaborada por mim, pela Roberta Helena dos Santos Tonicelo e pelo prof. Douglas Ladik Antunes a partir dos subsídios fornecidos pelas Cipozeiras e Cipozeiros de Garuva. Assim, iniciamos apresentando a elaboração do símbolo, através de uma série de análises, decupagens do desenho que as Cipozeiras e Cipozeiros haviam escolhido para subsidiar a síntese do símbolo e efetuamos a síntese do símbolo, tal como segue resumidamente:

Imagem 74: Desenho escolhido pelos Cipozeiros e Cipozeiras.



(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2007).

Imagem 75: Demarcação do signo principal do desenho escolhido.



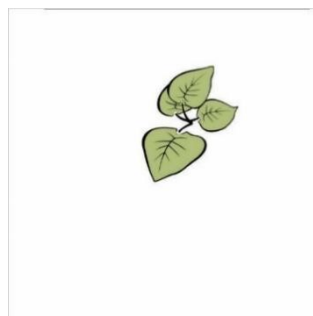
(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2007).

Imagem 76: Vetorização de um elemento do signo principal do desenho escolhido.



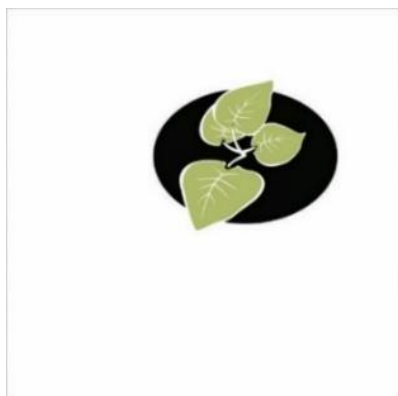
(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2007).

Imagem 77: Vetorização dos elementos do signo principal do desenho escolhido.



(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2007).

Imagem 78: Composição do símbolo da marca mista das Cipozeiras e Cipozeiros.



(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2007).

Imagem 79: “Lay-out” final do símbolo da marca mista das Cipozeiras e Cipozeiros.



(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2007).

Imagem 80: “Lay-out” do símbolo com a inclusão do logotipo da marca.



(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2007).

Imagem 81: Versão da marca “Arte Imbé” apresentada às Cipozeiras e Cipozeiros.



(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2007).

Vencida esta etapa, a 6ª atividade da 2ª Oficina de Criatividade procedeu a análise coletiva da proposta apresentada, de modo que as Cipozeiras e Cipozeiros de Garuva presentes aprovaram a Marca Territorial propostas, porém demandaram ajustes de cor em algumas manchas gráficas da composição. Sendo assim, feita a alteração, a versão final da Marca Territorial “Arte Imbé” foi considerada concluída.

Imagem 82: Marca Territorial “Arte Imbé”.



(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2007).

A 7ª atividade foi breve e tranquila, de modo que para o “Catálogo de Produtos Artesanais de Cipó Imbé de Garuva” as Cipozeiras e Cipozeiros pediram que tivesse um formato pequeno, para caber na bolsa nos momentos de vender seus produtos, além de ter fotos dos produtos. Para “tag”, demandaram que houvesse identificação da artesã ou do artesão de cada produto.

Na 8ª atividade de Cipozeiras e Cipozeiros houve unanimidade entre os presentes que consideraram estimulante a 2ª Oficina de Criatividade do Projeto Cipó Imbé. Em seguida, a 9ª e a 10ª atividades transcorreram conforme o esperado, encerrando um evento bem avaliado por todos.

Alguns meses após a realização do evento exposto acima, planejamos, articulamos, divulgamos e realizamos a 3ª Oficina de Criatividade do Projeto Cipó Imbé, em 2008. Evidentemente, entre uma Oficina e outra muitos trabalhos técnicos e de pesquisa foram feitos, além dos esforços para manter o diálogo com as Cipozeiras e Cipozeiros e a motivação de todos os envolvidos. Dentre esses trabalhos, cito dois que tiveram grande repercussão: a elaboração do Fascículo 9 da Nova Cartografia Social⁹⁸, onde as Cipozeiras e Cipozeiros se autodeclararam como comunidade tradicional (Antunes, 2011, p. 41) e uma edição do Globo Ecologia sobre os Cipozeiros de Garuva (Simões, 2009, p. 512), ambas em 2007.

A 3ª Oficina de Criatividade do Projeto Cipó Imbé

A 3ª Oficina de Criatividade do Projeto Cipó Imbé recebeu o subtítulo “Desenvolvimento participativo de novos produtos artesanais de cipó Imbé de Garuva (SC)”, bem como tinha as seguintes atividades:

⁹⁸ Ver <<http://novacartografiasocial.com.br/?s=Cipozeiros+de+Garuva>>, acessado em julho de 2020.

Tabela 7: 3ª Oficina de Criatividade do Projeto Cipó Imbé

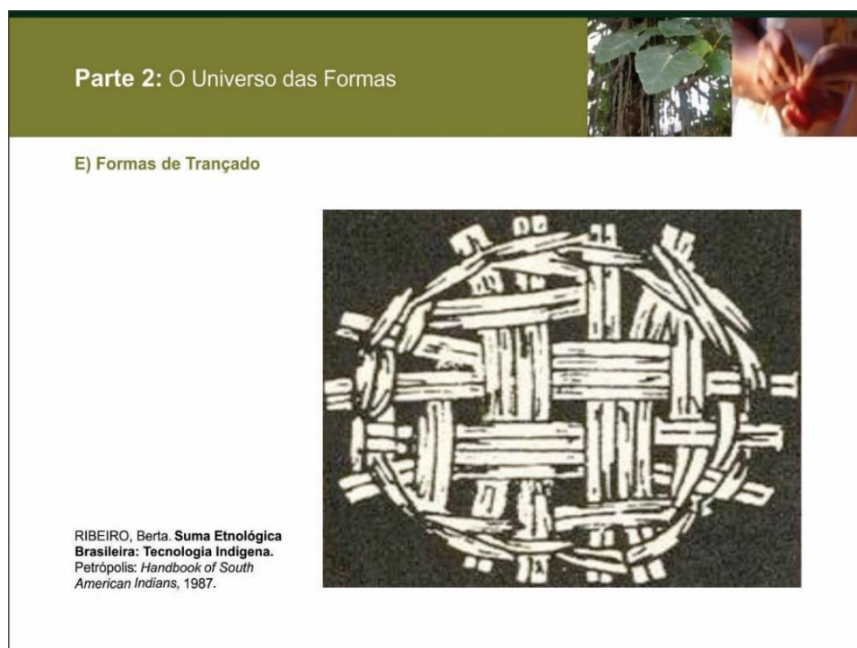
Atividades realizadas	
1ª	Abertura da Oficina e novos informes do Projeto Cipó Imbé.
2ª	Palestra 1: “Métodos e técnicas para criação de novos produtos”.
3ª	Palestra 2: “O universo das formas”.
4ª	Palestra 3: “O universo das cores”.
5ª	Palestra 4: “A agregação de valor em produtos artesanais”.
6ª	Apresentação da pesquisa de mercado de Florianópolis.
7ª	Apresentação da pesquisa de produtos similares.
8ª	Apresentação do “briefing” dos novos produtos.
9ª	Exercício prático de criação de novos produtos artesanais de Cipó Imbé.
10ª	Debates sobre os protótipos que melhor atenderam ao “briefing”.
11ª	Ajustes e aprovação coletiva do catálogo de produtos e da “tag”.
12ª	Composição dos novos produtos criados na Oficina com as respectivas “tag’s”.
13ª	Apresentação de proposta do “Catálogo de Produtos Artesanais de Cipó Imbé de Garuva” e da “tag” já instalada nos produtos artesanais de Cipó Imbé de Garuva.
14ª	Avaliação coletiva dos novos produtos e da 3ª Oficina.
15ª	Novos encaminhamentos e encerramento do evento.

(Fonte: Adaptado a partir de Simões *et al.*, 2009, p. 83 / 84).

Em relação à 1ª atividade da 3ª Oficina de Criatividade do Projeto Cipó Imbé, houve uma rodada de auto apresentações das Cipozeiras e dos Cipozeiros e dos membros da equipe do “Projeto Cipó Imbé” presentes, tanto quanto de cada atividade programada para o dia. Também foram acordados os horários das atividades, dos intervalos e o teto máximo de horário para terminar o evento, sob a coordenação do Prof. Douglas (Simões *et al.*, 2009, p. 83 / 84).

Já as atividades 2, 3, 4 e 5 envolveram pequenas palestras de 20 minutos cada, entremeadas com os respectivos debates. Entre a 3ª e a 4ª atividades também houve um intervalo para um café com bolo e boas conversas. Estas palestras tiveram apoio em muitas imagens, todas calibradas para abdicarmos de uma linguagem técnica em favor de uma comunicação assimilável pelos presentes, para priorizar a compreensão e nivelar os conceitos expostos e discutidos na forma de imagens. Nesse sentido, a 2ª atividade expôs mais de 50 imagens sobre trançados de fibras naturais dos mais diversos povos originários do Brasil, proporcionando muitos estímulos aos presentes, sob a minha condução e da pesquisadora Roberta Helena dos Santos Tonicelo.

Imagem 83: Uma das muitas telas apresentadas na Palestra 2 da 3ª Oficina de Criatividade.



(Fonte: Acervo do Projeto Cipó Imbé, 2008).

A 6ª atividade desta Oficina apresentou aos presentes uma pequena prospecção do mercado consumidor de Florianópolis, para saber que produtos artesanais de Cipó Imbé eram os mais desejados. Para tanto, três empresas especializadas na comercialização de produtos artesanais indicaram quais são os objetos que interessavam aos consumidores da capital catarinense. A prospecção do mercado indicou que os produtos que mais interessavam era suportes para panelas levadas à mesa nas refeições, jogos americanos para suporte de pratos e talheres, porta-guardanapos e cestos de variados tamanhos.

Imagem 84: Uma das três lojas especializadas na comercialização de objetos artesanais.



(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2008).

Imagem 85: Outra das três lojas especializadas na comercialização de objetos artesanais.



(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2008).

No entanto, como muitas Cipozeiras e Cipozeiros não dominavam a linguagem do desenho técnico, para esta atividade montamos uma mesa simulando uma situação costumeira

de um almoço ou jantar, onde os objetos levantados na prospecção do mercado consumidor em Florianópolis estavam presentes, podiam ser observados, tocados e percebidos em suas medidas, mas de um modo sensorial.

Imagem 86: Mesa-modelo com objetos para simular uma refeição.



(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2008).

Em seguida, por conta da 7ª atividade da 3ª Oficina de Criatividade, apresentamos uma série de produtos existentes e similares ao que a pequena prospecção do mercado de Florianópolis apontou. Pretendíamos, com isto, estimular a criatividade dos presentes. Seguem, então, dois dos vários produtos apresentados.

Imagem 87: Peneiras trançadas por comunidade indígena do Brasil.



(Fonte: Klintowitz, 1985 / Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2008).

Imagem 88: Cesta artesanal elaborada com fibras de casca de arroz.



(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2008).

Assim, na 8ª atividade, foi acordado o “briefing” para os novos produtos. Contudo, para que a 3ª Oficina de Criatividade pudesse oferecer o material necessário aos artesãos, dias antes providenciamos os fios de cipó. Assim, disponibilizamos fios de cipó em bruto (ou seja, com a casca), fios de cipó com diâmetros distintos, fios de cipó tingidos em tons de terra e fios em cor natural. Vale lembrar que esses recursos surpreenderam as Cipozeiras e Cipozeiros presentes, pois as cores foram suprimidas muitos anos atrás na produção deles, por exigência dos atravessadores. Portanto, recuperar estas possibilidades foi algo estimulante que favoreceu a criação de novos produtos com maior potência criativa e satisfação.

Imagem 89: Fios de cipó em tingimento.



(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2008).

Imagem 90: Secagem dos fios tingidos.



(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2008).

A 9ª atividade da 3ª Oficina de Criatividade do Projeto Cipó Imbé exigiu aproximadamente três horas de duração, com muitos “exercícios práticos de criação de novos produtos artesanais de Cipó Imbé”. Para tanto, havia um espaço anexo com cadeiras e duas

mesas. Na primeira mesa, no centro do espaço, estava a mesa-modelo simulando um momento de refeição, com os objetos de interesse dos consumidores de Florianópolis. Na segunda mesa, que ficou ao lado da primeira, estavam os fios de cipó Imbé em bruto (ou com casca), os fios de cipó tingidos e os fios de cipó em cor natural.

Imagem 91: Fios tingidos e disponibilizados.



(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2008).

Imagem 92: “Tecelagem” de um novo produto.



(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2008).

Imagem 93: Manufatura de um novo produto.



(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2008).

Imagem 94: Detalhe de outro novo produto.



(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2008).

Após a conclusão da 9ª atividade da 3ª Oficina de Criatividade do Projeto Cipó Imbé e de uma pausa para café com bolo, iniciamos a 10ª atividade, com os “debates sobre os protótipos que melhor atenderam ao ‘briefing’”. Para tanto, enquanto os presentes estavam no café, no espaço ao lado, reunimos os novos produtos manufaturados na atividade anterior numa só mesa. Assim, os debates fluíram com a empolgação das Cipozeiras, inclusive daquelas que foram mais tímidas até então, envolvendo diálogos sobre sutilezas técnicas que observaram, sobre os procedimentos que consideraram as melhores práticas e sobre novas possibilidades. Também pensaram em voz alta e ponderaram coletivamente sobre os resultados gerados por elas mesma (Simões *et al.*, 2009, p. 84 / 85). Importa destacar que esta atividade teve um protagonismo feminino muito evidente, bem como havia um gravador ligado para captar os diálogos e avaliações dos presentes e registro fotográfico de tudo.

Em seguida, na 11ª atividade da 3ª Oficina de Criatividade, intitulada “Aprovação coletiva e ajustes do catálogo de produtos e da tag”. Para tanto, procedemos do mesmo modo que adotamos na aprovação da Marca Territorial “Arte Imbé”. Ou seja: apresentamos a proposta do “Catálogo de Produtos Artesanais de Cipó Imbé” de Garuva às Cipozeiras e Cipozeiros presentes, estimulamos uma avaliação coletiva, além de anotar a decisão coletiva dos artesãos. Assim, o Catálogo foi aprovado com algumas características: a) capa impressa em policromia, com um desenho elaborado por uma menina Cipozeira, tal como consta na Imagem abaixo; b) algumas folhas iniciais apresentando a comunidade de Cipozeiros e o local onde eles se situam, impresso em preto sobre papel branco e em tons de retículas de preto; c) folhas para apresentação individual de cada produto; d) cada folha com um produto tinha em seu verso um solução gráfica semelhante à dos cartões postais; e e) contracapa do Catalogo, com destaque da entidade que cedeu seu CNPJ aos artesãos e das entidades apoiadoras do Projeto Cipó Imbé.

A solução de Design Gráfico do “Catálogo de Produtos Artesanais de Cipó Imbé” permitiu que cada Cipozeira e Cipozeiro imprimisse as folhas que mais lhes interessavam, tanto quanto podiam utilizar as folhas soltas com anotações relativas à alguma tratativa comercial. Além disso, acatou a solicitação dos artesãos para que tivesse um formato que coubesse numa bolsa ou numa mochila e podia ser acrescido de novas folhas com novos produtos a qualquer tempo.

Imagem 95: Capa do Catálogo de Produtos Artesanais de Cipó Imbé de Garuva, impresso pelo sistema Off-set em policromia, em papel couchê fosco e formato A5.



(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2008).

Imagem 96: Um dos produtos no miolo do Catálogo de Produtos Artesanais de Cipó Imbé de Garuva, impresso em uma cor, em papel couchê fosco e formato A5.



(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2008).

Imagem 97: Verso da imagem anterior.



(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2008).

Imagem 98: Contracapa do “Catálogo de Produtos Artesanais de Cipó Imbé”.



(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2008).

Nesta 11ª atividade da 3ª Oficina de Criatividade também apresentamos a “tag” para os produtos artesanais das Cipozeiras e Cipozeiros, a qual também passou pelo crivo, debates e aprovação dos mesmos. Assim, a versão aprovada da “tag” foi a seguinte:

Imagem 99: Frente da “tag” dos produtos artesanais de Cipó Imbé de Garuva, impresso por Off-set sobre papel couchê e com formato de 100 x 50 mm.



(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2008).

Imagem 100: Versos da “tag” dos produtos artesanais de Cipó Imbé de Garuva, impresso por Off-set sobre papel couchê e com formato de 100 x 50 mm.



(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2008).

Assim, reunimos todos os novos produtos manufaturados na 3ª Oficina de Criatividade numa mesma mesa, para realizar a 12ª atividade. Para tanto, instalamos as “tags” em cada um

deles, pois havíamos levado as mesmas já impressas. Deste modo, a 13ª atividade possibilitou os presentes apreciarem algumas folhas do “Catálogo de Produtos Artesanais de Cipó Imbé” de Garuva – que também imprimimos previamente – já com os produtos recém manufaturados, cada um com a respectiva “tag”.

A 14ª atividade da Oficina de Criatividade do Projeto Cipó Imbé, que denominamos “Avaliação coletiva dos novos produtos e da 3ª Oficina”, foi um momento de grande satisfação para todos os presentes.

Imagem 101: Cipozeiras avaliando os novos produtos manufaturados na 3ª Oficina.



(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2008).

Imagem 102: Pesquisadora do Projeto Cipó Imbé e Cipozeiros avaliando os novos produtos.



(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2008).

Imagem 103: Cesto para pães manufaturado na 3ª Oficina de Criatividade.



(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2008).

Imagem 104: Outro cesto para pães manufaturado na 3ª Oficina de Criatividade.



(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2008).

Imagem 105: Suporte para painéis
manufaturado na 3ª Oficina de Criatividade.



(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2008).

Imagem 106: Jogo americano manufaturado
na 3ª Oficina de Criatividade.



(Fonte: Arquivo do Projeto Cipó Imbé, 2008).

No fim das contas, foram manufaturados um pouco mais de duas dúzias de novos produtos. Mas, enfim, a 15ª atividade deu por encerrada a 3ª Oficina de Criatividade, deixando um saldo positivo entre as Cipozeiras, Cipozeiros e a equipe do Projeto Cipó Imbé.

Pouco tempo após a realização da 3ª Oficina, redigimos o relatório do projeto de pesquisa da parcela do Projeto Cipó Imbé, para atender o compromisso firmado no âmbito do Departamento de Design / CEART / UDESC (Antunes, 2005), o qual tinha prazo para ser concluído fixado no final de fevereiro de 2008. Mais adiante também foram redigidos outros artigos científicos e capítulos de livros (Antunes e Souza, 2011, p. 229; Simões *et al.*, 2009, p. 73), bem como outras publicações científicas foram redigidas por outros membros do Projeto Cipó Imbé (Antunes e Souza, 2011, p. 229; Antunes e Tonicelo, 2008, p. 2071). No entanto, a minha participação oficial no Projeto Cipó Imbé encerrou no início de 2008, ainda que mantenha contatos esporádicos com as Cipozeiras e os Cipozeiros e com os integrantes do Projeto Cipó Imbé, em outras ocasiões e circunstâncias diversas.

Contudo, é preciso enfatizar que suprimi muitos trabalhos realizados no âmbito do Projeto Cipó Imbé no presente relato, ainda que tais trabalhos tenham muitos méritos e tenham dado muitas contribuições significativas ao longo do tempo e de desdobramentos do Projeto. Um desses trabalhos, ocorrido ainda na vigência do Projeto Cipó Imbé, refere-se aos processos realizados em torno das “Tecnologias Sustentáveis” (Manzini, 2008; Manzini e Vezzoli, 2002), para os quais houve oficinas para compreender o processo produtivo do artesanato de Cipó Imbé de Garuva desde a coleta desta fibra natural na floresta até o produto estar disponível para vendas. Nesse momento também foram selecionadas as três ferramentas que foram redesenhadas, além de prototipadas e testadas em campo. Para tanto, foram realizados estudos de Engenharia Mecânica, de Engenharia Ambiental e de Design de Produtos que aferiram os

custos de produção, os resíduos gerados nessa produção, o “trabalho sofrido”, os momentos do ano em que a produção era mais elevada, o modo de comercialização, entre outros aspectos. No entanto, para não me afastar do objeto do presente trabalho, esses estudos e trabalhos estão suprimidos, mas podem ser conhecidos em detalhes no minucioso trabalho de Antunes (2011, p. 42) e em Simões *et al.* (2009, p. 79). Uma outra parcela que também suprimi, pelo mesmo motivo, foram algumas conquistas do setor de “Manejo Sustentado” do Projeto Cipó Imbé. Nesta parcela constam, entre as conquistas significativas, estudos sistematizados na forma de artigos científicos publicados (Zambonim *et al.*, 2011, p. 274) e outros. Porém, é muito emblemática a publicação de Zambonim *et al.* (*idem*), pois integra uma obra de fôlego e de alto valor por ser de referência científica (Coradin *et al.*, 2011) – sob o título “Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: plantas para o futuro - Região Sul”⁹⁹ –, onde foram elencadas as espécies botânicas brasileiras priorizadas para serem pesquisadas com financiamento do Ministério do Meio Ambiente (MMA), à época. Esta obra foi precedida de vários eventos científicos da área de Botânica e Etnobotânica, conforme descrito em Coradin *et al.* (2011, p. 27) e Reis (2011, p. 89), onde participaram cientistas de renome internacional e nacional, pesquisadores e beneficiários de projetos e pesquisas implicados com espécies vegetais brasileiras, resultando nos acordos que redundaram no Termo de Referência para o edital público exarado pelo MMA. Relewa destacar, ainda, que Cipozeiras e Cipozeiros de Garuva participaram desses eventos, tanto quanto também assinaram um dos artigos desta obra de fôlego, tal como se observa em Zambonim *et al.* (2011, p. 274).

2.2.5. Ponderações sobre o caso

Tal como se infere do relato acima, o caso da construção coletiva da Marca Territorial “Arte Imbé” emergiu de uma oportunidade proporcionada pela Pesquisa-Extensão e Aprendizagem Participativas (PEAP) contemplada para o município de Garuva (Ramos *et al.*, 2013, p. 50). A análise preliminar dos dez projetos PEAP, realizada por uma antropóloga com doutorado em Desenvolvimento Rural, aferiu que “[...] assumir a participação em processos de pesquisa e extensão ao mesmo tempo vem mostrando muitas potencialidades, particularmente para o trabalho em conjunto com as populações menos favorecidas do meio rural” (Karan, 2008, p. 46). A análise também ponderou que este tipo de experiência envolve “[...] desafios que se expressam tanto para os indivíduos, sejam pesquisadores, extensionistas, técnicos ou agricultores, como também às instituições, exigindo boa dose de transformações” (p. 46 / 47).

⁹⁹ Obra disponível em <www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dcbio/_ebooks/regiao_sul/Regiao_Sul.pdf>, acessada em agosto de 2020.

Contudo, a análise também inferiu que processos de aprendizagem e de ensinagem (Anastasiou e Alves, 2007, p. 24) ocorreram mutuamente entre os atores sociais implicados neste Projeto de PEAP de Garuva e as instituições envolvidas, como destaque para o público beneficiado, fossem eles formalizados através de projetos ou não. Isto resultou não apenas em ganhos tecnológicos, mas também como “[...] valores de vida. Se não for assim, o que se pode fazer é o uso de um método para chegar em um produto, diferentemente da pesquisa, extensão e aprendizagem participativa que trata de um processo, que é social” (Karan e Freitas, 2008, p. 47).

Anos adiante, a publicação com a análise final dos projetos PEAP, feita por um coletivo de agrônomos doutores em agronomia, doutores em desenvolvimento rural e doutores em ciências humanas (Benez *et al.*, 2013) também considerou que houve êxitos, sendo que os pontos fortes do projeto de Garuva mereceram os seguintes destaques:

a) Interdisciplinaridade; b) Instituição de parcerias francas e atuantes com Udesc, Rede Puxirão e Prefeitura Municipal de Garuva; c) Bom conhecimento da mata por parte dos artesãos; d) Boa localização do município, próximo a grandes centros consumidores de artesanato; e) Desenvolvimento pessoal dos cipozeiros, encaminhando-os para a autonomia; f) Abertura de novos mercados através da participação em feiras e eventos regionais; e g) Reconhecimento do cipozeiro como um trabalhador de valor pela comunidade local (p. 53 / 54).

Nesta mesma análise foram apontados os seguintes pontos fracos:

a) Perda da metodologia ao longo do processo, fazendo com que a pesquisa participativa se transformasse em uma atividade de extensão, inserida na rotina do escritório local; b) Saída de colegas da EEI, por aposentadoria e pós-graduação, cessando o acompanhamento por parte dos pesquisadores da Epagri; c) Excesso de atividades no Escritório Local, dispersando energia e concentração na atividade; e d) Diferença de ritmo entre cipozeiros e técnicos, principalmente no que diz respeito à geração de renda, pois as famílias estão inseridas num quadro de vulnerabilidade social decorrente da baixa renda gerada pelo trabalho. Nesse sentido, a atuação da extensão rural não atende as expectativas imediatas de retorno financeiro das famílias [em razão da:] Dificuldade de formar lideranças capazes de se apropriar totalmente do processo; Baixa escolaridade das famílias; Dependência do intermediário no processo de comercialização; e Falta de conhecimento sobre a ecologia e a biologia reprodutiva do cipó imbé (p. 54).

Contudo, a análise deste coletivo capacitado e experiente (Ramos *et al.*, 2013, p. 50) levou em conta o ponto de vista do público beneficiado pelo Projeto PEAP de Garuva, como as seguintes ponderações:

Os cipozeiros envolvidos diretamente nas ações as avaliam como muito positivas. Entretanto, solicitam trabalhos mais específicos que os habilitem à extração da matéria-prima na mata. Em outras palavras, necessitam de algum referencial botânico que permita assegurar o manejo sustentado da espécie, baseado no vasto conhecimento que cada cipozeiro já traz em sua vivência diária. Outro aspecto a considerar é a reivindicação do livre acesso às áreas onde ocorre o cipó, uma vez que a maior parte dos remanescentes florestais se encontra em propriedades particulares. Esse aspecto, aliado à baixa remuneração e à insalubridade de todo o processo extrativo, representa um dos muitos gargalos da atividade (p. 54).

Apesar da análise ser ponderada e ter uma visão generosa, humanística e interdisciplinar, chega a ser curioso que tenha deixado de fora pelo menos três resultados de peso do Projeto Cipó Imbé, os quais estavam disponíveis antes da publicação da análise final dos Projetos PEAP (Benez *et al.*, 2013).

Um destes resultados foi publicado em 2007, onde as Cipozeiras e os Cipozeiros se reconheceram e foram reconhecidos como uma “Comunidade Tradicional”, através da publicação do 9º fascículo da “Nova Cartografia Social”, sob o título “Nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil - Cipozeiros de Garuva” (Antunes, 2011, p. 41). Esta publicação, elaborada somente com depoimentos diretos das Cipozeiras e Cipozeiros, permite conhecer a Comunidade Tradicional, a abrangência do seu território, os casos de litígio com grandes proprietários de terra que resultaram em óbitos de entes da Comunidade Tradicional dos Cipozeiros de Garuva, entre outros aspectos do território e da respectiva territorialidade. Evidentemente, tudo isto alterou aos poucos os objetivos iniciais do Projeto.

O segundo resultado de grande importância foi a publicação de outra obra, tal como mencionei anteriormente, com o título “Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: plantas para o futuro - Região Sul” (Coradin *et al.*, 2011), chancelada pelo Ministério do Meio Ambiente. Vale lembrar que muitos eventos científicos com abordagens inter e transdisciplinares foram realizados para que se chegasse nesta importante publicação, os quais estão descritos na obra, além de ter gerado um Termo de Referência para editais públicos que permitiria o financiamento de novos estudos e trabalhos etnobotânicos em torno do cipó Imbé e da Comunidade Tradicional dos Cipozeiros de Garuva (Zambonim *et al.*, 2011, p. 274).

O terceiro resultado que também merece destaque ocorreu após a pesquisa instituída na UDESC ter sido encerrada, na passagem de fevereiro para março de 2008, pois muitos outros trabalhos e estudos foram realizados ao longo dos anos subsequentes, entre os quais encontra-se em Antunes (2011), um trabalho dedicado à Comunidade Tradicional de Cipozeiros de Garuva e áreas de entorno de Garuva. Nesse trabalho, muitos aspectos demandam destaques que são expressivos e significativos. Um deles é que a Comunidade Tradicional dos Cipozeiros

nunca se restringiu apenas à manufatura de artesanatos feitos do cipó Imbé (Antunes, 2011, p. 112; Antunes e Souza, 2011, p. 232 / 233). Tal constatação empírica decorreu de um longo período de imersão na Comunidade e da etnografia realizada sobre as Cipozeiras e os Cipozeiros “in loco”, tanto quanto da posterior inferência científica sobre tudo que foi observado, ponderado, validado e publicado. Nesse sentido, um trecho dessa tese demonstra que antes do término da pesquisa instituída na UDESC o coordenador da pesquisa e autor da tese – o Prof. Douglas – já estava convencido de ir além das contribuições que o Projeto PEAP de Garuva (Ramos *et al.*, 2013, p. 50) propiciou conhecer e compreender, resultando de anos de doutoramento, de modo que o trecho mencionado foi formulado antes da publicação da tese:

[...] um planejamento coletivo do MICI e da assessoria política da Rede Puxirão passou a compreender melhor o processo de desterritorialização e dominação vivido pelos cipozeiros e as demandas necessárias para a continuidade das práticas tradicionais em sua territorialidade específica. Portanto, o que está “em jogo” é o direito da continuidade de “ser e existir” dos cipozeiros em sua cultura e seu modo de vida, ameaçada pelas estratégias de dominação territorial do modelo de desenvolvimento econômico capitalista. As principais formas de usurpação dos direitos ocorrem, como dito, na restrição do livre acesso ao território tradicionalmente ocupado, no livre acesso aos recursos naturais e na exploração do trabalho artesanal com a prática de preços injustos (Antunes, 2011, p. 26).

Como se observa, a tese de Antunes (2011) ampliou significativamente o campo de ação em benefício da Comunidade Tradicional dos Cipozeiros. Assim, Antunes (2011) reconhece os méritos da construção coletiva da Marca Territorial “Arte Imbé” e de outras conquistas proporcionadas através do Projeto PEAP de Garuva (Ramos *et al.*, 2013, p. 50), a tese enfrentou outros temas e novos desafios. Entre esses, alguns que contribuem no presente estudo de caso, tais como: a) o reconhecimento da Comunidade enquanto sujeito de direitos foi potencializado junto às autoridades públicas, sobretudo em relação às do município de Garuva; b) a Comunidade se organizou politicamente através do Movimento Interestadual de Cipozeiros e Cipozeiras (MICI) e da Rede Puxirão dos Povos Tradicionais do Paraná (Wedig, 2015, p. 40; Antunes, 2011, p. 25), como os dois sendo lançados em 2008; c) a Marca Territorial “Arte Imbé” passou a ser adotada para fins comerciais, enquanto que as demandas de pesquisa e reivindicação política da Comunidade Tradicional de Cipozeiras e Cipozeiros são representadas pela marca coletiva “MICI” (Antunes, 2011, p. 192); e d) o território da Comunidade Tradicional de Cipozeiros passou a integrar as Cipozeiras e Cipozeiros presentes nos municípios catarinenses de Joinville, Itapoá e Araquari e no município paranaense de Guaratuba (Antunes, 2011, p. 123).

Enfim, os desdobramentos do Projeto Cipó Imbé frutificaram e abriram novas frentes de estudos e trabalhos, sem ter deixado de realizar estudos e trabalhos desde o início do Projeto Cipó Imbé até o presente, ora em momentos de maior dinamismo e intensidade, ora lidando do modo como era possível com a ausência de políticas públicas, as quais deixaram de existir às Comunidades Tradicionais no país desde o início do Governo Federal Michel Temer, o qual extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) logo no início de sua Gestão.

Além disso, ainda que não fosse um compromisso assumido pelo Projeto Cipó Imbé empreender uma Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais por intermédio da pesquisa instituída na UDESC, os novos produtos artesanais estimulados pela 3ª Oficina de Criatividade do Projeto Cipó Imbé podem integrar uma Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais. Afinal, se levarmos em conta que a Comunidade Tradicional de Cipozeiros detém o “saber local” (Geertz, 1997) e vem assimilando aos poucos conhecimentos técnicos e científicos relativos a Etnobotânica, Design Integral, Tecnologias Limpas, Tecnologias Sociais e outros, acrescidos do fato de que a Comunidade Tradicional de Cipozeiros conhece bem sua flora, fauna e o clima do seu território, é mais que devido presumir que ela pode utilizar suas plantas para variados fins – artesanatos, chás, alimentos ou floricultura –, bem como os produtos da sua pesca artesanal, além de saber das minúcias dos “redutos e refúgios” do bioma (Ab’Saber, 2003) onde seu território está situado. Assim, o patrimônio na forma de “saber local” (Geertz, 1997) corresponde a um manancial de “recursos específicos” que podem – e devem – ser “ativados” (Benko e Pecqueur, 2001, p. 45), caso a Comunidade Tradicional de Cipozeiros assim o quiser, caso disponha de orientação técnica e científica, de meios materiais e recursos financeiros para tanto, na forma de políticas públicas e financiamento a fundo perdido. Por esta via alternativa, planejar e organizar uma “rede sociotécnica solidária” (Dagnino, 2014, p. 35) com pequenas pousadas, pequenos restaurantes de comidas típicas, com guias locais treinados para percorrer as trilhas de onde existiu instalações do Falestério do Saí (Gallo, 2002) ou os trechos do Caminho de Peabiru (Kath, 2015, p. 16 / 17) são possibilidades factíveis de serem implementadas, tanto quanto diversificar a manufatura e especializar a comercialização de artesanatos de variadas fibras vegetais, de conservas de palmito, de compotas de doces de frutas nativas, de méis silvestres, de postas congeladas de pescados variados, de mudas de plantas nativas ou de arranjos de flores silvestres, entre outras possibilidades que podem integrar um singular “empreendimento econômico solidário” (Gaiger, 2003, p. 123; Singer, 2002, p. 119), onde o “turismo de base comunitária” (Bartholo *et al.*, 2009) seria o melhor dos motes de serviços territoriais.

Ainda assim, o processo de construção coletiva da Marca Territorial “Arte Imbé” apresentou avanços processuais socialmente inovadores e angariou conquistas relevantes, ao se apropriar de um modo criativo das abordagens interdisciplinar aplicada ao Design (Couto *et al.*, 2014; Frascara, 2000) e abordagem transdisciplinar aplicada ao Design (Sommerman, 2012) que resultaram numa práxis (Gadotti, 1998, p. 273) que envolveu potentes processos de “Co-criação” (Prahalad & Ramasswamy, 2014, p. 5) e de “Co-design” (Ramaswamy & Ozcan, 2014; Sanders & Stappers, 2008, p. 5), decorrentes das Oficinas de Criatividade. Nesse sentido, a construção coletiva da Marca Territorial “Arte Imbé” rendeu bons resultados, demonstrando que se pautar pela “Economia Solidária” (Singer, 2002) e pelas “Tecnologias Sustentáveis” (Manzini, 2008; Manzini e Vezzoli, 2002) – ainda que com forte compromisso com as “Tecnologias Sociais” (Dagnino, 2014, p. 35) – enseja um caminho promissor para experiências socialmente inovadoras através do Design (Manzini, 2008). No caso do “Projeto Cipó Imbé” (Ramos *et al.*, 2013, p. 50) não havia como ser de outro modo, afinal, equacionar especificidades de uma Comunidade Tradicional exige atenção em relação às questões culturais e cuidados redobrados para captar tanto quanto possível o imaginário do território e do universo simbólico da respectiva territorialidade. Portanto, a Marca Territorial “Arte Imbé” confirma que se trata de um sistema aberto que pode ser enriquecido com valores históricos, antropológicos, sociológicos, econômicos solidários e suas características geográficas, progressivamente, indicando que quanto maior for a sinergia entre os atores sociais envolvidos nesse tipo de construção coletiva maior poderá ser o capital social e tenderá à uma “concertação social” (Dallabrida e Ferminiano, 2003, p. 88) autêntica e democrática, propiciando a base social e cultural necessária para se empreender a respectiva Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais e potencializar cada vez mais o valor de sua Marca Territorial.

Portanto, os desdobramentos do Projeto Cipó Imbé demonstram que houve avanços e refinamentos, abrindo pistas para novos estudos e pesquisas interessados em revigorar o potencial de território das cipozeiras e cipozeiros de Garuva e suas territorialidades, mesmo com toda penúria provocadas pelo estado capitalista e neoliberal francamente antidemocrático e antipopular que se instaurou no Brasil a partir de 2016. Infere-se, então, apesar de tudo, que a Comunidade Tradicional dos Cipozeiros de Garuva protagonizou um caso especial, mesmo que o Projeto PEAP de Garuva / Projeto Cipó Imbé tenham encerrado em 2008. Entretanto, o desafio de manter as atividades posteriores ao Projeto ficou ainda mais difícil desde o início do Governo Temer e a vigência de governos federais que contingenciam cada vez mais as políticas públicas que financiavam pesquisas, estudos e trabalhos orientados à promoção de justiça social

e à reparação histórica – em alguma medida –, assim como dar sentido à novas práticas socioambientais que evitem os erros praticados por sucessivos governos.

Estudo de Caso 3: A construção coletiva da Marca Territorial “Costa Catarina”

Mudar é difícil, mas é possível e urgente.

Paulo Freire

Participei da concepção, articulação e elaboração desse caso entre 2009 e 2014. Nesse período, tanto coordenei a construção coletiva da Marca “Costa Catarina” quanto atuei na concepção, concertação e a realização de outros processos coletivos, o que incluí a demanda inicial de coordenar o processo de “Co-criação” (Prahalad & Ramasswamy, 2014, p. 5) e de “Co-design” (Ramaswamy & Ozcan, 2014; Sanders & Stappers, 2008, p. 5; Couto *et al.*, 2014, p. 85) de “mapas de identidades culturais” para dois territórios-piloto, os quais serviram de base para a construção coletiva de suas respectivas Marcas Territoriais. No entanto, a Marca Territorial “Costa Catarina” é o foco do presente estudo de caso. A construção dessa Marca tinha por objetivo representar graficamente as comunidades da pesca artesanal, as comunidades da agricultura familiar, do turismo de base comunitária e as atividades culturais e não agrícolas de dois territórios-piloto. Essas duas últimas parcelas da sociedade dos territórios tinham como protagonistas os artistas populares e artesãos, organizadores e promotores de festas comunitárias, pequenos empreendedores de pousadas, restaurantes de comidas típicas e de feiras populares, além de outros munícipes que atuam nos ranchos de pesca, engenhos de farinha, alambiques de cachaça ou outras atividades carregadas da identidade cultural do território e foram utilizadas como “recursos específicos” (Benko e Pecqueur, 2001, p. 31) em favor do turismo de base comunitária do território. Para tanto, foram concebidos e aplicados instrumentos de trabalho inéditos até então delineando, aos poucos, um processo que exigiu táticas inovadoras para se conceber e elaborar coletivamente soluções que satisfizessem as estratégias acordadas previamente pelos atores sociais envolvidos nesses projetos.

Trata-se de um território com singularidades destacadas, o que torna o caso significativo. Entre outras singularidades, o território representado pela Marca Territorial “Costa Catarina” possui uma importante área de proteção ambiental marítima do país e um porto de expressão da economia catarinense. Estes recursos ou áreas de interesse ocasionam divergências entre autoridades municipais e estaduais, os grandes e médios empresários,

pescadores artesanais, surfistas e ambientalistas dividindo a população entre os que tentam proteger as baleias Francas-austrais e outros patrimônios socioambientais – praias, lagoas e sambaquis, por exemplo – e aqueles que defendem a economia que orbita em torno do Porto de Imbituba. Contudo, além dos belos patrimônios naturais, existem as territorialidades específicas de Comunidades Tradicionais, tais como a dos pescadores artesanais de cultura de base açoriana, a dos agricultores familiares comunaes dos Areais da Ribanceira e as comunidades de remanescentes de quilombo do Morro do Fortunato e da Aldeia, em Garopaba, e da comunidade quilombola da Toca, em Paulo Lopes. Nesse sentido, o presente caso corresponde a um desafio complexo de um território formado por três municípios da zona costeira de Santa Catarina, situados aproximadamente entre Florianópolis e Laguna.

Releva destacar, todavia, que esse caso é um componente de uma pesquisa bem mais ampla, institucionalizada como “Projeto Desenvolvimento Territorial Sustentável da Zona Costeira Catarinense: Estratégias integradas de geração de trabalho e renda a partir da valorização da identidade cultural das comunidades pesqueiras tradicionais” (Pinheiro *et al.*, 2014, p. 2), ou simplesmente “Projeto DTS-IC”, conforme os envolvidos na Pesquisa chamavam. O “Projeto DTS- IC” tinha dois territórios-piloto, denominados inicialmente como “Litoral Centro-Norte” (Simões *et al.*, 2014, p. 75) e “Litoral Centro-Sul” (*idem*). O primeiro correspondia à soma dos municípios de Balneário Camboriú, Bombinhas, Porto Belo e Itapema, enquanto o outro tinha como limite os municípios de Paulo Lopes, Garopaba e Imbituba, ambos descritos na direção norte - sul.

Imagem 107: Localização dos territórios “Litoral Centro-Norte” e “Litoral Centro Sul”.



(Fonte: Policarpo *et al.*, 2020, p. 116).

Contudo, conforme declarei, o objeto de estudo deste trabalho focaliza a construção coletiva da Marca “Costa Catarina”, transcorrida no território “Litoral Centro-Sul”, em razão de ter sido a que foi mais longe. Segue, então, o relato do estudo de caso da construção coletiva da Marca Territorial “Costa Catarina”, organizado em quatro tópicos: Caracterização geográfica do território; Formação, identidade cultural e desenvolvimento do território; O processo de construção coletiva da Marca Territorial; e Ponderações sobre o caso.

2.3.1 Caracterização geográfica do território

O Território-piloto “Litoral Centro-Sul” dista da sede de Florianópolis – situada na Ilha de Santa Catarina – 55 km da sede de Paulo Lopes (SEBRAE SC, 2019a, p. 13), 73 km da sede de Garopaba (SEBRAE SC, 2019b, p. 13) e 90 km da sede de Imbituba (SEBRAE, 2019c, p. 13).

Imagem 108: Mapa de localização do território “Litoral Centro Sul”



Elaborado por: Glauco Ladik Antunes, 2020.

Assim, para caracterizar com clareza cada um dos municípios que compõem o território “Litoral Centro Sul”, seguem tópicos específicos.

2.3.1.1 Caracterização geográfica de Paulo Lopes

De acordo com o portal eletrônico “IBGE Cidades”, o município de Paulo Lopes está situado no Bioma Mata Atlântica, pertence ao Sistema Costeiro-Marinho e está na área de abrangência de Florianópolis¹⁰⁰. Já no “Relatório Diagnóstico socioambiental exploratório e subsídios para a definição de uma estratégia de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o município de Paulo Lopes (SC)” (Barbosa *et al.*, 2007) consta que “[...] os ecossistemas identificados na região estão inseridos em duas unidades geomorfológicas. Por um lado, [estão] as Serras do Leste Catarinense, uma unidade representada por um complexo ígneo ácido - rochas graníticas - originárias do período Proterozóico” (p. 21).

Essa unidade se estende até as “[...] áreas mais elevadas do relevo do município, situadas, na sua maior parte, no interior do PEST [Parque Estadual da Serra do Tabuleiro]” (*idem*), o qual se situa na Encosta da Serra do Tabuleiro. Barbosa *et al.* (2007) destacam “[...]

¹⁰⁰ Para saber mais, ver <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/paulo-lopes/panorama>>, acessado em fevereiro de 2021.

que, no conjunto litológico do município, existe uma formação geológica específica, denominada granitóide Paulo Lopes” (*idem*). Assim,

Este complexo rochoso, coberto pela floresta ombrófila densa, foi dissecado ao longo de milhões de anos principalmente pela ação dos cursos d’água, formando vertentes e vales. Devido às fortes declividades presentes ao longo do embasamento complexo, esta área é considerada altamente suscetível à erosão. Dessa forma, são comuns os deslocamentos de massas e blocos de rocha. Nos vales, é comum a presença de blocos rolados em diferentes graus de alteração. A agricultura e a construção civil nesses terrenos devem ser totalmente desestimuladas, em função da pedregosidade, da pouca profundidade do solo, da acentuada declividade e, finalmente, dos riscos de erosão e acidentes (Barbosa *et al.*, 2007, p. 21).

A “[...] segunda unidade é a Planície Costeira, que resulta das diversas fases de transgressão e regressão marinha. Com terrenos planos e suavemente ondulados, apresenta as topografias (cotas altimétricas) mais baixas do relevo, formando uma drenagem meândrica” (Barbosa *et al.*, 2007, p. 22). Além disso, há uma grande “[...] variedade de depósitos sedimentares, transportados e depositados sob a ação das ondas, correntes, marés, ventos litorâneos e rios, formando depósitos fluviais, lacustres, fluvio-marinhos, marinhos e eólicos” (*idem*), os quais ocasionaram “[...] uma diversidade biológica especial, a exemplo dos mangues, das restingas herbáceas arbustivas, das restingas arbóreas e da floresta ombrófila densa de terras baixas” (2007, p. 22).

Imagem 109: Sede do município de Paulo Lopes, com destaque à Encosta da Serra do Tabuleiro ao fundo.



(Fonte: Barbosa *et al.*, 2007).

Imagem 110: Paisagem recorrente de Paulo Lopes, com destaque para o Rio da Madre que delimita os municípios de Palhoça e Paulo Lopes, ao fundo.



(Fonte: <<https://static.fecam.net.br/uploads/1417/imagens/2345976.JPG>>, acessado em fevereiro de 2021).

Segundo o portal eletrônico da Prefeitura de Paulo Lopes¹⁰¹, a ocupação do território do município teve início no final do século XVII, com a chegada de imigrantes açorianos. Mais adiante, “[...] as terras foram divididas em sesmarias”. O portal eletrônico também menciona que em 1961 foi instalado o município de Paulo Lopes pelo Decreto-Lei n°. 798.

Em relação às “formas” (Santos, 1985, p. 50) de Paulo Lopes, nas extremidades da orla marítima do município, “[...] entre as pontas da Guarda e da Gamboa, na faixa litorânea do município, pode ser constatado um cordão arenoso depositado no Holoceno [...] que isola do mar uma depressão lagunar quase totalmente preenchida por sedimentos areno-lamosos, ricos em matéria orgânica” (*idem*):

A Lagoa do Ribeirão e uma sucessão de pântanos costeiros são remanescentes de uma antiga laguna. Uma vez estabelecida, esta última passou a receber os sedimentos trazidos pelos rios, constituindo posteriormente o sistema de canais meândricos que hoje em dia chegam até o mar. Os diferentes tipos de solos ali existentes resultaram de um processo complexo de evolução, envolvendo o clima, o relevo, o tempo, a biosfera e a ação antrópica (Barbosa *et al.*, 2007, p. 22).

Sobre o clima, Barbosa *et al.* (2007) indicam que no município de Paulo Lopes são mais frequentes “[...] as chuvas frontais, formadas pelo choque de frentes quentes e principalmente frentes frias; as chuvas orográficas, influenciadas pela ascensão das massas de ar causadas pelo relevo; e as chuvas convectivas, relacionadas com as altas temperaturas do

¹⁰¹ Ver <www.paulolopes.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/58298>, acessado em março de 2021.

verão” (p. 28), com “[...] elevadas precipitações e temperaturas no verão, associadas aos altos índices de umidade o ano inteiro” (*idem*).

Já no tocante à hidrografia, sabe-se que o Estado de Santa Catarina dispõe de “[...] dois sistemas independentes de drenagem: o interior, formado pelas bacias hidrográficas dos rios Paraná e Uruguai, e o sistema de drenagem Atlântico, formado por uma série de bacias hidrográficas isoladas que desembocam no oceano” (Barbosa *et al.*, 2007, p. 28). O município de Paulo Lopes integra o sistema de drenagem Atlântico e seus “[...] afluentes formam onze microbacias, que se dividem formando duas bacias hidrográficas: a do Rio da Madre e a do Rio D’uma” (*idem*). Sobre a bacia hidrográfica do Rio da Madre, observa-se que à época de publicação do “Relatório Diagnóstico socioambiental exploratório e subsídios para a definição de uma estratégia de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o município de Paulo Lopes (SC)” (Barbosa *et al.*, 2007), suas nascentes situavam-se no interior do Parque Estadual da Serra da Tabuleiro (PEST) (p. 30). No entanto, aproximadamente dois anos após a publicação desse Relatório, o PEST foi reconfigurado pelo Governo do Estado de Santa Catarina¹⁰² passando a ser um conjunto de Unidades de Conservação (UC) menores. Anos adiante foi instituído o Sistema de Informações dos Recursos Hídricos do Estado de Santa Catarina, em cumprimento à Lei nº. 15.249 / 2010¹⁰³ que alterou parcialmente as Leis estaduais nº. 9.022 / 1993¹⁰⁴ e nº. 9.748 / 1994¹⁰⁵ e reestruturou e reorganizou o atual Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos catarinense. Desse modo,

O Plano de Recursos Hídricos das Bacias dos Rios Cubatão, Madre e Bacias Contíguas (PRH - CMC) é um instrumento que orienta a gestão dos recursos hídricos e a implantação local das políticas federal e estadual de recursos hídricos (Lei Federal nº. 9.433/97 - Lei das Águas - e Lei Estadual nº. 9.748/94). Em 2016, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina (SDS) e o Comitê Cubatão, através da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), estabeleceram uma parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para a construção do PRH-CMC, que é de fundamental importância para a manutenção das atividades econômicas e da qualidade de vida, bem como para a conservação dos recursos naturais. O Plano de Recursos Hídricos determina as diretrizes essenciais para o uso racional, ecológico e econômico das águas, com uma perspectiva de caráter estratégico

¹⁰² Para saber mais, ver <www.aguas.sc.gov.br/o-sirhesc/apresentacao>, acessado em janeiro de 2021.

¹⁰³ Para saber mais, ver <http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2010/15249_2010_Lei.html>, acessado em janeiro de 2021.

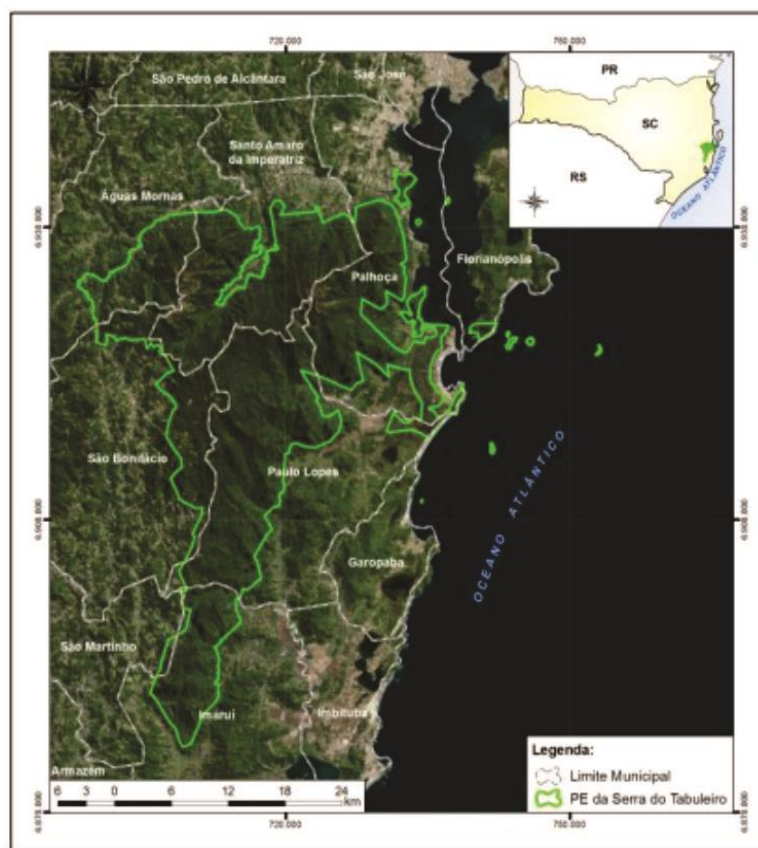
¹⁰⁴ Para saber mais, ver <http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1993/9022_1993_Lei.html>, acessado em janeiro de 2021.

¹⁰⁵ Para saber mais, ver <www.aguas.sc.gov.br/jsmaillib_top/DHRI/Legislacao/Lei-Estadual-9748-1994.pdf>, acessado em janeiro de 2021.

para os diferentes horizontes de planejamento, considerando os usos atuais e futuros dos recursos hídricos (Constante *et al.*, 2018, p. 8)

Segundo o PRH-CMC (2018), para “[...] efeito de gerenciamento dos recursos hídricos, através da Lei Estadual nº. 10.949 / 1998 o território de Santa Catarina foi dividido em dez Regiões Hidrográficas” (p. 12), sendo que “[...] as hidrográficas dos rios Cubatão, Madre, Tijucas, Biguaçu, bem como as bacias contíguas que drenam para o Oceano Atlântico e a parte insular do município de Florianópolis formam a Região Hidrográfica Litoral Centro: a RH 8” (*idem*). Esta, por sua vez, “[...] representa aproximadamente 1,6% do estado catarinense e cerca de 30% da RH 8” (*idem*). O PRH-CMC indica ainda que os “[...] municípios de Águas Mornas, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e São Pedro de Alcântara estão totalmente inseridos, e os municípios de Florianópolis, Garopaba, Paulo Lopes e São José estão parcialmente na área de abrangência do Plano” (Constante *et al.*, 2018, p. 12). Mais que isso, além de abranger “[...] 11 Unidades de Conservação (UC) na área de estudo, dentre as UCs identificadas, destaca-se o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, que ocupa mais de um terço da área de abrangência do PRH” (p. 13).

Imagem 111: Mapa de localização e abrangência do PEST



(Fonte: Estado de Santa Catarina / SDS / IMA, 2018, p. 113).

Prosseguindo na caracterização geográfica, em relação à flora do município de Paulo Lopes, Barbosa *et al.* (2007) apontam que a área de “[...] restinga, tipicamente edáfica e profundamente influenciada pelo oceano, é constituída por vegetação herbácea nas ante-dunas e por vegetação arbustiva nas dunas fixas ou semi-fixas” (p. 37). No entanto, na “[...] praia da Gamboa, os agrupamentos herbáceos são constituídos principalmente pela tiririca (*Androtrichium tryginum*) e o capim da praia (*Spartina ciliata*), entre as quais cresce a macela graúda (*Senecio crrassiflorus*) e a avenca da praia (*Polygala cyparissias*)” (*idem*). Nessas áreas há “[...] dunas e ante-dunas bem preservadas e vegetadas, mas a restinga já mostra sinais de desgaste em função da ocupação desordenada do espaço (residências e pastagens)” (*idem*). Já onde ocorre vegetação brejosa, “[...] predominam as ciperáceas e tifáceas. Essa vegetação tem sido também bastante alterada, principalmente pelas obras de drenagem efetuadas na região - atualmente ocupada sobretudo para o desenvolvimento da bovinocultura (Barbosa *et al.*, 2007, p. 38).

O Diagnóstico alerta, entretanto, que as

[...] matas das planícies quaternárias estendem-se ao longo da [Rodovia] BR - 101, no trecho entre o Rio Massiambú, o Rio da Madre e a Lagoa do Ribeirão. Boa parte delas pode ser encontrada no interior do município. Essa vegetação, em geral bastante densa e uniforme, encontra-se atualmente reduzida a pequenos núcleos remanescentes próximos à Lagoa. Tais formações são dominadas pelo guamirimfacho (*Myrcia dichrophylla*), sendo frequentes também o araçá (*Myrcia glabra*) e o camboim (*Myrcia multiflora*). Além disso, ali comparecem o jerivá (*Aracastum romanzoffianum*) e a figueira de folha miúda (*Ficus organensis*), bem como os ipês (*Tabebuia umbellata*) e os ingás (*Inga striata* e *Inga sessilis*). Vale a pena ressaltar ainda que as matas da planície quaternária vêm sofrendo com a ocorrência de drenagens e com as práticas de desmatamento relacionadas à criação de gado. Além disso, essa região vem se caracterizando pela perda intensiva de mata ciliar. A mata pluvial da encosta Atlântica, que cobre as encostas da Serra do Mar desde o Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul, caracteriza-se pela impressionante diversidade de espécies, pela estratificação e pela quantidade de epífitas e lianas (p. 38).

Barbosa *et at.* (2007) constatarem ainda que o município de Paulo Lopes “[...] foi objeto de intensa extração seletiva de espécies madeireiras e de palmito, sobretudo nas áreas que hoje fazem parte do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro” (p. 38). À época, as vegetações mais preservadas estavam “[...] localizadas no interior do PEST” (p. 38) pois, por decorrência “[...] do processo de ocupação do território costeiro, os remanescentes da Mata Atlântica originária podem ser encontrados em diferentes estágios de regeneração” (*idem*). De todo modo, entre as espécies predominantes são encontradas:

[...] as gramíneas, seguidas pelas samambaias e pelas vassouras (*Baccharis sp.*). À medida em que os vassourais vão envelhecendo, surgem a capororoca (*Rapanea ferruginea*), a orelha de onça (*Symplocos celestrina*) ou o seca-ligeiro (*Pêra glabrata*). O próximo estágio de regeneração é o capoeirão, onde predominam o jacatirão-açú (*Miconia cinnmomifolia*), o pixirição (*Miconia cabucu*) e a canela guaicá (*Ocotea puberulata*). Em áreas mais íngremes, destaca-se a embaúba (*Cecropia glasiouvi*). Quanto à matinha nebular, sua presença foi constatada apenas em núcleos esparsos situados nos topos dos morros mais altos (700 - 900 m), no interior do PEST. Permanecendo úmida durante quase todo o ano, em virtude da neblina, essa vegetação caracteriza-se pela presença de árvores baixas, com troncos retorcidos, repletos de musgos e hepáticas. Apresenta grande número de espécies endêmicas e um alto grau de parentesco com as espécies andinas. Encontra-se relativamente bem preservada, devido à dificuldade de acesso e à ausência de demanda para a sua exploração comercial (Barbosa *et al.*, 2007, p. 38).

Já a fauna do município de Paulo Lopes foi “[...] classificada como uma área dotada de um grau de diversidade situado numa escala de média a alta, apresentando focos de pressão antrópica sobre a fauna nas áreas do Espraiado, de Águas Férreas e na fronteira com o município de Palhoça” (Barbosa *et al.*, 2007, p. 36). Essa taxa decorria, “[...] principalmente, à presença da vegetação, que nesta região encontra-se relativamente bem preservada ou em estágio de regeneração” (*idem*), tendo entre os “[...] principais focos de pressão antrópica” (*idem*) o seguinte: a pecuária bovina; o uso indevido e a poluição dos recursos hídricos por meio de agrotóxicos e efluentes humanos e industriais; piscicultura; apicultura; extrativismo; caça ilegal; pesca industrial; expansão imobiliária, reflorestamento com espécies exóticas; rizicultura; abertura de estradas e redes de transmissão de alta tensão (Barbosa *et al.*, 2007, p. 36). Ainda segundo Barbosa *et al.*, “Todas essas atividades acabam gerando impactos que comprometem - direta ou indiretamente - a diversidade faunística” (*idem*). Contudo, entre os animais mais caçados, esses autores destacaram o seguinte:

[...] encontram-se as aves de porte médio, como os inhambus (*Cypturellus spp*) e jacus (*Penelope spp*); os pássaros, como sabiás (*Turdus spp*), tangarás (*Chiroxiphia sp*), coleiras (*Sporophila spp*) e trinca-ferros (*Saltator spp*); e os mamíferos, como a cutia (*Dasyprocta sp*), a paca (*Agouti sp*), os primatas e os cervídeos. [...] a porção do município de Paulo Lopes situada no exterior do PEST foi classificada como uma das “principais barreiras antrópicas à reprodução da fauna”. Para minimizar o efeito de isolamento da fauna, poderia ser concebido um programa de recuperação de matas ciliares, sintonizado com a formação de corredores ecológicos. Outro fator relevante, evidenciado pela pesquisa, diz respeito às significativas lacunas de conhecimento científico acerca da fauna existente no município. Ao que tudo indica, não dispomos ainda de estudos aprofundados e atualizados sobre o tema, dificultando assim o esforço de planejamento e gestão socioambiental

integrada e participativa nos níveis local e estadual. No rol dos animais que, provavelmente, estão presentes no município e podem ser escolhidos como animais-bandeira em futuras estratégias de conservação, ou para outros fins - como o turismo e a educação ambiental - podem ser incluídos a lontra (*Lontra longicaudis*), a baleia-franca (*Eubalaena australis*), o puma (*Puma concolor*), o bugio (*Alouatta fusca*) e a anta (*Tapirus terrestris*). Essas espécies já se encontram, em algum grau, ameaçadas de extinção, ou estão inseridas na lista dos animais que mereceriam daqui em diante estudos científicos mais rigorosos (p. 36).

Como se pode constatar, o município de Paulo Lopes articula áreas significativas, tal como as que estão entre os relevos mais altos do PEST e as que se situam no nível do mar, em sentido leste - oeste, tanto quanto aquelas que foram delimitadas como áreas de proteção ambiental, distribuídas desde Florianópolis, municípios vizinhos e se estendendo por toda orla marítima do “Território Litoral Centro-Sul”, em sentido norte - sul.

Importa destacar, ainda, que áreas do município de Paulo Lopes integram a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (Lino *et al.*, 2009, p. 20), que é uma iniciativa estimulada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) / Organização das Nações Unidas (ONU) para preservar as áreas mais conservadas do Bioma Mata Atlântica. Outro destaque importante é que o município de Paulo Lopes está inscrito na área de abrangência da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APABF), ou APA da Baleia Franca, tal como muitos a conhecem e está indicado no “Plano de Manejo - Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca” (MMA / ICMbio, 2018, p. 20), objetivando preservar as baleias Franca-austral (*Eubalaena australis*) (p. 13). Contudo, como a APA da Baleia Franca tem sede administrativa no município de Imbituba, de modo que esse tópico será detalhado mais adiante, no item “3.2.1.3 - Caracterização geográfica do município de Imbituba”.

Em relação aos “fluxos” (Santos, 2008, p. 62) do município, consta na plataforma digital “IBGE Cidades”¹⁰⁶ os seguintes dados geográficos e socioeconômicos:

Tabela 8: Panorama socioeconômico do município de Paulo Lopes

Área da unidade territorial (em 2020)	446,165 km ²
Bioma (2019)	Mata Atlântica
População Estimada (em 2020)	7.569 hab.
População (Censo de 2010)	6.692 hab.
População urbana (Censo de 2010)	4.820 hab.
População rural (Censo de 2010)	1.872 hab.
População masculina (Censo de 2010)	3.404 hab.

¹⁰⁶ Ver <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/paulo-lopes/panorama>>, acessado em março de 2021.

População feminina (Censo de 2010)	3.288 hab.
Densidade demográfica (Censo de 2010)	14,88 hab. / km ²
Salário médio mensal dos trabalhadores formais (em 2017)	2,1 salários-mínimos
Pessoal ocupado (em 2017)	1.830 hab.
População ocupada (em 2017)	24,7 %
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário-mínimo (Censo de 2010)	30,6 %
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (Censo de 2010)	98,9 %
PIB per capita (em 2018)	R\$ 25.625,38
Percentual das receitas oriundas de fontes externas (em 2015)	85,8 %
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM (Censo de 2010)	0,716

(Fonte: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/paulo-lopes/panorama>>, acessado em março de 2021).

Refinando os dados expostos acima, relativo a empregos e ocupação laboral em Paulo Lopes, encontra-se o seguinte:

Tabela 9: Panorama de empregos e ocupação laboral em Paulo Lopes

Atividades	Número e Percentual de Empregos	
Administração pública em geral	346	12,7%
Locação de mão-de-obra temporária	275	10,1%
Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	220	8,1%
Restaurantes e similares	158	5,8%
Construção de edifícios	147	5,4%
Promoção de vendas	114	4,2%
Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	109	4,0%
Obras de terraplenagem	108	4,0%
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	92	3,4%
Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	70	2,6%
Demais atividades	1.076	39,6%
Total	1.639	100%

Fonte: SEBRAE-SC (2019a, p. 41), tendo por base os dados do Ministério do Trabalho e Emprego / RAIS de 2016.

Como se pode observar, Paulo Lopes é um município com baixa densidade populacional, mas possui uma herança cultural e elementos identitários que resultou de um processo de fricção intercultural e/ou de miscigenação entre imigrantes portugueses, açorianos,

germânicos e outros, além de africanos escravizados, afrodescendentes e dos povos originários igualmente escravizados ou seus remanescentes muitas vezes hostilizados.

2.3.1.2 Caracterização geográfica de Garopaba

Tal como consta no portal eletrônico “IBGE Cidades”, o município de Garopaba está situado no Bioma Mata Atlântica, no Sistema Costeiro-Marítimo e faz parte da área de abrangência da Grande Florianópolis¹⁰⁷. Pessoa (2019) indica que em Garopaba há “[...] promontórios e pontões rochosos, intercalados por praias, [...] que se estendem por 19 km, onde se destacam grandes campos de dunas: um localizado ao norte, na Praia do Siriú, e outro ao sul, na Praia do Ouvidor” (p. 29). Essa autora revela que no município “[...] se manifestam características referentes ao clima Subtropical Úmido, onde há a predominância de massas de ar tropicais marítimas no verão e entradas frequentes de massas de ar polares no inverno” (*idem*). Além disso, o “[...] volume de chuvas é bem distribuído em todo o território da região de estudo no decorrer do ano” (*idem*).

Entre as “formas” do município (Santos, 1985, p. 50), observa-se no “Plano Municipal de Saneamento Básico de Garopaba” (Prefeitura Municipal de Garopaba, 2012) que – pela classificação de “Köppen” – o clima do município é “Cfa”, o que corresponde ao clima subtropical mesotérmico úmido, com temperatura média anual na faixa entre 19 e 20° C, tendo o mês de janeiro como o mais quente e o mês de julho como o mais frio (p. 29). Quanto à geologia de Garopaba, há rochas graníticas do Neoproterozóico, mais conhecidas como Granitóide Paulo Lopes, Granito Imaruí-Capivari e Granito Rio Chicão, além de “[...] sedimentos holocênicos decorrentes de depósitos colúvioaluvionares, eólicos, flúvio-lagunares, praias, planície lagunar e litorâneos indiferenciados (p. 30):

O litoral do Município de Garopaba estende-se por 19 km recortados por promontórios e pontões rochosos, intercalados por praias. Destacam-se dois grandes campos de dunas (composta de área média quartzosa que se desenvolve pela ação do vento): um localizado na parte norte, na Praia do Siriú e outro ao sul, próximo à Praia do Ouvidor. Em relação às praias, entre as mais conhecidas destacam-se a da Ferrugem, Garopaba, Siriú e Gamboa. O Município apresenta em seu território a Floresta Tropical do Litoral e Encosta do Centro Sul e Vegetação Litorânea. Em relação à vegetação remanescente, apenas 37,9% de sua área territorial apresenta tal cobertura em estágio médio ou avançado de desenvolvimento. Estas áreas estão situadas sobre os Morros do Buraco, da Costa do Siriú e da Maria Paula, que integram o Parque da Serra do Tabuleiro [PEST] e ocupam apenas 5% do território juntamente nas encostas com maiores declividades, tais como: Riacho do

¹⁰⁷ Para saber mais, ver <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/garopaba/panorama>>, acessado em fevereiro de 2021.

Poeta, da Costa do Macacu, da Ressacada, Ambrósio, Penha e Morros da ferrugem e da encantada (Prefeitura Municipal de Garopaba, 2012, p. 30 / 31).

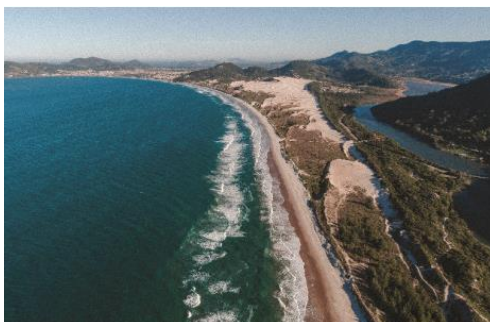
Quanto à sua hidrografia, Garopaba possui particularidades interessantes, pois o município tanto figura na Região Hidrográfica 8 (RH 8) quanto se situa na Região Hidrográfica 9 (RH 9) do Estado de Santa Catarina, tal como consta no “Relatório de Caracterização Geral das Regiões Hidrográficas de Santa Catarina - RH 8” (Governo de Santa Catarina, 2017) e no “Relatório de Caracterização Geral das Regiões Hidrográficas de Santa Catarina - RH 9” (Governo de Santa Catarina, 2017a), ambos integrantes do Plano Estadual de Recursos Hídricos de Santa Catarina (PERH-SC)¹⁰⁸.

Imagem 112: Sede do município de Garopaba.



(Fonte: <<https://turismo.garopaba.sc.gov.br/o-que-fazer/item/centro-historico8>>, acessado em março de 2021).

Imagem 113: Paisagem recorrente de Garopaba, com destaque à foz do Rio da Madre à direita e à sede do município ao fundo.



(Fonte: <<<https://turismo.garopaba.sc.gov.br/o-que-fazer/item/praiado-siriu>>>, acessado em fevereiro de 2021).

¹⁰⁸ Para saber mais, ver <www.aguas.sc.gov.br/instrumentos/planoestadual-instrumentos>, acessado em fevereiro de 2021.

De acordo com o “Relatório de Caracterização Geral das Regiões Hidrográficas de Santa Catarina - RH 8” (Governo de Santa Catarina, 2017), fazem parte da RH 8 as Bacias Hidrográficas do Rio Biguaçu, do Rio Cubatão Sul, do Rio Tijucas e do Rio da Madre, bem como a ilha de Santa Catarina e “[...] as bacias contíguas com sistemas de drenagem independentes” (p. 2), sendo que a Bacia do Rio da Madre se inscreve parcialmente no município de Garopaba, conforme já foi detalhada no tópico anterior, o qual fez referência à geografia e à hidrografia do município de Paulo Lopes. Porém, o município de Garopaba também integra parcialmente a Região Hidrográfica 9. De acordo como o “Relatório de Caracterização Geral das Regiões Hidrográficas de Santa Catarina - RH 9” (Governo de Santa Catarina, 2017a), a RH 9 é composta das Bacias Hidrográficas “[...] do Rio D’Una e a Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão, além de bacias contíguas com sistemas de drenagem independentes e o Complexo Lagunar Sul Catarinense” (p. 1), sendo que a do Rio D’Una se situa parcialmente no município de Garopaba.

A Região Hidrográfica 9 tem nos Rios D’Una e Rio Tubarão suas principais Bacias Hidrográficas. Sendo que,

O Rio D’Una possui cerca de 60 km de extensão, tendo suas principais nascentes na região do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro [PEST]. Sua foz está localizada entre os municípios de Imaruí e Laguna, também desembocando no Complexo Lagunar. Ainda com relação aos recursos hídricos superficiais da RH 9 podemos destacar o Complexo Lagunar, que abrange uma área de aproximadamente 220 km², sendo formado por 8 lagoas: Camacho, Garopaba do Sul, Imaruí, Manteiga, Mirim, Ribeirão Preto, Santa Marta e Santo Antônio dos Anjos. O principal contribuinte fluvial do Complexo Lagunar é o Rio Tubarão (Governo de Santa Catarina, 2017a, p. 4 / 5).

Releva esclarecer, entretanto, que vinte e um municípios catarinenses integram a Região Hidrográfica 9, além de Garopaba. São eles: Anitápolis, Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Grão Pará, Gravatal, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Lauro Miller, Orleans, Paulo Lopes, Pedras Grandes, Pescaria Brava, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, São Bonifácio, São Ludgero, São Martinho, Treze de Maio, Tubarão e Urussanga (Governo de Santa Catarina, 2017a, p. 19). Contudo, em relação ao solo encontrado na área de abrangência da RH 9, em 2004 a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) identificou “[...] nove variedades diferentes de solo: Argissolo Vermelho, Argissolo Vermelho-Amarelo, Cambissolo Háplico, Cambissolo Húmico, Espodossolo Carbico, Gleissolo Háplico, Neossolo Litólico, Neossolo Quartzarênico e Organossolo Mesico” (Governo de Santa Catarina, 2017a, p. 19). A EMBRAPA também identificou áreas “[...] com afloramentos rochosos e dunas de

areias das praias” (*idem*), sendo que, nesse caso, “[...] a variedade mais abundante de solo é o Cambissolo Háplico, que cobre cerca de 46,77% da área total da RH 9 (aproximadamente 2.781 km²)” (*idem*).

Quanto à flora e à fauna, ocorrem praticamente as mesmas espécies descritas na caracterização geográfica do município de Paulo Lopes. Segundo Pessoa (2019,

A faixa costeira de Santa Catarina é composta pelas regiões fitoecológicas de Floresta Ombrófila Densa e Vegetação Litorânea [...]. Formada por áreas de restinga, dunas e mangue, a vegetação litorânea também apresenta ambientes com vegetação predominante de herbáceas e arbustiva [...] (p. 29).

No entanto, áreas de Restinga do município de Garopaba mereceram atenção de pesquisadores da Botânica e do Meio Ambiente (Hentschel, 2008), assim como outros municípios catarinenses que possuem áreas de Restinga foram objeto de estudos científicos (Falkenberg, 1999, p. 1), apenas para ficar em dois exemplos.

Por fim, carece enfatizar que áreas do município de Garopaba integram a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica / UNESCO / ONU (Lino *et al.*, 2009, p. 20), a qual corresponde a uma iniciativa de preservação de áreas mais conservadas do Bioma Mata Atlântica. Além disso, o município de Garopaba faz parte da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APABF), tal como consta no “Plano de Manejo - Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca” (MMA / ICMBio, 2018, p. 20). Essa APA tem por missão preservar as baleias Franca-austral (*Eubalaena australis*) (p. 13). Porém, como a sua sede administrativa fica no município de Imbituba, os dados sobre a APA serão apresentados a seguir.

Já entre os “fluxos” (Santos, 2008, p. 62) de Garopaba, na plataforma digital “IBGE Cidades” encontra-se o seguinte:

Tabela 10: Panorama socioeconômico do município de Garopaba

Área da unidade territorial (em 2020)	114.773 km ²
Bioma (2020)	Mata Atlântica
População Estimada (em 2020)	23.579 hab.
População (Censo de 2010)	18.138 hab.
População urbana (Censo de 2010)	15.320 hab.
População rural (Censo de 2010)	2.818 hab.
População masculina (Censo de 2010)	9.127 hab.
População feminina (Censo de 2010)	9.011 hab.
Densidade demográfica (Censo de 2010)	157,17 hab. / km ²
Salário médio mensal dos trabalhadores formais (em 2017)	2,1 salários-mínimos

Pessoal ocupado (em 2017)	7.015 hab.
População ocupada (em 2017)	31,1 %
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário-mínimo (Censo de 2010)	28,9 %
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (Censo de 2010)	99,6 %
PIB per capita (em 2018)	R\$ 25.916,45
Percentual das receitas oriundas de fontes externas (em 2015)	62,1 %
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM (Censo de 2010)	0,753

Fonte: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/garopaba/panorama>>, acessado em março de 2021.

Observando com acuidade alguns dos dados socioeconômicos do município, tem-se o seguinte:

Tabela 9: Panorama de empregos e ocupação laboral em Garopaba

Atividades	Número e Percentual de Empregos	
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	1.004	12,4%
Administração pública em geral	977	12,0%
Restaurantes e similares	509	6,3%
Hotéis	383	4,7%
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	315	3,9%
Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	248	3,1%
Comércio varejista de artigos esportivos	204	2,5%
Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda	198	2,4%
Fabricação de artefatos para pesca e esporte	184	2,3%
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	164	2,0%
Demais atividades	3.926	48,4%
Total	8.112	100%

Fonte: SEBRAE-SC (2019b, p. 41), tendo por base dados do Ministério do Trabalho e Emprego / RAIS de 2016.

Como se infere, o município de Garopaba tem uma densidade populacional pequena, porém em processo de crescimento. Mesmo assim, ainda mantém traços identitários e culturais resultantes de um processo intercultural entre imigrantes portugueses, açorianos, germânicos e outros, além de africanos escravizados, afrodescendentes precarizados e povos originários igualmente escravizados e precarizados, com ambas as etnias e seus remanescentes quase

sempre segregados e/ou hostilizados. Além disso, Garopaba exerce atração turística atraindo para o município novos residentes nas últimas décadas, oriundos de outras localidades.

2.3.1.3 Caracterização geográfica de Imbituba

De acordo com o portal “IBGE Cidades”¹⁰⁹, o município de Imbituba possui área de 181,5 km², a qual está inscrita no bioma Mata Atlântica e pertence ao Sistema Marítimo-Costeiro. O portal do Governo do Estado de Santa Catarina¹¹⁰ indica que se trata de uma área com “[...] natureza privilegiada, estendendo-se ao longo de uma restinga entre o mar, as lagoas de Ibiraquera e Mirim e os contrafortes da Serra do Mar”. Além disso, cabe recordar que a sede administrativa do município de Imbituba dista “[...] cerca de 90 km da capital, Florianópolis” (SEBRAE, 2019c, p. 13).

Segundo Fernandez (2014), em relação às tipologias geológicas presentes em Imbituba, “[...] as unidades litoestratigráficas, ou tipologias geológicas” (p. 70) constam as seguintes: a) Antropogênico, com depósito Tecnogênico e depósito Antropogênico (sambaquis); b) Transicional ou Costeiro (tipo Laguna-barreira); c) Continental; e d) Embasamento Cristalino.

Imagem 114: A sede de Imbituba, com o Porto de Imbituba no canto superior esquerdo..



(Autor: Henrique Silvestre, 2018).

¹⁰⁹ Ver <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/imbituba/panorama>>, acessado em setembro de 2020.

¹¹⁰ Ver <www.sc.gov.br/conhecasc/municipios-de-sc/imbituba>, acessado em setembro de 2020.

Imagem 115: Paisagem do sul do município de Imbituba, com a Praia da Vila Nova, à esquerda, e a Lagoa de Imaruí, à direita.



(Autor: Henrique Silvestre, janeiro de 2018).

Sobre o clima de Imbituba, com base em Monteiro (2014), sabe-se que “[...] a precipitação pluviométrica é mais significativa que em outras unidades da federação”, com média variando entre 100 e 200 mm ao longo do ano (Fernandez, 2014, p. 73 / 74), caracterizando um “[...] significativo equilíbrio entre os indicadores, sendo que as variações acompanham uma periodicidade sazonal, com verões chuvosos e invernos com baixos índices pluviométricos, caracterizando as estações bem definidas típicas do clima subtropical” (74). Quanto ao clima, com base nos dados levantados pela EPAGRI / CIRAN (2014), Fernandez (2014) aponta que a temperatura média anual varia entre 19 e 20°C, com pluviometria média anual situada entre 1300 e 1500 mm e umidade relativa do ar em torno de 82 a 84% (p. 75).

Quanto à geomorfologia do município de Imbituba, Fernandez (2014) enquadró-a do seguinte modo:

A área de estudo possui diversas variações na altimetria do relevo, as quais derivam de duas unidades geomorfológicas principais: a Serra do Tabuleiro, pertencente ao conjunto das Serras do Leste Catarinense (domínio morfoestrutural Embasamento em Estilos Complexos) e a Planície Litorânea, correspondente da Planície Costeira (domínio morfoestrutural dos Depósitos Sedimentares). A porção costeira da área de estudo, assim como toda região litorânea catarinense, é formada por inúmeras saliências e reentrâncias, as quais estão representadas na paisagem local por costões, enseadas, cabos e ilhas. Segundo Caruso Jr. [...], a variabilidade geomorfológica da região de estudo ocorre em função das oscilações do nível do mar, associado à Temperatura média anual (Fernandez, 2014, p. 75 / 76).

Sobre a hidrografia, o município de Imbituba tem uma condição destacada. Segundo Fernandez (2014), a “[...] Bacia hidrográfica do Rio D’Una, localizada no município de Imbituba (SC), possui área total de 941 km² e compõe parte de um sistema hidrográfico maior

(Região Hidrográfica 9)” (p. 82), a qual também contempla “[...] a Bacia do Rio Tubarão, cuja área mede 4.792 km²” (*idem*). Essas bacias estão acrescidas do “[...] Complexo Lagunar Sul-catarinense” (*idem*), de modo que em conjunto esse manancial flui até desembocar no Oceano Atlântico, “[...] por meio dos canais (‘inlets’) situados em alguns pontos ao longo da linha de costa” (Fernandez, 2014, p. 82).

De acordo com o “Plano Estadual de Recursos Hídrico de Santa Catarina” (PERH / SC), no que tange à parcela relativa à Região Hidrográfica 9 (RH 9) – “Caracterização Geral das Regiões Hidrográficas de Santa Catarina RH 9 - Sul Catarinense” (Governo de Santa Catarina - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável / FAPESC, 2017a), consta que a RH 9 dispõe da Bacia Hidrográfica do Rio D’Una, com a Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão e com Bacias contíguas (p. 2). Segundo o documento,

[...] a Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão ocupa a maior parte da RH9 (aproximadamente 4.735 km² ou 79,62% da área total da RH9), abrangendo a área total ou parcial de 22 municípios. Já a Bacia Hidrográfica do Rio D’Una ocupa 11,06% da área total da RH9 (558 km²), abrangendo a área total ou parcial de 6 municípios. As bacias contíguas, que drenam diretamente para o Complexo Lagunar, ocupam os 9,32% restante da RH9, cerca de 554 km² (*idem*).

Os vinte e cinco municípios que integram a RH 9 são os seguintes: Anitápolis, Armazém, Braço do Norte, Capivari de baixo, Garopaba, Grão Pará, Gravatal, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Lauro Muller, Orleans, Paulo Lopes, Pedras Grandes, Pecaria Brava, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, São Bonifácio, São Ludgero, São Martinho, Treze de Maio, Tubarão e Urussanga (Governo de Santa Catarina - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável / FAPESC, 2017a, p. 2). Porém, especificamente ao município de Imbituba, na RH 9 alguns aspectos se destacam, conforme se observa no Plano Estadual de Recursos Hídricos de Santa Catarina (PERH - SC): as Bacias Hidrográficas que abastecem o município Imbituba têm nascentes em Unidades de Conservação (UC). A saber:

Tabela 8 - Resumo das áreas protegidas por lei existentes da RH 9 e das bacias hidrográficas que a compõe

Tipo	Nome	Município	Esfera	Área (ha)	Data de Criação	Bacia Hidrográfica
UC - Área de Proteção Ambiental	Baleia Franca	Imbituba, Garopaba, Laguna e Jaguaruna	Federal	156.000	2000	Tubarão / D’Una

UC - Parque Estadual	Serra do Tabuleiro	São Bonifácio, Paulo Lopes e Imaruí	Estadual	84.113	1975	Tubarão / D'Una
UC - Parque Estadual	Serra Furada	Orleans e Grão Pará	Estadual	1.330	1980	Tubarão
UC - Parque Nacional	São Joaquim	Orleans e Grão Pará	Federal	49.300	1961	Tubarão
UC - RPPN ¹¹¹	Rio da Prata Bugiu	Anitápolis	Estadual	15	2011	Tubarão
UC - RPPN	Barra do Meio	Santa Rosa de Lima	Particular	10	1999	Tubarão
UC - RPPN	Passarim	Paulo Lopes	Particular	226	2004	D'Una
UC - RPPN	Passarim II	Paulo Lopes	Particular	67	2012	D'Una
TI ¹¹²	Cachoeira do Inácio	Imaruí	Federal	80	Informação não disponível	D'Una

Fonte: Governo de Santa Catarina - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável / FAPESC (2017a, p. 18 / 19)

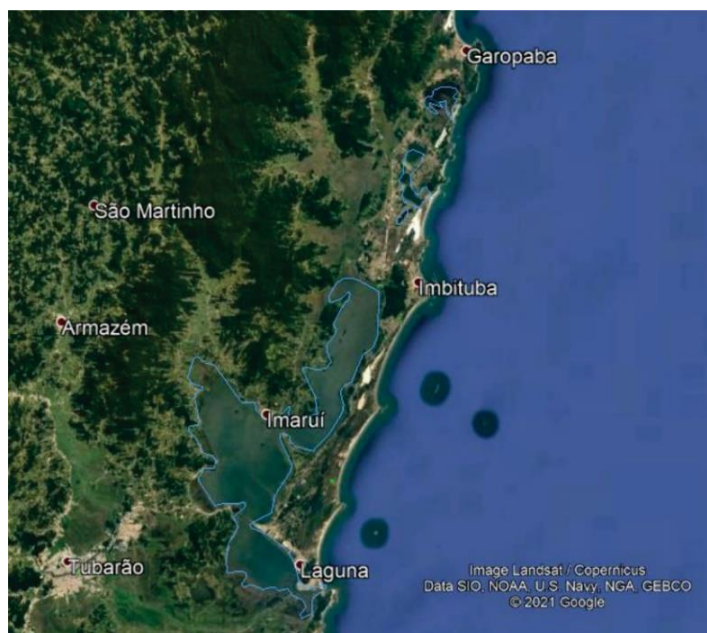
Embora não seja mencionado no “Plano Estadual de Recursos Hídrico de Santa Catarina” (PERH / SC), na parcela relativa à Região Hidrográfica 9 (RH 9) – “Caracterização Geral das Regiões Hidrográficas de Santa Catarina RH 9 - Sul Catarinense” (Governo de Santa Catarina - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável / FAPESC, 2017a) –, a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica também está presente na RH 9, conforme consta em Lino *et al.* (2009, p. 20), correspondendo a um esforço em preservar as áreas mais conservadas do bioma Mata Atlântica.

Importa mencionar, ainda, que os municípios de Imbituba e Garopaba compartilham os recursos da Bacia Hidrográfica do Rio D'Una, enquanto os municípios de Imbituba e Laguna compartilham os recursos da Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão e das “[...] bacias contíguas, que drenam diretamente para o Complexo Lagunar” (Governo de Santa Catarina - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável / FAPESC, 2017a, p. 2).

¹¹¹ De acordo o Decreto da Presidência da República nº. 5.746 / 2006, o qual regulamentou o artigo 21 da Lei nº. 9.985 / 2000 relativo ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), a Unidade de Conservação do tipo RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) é de domínio privado e tem por finalidade conservar a diversidade biológica, perpetuamente, conforme Termo de Compromisso averbado sob inscrição no Registro Público de Imóveis após autorização do governo federal.

¹¹² Segundo o Decreto da Presidência da República nº. 5.758 / 2006, o Brasil incluiu os TI's (Territórios Indígenas) e os Territórios Quilombolas no Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), por ser signatário dos acordos internacionais firmados na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), em 1992. Tais compromissos internacionais foram aprovados no Brasil pelo Decreto Legislativo nº. 2 / 1994, promulgado pelo Decreto Presidencial nº. 2.519 / 1998.

Imagem 116: Lagoas do município de Imbituba, compartilhadas com os municípios de Garopaba, Imaruí e Laguna.



(Fonte: Google Earth Pro, acessado em março de 2021).

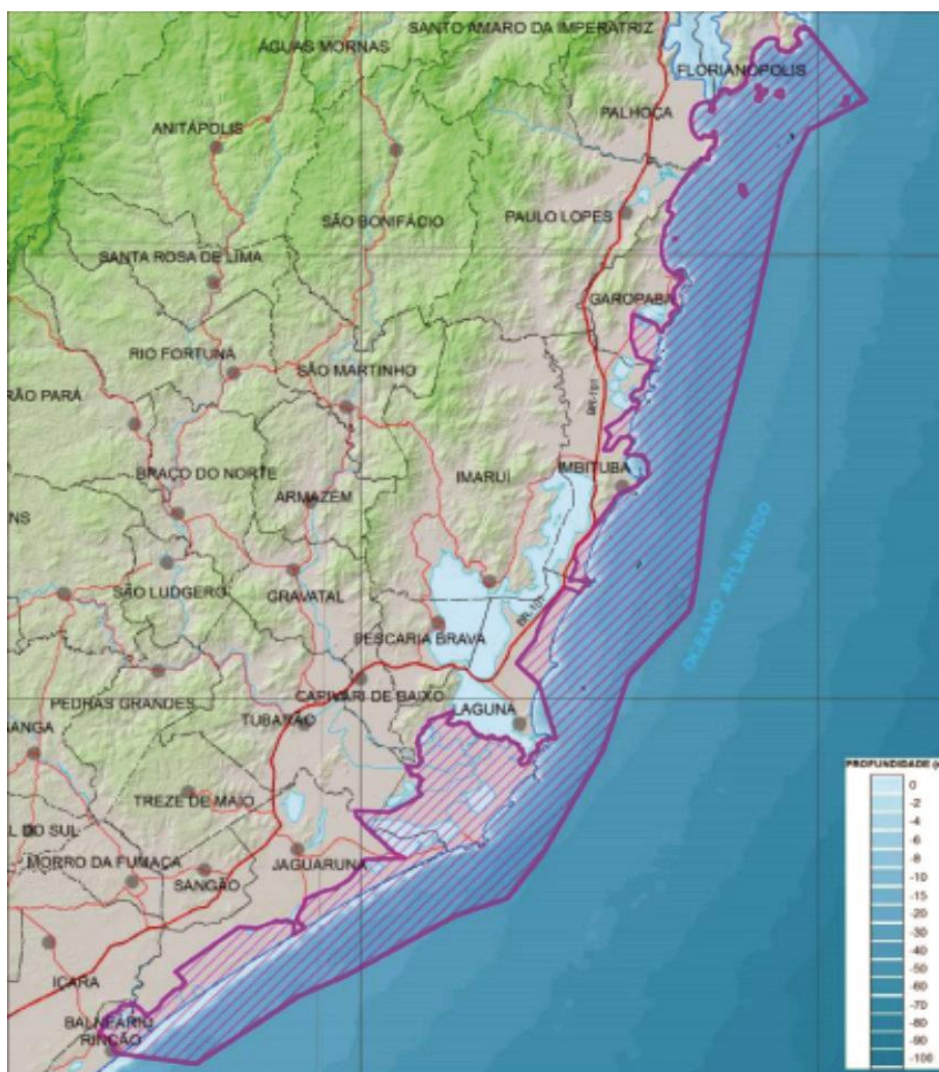
O município de Imbituba também se destaca por ter a sede administrativa da Área de Preservação Ambiental da Baleia Franca (APABF). De acordo como o “Plano de Manejo - Área de Proteção da Baleia Franca” (MMA / ICMBio, 2018), trata-se de

[...] uma unidade de conservação federal gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). A APABF foi criada em 14 de setembro de 2000 com o objetivo de proteger a baleia franca-austral em águas brasileiras. O litoral de Santa Catarina se estende por 531 km de costa, dos quais 130 km são abrangidos pela UC. Sendo a maior unidade costeira do estado, a APABF abrange oito dos 38 municípios da área costeira de SC, Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes, Garopaba, Imbituba, Laguna, Jaguaruna e Balneário Rincão. [...] A área da APABF é de 154.381 ha e engloba 78% de ambiente marinho, do sul da Ilha de Santa Catarina à plataforma de pesca norte de Balneário Rincão, excluindo-se do seu perímetro o Porto de Imbituba e o Terminal Pesqueiro de Laguna; e 22% de ambiente terrestre, que abrange parte dos municípios de Garopaba, Imbituba, Laguna, Jaguaruna, Balneário Rincão e Tubarão. As ilhas costeiras do Batuta, Santana de Dentro, Santana de Fora, das Araras e Tacami, na região de Imbituba, e dos Lobos e Ilhota, na região de Laguna, estão inseridas em seu perímetro (p. 29).

O Plano de Manejo expressa que a entidade tem gestão participativa, conta com quarenta e dois representantes de entidades públicas, organizações privadas e de organizações do terceiro setor (MMA / ICMBio, 2018, p. 16). Para tanto, dispõe de cinco instâncias

regimentais em sua gestão: “[...] Plenária, Comitê Executivo, Grupos de Trabalho e Câmaras Técnicas” (*idem*). As Câmaras Técnicas desempenham as seguintes atribuições: a) Conservação da Baleia Franca; b) Gestão da Biodiversidade; c) Gestão Territorial; d) Proteção e Monitoramento; e e) Atividades Econômicas Sustentáveis (*idem*).

Imagem 117: Localização e abrangência da APA da Baleia Franca, indicada através da cor roxa.



(Fonte: MMA / ICMBio, 2018, p. 21).

Por fim, em relação à flora e à fauna do município de Imbituba e dos municípios que compõem a Região Hidrográfica 9 (Governo de Santa Catarina - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável / FAPESC, 2017a, p. 16), encontram-se regiões fitoecológicas distintas, com as seguintes ocorrências: Campos de Altitude; Campos com Capões, Florestas Ciliares e Bosque de Pinheiros; Florestas de Faxinais; Floresta Nebular; Floresta Ombrófila Densa; e Vegetação Litorânea, com ampla prevalência da Floresta

Ombrófila Densa e da Vegetação Litorânea. No entanto, apesar de toda biodiversidade presente na RH 9, o “Plano de Manejo - APA de Proteção da Baleia Franca” (MMA / ICMBio, 2018) lista cinquenta e quatro espécies vegetais e várias de vertebrados – mamíferos, répteis, aves e peixes – sob ameaça de extinção (p. 29).

2.3.2 Formação, identidade cultural e desenvolvimento do território

Conforme mencionado anteriormente, o “Território Litoral Centro Sul” é composto dos municípios de Paulo Lopes, Garopaba e Imbituba, por ordem em sentido norte - sul. Assim, este item dedicará tópicos específicos para cada município.

2.3.2.1 Formação, identidade e desenvolvimento de Paulo Lopes

Segundo o portal eletrônico da Prefeitura de Paulo Lopes¹¹³, a ocupação do que mais tarde seria o município ocorreu “[...] em fins do século XVII, quando várias famílias açorianas, sob o comando do Coronel da força militar portuguesa, Paulo Lopes Falcão, ali chegou e se estabeleceram”. As primeiras habitações “[...] eram de pau-a-pique e cobertas com palhas. Localizavam-se às margens dos rios” (*idem*) e foram os próprios moradores que “[...] construíram suas casas, desbravaram e cultivaram a região, inicialmente com a ajuda dos índios Carijós que, em pequeno número, viviam no local e, mais tarde, com a ajuda de escravos africanos” (*idem*)¹¹⁴. Esses primeiros imigrantes plantavam mandioca e manufaturavam farinha, além de cultivarem o milho. Porém, com a “[...] chegada de novos colonizadores vindos de São Paulo, as terras foram divididas em sesmarias e entregues aos senhores responsáveis, na maioria, capitães e coronéis” (*idem*), mas essas “[...] sesmarias pouco prosperaram e, em função disso, foram entregues, mais tarde, a latifundiários” (*idem*).

Somente com a “[...] construção da estrada rodoviária Palhoça - Laguna, que ligou Paulo Lopes à capital do Estado, houve maior dinamismo econômico à região. Hoje, esta ligação é feita através da BR-101, que corta todo o município” (*idem*). Além disso, “[...] o topônimo do município era Olaria, motivado pela existência, na sede, de várias olarias para a fabricação de telhas e tijolos”. Apenas em 1880 a freguesia passou a ser reconhecida como Paulo Lopes (*idem*). Do ponto de vista institucional, consta no “Plano Diretor do Município de Paulo Lopes” (Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, 2015, p. 41) que o local se tornou distrito

¹¹³ Para saber mais, ver <www.paulolopes.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/58298>, acessado em março de 2021.

¹¹⁴ Embora essas informações estejam no portal eletrônico da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, conforme indicado na nota de rodapé acima, essas datas não são de consenso entre os estudiosos do tema. No entanto, como é a informação que consta no portal eletrônico do governo do município, importa saber como o tema é tratado nesse âmbito.

em 8 de abril de 1890, “[...] quando o governador Lauro Severiano Muller, criou a freguesia de Paulo Lopes. Em 1892, instalou-se o primeiro Cartório de Paz” (*idem*). No entanto, “[...] apesar de ter sido registrado com este nome, por força da quantidade de olarias, a localidade foi chamada de Olaria por muitos anos” (*idem*). Por fim, o município foi instalado em 30 de dezembro de 1961, após ser desmembrado do município de Palhoça “[...] em 21 de dezembro de 1961, pela Lei nº. 804. A instalação do município ocorreu em 30 de dezembro de 1961” (*idem*).

Os pioneiros de Paulo Lopes

Ainda que conste no portal eletrônico “Prefeitura Municipal de Paulo Lopes”¹¹⁵ que os pioneiros na ocupação do local foram famílias de imigrantes açorianos, do final do século XVII, no portal eletrônico “IBGE Cidades”¹¹⁶ consta que “[...] a primeira tentativa de colonizar a região data de 1677, através de duas famílias que queriam chegar em Laguna e, devido ao cansaço, resolveram se instalar num lugarejo, hoje denominado de Ponta do Faísca, dando começo à lavoura e à pesca”. O portal menciona também que a “[...] ocupação efetiva do local se deu no século XVIII, com a vinda do Coronel Paulo Lopes Falcão e de famílias açorianas e madeirenses. As terras foram cultivadas com a ajuda dos índios Carijó que habitavam as proximidades, e, mais tarde, com a ajuda dos escravos”.

Já no “Relatório socioambiental exploratório e subsídios para a definição de uma estratégia de Desenvolvimento Territorial Sustentável no município de Paulo Lopes (SC)” (Miranda *et al.*, 2007), observa-se o seguinte:

A cultura portuguesa deixou grandes marcas no Brasil, mas sem dúvida uma das mais expressivas é a religiosidade. Essa religiosidade expressa-se de forma mais significativa no Estado de Santa Catarina através do culto ao Divino Espírito Santo, na devoção à Terceira Pessoa da Santíssima Trindade. [...] A análise desses cultos no Estado de Santa Catarina deve se reportar ao século XVIII, com a chegada dos primeiros açorianos (1748 / 1756), que trouxeram consigo a tradição do Divino Espírito Santo. Evidentemente, no correr do tempo essa tradição sofreu influências de outras etnias, incorporando novos aspectos. Todavia, ainda conserva símbolos, elementos e conceitos tradicionais. Durante as festas do Divino Espírito Santo, os devotos pagam suas promessas, fazem oferendas, rezam e demonstram toda a sua fé; mas ao mesmo tempo se divertem nos bailes e folguedos. Em Santa Catarina, as “Folias do Divino” ou “Cantorias do Divino”, passam de casa em casa, conduzem o cortejo tocando e cantando até a igreja. No município de Paulo Lopes, observamos o peso dessa herança religiosa na postura dos moradores, tanto nas festas do divino, quanto na comemoração dos padroeiros

¹¹⁵ Ver <www.paulolopes.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/58298>, acessado em março de 2021.

¹¹⁶ Ver <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/paulo-lopes/historico>>, acessado em março de 2021.

da cidade - sobretudo do padroeiro Menino Jesus, realizada em junho (p. 78 / 79).

Os povos originários

O “Plano Diretor Municipal de Paulo Lopes” (Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, 2015), por sua vez, declara que não há comunidades indígenas no município (p. 154), mas reconhece ter “[...] áreas com fragmentos de cerâmica guarani e de sambaqui já mapeadas” (p. 145), os quais integram o “[...] patrimônio arqueológico de Paulo Lopes, sendo considerados sítios de importância cultural e científica” (*idem*). Além disso, o Plano Diretor registra as “[...] inscrições rupestres existentes nos costões rochosos da Ilha do Coral, atributo explorado pela atividade de ecoturismo por meio de traslado de barco a partir do município de Garopaba e por trilhas de visitaço” (*idem*). Darella (2004, p. 80) confirma que a área de Paulo Lopes, quase todo Parque Estadual da Serra da Tabuleiro (PEST) e boa parte do litoral catarinense e gaúcho integravam o grande território Guarani, do qual ainda resta a Aldeia Guarani M’bya do Morro dos Cavalos no município vizinho, Palhoça.

A cultura africana em Paulo Lopes

O “Plano Diretor Municipal de Paulo Lopes” (Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, 2015, p. 51) faz referência a uma comunidade remanescente de quilombo no município, a qual foi etnograficamente pormenorizada por Botega e Lima (2017):

A comunidade de Santa Cruz, conhecida popularmente como Toca, lugar em que vivem os(as) negros(as) do município, vem passando por um processo de reconhecimento quilombola que vem se intensificando desde o ano de 2007. Vale salientar que foi sancionada uma lei municipal de reconhecimento da Associação Comunitária Quilombolas da Toca de Santa Cruz, a Lei nº. 1.319, de 3 de março de 2009 [...]. É possível verificar no “link” da Fundação Palmares o registro da comunidade (p. 99).

Os gaúchos de Paulo Lopes

No “Relatório socioambiental exploratório e subsídios para a definição de uma estratégia de Desenvolvimento Territorial Sustentável no município de Paulo Lopes (SC)”, Miranda et al. (2007) mencionam a existência do Centro de Tradições Gaúchas (CTG) “Unidos do Litoral”, onde são realizados anualmente rodeios e outros eventos, “[...] combinado com danças gaúchas. A atividade de rodeio reflete a forte influência da atividade pecuária no município” (p. 79).

A formação em construção de Paulo Lopes

A dinâmica cultural em formação em Paulo Lopes teve algumas influências. A primeira delas foi a presença dos povos originários, formados pelos Carijó e outros grupos étnicos indígenas (Wittmann e Brighenti, 2019, p. 39), todos praticamente extintos. A segunda, foi a dos invasores europeus, dos quais os portugueses foram os colonizadores (Pereira e Vieira, 2019, p. 22). Mais adiante, com a chegada dos “vicentistas” e dos desterrados açorianos e madeirenses (Campos *et al.*, 2019, p. 57), alguns se deslocam da região de Laguna e se instalam nas proximidades de Paulo Lopes.

A influência das armações baleeiras

Uma outra influência foi a dos africanos escravizados, aportados em Santa Catarina por São Francisco do Sul, Desterro (mais tarde renomeada como Florianópolis) e Laguna (Mamigonian e Bissigo, 2019, p. 79). Delpino (2017) postula que alguns desses africanos chegaram a Paulo Lopes vindos de Desterro e de Laguna, fugindo de engenhos escravocratas e formando pequenos quilombos (p. 159). Porém, mais adiante a economia das “Armações Baleeiras” (Ellis, 1968) também interfere no processo de formação de Paulo Lopes, pois a captura das baleias e a manufatura do óleo de baleia, a partir do século XVIII, ocorreram em instalações no sul da ilha de Santa Catarina (Florianópolis), na Enseada do Brito (Palhoça), em Garopaba e em Imbituba (Oliveira, 2020, p. 40; Souza e Meira, 2018, p. 413; Castellucci Junior, 2015, p. 111; Ellis, 1968), onde houve mão-de-obra escrava.

Impactos da economia carbonífera

A economia carbonífera do município de Criciúma envolvia municípios adjacentes, tendo inclusive uma ferrovia que ligava Laguna à Imbituba, causando impacto no processo de formação de Paulo Lopes (Delfino, 2017, p. 159). Essa economia, assim como os acontecimentos anteriores, marcou o município de Paulo Lopes, de modo que releva recuperar alguns dados investigados por Delpino (2015) sobre as origens do território da APA da Baleia Franca:

[...] no estado de Santa Catarina existem dezesseis comunidades reconhecidas, das quais três estão nos municípios de Garopaba, Imbituba e Paulo Lopes. As comunidades quilombolas foram formadas por grupos de escravos com ascendência africana, que fugiam das senzalas e plantações - em oposição ao sistema escravocrata - e, se instalavam em lugares não-ocupados, geralmente de difícil acesso. “Os escravizados que conseguiam fugir formavam grupos cuja subsistência dependia de seu próprio trabalho voltado à agricultura, à pesca, ao artesanato, entre outros serviços” [...]. Esta

etapa culminou na ocupação de áreas mais distantes da costa, sobretudo nos vales do rio Tubarão e do rio Urussanga, onde foram fundadas vilas como Criciúma, Nova Veneza, Urussanga, Tubarão e Lauro Muller - impulsionada pela descoberta do carvão na região. [...] O carvão foi descoberto na região em 1827; sua exploração se deu a partir de 1885, quando foi concluída a Ferrovia Tereza Christina (FTC), para escoamento do carvão da região sul do estado até o terminal do Porto de Imbituba (p. 159).

A Rodovia BR - 101

Segundo Favaretto (2012), entre 1800 e 1900 o Brasil teve diversos “[...] planos de viação e já em 1838 existia uma proposta de estrada pelo litoral ligando o país” (p. 87). Nesse sentido, foram elaborados o I Plano de Viação (de 1934), o II Plano Nacional de Viação (de 1964) e o III Plano de Viação (de 1967), sendo que nesse último a rodovia BR - 101 foi oficializada, com 4.114 km de extensão (*idem*). Porém, apenas em 1973 o III Plano Nacional de Viação foi aprovado e a BR-101 passou a ter 4.517 km. Mais tarde, em 2010, a rodovia passou a ter 5.999,9 km (Favaretto, 2012, p. 87).

Todavia, antes da construção da BR - 101,

[...] existiu [em Santa Catarina] um caminho por terra, em leito natural, interligando os principais municípios litorâneos, a chamada Estrada do Litoral. Mais tarde, foi aberta a BR-59, uma rodovia federal que utilizou parte do traçado da Estrada do Litoral. Relatos de antigos usuários revelam que a infraestrutura da BR-59 era precária, se levavam horas para percorrer um pequeno trecho. A partir da instituição da BR-101, o desígnio BR-59 deixou de existir e parte do seu traçado foi incorporado ao da BR-101, que teve em 1950 o início da sua implantação. Reportagens de jornal das décadas de 1960 e 1970 apontam que a BR-101 era muito desejada pelos estados do Sul, pois, até então, dependiam em demasia da BR-116, visto que era a única conexão por terra com os estados do sudeste (Favaretto, 2012, p. 88).

Entretanto, o “Plano Mestre do Complexo Portuário de Imbituba” (2017) indica que a rodovia BR - 101 foi duplicada e, à época, oferecia boas condições de rodagem. O documento também menciona que o trecho do Morro dos Cavalos – local da Aldeia Guarani M’Bya – não foi duplicado até aquele momento (p. 40) por questão de litígio judicial, pois a rodovia foi projetada para atravessar o território Guarani e a duplicação da BR - 101 implicaria em reduzir a área demarcada dos Guarani nesse trecho. Mello e Darella (2005) previram que a duplicação da BR - 101 ocasionaria impactos negativos à comunidade Guarani já que, entre outros indicativos, ela sofreu um revés por ter sido contida em seu modo nômade de viver ao ser aldeada anteriormente e, agora, por ter seu território e Aldeia reduzidos territorialmente, para acomodar os interesses econômicos que a rodovia BR - 101 duplicada haveria de proporcionar

aos agentes externos interessados em trafegar pelo território Guarani e pela Aldeia do Morro dos Cavalos:

A análise dos impactos sofridos pelas comunidades Guarani em decorrência da implantação da BR-101 em seu território tradicional dificilmente abrange a totalidade dos efeitos deletérios no tempo e no espaço. As consequências desse processo são incomensuráveis. Há mais de quarenta anos as famílias Guarani que habitavam a região e posteriormente seus descendentes vêm deparando-se com o não reconhecimento de seus direitos territoriais, sendo obrigadas a deslocar-se por várias vezes, sem condições de prover sequer sua subsistência por falta de terras (Mello e Darella, 2005, p. 163).

Nesse sentido, tanto a construção da BR - 101 quanto sua duplicação alteraram a dinâmica da formação de Paulo Lopes, pois o município passou a receber muitos turistas atraídos pela Lagoa do Ribeirão (Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, 2015, p. 53) e pela sua orla no verão (Krambeck, 2015, p. 73 / 74), assim como pelos espaços de natureza privilegiada do município ao longo do ano (Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, 2015, p. 131). A BR - 101 também favoreceu a atração de produtores rurais que se instalaram em Paulo Lopes, tais como agricultores agroecológicos, produtores de arroz, bovinocultores, caprinocultores, ovinocultores e suinocultores (Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, 2015, p. 58), produtores de alimentos orgânicos e outras pessoas (Barbosa *et al.*, 2007, p. 38).

2.3.2.2 Formação, identidade e desenvolvimento de Garopaba

De acordo com o portal eletrônico da Prefeitura Municipal de Garopaba¹¹⁷, a História do lugar começa em 1525, quando a Baía de Garopaba abrigou a “[...] expedição naval da Cidade de Corunã, que a utilizou para fugir de um temporal”. Todavia, os índios Carijó que habitavam o lugar eram pacíficos e se alimentavam “[...] da caça, da pesca e dos produtos naturais da terra, como a farinha de mandioca”. Segundo o portal eletrônico, “[...] o primeiro povoado só surgiu em 1666, formado de imigrantes açorianos”, mas foram “[...] os tupi-guarani [...] que deram o nome à cidade. Esse nome vem grafado – “gahopapaba” – na carta de Turin, em 1523”, ou seja: “ygá”, “upaba”, “guarupeba”, que “[...] significa a enseada de barcos, do descanso ou, ainda, o lugar abençoado”. Contudo, prossegue o portal eletrônico, a melhor significação vem do Guarani: “ygá”, “ygara”, “ygarata”; que “[...] significa arco, embarcação, canoa – “mpaba paba” é estância, lugar, enseada”.

¹¹⁷ Para saber mais, ver <www.garopaba.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/58388>, acessado em fevereiro de 2021.

Mais adiante, “[...] os açorianos desembarcaram em Garopaba enviados pelo Império português, procedentes a maioria da 3ª Ilha dos Açores [Ilha Terceira]. Em 1793, foi criada a Armação de São Joaquim de Garopaba”. Em 1830 Garopaba foi convertida em Freguesia e, em 1846, foi criada a Paróquia através de decreto do Governo Imperial. Em 1890, continua a fonte, “[...] com o trabalho de mobilização da Freguesia, Garopaba é elevada a Vila, com decreto do Governador Lauro Severino Muller”. Já em 8 de abril do mesmo ano, “[...] o Governador nomeia os membros do Conselho da Intendência que dirigira o Município”, tendo a instalação do mesmo em junho de 1890, mas a “[...] guarda Municipal foi criada em 1896”. Em novembro de 1906 Garopaba foi anexada à Comarca do município de Palhoça, mas em 1923 passou a “[...] integrar o Município de Imbituba, pertencendo à Comarca de Laguna”. No entanto, em 1930 Garopaba passou a ser Distrito de Palhoça e, finalmente, em 1961, volta a ser o Município de Garopaba, instituído “[...] através da Lei nº. 798 / 61”.

Os pioneiros de Garopaba

Na investigação de Jacomel (2012) constam alguns registros arqueológicos de povos originários em Santa Catarina, com base no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Entre esses, constam oitenta e oito “sambaquis”¹¹⁸, dos quais quatro se encontram no município de Porto Belo, um no município de Bombinhas, nove no município de Governador Celso Ramos, um no município de Biguaçu, sessenta e quatro em Florianópolis, seis no município de Palhoça, dois no município de Paulo Lopes e um em Garopaba (p.71/72). Além desses, Jacomel (2012) esclarece que existem outros dezessete, sendo que dezesseis estão situados no município de Florianópolis e um no município de Paulo Lopes, embora não estivessem registrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (p. 71). Todavia, destaca a autora,

O fato de 75% destes sambaquis se localizarem na cidade de Florianópolis nada demonstra além da maior frequência com que foram feitos levantamentos arqueológicos na capital. Ou seja, existe um valioso patrimônio sedimentológico, arqueológico e histórico, que ainda demanda proteção adequada e pesquisas que possibilitem esclarecer as controvérsias do tema e aprofundar o significado dos sambaquis enquanto estrutura arqueológica e de modelos de ocupação para as áreas costeiras do litoral do Brasil (Jacomel, 2012, p. 72).

¹¹⁸ Conforme Jacomel (2012), “sambaqui é um termo de origem Tupi que significa ‘monte de conchas’” (p. 70). Presentes em “[...] sítios arqueológicos em diferentes partes do mundo” (*idem*), no Brasil eles estão distribuídos por toda a costa, ocupando áreas interligadas - como as regiões lagunares e as áreas recortadas de baías e ilhas” (*idem*).

Os povos originários

No portal eletrônico “Terras Indígenas do Brasil”¹¹⁹, da entidade indigenista Instituto Socioambiental (ISA), há dados sobre os Guarani Mbya que convergem com o entendimento de Jacomel (2012, pág 72):

Nos séculos XVI e XVII, os cronistas denominavam “guarani” os grupos de mesma língua que encontravam desde a costa atlântica até o Paraguai. Pequenas comunidades designadas pelo nome do rio às margens do qual habitavam, ou pelo de seu chefe político, compunham a “nação Guarani”. / Cabeza de Vaca refere-se a “povoados de índios guaranis” onde parava com seus homens e guias indígenas durante a expedição empreendida a partir de 1541 da Ilha de Santa Catarina até Assunção. “Essa nação dos guaranis fala uma linguagem que é entendida por todas as outras castas da província”.

O portal eletrônico prossegue, esclarecendo o seguinte:

Com a chegada dos conquistadores, o território ocupado pelos Guarani torna-se palco de disputas entre portugueses e espanhóis. Com o intuito de ampliar seu próprio domínio, aos espanhóis interessava “ampliar” o território de seus aliados “Guarani”, sucedendo o mesmo com os portugueses e seus aliados “Carijó”, sobrepondo classificações e divisões tribais segundo seus próprios interesses. Denominação dos povos que em ampla extensão de terra falavam a mesma língua, alguns povoados caracterizados como de índios rebeldes e guerreiros, e outros como pacíficos e submissos, os termos “Guarani” e “Carijó” (ou “Cario”) foram empregados pelos cronistas e historiadores sem detalhar diferenças dialetais ou culturais. Nos séculos XVIII e XIX, os grupos Guarani que não se submeteram aos “encomenderos” espanhóis nem às missões jesuíticas, refugiando-se nos montes e nas matas subtropicais da região do Guaíra paraguaio e dos Sete Povos, aparecem na literatura com o nome genérico de “Caingua”, “Caaigua”, “Ka’aygua” ou “Kaigua”. “Kaygua” provém de “ka’aguygua”, que significa “habitantes das matas”. / A partir de meados do século XX, os estudos etnográficos (Nimuendaju, Cadogan, Schaden) permitiram maior conhecimento sobre as especificidades linguísticas, religiosas, políticas e sobre a cultura material guarani, definindo as bases para a classificação ainda vigente dos subgrupos.

Assim, o “[...] território atualmente ocupado pelos ‘Mbya’, ‘Ñandeva’ (‘Xiripa’) e ‘Kaiowa’, grupos Guarani que se encontram hoje no Brasil, compreende partes do Brasil, do Paraguai, da Argentina e do Uruguai”, encerra o portal eletrônico. Corroborando com perspectiva, a tese de Milheira (2010) aponta que estudos para datação de vestígios encontrados em sambaquis em uma localidade um pouco mais ao sul de Garopaba, situada entre os municípios de Laguna e Jaguaruna, indicam o seguinte:

¹¹⁹ Ver <https://pib.socioambiental.org/pt/Localiza%C3%A7%C3%A3o_e_extens%C3%A3o_das_TIs>, acessado em março de 2021.

Os grupos Guarani, por sua vez, parecem ter ocupado massivamente a região, expandindo-se rapidamente entre as lagoas, dunas e matas num período de apenas 150 anos aproximadamente. Esta é uma hipótese contextual que estamos buscando, em que as datações radiocarbônicas têm indicado que o início da ocupação teria se dado em torno de 1360 - 1470 AD (século XIV ao século XV. Datação de conchas do sítio Olho D'água I), estendendo-se ao período colonial, em torno de 1449 - 1614 AD (Século XV ao século XVII. Datação do sítio Morro Bonito II) (p. 134).¹²⁰

Mais adiante, Milheira e DeBlase (2013) afirmam que

A ocupação Guarani no litoral sul de Santa Catarina foi bastante expressiva. Segundo Ulyssêa (1956), a presença dos Carijó (de língua Tupi-Guarani) se estendia do rio Biguaçu até muito além das águas do Mampituba, já nas planícies do Rio Grande [do Sul]. Foram justamente estes grupos os primeiros a entrar em contato com os recém-chegados europeus, a partir do século XVI. Na região sul catarinense isso ocorre possivelmente já no ano de 1526, quando marinheiros da nau de Don Rodrigo de Acuña, desgarrada da esquadra de Jofré de Loaysa, desembarcam no porto de Laguna (p. 153).

Para esses autores, a razão para o grande território ter sido desconfigurado ao longo do tempo, foi a presença e os interesses dos invasores europeus. Segundo Milheira e DeBlase (2013),

A busca por escravos indígenas ganha impulso a partir do fim do século XVI e início do XVII, quando a expansão vicentina varre toda costa litorânea de Santa Catarina acompanhada de uma leva colonizadora, entre os anos de 1676 e 1684. Nesse período foi fundada a povoação de Santo Antonio dos Anjos da Alaguna (atual Laguna) pelo vicentista Domingos de Brito Peixoto, porta de entrada para a colonização da faixa costeira, até então ainda ocupada pelos grupos indígenas. Em 1605 os brancos já buscavam índios além do porto de Laguna, mais precisamente na região dos rios Araranguá e Mampituba [...]. O depoimento do português Brás Arias, de outubro de 1549, caracteriza bem a ganância criminosa dos exploradores ao promoverem o trágico aniquilamento do centro missionário de Ibiacá. O padre Manoel da Nóbrega faz referências ao mesmo acontecimento. Comenta que era prática comum em 1548 caravelas portuguesas aportarem em Ibiacá e promoverem o aliciamento dos índios que, ao entrarem nos barcos, eram aniquilados ou apreendidos (p. 154).

Por fim, Santos (2016) apresenta uma série de dados e registros que confirmam a presença de invasores portugueses e espanhóis no extenso território Guarani do sul de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, ao longo do período colonial, defendendo, inclusive, a

¹²⁰ Uma parte dos estudiosos desse tema entende que a tradição arqueológica acata datação que situa os Sambaquis como milhares de anos de existência.

necessidade de se produzir a “História Indígena do Litoral Catarinense” (p. 124), com ênfase na perspectiva dos povos originários.¹²¹

A influência da armação baleeira e a presença da cultura africana em Garopaba

Segundo o portal eletrônico da Prefeitura Municipal Garopaba, a presença dos invasores europeus foi detectada em Garopaba desde 1525, iniciando um processo de instalação dos colonos portugueses desde então. De acordo com Albuquerque (2014, p. 34), a chegada dos primeiros casais de colonos portugueses no século XVII, precisamente em 1692, conforme reitera a obra de referência sobre as origens de Garopaba, de Besen (1980, p. 16). Contudo, Jacomel (2012) registra que o primeiro povoado ocorreu em 1666, “[...] edificado por imigrantes açorianos que ali desembarcaram. Os açorianos imprimiram aos poucos feições particulares ao ambiente e, como as demais freguesias da época, o desenvolvimento era voltado para o mercado interno da colônia” (p. 74). Os quais complementavam suas rendas com a captura das baleias (*idem*).¹²²

Sobre a “armação baleeira” de Garopaba, Albuquerque (2014, p. 45) aponta que a “Armação de São Joaquim” foi instalada em 1795 e permaneceu ativa até 1851. Para tanto,

Os africanos e afrodescendentes eram então a mão de obra responsável pelas atividades da armação baleeira e demais atividades realizadas no município. Assim, as populações de origem africana, embora por vezes invisibilizadas na maior parte da historiografia sobre a cidade de Garopaba, representavam uma parcela bastante significativa dos habitantes do lugar (Abuquerque, 2014, p. 76).

Segundo Albuquerque (2014), no século XIX a mão-de-obra africana e/ou afrodescendente cativa “[...] constituía quase 20% da população total, sem contar os inúmeros africanos e afrodescendentes libertos. Segundo dados de Léonce Aubé, em 1856, a freguesia apresentava população distribuída em 2254 homens livres e 398 escravos” (p. 76). Conforme a autora, essa parcela da população foi mantida escrava até que leis abolicionistas do Brasil alterasse essa condição (p. 88). No entanto, prossegue a autora,

O Senhor Antônio Manoel Lemos, antigo morador do Quilombo Aldeia, afirmou que: “Mesmo após a Lei Áurea o trabalho escravo continuava, sob disfarce do pagamento com gêneros alimentícios, como: farinha, café, açúcar

¹²¹ Entre os estudiosos do tema não há consenso sobre haver uma articulação entre os Guarani e os Sambaquis, de modo que esse aspecto deve ser percebido com cautela científica.

¹²² Embora esse autor seja citado com frequência, essa informação para inconsistente segundo os estudiosos do tema, pois a caça da baleia não era uma atividade para complementar a renda.

grosso, considerados de primeira necessidade”. Ao que parece, através deste “instrumento de controle”, o Senhor Luíz Pereira ignorou a Lei Áurea e manteve os afro-brasileiros presos sob o seu poder por mais de 20 anos. Com o passar do tempo, algumas das famílias africanas, através dos rendimentos obtidos nas quitandas, conseguiram pagar suas dívidas e se tornarem livres. É nesse momento da história, início da República, que algumas famílias conseguem se livrar das “amarras” que as prendiam ao antigo senhor e juntam-se às que já habitavam as terras devolutas existentes no Sul de Garopaba, mais especificamente na Limpa e no Campo D’Una, originando o grupo que hoje é reconhecido como remanescente de quilombo, a saber, o Quilombo Aldeia (Albuquerque, 2014, p. 88).

Assim, conclui a autora,

Para saber mais sobre a presença de africanos e afrobrasileiros no território pertencente ao município de Garopaba, entrevistamos o Senhor Fortunato João Machado (76 anos), morador do Morro do Fortunato. Ele relatou que muitas famílias negras do Morro da Encantada, quando conseguiram a liberdade, foram morar em várias localidades do município. “Aqui nas Areias do Macacu, ainda moram famílias dos pretos que eram lá do Morro da Encantada, que eram escravos do Luíz Pereira. Essa gente é a família da Dona Prudência” (p. 89).

Sobre esse tema, a antropóloga Hartung (1992) investigou etnograficamente a dinâmica interna da Comunidade Remanescente de Quilombo do Morro do Fortunato, tanto quanto coletou depoimentos de entes da Comunidade sobre a origem dos mesmos, seus membros, sua organização e sobre a relação que foi possível manter com os demais garopabenses ao longo do tempo (p. 177). Em suas conclusões, Hartung (1992) inferiu, à época, que a comunidade do Morro do Fortunato “[...] em resposta a todo um contexto específico com seus vizinhos do Vale, volta-se sobre si própria e busca, nas relações internas com seus iguais, a compensação desta situação que aflige os membros do grupo” (p. 198), pois “[...] é enquanto grupo e imbuídos da força e de um sentimento coletivo, que resistem ao racismo, não apenas o dos seus vizinhos, mas, quando saem de lá, o que permeia toda a sociedade brasileira, reatualizado em cada contexto específico” (p. 199).

Conforme consta no portal eletrônico da Fundação Cultural Palmares¹²³, entidade que reponde pelo reconhecimento de comunidades quilombolas pelo Estado brasileiro, em 2006 a Comunidade Remanescente de Quilombo do Morro do Fortunato foi certificada como tal pelo Governo Federal, assim como em 2010 a Comunidade Remanescente de Quilombo Aldeia também o foi¹²⁴.

¹²³ Para saber mais, ver <www.palmares.gov.br/?page_id=37551>, acessado em março de 2021.

¹²⁴ Ver <www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-sc-05022021.pdf>, acessado em março de 2021.

Os impactos da Rodovia BR - 101 na formação e na identidade de Garopaba

Entre 1795 e 1851 a “Armação de São Joaquim” esteve ativa (Albuquerque, 214, p.74) e foi o marco que começa a alterar a urbanidade de Garopaba. Segundo Pessoa (2019, p. 30), a produção de óleo de baleia é um dos marcos no processo “[...] de ocupação, defesa e povoamento do território”, por um período. Porém, após o fechamento da “Armação de São Joaquim”, ocorreram em Garopaba distintos processos históricos e institucionais, “[...] como a elevação à vila e integração ao Distrito de Palhoça, Garopaba se concretiza como município em dezembro de 1961”. Pessoa (2019) menciona ainda que, “[...] conforme relatos de Besen [...], até o fim da década de 70 Garopaba se configurava de forma simples, em termos de infraestrutura e oferta de serviços” (Pessoa, 2019, p. 31). Porém,

[...] nesse mesmo período foram construídas as rodovias BR-101 e SC-434, principal acesso de Garopaba, as quais contribuíram de forma significativa no processo de urbanização da cidade. A partir dos anos 80, o município começou a apresentar diferentes características étnicas e culturais, uma vez que passou a despertar o interesse de surfistas e turistas vindos, principalmente, do Rio Grande do Sul. É dentro desse contexto que se populariza e se fortalece uma fábrica de confecção de roupas para a prática de surfe, a Mormaii [...] (p. 30 / 31).

Albuquerque (2014) menciona que já na década de 1960, o município de Garopaba começou a ser alterado em sua dinâmica cultural, pois a maioria dos “[...] primeiros turistas que chegaram a Garopaba ainda nos anos de 1960 era constituída, majoritariamente, por hippies gaúchos, um ‘povo’ que provocou grande estranhamento dentre os nativos” (p. 51), os quais mantinham “[...] atividades junto ao mar, se limitando a pescar, pegar siri pintado, tirar mariscos das pedras do costão ou ajudar a puxar um lanço de peixes [...]” (p. 51). Assim, munidos apenas com suas “[...] mochilas, pernoitavam em barracas, ‘pitavam’ um cigarro de cheiro pouco convencional (a maconha era novidade!), tomavam banho de mar e as mulheres apareciam vestidas somente de maiô ou biquíni, deixavam os moradores nativos intrigados e curiosos” (*idem*).

Importa recordar que “[...] reportagens de jornal das décadas de 1960 e 1970 apontam que a BR - 101 era muito desejada pelos estados do Sul, pois, até então, dependiam em demasia da BR - 116, visto que era a única conexão por terra com os estados do sudeste” (Favaretto, 2012, p. 87). Assim, “[...] em 1970 a rodovia estava completa em toda extensão, trechos norte e sul, desde [o município do norte catarinense de] Garuva até [o município do norte gaúcho de] Osório” (*idem*). Por conta disso e da divulgação nas grandes mídias da época, o município de Garopaba passou a ter grande fluxo de turistas durante e após a década de 1980 (Albuquerque,

2014, p. 60), dando espaço para “[...] uma gradual transformação do lugar em cidade turística” (*idem*). Por esse viés, “[...] duas perspectivas [...] da cidade marcam essa dinâmica: a história da cidade, com seus costumes e tradições, a natureza exuberante, com destaque para as praias, tendo como pano de fundo o título de ‘Capital Catarinense do Surf’” (*idem*), enquanto “[...] a segunda propõe uma espécie de paraíso, fortalecido na visão de uma região privilegiada por belezas naturais” (*idem*). Por esses motivos, Pessoa (2019) aponta que Garopaba sofreu um processo de transformação acentuado, com “[...] mudanças sociais, paisagísticas e demográficas que se intensificaram entre os anos 1990 e 2010, fazendo com que as populações tradicionais passassem a dividir o espaço com os recentemente migrados” (p. 60). Segundo a autora, os Censos Demográficos do IBGE de 1980, 1991, 2000 e 2010 indicam a dimensão dessa transformação no município de Garopaba, conforme segue:

Tabela 12: Dinâmica populacional do município de Garopaba

População de Garopaba / Censo de 1980	8.238 hab.
População de Garopaba / Censo de 1991	9.918 hab.
População de Garopaba / Censo de 2000	13.164 hab.
População de Garopaba / Censo de 2010	18.138 hab.

Fonte: Pessoa, 2019, p. 32.

Pessoa (2019) sustenta que, além de dinamizar a demografia do município, a rodovia BR - 101 também alterou a dinâmica laboral do município, modificando o perfil cultural de Garopaba.

Tabela 13: Distribuição rural e urbana da população de Garopaba nos Censos do IBGE

	1980	1991	2000	2010
População rural de Garopaba	5.315 hab.	4.740 hab.	2.442 hab.	2.818 hab.
População urbana de Garopaba	2.922 hab.	5.178 hab.	10.722 hab.	15.320 hab.
Taxa de urbanização de Garopaba	35,50 %.	52,20 %	81,40 %	84,46 %

Fonte: Pessoa, 2019, p. 33.

Essa alteração do perfil cultural no local foi confirmada por Pacheco (2010), quando esse último investigou e analisou a ambivalência entre as categorias empíricas relativas aos indivíduos que se declaravam ser os de “dentro” – ou os nascidos e residentes em Garopaba – e os de “fora” – aqueles que vieram de outro lugar e se estabeleceram no município (p. 114). Jacomel (2012) registrou alguns desses impactos transcorridos no município:

Com a consolidação do turismo de massa a partir dos anos 1990, a especulação imobiliária aumentou e o processo de ocupação irregular e de crescimento desordenado se agravou – inclusive com indicativos de uma tendência de favelização nos próximos anos. [...] O número de loteamentos clandestinos [...] chega a ser considerado subnormal. Nota-se transformações espaciais na ocupação de encostas [...] e de localidades que se encontram inteiras em situação irregular [...]. / As irregularidades podem ser constatadas também em localidades rurais, tanto em terrenos planos como em áreas de risco, em total desacordo com a legislação vigente. Não obstante, novos loteamentos vêm sendo implantados mesmo em áreas de preservação permanente. Ressalte-se que o Município não possui um plano de habitação popular e tampouco zonas especiais de interesse social definidas (p. 83 / 84).

Contudo, a despeito das alterações mencionadas, o fluxo rodoviário permaneceu crescente na rodovia BR - 101 após a conclusão das obras de duplicação das pistas em 2014.

2.3.2.3 Formação, identidade e desenvolvimento de Imbituba

Consta no portal eletrônico da Prefeitura Municipal de Imbituba¹²⁵ que, à época das Capitâneas Hereditárias, o município estava inscrito na Capitania de Santana, criada em 1534. Cento e vinte e dois anos após a invasão do Brasil pelos portugueses, chegaram em Imbituba os padres missionários Antônio Araújo e Pedro da Mota, em 1622, para catequizar o povo originário Carijó. Esses padres residiram na Vila Nova de Sant'Anna – uma das localidades do que bem mais tarde estaria inscrita no domínio do município de Imbituba – por dois anos, quando foram transferidos para outra localidade, em Santo Antônio dos Anjos da Laguna – uma localidade que atualmente faz parte do município de Laguna.

Segundo esse mesmo portal eletrônico, os Carijó viviam na região litorânea de Vila Nova de Sant'Anna e Santo Antônio dos Anjos de Laguna. No presente ainda existem sambaquis nas áreas de Roça Grande e Barbacena, confirmando a presença indígena no município de Imbituba. Porém, em 1675, seis famílias vieram de Santo Antônio dos Anjos de Laguna e se instalaram em Vila Nova de Sant'Anna, trazendo “um reduzido número de escravos”. Todavia, o povoamento de Imbituba “se deu em 1715, com a chegada do Capitão Manoel Gonçalves de Aguiar, [...] por determinação do Governador do Rio de Janeiro”, o qual, ao inspecionar as colônias do sul do Brasil, verificou que a região era promissora para pesca. Assim, os colonos vicentistas povoaram em 1715 a Imbituba de então, logo após o Capitão Manoel Gonçalves de Aguiar inspecionar a região e enviar seu relatório ao Governador,

¹²⁵ Ver <www.imbituba.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49267>, acessado em março de 2021.

recomendando “[...] a implantação de uma armação destinada à pesca da baleia, o que se tornaria realidade em 1796”.¹²⁶

Os povos originários de Imbituba

Em Schmitz e Rogge (2017) há um apanhado de anotações registradas por padres jesuítas missionários portugueses que tiveram contato com os Carijó na região Sul do Brasil, a partir de 1605 (p. 251). Entre tais anotações, uma parte se refere ao fato de os jesuítas terem vindo para o litoral sul catarinense para catequisar os povos originários. Os autores advertem, entretanto, que esses registros foram feitos pela lente cristã dos colonizadores (p. 251 / 252) e que, por essa razão, não devem ser assumidas como pesquisa científica etnográfica (p. 266). Seja como for, Schmitz e Rogge (2017) entendem que essas anotações contribuem para formar uma imagem dos Carijó que habitavam o sul do Brasil (p. 252), incluindo a área que séculos depois seria instituída como o município de Imbituba (p. 253). Entre tais anotações encontram-se, por um lado, “[...] informações importantes sobre os líderes do território; aldeias e casas; matrimônio e família; vestuário e ornamentos; abastecimento alimentar: roças, cultivos anuais, caça, pesca, preparação dos alimentos, artefatos; sociabilidade: bebedeiras, sacrifício de prisioneiro; xamãs” (p. 252); por outro, permitem constatar que houve forte choque cultural entre os missionários e os Carijó (p. 254), por conta dos cristãos entenderem que os cultos espirituais Carijó eram feitiçarias, subestimando uma tradição de séculos.

Enfim, com base em outros pesquisadores, Shmitz e Rogge (2017) indicam que o processo de dominação empreendida pela coroa portuguesa envolvia aliados e outros interesses (p. 254), entres os quais figurava o comércio escravagista:

Segundo Leite [...], os Padres estiveram com certeza no Rio Grande do Sul, no itinerário sempre em direção austral até Mampituba, que foi Laguna, Tubarão, Araranguá, Boipetiba (atual Mampituba) e Arachãs, que ficavam ao Sul de Tramandaí, pondo-se em contato com o Anjo do Sertão do Rio Grande, e, numa descida, tentaram uma missão na altura de Tramandaí, RS, mas os escravagistas foram mais rápidos e levaram estes índios para São Paulo, antes que os padres voltassem no ano seguinte. Em sítios arqueológicos da região de Tramandaí foram encontradas contas venezianas, que eram muito usadas para o escambo, e outros objetos que testemunham o contato com o colonizador escravagista ou missionário (p. 254).

Esses autores prosseguem e concluem:

¹²⁶ A bem da verdade, o termo “pesca de baleia” não é correto, pois se trata de um mamífero. Assim, o termo adequado é “caça de baleia”.

Como os jesuítas, também os paulistas tinham seu mais importante posto de concentração em Laguna, onde seus emissários reuniam índios provenientes de toda a área, desde a Lagoa dos Patos no Sul ao rio Caí no Oeste. / Jerônimo Rodrigues informa que, no ano em que estava na missão em Imbituba, se encontravam ancorados na Laguna sessenta e duas embarcações de portugueses: quinze navios de alto bordo, e as demais, canoas mui possantes, que, pelo porte das embarcações, esperavam levar acima de 12.000 carijós (Schmitz *et al.*, 2017, p. 254).

A herança vicentista e açoriano-madeirense em Imbituba

No “Atlas de Geográfico de Santa Catarina: População” (Santa Catarina, 2019) Nazareno *et al.* (2019, p. 55) caracterizam que os povos originários Carijó não ofereciam aos colonizadores portugueses e espanhóis vantagens econômicas. Segundo esses autores, não havia nesse período “[...] um atrativo econômico que gerasse interesse ao mercantilismo luso, e por consequência ao mercantilismo europeu” (*idem*), de modo que a zona costeira “[...] sul brasileira tinha uma presença humana europeia ainda esporádica e intermitente até meados do século XVII” (*idem*). Por isso, a ocupação limitava-se apenas a “[...] alguns pontos geográficos específicos, ao apoio logístico dos navios que porventura tencionassem adentrar até a região do Prata” (*idem*). Contudo, prosseguem Nazareno *et al.* (2019),

[...] havia, da parte das coroas lusitana e espanhola, interesses geopolíticos e econômicos em jogo, considerando aí, inclusive, a preocupação pelo domínio territorial. Assim, tem-se configurado, no século XVII, certa expansão em termos de um povoamento mais efetivo, embora ainda pontual, originando os três mais importantes núcleos de povoamento do litoral catarinense até ainda o século XIX: São Francisco, Desterro e Laguna (p. 55).

Desse momento em diante, formou-se “[...] uma economia que supera a subsistência, alcançando importante caráter mercantil” (Nazareno *et al.*, 2019, p. 55). Entre os produtos coloniais que eram economicamente vantajosos à coroa portuguesa, já no século XVIII, a farinha de mandioca e a produção baleeira se tornam importantes para o mercantilismo português. Para a sua produção e desenvolvimento, empregou-se em grande escala a mão-de-obra de africanos escravizados, “[...] somando mais um elemento à formação demográfica e étnico-cultural regional” (*idem*):

Portanto, o litoral catarinense, a partir de meados do século XVIII, passa mais efetivamente a fazer parte dos interesses econômicos da metrópole, cujo início já fora, em 1738, a criação da Capitania de Santa Catharina, diretamente ligada à capital da Colônia. O fomento às armações baleeiras é acompanhado pelo fomento à construção de diversas fortificações, entre 1739 e 1786, denotando, em nosso entendimento, não apenas numa medida de

domínio territorial frente à Espanha, mas principalmente para servir de suporte à economia baleeira e outras que viriam após (Nazareno *et al.*, 2019, p. 57 / 58).

Esses autores advertem, ainda, “[...] que à época da vinda dos imigrantes, nos Açores coexistiam relações sociais e de produção servis, comunitarismo agrário [...], capitalismo mercantil nas relações comerciais com o exterior, e pequena produção independente” (Nazareno *et al.*, 2019, p. 58). Nesse sentido, eles chamam atenção para o fato de que, nos Açores, havia uma certa “[...] diferenciação social. Esta não só permanece como aqui se amplia, dadas as novas condições e contextos” (*idem*). No tocante à pesca, esses autores mencionam que na atividade pesqueira da zona costeira catarinense desse período houve “[...] a ascensão dos trabalhadores timoneiros e arpoadores” (p. 58 / 59), pois “[...] no interior das armações baleeiras havia a possibilidade da obtenção de elevados salários; pagamento com mercadoria escrava; pagamento em produto (baleia)” (*idem*), traduzindo-se “em acúmulos de riquezas” (*idem*), bem como a requisição de terras junto à Coroa Portuguesa” (p. 59) e a “[...] transformação de uma série de pequenos produtores independentes em senhores de escravos” (*idem*).

Já em relação à agricultura, no mesmo período também ocorreu um processo de “diferenciação social” (Nazareno *et al.*, 2019, p. 59), de tal modo que, “[...] se haviam os que só produziam para sua própria subsistência, outros, à medida que o processo econômico ia se ampliando, gradativamente superavam a autossuficiência com importante excedente exportável” (*idem*). Além desses havia, “[...] em menor número, [aqueles que] além da produção agrícola possuíam estrutura e condições para a produção e comercialização de manufaturados através dos engenhos, alambiques, teares, atafonas [...]” (*idem*), os quais possuíam “[...] uns poucos escravos” (*idem*). Os autores afirmam ainda que, “[...] assim, uma pequena produção mercantil vai se delineando, através da produção manufatureira e comercialização” (*idem*), onde a farinha de mandioca foi produto mais exportado no período, além do “[...] açúcar, melado, aguardente, café, algodão” (*idem*), com a expansão do comércio “[...] para além da Capitania, alcançando principalmente o mercado do Rio de Janeiro, principal centro consumidor dos produtos regionais, Recife, Salvador e ,inclusive, o mercado platino de Montevideo e Buenos Aires” (*idem*).

A presença africana e a Armação Baleeira de Imbituba

Consta no “Atlas Geográfico de Santa Catarina: Estado e território - Fascículo 1” (Silva, 2016, p. 60) que o município de Imbituba foi instituído pela Lei 348 / 1958, após ter se desmembrado de Laguna. Essa última, por sua vez, havia sido instituída pela Carta Régia de

1714 (p. 62). Vale recordar, entretanto, que Laguna se desmembrou de São Francisco do Sul, o qual era decorrente da Carta Régia de 1660 (p. 62). Essas datas ilustram e contribuem para entender como transcorreu o processo escravocrata no litoral brasileiro e catarinense ao longo do tempo. Nesse sentido, segundo Mamigonian e Bissigo (2019),

A presença de africanos em Santa Catarina esteve associada à expansão da ocupação luso-brasílica que vinculou o território do sul da América às trocas atlânticas. Antes da fixação dos europeus, já havia trocas com os grupos indígenas residentes no litoral. A fundação de São Francisco do Sul, Desterro e Laguna por grupos vindos da Capitania de São Vicente no século XVII lançou as bases para a constituição de núcleos coloniais formados por paulistas, portugueses, índios e mestiços. Neles, para além dos índios escravizados ou “administrados”, havia escravos de origem africana. Há registro de que o fundador de Desterro, Domingos Dias Velho Monteiro, tinha vinte e cinco “escravos pretos” e oitenta e nove índios entre suas propriedades quando morreu assassinado em 1687. Mas a população do que hoje é o território de Santa Catarina continuou sendo predominantemente indígena, com pequenos enclaves “coloniais” (p. 79).

Foi nessas circunstâncias que a “caça” de baleias e a manufatura de óleo de baleia em Imbituba se deu. Segundo Comerlato (2011), a “[...] Armação de Sant’Anna de Imbituba estava localizada onde hoje está situado o porto do município de Imbituba, no litoral sul de Santa Catarina. Com a construção do porto, as edificações foram demolidas ou soterradas” (p. 481). Essa Armação começou a operar em 1796 e funcionava “[...] como suplemento da Armação de Garopaba” (*idem*). Segundo essa autora, por essa época a caça à baleia sofria as consequências da atividade baleeira desenvolvida pela concorrência estrangeira nessa mesma região (*idem*), de modo que a Armação de Santa’Anna foi edificada com as seguintes instalações: “[...] casa dos tanques (com capacidade para 574 m³ de óleo), engenho de azeite, casa do administrador, companhias dos baleeiros, senzalas e casas para o destacamento” (Comerlato, 2011, p. 482). Contudo, a Armação de Sant’Ana não tinha capela, “[...] mas seus moradores podiam ir à missa na Capela de Vila Nova de Sant’Anna, fundada na freguesia em 1755. A autora menciona também que no “Plano da Armação de Imbituba de 1799, copiado em 1828, aparece ainda o local onde os navios fundeavam, um reduto com quatro peças de ferro, o local onde ficavam as lanchas e o cabrestante” (p. 484).

Conforme se pode verificar nos registros da Fundação Cultural Palmares, atualmente não existe comunidade remanescente de quilombo reconhecida em Imbituba¹²⁷. Mas Mamigonian e Bissigo (2019) indicam que registros detalhados sobre a presença de africanos

¹²⁷ Ver <www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-sc-05022021.pdf>, acessado em março de 2021.

e afro-brasileiros “[...] são raros e fragmentários, mas apontam para o crescimento gradual dos núcleos, com a incorporação constante de indígenas na condição de administrados ou mesmo escravizados, e ainda de africanos cativos [...]” (p. 79). Além disso, esses autores afirmam que ocorreu miscigenação (p. 80), conforme identificaram em Florianópolis – Desterro, à época. Ou seja: uma localidade relativamente próxima de Imbituba onde também houve utilização de escravos negros em trabalhos em armação baleeira (Comerlato, 2011, p. 484), na agricultura, nos engenhos e nos alambiques (Mamigoniam e Bissigo, 2019, p. 80). No entanto, prosseguem os autores,

É certo que, quando a Capitania de Santa Catarina foi criada, em 1739, e os casais açorianos se fixaram, trabalhadores indígenas e africanos já conviviam nos espaços coloniais. Eventualmente, casavam entre si. Registros eclesiásticos indicam a celebração, em 1730, do casamento entre José, “gentio da Angola”, e Thereza, “carijó da terra”, na igreja de Nossa Senhora do Desterro (p. 80).

Todavia, Mamigoniam e Bissigo (2019) advertem que

Antes de tudo, é preciso indicar que os recenseamentos são resultados de contextos históricos distintos. As categorias e os termos usados para classificar a população são produtos da colonização e, apesar de guardarem certa continuidade nominal, escondem descontinuidades de sentidos. Por exemplo, o termo “pardo”, que ficava entre “branco” e “preto”, não era aplicado consistentemente em todas as regiões e períodos, abrigando mestiços, indígenas já incorporados à colonização, ou crioulos (filhos e netos de africanos nascidos no Brasil). No período colonial e imperial, as categorias de estatuto (livre, liberto, escravo) e de cor (branco, pardo, preto) eram estruturantes da maneira das autoridades no poder apreenderem a sociedade. Mas os censos não eram precisos. Nem sempre as contagens eram confiáveis, e frequentemente não se tinha registro preciso do número de pessoas libertas (alforriadas) (p. 80).

Mais que isso, destacam esses autores, os “[...] levantamentos representavam uma projeção do olhar do recenseador sobre as pessoas recenseadas. Só recentemente, desde 1980, é que a ‘cor’ é registrada por autoidentificação” (p. 80). Ou seja: “[...] o registro da ‘cor’ se relacionava à posição da pessoa em questão na sociedade, e, sobretudo, à sua renda. Desse modo, nos censos, os mais abastados tendiam a brancos e os mais pobres tendiam a pretos” (*idem*). Por isso, “[...] aos homens livres eram destinadas as atividades marítimas, que eram remuneradas. Algumas vezes, inclusive, ao final do período da captura, recebiam escravos como forma de pagamento. Os escravos trabalhavam nas atividades terrestres” (Oliveira, 2020, p. 43). Essa autora menciona ainda que “[...] os trabalhadores livres eram angariados pelos

administradores do Monopólio [da coroa portuguesa] da pesca da Baleia entre os moradores da região: açorianos, pescadores, agricultores, as populações litorâneas” (*idem*), os quais, “[...] carentes de recursos, trabalhavam em vários setores da armação proporcionando lucros aos portugueses mediante métodos de trabalho nem sempre adequados” (*idem*).¹²⁸

O legado do Porto de Imbituba

De acordo com Neu (1999), as instalações da Armação de Sant’Anna – local que anos mais tarde seria parte do município de Imbituba – eram “[...] menos importante que as de Garopaba, [mas] possuíam edificações localizadas à beira-mar, com dependências baixas” (p. 45). Na Armação de Sant’Anna a “[...] mão-de-obra escrava fazia a preparação do azeite, enquanto a caça era feita por homens livres, pagos à base de animais caçados, ou mesmo de escravos” (*idem*). A Armação ficava “[...] a 3 km da Vila Nova, na Praia do Porto, com condições propícias para a atracação das embarcações e a caça da baleia” (p. 45 / 46).

Neu (1999) menciona que essas armações baleeiras eram concessões da Coroa portuguesa e que foram rentáveis por um período (p. 45). Nesse sentido, a Armação de Sant’Anna foi instalada em 1796 (p. 45), foi lucrativa por um período e, enfim, o Governo Imperial deu fim a esse monopólio, em 1801 (p. 49). Essa autora aponta, entretanto, que “[...] as armações de Imbituba e Garopaba foram arrematadas somente em 1829, por Antônio de Carvalho, e como só obteve prejuízos, a vendeu em 1837 a Antônio Claudino e Manoel Medeiros. Esses também registraram prejuízos, pois a conjuntura econômica havia mudado” (p. 50). Entre outros motivos, “[...] nos últimos anos havia [ocorrido] redução no número de baleias capturadas, em função da concorrência com os arpoadores dos Estados Unidos e da Inglaterra” (*idem*).

No entanto, a atividade da caça da baleia permaneceu por mais de cem anos, após a decadência das armações baleeiras, na Praia do Porto (Neu, 1999, p. 54). Porém, outras atividades eram desenvolvidas concomitantemente, sendo uma delas a construção de uma estrada de ferro, que “[...] marcou um momento de intenso progresso para o vilarejo de pescadores” (*idem*):

A estrada de ferro, construída no final do século XIX, interferiu na atividade pesqueira, pois estes eram sempre transportados por navios. O porto de Imbituba foi instalado na mesma enseada da armação baleeira. Durante quarenta anos aproximadamente as duas atividades conviveram juntas na Praia do Porto, mas viviam momentos distintos, na qual um estava em fase de decadência e o outro estava em ascensão. A estrada de ferro marcou muito

¹²⁸ Conforme foi mencionado anteriormente. as baleias são caçadas, pois são mamíferos.

bem esta separação, delimitando os espaços e os tempos de cada um (Neu, 1999, p. 55).

Oliveira (2020) cita que a alternativa econômica para o decadente negócio das armações baleeiras surgiu no fim do século XIX (p. 48). Assim, no final do século XIX, a “[...] descoberta do carvão na região sul do Estado de Santa Catarina” (*idem*) favoreceu a “[...] construção da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, em 1884, que ligaria as minas de carvão ao porto” (*idem*), de modo que “[...] os investimentos da empresa Lage & Irmãos viabilizaram o escoamento do mineral por meio da enseada de Imbituba, uma vez que as condições naturais eram mais favoráveis” (*idem*).

Neu (1999) afirma que a construção dessa estrada de ferro iniciou pela enseada de Imbituba, avançado, em seguida, à “[...] foz do rio Tubarão, atual [município de] Criciúma. As expectativas com esta Estrada de Ferro eram muitas” (p. 59), cujo “[...] objetivo principal [...] era o escoamento do carvão” (*idem*):

Para a viabilização deste projeto, Visconde de Barbacena, organizou duas companhias, uma para a construção da estrada de ferro com o nome de “Donna Thereza Christina Railway Company Limited”, e uma para impulsionar a indústria extrativa, a “The Tubarão (Brazilian) Coal Mining Company Limited”. [...] Assim, foi iniciada a construção da única ferrovia que até hoje dá acesso ao Porto. São 130 km construídos com capital inglês. Um contrato também foi assinado com o Governo Imperial e a Província de Santa Catarina, na qual a desistência da exploração não incidia em prejuízos à Companhia construtora, pois havia o privilégio de uso e gozo da ferrovia para os ingleses com “garantia de juros de 7% ao ano, afiançado pelo Governo Imperial em outubro de 1874, [...] fixando assim os seguintes prazos: de 80 anos para o privilégio, 30 anos para a fiança e 15 anos para o resgate” (Neu (1999, p. 59).

Assim, em 1884 a Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina partia de Imbituba e seguia na direção das minas de carvão em Criciúma, porém com um ramal a articulava com Laguna, para incrementar a economia sul catarinense através do trecho Imbituba - Laguna (p. 63). Neu (1999) revela que essa Estrada de Ferro inaugurou com 16.700 metros de extensão, os quais foram prolongados mais adiante com mais 1.396 metros do ramal de acesso à Laguna (p. 64). Entretanto, em 1907 “[...] todas as oficinas de instalação da Estrada de Ferro, que estavam inicialmente localizadas em Imbituba, foram transferidas para [o município de] Tubarão” (*idem*).

De todo modo, o processo que transformou a Imbituba baleeira em porto carbonífero decorreu de um “[...] longo processo de transformação sócio-espacial. A redução no número de

baleias capturadas e os frequentes prejuízos dos comerciantes, levou à decadência da caça, estagnando todo o vilarejo que surgira na praia ao redor dos barracões das baleias” (Neu, 1999, p. 73):

No entanto, a possibilidade de alterar esta situação começaria a ocorrer com a descoberta das minas de carvão no sul do estado e a possibilidade do seu escoamento pela enseada de Imbituba. Diversas construções foram feitas e o progresso ampliou a possibilidade de emprego na região, aumentando consideravelmente o número de imigrantes. Como uma cidade singular no Estado, Imbituba recebeu grande número de investimentos de apenas um grupo de grandes empresários e a cidade foi planejada apenas para funcionar com este propósito. Portanto, os problemas relacionados à falta de diversificação de atividades produtivas tornaram este município dependente de apenas um produto, o carvão, e de um grupo de empresários (p. 73).

Se, por um lado, esse processo dinamizou a economia em alguma medida, por outro alterou os traços identitários de Imbituba, pois atraiu investidores e colocou o município em contato com imigrantes italianos e outros da região carbonífera do atual município de Criciúma, os quais até então não faziam parte da composição social, cultural e identitária de Imbituba de então.

De todo modo, tal como foi subentendido, a Estrada de Ferro Dona Francisca e a economia carbonífera tinham em Imbituba uma infraestrutura importante dessa nova engrenagem econômica: o Porto. Segundo Oliveira (2020), ainda em 1871 foi construído “[...] o primeiro trapiche do Porto de Imbituba, com extensão de setenta metros. A obra foi realizada por engenheiros ingleses para o escoamento do carvão” (p. 49). Décadas depois, já no início do século XX, a parte física do Porto foi reestruturada e ganhou novos “[...] equipamentos para o bom funcionamento dos serviços” (*idem*). Nesse momento, a administração do Porto também foi modernizada e o antigo Porto de Imbituba foi transformado em um “[...] porto capitalista e competitivo, deixando de lado uma visão poética dos portos naturais visitados por aventureiros e piratas” (*idem*).

Oliveira (2020) menciona também que a economia carbonífera de Criciúma teve grande estímulo para os seus negócios no período da I Guerra Mundial, por incremento da demanda e com o escoamento de carvão pelos Porto de Imbituba e de Laguna, entre os quais havia disputadas políticas e acabou desmembrando Imbituba de Laguna (p. 58 / 59). Segundo Oliveira (2020),

[...] Imbituba cresceu e se desenvolveu para atender aos interesses das atividades portuárias sem qualquer preocupação preservacionista, tanto ambiental quanto cultural. A partir de 1958, data da segunda emancipação,

até 1988 a economia de Santa Catarina viveu o período mais abundante da exploração do carvão. [...] O progresso da região atraiu mão-de-obra contribuindo assim para o rápido crescimento populacional e econômico [da região] (p. 59).

A autora prossegue, indicando que

[...] a atividade extrativa do carvão catarinense sofreu com a concorrência do mineral inglês uma vez que a extração e o frete eram mais baratos. Os incentivos do Governo Federal para o consumo do carvão nacional, no entanto, impulsionaram o desenvolvimento com reflexos para toda região. [...] De todo modo, o consumo de carvão aumentou muito também em razão do funcionamento da Companhia Siderúrgica Nacional, apesar de outros produtos serem movimentados pelo Porto, [...] “como madeira, fluorita, farinha de mandioca, trigo em grãos, sal e outros” (Oliveira, 2020, p. 60).

Nas últimas décadas, tanto a construção da rodovia BR - 101 quanto a sua duplicação exigiu grandes investimentos públicos, os quais, entre outros efeitos, dinamizaram o Porto de Imbituba, conforme se verifica no “Plano Mestre do Complexo Portuário de Imbituba” (MTPA e UFSC / LABTRANS, 2017). O objetivo geral desse Plano era “[...] proporcionar uma visão estratégica a respeito do desenvolvimento do Complexo Portuário ao longo dos próximos anos e indicar quais investimentos serão necessários para que as operações ocorram com elevados níveis de serviço” (p. 11). Para alcançar tais metas, figuram no Plano os seguintes objetivos específicos: 1) “Obtenção de um cadastro físico atualizado das instalações portuário do Complexo”; 2) “Análise dos seus limitantes físicos, operacionais e de gestão”; 3) “Análise da relação do Complexo Portuário com o meio urbano e com o meio ambiente, em geral”; 4) “Projeção da demanda prevista para o Complexo Portuário em um horizonte até 2060”; 5) “Projeção da capacidade de movimentação das cargas e eventuais necessidades de expansão de suas instalações ao longo do horizonte de planejamento”; e 6) “Proposição das melhores alternativas para superar os gargalos identificados, visando a eficiente atividade do porto” (p. 11 / 12).

Conforme se verifica, o Porto de Imbituba sempre recebeu muita atenção de distintos dirigentes públicos e grandes empresários ao longo de sua existência, mesmo causando efeitos socioambientais negativos diversos. Dois grandes impactos negativos socioambientais causados pelo Porto de Imbituba se materializam como grandes desafios relativos à proteção ambiental da área de ocorrência das baleias Franca-austral que utilizam a área do Porto (Ministério do Meio Ambiente e ICMBIO, 2018), estabelecendo, por decorrência, um litígio que se arrasta por décadas entre os ambientalistas e o Porto de Imbituba. Um outro grande

impacto socioambiental causado pelo Porto de Imbituba se refere às suas áreas próximas, restringindo o território da Comunidade Tradicional Areais da Ribanceira (Oliveira, 2020).

A Comunidade Tradicional dos Areais da Ribanceira

A Comunidade Tradicional dos Areais da Ribanceiras se situa secularmente no que atualmente está delimitado como município de Imbituba, conforme declaram os entes da Comunidade (Acordi, 2011), a qual foi identificada e reconhecida por um laudo histórico e antropológico (Araújo *et al.*, 2019). A Associação Comunitária Rural de Imbituba (ACORDI), que representa os agricultores familiares, pescadores artesanais e outros que se declaram membros da Comunidade Tradicional dos Areais da Ribanceira foi instituída em 2002, com o objetivo de defender e lutar pela “[...] preservação do seu modo de vida e pelas práticas de manejo específicas, além do uso comum das terras” (Oliveira, 2020, p. 116).

Em sua pesquisa, Oliveira (2020) articulou as áreas de conhecimento do Direito, do Planejamento Territorial e do Desenvolvimento Socioambiental para indicar uma série de evidências acumuladas ao longo de séculos que atestam a existência dessa Comunidade no mesmo local em que se encontra atualmente. Essa pesquisadora também indicou as fragilidades legais que tem impedido a posse definitiva da área, as quais permitem que haja um litígio territorial que envolve agentes do Porto de Imbituba, da Prefeitura municipal, da Comunidade Tradicional e de agentes públicos do Direito do estado de Santa Catarina, do Estado Brasileiro e de uma entidade internacional. Assim, Oliveira (2020) aponta possíveis caminhos jurídicos para o equacionamento legal desse imbróglio.

Por outro lado, existem um Laudo Antropológico (Araújo *et al.*, 2019) que reconhece a existência da Comunidade Tradicional dos Areais da Ribanceira. Tal Laudo foi elaborado por uma equipe formada por pesquisadores das áreas de Antropologia, História, Engenharia Florestal e outras, reconhecendo uma série de saberes tradicionais da Comunidade, tais como: um “sistema itinerante do cultivo da mandioca” (p. 104), os “engenhos e as farinhadas” (p. 115), o extrativismo de Butiá¹²⁹ como elemento identitário da Comunidade (p. 123), a “pesca

¹²⁹ Segundo o portal eletrônico “Slow Food Brasil”, “[...] a palmeira *Butia catarinensis* possui pequeno porte, não passa de 3 metros de altura e é dela que se origina o seu fruto [...] que mede 1,4 - 2,6 cm e sua cor pode variar de acordo com seu processo de maturação e/ou variedade genética, podendo ser amarela, marrom, verde, alaranjada, alaranjada-avermelhada ou vermelha quando maduros. Seu perfume é adocicado e seu sabor pode ser mais adocicado quando maduro, mas nunca perde sua leve adstringência e mais ácido quando verde. Possui em seu interior o coquinho que contém amêndoa, havendo diversos usos gastronômicos [...]. / O *Butia catarinensis* se encontra em todo o território da Serra do Mar Catarinense, composto por trinta e quatro municípios que se encontram tanto na zona litorânea quanto rural [...], sendo Garopaba, Imbituba, Laguna, Pescaria Brava, Jaguaruna, Rio Fortuna e Imaruí, os municípios que compõem a Fortaleza Slow Food”. Para saber mais, ver <<https://slowfoodbrasil/fortaleza/fortaleza-do-butia-do-litoral-catarinense>>, acessado em março de 2021.

da tainha e da anchova” (p. 166) e os “Caminhos do território” dos Areais da Ribanceira, os quais são entendidos como “memórias da ocupação do território” pela Comunidade (p. 133). Além disso, o Laudo Antropológico (Araújo *et al.*, 2019) também reconhece uma série de “manifestações expressivas” (Martins, 2009, p. 29 / 30) seculares do território, como a organização e a realização de festas comunitárias de “Boi de Mamão”, da “Festa do Divino” e as “Festas da Mandioca” (Acordi, 2007, p. 8).

Apesar da Comunidade Tradicional dos Areais da Ribanceira possuir um expressivo e diversificado manancial social e cultural e reconhecidamente ocupar um território por séculos, embates jurídicos ocorrem até o presente momento, permanecendo sem uma solução jurídica definitiva (Oliveira, 2019). Para piorar ainda mais, ao longo desse processo de litígio houve ocorrências de despejo judicial e até de violência policial, conforme declarou um ente da Comunidade (Acordi, 2007, p. 7 / 8):

Ouvi depoimentos de pessoas antigas, hoje falecidas, que a disputa por essa terra vem desde a fundação do Porto Henrique Lage, na década de 1950. Naquele tempo, os capangas vinham a cavalo tentando expulsar a comunidade nativa. Mas, a comunidade seguiu resistindo e usando o espaço de terra pra plantar e o mar pra pescar. Depois, na década de 1970, usando argumento de criação de empregos, o governo, através da CODISC - Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina desapropriou parte destas terras. Falo isso, porque até hoje encontramos sobreposição de escrituras. / [...] Com a fundação da ACORDI é que os conflitos voltaram. Ficamos sabendo do processo de privatização destas terras... Em 2000, as terras tituladas em nome da ICC foram vendidas para Engessul, hoje Sulfacal, Sulgesso... Esta empresa já mudou tantas vezes de nome... Estas terras foram vendidas, sem licitação pública, a preço de banana, R\$ 0,10 m² em 100 vezes. Por esse preço, os próprios agricultores poderiam ter comprado. / [...] Em 2010, venderam outra parte, a que diziam pertencer ao BRDE para empresários italianos colocarem gado e também para Santos Brasil. Fizemos várias denúncias, abrimos processos para impedir as vendas... Mostramos as irregularidades...Tivemos comprometimentos de políticos e outras autoridades, mas até hoje não conseguimos muita coisa. Estamos perdendo nosso território... Tudo que conseguimos foi graças a nossa organização e resistência. Em 2010, não conseguimos impedir o cumprimento da sentença que deu ganho de causa para Engessul / Sulfacal / Sulgesso de uma ação de reintegração de posse e conseqüentemente impedir que a Votorantim se instalasse e centenas de famílias ficassem impossibilitadas de cultivar nas suas terras (Marlene Borges).

A movimentação das ações legais relativas a esse litígio teve vários episódios, mas alguns são mais emblemáticos, por ilustrar a gravidade do caso. Um deles pode ser verificado através do “Relatório de Admissibilidade nº. 131 / 20 - Petição 90-11 / Comunidade Tradicional de Agricultores e Pescadores dos Areais da Ribanceira - BRASIL”, protocolado na Comissão

Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) em janeiro de 2011 (OEA / CIDH, 2020, p. 1). Após consultas e notificações oficiais, o Relatório tornou público que admitiu a “Petição 90-11”, que prosseguirá a análise de mérito do caso e que incluirá a sua decisão no Relatório Anual que seguirá à Assembleia Geral da OEA (p. 5), acatando os pleitos da Comunidade Tradicional dos Areais da Ribanceira. Um outro episódio emblemático pode ser confirmado no portal eletrônico da Defensoria Pública da União em Santa Catarina (DPU-SC)¹³⁰, onde a Prefeitura de Imbituba declarou que acolherá a sugestão do Defensor Público reconhecendo os direitos territoriais da Comunidade Tradicional dos Areais da Ribanceira.

Contudo, até onde consegui investigar, Oliveira (2020) defendeu tese afirmando a legitimidade do território da Comunidade Tradicional dos Areais da Ribanceira, pela qual foi avaliada e aprovada por estudiosos desse tema. No entanto, o conflito ainda não foi julgado e encerrado até o momento presente.

A APA da Baleia Franca

Conforme foi mencionado anteriormente, a APA da Baleia Franca tem sua sede administrativa na área central do município de Imbituba. Segundo consta no “Plano de Manejo - Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca” (MMA / ICMBio, 2018),

A Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APABF) é uma unidade de conservação federal gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). A APABF foi criada em 14 de setembro de 2000 com o objetivo de proteger a baleia franca-austral em águas brasileiras. O litoral de Santa Catarina se estende por 531 km de costa, dos quais 130 km são abrangidos pela UC [Unidade de Conservação]. Sendo a maior unidade costeira do estado, a APABF abrange 8 dos 38 municípios da área costeira de SC – Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes, Garopaba, Imbituba, Laguna, Jaguaruna e Balneário Rincão. Apenas o município de Tubarão, que possui 1,1% do seu território dentro da APABF, não se situa no litoral [...]. A área da APABF é de 154.381 ha e engloba 78% de ambiente marinho, do sul da Ilha de Santa Catarina à plataforma de pesca norte de Balneário Rincão, excluindo-se do seu perímetro o Porto de Imbituba e o Terminal Pesqueiro de Laguna; e 22% de ambiente terrestre, que abrange parte dos municípios de Garopaba, Imbituba, Laguna, Jaguaruna, Balneário Rincão e Tubarão [...]. As ilhas costeiras do Batuta, Santana de Dentro, Santana de Fora, das Araras e Tacami, na região de Imbituba, e dos Lobos e Ilhota, na região de Laguna, estão inseridas em seu perímetro (p. 18).

¹³⁰ Para saber mais, ver <<https://dpusc.wordpress.com/tag/icmbio/>>, acessado em março de 2021.

A gênese da APABF foi tortuosa e foi necessário intermediações do Ministério Público Federal (MPF), o qual fez prevalecer as garantias previstas na Constituição Federal de 1988 em favor do meio ambiente (MMA / ICMBio, 2018, p. 13 / 14). Entre os vários argumentos que justificaram a criação da APABF, dois deles demandam destaque. No primeiro deles, consta o seguinte:

A região, outrora (1800 - 1970) habitada por populações de origem açoriana e que viviam da agricultura de subsistência e da pesca artesanal, nas últimas décadas vem se tornando foco do turismo de massa nos meses de verão e do aumento gradual e intensivo da ocupação do território. O cenário atual é de uma maior diversidade de usos da terra e dos recursos, na maioria das vezes, de forma insustentável, sem adequado ordenamento. Neste território e entorno imediato convivem centros urbanos com suas indústrias, comércio e serviços; áreas portuárias; esportes aquáticos; mineração; pesca industrial, artesanal e amadora; agricultura convencional (especialmente orizícola) e agricultura familiar (tradicional e orgânica); turismo; mercado imobiliário, dentre outros (p. 13).

Já no outro destaque, verifica-se que

[...] o processo de ampliação da rodovia federal BR-101, que conecta o Sul ao restante do Brasil, ainda que necessário, trouxe consigo uma série de agravantes, como especulação imobiliária e aumento da ocupação desordenada; poluição das águas; supressão de áreas de mata e restinga; e, ocupação de áreas sensíveis (topos de morro; dunas; entorno de rios e lagoas). Isso se dá pela ausência de políticas estratégicas de desenvolvimento que levem em conta os limites e as potencialidades locais de forma abrangente e integrada, colocando em risco o importante, porém fragilizado, patrimônio ambiental, cultural e social da região (p. 13).

Nesse sentido, a APABF representa, “[...] no âmbito nacional e internacional, como um dos mais importantes locais para a reprodução da baleia franca-austral” (MMA / ICMBio, 2018, p. 13), já que “[...] o território da APABF abrange ecossistemas de floresta quaternária, dunas, praias, restingas e ecossistemas marinhos” (*idem*). Esta Unidade de Conservação (UC) “[...] abriga também diversas espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção, incluindo espécies migratórias” (*idem*) Assim, o “[...] perímetro geográfico que a define abrange um mosaico dinâmico de territorialidades (relações sociais se apropriando do espaço e seus recursos, modificando-os e sendo por eles modificadas) que atende aos atributos que deve ter uma APA” (p. 13). Contudo,

[...] tais territorialidades se inserem em uma lógica de apropriação do espaço e seus recursos que apontam, em seu conjunto, para um modelo de desenvolvimento que não tem a sustentabilidade e a justiça ambiental como elemento fundante. Há que se registrar, de maneira clara, que uma APA, e a da Baleia Franca não poderia ser diferente, é uma categoria de unidade de conservação que não exclui. Não exclui os seres humanos; não exclui a propriedade privada; não exclui e não dissolve os entes federativos (estado e municípios) com suas funções, suas obrigações e seu corpo legal. Desta forma, a APA se constitui o instrumento de planejamento e ação da sociedade para a construção de novas relações sociais que tenham como fonte primária a sustentabilidade no acesso e uso dos recursos ambientais e em suas relações com o território (p. 13).

Para tanto, a APABF opera através de “gestão participativa” (MMA / ICMBio, 2018, p. 14), para a qual há um conselho gestor da APABF, abreviadamente denominado CONAPABF (*idem*). Esse Conselho Gestor foi criado com a premissa de “[...] promover a abertura de um espaço pedagógico de identificação e aproveitamento de potenciais ambientais e de negociação e mediação de conflitos” (*idem*), baseado na “[...] perspectiva metodológica que inclui a educação ambiental na gestão pública, e no entendimento de que a oficialização de um conselho gestor não significa um ‘produto final’” (*idem*). Assim, o CONAPABF foi concebido “[...] como parte de um processo permanente em busca da efetiva gestão participativa da unidade de conservação, orientada pela responsabilidade no acesso e uso dos recursos naturais” (*idem*). Essa concepção teve origem há quase duas décadas (MMA / ICMBio, 2018), quando,

Em 2003, o pequeno grupo gestor da APABF, constituído pela Chefia e um analista ambiental, estabeleceu parceria com o Núcleo de Educação Ambiental (NEA) do IBAMA / SC, o Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento (NMD) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Fundação Gaia - Legado Lutzenberger e o Fórum da Agenda 21 Local de Ibiraquera, constituindo assim um grupo de trabalho (GT) informal e de assessoria. Entre elaborar o plano de manejo e criar o conselho da unidade, esse GT compreendeu que era o momento de investir na construção de um projeto político pedagógico e focou esforços no processo de formação do Conselho Gestor da UC. / [...] Sendo assim, durante o ano de 2005, a equipe gestora da UC, com apoio do GT, percorreu os nove municípios do território, mobilizando cerca de 300 instituições de diversos setores da sociedade civil organizada, ONG's e gestores públicos do território da APA a fim de construir o conselho gestor da UC, que foi legalmente instituído através da Portaria IBAMA nº. 48, de 22 de junho de 2006 (p. 14 / 15).

Em seguida, “[...] após a criação e posse do conselho, no final de 2005, a equipe gestora da APABF, em parceria com as instituições que ajudaram a desenhar este processo, oportunizou

capacitação aos primeiros conselheiros” (p. 15), com o curso “Educação Ambiental no Processo de Gestão Pública” (*idem*). Para tanto, o Conselho Gestor da APABF possui a seguinte estrutura: “Plenária, Comitê Executivo, Grupos de Trabalho e Câmaras Técnicas” (p. 16). As Câmaras Técnicas são as seguintes: “I - Conservação da Baleia Franca; II - Gestão da Biodiversidade; III - Gestão Territorial; IV - Proteção e Monitoramento; V - Atividades Econômicas Sustentáveis” (MMA / ICMBio, 2018, p. 16).

Como se pode verificar, o “Plano de Manejo - Área de Proteção da Baleia Franca” zoneou as áreas da Unidade de Conservação (MMA / ICMBio, 2018, p. 56), oferecendo aos municípios inscritos na área de abrangência da APABF um instrumento de planejamento territorial para o desenvolvimento com critérios socioambientais. Porém, os grandes desafios, tal como se verifica no portal eletrônico “Jus Catarina - O portal da Justiça e do Direito de Santa Catarina”¹³¹, apenas para ficar em um exemplo:

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), em decisão liminar proferida no dia 25/7, suspendeu a aplicação do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca, em Santa Catarina. A liminar foi concedida pelo desembargador federal Rogerio Favreto ao atender um pedido feito em recurso ajuizado por associações comerciais e empresariais de diversos municípios do litoral catarinense. O magistrado entendeu, em análise preliminar, que o plano “apresenta pontos controversos que tornam desarrazoada sua pronta aplicabilidade”. / Em setembro de 2018, a Associação Empresarial de Laguna (ACIL), o Sindicato do Comércio Atacadista e Varejista de Laguna (Sindilojas), a Associação Catarinense de Criadores de Camarão, a Associação Comercial e Industrial de Garopaba (ACIG), a Associação Empresarial de Imbituba (ACIM), a Associação Empresarial de Tubarão (ACIT) e a Associação Empresarial de Jaguaruna e Sangão (ACIRJ) ingressaram com ação civil pública, com pedido de tutela de urgência, na Justiça Federal catarinense contra o ICMBio, responsável pelo Plano de Manejo.

Contudo, a ação “[...] segue tramitando no primeiro grau da Justiça Federal Catarinense e ainda deve ter seu mérito julgado pela 1ª Vara Federal de Laguna” até a data de publicação da matéria.

Esse tipo de desafio também se expressa no Plano Diretor Municipal de Imbituba, o qual se arrasta a anos e parece não estar concluído até o momento. No portal eletrônico da

¹³¹ Ver <www.juscatarina.com.br/2019/08/01/trf4-suspende-plano-de-manejo-da-area-de-protecao-ambiental-da-baleia-franca/>, acessado em março de 2021.

Prefeitura Municipal de Imbituba¹³², a única menção que há sobre isso é que o Plano Diretor do município estava em construção em abril de 2019:

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDURB) realizará, nesta terça-feira (16), mais uma Oficina Participativa do Plano Diretor de Imbituba. Trata-se do terceiro encontro aberto à comunidade, que visa debater, prestar esclarecimentos e ouvir as propostas dos moradores. / O evento está marcado para às 19 horas, no Salão Paroquial da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, no Centro. / O evento abrange a região de planejamento 3 (Leste), que compreende os bairros, Paes Leme, Centro, Village, Vila Alvorada, Vila Nova Alvorada, Ribanceira e Vila Esperança. / “O Plano Diretor será construído de forma participativa com os moradores. Juntos, iremos construir um Plano Diretor que possa ser bom para o desenvolvimento e para o crescimento de nossa cidade”, disse o Prefeito de Imbituba, Rosivaldo da Silva Júnior.

Já no portal eletrônico da Câmara de Vereadores do município, o único registro encontrado na presente data foi a Lei Complementar nº. 2623 / 2005¹³³, a qual, em seu Artigo 1º, estabelece: “Fica aprovado o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba - PDDSI, de acordo com as diretrizes desta Lei Complementar, Anexos e Mapas que a acompanham”. Tal como se verifica, há um descompasso entre as ações governamentais do município e os interesses empresariais com as normativas da APABF.

Contudo, tal como ficou demonstrado, o município de Imbituba tem uma parcela da sua população que foi historicamente invisibilizada, a qual possui traços identitários dos povos originários, do invasor e colonizador europeu e dos afrodescendentes que aos poucos vem se mesclando biologicamente e/ou culturalmente e vão, aos poucos e com uma série de atritos, dando contornos identitários à população catarinense desse território. Assim, após caracterizar a geografia de Paulo Lopes, Garopaba e de Imbituba e o processo de formação, a identidade e o desenvolvimento de cada um desses município, obtém-se uma noção da extensão e das dinâmicas socioeconômicas e dos traços identitários mais marcantes do “Território Litoral Centro Sul”, o qual protagonizou um processo de construção coletiva de Marca Territorial.

¹³² Ver <<https://www.imbituba.sc.gov.br/noticias/index/ver/codMapaItem/16434/codNoticia/547470>>, acessado em março de 2021.

¹³³ Ver <www.legislador.com.br/legisladorWEB.ASP?WCI=LeiTexto&ID=316&inEspecieLei=2&nrLei=2623&aLei=2005&dsVerbete=>>, acessado em março de 2021.

2.3.3 O processo de construção coletiva da Marca Territorial “Costa Catarina”

Conforme mencionei no início deste estudo de caso, a minha participação no processo ocorreu a partir do final de 2008 e permaneci no caso até o final de 2014. Ao longo desse período coordenei a construção coletiva das Marcas Territoriais “Costa Catarina” e “Caminhos Verde Mar”, bem como coordenei a construção coletiva de “mapas de identidades culturais” para os dois territórios-piloto focalizados pelo “Projeto Desenvolvimento Territorial Sustentável da Zona Costeira Catarinense: Estratégias integradas de geração de trabalho e renda a partir da valorização da identidade cultural das comunidades pesqueiras tradicionais” (Pinheiro *et al.*, 2014, p. 2), ou abreviadamente “Projeto DTS - IC”, conforme preferiam as pessoas envolvidas no Projeto. O “Projeto DTS- IC” tinha dois territórios-laboratório enquanto campo de pesquisa e ações práticas, denominando-os, inicialmente, como território-piloto “Litoral Centro-Norte” (Simões *et al.*, 2014, p. 75) e território-piloto “Litoral Centro-Sul” (*idem*). O primeiro deles correspondia à soma das áreas dos municípios de Balneário Camboriú, Bombinhas, Porto Belo e Itapema, enquanto o outro tinha como limite a somatória das áreas dos municípios de Paulo Lopes, Garopaba e Imbituba.

Importa recordar, entretanto, que as construções coletivas relatadas neste estudo de caso eram componentes de uma pesquisa comparada mais ampla, o Projeto DTS - IC. Porém, considerando que o objeto de estudos deste trabalho são as Marca Territoriais construídas coletivamente, o presente estudo de caso priorizará a construção coletiva da Marca “Costa Catarina”, elaborada para representar graficamente o território-piloto “Litoral Centro Sul”, em razão de ter sido o território que mais avançou. Assim, serviram de base para a construção coletiva da Marca Territorial “Costa Catarina” a qual tinha por objetivo representar graficamente as comunidades da pesca artesanal, as comunidades da agricultura familiar, as comunidades do turismo de base comunitária e as comunidades ocupadas com as atividades culturais e não-agrícolas do território. Esses dois últimos grupos tinham como protagonistas artistas populares e artesãos, organizadores e promotores de festas comunitárias, pequenos empreendedores de pousadas, de restaurantes de comidas típicas, de feiras populares e outros munícipes que atuam nas produções de ranchos de pesca, nos engenhos de farinha, nos alambiques de cachaça ou em outras atividades carregadas das identidades culturais do território e que servem como recursos específicos que favorecem o turismo de base comunitária do local (Simões *et al.*, 2014, p. 116). Para tanto foram concebidos e aplicados instrumentos de trabalho inéditos até então, delineando, aos poucos, um processo que exigiu táticas interessantes para conceber e elaborar coletivamente soluções que alcançassem as estratégias previamente acordadas com os atores sociais beneficiários do Projeto.

O Projeto DTS-IC foi concebido pelos Professores Paulo Henrique Freire Vieira¹³⁴, Claire Marie Truillier Cerdan¹³⁵ e Sergio Leite Guimarães Pinheiro¹³⁶. O Professor Paulo Vieira é filósofo e doutor em Sociologia Política pela Universidade Ludwig Maximilian de Munique, Alemanha. Atualmente é Professor-titular aposentado do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Coordena o grupo de pesquisa “Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento” (NMD / UFSC). A Professora Claire Cerdan é Engenheira Agrícola e de Alimentos, mestre em Geografia e Práticas do Desenvolvimento e doutora em Geografia Humana, Econômica e Regional, pela Universidade de Paris Nanterre, França. Ela atua como pesquisadora do Centro de Cooperação Internacional de Pesquisa Agrônoma para o Desenvolvimento (CIRAD)¹³⁷, na França, e à época em que o Projeto DTS - IC esteve vigente, viveu em Florianópolis, atuava no CIRDA e foi Professora Visitante do Centro de Ciências Agrárias (CCA) / UFSC, bem como integrou o corpo de pesquisadores do NMD / UFSC. Já o Professor Sergio Guimarães Leite Pinheiro¹³⁸ é Engenheiro Agrônomo pela UFSC, mestre em Agronomia pela Universidade de Lincoln, da Nova Zelândia e doutor em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade de Sydney, Austrália. Ele também foi Professor Participante do CCA / UFSC e atualmente é pesquisador aposentado da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI).

Todavia, antes de conceberem o Projeto DTS - IC já havia um expressivo acúmulo de conhecimentos científicos elaborados através do NMD / UFSC, inicialmente com o enfoque do “Ecodesenvolvimento”¹³⁹. Mais adiante foram elaborados conhecimentos científicos com o enfoque do Desenvolvimento Local e, mais adiante, com o do Desenvolvimento Territorial Sustentável (Policarpo *et al.*, 2020, p. 107; Pinheiro *et al.*, 2009, p. 2; Vieira, 2006, p. 249). Entre os muitos trabalhos realizados nesse grupo de pesquisa encontram-se – no portal eletrônicos do NMD / UFSC – teses de doutorado¹⁴⁰ e dissertações de mestrado¹⁴¹. Muitos desses estudos focalizaram o tema da “Conservação da diversidade biológica e cultural em zonas costeiras” (Vieira, 2003), da “Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento” (Vieira e Weber, 2000) e outros. Além disso, foram realizadas experiências teórico-práticas sobre o “Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera”, sobre a criação – e participação

¹³⁴ Ver <<http://lattes.cnpq.br/468808487318387>>, acessado em dezembro de 2020.

¹³⁵ Ver <<http://lattes.cnpq.br/4040356668572219>>, acessado em dezembro de 2020.

¹³⁶ Ver <<http://lattes.cnpq.br/4392019632231696>>, acessado em dezembro de 2020.

¹³⁷ Ver <<http://brazil.cirad.fr/pt/sobre-o-cirad>>, acessado em dezembro de 2020.

¹³⁸ Ver <<http://lattes.cnpq.br/4392019632231696>>, acessado em dezembro de 2020.

¹³⁹ Ver <<http://nmd.ufsc.br/apresentacao/pesquisadores-associados/>>, acessado em dezembro de 2020.

¹⁴⁰ Ver <<http://nmd.ufsc.br/producao/trabalhos-academicos/teses/>>, acessado em dezembro de 2020.

¹⁴¹ Ver <<http://nmd.ufsc.br/producao/trabalhos-academicos/dissertacoes/>>, acessado em dezembro de 2020.

na gestão – da “APA da Baleia Franca” e sobre a criação – e a condução – do “Observatório do Litoral Catarinense”, entre outros. Por sua vez, a Professora Claire Cerdan já tinha elaborado pesquisas na América do Sul, através do CIRAD, focalizando as dinâmicas agronômicas, sociais e econômicas envolvidas na produção e distribuição de rapaduras da Colômbia e do queijo de coalho do Nordeste brasileiro. Quanto ao Professor Sergio Pinheiro, entre outros trabalhos de pesquisa, ele havia concluído a co-coordenação dos Projetos de Pesquisa-Extensão e Aprendizagem - PEAP” (Benez *et al.*, 2013), os quais tinham afinidade epistemológica com as pesquisas do NMD / UFSC.

Com tal acúmulo de conhecimentos científicos e experiências práticas, os Professores Paulo Vieira, Claire Cerdan e Sérgio Pinheiro – e os respectivos colaboradores de pesquisa do NMD / UFSC – formularam o “Projeto Desenvolvimento Territorial Sustentável da zona costeira do estado de Santa Catarina - Brasil: Definição de estratégias integradas e baseadas na valorização da identidade cultural das comunidades pesqueiras tradicionais” (Pinheiro *et al.*, 2014, p. 12), o qual contou como o apoio institucional e financeiro do RIMISP, do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e do Governo de Santa Catarina (*idem*). O Projeto DTS - IC também contou com o apoio de outras organizações, entre as quais figuravam a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (CIRAD), a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Prefeituras municipais e “Organizações Não Governamentais (AMA, APA da BF, Projeto Gaia Village, Acolhida na Colônia, Fórum da Agenda 21, entre outras) e atores locais” (p. 6). Desse modo,

Pautado pela “Pesquisa-ação” [...], o Projeto DTS - IC requer o envolvimento de seus integrantes com diferentes atores sociais e os setores socioprodutivos focalizados. Com essas relações, ambiciona-se a formação e a manutenção de fóruns interinstitucionais de diálogo intersetorial – ou territorial –, com a perspectiva de alcançar uma democrática “governança territorial” [...], protagonizada pelos atores sociais e as entidades que participam das ações estratégicas do Projeto, as quais implicam o resgate, a promoção e o fortalecimento da identidade cultural e a gestão sustentável dos recursos de cada um dos territórios-piloto (Simões *et al.*, 2011, p. 118).

Em termos operacionais, o Projeto DTS - IC estava organizado com duas frentes de trabalhos: a primeira se dedicou à “Pesquisa”, enquanto a segunda realizava as “Ações Territoriais” nos territórios “LCN” e “LCS” (Simões *et al.*, 2011, p. 118), com forte sinergia

entre ambas as frentes de trabalho. Nesse sentido, entre 2008 e 2011 foram realizadas as seguintes atividades:

Tabela 14: Pesquisas e Ações territoriais do Projeto DTS - IC

Pesquisa	Ações territoriais
Elaboração da trajetória de desenvolvimento dos territórios-piloto LCN e LCS.	Planejamento, articulação e realização de Oficinas para o levantamento de identidades culturais e seleção dos recursos culturais e naturais mais expressivos dos territórios LCN e LCS.
Caracterização das dinâmicas territoriais, dos conflitos e das sinergias dessas dinâmicas (através de entrevistas com os atores sociais-chave, aplicação de questionários e observação participante).	Planejamento, articulação institucional e realização do LABTER de 2009.
Levantamento de recursos territoriais genéricos e específicos, dos atores sociais mais destacados, das iniciativas em curso, das ameaças e das potencialidades.	Implantação de Comitês Territoriais provisórios nos territórios LCN e LCS.
Levantamento e análise de algumas experiências inovadoras oriundas dos quatro setores socioeconômicos típicos da zona costeira de Santa Catarina (Pesca Artesanal, Agricultura Familiar, Turismo de base comunitária e Atividades Culturais).	Reforço da visão territorial (conceito de identidade, diálogo com os “outros”, integração e acordos entre setores / entidades).
	Elaboração de planos de ação preliminares para promoção do DTS nos territórios LCN e LCS.
	Planejamento e elaboração da primeira edição das Cartas de Identidades Culturais dos territórios LCN e LCS.
	Planejamento e elaboração de roteiro piloto para o turismo de base comunitária nos territórios LCN e LCS.
	Aperfeiçoamento de políticas territoriais para transformação de territórios “dados” em territórios “construídos”.
	Participação em projetos e fóruns de gestão socioambiental existentes nos territórios LCN e LCS.
	Planejamento, articulação institucional e realização do LABTER de 2010.
	Planejamento e articulação institucional do “Encontro Intercontinental de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS): Atores e processos inovadores para ampliar e fortalecer as experiências locais”, em 2011.
	Realização do “Encontro Intercontinental de DTS: Atores e processos inovadores para

ampliar e fortalecer as experiências locais”, em novembro de 2011.

Lançamento da primeira versão impressa das Cartas de Identidade Cultural dos territórios LCN e LCS, no “Encontro Intercontinental de DTS: Atores e processos inovadores para ampliar e fortalecer as experiências locais”, em 2011.

Elaboração de projetos de Marcas Territoriais para os territórios LCN e LCS, ao longo de 2011.

Fonte: adaptado de Simões *et al.*, 2011, p. 118.

Em relação à 1ª, 2ª, 3ª e 4ª atividades de Pesquisa, listadas acima, essas foram minuciosamente relatadas em Cerdan *et al.* (2011), em Cerdan e Policarpo (2013, p. 142) e em outras publicações. No entanto, destaquei um fragmento das conclusões das autoras (Cerdan e Policarpo, 2013), relativo aos territórios do Projeto DTS - IC:

Neste contexto, verificamos que os “jogos de atores em sistemas de ação coletiva” apresentam, atualmente, pontos de estrangulamento importantes que deverão merecer uma consideração mais atenta dos pesquisadores e tomadores de decisão nos próximos tempos. Isto na medida em que não foi ainda rompida a dominância do modelo assimétrico tradicional de relacionamento entre: i) uma elite agrária dominante; ii) um mosaico de comunidades rurais que dispõem de um poder de interferência ainda muito restrito nos espaços de tomada de decisão sobre projetos alternativos de desenvolvimento territorial. As inovações institucionais ou organizacionais continuam reproduzindo ou fortalecendo os “notáveis”, no bojo de uma cultura política essencialmente conservadora e clientelista. Isso nos leva a concluir que, apesar das evoluções, o modelo econômico de especialização flexível tem se revelado pouco eficaz no enfrentamento dos desafios que cercam a inclusão social das comunidades rurais e a promoção da qualidade de vida das populações sediadas nos espaços rurais costeiros de Santa Catarina (Cerdan e Policarpo, 2013, p. 33).

Concomitantemente às “Pesquisas”, as “Ações Territoriais” do Projeto DTS - IC também iniciaram seus trabalhos em 2008. A 1ª Ação Territorial foi o “Planejamento, articulação e realização de Oficinas para identificar as identidades culturais e os patrimônios naturais dos territórios [...]”. Já a 2ª Ação Territorial buscou um modo de selecionar as identidades culturais e os patrimônios naturais mais expressivos do território LCS, segundo os atores sociais beneficiários do Projeto DTS - IC. Para tanto, parcerias foram acrescidas na “concertação” (Dallabrida e Ferminiano, 2003, p. 88 / 89), com “[...] Prefeituras municipais, escritórios regionais da EPAGRI, UDESC, entidades comunitárias de pescadores artesanais,

agricultores familiares, empreendedores do turismo de base comunitária e entidades que organizam atividades culturais nos territórios” (Pinheiro *et al.*, 2014, p. 20):

Cabe ressaltar que as parcerias inter e intra-institucionais foram fundamentais para o amadurecimento metodológico e realização das ações territoriais colocadas em curso pelo Projeto DTS - IC. Um exemplo disso foi a constatação que as identidades culturais, embora presentes e persistentes nos dois territórios-piloto, não estavam vinculadas às dinâmicas de desenvolvimento predominantes, que acabam também desconsiderando os recursos naturais que possuem. Partindo de tais constatações, a necessidade de promover e construir “pontes” e estratégias de interação social e institucional ficou evidente, demandando ênfase na articulação de alternativas culturais, econômicas e geográficas para superar os efeitos negativos [das dinâmicas territoriais e os] processos econômicos de maior destaque em ambos os territórios (p. 20)

Vale ressaltar que, de acordo com Dallabrida e Ferminiano (2003), processos de “concertação” buscam formar blocos e consensos e que o

[...] conceito de bloco histórico tem origem em Gramsci: “a um determinado modo de produção corresponde uma estrutura social precisa, onde domina uma classe fundamental; esta classe desenvolve progressivamente uma superestrutura diferenciada, dando-lhe homogeneidade e direção política e ideológica – hegemonia sobre as demais classes” [...]. Ao explicitar o conceito de bloco socioterritorial opta-se, por ora, pela ousadia de dialogar com o mestre (Gramsci). Considera-se que, num determinado território ou região, com sua formação socioespacial, é possível identificar o que Gramsci chama de “classe fundamental”, que ao ter desenvolvido uma nova “concepção política e ideológica” torna-se hegemônica localmente. O termo “classe fundamental”, para Gramsci, parece referir-se a uma parcela da sociedade (p. 85).

Revela ter em mente, todavia, que, segundo Dallabrida e Ferminiano (2003),

os acordos resultantes, os resultados das discussões e entendimentos, as definições consensuadas, resultam no pacto. Embora distintos em seu significado – concertação social e pacto – trata-se, no fundo, de um mesmo grande exercício de negociação e de conjugação de interesses que se efetua no nível mais elevado das relações sociais, da sociedade de um país ou região, em que um é o processo e o outro é seu resultado (p. 86).

Para esses autores, em termos sociológicos,

Para uma reconstituição mínima da origem do conceito pacto, em sua acepção jurídico-política, seria indispensável citar três clássicos contratualistas:

Hobbes, Locke e Rousseau. Estes são considerados pensadores políticos teóricos do contrato social ou do pacto, por isso denominados contratualistas. Mas é Rousseau, com seu Contrato Social (1762), que dá um conteúdo original à antiga ideia de contrato social, ou de pacto. Para ele o contrato social não é um simples meio, mas o princípio legitimador de toda a sociedade, ou seja, propõe o exercício da soberania pelo povo como condição primeira para a sua libertação. A constatação que espanta Rousseau é que “o homem nasce livre e por toda a parte encontra-se aprisionado” (p. 87).

Assim, para sanear algumas lacunas existentes, a 3ª Ação Territorial estimulou a organização de um grupo local de apoio, chamado no âmbito do Projeto DTS - IC como “Comitê Territorial” em cada um dos territórios-pilotos, ainda em carácter provisório (Pinheiro *et al.*, 2014, p. 20).

Coube à 4ª Ação Territorial promover o nivelamento de conceitos, através de cursos, oficinas e palestras que configuraram um esforço de “[...] capacitação contínua no manejo do enfoque de DTS para os técnicos da EPAGRI e das demais instituições parceiras, além das lideranças locais, pescadores artesanais, produtores agroecológicos, maricultores familiares, artesãos e agentes de turismo comunitário” (p. 23), envolvidos no Projeto DTS - IC. Nesse sentido, a metodologia utilizada envolvia “ações participativas” como “parte da capacitação” (*idem*). Os principais cursos, palestras e oficinas desta Ação Territorial foram os seguintes: a) em outubro de 2008, houve o XX Encontro das Mulheres Agricultoras e Pescadoras, realizado pela EPAGRI e a Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI); b) ainda em outubro de 2008 o Projeto DTS - IC foi apresentado e debatido no Fórum da Agenda 21 de Ibiracema; c) nos dias 6 e 7 de novembro de 2008 foi realizado o 1º Seminário Internacional de Indicações Geográficas no Brasil; e d) em fevereiro de 2009 foi realizado o curso “Encontro de DTS com os Articuladores e Gestores da Epagri”, para homogeneizar conceitos “[...] junto aos técnicos regionais da Epagri envolvidos diretamente no Projeto” (Pinheiro *et al.*, 2014, p. 23).

Um dos eventos mais destacados desse período foi o 1º LABTER (Laboratório Territorial), resultante do acordo de cooperação internacional entre o RIMISP e a EPAGRI, com “[...] o objetivo de apresentar conceitos, metodologias e reforçar as atividades que já estavam sendo desenvolvidas através do Projeto” (p. 22). Pretendia-se, com isso, “[...] promover ações catalisadoras de processos de desenvolvimento territorial com identidades culturais, capazes de internalizar a dimensão socioambiental das duas áreas de abrangência do projeto” (*idem*). O evento teve amplitude nacional e foi realizado em Garopaba, em dezembro de 2009. Após meses de planejamento interinstitucional (p. 24), o 1º LABTER teve a participação de “[...] técnicos da Epagri, entidades parceiras do projeto, representantes do Poder Público, da Sociedade Civil Organizada e das comunidades” (*idem*), os quais foram “[...] pré-

selecionados em oficinas preparatórias, de forma a garantir uma participação qualificada e dar continuidade ao processo de capacitação” (*idem*).

Na 5ª Ação Territorial, citada na Tabela 14, foram elaborados os Planos de Ação dos territórios-piloto LCN e LCS, em caráter preliminar. Tais Planos pautaram o processo de identificação e reconhecimento coletivo das identidades culturais dos territórios-piloto, entre outras atividades, de modo que após a realização do 1º LABTER fui convidado pela Professora Claire Cerdan e o Professor Sergio Pinheiro para coordenar a elaboração do “Mapa de Identidades Culturais” dos territórios-piloto LCN e LCS. Nesse mesmo momento propus a construção coletiva de Marcas para cada um dos territórios, propostas essas que foram bem acolhidas. No entanto, mais adiante, acatamos a orientação de uma especialista em cartografia georreferenciada da EPAGRI / CIRAN, de modo que os “Mapas de Identidades Culturais” passaram a ser tratados como as “Cartas de Identidades Culturais”.

As demais Ações Territoriais que constam na Tabela 14 foram igualmente estratégicas para o Projeto DTS - IC e estão detalhadas no “Relatório técnico final / Convênio nº. 0050 / 2007 - Projeto Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) da Zona Costeira Catarinense: Estratégias integradas de geração de trabalho e renda a partir da valorização da identidade cultural das comunidades pesqueiras tradicionais” (Pinheiro *et al.*, 2014). Entretanto, a 6ª Ação Territorial (“Planejamento e elaboração da primeira edição da Carta de Identidades Culturais dos Territórios LCN e LCS”), a 13ª Ação Territorial (“Lançamento da primeira versão impressa das Cartas de Identidade Cultural dos territórios LCN e LCS, no ‘Encontro Intercontinental de DTS: Atores e processos inovadores para ampliar e fortalecer as experiências locais’, em 2011”) e a 14ª Ação Territorial (“Elaboração de projetos de Marcas Territoriais para os territórios LCN e LCS, ao longo de 2011”) são especialmente importantes para o presente estudo de caso, de modo que estão priorizadas daqui em diante, com a ressalva de que o relato dessas Ações Territoriais ficou restrito aos desdobramentos ocorridos no território Litoral Centro Sul.

A primeira edição da Carta de Identidades Culturais do território LCS

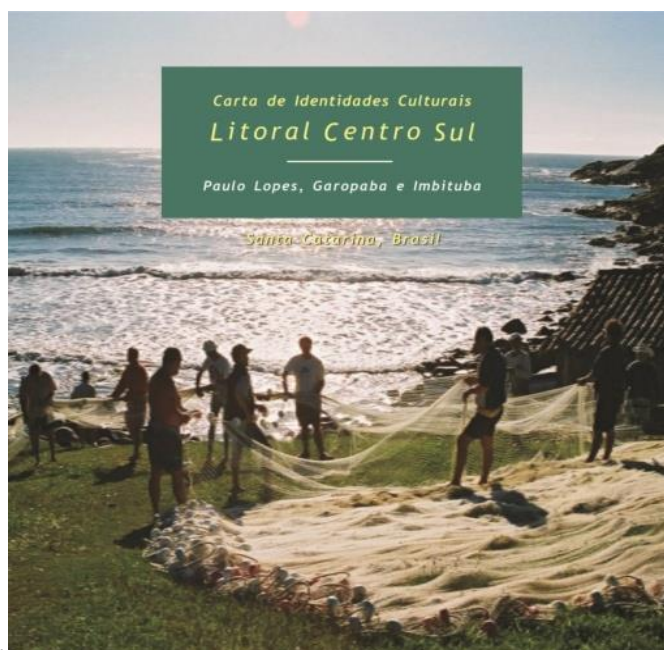
A demanda da “Carta de Identidades Culturais” emergiu no Comitê Territorial do território LCS. Tratava-se da necessidade de identificar e selecionar as Identidades Culturais mais expressivas do território, as quais foram reunidas na primeira edição das Cartas de Identidades Culturais. Essa produção envolveu diversos atores sociais dos quatro setores socioprodutivos priorizados no Projeto DTS - IC. Para tanto, participaram dessa construção coletiva representantes de associações comunitárias, entidades do terceiro-setor, instituições públicas e organizações privadas e outros agrupamentos informais, os quais participaram e

contribuíram em todas as etapas do processo de identificação e seleção das identidades culturais do território. Conforme consta em Simões *et al.* (2012), “[...] a construção participativa da Carta serve para conhecer e selecionar o patrimônio material e imaterial dos territórios e é estratégica para o planejamento do DTS e sua gestão comunitária” (p. 122). Porém, essa construção coletiva foi empreendida através de uma curadoria informal composta de pescadores artesanais, agricultores familiares, representantes do turismo de base comunitária e artistas populares, artesãos e promotores de festas comunitárias. Por um lado, o objetivo da Carta de Identidades Culturais era sinalizar os patrimônios material, imaterial e natural do território, elencados pelos próprios beneficiários do Projeto DTS - IC, por uma questão de legitimidade. Por outro lado, pretendia-se, posteriormente, que o território fosse reconhecido pelos visitantes do território por essas mesmas identidades culturais. Para tanto, foi necessário sensibilizar os próprios atores sociais do território-piloto LCS, estimulando-os a revelar e ponderar coletivamente sobre quais eram as suas identidades culturais mais expressivas. Além disso, por trás desses objetivos, almejava-se estabelecer gradativamente maior envolvimento das comunidades do território.

Assim, a concepção das Cartas de Identidades Culturais do território LCS se inspirou inicialmente na experiência chilena do “Mapa de Produtos e Serviços com Identidade Cultural de Chiloé” (Simões *et al.*, 2012, p. 122) e na iniciativa brasileira da “Nova Cartografia Social - Fascículo 9 / Cipozeiros de Garuva / SC) (*idem*). Em seguida, a construção coletiva da Carta decorreu de uma série de atividades, tais como: a) visita ao território-piloto LCS, para apresentar o projeto de resposta técnica relativa à “Carta de Identidades Culturais”, sua metodologia de trabalho e resultados esperados; b) planejamento, articulação interinstitucional e realização de Oficinas Participativas de Identidades Culturais no território LCN, focalizando os setores socioprodutivos da pesca artesanal, agricultura familiar, turismo de base comunitária e atividades culturais e não agrícolas; c) elaboração dos textos da Carta; d) produção de fotografia como tema na geografia dos territórios LCN; e) produção e seleção das fotografias mais expressivas nos territórios sobre suas identidades culturais; f) projeto de Design Gráfico da “Carta de Identidades Culturais”; g) ajustes gráficos da Carta, requeridos pelo Comitê Territorial; h) pré-lançamento da Carta de Identidade Cultural do território LCN, no 2º LABTER, em 2010; e i) lançamento oficial da primeira edição impressa da “Carta de Identidades Culturais” do território LCN e da “Carta de Identidades Culturais” do território LCS no “Encontro Intercontinental de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS): Atores e processos inovadores para ampliar e fortalecer as experiências locais” (Simões *et al.*, 2011, p. 122 / 123).

Em termos visuais, a “Carta de Identidades Culturais” era uma peça gráfica com dimensão geral de 510 x 510 mm, impressa em policromia através do sistema Off-set sobre papel couchê fosco, com duas dobras em sentido horizontal e outras duas em sentido vertical. Após dobrada, a Carta de Identidades Culturais ficava com 17 x 17 cm.

Imagem 118: “Capa” da Carta de Identidades Culturais do território LCS.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

Após dobrados, os nove módulos eram reduzidos a apenas um deles, conforme a Imagem 101 mostra. Assim, conforme o leitor desdobrasse a Carta teria a sensação de desembulhar um presente qualquer, acessando aos poucos as informações sobre o território LCS e o Projeto DTS - IC.

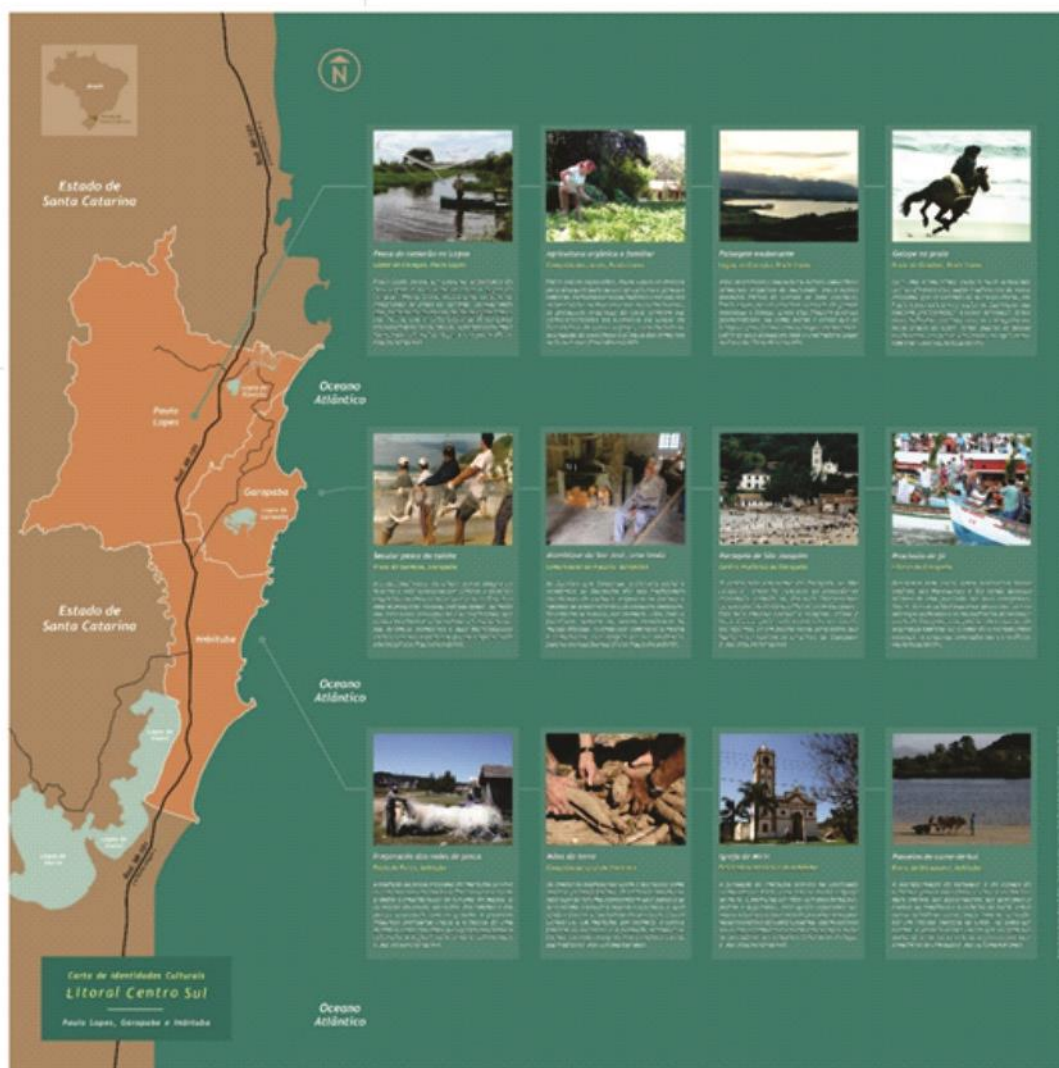
Na frente da Carta constavam informações institucionais e conceituais relativas ao território, enquanto o verso tinha o mapa do território. No mapa figuravam quatro fotografias de cada município, com as respectivas legendas. Assim, havia quatro fotografias para cada município do território apresentar suas identidades culturais. Ou seja: uma foto tinha por tema a pesca artesanal, a segunda fotografia era sobre agricultura familiar, a terceira era sobre uma identidade cultural ligada ao turismo de base comunitária e a última foto era de alguma atividade cultural e não-agrícola. Nesse sentido, a Carta exprimia uma síntese das Identidades Culturais mais expressivas do território LCS, conforme seguem as Imagens 110 e 111.

Imagem 119: Planificação dos nove módulos gráficos da frente da Carta de Identidades Culturais do território LCS.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

Imagem 120: Planificação dos nove módulos gráficos do verso da Carta de Identidades Culturais do território LCS.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

Um aspecto relevante foi que o modo como a Carta de Identidades Culturais do território LCS foi elaborada indica que a construção coletiva – pautada pela corrente do “Design para a Sustentabilidade” (Manzini, 2008; Manzini e Vezzoli, 2002; Manu, 1995) – se antecipou ao que Manzini (2017) definiu como “Design para Inovação Social”, porém acrescido da perspectiva das “Tecnologias Sociais” (Dagnino, 2009), acatando ainda o compromisso do Projeto DTS - IC como a “Economia Plural” (Lévesque, 2009, p. 134), a qual, de acordo com o enfoque do “Desenvolvimento Territorial Sustentável” (Vieira *et al.*, 2010) é aquela em que a “economia de mercado”, a “economia das organizações públicas” e a “economia do terceiro setor” estão imbricadas. Releva destacar que a Carta de Identidades Culturais do LCS foi elaborada através de uma abordagem “interdisciplinar” (Couto *et al.*, 2014; Frascara, 2000) e

“transdisciplinar” (Sommerman, 2012), assim como o seu processo de construção coletiva fluiu pela trilha da “Co-criação” (Prahalad & Ramasswamy, 2014, p. 5) e do “Co-design” (Torres, 2020, p. 83; Manzini, 2017; Ramasswamy & Ozcan, 2014; Sandes & Stappers, 2008, p. 5; Couto, 2014, p. 85).

Para tanto, esta construção coletiva foi o resultado de quatro “Oficinas Participativas de Identidades Culturais / Projeto DTS - IC”, realizadas nos dias 12 e 13 de agosto de 2010, sob a minha coordenação técnica: a 1ª delas ocupou a manhã do dia 12 de agosto de 2010; a 2ª Oficina aconteceu na tarde desse dia; a 3ª Oficina foi realizada na manhã do dia 13; e a última Oficina ocorreu na tarde do dia 13. As Oficinas partilharam da mesma metodologia de trabalho, porém cada uma delas foi dedicada a um público beneficiário específico do Projeto DTS - IC. Ou seja: a 1ª Oficina foi dirigida aos pescadores artesanais dos municípios de Paulo Lopes, aos pescadores artesanais de Garopaba e aos pescadores artesanais de Imbituba. A 2ª Oficina foi dedicada aos agricultores familiares do município de Paulo Lopes, aos agricultores familiares de Garopaba e aos agricultores familiares de Imbituba. Na sequência, a 3ª Oficina foi realizada em benefício dos empreendedores ligados ao turismo de base comunitária de Paulo Lopes, de Garopaba e de Imbituba, entre os quais estavam donos de engenhos de farinha, de alambiques, de ranchos de pesca, donos de pequenas pousadas, donos de restaurantes de comidas típicas e outros. Finalmente, a 4ª Oficina Participativa de Identidades Culturais foi realizada em função de atores sociais do território LCS que promovem e protagonizam “atividades culturais e não-agrícolas”, tais como as rezas das benzedadeiras, as comemorações populares de “Terno de Reis”, dos folguedos de “Boi de Mamão”, apresentações musicais e teatrais, manufatura de artesanatos e outras (Simões *et al.*, 2012, p. 123). Essas quatro Oficinas foram realizadas em um Salão Paroquial do centro comercial de Garopaba.

Cada uma das Oficinas teve cinco momentos distintos ao longo de sua realização. No primeiro momento, os anfitriões do evento – o Comitê Territorial do Projeto DTS - IC e o Escritório Local da EPAGRI – deram boas-vindas a todos e pediram que cada um dos presentes dissesse seu nome, o local de onde vinha e qual era a expectativa que tinha em relação à Oficina. No segundo momento o coordenador do Projeto DTS - IC informou a todos os últimos acontecimentos do Projeto, apresentou a programação da Oficina e me encarregou dos trabalhos subsequentes. Seguimos, então, para uma outra sala, onde um mapa plotado em formato grande (aproximadamente 1,50 x 1 m) estava aberto sobre uma grande mesa no centro da sala. Além dessa grande mesa havia várias mesas menores ao redor da sala. Espontaneamente os participantes se reuniram por critério de local de procedência, configurando um subgrupo de pescadores artesanais de Paulo Lopes, outro subgrupo de pescadores artesanais de Garopaba e

um último subgrupo de pescadores artesanais de Imbituba. No terceiro momento os presentes anotaram as identidades culturais que consideravam mais expressivas em cada município, utilizando pedaços de papel com aproximadamente 10 x 8 cm. Antes do quarto momento da Oficina houve uma pausa estratégica para o café com bolo e bolachas, com meia-hora de animadas conversas sobre as identidades culturais do território. Os presentes retornaram à sala de trabalho, onde encontraram o mapa fixado num painel, em posição vertical, com todos os pequenos papéis e as respectivas identidades culturais mais expressivas de cada município do território. No 4º momento, cada subgrupo apresentou suas anotações e teve mais uma hora para debater e escolher qual identidade cultural da pesca artesanal era a mais importante no seu município. Finalmente, no 5º momento da Oficina de Identidades Culturais da pesca artesanal no território LCS ficou consensuada a identidade cultural por todos os presentes.

Conforme mencionado anteriormente, as quatro Oficinas de Identidades Culturais do território LCS partilharam a mesma metodologia, alterando entre elas apenas o tema, pois foi realizada uma oficina com os pescadores artesanais, outra com os agricultores familiares, a terceira com os empreendimentos ligados ao turismo de base comunitária e a quarta oficina foi dirigida aos protagonistas das atividades culturais e não agrícolas. Entretanto, foi facultado aos beneficiários do Projeto DTS - IC que participassem de tantas Oficinas quantas correspondessem as atividades de cada participante, pois a multifuncionalidade é recorrente na Agricultura Familiar (Schneider e Gazolla, 2011; Schneider, 2009; Schneider, 2003).

Imagem 121: Registro do segundo momento da Oficina Participativa de Identidades Culturais do Projeto DTS - IC / Pesca artesanal.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

Imagem 122: Registro do terceiro momento da Oficina Participativa de Identidades Culturais do Projeto DTS - IC / Pesca artesanal.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

Imagem 123: Registro do quinto momento da Oficina Participativa de Identidades Culturais do Projeto DTS - IC / Pesca artesanal.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

Conforme se pode inferir, a “Carta de Identidades Culturais” foi uma ferramenta potente para acessar o universo simbólico e cultural dos pescadores artesanais do território LCS, bem como oportunizou um diálogo entre os beneficiários dos Projeto DTS - IC no sentido de eles afirmarem como querem ser identificados e como eles se identificam culturalmente, por autodeclaração. Assim, a primeira edição possibilitou uma aproximação da equipe de trabalhos

do Projeto DTS - IC com a cultura do território LCS. Entretanto, entendíamos à época que “identidade cultural” é algo mais etéreo e anterior à noção de “recursos específicos” e que este último era, evidentemente, um estágio precedente aos “ativos específicos” de um território qualquer (Simões *et al.*, 2012, p. 122 / 123).

O 2º LABTER

O 2º LABTER (Laboratório Territorial) ocorreu entre 21 e 23 de novembro de 2010, no município de Bombinhas (no Litoral Centro Norte do Projeto DTS - IC), com abrangência internacional. O tema “[...] do evento foi ‘Territórios em construção: gestão territorial, estratégias e políticas de DTS - IC’ e contou com a presença de 75 participantes” (Pinheiro *et al.*, 2014, p. 29). Entre os presentes estavam líderes comunitários dedicados à pesca artesanal, à agricultura familiar, artistas populares e promotores de atividades culturais e empreendedores do turismo de base comunitária, além de agentes das prefeituras municipais contempladas pelo Projeto DTS - IC e várias instituições nacionais e internacionais. Entre outras atividades previstas no programa do 2º LABTER, constavam:

[...] mesa redonda sobre o tema “negociação, conflitos e avanços de processos de governança territorial”, apresentações de experiências do Brasil, Chile, Peru, Argentina e Bolívia sobre estratégias de ação para a gestão territorial, seguidas de debates. Visitas nas localidades indicadas na primeira Carta de Identidades Territoriais, organizadas como “embriões” de roteiros turísticos de base cultural e comunitária [...]. O evento finalizou com reflexões em grupos, incluindo lideranças, pesquisadores, extensionistas de diferentes entidades, oriundas de diversas regiões e países sobre aprendizados, avanços, desafios e perspectivas para promoção do DTS - IC em Santa Catarina, culminando numa síntese dos resultados e os respectivos encaminhamentos (Pinheiro *et al.*, 2014, p. 30 / 31).

Quanto aos encaminhamentos,

As reflexões realizadas durante o evento através de trabalhos de grupo culminou numa lista de recomendações, sendo elas: a) reforçar os processos de interação local; b) avançar nas investigações (pesquisa-ação, diagnósticos e pesquisas participativas); c) desenvolver capacidades (aprendizagem com base no saber local e na construção social do conhecimento); d) dinamizar as ações territoriais (elaboração de planos de negócios apoiados institucionalmente, metodologicamente e financeiramente através de projetos de resposta técnica); e) estimular novas parcerias com as iniciativas já existentes nos territórios (*idem*, p. XX).

Além disso,

Através das visitas promovidas durante o evento e dos trabalhos foi possível constatar que Santa Catarina possui um potencial para o empreendimento de experiências de DTS, como ocorre em localidades da França, Itália, Espanha, Portugal, Chile, Peru, Argentina, Bolívia apenas para exemplificar os casos apresentados (*idem*, p. XX).

Por fim, concluiu-se que

Os resultados exitosos deste LABTER foram fundamentais para a escolha do território LCN como sede do [...] “Encontro Intercontinental de Desenvolvimento Territorial Sustentável”, realizado em novembro de 2011 [...]. Outras sugestões incluem a realização da “Rota de Aprendizagem Transcontinental” (Tramo Latino), que circulará pelo Peru e Chile (organizada [pelo projeto] DTR - IC / RIMISP, PROCASUR e outros parceiros), um Laboratório com ênfase no enfoque empresarial de desenvolvimento territorial sustentável na Itália (organizado por INEA e parceiros), laboratórios territoriais e oficinas metodológicas entre os países envolvidos na rede inter-territorial DTR - IC (sobretudo do Peru, Chile e Brasil) e uma Plataforma na internet para promover a interação e troca de experiências entre os atores sociais e as entidades envolvidas com projetos e iniciativas de valorização das diversidades bioculturais e Desenvolvimento Territorial Sustentável na América Latina, Europa e Norte da África (*idem*, p. XX).

Como se pode deduzir, o 2º LABTER ampliou a rede de parcerias institucionais do Projeto DTS - IC, tanto quanto aproximou os beneficiários e pesquisadores do Projeto de beneficiários e pesquisadores de projetos equivalentes em outros países. Nesse sentido, o 1º e o 2º LABTER foram espaços privilegiados para troca de experiência, formulação de hipóteses de pesquisa e intercâmbio cultural e científico. O 2º LABTER também serviu de laboratório para testar roteiros de visita em espaços apontados nas Cartas de Identidades Culturais dos territórios-piloto LCS e LCN (Pinheiro *et al.*, 2014).

O lançamento da versão impressa da Carta de Identidades Culturais do LCS

A Carta de Identidades Culturais do LCS passou por diversos filtros de revisão, os quais checaram as questões relativas às instituições que assinaram a Carta, os créditos das fotografias, a redação dos textos e a autorização de pessoas e lugares fotografados. Também houve reuniões de trabalho para os beneficiários do Projeto conhecerem e aprovarem esse produto gráfico, autorizando a sua publicação em versão impressa. Em seguida, ficou acordado que a primeira edição das Cartas de Identidades Culturais dos territórios LCS e LCN seriam oficialmente lançadas durante o “Encontro Intercontinental de Desenvolvimento Territorial

Sustentável com Identidade Cultural: Atores e processos para fortalecer e ampliar as experiências locais”, realizado em Balneário Camboriú entre 21 e 24 de novembro de 2011.

O evento contou com participantes de treze países oriundos da América Latina, Europa e África, além de participantes vindos de estados brasileiros. Em Pinheiro *et al.* (2014) consta o seguinte:

[...] com relação às experiências brasileiras, especificamente os potenciais embriões desenvolvidos pelo Projeto DTS - IC da zona costeira de Santa Catarina, foram organizados cinco roteiros territoriais, apresentados aos participantes, evidenciando os talentos, experiências e oportunidades de desenvolvimento territorial através da valorização da diversidade étnica, ambiental e sociocultural (p. XX).

Segundo os autores, o evento foi bem avaliado e “[...] revelou a necessidade de desenvolver ações para potencializar as identidades culturais e promover, a partir delas, oportunidades de trabalho, emprego e geração de renda” (p. 32).

Imagem 124: Prospecto do Encontro Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural: Atores e processos para fortalecer e ampliar as experiências locais.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

Imagem 125: Programação do dia do lançamento das Cartas de Identidades Culturais dos territórios LCS e Litoral CSN / Projeto DTS - IC.

ENCONTRO INTERCONTINENTAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL
 ATORES E PROCESSOS IMPLICADOS PARA AMPLIAR E PORTALIZAR AS EXPERIÊNCIAS LOCAIS

Segunda-feira 21 e Terça-feira 22 de Novembro

PROGRAMAÇÃO

Segunda-feira, 21 de Novembro
ABERTURA OFICIAL
 17:00 - 18:00 Inscrições

18:00 Abertura do Encontro

- Fala de autoridades políticas, patrocinadores e apoiadores do Encontro
- Lançamento das Cartas de Identidades Culturais do Litoral Centro Norte (LCN) e Litoral Centro Sul (LCS) de Santa Catarina
- Divulgação de livros e materiais sobre a temática do evento
- Inauguração da "Feira dos Territórios"
- Apresentações culturais

Coquetel (a partir das 20h)

Terça-feira, 22 de Novembro
 7:00 - 8:00 Inscrições

8:00 - 10:00 Plenária I
MESA DE ABERTURA (8:00-8:15)

- De Roma (2010) a Bolonha (2011): continuidade e perspectivas das relações Europa-América Latina, Franco Martini - RUIA, Itália
- A oportunidade e importância do DTS para o SC Rural, Ademir Casparini - Secretária Executiva SC Rural, Brasil
- Apresentação do dinâmica do evento, Jorge Mulburg - Epagri, Brasil

MESA REDONDA (8:15-10:00)
Visão e realidade do DTS: contextos, desafios atuais e políticas recentes

- Visão da Europa, Petri Rinne - European LEADER Association for Rural Development (ELARD), Finlândia
- Visão de América Latina, Claudia Paruboldo - DTR-IC/Unesp
- Visão do Brasil/Santa Catarina, Ademir Casella - Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil

Debate - Moderadora: Elena Saraceno, E-IRD Senior Expert, Itália

10:00 - 10:30 Pausa Café

10:30 - 12:30 Plenária II
Experiências Territoriais: Aprendizagens das iniciativas de DTS e reflexões para fortalecimento e ampliação das experiências

- Experiência europeia: O caso do Delta do Po, Angela Nazzariolo - Grupo de Ação Local (GAL) Delta 2000, Itália
- Experiência latinoamericana: Chile: Desde la agroecología al desarrollo territorial con identidad cultural, Carlos Venegas - Centro de Educación e Tecnología (CET) Chile/Instituto de Sistemas Ingenieros del Patrimonio Agrícola Mundial (SIIPAM), Chile
- Experiência brasileira: Governança colegiada para o fortalecimento do desenvolvimento territorial, Ubiramar Lago de Souza - Rede Nacional de Colegiados Territoriais (RNCT)/Centro Agroecológico do Litoral Norte (CEALNOR), Brasil

Debate - Moderador: Guillén Calvo, Diversidade e Desenvolvimento, Piémontes

(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

Além de ter cobertura jornalística regional e internacional, o evento proporcionou espaços privilegiados de troca de experiências práticas e de proposição de novas ações e parcerias.

Imagem 126: Cobertura jornalística de abrangência internacional.

Una Plataforma para el impulso de un desarrollo territorial con identidad cultural • Sofia Törrey

EQUITERRA

Santa Catarina:
Un escenario propicio para escalar experiencias

Las experiencias llevadas a cabo en el litoral de Santa Catarina (Brasil) en el marco del proyecto "Desarrollo Territorial Sustentable con Identidad Cultural (DTS-IC)", que reúnen varias características en la línea de lo que promueve la Plataforma DTR-IC, convirtieron a esta zona en un escenario propicio para realizar allí el Foro Intercontinental de Desarrollo Territorial Sustentable. Este tuvo lugar entre el 21 y 24 de noviembre de 2011, donde los más de 200 participantes no solo intercambiaron ideas y experiencias, sino que también conocieron en terreno las iniciativas catarinenses.

En el litoral del estado brasileño de Santa Catarina se han mezclado, a lo largo de siglos, culturas como la azteca, portuguesa, africana, indígena, alemana e italiana, dando origen a una serie de rasgos y manifestaciones originales en el ámbito de la pesca artesanal, la agricultura familiar, el turismo alternativo y actividades culturales no agrícolas, entre otras. Con el fin de valorizar la singularidad de esta zona y convertirla en fuente de oportunidades para el desarrollo local, se inició en octubre de 2008 el proyecto "Desarrollo Territorial Sustentable".

34

(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

Imagem 127: Cobertura jornalística de abrangência estadual.

CONJUNTURA

Oportunidades e perspectivas do Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural (DTS-IC) em Santa Catarina

Sergio L. G. Pinheiro¹, Claudia Ranaboldo², Annibale Ferrini³, Franco Mantino⁴, Mauro De Bonis A. Simões⁵, Claire Cerdan⁶, Jorge Luiz Malburg⁷, Luiz Marcos Bora⁸, Renato Bez Fontana⁹ e Carolina Porras¹⁰

Processos de desenvolvimento não devem limitar-se a fazer "mais do mesmo" e "com os mesmos". Em muitos casos, o caminho da diferenciação, da qualificação e do "enriquecimento" dos produtos e serviços com o território, suas comunidades e culturas oferece mais perspectivas de competitividade, emprego e renda do que o tradicional processo de crescimento econômico baseado no aumento de escala de produtos padronizados (commodities), sem identidade cultural e territorial.

Essa foi uma das principais constatações do Fórum Intercontinental de Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural: atores e processos para fortalecer e ampliar as experiências locais, realizado em Balneário Camboriú (sede do evento) e nos municípios de Itapema, Bombinhas, Porto Belo, Paulo Lopes, Garopaba e Imbituba, entre 21 e 24 de novembro de 2011.

O Fórum, que reuniu mais de 200 participantes de 13 países da América Latina, Europa e África, e de diferentes estados do Brasil, mostrou como a abordagem de Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural (DTS-IC) está estimulando alternativas inovadoras de desenvolvimento para comunidades tradicionais de regiões como a Toscana e Emília Romagna

(Itália), Chile (Chile) e o Vale do Colca (Peru), entre outras. Atualmente, esses territórios representam alguns dos principais destinos turísticos do mundo e são internacionalmente reconhecidos como bons exemplos de desenvolvimento sustentável com efetiva inclusão social, valorização cultural e respeito ambiental.

Nessa perspectiva foram organizados cinco roteiros territoriais em Santa Catarina (SC), potenciais embriões de uma dinâmica de turismo baseada nas identidades socioculturais de seus territórios. Nas visitas, participantes estrangeiros, junto com autoridades, lideranças comunitárias, empresários e técnicos brasileiros, constataram que o estado de Santa Catarina (ainda) tem tantas riquezas socioculturais e ambientais quanto (ou mais que) tinham algumas regiões europeias que, décadas atrás, optaram pelo caminho da diferenciação e da qualificação de seus produtos e serviços com sua Identidade Territorial. Os locais e experiências visitados nos roteiros estão detalhados na Tabela 1.

Os roteiros evidenciaram o grande potencial de talentos, experiências e oportu-

nidades de desenvolvimento territorial em SC, que se destaca por sua diversidade étnica, ambiental e sociocultural. Com o auxílio de painéis de aprendizagem, os participantes puderam conhecer e debater propostas para reforçar e ampliar as iniciativas de DTS-IC nesses cinco territórios catarinenses.

Conforme um dos organizadores do Fórum (pelo Rimisp/projeto DTS-IC e pelo INEA) que participou do roteiro no litoral centro-sul, o italiano Annibale Ferrini, "já vim a Santa Catarina outras vezes, mas desta vez tive a oportunidade de conhecer mais de perto e ver das comunidades tradicionais, assim como escutar dessas pessoas histórias tão interessantes, do tipo que pensávamos



(Fonte: <<http://publicacoes.epagri.sc.gov.br/RAC/article/view/775/659>>, acessado em fevereiro 2021).

Entre outros benefícios, o “Encontro Intercontinental de Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural: Atores e processos para fortalecer e ampliar as experiências locais” produziu as seguintes recomendações à continuidade do Projeto DTS - IC:

- a) que as instituições governamentais, universidades, institutos nacionais e internacionais de desenvolvimento, sociedade civil e iniciativa privada devem consolidar políticas e diretrizes voltadas para o DTS através de um processo de cooperação em rede; b) que são necessárias medidas de fomento às associações e iniciativas territoriais integradas; c) que é preciso maior estímulo à formação dos atores envolvidos nos processos de DTS - incluindo aí as lideranças territoriais, jovens e mulheres - e as instituições; d) que a busca de convergência aos espaços de diálogo inter setoriais e inter territoriais são importantes para o marco da plataforma intercontinental. Por parte do RIMISP, foi apontado interesse de colaborar sobretudo em três linhas específicas: 1ª) no fortalecimento da plataforma intercontinental público-privada; 2ª) na expansão de capacidades; e 3ª) no fortalecimento de um tecido empresarial territorial inovador (Pinheiro *et al.*, 2014, p. 36).

Todavia, após o término desse fórum internacional, enquanto as Pesquisas e as Ações Territoriais seguiam com suas atividades, o Projeto DTS - IC empreendeu um outro evento, o qual aprofundou questões importantes.

O VI Congresso Internacional de Sistemas Agroalimentares Localizados - Os SIAL face às oportunidades e desafios do novo contexto global

O “VI Congresso Internacional de Sistemas Agroalimentares Localizados - Os SIAL face às oportunidades e desafios do novo contexto global” foi realizado entre os dias 21 e 25 de maio de 2013, em Florianópolis. Segundo Vieira e Cerdan (2013, p. 1), o evento foi organizado por eles, representando a pareceria das entidades NMD / UFSC e CIRAD. Em razão da relevância teórica e prática dos temas focalizados no evento, a Revista INTERThesis – publicada pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas / CFH / UFSC – dedicou a de julho a dezembro de 2013¹⁴² à publicação dos seus resultados.

Os organizadores do evento justificaram a necessidade de aprofundar e debater esse tema do seguinte modo:

Como salienta Bernard Pecqueur, o espaço-território se diferencia do espaço-lugar pela sua “construção” a partir do dinamismo criador dos indivíduos que nele habitam. Neste sentido, a noção de território passa a ser utilizada para designar um processo endógeno de criação coletiva e institucional. Ela evidencia o potencial contido em relações não exclusivamente mercantis, tendo em vista a cobertura das necessidades básicas (materiais e intangíveis) das comunidades locais. Além disso, essa noção não deveria ser identificada a uma dada escala geográfica de coordenação entre atores. Ela diz respeito à consideração de uma dimensão que se situa entre o indivíduo e os sistemas produtivos nacionais, em termos de um tipo peculiar e altamente inovador de auto-organização cooperativa de atores sociais no nível local (Vieira e Cerdan, 2013, p. 2).

Continuando a justificativa, os autores acrescentam que:

Neste sentido, eles se mostram sensíveis à adoção de novas formas de valorização produtiva dos assim chamados recursos territoriais em seus territórios. No rol desses processos marcados pela intencionalidade dos atores locais estão incluídas, entre outras dimensões, a criação de novas formas de reciprocidade econômica, nutridas pela formação de um tecido social especialmente coesivo e cooperativo; a estruturação de sistemas produtivos locais em zonas rurais, integrados em redes de pequenas e médias empresas, que transcendem a esfera das relações puramente mercantis e desvelam novos tipos de atividade não agrícola no meio rural; e a pesquisa de novos arranjos institucionais autenticamente descentralizados, voltados para a maturação progressiva de sistemas de governança territorial (*idem*).

No entanto, prosseguem os autores,

¹⁴² Para saber mais, ver <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/31671/25909>>, acessado em fevereiro de 2021.

[...] a relevância e o indiscutível potencial heurístico contido nessas análises têm deixado geralmente descoberto, ou colocado em segundo plano, uma avaliação rigorosa das coações, das oportunidades e dos impasses associados às evidências de uma crise socioecológica historicamente inédita e de escopo planetário. As referências ocasionais à síndrome de degradação intensiva dos sistemas de suporte da vida na biosfera continuam mobilizando – via de regra – interpretações reducionistas do potencial contido no conceito de desenvolvimento sustentável – entendido como um objetivo a ser alcançado em escala mundial. Dessa forma, vêm se tornando cada vez mais evidentes os riscos de desvio economicista e tecnocrático no manejo das relações entre o enfoque territorial de desenvolvimento e a busca de enfrentamento consequente das causas estruturais da crise socioecológica. Em outras palavras, a força de inércia da ideologia economicista pode chegar a comprometer seriamente a consistência das iniciativas em curso – ainda muito embrionárias – de promoção do enfoque híbrido de desenvolvimento territorial sustentável (Vieira e Cerdan, 2013, p. 3).

Esse Congresso reuniu pesquisadores do Brasil e de outras nações interessados em refinar os conceitos teóricos e conhecer experiências práticas, buscando alternativas onde a produção e o consumo de alimentos sejam qualificados. Assim, os Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL) assumiram valores mais avançados que no conceito de Sistema Produtivo Local (Courlet, 2006, p. 49) – SIAL é um Sistema Produtivo Local especializado em alimentos (Requier-Desjardin *et al.*, 2006, p. 117) – e mais ainda que o conceito brasileiro de Arranjo Produtivo Local (Albagli, 2004, p. 25). Mais que isso, os SIAL não se restringiram à produção e ao consumo de alimentos, assimilando, gradativamente, os serviços de turismo de base comunitária e os artesanatos manufaturados nos territórios preocupados com as questões socioambientais (Requier-Desjardins *et al.*, 2006, p. 117), prevendo, inclusive, a possibilidade de abranger produtos com denominação de origem ou indicação geográfica afins como os SIAL. Releva enfatizar, todavia, que o Projeto DTS - IC foi concebido com o germe do SIAL, acautelando a perspectiva de promover seus territórios-piloto como embriões de processos de desenvolvimento territorial com critérios de sustentabilidade (Vieira, 2013, p. 128).

A construção coletiva da Marca Territorial “Costa Catarina”

As Pesquisas, as Ações Territoriais os eventos do Projeto DTS - IC foram essenciais para balizar a construção coletiva da Marca do território LCS, com destaque em especial à primeira edição das Cartas de Identidades Culturais do LCS. Nesse sentido, a Marca Territorial do LCS / Projeto DTA - IC foi elaborada através de uma Oficina de Criatividade para Construção Coletiva da Marca do território LCS, em um salão da EPAGRI de Imbituba, em junho de 2012. Além disso, houve dois outros encontros: um para apresentar a proposta da

Marca Territorial e a outro para apresentar um ajuste gráfico que foi solicitado. Além disso, houve trabalhos técnicos elaborados na Oficina e os encontros.

Em relação à 1ª Oficina de Criatividade, as respectivas atividades foram as seguintes:

Tabela 15: Oficina de Criatividade para construção coletiva da Marca do território LCS

Atividades realizadas	
1ª	Abertura da Oficina e novos informes do Projeto DTS - IC.
2ª	Palestra sobre Marcas: Conceitos, metodologia de projeto e aplicações.
3ª	Proposição de nomes – ou “Namings” (Rodrigues, 2011) – para Marca do território.
4ª	Pausa para café, bolo e bolachas.
5ª	Seleção coletiva dos melhores “Naming” (Rodrigues, 2011), pelos presentes na Oficina.
6ª	Pausa para o almoço.
7ª	Proposição de desenhos para subsidiar a criação do símbolo da Marca do território.
8ª	Pausa para café, bolo e bolachas.
9ª	Seleção coletiva do melhor desenho.
10ª	Encerramento da Oficina.

Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012.

Na 1ª atividade da Oficina, após o coordenador do Projeto DTS - IC dar as boas-vindas aos presentes, houve uma rodada de apresentações, onde cada participante declarou seu nome, sua ocupação profissional e o município onde vivia. Em seguida, o Prof. Sérgio Pinheiro me passou a incumbência de conduzir os trabalhos da Oficina.

Na 2ª atividade da Oficina fiz palestra expondo o processo de construção coletiva da Marca Territorial “São Bonifácio” e da Marca Territorial “Arte Imbé”. Depois franqueei espaço para perguntas e esclarecimento sobre esses casos.

Coube a 3ª atividade à proposição de “nomes” – ou “namings” (Rodrigues, 2011) – para a Marca do território LCS. Importa destacar que os participantes da Oficina eram beneficiários do Projeto DTS - IC, tais como: pescadores artesanais, agricultores familiares, empreendedores do turismo rural de base comunitária e promotores de festas comunitárias, além de ambientalistas atuantes no território, agentes municipais e estaduais de desenvolvimento, pesquisadores e extensionistas da EPAGRI e acadêmicos da UDESC e da UFSC. Essa atividade consumiu uma hora e meia, quando os presentes propuseram livremente possíveis “namings” para a Marca, conforme as regras básicas da técnica de exploração do processo criativo “Brainstorming clássico” (Bonfim, 1995, p. 27), porém adaptado para um grupo bem ampliado. Nessa atividade contei com uma pequena equipe técnica, formada com

os universitários do Curso de Design Gráfico da UDESC Nathan Luchina e Ismael Paul, os quais atuaram em todo processo de elaboração da Marca do território sob a minha coordenação.

Imagem 128: Proposição de “namings” para Marca do território LCS.



(Foto: Ismael Paul, 2012).

Cada alternativa de “naming” proposta pelos presentes foi anotada em painéis fixados na parede, para que todos pudessem ver todas as alternativas anotadas em todos os momentos, favorecendo “pegar caronas” nas ideias propostas pelos demais – conforme preconiza uma das regras básicas do “Brainstorm clássico” (Bonfim, 1995, p. 27) – para se gerar novas variações ou novas alternativas.

Imagem 128: Proposição de “Namings” para Marca do território LCS.



(Foto: Nathan Luchina, 2012).

Conforme consta na Tabela acima, a 4ª atividade da Oficina foi uma estratégica pausa de meia hora para café, bolos e bolachas, na qual houve animadas conversas sobre as alternativas propostas na 3ª atividade.

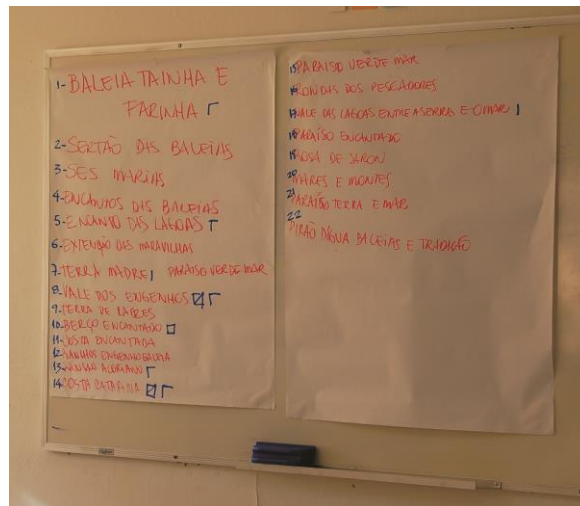
Quanto à 5ª atividade da Oficina de Criatividade, os presentes tiveram meia-hora para escolher o “naming” que julgaram ser mais adequado para a Marca do Território. Ao final desse prazo cada um declarou em voz alta a sua escolha, as quais foram anotadas em num novo painel.

Imagem 130: As alternativas escolhidas.



(Foto: Ismael Paul, 2012).

Imagem 131: Resultado parcial da seleção do “naming”.



(Foto: Ismael Paul, 2012).

Como esse processo de seleção do “naming” para Marca Territorial terminou empatado, as duas opções mais apontadas – “Vale dos Engenheiros” e “Costa Catarina” –, foram submetidas a uma nova votação pelos presentes, a qual foi precedida de um animado debate entre os beneficiários do Projeto DTS - IC sobre os predicados de cada uma das duas opções. Após meia-hora de debates houve a nova votação e o resultadosagrou o termo “Costa Catarina”. Acordamos, então, que “Costa Catarina” seria submetido a “busca” no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) para sabermos se o “naming” escolhido era passível de registro. Caso houvesse impedimento pelo INPI, utilizaríamos o segundo “naming” mais votado: “Vale dos Engenheiros”.

A 6ª atividade foi um almoço oferecido pelo Projeto DTS - IC aos presentes na Oficina, onde foi possível observar o efeito bastante positivo que a escolha do “naming” da Marca do território provocou em todos.

Na 7ª sétima atividade da Oficina procedemos a um concurso de desenhos para captar o universo simbólico dos beneficiários do Projeto DTS - IC e isto subsidiar o projeto de Design Gráfico do símbolo da Marca territorial, pois que esta seria uma “Marca Mista”. Isto quer dizer que a Marca do território LCS seria composta de um “símbolo” e um “logotipo”, conforme

definição de tipos de marcas parametrizadas juridicamente pelo INPI¹⁴³. Para tanto, os presentes tinham muitas folhas de papel em formato A4, lápis de grafite e lápis coloridos à sua disposição. Era permitido fazer quantas propostas os presentes quisessem, bem como era possível “pegar carona” nas ideias dos demais.

Imagem 132: Proposição de desenhos para subsidiar a elaboração do símbolo da Marca do território LCS.



(Foto: Nathan Luchina, 2012).

Conforme cada um dos presentes terminava um desenho, esse era fixado na parede e recebiam um número. Esse procedimento favorecia ao processo de “pegar carona” do “Brainstorm clássico” (Bonfim, 1995, p. 26), pois que “quantidade precede qualidade” (*idem*) no processo de exploração do processo criativo em Design Gráfico (*idem*).

Imagem 133: Desenhos para subsidiar a “Co-criação” (Pralhad & Ramaswamy, 2014, p. 5) do símbolo da Marca.



(Foto: Ismael Paul, 2012).

¹⁴³ Ver <www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/marcas/marca-2013-mais-informacoes>, acessado em fevereiro de 2021.

Na imagem acima é possível verificar os desenhos fixados na parede, os quais ficaram expostos durante a 8ª atividade da Oficina: uma estratégica pausa de meia-hora com o pretexto dos presentes tomarem café, comerem bolo e bolachas, enquanto conversavam alegres sobre os desenhos recém-elaborados por eles mesmos.

Na sequência, houve a 9ª atividade da Oficina, objetivando selecionar coletivamente o desenho mais adequado para subsidiar o símbolo da Marca do território. Vale enfatizar que utilizamos um sistema de cartões coloridos para essa seleção, de modo que cada um dos presentes recebeu um cartão azul, um cartão amarelo e um cartão branco. O cartão azul valia três pontos, o amarelo dois pontos e o branco, um ponto. Esse procedimento transcorreu ao longo de uma hora e nesse período os presentes podiam alterar as suas escolhas.

Imagem 134: Processo de seleção do desenho para subsidiar a criação do símbolo para Marca do território LCS.



(Fonte: Ismael Paul, 2012).

Como se pode inferir da Imagem acima, houve muita interação entre os presentes, os quais estavam imbuídos de sentimento de pertencimento ao território, independentemente dos credos de cada um, das opções político-partidárias ou do grau de escolaridade. Essas barreiras foram superadas, em função do estímulo aporado pela abordagem transdisciplinar do Projeto DTS - IC (Vieira, 2006, p. 101), mesmo se tratando de uma experiência criativa com um grupo bem ampliado de participantes (Pereira, 2016, p. 118).

Imagem 135: Processo de seleção do desenho para subsidiar a criação do símbolo para Marca do território LCS.



(Foto: Ismael Paul, 2012).

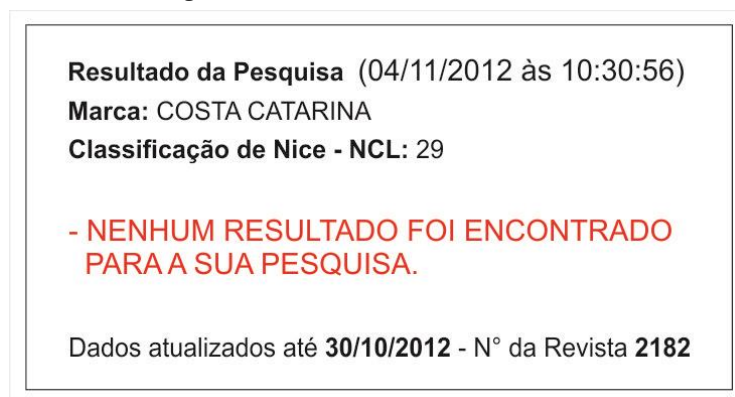
A 9ª atividade da Oficina de Criatividade elegeu coletivamente o desenho número 14 com 47 votos. Esse processo de votação demandou meia-hora de animados debates e refinamentos sobre o que os presentes queriam exprimir através da Marca do LCS.

Por fim, na 10ª e última atividade da “Oficina de Criatividade para construção coletiva da Marca do território LCS” (Pinheiro *et al.*, 2014, p. 66; Simões *et al.*, 2014, p. 79) o Prof. Sergio Pinheiro promoveu uma rodada para os presentes avaliassem a Oficina, sendo bem avaliada por todos. Em seguida o Prof. Sergio Pinheiro acordou com os presentes que nos próximos meses a minha pequena equipe técnica apresentaria a proposta gráfica da Marca do Território LCS. Em seguida ele agradeceu a presença e a colaboração de todos e deu por encerrada a Oficina de Oficina.

A Marca Territorial “Costa Catarina”

A primeira providência após a Oficina de Criatividade foi efetuar “busca” no INPI para saber se o termo “Costa Catarina” era passível de registro.

Imagem 136: Resultado da “busca” no INPI.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

As “buscas” no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)¹⁴⁴ – órgão federal onde são registradas as marcas e patentes no Brasil –, estão categorizadas por “Classes” as quais foram estabelecidas pelo protocolo denominado “Classificação Internacional de Nice (NCL)”¹⁴⁵. Assim, as “buscas” no INPI para o termo “Costa Catarina” foram feitas nas seguintes Classes:

Tabela 16: Descrição das Classes pesquisadas no INPI

Classe	Relação de produtos ou serviços contemplados na Classe
29	Carne, peixe, aves e caças; Extratos de carnes; Frutas, legumes e verduras em conserva, secos e cozidos; Geleias, doces e compotas; Ovos; Leite e laticínio; Óleos e gorduras comestíveis.
30	Café, chá, cacau, açúcar, arroz, tapioca, sagu, sucedâneos de café; Farinhas e preparações feitas de cereais, pão, massas e confeitos, sorvetes; Mel, xarope de melaço; Lêvedo; Fermento em pó; Sal; Mostarda; Vinagre; Molhos (condimentos); Especiarias; Gelo.
31	Produtos agrícolas, hortícolas, florestais e grãos não incluídos em outras Classes; Animais vivos; Frutas, legumes e verduras frescas; Sementes, plantas e flores naturais; Alimentos para animais; Malte.
32	Bebidas alcoólicas (exceto cervejas).
35	Propaganda; Gestão de negócios; Administração de negócios; Funções de escritório.
41	Educação; Provimento de treinamento; Entretenimento; Atividades desportivas e culturais.
43	Serviços médicos; Serviços veterinários; Serviços de higiene e beleza para seres humanos ou animais; Serviços de agricultura, de horticultura e de silvicultura.

Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012.

¹⁴⁴ Ver <www.gov.br/inpi/pt-br/central-de-conteudo/identidade-institucional>, acessado em março de 2021.

¹⁴⁵ Ver <www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/marcas/classificacao-marcas/classificacao>, acessado em março de 2021.

Como todas as Classes acima estavam passíveis de registro, a Marca do território foi elaborada assumindo o “naming” (Rodrigues, 2011) “Costa Catarina”. Nesse sentido, o desenho eleito na Oficina de Criatividade para subsidiar a criação da Marca foi elaborado tecnicamente até se configurar no símbolo da Marca Territorial “Costa Catarina”.

Imagem 137: Desenho eleito na Oficina de Criatividade.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

Em seguida, o primeiro passo foi compreender o desenho, decodificando os signos.

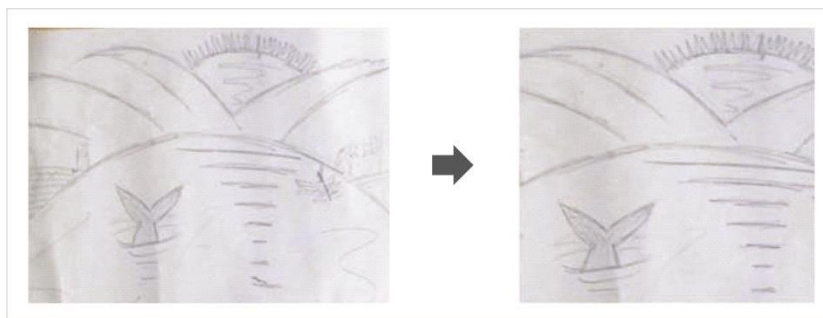
Imagem 138: Decodificação dos signos do desenho.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

O passo seguinte foi enfatizar os signos mais presentes do desenho decodificado. Para tanto, adotamos o critério de restrição de “recursos específicos” (Benko e Pecqueur, 2001, p. 45) com menor importância e presença no desenho. Assim, ainda que os ranchos de pesca e as roças estivessem apontados na Carta de Identidades Culturais do território, as baleias e as montanhas próximas do mar prevaleceram.

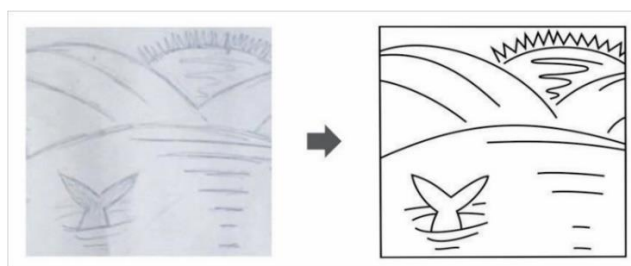
Imagem 139: Enfatizando os “recursos específicos” mais presentes no desenho.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

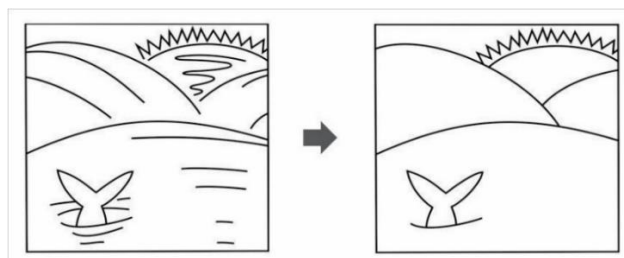
O passo seguinte corresponde a uma série de estágios de vetorização da imagem resultante da operação gráfica acima.

Imagem 140: 1º estágio da vetorização do desenho eleito.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

Imagem 141: 2º estágio de vetorização do desenho eleito.

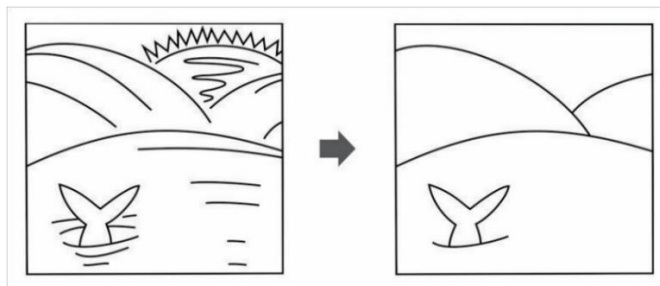


(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

A partir do 2º estágio de vetorização também iniciamos o processo de síntese gráfica, na qual agregamos significados demandados pelos beneficiários do Projeto DTS - IC. Na Imagem 131, por exemplo, suprimimos o sol, pois o território Costa Catarina não queria mais ser reconhecido apenas como um território destinado ao turismo de massa e de praia no verão.

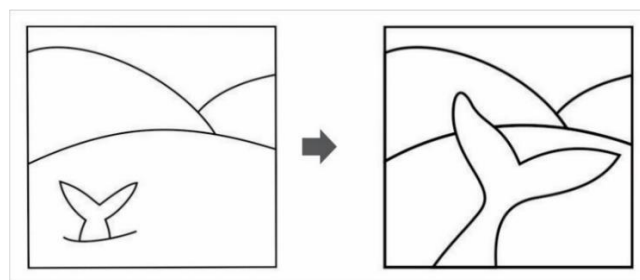
Ou seja: o território decidiu que queria ser atraente em todas as estações do ano, destinado ao “turismo cultural de base comunitária” (Barthollo *et al.*, 2009; Fabrino *et al.*, 2016, p. 172).

Imagem 142: 3º estágio de vetorização e 1º estágio da síntese gráfica.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

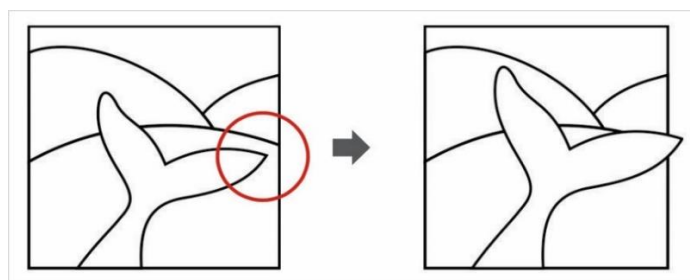
Imagem 143: 2º estágio da síntese gráfica.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

Na Imagem acima a o signo que remete à baleia Franca-austral foi potencializado visualmente, por se tratar do “recurso específico” (Benko e Pecqueur, 2001, p. 45) mais destacado da APA da Baleia Franca, a qual tem sede no território Costa Catarina. Assim, o rabo da baleia foi ampliado, simulando um dos instantes mais aguardados por observadores desses cetáceos ao visitarem o território.

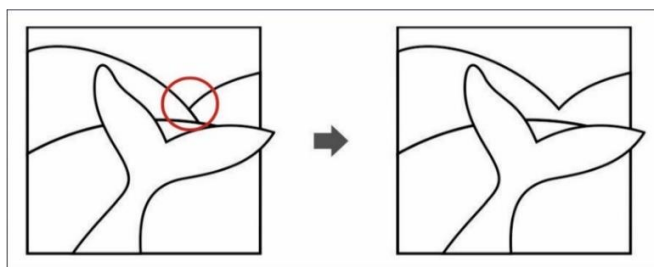
Imagem 144: 3º estágio da síntese gráfica.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

Na sequência, eliminados alguns traços que eram dispensáveis, tal se observa abaixo.

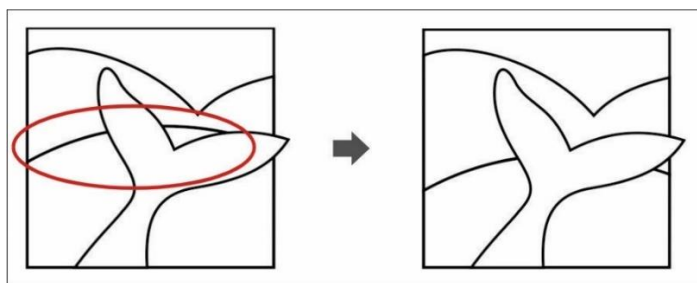
Imagem 145: 4º estágio da síntese gráfica.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

A operação gráfica seguinte deslocou a linha da orla, tornando a mensagem visual da Marca mais pregnante, ou seja: mais fácil de ser memorizável.

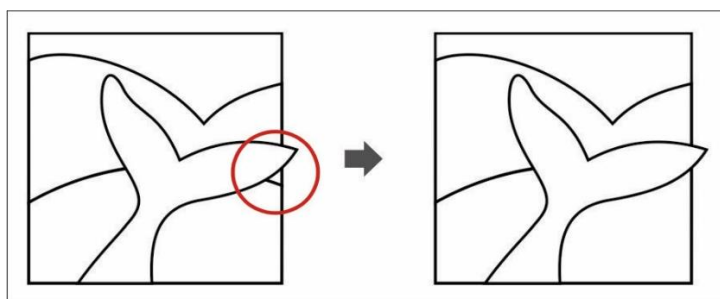
Imagem 146: 5º estágio da síntese gráfica.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

O 6º estágio da síntese gráfica também eliminou mais um traço, conforme a Imagem abaixo.

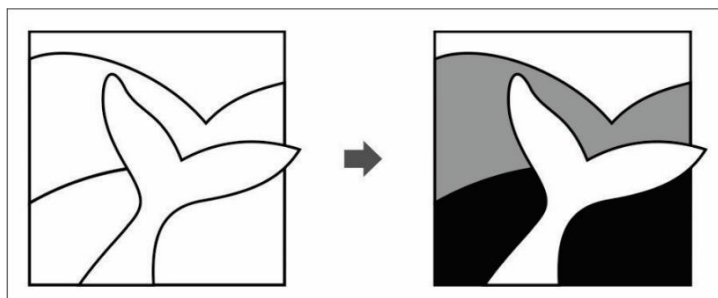
Imagem 147: 6º estágio da síntese gráfica.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

Prosseguindo, no 7º estágio da síntese gráfica passamos a usar cor para demarcar os signos da Marca e harmonizar o “peso” visual de cada um deles.

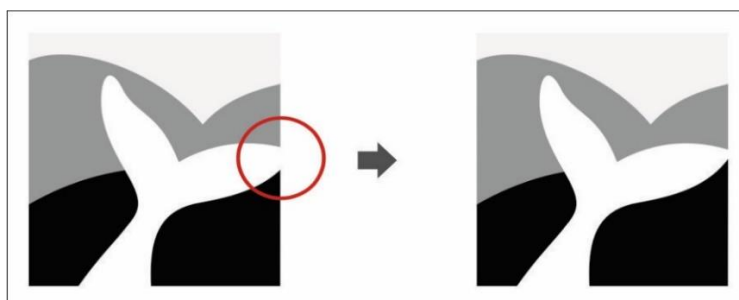
Imagem 148: 7º estágio da síntese gráfica.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

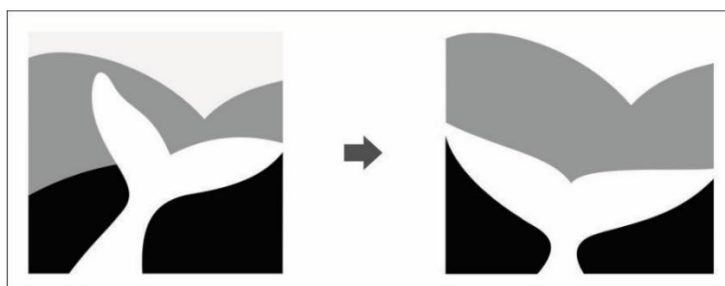
No 8º estágio da síntese gráfica da Marca eliminamos as linhas de contorno, para obter suavidade. Já no estágio 9º – ver Imagem 139 –, estilizamos o rabo da baleia com base em fotos da espécie Franca austral, enfatizando ainda mais a baleia protegida no território. Essa operação ensejou o reequacionamento e novo redimensionamento dos signos da Marca.

Imagem 149: 8º estágio da síntese gráfica.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

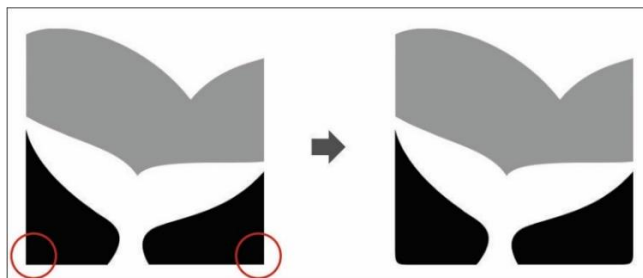
Imagem 150: 9º estágio da síntese gráfica.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

Na operação posterior, suavizamos os contornos inferiores da mancha gráfica da Marca.

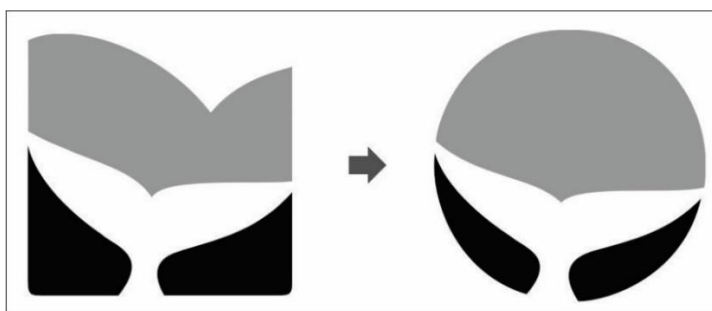
Imagem 151: 10º estágio da síntese gráfica.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

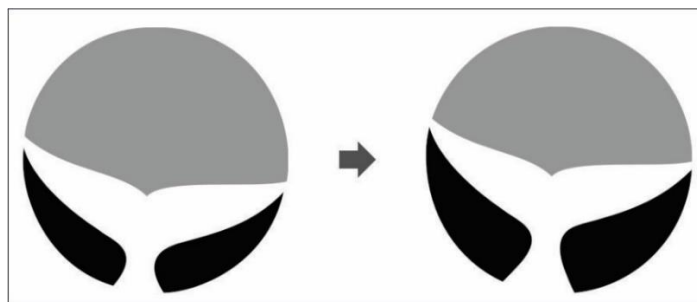
A hipótese de suavizar os contornos superiores da mancha gráfica da Marca gerou a possibilidade de radicalizar a operação de alterar a forma do símbolo. Assim, substituímos a forma que tendia ao quadrangular pela forma circular, em razão dessa última distribuir equitativamente suas tensões internas, á que a forma quadrangular concentra todas as tensões de sua forma apenas em seus quatro cantos.

Imagem 152: 11º estágio da síntese gráfica.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

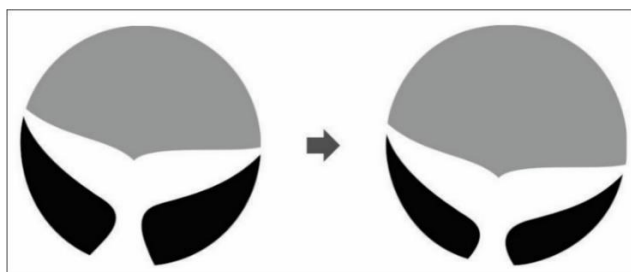
Imagem 153: 12º estágio da síntese gráfica.



Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012.

Observa-se, na Imagem acima, que reposicionamos o signo “rabo da baleia”, para que tivesse maior centralidade no símbolo em construção. No entanto, ao adotarmos a forma circular, o símbolo ficou com um “ruído visual” onde rabo se conecta com o corpo da baleia.

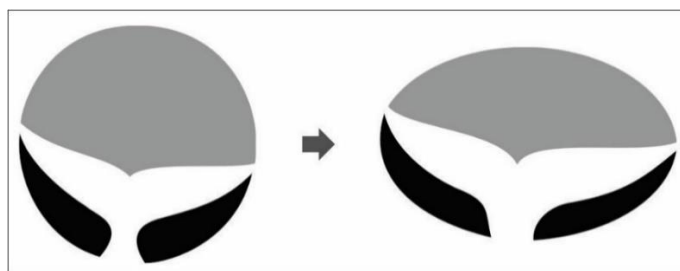
Imagem 154: 13º estágio da síntese gráfica.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

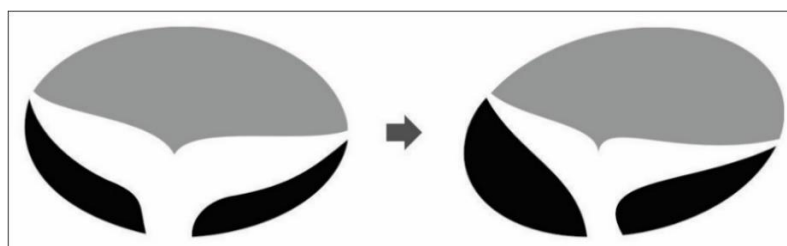
Para resolver o ruído, redesenhamos o símbolo, transformando sua forma circular em uma elipse. A nova forma possui tensão interna quase igual a do círculo, porém com a vantagem de exprimir a sensação de maior dinamismo que a forma circular.

Imagem 155: 14º estágio da síntese gráfica.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

Imagem 156: 15º estágio da síntese gráfica.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

Em seguida inclinamos o símbolo e redesenhamos o signo do rabo da baleia, acentuando a noção de movimento e quebrando a monotonia da simetria que havia no desenho do símbolo elíptico não inclinado. Logo após inserimos o relevo típico do território no símbolo, tal como se vê abaixo.

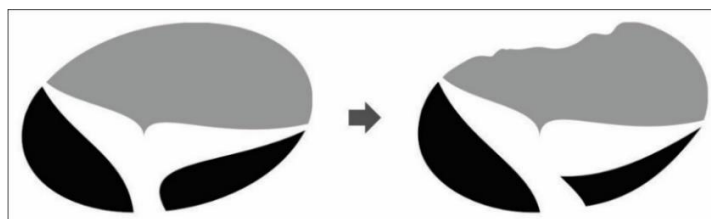
Imagem 157: 16º estágio da síntese gráfica.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

No estágio abaixo, alteramos o lado direito do rabo da baleia, para que o seu contorno sugerisse o formato da folha de um vegetal.

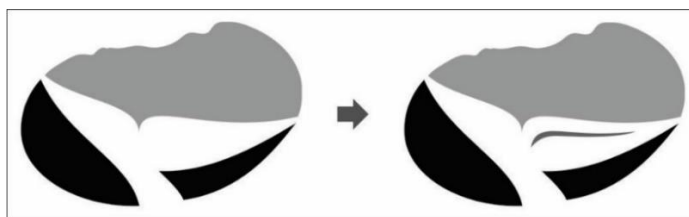
Imagem 158: 17º estágio da síntese gráfica.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

Para completar a evocação ao vegetal, inserimos uma haste longitudinal, caracterizando ainda mais a relação “baleia - mar - montanha – plantas”, conforme a figura que segue.

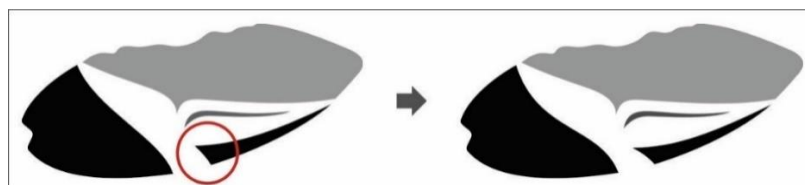
Imagem 148: 18º estágio da síntese gráfica.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

Por fim, encerrando a proposta gráfica do símbolo da Marca, inserimos um signo que a Oficina de Criatividade não indicou, mas que é muito presente e marcante no território Costa Catarina. Sobre isso, releva recordar que o território foi palco de etapas de edições passadas do Campeonato Brasileiro de Surfe e de um Campeonato Mundial de Surfe, além de ser uma prática esportiva recorrente no mesmo, onde os surfistas respeitam a utilização das praias nos períodos de safra da pesca artesanal e vice-e-versa.

Imagem 159: 19º estágio da síntese gráfica.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

Finalizada a proposta gráfica do símbolo, desenhamos caracteres tipográficos inéditos para compor o termo “Costa Catarina”, além de efetuar estudos cromáticos e definir as cores da proposta gráfica da Marca Territorial.

Imagem 160: Proposta gráfica da Marca do território.



Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012.

Além da proposta gráfica da Marca Territorial, foram elaboradas algumas propostas de aplicação gráfica da Marca Territorial, tais como: “tag” para identificação de produtos do território, cadernos técnicos, publicidade, entre outras.

Assim, no dia 6 de dezembro de 2013 foram apresentadas aos beneficiários e às equipes de Pesquisa e de Ações Territoriais do Projeto DTS - IC a proposta da Marca Territorial Costa Catarina, com as respectivas propostas de aplicações gráficas:

Imagem 161: Proposta gráfica da “tag” – frente e verso – para os artesanatos do território Costa Catarina.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

Imagem 162: Simulação de artesanato do território Costa Catarina com “tag” de identificação do produtor.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

Imagem 163: Camiseta promocional – em frente e verso – do território Costa Catarina..



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

Imagem 164: Cadernos técnicos do território Costa Catarina.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

Imagem 165: “Outdoor” para campanha publicitária do território, em rodovias.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

Enfim, as propostas gráficas apresentadas foram bem recebidas. Mas foi solicitado que se fizesse um ajuste gráfico na Marca Territorial, conforme segue na Imagem abaixo:

Imagem 166: Ajuste gráfico da Marca Territorial Costa Catarina.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

Desse modo, a Marca Territorial Costa Catarina oficial consensualmente passou a ser a seguinte:

Imagem 167: Marca Territorial Costa Catarina oficial.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2012).

A Associação de Desenvolvimento Territorial Costa Catarina

Em paralelo ao processo de “Co-criação” (Prahalad & Ramaswamy, 2014, p. 5) e “Co-design” (Torres, 2020, p. 79; Manzini, 2017; Ramaswamy & Ozcan, 2014; Sanders & Stappers, 2008, p. 5; Couto, 2014, p. 85) da Marca do território Costa Catarina, uma outra equipe atuou em outra Ação Territorial importante: “desenhar” coletivamente a entidade dos beneficiários do Projeto DTS - IC que responderia pelas decisões políticas, administrativas, comerciais e financeiras dos pescadores artesanais, dos agricultores familiares, dos pequenos comerciantes, dos artistas populares e dos artesãos, além de outros beneficiários do Projeto DTS - IC e signatários da Associação de Desenvolvimento Territorial Costa Catarina (ADTC) (Pinheiro *et al.*, 2014, p. 71). Assim, foi pactuada, desenhada e institucionalizada em julho de 2013 a ADTC, substituindo o Comitê Territorial. A ADTC tem uma diretoria composta por beneficiário do projeto, uma assembleia geral – em que só participam os beneficiários do Projeto DTS - IC e camaras técnicas – em que pesquisadores e profissionais podem ser convidados para atuar.

Assim,

A associação abrange todas as comunidades tradicionais dos municípios de Imbituba, Garopaba, Paulo Lopes e demais municípios do complexo lagunar Centro Sul - SC, tendo como foco principal gerir a Marca Territorial criada para atender os interesses dos agricultores familiares, pescadores artesanais, artesãos, e também para atender as demais atividades relacionadas ao turismo [de base comunitária] e aos princípios do Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural (Pinheiro *et al.*, 2014, p. 72).

Entre os objetivos firmados no estatuto da ADTC, constam:

- a) conscientizar e promover o fortalecimento dos agricultores familiares, pescadores artesanais, artesãos, e demais membros vinculados ao turismo com identidade territorial e atividades culturais; b) promover projetos e ações

que visem à preservação e conservação, à proteção da identidade física, social e cultural do território, com recursos próprios ou advindos de convênios, parcerias e/ou doações; c) articular atores, entidades, setores e políticas públicas voltadas às identidades socioculturais das populações tradicionais; d) estimular e participar de projetos e ações, que visem o associativismo e cooperativismo; e) estabelecer parcerias e participar de projetos que visem o desenvolvimento do turismo com identidade territorial, como forma de valorização dos bens históricos, sociais, naturais, arqueológicos e culturais do território; f) promover ações que busquem o cumprimento da legislação visando a conservação ambiental e a preservação de seus ecossistemas; g) criar, promover, colaborar, incentivar e executar projetos, ações e campanhas, visando o desenvolvimento de práticas socioambientais, econômicas e dinâmicas organizacionais que interessem ao bem comum da população do território, respeitando os preceitos constitucionais. [...] Cabe destacar que neste processo de criação da associação, também foram elaboradas as normas de uso coletivo da marca territorial (Pinheiro *et al.*, 2014, p. 72).

Nesse sentido, a ADTC iniciou o processo de registro da Marca Costa Catarina no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) ainda no final de 2013¹⁴⁶.

Os Legados Costa Catarina

Em 2014 foi elaborada a segunda edição das Carta de Identidades Culturais do território Costa Catarina (Simões *et al.*, 2014, p. 77). Na primeira edição, o resultado da Carta indicava as identidades culturais que os beneficiários do Projeto DTS - IC acordaram entre si como as mais expressivas do território (Pinheiro *et al.*, 2014, p. 73). Na segunda edição das Cartas de Identidades Culturais rebatizamos o seu nome para “Legados Costa Catarina” (*idem*), pois tinha um sentido diferente da edição anterior. A primeira edição teve caráter prospectivo, na forma de algo que chamamos de “Identidades Culturais”, entendendo que essas Cartas correspondiam a estágio que ainda não equivalente ao conceito de “recurso específico” do território (Benko e Pecqueur, 2001, p. 40), de modo que ao indicar um engenho de pesca ou um alambique, por exemplo, não mencionava a família do território que os construiu e/ou que operava os mesmos. Anos adiante, os “Legados Costa Catarina” indicavam os “recursos específicos” (*idem*) do território, tendo este título por uma decisão dos beneficiários do Projeto DTS - IC, de modo que os Legados representam os recursos ativos do território e estavam se preparando para estimular o receptivo “turismo de base comunitária” (Barthollo *et al.*, 2009; Fabrino *et al.*, 2016, p. 172). Experiências-piloto de turismo receptivo já vinham sendo testadas desde os eventos organizados e promovidos pelo Projeto DTS - IC (Pinheiro *et al.*,

¹⁴⁶ Para saber mais, ver
 <<https://busca.inpi.gov.br/pePI/servlet/MarcasServletController?Action=detail&CodPedido=2974200>>,
 acessado em março de 2021.

2014, p. 56), como o “2º LABTER” (p. 28) e o “Encontro Intercontinental de Desenvolvimento Territorial Sustentável: Atores e processos inovadores para ampliar e fortalecer as experiências locais” (p. 33). Para essas oportunidades, foram organizadas visitas em ranchos de pesca, engenhos de farinha, alambiques, apresentações de danças e músicas tradicionais do território, além de serem servidos pratos da culinária típica.

Imagem 168: Verso do prospecto impresso com a programação do evento.



(Fonte: Pinheiro *et al.*, 2014, p. 36).

Conforme se observa na Imagem acima, no verso do prospecto impresso com a programação do “Encontro Intercontinental de Desenvolvimento Territorial Sustentável: Atores e processos inovadores para ampliar e fortalecer as experiências locais” (Pinheiro *et al.*, 2014, p. 33), constava uma série de visitas aos legados culturais dos territórios LCS e LCN.

Imagem 169: Cobertura em jornal do território Costa Catarina.



(Fonte: Pinheiro *et al.*, 2014, p. 37).

Experiências-pilotos foram sendo aprimoradas em tentativas e oportunidades variadas, entre as quais as primeiras promoviam as “identidades culturais” dos territórios LCS e LCN e, mais adiante, apresentavam seus “recursos específicos” já em processo de ativação (Benko e Pecqueur, 2001, p. 45). Esse foi o caso dos “Roteiros Culturais” (Pinheiro *et al.*, 2014, p. 54), citados a seguir.

Imagem 170: Roteiro Cultural no rancho de pesca artesanal do Seu Anastácio.



(Fonte: Pinheiro *et al.*, 2014, p. 62).

Como se pode observar na Imagem 159 há um rancho de pesca do território Costa Catarina onde, na parte inferior da foto, do lado esquerdo, figura o Seu Anastácio. Ele é um experiente e admirado pescador artesanal. Praticamente pescou a vida toda, tornando-se um líder de equipe de pescadores embarcados e importante liderança dos pescadores artesanais que se organizaram para manter vivas as tradições da pesca artesanal do território. Assim, o rancho de pesca é um “recurso genérico” (Benko e Pecqueur, 2001, p. 45) do litoral catarinense, porém o rancho de pesca do Seu Anastácio é um “recurso específico” (*idem*). Na foto, ao lado esquerdo da Imagem acima, o rancho de pesca do Seu Anastácio está ao fundo, assim como a foto do lado direito da mesma Imagem mostra a “canoa de um-pau-só” secular do Seu Anastácio. Esta canoa feita com um único tronco de Garapuvu – uma árvore nativa –, com ferramentas manuais. Alguns construtores dessas canoas tinham coleções de enxós – um tipo de formão curvo que serve para cavoucar a madeira e dar forma à canoa. Canoas desse tipo são cada vez mais raras pois, nas últimas décadas, a legislação ambiental proibiu a derrubada de Garapuvus. No entanto, entre meados do outono e do inverno os experientes pescadores artesanais utilizam a canoa para capturar tainhas, em época de safra, com grandes redes feitas à mão. Além de oferecer grande beleza cênica e um espetáculo singular de habilidades técnicas e de coordenação do trabalho em grupo, esse tipo de pesca envolve muitos banhistas que queiram ajudar a puxar as compridas

cordas de uma grande rede de pesca, por vezes com toneladas de tainhas. Além desse tipo de pescaria artesanal ser abençoada por silenciosas benzedadeiras, para que sejam fartas e nenhum pescadore sofra um acidente de trabalho, o produto desse trabalho coletivo movimenta a socioeconomia e a dieta alimentar do território ao atrair consumidores às peixarias e turistas aos restaurantes de comidas típicas e pousadas locais.

Imagem 171: Roteiro Cultural no alambique e engenho de farinha do Seu José.



(Fonte: Pinheiro *et al.*, 2014, p. 62).

Na Imagem acima, Seu José está no lado direito da foto da esquerda. Ele sempre foi agricultor familiar e desde jovem ajudava seu pai no engenho de farinha de mandioca. Mais adiante, passou a ajudar no alambique de aguardente de cana-de-açúcar. Em 2013, quando essas fotos foram feitas, Seu José, a esposa e um dos filhos produziam e comercializavam farinha, aguardente, licores variados de frutas de época e algumas compotas de doces e de conservas de vegetais. Seu José aprendeu o ofício com o pai. Ele e a esposa criaram os filhos com essas produções informais e um dos filhos segue com a tradição da família. Sorridente e receptivo, Seu José recebe visitantes e clientes, apresenta sua casa e mostra o alambique e o engenho de farinha.

Imagem 172: Roteiro Cultural com agricultores familiares de Paulo Lopes e Garopaba.



(Fonte: Pinheiro *et al.*, 2014, p. 62).

Na Imagem 172 foram fotografados três agricultores familiares. A foto do lado esquerdo focalizou o Glaico, um agricultor familiar agroecológico admirado por outros agricultores familiares. Professores e estudantes universitários da UFSC visitam a propriedade dele a muitos anos, onde encontram um exemplo prático da agroecologia. Glaico vive do que cultiva, comercializando sua produção na feirinha agroecológica das manhãs de sábado na praça da Lagoa da Conceição, em Florianópolis. Rosa foi sua esposa e elabora produtos orgânicos, oferecendo “coffee-breaks agroecológicos” em eventos científicos ou outros que tenham compromisso com a ecologia e a qualidade de vida. Anos antes, Glaico e Rosa ganharam um prêmio internacional pelos méritos de suas produções. Uma filha deles, Talita, seguiu o mesmo caminho, produzindo pães, bolachas e outros produtos orgânicos que eram servidos – à época – no seu “Empório Dom Natural”, em Paulo Lopes.

Na foto central da Imagem 172, Seu Maurílio trabalha na horta da Comunidade Remanescente de Quilombo do Morro do Fortunato, na região do Macacu, em Garopaba. As comunidades quilombolas tem um perfil étnico singular, mas cada comunidade tem história e particularidades. Décadas atrás a comunidade do Morro do Fortunato teve dificuldade com os demais habitantes de Garopaba, por questão de preconceito racial, mas aos poucos superaram isso. Além de serem agricultores, criam galinhas e porcos, manufaturam bolachas, geleias variadas de frutas de época e conservas de vegetais. A Comunidade também comercializa ovos de sua granja. Um grupo de mulheres foi capacitado em panificação e na conserva de alimentos. Muito visitada por pesquisadores da UFSC, UDESC¹⁴⁷ e IFSC - Campus Garopaba, a

¹⁴⁷ Na disciplina de Tópicos Especiais em Design Gráfico do Curso de Design da UDESC foram elaboradas propostas da Marca Coletiva “Quilombo Morro do Fortunato”. Ao final da disciplina, no segundo semestre de 2017, a disciplina selecionou a melhor proposta para apresentar à Comunidade.

Comunidade tem músicos, os quais fazem o animado “esquenta” de carnaval na praia do centro de Garopaba, com instrumentos musicais doados por escolas de samba de Florianópolis. Seu Maurílio também canta nos “Ternos de Reis” e nas procissões anuais da “Festa do Divino”, tanto em Garopaba quanto em Florianópolis.

A última foto da Imagem 172, por sua vez, apresenta Seu Jorginho e seu filho. Jorjinho, conforme prefere ser chamado, utiliza a pequena propriedade familiar em Garopaba – na beira de uma lagoa – para cultivar morangos orgânicos e pescar de tarrafa na lagoa. Além de ensinar ao filho seus saberes, práticas e meios de sustento – esse foi o tema da foto –, Jorjinho integra um núcleo da “Rede Ecovida de Agroecologia”¹⁴⁸, – um movimento social que reúne pequenos produtores familiares agroecológicos dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e de um trequinho do sul do Estado de São Paulo. Como se pode perceber, a presença de um agricultor familiar agroecológico ligando a Rede Ecovida entre os beneficiários do Projeto DTS - IC estabeleceu uma ponte para o intercâmbio de conhecimentos científicos e o diálogo de saberes entre si, através do Jorginho.

Imagem 173: Roteiro Cultural com artesãos de Paulo Lopes e de Garopaba.



(Fonte: Pinheiro *et al.*, 2014, p. 62).

Finalmente, o 4º e último Roteiro Cultural visitou três artesãos em suas oficinas-residências. O casal Dona Sinésia e Seu Antônio, na Lagoa do Coração, em Paulo Lopes, e o Seu “Raquel”, em Garopaba. Dona Sinésia é natural de Paulo Lopes e era viúva quando conheceu o Seu Antônio, que também era viúvo e veio de outra região do país. Aos poucos se conheceram e casaram, bem como a Dona Sinésia acabou ensinando o seu ofício de artesã popular ao Seu Antônio. Afetuosos com os familiares, como os amigos e como os visitantes,

¹⁴⁸ Para saber mais, ver <www.ecovida.orgs/sobre>, acessado em março de 2021.

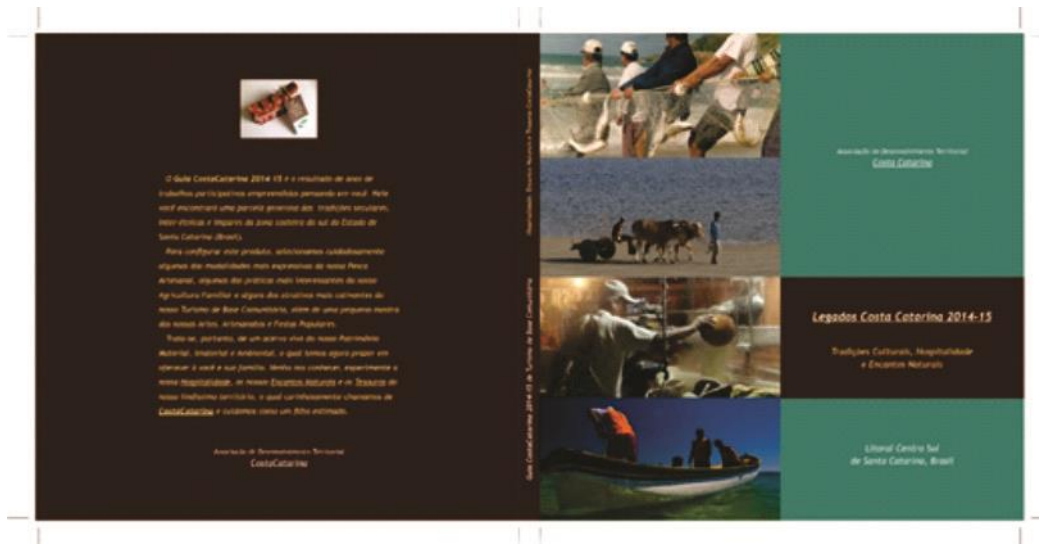
elaboram muitos artesanatos a partir de fibras vegetais, conforme se observa na foto do lado esquerdo da Imagem 173.

Já na foto do lado esquerdo está o Seu “Raquel”, um apelido que ele optou por manter. Ele foi pescador artesanal em Garopaba, foi construtor de barcos de madeira e, finalmente, tornou-se um artesão que faz embarcações de pesca em pequena escala. Seu trabalho é minucioso e utiliza das técnicas da construção naval, tal como a foto figura.

Como se pode inferir, entre a edição da primeira “Carta de Identidade Cultural” e a segunda edição da “Carta de Identidades Culturais do território Costa Catarina”, houve um amadurecimento dos beneficiários e das equipes de trabalho do Projeto DTS - IC, entre as quais se enquadram as experiências-piloto como o receptivo de “turismo de base comunitária” (Barthollo *et al.*, 2009; Fabrino *et al.*, 2016, p. 172) foram testadas, onde os Roteiros Culturais (Pinheiro *et al.*, 2014, p. 54) descritos acima são exemplos. Assim, a primeira edição operou como uma sinalização que indicou as identidades culturais que os beneficiários do Projeto DTS - IC acordaram como as mais significativas do território Costa Catarina, enquanto a segunda edição teve um caráter de inventário e mostruário dos “recursos específicos” (Benko e Pecqueur, 2001, p. 40) já em ativação. Nesse sentido, a segunda edição das Cartas de Identidades Culturais do território Costa Catarina recebeu o título de “Legados Costa Catarina – 2014 - 2015” (Pinheiro *et al.*, 2014, p. 73). Foi o produto de uma construção coletiva dos beneficiários e as equipes do Projeto DTS - IC, onde cada “ativo territorial” (Benko e Pecqueur, 2001, p. 40) do território Costa Catarina estava sendo qualificado para atuar no segmento de “turismo de base comunitária” (Barthollo *et al.*, 2009; Fabrino *et al.*, 2016, p. 172).

Desse modo, o Projeto DTS - IC registrava os beneficiários que tinham algum “recurso específico” e o interesse em ativá-lo (Benko e Pecqueur, 2001, p. 40). Nesse momento começaram a ser feitos planos de ação pelos Escritórios Locais da EPAGRI nas instalações físicas de cada “ativo territorial”, com vistas a restaurar telhados, colocar azulejos e locais que operassem como cozinhas para o preparo de lanches ou aperitivos, atender à legislação em termos de instalações sanitárias, entre outras. Afinal, os ranchos de pesca originalmente não possuíam banheiros, assim como os engenhos de farinha não tinham “freezers” para poder servir água mineral, refrigerantes ou cervejas aos seus visitantes. Em paralelo, as ong’s ambientais treinaram os filhos adolescentes dos beneficiários do Projeto DTS - IC para atuarem como guias mirins do território, apresentando boas práticas aos turistas e visitantes do território Costa Catarina, tal como a “avistagem de baleias” apenas da praia, pois a “avistagem” embarcada causava transtornos na rotina dos cetáceos.

Imagem 174: Planificação da contracapa, lombada e capa do livro “Legados Costa Catarina – 2014 - 2015”, com páginas medindo 200 x 200 mm.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2014).

Imagem 175: Planificação das páginas 7 e 8 do livro “Legados Costa Catarina – 2014 - 2015”.



(Fonte: Arquivo do Projeto DTS - IC, 2014).

A obra “Legados Costa Catarina – 2014 - 2015” (Pinheiro *et al.*, 2014, p. 73) foi concebida para ser ampliada a cada dois anos, inserindo outros “ativos específicos” (Benko e Pecqueur, 2001, p. 40) tão logo fossem solicitados, estiverem com suas instalações adequadas para visitação e o responsável pelo “ativo” estiver capacitado para operar na atividade receptiva do “turismo de base comunitária” (Barthollo *et al.*, 2009; Fabrino *et al.*, 2016, p. 172). Desse modo, a primeira edição dos “Legados Costa Catarina” (Pinheiro *et al.*, 2014, p. 73) foi impressa e publicada com cem páginas, onde cada “ativo específico” (Benko e Pecqueur, 2001, p. 40) contava a história de cada Legado e dos respectivos protagonistas, com fotografias

profissionais e policromia, como textos fluídos e atraentes, endereço físico e dados telefônicos para contato.

Como se pode inferir, eram muitos os “Legados Costa Catarina”, os quais formavam uma rede sociotécnica, onde cada Legado se articulava com os demais, complementando a si e complementando os demais. Ou seja: quem consumia a tainha preparada de acordo com as tradições do território, num restaurante de comidas típicas, remunerava o trabalho do pescador artesanal, dando sentido às suas canoas de um-pau-só, tanto quanto remunerava o agricultor familiar que cultivou ervas que temperou o peixe que foi servido com pirão da farinha do engenho, acompanhado do aperitivo preparado com a cachaça do alambique local, seguido da sobremesa de morango orgânico, entre muitas outras possibilidades articuladas entre si. As pousadas teriam benefícios pois, além dos pernoites, a agenda cultural do ano contemplaria atividades de inverno – como a avistagem das baleias ou as belas e emblemáticas pescas da tainha –, atividades de meia estação – como visitas aos ranchos de pesca, às comunidades quilombolas ou a visita às oficinas dos artesãos – ou as atividades de verão, a partir de uma agenda cultural integradas dos municípios do território Costa Catarina:

Portanto, a hipótese que mais motivou o empreendimento dessa iniciativa foi o viés da identidade cultural, o qual oferece um campo fértil para fomentar a cooperação entre indivíduos, comunidades e as instituições mais dispostas a colaborar para formar capital social, indicando um caminho que desvia das questões político-partidárias que tanto segregam pessoas, entidades e lugares. Assim, aproximar as pessoas e suas comunidades através do sentimento de pertencimento ao lugar, reforçando as respectivas características culturais, parece ser uma estratégia mais promissora e interessante que apostar apenas no tradicional processo de crescimento econômico baseado quase que exclusivamente na competitividade individual e no aumento de escala de produtos padronizados (“commodities”), normalmente destituídos de identidade cultural e territorial (Simões *et al.*, 2012, p. 126 / 127).

Para tanto, o Projeto DTS - IC utilizou os “Legados Costa Catarina” (Pinheiro *et al.*, 2014, p. 73) nos roteiros de turismo de base comunitária no território Costa Catarina (Simões *et al.*, 2012, p. 123), através de campanhas publicitárias:

Visando identificar, ativar e dar visibilidade para riquezas do litoral catarinense ainda pouco percebidas, várias entidades ambientais, comunitárias e órgãos oficiais do território LCS se articularam em 2012 e lançaram uma campanha na mídia sobre “Tesouros Territoriais” pouco conhecidos e valorizados pelos moradores e visitantes, ainda que possuam grande potencial sociocultural e econômico. A estratégia envolveu um oportuno evento para o lançamento da Campanha: a Semana do Empreendedorismo – cujo tema central foi “empreendendo os tesouros

locais” – seguida de uma série de reportagens semanais no principal jornal da região (Jornal da Praia de Garopaba - JPG). Estas matérias estão revelando expressões culturais, produtos e serviços típicos que são riquezas com potencial de oferecer oportunidades de emprego e renda para pessoas das comunidades tradicionais e agregar novas alternativas ao turismo de sol e mar, o qual se limita apenas à época do verão (Pinheiro *et al.*, 2014, p. 63).

Outras possibilidades foram vislumbradas desde o início, entre elas a formação de um Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL) (Cerdan *et al.*, 2011, p. 35; Simões, 2010, pág 58; Requier-Desjardin *et al.*, 2006, p. 117) com iniciativas formais e outras informais, onde as comunidades tradicionais do território teriam atenção e participação e seus produtos, serviços e eventos culturais seriam estimulados tanto para beneficiar a si mesmas quanto para contribuir na construção de uma emergente “Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais” Costa Catarina, marcada pela “Economia Plural” (Lévesque, 2014, p. 107), mas com forte inspiração na “Economia Solidária” (Singer, 2002) e nas “Tenlogias Sociais” (Dagnino, 2014).

Com essa perspectiva, vislumbra-se a organização de uma cooperativa que comercializará os produtos da pesca artesanal [...] a partir de processos eficazes de beneficiamento, embalagem, distribuição e comercialização. Entre os possíveis produtos de serem implementados, figuram postas de tainha, filés de pescados, camarões, lulas, siris, mexilhões e outros. Além dos produtos que já existem, de um modo incipiente, os novos produtos tanto poderão ser oferecidos em mercados públicos quanto em restaurantes típicos, pequenas pousadas e outros espaços comprometidos com o turismo de base cultural e comunitária estimulados pelo Projeto DTS - IC (Simões *et al.*, 2014, p. 80).

Nesse sentido, tínhamos em mente que a pesca artesanal resulta de saberes locais e do “[...] uso de equipamentos concebidos secularmente, tal como ‘canoas de um-pau-só” (Simões *et al.*, 2010, p. 80) e muitos outros recursos específicos que conferem autenticidade e tipicidade aos produtos e seus produtores do território:

Algo semelhante será projetado para aglutinar os agricultores familiares dos territórios [...]. A ideia é reuni-los numa entidade que exponha e comercialize suas produções em feiras livres de produtos orgânicos e artesanais. Esses produtos também poderão ser oferecidos em restaurantes típicos e pequenas pousadas, assim como satisfazer parcialmente a demanda institucional de merenda escolar das redes municipais de educação dos territórios em foco. Entre outros produtos, constam verduras, legumes e frutas, geleias de frutas orgânicas de época, farinha de mandioca de engenhos tradicionais, cachaça de alambiques artesanais e açúcar mascavo de antigos engenhos, caso alguns desses últimos sejam preservados e outros reativados (Cerdan, Policarpo e Vieira, 2011; Cerdan, 2009). Algo semelhante deverá ser estimulado para

beneficiar os artistas, artesãos e outros agentes comunitários do LCS e LCN, onde festividades populares, obras de artes e outras dinâmicas culturais formam um conjunto cativante de manifestações expressivas dos territórios [...], como folguedos, procissões religiosas, grupos musicais de filhos e netos de pescadores artesanais que cantam a cultura vernacular do território mesclada com elementos contemporâneos do cotidiano, artesanatos e muitas outras possibilidades (Simões *et al.*, 2014, p. 81).

Enfim, embora o presente estudo de caso tenha focalizado a construção coletiva da Marca Territorial Costa Catarina, importa recordar que o Projeto DTS - IC operou em dois territórios-piloto – o Litoral Centro Sul (LCS) e o Litoral Centro Norte (LCN) –, de modo que o território LCN protagonizou um volume de Pesquisa e Ações Territoriais igualmente denso.

2.3.4 Ponderações sobre o caso

Conforme se depreende do relato acima, o projeto DTS - IC foi um desdobramento de três eixos de pesquisas que confluíram: a dos estudos do NDM / USFC na região que mais tarde seria parcialmente demarcada como território Costa Catarina, coordenados pelo Professor Paulo Vieira; a dos estudos da geografia de alimentos e suas dinâmicas, coordenados pela Prof. Claire Cerdan; e a dos projetos de Pesquisa-Extensão e Aprendizagens Participativas (PEAP), coordenadas pelo Professor Sérgio Pinheiro. Na avaliação desses pesquisadores – e de outros ligados a eles –, o Projeto DTS - IC teve méritos, mas não alcançou o que era pretendido inicialmente.

Todavia, em favor do Projeto DTS - IC importa considerar que houve momentos bastante difíceis de serem superados. Em 2013, por exemplo, o Brasil esteve submerso a processo de grande polarização política, onde grandes manifestações populares iniciaram pleiteando a redução de tarifas dos transportes públicos por partes de estudantes universitários de algumas capitais brasileiras – o “Movimento do Passe Livre”¹⁴⁹ –, transformando-se em algo estranho por não ter uma liderança que assumisse a autoria dos protestos. No entanto, um número cada vez maior de manifestantes e pautas de reivindicações foram emergindo e se espalharam pelo Brasil, estimulando as divergências entre os campos político-ideológicos do Brasil e de simpatizantes de vários espectros ideológicos nas mesmas ruas e manifestações, confundindo os próprios manifestantes e a população sobre o significado dos protestos. O ano seguinte foi eleitoral, com disputas acirradas e polarizadas, porém reelegeu o Governo Dilma Rousseff. Contudo, desde o início desse novo mandato o Governo Federal foi obstruído por uma longa e intensa campanha nas grandes mídias do país (Miguel, 2019), pelo trancamento de

¹⁴⁹ Para saber mais, ver <www.mpl.org.br>, acessado em março de 2021.

projetos do Governo Federal que dependiam de aprovação pela Câmara dos Deputados no Congresso Nacional¹⁵⁰ e pelas inverdades criminosamente construídas pela “Operação Lava Jato”. Esses fatos comprometeram a Gestão Federal e culminou no “impeachment” do “Governo Dilma” em agosto de 2016, por decisão do Senado Federal¹⁵¹, encerrando um tumultuado processo político, publicitário, contábil e jurídico com muitos equívocos que iniciou em fevereiro de 2015 na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional¹⁵².

Foi em meio a esse ambiente de instabilidade política no território nacional que o Relatório Técnico Final do Projeto DTS - IC oficializou o seu encerramento junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura (Pinheiro *et al.*, 2014), concluindo a sua última etapa. Anteriormente, a parceria com o RIMISP já havia expirado, de modo que o Professor Paulo Vieira voltou a se dedicar aos compromissos de pesquisas vinculados ao NMD / UFSC. Meses depois a Professora Claire Cerdan retornou à França, por convocação do CIRAD. Finalmente, o Professor Sergio Pinheiro se aposentou pela EPAGRI em 2015, embora continue até esse momento atuando em favor da Associação de Desenvolvimento Territorial Costa Catarina (ADTC), tendo, inclusive, fixado residência no território Costa Catarina a partir de então. No entanto, os Professores Paulo Vieira e Claire Cerdan continuaram elaborando pesquisas científicas e uma parte delas tem foco no litoral catarinense. Também orientaram teses de doutorado e dissertações de mestrado através do NMD / UFSC.

Segundo o Relatório Técnico Final do Projeto DTS - IC (Pinheiro *et al.*, 2014), “[...] especificamente aos resultados de pesquisa, estes incluíram a caracterização de trajetórias de desenvolvimento e dinâmicas territoriais conflituosas” (p. 86), onde foram verificadas a predominância de “[...] atividades econômicas que não valorizam as identidades ecológicas e socioculturais das comunidades tradicionais da zona costeira” (*idem*). Policarpo *et al.* (2020) convergem nessa análise – ao observar o território LCN do Projeto DTS - IC –, inferindo o seguinte:

A pesquisa também indica a necessidade de se diferenciar o território em pauta mediante a criação de uma “marca coletiva”. Iniciativas com este perfil já estão em andamento na região, no bojo de um processo participativo que conta com o apoio da EPAGRI, de universidades (UDESC e Univali) e das várias prefeituras municipais (Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo e

¹⁵⁰ Ver <www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma/o-processo-de-impeachment-no-senado-federal>, acessado em abril de 2021.

¹⁵¹ Ver <www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/31/dilma-rousseff-perde-o-mandato-e-temer-e-confirmado-presidente>, acessado em abril de 2021.

¹⁵² Ver <www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma>, acessado em abril de 2021.

Bombinhas). Os atores locais, vistos como “empreendedores”, decidiram coletivamente pelo desenho da marca e estão engajados na elaboração do estatuto e das regras de utilização e gestão da marca. Trata-se de um processo ainda não finalizado, mas cujo retorno econômico e social está sendo aguardado com otimismo pelo conjunto dos atores associados, tanto locais quanto extraterritoriais (p. 125).

No entanto, ponderam os autores,

Outros resultados relevantes dizem respeito à constatação de que, a partir da análise destas iniciativas, ainda são muito tênues os laços de confiança e reciprocidade, cooperação e solidariedade estabelecidos entre os atores. Esses laços de proximidade e sentimentos de pertencimento e integração ao território ainda podem ser verificados, mesmo que de forma frágil, especialmente quando mobilizada a identidade cultural dos protagonistas (*idem*).

Os autores prosseguem e ponderam que,

Dessa forma, a zona costeira não conta ainda com a formação de uma identidade territorial forjada num cenário onde predomina um leque diversificado de interesses no que se refere às modalidades possíveis de apropriação e uso de recursos naturais. Persistem ainda inúmeros conflitos relacionados à gestão dos recursos naturais na zona costeira. No bojo de um padrão de ocupação urbana desordenada e predatória, os “nativos” vêm sendo cada vez mais impactados pelas visões de mundo e estilos de vida dos novos ocupantes. Isto parece estar inibindo a criação de laços de confiança. No entanto, existem ao mesmo tempo evidências de que a socioeconomia local não se sustenta sem os aportes dos grupos externos. Pois são estes últimos que trazem e desenvolvem, em sua maioria, as inovações – e, consequentemente, a perspectiva de reprodução das dinâmicas territoriais (Policarpo *et al.*, 2020, p. 125).

Embora os laços de proximidade e o sentimento de pertencimento ao território Costa Catarina tenham ficado mais fortes e evidentes ao longo do período de vigência do Projeto DTS - IC, os conflitos decorrentes da equivocada “gestão dos recursos naturais” e da “ocupação urbana e predatória” também são reais, inibindo a “criação de laços de confiança” e fragilizando a socioeconomia do território.

Contudo, no que se refere à construção coletiva das Marcas Territoriais elaboradas no âmbito do Projeto DTS - IC, as avaliações foram positivas. Sobre isso, Policarpo (2019, p. 351) inferiu o seguinte:

A partir de 2011, por meio de uma série de várias reuniões com as comunidades, cada território escolheu o nome e o símbolo da marca. Mas até o momento, o nível de inserção no mercado destas marcas ainda é baixo, em função das inúmeras dificuldades burocráticas encontradas. Entretanto, parece possível a criação de uma cooperativa capaz de comercializar os produtos oriundos da pesca artesanal e da agricultura familiar, com base na mobilização de processos inovadores de beneficiamento, embalagem e distribuição. O artesanato também adquire um papel de destaque, e novos produtos poderão também ser oferecidos em espaços comprometidos com a proposta do desenvolvimento territorial sustentável. Assim, quando os produtos começarem a ser comercializados com o selo da marca territorial, espera-se que esta inovação possa permitir avanços no sentido da constituição de uma cesta de bens e serviços. O exercício da construção social dessas Marcas comprovou o potencial desta ferramenta tanto para aproximar as pessoas e as comunidades mediante a figura do pertencimento ao lugar, quanto para reforçar a agrobiodiversidade e a qualificação de produtos e serviços com as respectivas características sócio-antropológicas e culturais do território.

Por outro lado, ainda que Policarpo (2019) aponte as inovações propostas pelo Projeto DTS - IC como positivas, no plano da proximidade entre os atores sociais e os beneficiários do Projeto, a autora indicou lacunas que impediram o avanço do Projeto. Entre suas inferências, ela entende que

[...] as inovações podem ser uma saída para se pensar uma dinâmica alternativa de desenvolvimento que pode ser exatamente essa: é preciso a negociação da harmonização dos diversos interesses em torno do acesso e dos usos de um dado recurso, seja ele existente de forma latente ou já estando ativado. Dessa negociação deve surgir um compromisso, e são os agentes de desenvolvimento que precisam estar presentes para fortalecer esse compromisso. [...] esses agentes se apresentam como atores externos (ou extraterritoriais), que gerenciam as relações de força e de poder que estão em jogo. Nos dois territórios estudados, a presença desses atores é fundamental para a adoção, difusão e fortalecimento das iniciativas inovadoras e inovações. Os principais são a EPAGRI, as universidades e as ONGs, que possuem uma atuação mais próxima das comunidades tradicionais. Mas atores individuais externos também estão presentes e se mostram como agentes necessários para esta construção do compromisso entre os diversos grupos de atores (Policarpo, 2019, p. 458).

Porém, conclui a autora,

Muitos deles fazem parte das coalizões existentes, algumas delas ainda emergentes – e isso mostra a necessidade de atuação em conjunto da sociedade civil, Estado e mercado, formando assim um sistema de governança territorial para o DTS. Na ausência desses atores externos, ou de um mediador territorial, e na falta deste impulso e incentivos, as inovações e as iniciativas

inovadoras acabam não passando muitas vezes de projetos, e torna-se difícil articular membros integrantes destas dinâmicas territoriais alternativas com outros atores do território. No caso específico do litoral centro-norte e do litoral centro-sul catarinense, não basta a autonomia das comunidades, nem seu dinamismo ou “self-reliance”. Claro que esses conceitos são fundamentais, que eles devem ser estimulados entre as comunidades tradicionais para que não se crie excessiva dependência, mas é necessário, junto a isso, a presença desses agentes de desenvolvimento que negociem a harmonização de diversos interesses e firmem um compromisso entre objetivos tão distintos quanto ao acesso e ao uso dos recursos (p. 458).

Apesar disso, na análise Pinheiro *et al.* (2014) encontra-se destaques específicos sobre as Marcas Territoriais construídas coletivamente no âmbito do Projeto DTS - IC, as quais foram precedidas de uma outra inovação social: as construções coletivas das Cartas de Identidades Culturais do território LCS – e posteriormente – dos Legados Costa Catarina. Para esses autores,

As Cartas [de Identidades Culturais] tem se revelado boas ferramentas para dar visibilidade às principais identidades territoriais, contribuindo também para a ativação socioeconômica e a preservação destes “Tesouros”. Os Roteiros de Base Comunitária e Cultural tem se evidenciado como as ações de maior potencial e impacto direto nas comunidades tradicionais. Os Roteiros implementados nos dois territórios-piloto têm resgatado a autoestima e o protagonismo de jovens artistas, artesãos, pescadores e pescadoras artesanais e agricultores e agricultoras familiares, contribuindo para a sucessão familiar de diversas manifestações culturais e atividades socioeconômicas dessas comunidades. Embora ainda não existam dados quantitativos sistematizados (o processo de monitoramento está recém-implementado), depoimentos de empresários de diversos setores econômicos e de 87 membros das comunidades que empreendem os tesouros territoriais indicam a ampliação da oferta de trabalho e de emprego para as comunidades tradicionais e aumento na geração de renda nos territórios-piloto (p. 86 / 87).

Tal percepção confirmou que a estratégia de estabelecer coletivamente as identidades culturais foi instrumental no reconhecimento dos recursos específicos do território e na ativação deles. Nesse sentido, segundo Pinheiro *et al.* (2014), a construção coletiva das Cartas de Identidades Culturais / Legado Costa Catarina foram tão estratégicas quanto a construção das Marcas Territoriais. Mas, os autores prosseguem focalizando as Marcas Territoriais:

Em uma segunda etapa dos Planos de Ação [do Projeto DTS - IC], emergiu a iniciativa da construção social de Marcas Territoriais, visando reforçar o processo de reativação dos recursos específicos desses territórios, assim como articular produtos, serviços e comunidades com as respectivas histórias, geografias e identidades culturais. O exercício da construção social dessas Marcas comprovou o potencial dessa ferramenta tanto para aproximar as pessoas e suas comunidades através do sentimento de pertencimento ao lugar

quanto para reforçar a agro biodiversidade e a qualificação de produtos e serviços com as respectivas características sócio-antropológicas e culturais do território. Esta estratégia parece ser mais promissora e interessante do que apostar apenas no tradicional processo de crescimento econômico baseado quase que exclusivamente na competitividade individual e no aumento de escala de produtos padronizados (“commodities”), destituídos de identidade cultural e territorial (Pinheiro *et al.*, 2014, p. 87).

Assim, além desses analistas reconhecerem o ineditismo e o valor dessas contribuições, decorrentes da abordagem do Design para Inovação Social (Manzini, 2017), indicaram entre os apoiadores do Projeto DTS - IC a presença e a participação do “Grupo do Design Integral” nos créditos do Relatório Técnico Final (Pinheiro *et al.*, 2014), além de poderarem o seguinte:

O contraste que existe entre a Marca Coletiva e a Marca Territorial é que a primeira tanto serve para representar graficamente um empreendimento que envolve apenas uma cadeia produtiva quanto dar expressão para um aglomerado de empreendimentos reunidos setorialmente, tal como costuma acontecer nos “clusters”, “sistemas produtivos locais”, “arranjos produtivos locais” ou, em alguma medida, nos “sistemas agroalimentares localizados” [...]. Por outro lado, o INPI oferece a categoria das Indicações Geográficas - IG’s para proteger juridicamente os produtos que possuem singularidades geográficas e/ou antropológicas. Entretanto, nem as Marcas Coletivas nem as IG’s são suficientemente adequadas para beneficiar o público do Projeto DTS IC - SC. Não se trata, portanto, apenas de estimular uma cadeia produtiva e menos ainda de potencializar somente - ou principalmente - alguns grupos mais organizados e capitalizados. Afinal, o Projeto não opera para promover um Arranjo Produtivo Local pautado por uma cadeia produtiva ou algum tipo de aglomeração de empreendedores de grande porte estabelecidos setorialmente. Longe disso, a perspectiva da Cesta de Bens e Serviços Territoriais proposta por Pecqueur (2006, p. 135) é a mais adequada, pois a informalidade econômica e a diversidade de atividades dos pequenos empreendimentos dos territórios-piloto precisam ser levadas em conta como um estágio preliminar dos processos de desenvolvimento posto em questão, sempre centradas em cadeias produtivas (p. 67).

Assim, prosseguem os analistas,

Vale ressaltar, todavia, que empreender uma marca territorial requer uma estratégia que não dispõe de modelos prontos e acabados para orientar a sua construção. Mais que isso, os dois casos do Projeto DTS IC - SC envolvem um grau de complexidade considerável, pois os territórios-piloto reúnem sete municípios (quatro no LCN e três no LCS), requerendo um nível alto de interação com as respectivas prefeituras municipais, fundações municipais de cultura e outras organizações, além de um diálogo interétnico e cultural que extrapolou o limite político-administrativo de cada município dos territórios

atendidos, esbarrando, inclusive, em diferenças político-partidárias dos municípios envolvidos no Projeto (Pinheiro *et al.*, 2014, p. 68).

Enfim, apesar das ponderações acima sobre este terceiro e último estudo de caso, a Marca Territorial Costa Catarina foi ainda mais longe que as Marcas Territoriais São Bonifácio e Arte Imbé, pois havia a pretensão de empreender uma Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais, a qual partia da inspiração da proposta da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (Pecqueur, 2006, p. 135) enriquecida com a perspectiva das Tecnologias Sociais (Dagnino, 2014; Dagnino, 2009) e da Economia Solidária (Singer, 2002, p. 109), já que a Economia Plural (Lévesque, 2014, p. 107) dialoga de um modo muito harmonioso com a Economia Solidária.

Assim, conforme consta no início desse Capítulo, os estudos de caso focalizados reuniram os elementos que caracterizaram os territórios e as territorialidades onde foram construídas coletivamente as Marcas Territoriais São Bonifácio, Arte Imbé e Costa Catarina, entre 2005 e 2012, além de apresentar as circunstâncias e os respectivos processos de construção coletiva e de participação dos agricultores familiares de pequena escala de produção e outros beneficiários envolvidos nos três estudos de caso. Nesse sentido, os relatos desses estudos de caso prepararam o campo para a análise que segue no próximo e último Capítulo desse trabalho.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DA CONSTRUÇÃO COLETIVA DAS MARCAS TERRITORIAIS AOS AGRICULTORES FAMILIARES DE PEQUENA ESCALA DE PRODUÇÃO E AO CAMPO DE CONHECIMENTO E PRÁTICA DO DESIGN

... as palavras voam. E às vezes pousam.

Cecília Meirelles

Nesse capítulo analisei o lugar e o nível de participação dos agricultores familiares de pequena escala de produção nos processos de construção coletiva das Marcas Territoriais São Bonifácio, Arte Imbé e Costa Catarina. Para tanto, o capítulo está organizado em dois tópicos. O primeiro trata do lugar, a presença e a participação dos agricultores familiares de pequena escala de produção – entre outros beneficiários – nos processos de construção coletiva dessas Marcas, indicando os procedimentos adotados nessas construções coletivas para estimular a participação dos agricultores familiares de pequena escala de produção. O segundo tópico avalia a contribuição que essas Marcas Territoriais construídas coletivamente oferecem ao campo de conhecimento e prática do Design.

3.1 O lugar e a participação dos agricultores familiares nos processos de construção coletiva das Marcas territoriais São Bonifácio, Arte Imbé e Costa Catarina

A reta é uma curva que não sonha.

Manoel de Barros

Conforme consta nos Capítulos anteriores, a participação das pessoas em um processo coletivo pode ocorrer em distintos níveis e em variados atividades sociais, econômicas e/ou políticas. Vale recordar que a participação dos beneficiários de um projeto e a sua interação com os agentes que promovem o projeto caracteriza o modo de governança do projeto em relação ao território que estiver em questão. Ou seja: a efetividade de governança democrática presente no território. Como foi visto, o conceito de governança democrática – ou concertação – surgiu sob a inspiração da noção gramsciana de bloco histórico, o qual, por sua vez, teve origem na noção de contrato social – ou pacto Social – de Jean-Jacques Rousseau e outros contratualistas do pós-Revolução Francesa. Nesse sentido, se a participação dos atores sociais

em um projeto se der de um modo horizontal e ponderado e se os desafios a serem superados – os conflitos internos e/ou externos – forem equacionados com transparência e equilíbrio entre os envolvidos no processo em disputa, a governança territorial tenderá a ser democrática e os beneficiários e os promotores do projeto poderão ter maior e melhor participação nos processos de tomada de decisão e nas conquistas que daí advieram, ampliando, por consequência, o comprometimento de cada ente, fortalecendo a coletividade do entes em sua construção social. Caso isso ocorra, haverá uma base social que possibilitará a formação de “capital social” e “capital individual” promissores. Além disso, o sentimento de pertencimento de cada ente em relação à identidade cultural prevalente do território, qual pode sedimentar a base social para que ocorram os pactos sociais necessários para o território se fortalecer democraticamente e se dinamizar.

Com esse sentido, seguem apontados os elementos mais significativos dos processos de construção coletiva das Marcas Territoriais relatadas no Capítulo anterior deste trabalho.

3.1.1 Em relação a Marca Territorial São Bonifácio

A construção coletiva da Marca Territorial São Bonifácio ocorreu no âmbito de um de um dos dez Projetos PEAP com o objetivo inicial de promover a melhoria da qualidade dos pastos do município, por se tratar de uma atividade da economia local escolhida pelos beneficiários do Projeto. A concepção do Projeto PEAP de São Bonifácio era a “Determinação da curva de crescimento de pastagem em sistema de pastoreio rotativo: Experiências do “Grupo do Pasto” no município de São Bonifácio, SC”, concebido após algumas etapas iniciais e teóricas de formação em PEAP. Desde o início dessa formação e do processo de concepção desse Projeto os agricultores familiares, os extensionistas da EPAGRI Local e técnicos da Prefeitura municipal de São Bonifácio foram coautores e executores desse Projeto, assim como também atuaram no monitoramento do mesmo junto aos coordenadores do Projeto PAEP de São Bonifácio e aos coordenadores dos dez Projetos PEAP, ao longo de várias oficinas que transcorreram ao longo de mais de um ano. Vale recordar, então, duas premissas do processo de formação em PEAP, as vigoraram desde o início de processo de formação, ou melhor, desde a fase de formação teórica.

Nessa fase de formação teórica em PEAP duas premissas foram abordadas e incentivadas. A primeira delas focalizou dois diferentes caminhos para construção de conhecimentos, onde um desses era o de “pesquisas para” alguém, onde o pesquisador – ou o “conhecedor” – fica a parte do conhecimento, resultando em um processo marcado pela razão marcada pela perspectiva de controle e previsibilidade, assim como pela transferência de

conhecimento pautado pela objetividade e o reducionismo (Pinheiro e De Boef, 2005, p. 33). O outro caminho era o de construção de conhecimento de “pesquisa com” alguém, onde o pesquisador é parte do conhecimento, onde o conhecedor é por esse caminho a arte do conhecimento, de modo que há um processo de aprendizagem, com imprevisibilidades no processo de produção de conhecimento, o qual é percebido como construção social de conhecimento e é permeado pela diversidade e a complexidade, onde a objetividade é substituída pela responsabilidade (*idem*).

Assim, embora não houvesse exclusividade de um caminho para construção de conhecimento sobre o outro nos Projetos PEAP, as metodologias desse processo de formação priorizaram projetos experimentais de “pesquisa com os agricultores familiares” e os demais atores sociais envolvidos nos Projetos PEAP. Nesse sentido, cabe lembrar que a formação em PEAP era um componente de um projeto mais amplo – o Projeto PRAPEM / Microbacias 2 –, o qual tinha por objetivo valorizar as dimensões econômica, social e ambiental das comunidades que habitavam as microbacias hidrográficas onde os dez Projetos PEAP ocorreram, sob o enfoque do Desenvolvimento Local Sustentável.

A segunda premissa que cabe destacar nesse momento diz respeito a metodologia que cada Projeto PEAP adotou. No caso de São Bonifácio, foi a das “Redes de agricultores experimentadores”, de modo que houve ao longo do Projeto oficinas de monitoramento e assessoramento aos Projetos PEAP, onde foi observado como se comportava a estrutura da rede social que o Projeto PEAP provocava. Para tanto, os coordenadores dos dez Projetos PEAP adotaram um esquema baseado em Dias (2007, p. 65), tanto para exemplificar quanto para observar como se dava a participação dos agricultores familiares, de outros beneficiários e dos demais atores sociais envolvidos no Projeto PEAP. Nesse esquema havia três tipos de estrutura das redes de atores sociais. No primeiro tipo – “rede centralizada” – há um ponto central que se irradia para diversos pontos estanques entre si. No segundo tipo – “rede descentralizada” – há alguns pontos que mais destacados, os quais formam núcleos articulados como pontos menores, porém os pontos menores de cada núcleo não dialoga como os pontos menores de outros núcleos. Por fim, o terceiro e último tipo – “rede distribuída” – existem uma diversidade de pontos menores, onde todos se conectam com os demais, sem terem subordinação a pontos maiores.

Nesse sentido, uma das metas da formação em PEAP era estimular a formação de redes sociais descentralizadas com o intuito de dinamizar a participação e a interação dos beneficiários de cada Projeto PEAP, pretendendo provocar acordos e ações coletivas. No caso do Projeto PEAP de São Bonifácio, esse processo iniciou com um grupo focal composto de

agricultores familiares interessados em melhorar a qualidade do pasto, objetivando tornar a dieta animal mais nutritiva e o gado leiteiro mais saudável. Ao mesmo tempo, estimulava outras atividades que também ocorriam nos mesmos pastos, como apicultura e o manejo de árvores frutíferas, apenas para citar dois exemplos. Na medida em que o Projeto avançou, outros grupos focais foram agregados e aglutinados, tais como o de produção de hortaliças orgânicas e o de comercialização de produtos do território, entre outros. Aos poucos o Projeto de São Bonifácio se desdobrou, acolheu novas demandas e novos grupos focais. Paulatinamente o Projeto foi se configurando em uma rede descentralizada, com um grupo focal para cada demanda dos agricultores familiares de pequena escala de produção, de modo que organizar o “Escritório Local de Agricultura” foi uma resposta perspicaz para atender variadas demandas, congregando mais agricultores familiares junto aos agrônomos, veterinários e técnicos agrícolas que integrou o Escritório Local de Agricultura do território. Através desse Escritório, profissionais da EPAGRI Local, da Prefeitura municipal e um agrônomo de um laticínio privado do município somaram esforços, atuaram coordenados e otimizaram os recursos humanos que tinham e a capacidade técnica e financeiras das suas respectivas entidades.

Partindo dessa dinâmica de construção social de conhecimento, a apresentação que fiz em São Bonifácio sobre a Marca Coletiva “Mafra” e a solução de Design de embalagens comum para produtos variados, manufaturados por distintas associações, complementou os esforços em curso como a implantação do Projeto PEAP. Desse modo, coordenar a elaboração técnica de projetos de Design no âmbito do Marca Mafra, com o viés da Economia Solidária, foi uma decisão acertada em relação aos agricultores familiares de pequena escala de produção, tanto quanto o foi para o meu percurso de projetista-pesquisador, pois nesse período eu era membro do Fórum Catarinense de Economia Solidária e investigava alternativas projetuais de Design com essa nova perspectiva. Assim, apresentar uma solução de Design comum a variados agricultores familiares e a variadas micro agroindústrias aplicadas no Projeto Mafra causou interesse imediato entre os agricultores familiares da pequena escala de produção e os integrantes do Escritório Local de Agricultura de São Bonifácio, a tal ponto que retornei de São Bonifácio para Florianópolis com o compromisso de coordenar o projeto que mais adiante elaborou a Marca Territorial de São Bonifácio, ampliando e expandindo o alcance dos conceitos testados na experiência realizada através do Projeto “Mafra”.

A elaboração da Marca Territorial São Bonifácio ocorreu através de uma disciplina que ministrei no Curso de Design Gráfico da UDESC, onde duplas de estudantes visitaram as casas e locais de trabalho de famílias de agricultores familiares de São Bonifácio, a partir de uma logística organizada de modo articulado entre o Escritório Local de Agricultura e os

agricultores familiares anfitriões. Aproximadamente um mês depois disso, os agricultores familiares de São Bonifácio retribuíram a nossa visita, participando de aulas da nossa disciplina na Universidade, em Florianópolis. Essa visita tinha dois propósitos: apresentar a universidade pública estadual em um dia normal de funcionamento aos agricultores familiares, além de estabelecer coletivamente os atributos de projeto – ou “briefing” – da Marca Territorial São Bonifácio. Isso caracterizou a abordagem transdisciplinar aplicada ao Design que imprimimos junto aos agricultores familiares, junto aos demais beneficiários do Projeto e junto aos promotores do Projeto. Também caracterizou uma abordagem interdisciplinar entre os estudantes, os demais pesquisadores do Projeto PEAP de São Bonifácio e os coordenadores dos dez Projetos PEAP. Esses aspectos reunidos correspondiam a uma meta perseguida na Universidade: a indissociabilidade da pesquisa, ensino e extensão universitária.

Três meses e meio após essas dinâmicas terem ocorrido, foram apresentadas quatro propostas de Marca para o território, em um salão de um pesque e pague do município de São Bonifácio, por ser amplo e estar situado em local de fácil acesso, sobretudo para os visitantes que vieram de outros municípios para assistir essas apresentações. Cada dupla de estudantes apresentou sua proposta para um público de agricultores familiares, pequenos comerciantes, agentes de desenvolvimento do município e do estado e para os pesquisadores da UDESC e da UFSC presentes, no final de 2006. Painéis com as propostas gráficas foi deixado com o Escritório Local de Agricultura, para que os agricultores familiares e demais beneficiários do Projeto PEAP pudessem ter acesso e um tempo generoso para elegerem a Marca Territorial São Bonifácio.

No semestre letivo seguinte, em uma outra disciplina que ministrei, os estudantes do Curso de Design Gráfico formaram pequenas equipes de projeto e elaboraram propostas de Design de embalagens com uma solução gráfica comum para os produtos acolhidos pela Marca Territorial São Bonifácio, sob inspiração das soluções elaboradas para o Projeto Mafra. Porém, os produtos de São Bonifácio que seriam embalados foram previamente elencados pelos agricultores familiares de pequena escala de produção, sistematizados pelo Escritório Local de Agricultura. Novamente houve intercâmbio entre agricultores familiares, estudantes universitários e outros atores sociais envolvidos Projeto PEAP de São Bonifácio, com visitas dos acadêmicos às casas dos agricultores familiares e dos agricultores familiares de São Bonifácio em nossa sala de aulas. Antes disso, porém, apresentei aos estudantes o Projeto Mafra e o Projeto da construção coletiva da Marca Territorial São Bonifácio. No final daquele semestre letivo as pequenas equipes de projeto apresentaram as suas propostas para um público ainda maior que na apresentação das propostas de Marca Territorial, no mesmo pesque e pague.

Para os agricultores familiares, para os pequenos comerciantes e para outros beneficiários do Projeto PEAP de São Bonifácio foi nesse momento que as propostas gráficas de embalagens dos produtos de São Bonifácio que ficaram claras, tanto quanto a potência da Marca Territorial como algo que aglutinava diversos produtos, variadas pequenas produções e muitos produtores, de modo que o espaço para a participação do agricultores familiares e outros beneficiados do Projeto PEAP de São Bonifácio foi sempre muito ativa e aberta a todos que quisessem se integrar. No entanto, em 2010 eu ainda me referia ao conjunto dessas embalagens como uma “Cesta de Bens e Serviços Territoriais” (Pecqueur, 2006, p. 135) de São Bonifácio mas revendo essas soluções, na oportunidade do presente trabalho, constatei alguns aspectos que alteraram essa compreensão: a) uma das propostas de Marca Territorial exprimia que o território de São Bonifácio era uma arena para promover um embrionários processo de “Desenvolvimento Local Sustentável e Solidário”; e b) replicamos a conceituação de Design do Projeto Mafra no Projeto PAEP de São Bonifácio, onde o “Design Local” (Moraes, 2004, p. 259) foi articulado como a perspectiva da Economia Solidária, gerando soluções visuais comum para diversificaos produtos, produções e produtores de São Bonifácio, porém de um modo ampliado e potencializado com a abordagem do Projeto PEAP de São Bonifácio. Nesse sentido, não se trata na verdade de uma “Cesta de Bens e Serviços Territoriais” de São Bonifácio, pois o Projeto PEAP de São Bonifácio proporcionou a oportunidade de construir coletivamente uma “Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais de São Bonifácio”. Isso é: tratava-se de uma inovação social inédita até então, produzida por intermédio do Design para a Sustentabilidade e da Economia Solidária, respaldando o que chamamos de “Design Integral” desde 2003.

Releva destacar, todavia, que a opção dos agricultores familiares de São Bonifácio foi a de manter as suas produções familiares em suas respectivas pequenas propriedades, para evitar deslocamento de casa para um outro local de trabalho. Isso permitia que eles cuidassem de seus familiares, de suas casas, de suas roças e de suas produções em suas pequenas propriedades. Outro aspecto significativo é que o produto principal da Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais São Bonifácio era o tradicional pão de milho “amarelinho” de São Bonifácio, tendo sido assumido – por essa razão – como o “tema gerador” que definiu os demais produtos da Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais. O pão de milho de São Bonifácio era emblemático por sincretizar um patrimônio indígena – o milho “amarelinho” – e as atafonas trazidas pelos imigrantes da Westfália que se intalaram em São Bonifácio, as quais foram “trazidas nos porões dos navios”. Contudo, cabe distinguir que o “Tema Gerador Central” do Projeto PEAP de São Bonifácio foi a melhoria do pasto (Farias, 2013, p. 74) enquanto que o “tema gerador” para elaboração da Marca Territorial e das embalagens da Cesta Solidária de

Bens e Serviços Territoriais de São Bonifácio foi o tradicional pão-de-milho de São Bonifácio (Simões, 2010, p. 187), reunindo os produtos que costumam ser consumidos com esse pão, elencados como os produtos a serem embalados, tal como manteiga, queijo, salame, mel, geleias, bolachas e outros. O conceito de “Tema Central Gerador” – ou resumidamente “Tema Gerador” – é de autoria do prestigiado educador Paulo Freire e foi muito útil para o Projeto PEAP de São Bonifácio e às soluções de Design da Marca Territorial São Bonifácio e da Cesta Solidária de Bens e Serviços São Bonifácio. Essas soluções tiveram, inclusive, uma produção-piloto que foi lançada oficialmente para o grande público durante a VII Festa do Pão de Milho de São Bonifácio – uma festa comunitária que faz manutenção da memória e comemora as tradições germânicas dos primeiros imigrantes que chegaram a São Bonifácio. Assim, a sétima edição da Festa do Pão de Milho de São Bonifácio atraiu turistas e teve na embalagem do pão de milho São Bonifácio um atrativo novo, o qual sintetizava aspectos culturais do passado – na Alemanha – com aspectos social e culturas sincretizados no presente de São Bonifácio, exprimido através de uma solução que lidou com estéticas distintas, equacionadas visualmente através do processo de construção coletiva que resultou numa síntese gráfica com intersemioses.

As dinâmicas decorrentes do Projeto PEAP de São Bonifácio indicam que houve algumas inovações sociais para o território, tal como a inauguração da feira de produtos orgânicos instalada no pátio em frente à Reitoria da UFSC, em Florianópolis, e a feira de produtos orgânicos na UNISUL, em Palhoça, nas quais os agricultores familiares de pequena escala de produção de São Bonifácio comercializam até hoje suas hortaliças, legumes, pães, méis, bolachas, entre outros produtos. Essas Ecofeiras são alguns dos resultados práticos de um dos grupos focais do Projeto PEAP de São Bonifácio, estimulado pelo Escritório Local de Agricultura em parceria com o Núcleo de Economia Solidária (NESOL / UFSC), sendo esse último o responsável pela tramitação institucional que autorizou a instalação da Ecofeira da UFSC. Um outro resultado / inovação social foi a instituição da Secretaria Municipal de Turismo de São Bonifácio, a qual estimulou de um modo organizado as operações de pousadas e pequenos restaurantes locais, incluindo a novidade das trilhas ecológicas em pequenas propriedades rurais que tinham proximidade do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PEST), além de passeios nas muitas cachoeiras do município, situadas em propriedades rurais.

A partir de uma outra iniciativa que emergiu com o Projeto PEAP de São Bonifácio, o território elaborou – à época – um Plano Diretor Participativo assumindo-se como um embrionário processo de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Entre outros compromissos, esse Plano vislumbrou a perspectiva da Marca Territorial São Bonifácio abranger uma série de

atividades, entre as quais haveria um pretenso sistema agroalimentar localizado, produtos alimentícios e serviços de turismo de base comunitária que comporiam a Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais São Bonifácio, tendo a Marca Territorial São Bonifácio como o signo visual que articulava e representava os produtos e produtores e os serviços e prestadores de serviços do território, conforme foi relatado no primeiro estudo de caso da Capítulo II deste trabalho. Tal como se pode conferir, o patrimônio natural, as territorialidades, os produtos com tipicidade e os serviços territoriais – hospedagem, trilhas, visitas a cachoeiras, restaurantes de comidas típicas e outros – foram assimilados pela governança municipal de um modo articulado, conciliando a perspectiva do Desenvolvimento Sustentável com as premissas do Desenvolvimento Territorial, com inspiração na proposta dos “Territórios da Cidadania” e nos debates do evento organizado pelo NMD / UFSC em 2007, onde foram articulados os conceitos de Desenvolvimento Territorial e os de Desenvolvimento Sustentável.

Ainda assim, as agroindústrias que se estabeleceram antes do Projeto PEAP São Bonifácio – tal como os frigoríficos que produziam embutidos, fábricas de laticínios, empresas de panificação e bolachas, entrepostos de mel e outras – puderam ter suas mercadorias incluídas na Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais de São Bonifácio, desde que usassem a “tag” que identificava os produtos representados pela Marca Territorial São Bonifácio. Nesse caso, não era necessário utilizar o uso da solução de Design de embalagem comum a todas as produções e produtores, pois os empreendimentos já estabelecidos podiam usar a própria marca e a própria embalagem, desde que usassem a “tag” para poderem constar na Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais de São Bonifácio e se integrarem aos demais agricultores familiares e outros atores sociais representados pela Marca Territorial São Bonifácio.

Mais adiante foi instalada uma Cooperativa de Crédito da CRESOL em São Bonifácio, dinamizando ainda mais o embrionário processo desenvolvimento do território, chegando a ter mais de cem contratos em pouco mais de um ano, por dispor de aconselhamento financeiro e oferecer linha de crédito mais econômica e atrativa aos agricultores familiares que a do Banco do Brasil. Nesse período, as nove famílias que formavam o grupo focal de produtores de alimentos orgânicos se cotizaram e compraram um pequeno caminhão, financiados pela CRESOL, para transportar os produtos que comercializam na Ecofeira da USFC, em Florianópolis. Mais adiante, o mesmo grupo inaugurou uma outra Ecofeira, no campus da UNISUL, no município Palhoça, o qual se situa entre os municípios de São Bonifácio e Florianópolis. Outros grupos focais emergiram e se cotizaram para adquirir equipamentos de trabalho com financiamento da CRESOL. Alguns desses grupos eram independentes e não participavam das ações do Projeto PEAP de São Bonifácio, indicando que as dinâmicas

resultantes desse Projeto replicaram espontaneamente na forma de iniciativas independentes. Isso ocorreu com um pequeno coletivo que “destocava” o campo para os outros proprietários rurais de São Bonifácio, os quais também adquiriram um pequeno caminhão para transportar os tocos retirados dos pastos, inspirados na iniciativa dos ecofeirantes. Enfatizo, todavia, que em todos os processos desencadeados pelo Projeto PEAP de São Bonifácio as mulheres tiveram grande importância, configurando-se na parcela dos agricultores familiares de pequena escala de produção que mais e melhor assimilaram as inovações sociais propostas, discutidas e implementadas, inclusive para estimular seus filhos jovens a participarem das atividades promovidas pelos Projeto PEAP de São Bonifácio.

Assim, o processo de formação em PEAP, a elaboração dos Projetos PEAP, a sua execução e o seu monitoramento transcorreram até 2008, quando foi finalizado o Projeto PRAPEM / Microbacias 2, o que incluía os Projetos PEAP. Porém, mais ou menos nessa mesma época houve eleições municipais bastante disputadas que elegeu uma gestão que não deu continuidade às conquistas do Projeto PEAP de São Bonifácio. No entanto, o processo de co-criação da Marca Territorial São Bonifácio e da Cesta Solidária de Bens e Serviços São Bonifácio demonstraram ser um instrumento potente para aglutinar agricultores familiares e outros atores sociais em torno de um embrionária processo de desenvolvimento endógeno de um território com critérios de sustentabilidade, assim como foi um fator para agregar novos atores sociais em favor de uma dinâmica horizontal, em boa medida autogestionária, socialmente pactuada e tecnicamente coordenada. Isso indica que há um forte potencial para fortalecer comunidades de agricultores familiares de pequena escala de produção e outros pequenos empreendedores formais e informais, onde boa parcela das atividades e negócios eram informais e pluriativos. Deve ser levado em conta, ainda, que o território São Bonifácio era rural e tinha características de “comunidade diferenciada”, por ser um território teuto-brasileiro da Encosta da Serra do Tabuleiro. Mais que isso, a maioria dos agentes de desenvolvimento envolvidos nessa experiência eram oriundos das áreas de Agronomia, Veterinária e Zootecnia, tanto na esfera municipal quanto na estadual.

Esse último ponto significa que a rede social formada ao longo do Projeto PEAP de São Bonifácio era descentralizada no nível municipal e parcialmente no nível estadual. Ou seja, os agricultores familiares e os demais beneficiários do Projeto PEAP tinham liberdade para formular suas demandas, as quais eram discutidas nos grupos focais, eram acolhidas pela rede de atores sociais do município e receberam respostas técnicas. Isso indica que as conexões inter e trans escalares eram horizontais, porém as conexões mais verticais não eram sempre tão francas, causando, por vezes, a impressão que nos níveis mais altos havia interesses políticos

velados. Ou seja: entre os coordenadores dos dez Projetos PEAP e o Projeto PEAP de São Bonifácio as conexões eram adequadas, horizontais e transparentes. Do mesmo modo, a conexão do Escritório Local de Agricultura com os agricultores familiares e os demais beneficiários do Projeto PEAP de São Bonifácio eram fluidas, estendendo-se às entidades parceiras, como a UDESC e UFSC. Mas até onde consegui observar, nos níveis mais acima dessas conexões não havia um processo participativo e incluyente dos demais níveis.

3.1.2 Em relação a Marca Territorial Arte Imbé

Conforme relatado no segundo estudo de caso deste trabalho, a construção coletiva da Marca Territorial Arte Imbé também decorreu de um dos dez Projetos PEAP, no âmbito do Projeto PRAPEM / Microbacias 2. O Projeto PEAP de Garuva – intitulado “Projeto Cipó-Imbé: Manejo Sustentado, Tecnologias Sustentáveis e Design Integral e Economia Solidária no município de Garuva, SC” – tinha três equipes trabalho articuladas: a de Manejo Sustentado, que focalizou a biologia do Cipó Imbé, o crescimento da planta e o seu manejo; a das Tecnologias Sustentáveis e Design Integral, onde Engenharia Mecânica, a Engenharia Ambiental e o Design operaram de um modo coordenado; e a equipe dedicada à Economia Solidária, que tinha a pretensão de organizar um empreendimento econômico-solidário. A equipe de Manejo Sustentado foi executada por pesquisadoras independentes e tinham proximidade com experientes pesquisadores da Botânica e da Etnobotânica da UFSC, porém essa equipe não foi institucionalizada através de nenhuma organização no período de vigência do Projeto Cipó Imbé. A segunda equipe foi institucionalizada através de professores da UDESC e uma pesquisadora independente. Por fim, a terceira equipe foi instituída através do grupo de pesquisa Núcleo de Economia Solidária (NESOL / UFSC).

O Projeto Cipó Imbé de Garuva tinha em formulação dados do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Diagnóstico para a aplicação do ‘Design - Sistema - Produto’ no artesanato de fibra de Cipó Imbé da comunidade de artesão de Garuva” (Tonicelo, 2004), o qual foi orientado por mim e coorientado pelo Professor Douglas Antunes. Além disso, o extensionista da EPAGRI Local de Garuva, à época da elaboração desse trabalho, era sensível aos Cipozeiros de Garuva, os quais correspondiam a uma parcela de 40% da população do município, situando-se entre os munícipes mais fragilizados social e economicamente. O Projeto Cipó Imbé tinha a pretensão de promover a consciência ambiental entre os artesãos do cipó Imbé, bem como aprimorar seus produtos e produções artesanais e estimular a socioeconomia da comunidade de artesãos, tal como entendíamos à época. Para tanto, o Projeto adotou a metodologia de PEAP dos “Agricultores Experimentadores”, já testada anteriormente em um outro continente.

Embora a sinergia entre as equipes do Projeto Cipó Imbé com os “agricultores experimentadores” da comunidade dos cipozeiros de Garuva fosse amistosa, havia o desafio de conectar dois mundos culturais distintos, onde um desses era – e é – o universo cultural das cipozeiras e cipozeiros e o outro era o universo cultural dos pesquisadores do Projeto Cipó Imbé. Por essa razão, a nossa equipe de pesquisa participativa tanto atuou de um modo interdisciplinar, realizando diálogos científicos entre os pesquisadores das três equipes, quanto transdisciplinar, tentamos estabelecer um diálogo de saberes com a cultura dos Cipozeiros. Importa lembrar que as cipozeiras e cipozeiros configuravam uma Comunidade Tradicional, resultando que esse diálogo de saber implicava em um desafio para o Projeto Cipó Imbé.

Nesse sentido, “ir para o mato” tinha um significado amplo e profundo que inicialmente não depreendemos do universo cultural da Comunidade Tradicional do Cipozeiros de Garuva. Para nós, “ir para o mato” era um simples deslocamento de um lugar externo para um outro, dentro da floresta. Apreender o significado disso requereu compreender algo amplo e profundo que exigiu muito contato com a Comunidade Tradicional dos Cipozeiros de Garuva, envolvimento esse que rendeu confiança mútua, estabelecida aos poucos. Isso permitiu entabular um domínio linguístico mínimo que possibilitou estabelecer uma relação de entendimento e de trocas com maior acuidade sociológica e etnográfica. A partir desse ponto, passamos a ter alguma compreensão sobre os significados que as cipozeiras e cipozeiros atribuíam às suas dinâmicas em relação ao cipó Imbé, a outras espécies vegetais, aos animais e a floresta ao longo das estações do ano. Começamos a entender o que envolvia os deslocamentos das cipozeiras e cipozeiros quando “iam para o mato”, o modo como extraíam o cipó Imbé, as escolhas de trilhas e rotas por onde se movimentavam na floresta, o dimensionamento de ferramentas necessárias para tais operações de extrativismo em cada excursão pela floresta, o modo como se mantinham sãos em relação aos animais selvagens e peçonhentos, entre outras atividades e muitos significados. Tangenciar esse universo foi uma conquista do Professor Douglas Antunes e das pesquisadoras Marta Zambonim e Silvia Venturi, a qual permitiu compreender por que eram prestigiados pelas cipozeiras e cipozeiros aqueles que “iam ao mato”. Essas cipozeiras e cipozeiros pela própria Comunidade Tradicional dos Cipozeiros de Garuva também abasteciam os demais cipozeiros-artesãos, sendo, entre muitas outras virtudes, essenciais para confecção de artesanatos de cipó Imbé. Além disso, “ir ao mato” estabelecia um elo entre o tempo presente e o tempo ancestral da Comunidade Tradicional dos Cipozeiros de Garuva. Esses aspectos etnográficos e as respectivas “manifestações expressivas” da Comunidade foram se tornando mais claros a medida em que o Professor Douglas Antunes passou a “ir ao mato” com cipozeiras e cipozeiros que dominavam essa prática. Inicialmente a

intenção era compreender como ocorria o processo de extrativismo das fibras naturais que seriam utilizadas como matéria-prima nos artesanatos e, mais adiante, para conhecer melhor o universo cultural das cipozeiras e cipozeiros. As leituras e debates sobre temas antropológicos e etnográficos com outros pesquisadores também foi importante nesse processo de acesso ao universo cultural da Comunidade Tradicional de Cipozeiros de Garuva.

Com tal abertura cognitiva, novas sinapses foram formadas, impactando a equipe de Etnobotânica e Manejo Sustentável do Projeto Cipó Imbé. Em relação a isso, os estudos realizados pelas pesquisadoras Renata Zambonim e Silvia Venturi “com as cipozeiras e cipozeiros-agricultores experimentadores” – em alusão à metodologia do Projeto Cipó Imbé – demonstrou um nível alto de prudência por parte dos cipozeiros ao manejarem o cipó Imbé na floresta, indicando um modo criterioso da prática vernacular de extrativismo, o qual não comprometia a planta-matriz – as “mãezeras” (Antunes, 2011, p. 89). Ou seja: a “mãezera” de onde eram extraídos fios de cipós para produção de artesanato era poupada de outra extração até que estivesse reestabelecida. Assim, as cipozeiras e cipozeiros que “iam para o mato” utilizavam uma área ampla de floresta, localizando cuidadosamente os quadrantes onde estavam as “mãezeras” aptas para o fornecimento de fios de cipó. Essa capacidade de “planejamento” das cipozeiras e cipozeiros envolvia a habilidade mental de setorizar e de memorizar a floresta, bem como de selecionar o quadrante onde “entrariam no mato” para extração de cipó Imbé. Para tanto, também planejavam a logística do processo de trabalho extrativo, dimensionando as ferramentas necessárias para o trabalho a ser feito, o volume e o peso de bagagem que conseguiriam transportar nas costas, as trilhas com menor aclive a serem utilizadas, os desvios de charcos e outros obstáculos naturais, entre outros aspectos operacionais.

Em relação a equipe de Tecnologias Sustentáveis e Design Integral, também houve impacto após os trabalhos de campo, com os quais foram levantados gargalos do processo produtivo dos artesanatos de cipó Imbé de Garuva, tanto quanto foram observadas e analisadas as fases de extração, de transporte dos fios de cipó em bruto da floresta até os locais de trabalho dos artesãos, o beneficiamento dessas fibras, a manufatura do artesanato, o esforço dos artesãos durante a manufatura e os resíduos ambientais resultantes desse processo produtivo artesanal. Constatou-se com isso que havia “trabalho sofrido” e que eram praticados “preços injustos” quando os atravessadores compravam os artesanatos dos cipozeiros-artesão de Garuva, confirmando que a perspectiva do Design Integral era adequada para equacionar as demandas econômico solidárias do Projeto Cipó Imbé. Nesse sentido, as “Tecnologias Sustentáveis” (Manzini e Vezolli, 2002) e as “Tecnologias Sociais” (Brandão *et al.*, 2004, p. 15) foram

imbricadas, gerando soluções de Design com sinergia entre essas perspectivas, com franca sinérgica. Desse modo, o compromisso com a Economia Solidária tanto foi inovador socialmente quanto era uma necessidade.

Paralelamente aos esforços realizados através do Projeto Cipó Imbé, havia sido publicada a obra “Design para Inovação Social e Sustentabilidade: Comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais” (Manzini, 2008), com uma perspectiva conceitual que tinha proximidade como a nossa práxis de Design Integral. Vale destacar que o conceito de Design Integral foi construído aos poucos, inicialmente com estudos interessados em articular o Ecodesign com a Economia Solidária. Além disso, começamos a testar o Design Integral em 2003, apresentando resultados interessantes na solução da Marca Coletiva Mafra e nas respectivas embalagens para produtores e produções distintas do Projeto Mafra. Isso significa que o processo de aquisição cognitiva contido nessa trajetória ampliou a capacidade projetual e contribuiu no equacionamento das soluções elaboradas no Projeto PEAP de São Bonifácio e, por decorrência, nas soluções do Projeto Cipó Imbé. Assim, essas experiências serviram de inspiração para os avanços conceituais iniciados em experiências anteriores, resultando em uma práxis singular que instrumentalizou a construção coletiva da Marca Territorial São Bonifácio e avançou para um novo estado-da-arte inaugurado como a construção coletiva da Marca Territorial Arte Imbé.

Em relação ao Projeto Cipó Imbé, adotamos um modo projetual que apenas anos depois vimos em publicações científicas com enquadramento teórico ligado a “interdisciplinaridade aplicada ao Design” (Couto, 2014, p. 85; Frascara, 2000) e à “transdisciplinaridade aplicada ao Design” (Somerman, 2012). Mas no que tange a construção coletiva da Marca Territorial Arte Imbé, tínhamos algum acúmulo desde a construção coletiva do símbolo que foi empregado na Marca Coletiva APRUDESC e da construção coletiva da Marca Territorial São Bonifácio, de modo que utilizar as premissas do Design Integral na construção coletiva da Marca Territorial do Projeto Cipó Imbé foi uma aposta ponderada. Contudo, a justificativa mais importante para esse caso dispor de um modo projetual mais harmonioso que as práticas convencionais de Design foi o respeito pelo universo cultural da Comunidade Tradicional dos Cipozeiros de Garuva. Nesse sentido, percebemos aos poucos, através da convivência, que os agricultores familiares beneficiários do Projeto Cipó Imbé correspondiam a um tipo especial de agricultores familiares, pluriativos (Schneider, 2011) tanto em essência quanto por resiliência, os quais estavam mais interessados em resistência cultural e insurgência política em favor da própria Comunidade (Antunes, 2011). Assim, um dos méritos das pesquisadoras Renata Zambonim e Silvia Venturi, da equipe de Etnobotânica e Manejo

Sustentado, foi propiciar a oportunidade para que as cipozeiras e cipozeiros de Garuva se reconhecessem – por autodeclaração – como Comunidade Tradicional dos Cipozeiros de Garuva. Do mesmo modo, o Professor Douglas Antunes teve um protagonismo importante ao estimular que a Comunidade fosse reconhecida pela sociedade como tal (Antunes, 2001). Carece apontar, inclusive, que o Projeto Cipó Imbé reverberou mesmo após o seu término, pois a Comunidade pactuou entre si e se organizou como o Movimento Social Interestadual de Cipozeiros e Cipozeiras (MICI), “[...] em articulação com outros movimentos sociais representantes das identidades coletivas do estado do Paraná, mobilizados na Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais” (Antunes, 2011, p. 116).

Por todas essas questões a construção coletiva da Marca Territorial Arte Imbé corresponde a um avanço significativo, se comparada com o modo como foi coletivamente construída a Marca Territorial São Bonifácio. Ou seja: o universo cultural da Comunidade Tradicional dos Cipozeiros de Garuva demandou um processo projetual que evoluiu maior imersão etnográfica, de modo que as três Oficinas de Criatividade que realizamos permitiu acessar os signos que a Comunidade considerou mais representativo, os quais transpusemos para sua Marca Territorial autorizados pelas cipozeiras e cipozeiros de Garuva. Esse novo modo de construção com os agricultores familiares-artesãos da Comunidade Tradicional dos Cipozeiros de Garuva não só caracterizou como também aperfeiçoou a nossa práxis de co-criação do “naming” Arte Imbé. Mais que isso, é devido frisar a importância da participação das cipozeiras nesse processo – que foi majoritária –, bem como a participação dos cipozeiros e, sobretudo, a grande contribuição oferecida pelas crianças e adolescentes da Comunidade no processo de co-design do símbolo da Marca Territorial Arte Imbé. Enfim, não teria sido possível elaborar um modo para lidar com variáveis identitárias e culturais tão particulares que não fosse uma construção coletiva para elaborar a Marca Territorial Arte Imbé, pois sem ampla participação da própria Comunidade Tradicional dos Cipozeiros de Garuva seria apenas uma forma convencional de se fazer Design, onde o projetista opera “para o demandante”, e não “com o demandante”.

Vale notar, entretanto, que à época não havia projetos de Design com tais características, de modo que tivemos de conceber o método de trabalho e consuzir esse processo de construção coletiva da Marca Territorial Arte Imbé com base na experiência de construção coletiva do símbolo da Marca Coletiva APRUDESC, no conceito de solução comum de Design do Projeto Mafra e na compreensão de abrangência territorial decorrente da construção coletiva da Marca Territorial e da Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais de São Bonifácio.

Somente alguns anos após divulgarmos a Marca Territorial Arte Imbé (Simões *et al.*, 2009, p. 75) conheci uma dissertação de mestrado com um estudo de caso de uma Marca que tinha alguma proximidade com a nossa proposta de construção coletiva de Marcas Territoriais. A Marca Coletiva “Ver as Ervas”, elaborada para a “Associação Ver-as-Ervas” de Belém do Pará (Silva, 2013, p. 116), foi lastreada pela corrente teórica do “Design Participativo” (p. 16), porém, a despeito de seus muitos méritos, não havia nessa perspectiva a intenção de estimular o desenvolvimento de um território, assim como não estava comprometida com a Economia Solidária. Nesse sentido, o caso da Marca Territorial Arte Imbé operamos desde o início com a perspectiva teórica do Projeto PEAP e trabalhamos “com os agricultores experimentadores” e não “para os agricultores experimentadores”, estendemos essa lógica para o processo de construção coletiva da Marca Territorial Arte Imbé, pois entendíamos que necessário captar os signos que exprimissem universo cultural e identitário da Comunidade Tradicional dos Cipozeiros de Garuva. Portanto, ninguém seria mais indicado que a própria Comunidade para tanto.

Infiro, então, que há diferenças entre o processo de construção coletiva da Marca Territorial São Bonifácio e o processo de construção coletiva da Marca Territorial Arte Imbé. No primeiro caso, a pesquisa participativa contemplou uma série de grupos focais articulados entre si, culminando em um resultado com maior amplitude horizontal (muitas produções e produtores) e profundidade etnográfica (identidade cultural do território calcada nos primeiros “alemães” do território). Assim, a Marca Territorial São Bonifácio acolheu diversificadas produções, variados produtores e serviços em sua Cesta Solidária de Bens e Serviços São Bonifácio. No caso da Marca Territorial Arte Imbé, a pesquisa participativa operou inicialmente com um número reduzido de “agricultores experimentadores” da Comunidade Tradicional de Cipozeiros de Garuva, os quais possuíam um secular “saber-fazer” (Raud, 1999, p. 12) – ou “saber local” (Geertz, 1997), os quais foram indicados pela própria Comunidade como os agricultores experimentadores considerados mais inovadores para compor a equipe do Projeto Cipó Imbé. Esse fator combinado com o perfil interdisciplinar das equipes do Projeto Cipó Imbé resultou e uma compreensão profunda sobre o cipó Imbé, sobre os cipozeiros-artesão e sobre a manufatura de artesanatos com essa fibra natural, além das questões relativas a comercialização desses produtos e os resíduos ambientais desse sistema produtivo. No entanto, conhecimento resultante dessa abordagem foi híbrido, pois articulou “saber fazer” – ou o “saber local” – com o conhecimento científicos de áreas distintos, atestando o avlor da abordagem transdisciplinar. Tudo isso favoreceu acessar significados culturais e identitários importantes para o processo de construção coletiva da Marca Territorial Arte Imbé, com destaque para o

“mapeamento situacional” do território das cipozeiras e cipozeiros de Garuva empreendido por entes da Comunidade como assessoramento do Projeto Cipó Imbé (Antunes, 2011). Nada disso seria possível sem que houvesse grande interação dos envolvidos no Projeto Cipó Imbé. Assim, o aprimoramento de ferramentas de trabalho dos artesãos e a geração de “novos” produtos combinaram elementos da tradição com elementos contemporâneos. Essa interface produziu alguns resultados, entre os quais a confiança entre as cipozeiras e cipozeiros em relação aos “acadêmicos” do Projeto Cipó Imbé foi o mais significativo.

Importa destacar, todavia, que os agricultores familiares-artesão envolvidos no processo de construção coletiva da Marca Territorial Arte Imbé não eram apenas “agricultores experimentadores” ou só artesãos do cipó Imbé. Aos poucos as atividades do Projeto Cipó Imbé acolheram mais e mais cipozeiras e cipozeiros, em especial a partir das Oficinas de Mapeamento que culminaram na publicação do 9º fascículo da Nova Cartografia Social, dedicada integralmente a Comunidade Tradicional dos Cipozeiros de Garuva. As atividades das Oficinas de Criatividade também ampliaram o número de cipozeiras, cipozeiros, suas crianças e adolescentes junto ao Projeto Cipó Imbé. Tais atividades passaram a ser anunciadas com dias de antecedência, convocando a Comunidade através da rádio comunitária de Garuva e de outros meios locais. Entendo, portanto, que o Projeto Cipó Imbé iniciou com uma estrutura de “rede de atores sociais descentralizada”, em formação, transformando-se ao longo do processo em uma “rede de atores sociais distribuída”. Essa estrutura ficou ainda mais evidente após a conclusão do Projeto Cipó Imbé, nas investigações posteriores do Professor Douglas Antunes, as quais estão detalhadas em seu trabalho de doutoramento (Antunes, 2011) e outras publicações, com numerosos registros que demonstram os avanços etnográficos e sociológicos decorrentes de mapeamentos livres e situacionais e outras intermediações. Contudo, como tais avanços extrapolam o objeto de estudos do presente trabalho, essas discussões não constam nessa oportunidade.

Por outro lado, embora um dos compromissos do Projeto Cipó Imbé fosse estimular um “empreendimento econômico solidário” (Ramos *et al.*, 2013, p. 52) – possivelmente uma cooperativa da Comunidade de cipozeiras e cipozeiros –, o Projeto encerrou no final de 2008 sem equacionar essa pretensão, ainda que tenha ficado indicado que havia recursos específicos no território das cipozeiras e cipozeiros de Garuva que podiam ser ativados, tanto quanto alguns elementos das respectivas territorialidades poderiam organizados na forma de serviços territoriais, tal como trilhas guiadas por cipozeiras e cipozeiros que sabem “entrar no mato” para oferecer a observação de espécies vegetais nativas ou a contemplação de aves e pequenos animais silvestres nativos aos visitantes do território. Também poderiam oferecer serviços

territoriais relacionados com pescarias esportivas em períodos permitidos por lei, além de empreender pequenas pousadas e restaurantes de comidas típicas da Comunidade. Como exercício de imaginação, seria possível preoorrer trilhas em trechos do Caminho de Peabiru ou no espaço onde existiu o Falanstério do Saí, compondo uma Cesta Solidária de serviços territoriais orientados para o turismo de base comunitária. Portanto, não há o que impeça de imaginar uma possível Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais da Comunidade Tradicional de Cipozeiros de Garuva enquadrada na categoria de produtos e serviços da sociobiodiversidade brasileira, previamente concertada pela Comunidade. Tal sistema produtivo local, pautado pelas Tecnologias Sociais e a Economia Solidária, oferece inspiração suficiente aprendidas como as lições assimiladas através do Projeto Mafra e da Cesta Solidária de Produtos e Serviços São Bonifácio. Evidentemente, essas possibilidades só farão sentido se forem capitaneadas por processos de governança democrática e autogestionária, necessariamente conduzidos pelo Movimento Social Interestadual de Cipozeiros e Cipozeiras (MICI). Para tanto, é fundamental que existam políticas públicas e o necessário financiamento do Estado, como medida de reparação histórica, tal como consta na cambaleante Constituição Federal brasileira de 1988, ainda em vigência apesar de tudo. Para tanto, basta uma ínfima fração dos impostos coletados pela administração pública municipal e/ou estadual.

Evidentemente, essas possibilidades não estavam incluídas entre os objetivos do Projeto Cipó Imbé, até porque o prazo de execução do Projeto foi de apenas três anos. Seja como for, a construção coletiva da Marca Territorial Arte Imbé abriu um caminho para novas hipóteses e possibilidades, entre as quais a co-criação e o co-design de uma possível Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais Arte Imbé foi indicada por Antunes (2011), sugerida por Simões *et al* (2009) e ponderada por Ramos *et al.* (2013).

3.1.3 Em relação a Marca Territorial Costa Catarina

De acordo com o relato do terceiro e último estudo de caso deste trabalho, a construção coletiva da Marca Territorial Costa Catarina foi um dos resultados do “Projeto Desenvolvimento Territorial Sustentável da zona costeira catarinense: Estratégias integradas de geração de trabalho e renda a partir da valorização da identidade cultural das comunidades pesqueiras tradicionais” – ou apenas Projeto DTS - IC –, o qual foi executado entre outubro de 2008 e dezembro de 2013. Nesse Projeto havia aportes científicos oriundos de algumas áreas de estudos, conforme os interesses científicos de seus autores – os Professores Paulo Freire, Claire Cerdan e Sérgio Pinheiro –, acumulados ao longo de suas jornadas de estudos, pesquisas científicas e trabalhos empíricos, com destaque para os temas do Ecodesenvolvimento, do

Desenvolvimento Territorial e Desenvolvimento Rural Sustentável. A aliança desses pesquisadores se deu antes da concepção do Projeto DTS - IC, institucionalizada através do convênio de cooperação técnica firmado entre a UFSC, o CIRAD e a EPAGRI. Assim, o Projeto DTS - IC possui aportes filosóficos, sociológicos, geográficos e agroecológicos e tinha o objetivo investigar e estimular dois territórios-piloto da zona costeira catarinense – o Litoral Centro Norte (LCN) e o Litoral Centro Sul (LCS). Para tanto, foram celebradas parceria institucionais e apoio financeiro como uma instituição internacional e uma nacional. Sendo um projeto de pesquisa-ação, esse Projeto foi organizado com atividades de “Pesquisa” e de “Ações Territoriais” executadas pela UFSC, CIRAD e EPAGRI, com o apoio do Centro Latinoamericano para o Desenvolvimento Rural (RISMISP) e do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

A minha participação no Projeto DTS - IC iniciou por volta de abril de 2009, com a incumbência de coordenar a elaboração de “Mapas de Identidades Culturais” – um para cada território-piloto – demandados no 1º Laboratório Territorial (LABTER). No entanto, também ficou no mesmo período que elaboraríamos participativamente duas Marcas Territoriais – uma para cada território-piloto. Assim, embora eu tenha coordenado a elaboração participativa de dois “Mapas de Identidades Culturais” e de duas Marcas Territoriais, analiso aqui a construção coletiva da Marca do território-piloto LCS – ou território Costa Catarina –, em razão deste caso ser parte do objeto de estudo do presente trabalho.

Portanto, a construção coletiva da Marca Territorial Costa Catarina foi um dos resultados do Projeto DTS - IC, além de culminar no ponto mais alto do estado-da-arte das experiências de co-criação e co-design de Marcas Coletiva e de Marcas Territoriais que tive participação direta. Nesse compito entra a construção coletiva do símbolo da greve que foi utilizado na Marca Coletiva APRUDESC, a solução de Design comum a variados produtos e diferentes produtores abrigados pela Marca Coletiva Mafra, a construção coletiva da Marca Territorial São Bonifácio e da respectiva Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais e a construção coletiva da Marca Territorial Arte Imbé. Embora essas últimas experiências tenham sido operadas com a práxis do Design Integral, deixei claro nos estudos de casos deste trabalho que essa abordagem tinha proximidade a proposta conceitual do Design Local (Moraes, 2014, p. 259) e do Design para a Inovação Social (Manzini, 2008). Nesse sentido, o processo de construção coletiva da Marca Territorial Arte Imbé foi a experiência deu base teórico0prática para o processo de co-criação e de co-design da Marca Territorial Costa Catarina.

De fato, os projetos de pesquisas que demandaram as Marcas Territoriais São Bonifácio e Arte Imbé tiveram prazos maiores que os projetos convencionais do campo do

Design, sendo esse um fator importante nos respectivos processos de construção coletiva – ou de co-criação e de co-design – dessas Marcas. No entanto, dispor de um prazo ainda maior para construir coletivamente soluções de Design favoreceu o equacionamento do desafio apresentado pelo Projeto DTS - IC, pois permitiu maior interação com os beneficiários do Projeto e isso foi um componente importante para angariar confiança dos atores sociais envolvidos no processo, transcendendo ainda mais o estado-da-arte do Design alcançado com as construções coletivas das Marcas Territoriais São Bonifácio e Arte Imbé, lançando-me um caminho projetual inédito.

O Projeto DTS - IC ampliou o que havia sido alcançado tanto por integrar de uma experiente equipe de pesquisadores com formações acadêmicas distintas quanto por promover um intercâmbio interinstitucional com entidades com expertise nesse mesmo campo, tal como o RIMISP – e as entidades que forma a sua rede de pesquisadores – e o CIRAD. Além disso, o Projeto DTS - IC contou como financiamento para sua execução ao longo de quase seis anos. Dispor de recursos financeiros para amparar a construção coletiva da Marca Territorial Costa Catarina e ter contato com vários pesquisadores capacitados e experientes foi algo que ainda não tinha ocorrido nas experiências em São Bonifácio e em Garuva, de modo que esses aportes tornaram as experiências realizadas através do Projeto DTS - IC algo significativo, a ponto de ampliar o estado-da-arte da construção coletiva de Marcas Territoriais.

Um dos avanços do processo de construção coletiva da Marca Territorial Costa Catarina foi ser precedida pela construção coletiva de um Mapa de Identidade Culturais – esse foi o termo inicial e provisório da Carta de Identidades Culturais do território Litoral Centro Sul. A elaboração dessa “Carta” foi uma espécie de curadoria coletiva e popular que indicou os recursos específicos mais significativos do território. Esse estágio da construção coletiva da Marca do território acessou os signos identitários e culturais que eram mais representativos para os beneficiários do Projeto DTS - IC – pescadores artesanais, agricultores familiares, munícipes envolvidos com o turismo de base comunitária e pessoas produtoras ou promotoras de atividades culturais e não-agrícolas. Essa Carta de Identidades Culturais reuniu o que os beneficiários do Projeto DTS - IC priorizou de um modo horizontalmente pactuado, indicando os recursos específicos que melhor os representavam, além de registrar as manifestações expressivas do território (Martins, 2009, p. 29).

Porém, antes disso o 1º Laboratório Territorial (LABTER) foi realizado em Garopaba em dezembro de 2009, onde se pactuou o próprio Projeto DTS - IC com o território, tanto quanto serviu para nivelar uma série de conceitos entre os beneficiários do Projeto DTS - IC, autoridades locais, agentes de desenvolvimento e os entes das organizações não-

governamentais ambientalistas envolvidos com o Projeto. Desse modo, no 1º LABTER focalizou temas como território, recursos territoriais, identidades territoriais e dinâmicas territoriais, bem como foram apresentadas experiências europeias e latino-americanas com a intenção de despertar entre os participantes as possibilidades de um tipo de desenvolvimento baseado em identidade cultural. Posteriormente foi realizado o 2º LABTER, com abrangência internacional e setenta e cinco participantes, entre os quais estavam lideranças de diversos extratos da Agricultura Familiar, como pescadores artesanais, agricultores de pequena escala de produção, representantes de entidades ligadas com atividades artísticas e culturais do setor de turismo, representantes das comunidades do território, funcionários das prefeituras municipais e de outras instituições. Pesquisadores da rede do RIMISP tiveram presença marcante no 2º LABTER, como representantes da Argentina, Chile, Peru e Bolívia e outros que apresentaram contribuições relativa ao enfoque do Desenvolvimento Rural como Identidade Cultural (DTR - IC) (Ranaboldo y Schejtman, 2009). O tema central do 2º LABTER foi “Territórios em construção: Gestão territorial, estratégias e políticas de DTS - IC” (Pinheiro *et al.*, 2014, p. 29) e contou com várias mesas redondas, sendo que uma delas focalizou a negociação de conflitos e os avanços nos processos de governança territorial, com a exposição de experiências do Brasil, Chile, Peru, Argentina e Bolívia sobre estratégias para gestão territorial.

Além dessas atividades, a Carta de Identidades Culturais do território LCS foi elaborada através de quatro Oficinas Participativas de Identidades Culturais do Projeto DTS - IC, conforme descrito no terceiro estudo de caso do presente trabalho, resultando em uma espécie de marco de referência sobre as identidades culturais mais expressivas do território. O pré-lançamento da versão impressa da “Carta de Identidades Culturais do Território Litoral Centro Sul – Paulo Lopes, Garopaba e Imbituba” ocorreu no “Encontro Intercontinental de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS): Atores e processos inovadores para ampliar e fortalecer as experiências locais”, realizado no município de Balneário Camboriú em novembro de 2011. Assim, entre a realização das Oficinas Participativas de Identidades Culturais e o pré-lançamento da Carta de Identidades Culturais foram testados os “Roteiros Turísticos de Base Cultural e Comunitária”, os quais foram experimentados e avaliados pelos participantes do Encontro Intercontinental mencionado acima como potenciais embriões de uma dinâmica de turismo baseada nas identidades socioculturais do território. Segundo um dos coordenadores do Projeto DTS - IC, esses Roteiros fortaleceram a autoestima e o protagonismo dos entes e entidades beneficiários do Projeto DTS - IC, os quais se encontravam cada vez mais marginalizados pelo processo de crescimento econômico convencional no território. Para esses

analistas, os Roteiros Turísticos de Base Cultural e Comunitária tinham uma função social importante, pois estimulavam jovens pescadores artesanais, agricultores familiares e artistas e artesãos locais prosseguirem com identidades culturais e atividades socioeconômicas significativas do território. Os analistas também consideraram que os engenhos de farinha, os ranchos de pesca artesanal e os alambiques de cachaça passaram a receber mais visitantes, ampliando a venda de produtos e serviços que ofereciam. Segundo eles, os restaurantes de comidas típicas e pequenas pousadas passaram a comprar mais mel, melado, doces e outros produtos típicos dos agricultores familiares beneficiários do Projeto DTS - IC, assim como surgiram novos empreendedores do território ligados ao turismo de base comunitário.

Enfim, a Marca Territorial Costa Catarina foi precedida de uma série esforço que serviram de base para sua construção coletiva, tornando o processo de construção coletiva ainda mais fácil de ser assimilado protagonizado pelos pescadores artesanais, agricultores familiares, artistas e artesão locais e empreendedores do turismo de base comunitária e outros atores social envolvidos na construção coletiva dessa Marca Territorial, tornando uma atividade complexa em uma prática paulofreirianamente cativante, dialético e dialógico. Além disso, uma das virtudes do caso da Marca Territorial Costa Catarina foi o seu registro no Instituto Nacional de Propriedade Nacional (INPI), fato esse não ocorreu nos casos das Marcas Territoriais São Bonifácio e Cipó Imbé. Para tanto, foi instituída a Associação de Desenvolvimento Territorial Costa Catarina (ADTC), com uma modelagem planejada para garantir autonomia aos beneficiários do Projeto DTS - IC, de modo que a Marca Territorial Costa Catarina é um patrimônio da ADTC.

Por outro lado, ainda que não fosse um compromisso do Projeto DTS - IC construir coletivamente uma Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais, coordenei as soluções de Design para a Inovação Social desse caso vislumbrando que em algum a ADTC avançaria para o empreendimento de sua Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais Costa Catarina. As Imagens abaixo mostram o quanto ficou sugerida a perspectiva dessa Cesta, conforme as imagens relativas ao estudos de caso dessa Marca mostram esse pontencial. Essa perspectiva de futuro se tornou ainda mais clara com a publicação da segunda edição das Cartas de Identidades Culturais do território Costa Catarina, pois diferente da Carta da edição, essa nova edição apresentou as identidades culturais priorizadas na Carta da primeira edição na forma de recursos específicos ativados.

Como se pode deduzir, o passo seguinte a publicação da segunda edição da Carta de Identidades Culturais – intitulada “Legados Caminhos Costa Catarina - 2014 - 2015 – Turismo

Cultural, Encantos Naturais e Hospitalidade” – seria a organização de sistema agroalimentar localizado e construção coletiva da Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais Costa Catarina. Porém, o Projeto DTS - IC encerrou em dezembro de 2013, conforme era previsto.

No entanto, independentemente do Projeto DTS- IC ter sido concluído, a Comunidade Tradicional do Quilombo da Toca – de Paulo Lopes –, as Comunidades Tradicionais do Quilombo do Morro do Fortunato e do Quilombo da Aldeia – de Garopaba – e a Comunidade Tradicional dos Areais da Ribanceira – de Imbituba – seriam contempladas com propostas de Marcas Coletivas e de Cestas Solidárias de Bens e Serviços Territoriais, elaboradas através das minhas disciplinas do Curso de Design na UDESC. Contudo, apenas a Marca Coletiva Morro do Fortunato foi elaborada, embora ainda precise ser aprovada pela Comunidade. A minha pretensão com essas novas Marcas Coletivas e Cestas Solidárias de Bens e Serviços Territoriais dessas Comunidades Tradicionais era aumentar a amplitude da Marca Territorial Costa Catarina e sua pretensa e futura Cesta Solidária de Bens e Serviços Costa Catarina, fortalecendo simultaneamente as Comunidade Tradicionais e o território Costa Catarina, estimulando essas Comunidades a terem maior autonomia para si mesmas e, assim, empoderar ainda mais o território Costa Catarina.

De todo modo, se tomarmos por base o conceito de “estrutura das redes de atores sociais” adotados nos Projetos PEAP, cabe inferir que os beneficiários do Projeto DTS - IC formaram inicialmente uma rede de atores sociais descentralizada e, aos poucos, tendiam a uma rede de atores sociais distribuída, confirmando que houve estímulo para que operassem de um modo orientado a autogestão em seus processos de concertação. Nesse sentido, o lugar e a participação dos agricultores familiares da pequena escala de produção e os demais beneficiários do Projeto DTS - IC tiveram diversas atividades participativas para que eles assumissem um protagonismo cada vez maior, incluindo os momentos de construção coletiva via co-criação e co-design das soluções mencionadas acima. Evidentemente, a responsabilidade do Estado em relação aos municípios não cessa com o encerramento do Projeto DTS - IC, pois é obrigação do Estado satisfazer as necessidades básicas da população tal como consta na Constituição Federal, de modo que o apoio institucional e o financiamento do Estado permanecem necessários para continuidade as atividades da Associação de Desenvolvimento Territorial Costa Catarina (ADTC) a partir do que já foi realizado.

Contudo, especificamente em relação a Marca Territorial Costa Catarina, as abordagens interdisciplinar e transdisciplinar aplicadas nas soluções elaboradas através da perspectiva do Design para Inovação Social (Manzini, 2017) foram instrumentos potentes para dar forma e exprimir a identidade cultural do território Costa Catarina. Nesse sentido, as

contribuições que demos ao Projeto DTS - IC, operando “com os agricultores” e não “para eles”, desconstrói a noção vigente para muitos profissionais que os projetos de maior complexidade podem ser equacionados de um modo convencional, por equipes multidisciplinares orientadas pela economia capitalista de mercado. Neste sentido, as soluções apresentadas no estudo de caso da Marca Territorial Costa Catarina foram pautadas pelo Design para a Inovação Social (Manzini, 2017) e pela práxis do Design Integral, onde os envolvidos na construção coletiva da Carta de Identidades Culturais e na construção coletiva da Marca Territorial Costa Catarina “fizeram design” (p. 69) – ou “co-design” – provocando um impacto social novo e positivo, tratado aqui como inovação social (p. 77). Assim, conforme o proponente do conceito de “Design para a Inovação Social” adotado por este trabalho, essa perspectiva abriu um campo para aplicações práticas através de novas experiências e possibilidades, as quais permitirão compreender os limites e as implicações dessa modalidade de Design. Vale lembrar que outros autores endossam que o Design para a Inovação Social não é algo novo (Torres, 2020, p. 67), tratando-se, portanto, de um modo pelo qual o Design Contemporâneo também vem se manifestando.

No entanto, é de bom entendimento que a Marca Territorial Costa Catarina foi um resultado válido, pois a construção coletiva foi um modo agregador e aglutinou os atores sociais do território em torno de um empreendimento socialmente incluyente, pactuado entre os envolvidos e os beneficiários do Projeto DTS - IC, tal como reconheceram Policarpo *et al.* (2020), Policarpo (2019), Pinheiro *et al.* (2014) e Cerdan *et al.* (2011). Em suas análises, foram detalhados em minúcias o Projeto DTS - IC, os conflitos de interesses no território, os obstáculos encontrados, as deficiências e os aspectos positivos do Projeto, entre os quais consideraram as Marcas Territoriais como positivas. Nesse sentido, a abordagem do Desenvolvimento Territorial Sustentável forneceu um campo promissor para aplicação do Design para Inovação Social (Manzini, 2017), com muito sintonia com a abordagem do Projeto DTS - IC. Em resumo, foram os aportes teóricos e prático foram adequados para a construção coletiva da Carta de Identidades Culturais e para construção coletiva da Marca Territorial Costa Catarina, resultando em um efeito que minimizou diferenças entre os beneficiários do Projeto DTS - IC e fortaleceu os laços identitários e culturais do território, articulando indivíduos e comunidades.

3.2 A contribuição das Marcas territoriais construídas coletivamente para o campo de conhecimento e práticas do Design

*Tenho tão nítido o Brasil que pode ser,
e há de ser, que me dói o Brasil que é.*

Darcy Ribeiro

*A noite não é o fim do dia;
é o começo do dia que vem.*

Guimarães Rosa

A perspectiva de uma nova práxis em Design é sempre instigante, pois a teoria qualifica a prática vigente ao aperfeiçoar a teoria em um processo cíclico e virtuoso. Assim, a construção coletiva de Marcas Coletivas e de Marcas Territoriais se nutriu das contribuições científicas de variados estudiosos que também perceberam a necessidade de atualizar o que estava cristalizado, tendo em mente que a sociedade nem sempre consegue formular as novas demandas da sociedade. Procesder desse modo implica em lidar com perspectivas paradigmáticas, as quais devem ser remodeladas a cada momento caso se queira produzir resultados socialmente inovadores, republicanos e democráticos com ajustes cada vez mais finos. Nesse sentido, diversas contribuições me inspiraram em relação a práxis do Design ntegral, onde o exercício da projeção se deu a partir do conceito de Design para a Inovação Social e elevou o no modo de atuar ao estágio mais elevado do estado-da-arte do nosso percurso, sempre orientado para o equacionar aspctivos políticos, econômicos, sociais, espaciais e ambientais que compões as demandas de prohets que se apresetaram.

Vale ter em mente que lidar como novos paradigmas coloca na pauta do dia desadios e sociais imersos crises ambientais em alguma medida, entre outros requisitos, conforme ficou evidenviado desde as Conferências de Estocolmo em 1972 e da proposta do Ecodesenvolvimento, de modo que uma parcela dos pesquisadores com mais tempo de vida nesse momento se debruçm sobre essa pauta há décadas. Para os pesquisadores da minha geração, as Conferências da ECO 92 foram um divisor de águas entre o modo de perceber o mundo, de entender o Design e utilizá-lo ao acolher a crise socioambiental mundial sem precedentes como linha de corte entre o que havia antes e depois da EC 92. Assim, enquanto o Design convencional permaneceu com os ideiais da industrialização, mantendo-se útil como braço operacional da economia capitalista de mercadoro, ainda que tenha se sofiscado científica, tecnológica e mercologicamente nas últimas décadas. Já para os pesquisadores brasileiros que não viram a ECO 92, uma expressiva parcela dessas gerações está envolvida na

elaboração de projetos de Design para o mercado de trabalho da economia capitalista de mercado sem sequer conhecer as contribuições de pesquisadores-projetistas que se depuseram a acatar a nossa realidade, olhar as demandas mais urgentes ou necessárias para a nossa gente e enfrentar os desafios sociais, econômicos e ambientais até encontrar soluções para tanto. Para esses pesquisadores-projetistas interessados em compreender e lidar com a realidade, foi impactante conhecer as experiências da corrente teórico-prático do Design para a Periferia (Bonsiepe, 1983; Moraes, 2006), onde o conceito de Tecnologia Apropriada deu a tônica para essas práticas do Design de um modo singular até então. As experiências e aplicações práticas realizadas por essa trilha convergiram a certa altura com as investigações dos pesquisadores do Design da Pontifícia Universidade Católica (PUC - RJ), os quais investigavam a perspectiva do Design Participativo e do Ecodesign, culminando em aplicações práticas inovadoras, entre as quais algumas foram apropriadas para a realidade do Nordeste brasileiro e são significativas até hoje (Guimarães, 1995), entre outras. Certamente, essas vias convergentes tiveram um momento muito destacado quando ocorreu a Conferência da ECO 92, pois esse evento mundial sedimentou algumas perspectivas teóricas e convergiram em âmbito internacional e nacional inaugurando um novo paradigma para o Design, onde a proposta de conciliar o Design com o Desenvolvimento Sustentável foi emblemática (Manu, 1995).

A perspectiva de Manu (1995) foi utilizada como marco conceitual de referência para o Congresso Mundial de Design de 1997 do Conselho Mundial de Sociedades de Design Industrial (ICSID), realizado em Toronto, com uma nova perspectiva que articulou o Design com as dimensões política, econômica, social, espacial e educacional do Desenvolvimento Sustentável. Para tanto, a obra “Revista da Aldeia Humana” (Manu, 1995) reuniu depoimentos de pesquisadores de diversos países, de um modo tão sensível quanto impactante. Os debates que transcorreram daquele Congresso foram sistematizados e submetidos aos diversos fóruns de Design signatários do ICSID, em todos os continentes, bem como foram acolhidas as ponderações efetuadas posteriormente, amadurecidas e decantadas nos quatro anos seguintes ao Congresso, de modo que em 2002 o ICSID passou a divulgar o conceito do Design para a Sustentabilidade, substituindo o conceito de Design Industrial que vigorou desde 1963.

Assim, ao longo do período em que atuo em Santa Catarina observei que era inadiável encampar esse novo paradigma do Design, mas isso não ocorreu até 2004, quando uma greve de professores e estudantes exigiu o enquadramento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, na qual a sustentabilidade era assumida como eixo transversal a todas as disciplinas. No entanto, entre as minhas atividades de docência, pesquisa e ações de extensão universitária, iniciadas em Florianópolis em novembro de 1999, observei duas vertentes se

processando. Por um lado, uma série de reformas curriculares não deram a devida importância ao emergente paradigma de Design. Ao contrário, testemunhei o desmembramento da formação universitária em Design com dupla habilitação em cursos com uma habilitação só, vi a extinção de um Departamento de Ciências Humanas que oferecia disciplinas de Sociologia, Antropologia, Psicologia e Filosofia ao Curso de Design para os curso de um Centro de Artes, acompanhei as atividades que suprimiu a elaboração trabalhos de conclusão de curso em favor de artigos científicos que em muitos casos sequer foram publicados, assim como testemunhei a substituição tomada de decisão onde as disciplinas de Tópicos Especiais em Design Gráfico I e II – que serviam de espaço para prática do Design para a Sustentabilidade (Manzini e Vezzoli, 2002), do Design Local (Dijon, 2006; Dijon, 2004) e do Design para a Inovação Social (Manzini, 2017) – para ampliar a carga horária de disciplinas de “empreendedorismo” com o viés da economia capitalista de mercado, entre outros fatos. Tais alterações ampliou a distância que havia entre os temas relativos ao Design orientado como critérios de sustentabilidade para o desenvolvimento endógeno, resultando na formação de jovens profissionais que foram estimulados a ser competitivos para atuarem no mercado de trabalho da economia capitalista de mercado já globalizada, neoliberal e financista (Brand e Wissen, 2021; Dowbor, 2020), onde a legislação trabalhista foi cada vez mais solapada e precarizada, legando a esses jovens profissionais um mundo desprovido de políticas de bem-estar social, jornadas creascentes de trabalho, remuneração do trabalho aquém do devido e sem direitos trabalhistas.

Por outro lado, em sentido inverso, alguns docentes ministraram disciplinas e conduziram pesquisas e ações de extensão com outras orientações paradigmáticas, adotando outras perspectivas conceituais e projetuais do Design. Em parte desse campo – minoritário –, os estudantes não elaboraram projetos fictícios, pois a nossa realidade oferece as demandas socioambientais ou culturais que não tinham a possibilidade de contratar serviços profissionais de Design, entre as quais pequenas territórios rurais descapitalizados foram incluídas. Nesse sentido, prevaleceu por essa via as demandas de segmentos da sociedade em que a fragilidade social e a exclusão econômica eram evidentes. Assim, algumas dessas demandas foram atendidas por pesquisadores e acadêmicos interessados em soluções empreendidas para superação – em alguma medida – da dura realidade catarinense dos excluídos social e economicamente. Para esses desafios, soluções foram propostas por estudantes à algumas comunidades – na forma de anteprojetos –, onde as soluções propostas por estudantes e validadas pelos próprios beneficiados, separando a avaliação acadêmica da avaliação dos atendidos com essas propostas. Os retornos recebidos da realizada foram sempre muito aguardados pelos estudantes envolvidos em experiência desse tipo, tornando a atividades de

ensinagem - aprendizagem - ensinagem implicados nos processos de docência muito mais estimulantes para todos os envolvidos.

Nesse sentido, os territórios de agricultores familiares da pequena escala de produção eram o meu foco, conforme nos estudos de caso deste trabalho, entre vários outros que não foram tratados na oportunidade deste trabalho. De todo modo, muitos estudos, debates e participações em fóruns qualificados contribuíram para forjar a práxis do Design Integral, sempre em sincronia com a produção de pesquisas, com os processos de ensinagem e aprendizagem e com o exercício projetual contido nas ações de extensão universitária, além de algumas consultorias independentes e pontuais. Dessas experiências emergiu aos poucos a práxis do Design Integral, como resultado do equacionamento de cada desafio teórico e prático que se apresentou em cada experiência realizada. Contudo, antes de divulgarmos a práxis do Design Integral para o grande público, tivemos o cuidado de planejar, articular e realizar três edições do Seminário Catarinense de Ecodesign, para checarmos a abrangência e os limites do Ecodesign e do Design para a Sustentabilidade, já existem pesquisadores que entendem esses conceitos e práticas como sinônimos. Além disso, desde sempre o Design Integral esteve pautado pela dimensão da sustentabilidade da Economia Solidária, assim como adotamos as Tecnologias Sociais logo que esses surgiram. Todavia, foi com as experiências realizadas através do Projeto PEAP de São Bonifácio e do Projeto PEAP de Garuva que a construção coletiva de Marcas Territoriais alcançou um estágio mais aperfeiçoado, ao ser enriquecido logo adiante com os estudos e análises realizadas através da lente teórica do Planejamento Territorial e o Desenvolvimento Socioambiental decorrentes do meu mestrado. Desse modo, a práxis do Design Integral atingiu um estágio de estado-da-arte mais sofisticado, sobretudo na oportunidade de ser inquirido por um especialista em Design Participativo e Desenvolvimento Sustentável, por um especialista da Socioeconomia da UFSC e por uma especialista em Geografia Econômica da UDESC, além de ter sido orientado por um especialista em Antropologia da UDESC ao longo dessa capacitação. Nesse período, a abordagem do Design para Inovação Social e Sustentabilidade tinha emergido em 2008 e foi uma alavanca que contribuiu para aperfeiçoar a práxis com o Design Integral. Tais avanços podem ser observados – na forma de resultados práticos – através da construção coletiva da Marca Territorial São Bonifácio (Simões, 2010) e da construção coletiva da Marca Territorial Artes Imbé (Simões *et al.*, 2009, p. 73).

Vale considerar, entretanto, que as minhas inferências sobre a construção coletiva da Marca Territorial São Bonifácio foram instrumentalizadas através da abordagem da Teoria da Complexidade (Morin, 2007) e analisada através do enfoque da Teoria da Formação

Socioespacial (Santos, 1977; Santos, 2002, p. 259). Essas teorias produziram um diálogo muito promissor para os estudos e práticas inspiradas no Design para a Sustentabilidade (Manzini e Vezzoli, 2002), no Design Local (Moraes, 2006) e, finalmente, no Design para a Inovação Social (Manzini, 2008), ainda que esse último estivesse em um estágio embrionário nesses anos.

No presente trabalho, a teoria da Formação Socioespacial foi útil para caracterizar a geografia e o processo de desenvolvimento dos territórios retratados nos três estudos de caso focalizado, tanto quanto a teoria da Complexidade deu lastro teórico para o Projeto PEAP de São Bonifácio, para o Projeto PEAP de Garuva e para o Projeto DS - IC, os quais propocionaram uma abordagem muito favorável para construção coletiva das Marcas desses territórios através do lente teórica do Design para Inovação Social (Manzini, 2017) e da práxis do Design Integral. daquele do território. Nesse sentido, as experiência realizadas através de processos de “co-criação” (Prahalad & Ramasswamy, 2004, p. 5; Ramaswamy & Ozcan, 2004) e de processos de “co-design” (Manzini, 2017) renderam resultados inéditos e estimulantes, entre os quais se destacam a construção coletiva da Marca Territorial São Bonifácio, da Marca Territorial Arte Imbé e da Marca Territorial Costa Catarina, além da Cesta Solidária de Bens e Serviço São Bonifácio e das Cartas de Identidades Culturais do território Costa Catarina. Assim, em cada um desses resultados alcançados houve avanços do estado-da-arte da práxis do Design Integral, onde a co-criação e o co-design foram instrumentos que resultaram em soluções inéditos, através de processos de pesquisas participativas e de pesquisa-ação que adotaram paradigmas mais avançados do desenvolvimento operacionalizadas através de abordagens interdisciplinar e transdisciplinar aplicadas ao Design.

No entanto, essas conquistas cognitivas e os avanços do estado-da-arte da práxis do Design Integral foram estimulados no âmbito do grupo do pesquisa Práticas Interdisciplinares em Territórios e Sociabilidades (PEST) – registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através do Centro de Artes (CEART / UDESC) – e no âmbito do grupo de ações de extensão universitária O sentido do olhar - Os usos sociais do desenho – instituído no CEART através do Departamento de Design – onde os diálogo intertidicplinar e transdisciplinar são corrente para conceber hipóteses e testar possibilidades que são do ineresse da sociedade catarinense, resultando, portanto, em reflexão científica de um modo plural, aberto e consequente. Portanto, não foi por acaso que alcançamos s resultados relatados no presente trabalho, manifestos na forma da construção coletiva da Carta de Marcas Territoriais São Bonifácio, Arte Imbé e Costa Catarina, da construção coletiva de Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais e de Identidades Culturais São Bonifácio e da construção coletiva da Carta

de Identidades Culturais do território Costa Catarina, ainda que esses resultados correspondam a grandes desafios paradigmáticos.

Cabe enfatizar, todavia, que é uma pena que esses casos não tenham evoluído para o estágio da gestão coletiva dessas Marcas Territoriais, através de termos aditivos que dessem continuidade para esses Projetos. Importante destacar, entretanto, mais uma vez, que do ponto de vista jurídico as Marcas São Bonifácio, Arte Imbé e Costa Catarina são Marcas Coletivas, as quais foram tratadas neste trabalho como Marcas Territoriais por uma questão de diferenciação conceitual, a qual é significativa para área de conhecimento do Design. Isso explica a razão dessas Marcas terem sido mencionadas como Marcas Territoriais em algumas publicações científicas e como Marca Coletiva em outras. No entanto, apesar o Projeto DTS - IC ter encerrado em 2013, alguns dos efeitos permanecem ocorrendo. Um desse é que a Associação de Desenvolvimento Territorial Costa Catarina (ADTC) continua ativa nesse momento, ainda que com menor dinamismo que no período do Projeto DTS - IC. S atividades ligadas ao “turismo de base comunitária” é o seu ponto mais forte e cona como o apoio de algumas entidades locais para tanto. Para contribuir com os esforços da ADCT fizemos algumas ações de extensão universitária após o encerramento do Projetos DTS - IC, através das quais foi elaborada uma proposta de Marca Coletiva para Comunidade Quilombola do Morro do Furtunato. Contudo, para chegar ao final do presente trabalho foi necessário cumprir os compromissos regimentais do Programa de Doutorado, de modo que desde 2017 as minhas atividades de extensão universitária estão suspensas, razão pela qual a Marca Coletiva Morro do Fortunato ainda não pode ser apresentada. De todo modo, a pretensão para o futuro próximo é avançar com as ações de extensão, caso a pandemia do Coronavírus - 2 for equacionada e a conjunturas política, econômica e social brasileira permitam, em favor da Comunidade Tradicional do Quilombo do Morro do Fortunado, concluindo os processos de elaboração da sua Marca Coletiva e outras soluções gráficas, como as embalagens para os seus produtos e/ou serviços. Na sequência, pretendemos elaborar a Marca Coletiva da Comunidade Quilombola da Aldeia, a Marca Coletiva da Comunidade Quilombola da Toca e a Marca Coletiva da Comunidade Tradicional dos Areais da Ribanceira, caso sejam esses os interesses dessas Comunidades Tradicionais.

Enfim, a minha tese é que a construção coletiva de Marcas Territoriais tem no “Design para a Inovação Social” um instrumento capaz de aglutinar agricultores familiares da pequena escala de produção ao tomarem decisão coletivas e horizontais através da “concertação” e “governança democrática”, as quais são partem de pactos coletivos e formam uma base social

e cultural necessária para o empreendimento de soluções construídas coletivamente, tanto de Marcas Territoriais quanto de Carta de Identidades Culturais e de Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais. Isso significa que os pequenos territórios rurais de Santa Catarina e do Brasil podem se desenvolver endogenamente com os critérios da sustentabilidade, qualificando-se e distinguindo-se através da afirmação de suas territorialidades e os recursos específicos que dispor e que forem ativados. Portanto, a construção coletiva de Marcas Territoriais, de Cartas de Identidades Culturais e de Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais é um sistema que potente o suficiente para manter a imensa sociobiodiversidade brasileira.

Por outro lado, é necessário apontar um aspecto negativo relacionado com os estudos de caso apresentados neste trabalho. Ou seja: embora as Marcas Territoriais São Bonifácio, Arte Imbé e Costa Catarina construídas coletivamente tenham sido bem avaliadas por Policarpo *et al.* (2020), Policarpo (2019) e Pinheiro *et al.* (2014), tais Marcas Territoriais – ou Marcas Coletivas, conforme conforme foi mencionada em uma dessas três publicações – não puderam ser gestadas. Isso significa que essas Marcas Territoriais foram construídas coletivamente, que só uma delas foi registrada no INPI e que nenhuma delas recebeu termos aditivo para que as conquistas alcançadas através do Projeto PEAP de São Bonifácio, do Projeto PEAP de Garuva e do Projeto DTS - IC pudessem ter continuidade, sendo essa a razão para que essas Marcas Territoriais sejam amplamente utilizadas para os fins que foram concebidas, não havendo, portanto, a gestão dessas Marcas Territoriais.

Assim, ainda que o presente trabalho tenha na construção coletiva das Marcas Territoriais o seu objeto de estudo, chama a atenção que o Projeto PEAP de São Bonifácio, o Projeto PAEP de Garuva e Projeto DTS - IC não tenham sido aditados para avançarem para um estágio onde a gestão das Marcas Territoriais focalizadas nesse trabalho suscitariam novas pesquisas e ações territoriais. Sobre esse aspecto, as análises de Cerdan *et al.* (2013), Policarpo (2019) e Policarpo *et al.* (2020) inferem que as políticas de governo de Santa Catarina são resistentes às dinâmicas territoriais mais inovadoras nos territórios contemplados pelo Projeto DTS - IC, onde um viés economicista prevaleceu, na forma de ações governamentais conservadoras que impediram a assimilação de “[...] uma nova visão-de-mundo, apontando no sentido da construção de um novo projeto de sociedade” (Policarpo *et al.*, 2020, p. 127). Essa análise, elaborada a partir do enfoque analítico do Desenvolvimento Territorial Sustentável, levou em conta o processo de desenvolvimento do Estado de Santa Catarina desde o século XIX. Nesse período, indicam os autores, houve um “processo singular de colonização” (Cerdan *et al.*, 2011) que resultou em um “tecido social coesivo” (p. 8), dando margem para um “processo precoce de desenvolvimento com pequenas e médias manufaturas” (p. 9), o qual

ficou conhecido como “modelo de desenvolvimento catarinense” (p. 8). Segundo Cerdan *et al.* (2011), tal modelo tinha como característica três elementos significativos: um processo singular de colonização do território, a presença de pequenas e médias empresas dinâmicas e arranjos institucionais inovadores (p. 8). Contudo, o modelo foi substituído por outro a partir de 1990, quando a globalização econômica irradiou uma nova orientação para Santa Catarina (p. 10), apostando em cadeias produtivas industriais, na diversificação setorial e na formação de “clusters” de “empresas inter-relacionadas e instituições correlatas” para interferir no “[...] desenvolvimento regional e na criação de novos arranjos institucionais baseados em laços de confiança e solidariedade, além da preocupação pela inovação e pela qualificação técnica dos produtores” (p. 10). Alguns desses aspectos animou a concepção do Projeto DTS - IC, porém as conclusões de Policarpo *et al.* (2020) sobre o Projeto DTS - IC foram negativas, pois houve “[...] várias formas de resistência às inovações na zona costeira catarinense, não estando ainda em curso, na área de estudo, um processo de construção de territórios ajustado aos princípios do enfoque do desenvolvimento territorial sustentável” (p. 126), por haver “[...] limitações da cultura política estabelecida e, também, para repensar as condições de viabilidade de sistemas de gestão dos recursos naturais de uso comum” (*idem*). Entretanto, as análises de Policarpo *et al.* (2020), Policarpo (2019) e Cerdan *et al.* (2011) são assertivas em relação a gestão patrimonial, a cogestão dos recursos naturais de uso comum e a afirmação da agroecologia configurar a perspectiva de tratar os recursos específicos dos territórios a fim de ativa-los na forma de produtos e serviços territoriais, necessariamente pactuados socialmente e coordenados tecnicamente, indicando ser esse o caminho para os agricultores familiares e outros atores sociais desenvolverem o seu território, ainda que “jogo de atores” que envolva disputas de poder conflituosas até um certo nível, o qual se situa bem abaixo dos que foram apontados com os óbices que impediram o Projeto DTS - IC ter êxito.

Já no caso dos Projetos PEAP (Benez *et al.*, 2013), as considerações finais são positivas e destacam os ganhos dos processos de “pesquisa-extensão aprendizagem participativas” (PEAP), tais como: a) processos de aprendizagem diferenciados em cada um dos dez Projetos PEAP; b) as parecerias e os contextos intra e interinstitucionais que estimularam o exercício da interdisciplinaridade para superar os desafios do Desenvolvimento Territorial; c) a transformação pessoal dos envolvidos nos Projetos PEAP, com mudanças de atitude que não dependiam apenas de métodos, mas, sobretudo, de transformações comportamentais e emocionais dos participantes; d) as dificuldades em trabalhar com os mais pobres, pois os processos PEAP reconheceram a diversidade da agricultura familiar e atuaram junto ao público social e economicamente mais fragilizados; e) os diferentes tipos e níveis de

participação, já que as ações de pesquisa e extensão rural com abordagem convencional se restringem a “momentos participativos”, em geral reuniões com a comunidade para realizar atividades pontuais; f) os desdobramentos das experiências-piloto como embriões de outros processos, já que as experiências realizadas evidenciaram que os processos PEAP começaram através de um tema gerador, estabelecido com a comunidade por intermédio de métodos participativos, resultando em um trabalho e aprendizagem em torno desse tema que deram margem ao surgimento de outros temas e arranjos com diferentes disciplinas e instituições, ocasionando outros processos participativos, conforme ocorreu nos casos de Guaraciaba, Garuva, São Bonifácio, Gravatal e outros; g) a emergência de várias dimensões participativas do desenvolvimento (além da tecnológica); de modo que ainda que os processos iniciassem como um tema técnico-produtivo, outras dimensões participativas emergiram e se fortaleceram nas comunidades, com destaque para a dimensão interdisciplinar e a socioambiental em Saudades, de gênero em Cerro Negro, de geração e sucessão familiar em Videira, de identidade cultural e pertencimento em Garuva, de territorialidade em São Bonifácio, de étnica e autoestima em Gravatal, e social e política em Guaraciaba. Apesar de todas essas conquistas, os analistas dos Projetos PEAP não mencionam a ocorrência de impasses, óbices ou outros desafios ao longo da realização dos Projetos PEAP (Benez *et al.*, 2013).

Entretanto, como o presente trabalho utilizou a teoria da Formação Socioespacial (Santos, 1977) para caracterizar cada um dos territórios e casos estudados do Capítulo II, observei que as comunidades de agricultores familiares da pequenas escala de produção dos territórios São Bonifácio, Arte Imbé e Costa Catarina historicamente não foram atendidos adequadamente pela grande maioria dos governos de Santa Catarina, excetuando-se os anos de vigência dos Projetos PEAP de São Bonifácio e de Garuva (Farias, 2013; Ramos *et al.*, 2013). Assim, constatei que há nos territórios estudados um grande represamento de necessidades das comunidades de agricultores familiares de pequena escala de produção acumuladas por séculos. Em especial, os menos atendidos foram as Comunidade Tradicionais, sendo que as comunidades quilombolas mencionadas nesse trabalho só foram reconhecidas em 2007 pelo Governo Federal e pouco foram estimuladas pelos governos estaduais e municipais. A situação da Comunidade Tradicional dos Areais da Ribanceira é ainda mais delicada, pois suas terras encontram-se em litígio em relação aos grandes interesses do complexo portuário de Imbituba. Cabe enfatizar, entretanto, que Grisa e Schneider (2015) entendem que os últimos anos da Gestão Fernando Henrique Cardoso foi favorável para os agricultores familiares, ainda que tenha sido um governo marcado por políticas neoliberais. Ainda assim, pressionado pelo “Grito da Terra” (p. 33), com o qual trabalhadores rurais reivindicavam providências em relação

a Reforma Agrária no país, a resposta do Governo Federal ao potente clamor popular do campo brasileiro foi a criação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), em 1995 (p. 28), e a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 1999 (p. 20). Para esses autores essas medidas de âmbito nacional favoreceram o meio rural brasileiro. Essas medidas foram bastante dinamizadas na Gestão Lula da Silva e Gestão Dilma Rousseff, a ponto desses autores se referirem a esse período como a “Terceira geração de políticas para a agricultura familiar: a construção de um referencial pautado pela construção de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental” (p. 36). No entanto, em meados de 2016 a MDA foi extinto, descontinuando uma série de programas e projetos de interesse dos agricultores familiares e da população brasileira.

Especificamente em relação aos Projetos PEAP (Benez *et al.*, 2013) e o Projeto DTS - IC (Pinheiro *et al.*, 2014), esses ocorreram em um período de grande estímulo e dinamismo para agricultura familiar brasileira, em âmbito federal. No entanto, importa observar que os Projetos PEAP eram um componente do Projeto Prapem / Microbacias 2 (Benez, *et al.*, 2013), financiado com recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e contrapartida do governo de Santa Catarina, enquanto o Projeto DTS - IC teve maior autonomia institucional e contou com financiamento do Centro Latinoamericano para Desenvolvimento Rural (RIMISP) e do Ministério da Pesca e Aquicultura (Pinheiro *et al.*, 2014). Evidencia-se, desse modo, que houve uma relação mais delicada para os coordenadores dos Projetos PEAP em relação às instâncias decisórias mais altas do Governo da Santa Catarina à época, as quais com recorrência demonstram operar de modo conservador. Cabe destacar, todavia, que embora o estado de Santa Catarina seja conservador, nos anos finais da Gestão Fernando Henrique Cardoso, na Gestão Lula da Silva e na Gestão Dilma Rousseff o Governo de Santa Catarina havia políticas públicas irradiadas dos ministérios do Governo Federal em direção aos estados da Federação brasileira, mas nunca a ponto de perenizar o caminho do desenvolvimento sustentável dos territórios permanentemente. Neste sentido, as boas experiências dos Projetos PEAP de São Bonifácio e de Garuva encerraram nos prazos previstos e não houve continuidade, deixando de colher bons frutos dessas experiências.

Por fim, cabe recordar que em 2013 havia sinais preocupantes de turbulência política no Brasil, os quais ficaram evidentes nas manifestações de estudantes universitários que reivindicavam o “Passe Livre” nos transportes coletivos. A partir desse ponto o ambiente nacional se tornou cada vez mais polarizado, mas reelegeu a presidente Dilma Rousseff em meio a uma disputa eleitoral acirrada, em 2014. Desde então houve uma série de episódios graves que abalaram o Estado Democrático do Direito no Brasil, tais como os projetos do

Governo Federal serem barrados na Câmara dos Deputados e a própria deposição da presidenta da República após um processo de “impeachment” iniciado no dia 2 de dezembro de 2015 e concluído no dia 31 de agosto de 2016, sem que houvesse um crime de responsabilidade que amparasse legalmente tal medida. Seja como for, a Gestão Michel Temer assumiu o Governo Federal em 12 de maio de 2016, extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no mesmo dia – através da Medida Provisória nº. 726. Desde então existimos sob um regime que um juiz e professor de Direito Constitucional brasileiro classifica de “Estado pós-democrático: Neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis” (Casara, 2018), o qual a população brasileira confirma ao assistir os grandes noticiários do país diariamente, além de ter de viver sob tal regime até o presente momento, ainda que sob fortes protestos e grandes manifestações populares para superar os grandes males causados por tal regime.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do presente trabalho confirmaram a tese de que a construção coletiva de Marcas Territoriais tem no Design para Inovação Social um instrumento capaz de aglutinar agricultores familiares da pequena escala de produção ao tomarem decisões coletivas e horizontais através da concertação e governança democrática, as quais são parte de pactos coletivos e formam uma base social e cultural necessária para o empreendimento de soluções construídas coletivamente, tanto de Marcas Territoriais quanto de Carta de Identidades Culturais e de Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais. Isso significa que pequenos territórios catarinenses ou brasileiros podem se desenvolver endogenamente como critérios de sustentabilidade, qualificando-se e distinguindo-se através da afirmação de suas territorialidades e dos recursos específicos que dispor e forem ativados. Portanto, a construção coletiva de Marcas Territoriais, de Carta de Identidades Culturais e de Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais é um sistema potente o suficiente para manter a imensa biodiversidade catarinense e brasileira, necessariamente com o viés da Economia Solidária ou da Economia Plural imbricadas da aplicação das Tecnologias Sustentáveis com as Tecnologias Sociais.

Chegar a esses resultados envolveu a investigação e a análise de três estudos de caso em que foram construídas coletivamente três Marcas Territoriais, uma Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais e uma Carta de Identidades Culturais. Para tanto foi realizada uma pesquisa documental, na qual cada um dos casos estudados teve a caracterização geográfica e o processo de desenvolvimento do território organizados através da teoria da Formação Socioespacial – já com a acepção de território, ao invés de espaço. Nessa pesquisa documental também foram apresentados os projetos de pesquisa participativa e o projeto de pesquisa-ação que proporcionaram a oportunidade para a construção coletiva das Marcas Territoriais São Bonifácio, Arte Imbé e Costa Catarina. Finalmente, foram apresentados os processos de construção coletiva dessas Marcas e as respectivas ponderações sobre esses casos, com base na pesquisa documental, onde diversos analistas inferiram o valor dessas Marcas Territoriais construídas coletivamente de um modo positivo.

A pesquisa documental realizada mostrou-se eficiente para chegar nos resultados deste trabalho. Assim, cabe destacar que a abordagem do Design para Inovação Social foi adequada

para analisar a construção coletiva das Marcas Territoriais São Bonifácio, Arte Imbé e Costa Coletivas, as quais foram empreendidas através da “práxis” do Design Integral. Decorrentes de dois projetos de pesquisas participativas e de um projeto de pesquisa-ação, os dois primeiros foram pautados pela abordagem do Desenvolvimento Local Sustentável, enquanto o último adotou a abordagem do Desenvolvimento Territorial Sustentável. Esses projetos foram operacionalizados de um modo inter e transdisciplinar, bem como as respectivas construções das Marcas Territoriais focalizadas no presente trabalho se valeram da aplicação da inter e transdisciplinaridade aplicadas ao campo de conhecimento do Design. Esse modo foi promissor, produzindo resultados que tanto valorizaram o saber fazer e o saber local dos territórios quanto aperfeiçoou o conhecimento científico das equipes envolvidas nos projetos de pesquisa participativa e no projeto de pesquisa-ação mencionados no que tange à construção coletiva das Marcas Territoriais São Bonifácio, Arte Imbé e Costa Catarina, bem como na construção coletiva da Carta de Identidades Culturais Costa Catarina e na Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais São Bonifácio. Importa destacar que essa estratégia foi particularmente importante em razão dos três estudos de caso focalizados neste trabalho se enquadrarem nas categorias de Comunidades Diferenciadas e/ou Comunidades Tradicionais.

Contudo, ainda que a construção coletiva das Marcas Territoriais São Bonifácio, Arte Imbé e Costa Catarina e a construção coletiva da Carta de Identidades Culturais Costa Catarina e da Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais São Bonifácio correspondam a contribuições válidas tanto para as coletividades de agricultores familiares dedicados à pequena escala de produção quanto para ampliar em alguma medida o estado-da-arte do campo de conhecimento e práticas do Design, os projetos de pesquisa participativa e o projeto de pesquisa-ação que originou a co-criação e co-design das Marcas Territoriais, da Carta de Identidades Culturais Costa Catarina e da Cesta Solidária de Bens e Serviços Territoriais São Bonifácio foram encerrados e descontinuados, confirmando haver resistência de forças políticas conservadoras em diversos Governos de Santa Catarina, os quais mantêm as Comunidades Diferenciadas e as Comunidades Tradicionais focalizadas por este trabalho desassistidas em termos de Políticas de Estado, ou mesmo de governo, orientadas para produzir reparações históricas e justiça social onde a “práxis” de intervenção social do Design Integral tem perfil adequado para intervir em favor dessas comunidades e de pequenos territórios rurais com recursos específicos que podem ser ativados, tal como foi apresentado nos estudos de caso deste trabalho.

No Brasil, em razão do país estar amargando um processo em que o Estado Nacional assumiu um perfil “pós-democrático e neo-obscurantista” desde o “impeachment” do Governo

Federal Dilma Rousseff, passou a vigorar uma perversa “gestão dos indesejáveis” onde o apagamento histórico das culturas indígenas, afro-brasileira, de base açoriana e mesmo teuto-brasileira tornou-se foco da política de estado mínimo neoliberal.

Diante de tal cenário, fica difícil saber se haverá condições mínimas para empreender futuras pesquisas neste campo. No entanto, o presente trabalho apontou algumas pistas para que isto ocorra. Uma delas, já mencionada no Capítulo III, envolve uma pesquisa participativa e a construção coletiva de Marcas Coletivas para as Comunidades Tradicionais. A Comunidade Tradicional do Quilombo do Morro do Fortunato já está sendo atendida, de modo que as Comunidades Tradicionais do Quilombo da Aldeia, do Quilombo da Toca e a Comunidade Tradicional dos Arais da Ribanceira também poderão ser contempladas, caso estas possibilidades sejam de interesse das respectivas Comunidades Tradicionais. Uma outra pista, mais arrojada cientificamente, seria a realização de pesquisa qualitativa focalizando “territórios multissituados” da agroecologia praticada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Como se sabe, o MST opera para equacionar as questões da reforma agrária no país, congrega trabalhadores rurais em seus assentamentos e tem avançado muito na produção de alimentos orgânicos no Brasil, a ponto de se tornar o maior produtor de arroz orgânico da América no Sul. O cultivo desse arroz ocorre em distintos municípios gaúchos, por intermédio de algumas cooperativas de trabalhadores rurais nos assentamentos do MST. Essa produção é comercializada pelo Empório Direto do Campo, do MST, onde projetos de Design de embalagens com soluções comuns a vários produtores poderiam ser abrigadas por Marcas Coletivas construídas coletivamente. Esta perspectiva tem alguns elementos que são instigantes: i) os assentados do MST são conscientes dos processos históricos que impedem que a reforma agrária no Brasil ocorra de um modo republicano, democrático e popular a tantos séculos; ii) a agroecologia praticada nos assentamentos do MST contempla a necessidade da população brasileiras em termos de segurança alimentar e nutricional; e iii) os projetos do MST sofrem abalos quando o Brasil tem governos conservadores - ainda assim, esses projetos não são descontinuados. Neste sentido, mais que contribuir no planejamento de atividades socioeconômicas desses territórios de agricultores familiares do MST, por intermédio da construção coletiva de Marcas Territoriais e de Cestas Solidárias de Bens e Serviços de Territórios Multissituados, potencialmente esta pista poderá investigar a gestão dessas Marcas, além de fortalecer as iniciativas desse admirável e necessário Movimento Social.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3 ed. 1ª reimp. São Paulo: EdUSP, 2012.

ABRAMOVAY, Ricardo. “Desenvolvimento Rural Territorial e Capital Social” in: SABOURIN, Eric e TEIXEIRA, Olívio Alberto (orgs.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: Conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2002. Pp. 113 - 128.

AB’SABER, Aziz Nacib. **Os Domínios da Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê, 2003.

ACAMPORA, Teresa y FONTE, Maria. “Produtos típicos, estratégias de desarrollo rural y conocimiento local” in: **Opera - Territorios con identidad cultural, perspectivas desde America Latina y la Unión Europea**, n. 7, 2007 / 2008. Pp. 191 - 212.

ACSELRAD, Henri. **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: UFRJ / IPPUR, 2010.

ALARCON, Gisele Garcia. **Transformação na paisagem em São Bonifácio - SC: A interface entre a percepção dos agricultores familiares, as práticas de uso do solo e aspectos da Legislação Ambiental**. Dissertação de mestrado – Programa de Pósgraduação em Agroecossistemas / CCA / UFSC. Florianópolis, 2007. 178 p.

ALBAGLI, Sarita. “Território e Territorialidade” in: LAGES, Vinicius; BRAGA, Cristiano e MORELI, Gustavo (orgs.). **Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília: SEBRAE, 2004. Pp. 25 - 70.

ALBINO, Cláudia Regina da Silva Gaspar de Melo. **Os Sentidos do Lugar: Valorização da identidade do território pelo design**. Tese de doutorado – Universidade de Aveiro / Departamento de Comunicação e Arte. Aveiro, 2018. 533 p.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Giovana Goretti Feijó de. **Marca Territorial como Produto Cultural no âmbito do Desenvolvimento Regional de Porto Alegre - RS, Brasil**. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional / UNISC. Santa Cruz do Sul, 2018. 277 p.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (org.). **Conhecimento tradicional e biodiversidade: Normas vigentes e propostas**. 2 ed. Manaus: PPGAS - UFAM / NSCA - CESTU - UEA / Edições UEA, 2010.

ALMEIDA, Monica Picollo. **Reformas neoliberais no Brasil: A privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Tese de doutorado – Departamento de História / UFF. Niterói, 2010a. 427 p.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo e ALVES, Leonir Pessate. **Processos de Ensino na Universidade: Pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. Joinville: UNIVILLE, 2007.

ANDION, Caroline. **Atuação das ONGs nas Dinâmicas de Desenvolvimento Territorial Sustentável no Meio Rural de Santa Catarina: Os casos da APACO, do Instituto Vianei de Educação Popular e da AGRECO**. Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas / UFSC. Florianópolis, 2007. 427 p.

ANTUNES, Douglas Ladik. **Cipozeiros em Movimento: Cultura Material, Conflitos Territoriais e Relações Educativas em Design**. Tese de doutorado – Departamento de Artes e Design / PUC. Rio de Janeiro, 2011. 226 p.

ANTUNES, Douglas Ladik e TONICELO, Roberta Helena dos Santos. “Tecnologias Produtivas, Design e Pesquisa Participativa - Estudo de Caso do Artesanato de Cipó Imbé em Garuva - SC” in: **Anais do 8º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design - P&D Design 2008**. São Paulo, 2008. Pp. 2071 - 2082.

ANTUNES, Douglas Ladik. “Tecnologias Produtivas, Design e Pesquisa Participativa - Estudo de caso do artesanato de cipó imbé em Garuva, SC: Dados e indicadores de produção” in: **Revista DaPesquisa**, vol. 2, n. 2. Jul. / 2007. Pp. 1 - 9.

ANTUNES, Douglas Ladik. **Projeto de Pesquisa “Tecnologias Produtivas, Design e Pesquisa Participativa - Estudo de Caso do Artesanato de Cipó Imbé em Garuva - SC”**. Florianópolis: DDE / CEART / UDESC, 2005.

ANTUNES, Ricardo e ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 87. Mai. / Ago., 2004. Pp. 335 - 351.

ARRUDA, Amilton José Vieira de. **Design e inovação social**. São Paulo: Blucher, 2017.

BAQUERO, Marcello. “As múltiplas faces da desigualdade: capital social e empoderamento na América Latina” in: **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. Florianópolis, 2007. Pp. 304 - 322.

BARBOSA, Aline Miranda; ASSIS, Ana Luiza Arraes de Alencar; PRUDÊNCIO, Jaqueline Maria; RIBEIRO, Luciana Renata; PEREIRA, Maiara Leonel e GASPARIN, Marina Favrim. **Relatório do Diagnóstico socioambiental exploratório e subsídios para a definição de uma estratégia de Desenvolvimento Territorial Sustentável no município de Paulo Lopes (SC)**. Florianópolis: NMD / UFSC, 2007.

BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber e BURSZTYN, Ivan (orgs). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BATISTA E SILVA, Sâmia. Comercializando Tradições: **O Design Participativo como elemento de valorização da produção cultural da Associação Ver-as-Ervas, em Belém-PA**. Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura / UNAMA, 2012.

BAXTER, Mike. **Projeto de produto - Guia prático para o design de novos produtos**. 3 ed. São Paulo: Blucher, 2011.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Antony e LASH, Scott. **Modernização Reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.

BEDUSCHI FILHO, Luis Carlos e ABRAMOVAY, Ricardo. “Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais” in: **Nova Economia**, v. 14, n. 3. 2004. Pp. 35 - 70.

BENKO, Georges e PECQUEUR, Bernard. “Os recursos de territórios e os territórios de recursos” in: **Geosul**, v.16, n. 32. Jul. / dez., 2001. Pp. 31 - 50.

BENKO, Georges. A recomposição dos espaços. **Interações**, v. 1, n. 2. Mar., 2001. P. 7 - 12.

BIACHINI, Valter. **Vinte anos do PRONAF (1995 - 2015): Avanços e desafios**. Brasília: Secretaria da Agricultura Familiar / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

BRACARENSE, Lílian dos Santos Fonte Pereira; VITOI, Carlos Alberto Ayupe e SHIMOISHI, José Matsuo. “A Concessão de Portos no Brasil frente ao Panorama Internacional de Infraestrutura de Transportes: Influências da Lei nº. 12.815 / 2013” in: **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 50. Jan. / Jun., 2018. Pp. 257 - 279.

BRAND, Ulrich e WISSEN, Markus. **Modo de vida imperial: Sobre a exploração de seres humanos e da natureza no capitalismo global**. São Paulo: Elefante, 2021.

BRANDÃO Renato Peixoto; CRUVINEL, Flavio e NOVAES, Henrique Tahan. “Sobre o marco analítico conceitual da tecnologia social” in: LASSANCE Jr., Antonio Ernesto (org.) **Tecnologia Social - Uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. Pp.15 - 64.

BONFIM, Gustavo Amarante. **Metodologia para desenvolvimento de projetos**. Editora da UFPB, 1995.

BONSIEPE, Guy. **A “Tecnologia” da Tecnologia**. São Paulo: Edgar Blucher, 1983.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da e NAVARRO, Zander (orgs.). **O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: EMBRAPA e UNICAMP / Instituto de Economia, 2014.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BUSS, Anselmo. **São Bonifácio - SC: Aspectos de sua história**. 3. Ed. Florianópolis: Edição do autor, 2006.

CAMPOS, Nazareno José de; CORRÊA, Marcela Kruger e NASCIMENTO, Leila Procópio. “Povoamento vicentista e açoriano-madeirense” in: ROCHA, Isa de Oliveira (org.). **Atlas Geográfico de Santa Catarina: População - fascículo 3**. Florianópolis: Ed. da UDESC, 2019. Pp. 52 - 68.

CARA, Milene Soares. **Do desenho industrial ao design - Uma crítica para a disciplina**. Dissertação de mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / USP. São Paulo, 2008. 182 p.

CARRIÈRE, Jean-Paul e CAZELLA, Ademir Antonio. Abordagem introdutória ao conceito de Desenvolvimento Territorial. **Eisforia**, n. especial. Jan./jun., 2006. Pp. 23 - 47.

CASTRO, César Nunes de e PEREIRA, Caroline Nascimento. **Agricultura Familiar, Assistência Técnica e Extensão Rural e a Política Nacional de ATER**. Brasília / Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 24 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: O imaginário da República no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **Pecado original da república: Debates, personagens e eventos para compreender o Brasil**. Rio de Janeiro: Bazar dos Tempos, 2017a.

CARVALHO, Hilano José Rocha de. **Estratégias participativas na promoção do desenvolvimento territorial solidário e contra-hegemônico e os intelectuais orgânicos: Estudo do Banco Palmas**. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade / CECH / UFSCar, 2017b. 171 p.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CARVALHO, Ricardo de Souza. **Conflitos e construção de capital social no processo de desenvolvimento territorial de São Bonifácio (SC)**. Monografia de especialização – Centro de Ciências Agrárias / UFSC. Florianópolis, 2008.

CASARA, Rubens Roberto Rabello. **Estado pós-democrático: Neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CASTRO, César Nunes de e PEREIRA, Caroline Nascimento. **Agricultura Familiar, Assistência Técnica e Extensão Rural e a Política Nacional de ATER**. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

CAZELLA, Ademir Antonio; MEDEIROS, Monique; DESCONSI, Cristiano; SCHNEIDER, Sérgio e PAULA, Leandro Guimarães Nunes de. “Enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: Seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil” in: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 3. Set. / Dez., 2020. Pp. 193 - 206.

CERDAN, Claire (org.). “Desenvolvimento territorial sustentável na zona costeira do Estado de Santa Catarina Brasil” in: **Documento de Trabalho nº 87**. Santiago: Programa Dinâmicas Territoriales Rurales / RIMISP, 2011. Pp. 1 - 64.

CERDAN, Claire. “Valorização dos produtos de origem e do patrimônio dos territórios rurais no sul do Brasil: Contribuição para o desenvolvimento territorial sustentável” in: **Política & Sociedade**, v. 8, n. 14, 2009. Pp. 277 - 299.

CERDAN, Claire e SAUTIER, Denis. “Construção e Desenvolvimento dos Territórios Rurais: Sistemas de produção de queijo em Sergipe” in: SABOURIN, Eric e TEIXEIRA, Olívio Alberto (orgs.). **Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais. Conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2002. Pp. 131 - 142.

CEZAR, Frederico Gonçalves e ABRANTES, Paulo César Coelho. “Princípio da Precaução: considerações epistemológicas sobre o princípio e sua relação com o processo de análise de risco” in: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 20, n. 2. Mai. / ago., 2003. Pp. 225 - 262.

CIMI (Conselho Indigenista Missionário). **Violência contra os Povos Indígenas no Brasil - Dados de 2019**. Brasília: CIMI / CNBB, 2019.

CHÃ, Ana Manoela. **Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para construção da hegemonia**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CHAYANOV, Aleksander Vassilievitch. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COMERLATO, Fabiana. “As armações baleeiras na configuração da costa catarinense em tempos coloniais” in: **Tempos Históricos**, v. 15. Ago., 2011. Pp. 481 - 501.

CORADIN, Lídio. “A Iniciativa Plantas para o Futuro” in: CORADIN, Lídio; SIMINSKI, Alexandre e REIS, Ademir (orgs.). **Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: plantas para o futuro - Região Sul**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011. Pp. 27 - 63.

COMPARATO, Fábio Konder. **A oligarquia brasileira: Visão histórica**. São Paulo: Contracorrente, 2017.

COSTA, Joan. **A Imagem da Marca: um fenômeno social**. São Paulo: Rosari, 2008.

CONSTANTE, Vinicius Tavares Constante; SEIBT, César Rodolfo; MORI, Gisele de Sousa; ZANATTA, Tiago e CUNHA, Robson Luiz. **Relatório Síntese - Plano de Recursos Hídricos da Bacias dos Rios Cubatão, Madre e Bacias Contíguas**. Florianópolis: Governo do Estado d Santa Catarina, 2018.

COURLET, Claude. “Os Sistemas Produtivos Locais: Da definição ao modelo” in: **Eisforia**, n. especial. Jan./jun. 2006. Pp. 49 - 79.

COTRIM, Gilberto. **História Global: Brasil e Geral**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

CUSTÓDIO, Marta Battágia; FURQUIM, Nelson Roberto; SANTOS, Greice Maria Mansini dos e CYRILLO. “Segurança Alimentar e Nutricional e a construção de sua política: uma visão histórica” in: **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 18, n. 1, 2011. Pp. 1 - 10.

DAGNINO, Renato Peixoto. **Tecnologia Social: Contribuições conceituais e metodológicas**. Campina Grande: EdUEPB ; Florianópolis: Insular, 2014.

DAGNINO, Renato Peixoto (org.). **Tecnologia Social: Ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas: UNICAMP, 2009.

DALLABRIDA, Valdir Roque; TOMPOROSKI, Alexandre Assis e SAKR, Mayara Rohrbacher. “Do marketing territorial ao branding de território: concepções teóricas, análises e prospectivas para o Planalto Norte Catarinense” in: **Interações**, v. 17, n. 4. Out. / dez., 2016. Pp. 671 - 685.

DALLABRIDA, Valdir Roque (org). **Governança territorial e desenvolvimento: Descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

DALLABRIDA, Valdir Roque e FERMINIANO, Dinizar Becker. “Governança Territorial: Um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica” in: **Desenvolvimento em Questão**, vol. 1, n. 2. Jul. / dez., 2003. Pp. 73 - 97.

DAVI, Maciel. “O Governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992)” in: **Revista UFG**, Ano XIII, n. 11. Dez., 2011. Pp. 98 - 108.

DE BOEF, Walter Simon; THIJSEN, Marja Helen; OGLIARI, Juliana Bernardi e STHPIT, Bhuwon (orgs.). **Biodiversidade e agricultores: Fortalecendo o manejo comunitário**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2007.

DEL ROIO, Marcos. **Gramsci e a emancipação do subalterno**. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

- DENIS, Rafael Cardoso. **Design para um mundo complexo**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- DENIS, Rafael Cardoso. **Uma Introdução à História do Design**. São Paulo: Edgard Blucher, 2000.
- DIAS DA SILVA, Ricardo e ROMANO, Jorge Osvaldo. “Conflitos intra-burocráticos e agência dos indivíduos: A construção política dos adidos agrícolas” in: LEITE, Sergio Pereira e BRUNO, Regina (orgs.). **O rural brasileiro na perspectiva do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. Pp. 343 - 362.
- DIAS, Elaine. “A representação da realeza no Brasil: Uma análise dos retratos de D. João VI e D. Pedro I, de Jean-Baptiste Debret” in: **Anais do Museu Paulista**, v. 14, n. 1. Jan. / Jun., 2006. Pp. 243 - 261.
- DIEGUES, Antonio Carlos e VIANA, Virgílio Maurício. **Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC / NUPAUB: CEC, 2004.
- DICKSON, David. **Tecnología alternativa y políticas del cambio tecnológico**. Madrid: Blume Ediciones, 1980.
- DIRCKSEN, Valberto. **Viver em São Martinho: A colonização alemã no Vale do Capivari**. Florianópolis, Edição do autor, 1995.
- DOMINGUES, Ana Sabino; BÉRTHOLO, Joana; SILVA, Joana e CORREIA, Sara Souza. **Ecodesign - Processos de impressão ecológicos e econômicos**. Lisboa: Escola de Belas Artes, 2005 / 2006.
- DORIGON, Clovis. **Mercados de Produtos Coloniais da Região Oeste de Santa Catarina: em Construção**. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia – COPPE / UFRJ. Rio de Janeiro, 2008. 454 p.
- DROSTE, Magdalena. **Bauhaus 1919 - 1933**. Berlim: Tasken, 1994.
- ENGELS, Friedrich. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. São Paulo: Global, 1984.
- ESTADO DE SANTA CATARINA; SDS (SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL) e IMA (INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA). **Elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro - Produto Final 01 / Plano Básico FAT0116R02**. Curitiba: Estado de Santa Catarina / SDS / IMA, 2018.
- ESTEBAN, Dimas de Oliveira e MIOR, Luiz Carlos (orgs.). **Inovações da agricultura familiar: As cooperativas descentralizadas em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2014.
- EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) / CIRAM (Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina). **Dados mensais de precipitação. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina**. Florianópolis: EPAGRI / CIRAM, 2014.
- EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina). **Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável / São Bonifácio 2005 - 2008**. São Bonifácio: EPAGRI, 2005.

FABRINO, Nathalia Hallack; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do e COSTA, Helena Araújo. “Turismo de Base Comunitária: Uma reflexão sobre seus conceitos e práticas” in: **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 3. Dez. / 2016. Pp. 172 - 190.

FALKENBERG, Daniel de Barcellos. “Aspectos da flora e da vegetação secundária da Restinga de Santa Catarina, Sul do Brasil” in: **INSULA**. Florianópolis, 1999. Pp. 1 -30.

FARIAS, Vilson Francisco de; MOENSTER, Egídio e PREUSS, Rosane Schaden. “São Bonifácio - Localização, linha do tempo histórico e dados gerais” in: FARIAS, Vilson Francisco de (org.). **São Bonifácio: 155 anos - Natureza, História e Cultura**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2019.

FARIAS, José Giovani. **Do pasto à paisagem**. Tese de doutorado – Pós-Graduação em Geografia / UFSC. Florianópolis, 2013. 272 p.

FARIAS, José Giovani. **Subjetividade na realidade rural**. Dissertação de mestrado – Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas / Centro de Ciências Agrárias / UFSC. Florianópolis, 1999. 65 p.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12 ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

FAVARETTO, Angela. **A paisagem e a estrada: Estudo do trecho norte da rodovia BR-101 em Santa Catarina**. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo / UFSC. Florianópolis, 2012. 249 p.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão**. São Paulo: Iglu / FAPESP, 2007.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão - Do agrário ao territorial**. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental / USP. São Paulo, 2006. 220 p.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. 2.ed. São Paulo: UNESP, 2011.

FERNANDEZ, Samuel de Souza. **Avaliação do meio físico orientativa à ocupação humana: estudo de caso aplicado a porção central do município de Imbituba - SC**. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental / FAED / UDESC. Florianópolis, 2014. 126 p.

FERNANDEZ, Oscar S. Lorenzo. **Reflexões sobre Tecnologia, Inovação, Informação e Globalização**. São Paulo: Centro Brasileiro de Relações Internacionais, 2007.

FERRARI, Divan Luiz. **Cadeias agroalimentares curtas: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina**. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural / UFRGS. Porto Alegre, 2011. 347 p.

FLORES, Murilo Xavier. **Da solidariedade social ao individualismo: Um estudo sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos na Serra Gaúcha**. Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em Sociologia Política / CFH / UFSC. Florianópolis, 2007. 311 p.

FLORES, Murilo Xavier. “La identidad cultural del territorio como base de una estrategia de desarrollo sostenible” in: **Revista Opera 2007 / 2008 - Territorios con identidad cultural, perspectivas desde America Latina y Unión Europea**. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2007a. Pp. 35 - 54.

FLORES, Murilo Xavier. “Desenvolvimento Territorial Rural: uma proposta e estudo para apoio à formulação de políticas públicas” in: LAGES, Vinicius; BRAGA, Cristiano e MORELI, Gustavo (orgs.). **Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de**

inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume Dumará : Brasília: SEBRAE, 2004. Pp. 159 - 178.

FLUSSER, Vilén. **O Mundo Codificado: Por uma filosofia do design e da comunicação.** São Paulo: Cosac Naify, 2007.

FRANKENBERG, Gunther. **Técnicas de Estado: Perspectivas sobre o Estado de Direito e o estado de exceção.** São Paulo: Editora da UNESP, 2018.

FRANZATO, Carlo. “Redes de projeto: Formas de organização do design contemporâneo em direção à sustentabilidade” in: OLIVEIRA, Alfredo Jefferson de; FRANZATO, Carlo e GAUDIO, Chiara Del Gaudio (orgs.). **Ecovisões projetuais: Pesquisa em design e sustentabilidade no Brasil.** São Paulo: Blucher, 2017. Pp. 99 - 110.

FRASCARA, Jorge. **Design gráfico para la gente. Comunicaciones de massa y cambio social.** Buenos Aires: Infinito, 2000.

FRASCARA, Jorge. **Diseño Gráfico y Comunicación.** 7 ed. Buenos Aires: Infinito, 2000a.

FRANZATO, Carlo. “Redes de projeto: formas de organização do design contemporâneo em direção à sustentabilidade” in: OLIVEIRA, Alfredo Jefferson de; FRANZATO, Carlo e GAUDIO, Chiara Del (orgs.). **Ecovisões projetuais: Pesquisas em design e sustentabilidade no Brasil.** São Paulo: Blucher, 2017. Pp. 99 - 110.

FREIRE, Kerine de Mello. “Inovação social dirigida pelo design” in: OLIVEIRA, Alfredo Jefferson de; FRANZATO, Carlo e GAUDIO, Chiara Del (orgs.). **Ecovisões projetuais: Pesquisas em design e sustentabilidade no Brasil.** São Paulo: Blucher, 2017. Pp. 111 - 124.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 67 ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** 13 ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1970.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 10 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1970.

GADOTTI, Moacir. “Pedagogia da Terra e Cultura da Sustentabilidade” in: **Revista Lusófona de Educação**, n. 6. 2005. Pp. 15 - 29.

GADOTTI, Moacir. “Carta da Terra” in: **Pedagogia da Terra.** São Paulo: Peirópolis, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis.** 2 ed. São Paulo: Cotez / Intituto Paulo Freire, 1998.

GAIGER, Luiz Inacio Germany. “Empreendimentos econômicos solidários” in: CATTANI Antônio David (org.). **A Outra Economia.** Porto Alegre: Veraz, 2003. Pp. 135 - 142.

GALLO, Ivone Cecilia D’Avila. **A Aurora do Socialismo: Fourierismo e o Falanstério do Saí (1839 - 1850).** Tese de doutorado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / UNICAMP. Campinas, 2002. 290 p.

GEETZ, Clifford. **O saber local: Novos ensaios em antropologia interpretativa.** Petrópolis, Vozes, 1997.

GEILFUS, Frans. **80 Herramientas para el Desarrollo Participativo.** São Salvador: Prochalate - IICA, 1997.

GELLI, Fred. “Design voltado ao meio ambiente e sustentabilidade” in: CONSOLO, Cecília (org.). **Anatomia do Design: uma análise do design gráfico brasileiro**. São Paulo: Blucher, 2009. Pp. 72 - 85.

GEROLAMO, Mateus Cecílio; CARPINETTI, Luiz César Ribeiro; FLESCUTZ, Timo e SELIGER, Günther. “Clusters e redes de cooperação de pequenas e médias empresas: observatório europeu, caso alemão e contribuições ao caso brasileiro” in: **Gestão & Produção**, v. 2, n. 15, 2008. Pp. 351 - 365.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GODBOLT, Jacques. **O Espírito da Dádiva**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOLUB, Philip S. “Saturação das metrópoles” in: **Le Monde Diplomatique Brasil**, ano 3, n. 32. Mar., 2010. Pp. 67.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. **Relatório de caracterização geral das regiões hidrográficas de Santa Catarina / RH 8 - Litoral Centro**. Florianópolis: Governo de Santa Catarina - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável / FAPESC, 2017.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. **Relatório de caracterização geral das regiões hidrográficas de Santa Catarina / RH 9 - Litoral Centro**. Florianópolis: Governo de Santa Catarina - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável / FAPESC, 2017a.

GRISA, Catia e SCHNEIDER, Sergio (orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GUILLÉN, Abrahan. “Socialismo libertário” in: ALBERT, Michael; CHOMSKY, Noan; ORTELLADO, Pablo; BOOKCHIN, Murray e GUILLÉN, Abrahan. **Autogestão hoje - Teorias e práticas contemporâneas**. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2004. Pp. 85 - 120.

GÜTTLER, Antonio Carlos. **A colonização do Saí (1842-1844): Esperança de falansterianos, expectativa de um governo**. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em História / UFSC. Florianópolis, 1994. 182 p.

HENTSCHEL, Ricardo Lange. **Gradiente vegetacional, variáveis ambientais e restauração na Restinga da Praia do Ouvidor, Garopaba (SC)**. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Botânica do Instituto de Biociências / UFRGS. Porto Alegre, 2008. 76 p.

HOBBSAWN, Erik John. **A Era das Revoluções, 1789 - 1848**. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HOBBSAWN, Erik John. **A era dos Impérios, 1875 - 1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

HOLLIS, Richard. **Design Gráfico: Uma história concisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Atlas do espaço rural brasileiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE / Coordenação de Geografia, 2020.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). **Censo Agropecuário 2006 - Agricultura Familiar / Primeiros resultados: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Rio de Janeiro: IBGE / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e MDA, 2006.

KARAN, Karen e FREITAS, Luis Antônio de. **Relatório Final / Pesquisa, Extensão e Aprendizagem Participativa - PEAP: Subsídios teórico-metodológicos**. Florianópolis: Projeto PRAPEM / Microbacias 2, 2008.

KATH, Romão. **A escadaria de pedra do Monte Crista: Apontamentos para a gestão da antiga Estrada Três Barras**. Dissertação de mestrado – Curso de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade / UNIVILLE. Joinville, 2015. 132 p.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

KAZAZIAN, Thierry. **Haverá a Idade das Coisas Leves: Design e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Senac São Paulo, 2005.

KLINTOWITZ, Jacob. **Trançado brasileiro**. São Paulo: Projeto Rodhia Cultural, 1985.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas: Das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KRAMBECK, Sandy Rafaela Krambeck. **Representação de risco da urbanização recente na zona costeira catarinense: Estudo exploratório sobre o processo de construção do Plano Diretor do município de Paulo Lopes**. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política / CFH / UFSC. Florianópolis, 2015. 145 p.

KRUCKEN, Lia; MOL, André e LUZ, Daniela. **Territórios criativos: Design para valorização da cultura gastronômica**. Belo Horizonte: Atafona, 2017.

KRUCKEN, Lia. **Design e território: Valorização de identidades e produtos locais**. São Paulo: Studio Nobel, 2009.

KUHN, Samuel Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 10ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

LAGES, Vinicius; BRAGA, Cristiano e MORELI, Gustavo (orgs.). **Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília: SEBRAE, 2004.

LANDES, David S. **Prometeu desacorrentado: Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LASTRES, Helena Maria Martins; CASSIOLATO, José Eduardo e CAMPOS, Renato. “Arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais: vantagens do enfoque” in: LASTRES, Helena Maria Martins e CASSIOLATO, José Eduardo (orgs.). **Estratégias para o Desenvolvimento: um enfoque sobre arranjos produtivos locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiros**. Rio de Janeiro: E-papers, 2006. Pp. 13 - 28.

LAURENT, Stéphane. **Um Comércio Justo em permanente mutação**. Lisboa: Centro de Intervenção para o Desenvolvimento (CIDAC), 2018.

LEFF, Enrico. “Racionalidad ambiental y diálogo de saberes:sentidos y senderos de un futuro sustentable” in: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 7. Jan. / Jun., 2003. Pp. 13 – 40.

LEMO, Cristina; ALBAGLI, Sarita e SZAPIRO, Marina. “Políticas de promoção de arranjos produtivos locais no Brasil: evolução recente e desafios locais” in: LASTRES, Helena Maria Martins e CASSIOLATO, José Eduardo (orgs.). **Estratégias para o Desenvolvimento: um enfoque sobre arranjos produtivos locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiros**. Rio de Janeiro: E-papers, 2006. Pp. 249 - 265.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura**. São Paulo: Brasil Debates, 1982.

LÉVESQUE, Beínot. “Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: Elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia” in: **Política & Sociedade**, n. 14. Abr. / 2014. Pp. 107 - 144.

LEVITSKY, Steven e ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LINS, Hoiêdo Nunes. “Fourierismo no Brasil meridional: A saga do falanstério do Saí (1841-1844)” in: **História Econômica & História de Empresas**, n. 1, 2010. Pp. 31 - 72.

LINO, Clayton Ferreira; DIAS, Heloísa e ALBUQUERQUE, João Lucílio (orgs.). **Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: Revisão e atualização dos limites e zoneamento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em base cartográfica digitalizada - fase VI**. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica / Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica n°. 8 - série 8, Mab-UNESCO, 2009.

LITTLE, Paul. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: Série Antropologia / UnB, 2002. Pp. 2 - 32.

MACLUHAN, Herbert Marshall. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 1969.

MALDONADO, Tomás. **Design Industrial**. Lisboa: Edições 70, 1991.

MALUF, Renato Sérgio Jamil. “Tempos sombrios de pandemia e fome: responsabilidades da pesquisa em soberania e segurança alimentar e nutricional” in: **Revista de Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 27. 2020. Pp. 1 - 5.

MALUF, Renato Sérgio Jamil; MENEZES, Francisco e VALENTE, Flavio Luiz Schieck. “Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil” in: **Revista Cadernos de Debates**, v. VI, 1996. Pp. 68 - 88.

MAMIGONIAM, Beatriz Galloti e BISSIGO, Diego Nones. “População de origem africana” in: ROCHA, Isa de Oliveira (org.). **Atlas Geográfico de Santa Catarina: População - Fascículo 3**. Florianópolis: Ed. da UDESC, 2019. Pp. 71 - 88.

MANU, Alexander (org.). **Revista da Aldeia Humana**. Florianópolis: SENAI / LBDI, 1995.

MANZINI, Ezio. **Design: quando todos fazem design - Uma introdução ao Design para a Inovação Social**. São Leopoldo: Edunisinos, 2017.

MANZINI, Ezio. **Design para Inovação Social e Sustentabilidade: Comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais**. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

MANZINI, Ezio e VEZZOLI, Carlo. **O Desenvolvimento de Produtos Sustentáveis**. 2 ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

MANZINI, Ezio e VEZZOLI, Carlo. **O Desenvolvimento de Produtos Sustentáveis**. São Paulo: EdUSP, 2002.

MARCONDES, Tabajara. **Desenvolvimento rural e protagonismo social: O caso do Projeto Microbacias 2 de Santa Catarina**. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política / CFH / UFSC. Florianópolis, 2011. 180 p.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades: Alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MATIAS, Iraldo Alberto Alves. **Projeto e Revolução: Do fetichismo à gestão, uma crítica à teoria do design**. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política / IFCH / UNICAMP. Campinas, 2014. 427 p.

MARGOLIN, Victor. **A política do artificial: Ensaio e estudos sobre design**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

MARTINS FILHO, João Roberto. “Maquiavel, Bolsonaro e os soldados” in: Os militares e a crise brasileira. São Paulo: Alameda, 2021.

MARTINS, Pedro. **Messiânicos & Bandoleiros**. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A produção ecológica de arroz e a reforma agrária popular**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARTINS, Pedro; SÁNCHEZ, Héctor Ávila e WELTER, Tânia (orgs.). **Território & sociabilidade: Relatos latino-americanos**. Florianópolis: Editora da UDESC, 2012.

MARTINS, Pedro. “Manifestações expressivas de Cabo-verdianos em Lisboa: Identidade e estética” in: **Território & sociabilidade: temas e práticas interdisciplinares**. Florianópolis: PEST, 2009. Pp.29 - 46.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Interações**, v. 3, n. 5. Set. / 2002. Pp. 51 - 59.

MARTINS, Pedro. **Sertão de Azulá! A Comunidade Cafuza em perspectiva**. Florianópolis: NUER, 2001.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 7 ed. São Paulo: Nova Stella, 1987.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 1964.

MATTEI, Lauro. **PRONAF 10 anos: Mapa da produção acadêmica**. Brasília: NEAD Estudos 12 / MDA, 2006.

MAZOYER, Marcel e ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: Do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP : Brasília: NEAD, 2010.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. “Movimentos sociais, questões fundiárias e mediações jurídicas: Apontamentos sobre as relações entre o Direito e os conflitos sociais” in: LEITE, Sergio Pereira e Bruno, Regina (orgs.). **O rural brasileiro na perspectiva do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. Pp. 107 - 128.

MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome / MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) / MMA (Ministério do Meio Ambiente). **Relatório do Seminário Nacional “Cadeias dos produtos da sociobiodiversidade: Agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis”**. Brasília: MDS, 2008.

MENDONÇA, Sonia Regina e STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: A classe dominante agrária do Brasil - Natureza e Comportamento**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil - Da Constituição ao golpe de 2016**. São Paulo: Expressão Popular | Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e territórios: A dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense**. Tese de doutorado – Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas / UFSC. Florianópolis, 2003. 316 p.

MMA (Ministério do Meio Ambiente) / ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). **Plano de Manejo - Aérea de Proteção Ambiental da Baleia Franca**. Imbituba: MMA / ICMBio, 2018.

MONTEIRO, Maurici Amantino. “Caracterização climática do estado de Santa Catarina: Uma abordagem dos principais sistemas atmosféricos que atuam durante o ano” in: **Geosul**, v. 16, n. 31. Florianópolis, 2001. Pp. 69-78.

MORAES, Dijon. **Análise do design brasileiro: Entre mimese e mestiçagem**. São Paulo: Edgard Blucher, 2006.

MORAES, Dijon. “Manifesto da Razão Local – A multiculturalidade como novo cenário para o Design” in: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano e MORELLI, Gustavo (orgs.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro : Relume Dumará / Brasília, DF : SEBRAE, 2004. Pp. 259 - 278.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MORIN, Edgar e KERN, Anne-Brigitte. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, Edgar. **O Método 3: o conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

MOTTA, Janaina Lopes da e RESENDE, Olimpia Valle de (orgs.). **Manual para elaboração de trabalhos científicos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Maternidade Escola da UFRJ, 2015.

MPTA (Ministérios dos Transportes, Portos e Aviação Civil). **Plano Mestre do Complexo Portuário de São Francisco do Sul**. Brasília: MPTA / UFSC / LABTRANS - UFSC, 2017.

NASCIMENTO, Décio Estevão do e SOUZA, Marília de. “Valorização do Terroir - Uma estratégia de desenvolvimento local” in: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano e MORELLI, Gustavo (orgs.). **Territórios em movimento: Cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará : Brasília: SEBRAE, 2004. Pp. 181 - 199.

NARANJO CASTILLO, Eduardo. “El territorio y los nuevos escenarios del diseño” in: **Diseño y Territorio**. Bogotá: Programa ACUNAR / Facultad de Artes / Universidade Nacional de Colombia, 2007. Pp. 113 - 125.

NEIRA ALVA, Eduardo. **Metrópoles (In)sustentáveis**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

NIERDELE, Paulo André; VERARDI FILHO, Marco Antônio e CONTERATO, Marcelo Antônio. “A pesquisa sobre Agricultura Familiar no Brasil - Aprendizagens, esquecimentos e novidades” in: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, supl. 1. 2014. Pp. S009 - S024.

NICOLESCO, Basarab. **O Manifesto da Transdisciplinaridade**. São Paulo: Triom, 1999.

NOSSO FUTURO COMUM (Relatório Brundtland). **Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988.

NOVAES, Henrique Tahan e DIAS, Rafael de Brito. “Contribuições ao Marco Analítico-Conceitual da Tecnologia Social” in: LASSANCE Jr, Antonio Ernesto (org.) **Tecnologia Social - Uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. Pp. 17 - 71.

OEA (Organização dos Estados Americanos) / CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos). **Relatório de Admissibilidade nº. 131 / 20. Petição 90 - 11 / Comunidade Tradicional de Agricultores e Pescadores Artesanais dos Arais da Ribanceira - Brasil.** Washington: OEA / CIDH, 2020.

OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy e RIZEK, Cibele (orgs.). **Hegemonia às avessas: Economia, política e cultura na era da servidão financeira.** São Paulo: Boitempo, 2010.

OUTHWAIT, William e BOTTOMRE, Tom (orgs.). **Dicionário do Pensamento Social do Século XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PASSONI, Irma Rossetto (org.). **Conhecimento e Cidadania 2 - Tecnologia Social e Desenvolvimento Local.** São Paulo: Instituto de Tecnologia Social, 2007.

PETERSEN, Paulo (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PECQUEUR, Bernard. “Qualidade e Desenvolvimento Territorial: a hipótese da Cesta de Bens e de Serviços Territorializados” in: **Eisforia, n. especial.** Jan./Jun., 2006. Pp. 135 - 153.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e a arte da agricultura.** São Paulo: Porto Alegre: Editora UNESP / Editora UFRGS, 2016.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA. **Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB. Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: Diagnóstico dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, Volume 3** / Prefeitura Municipal de Garuva; Consultoria Unesc / Iparque; Funasa : Garuva, SC / Criciúma: UNESC, 2016.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia: A experiência da Itália moderna.** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

RAMASWAMY, Venkat & OZCAN, Kerimcan. **The Co-Creation Paradigm.** Redwood City (Califórnia): Stanford University Press, 2004.

RANABOLDO, Claudia y SCHEJTMAN, Alexander. **El valor del patrimonio cultural: Territorios rurales, experiencias y proyecciones latinoamericanas.** Lima: IEP / RIMISP, 2009.

RAUD, Cécile. **Indústria, Território e Meio Ambiente: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense.** Florianópolis: UFSC / FURB, 1999.

REBOUÇAS, Gabriel Nunesmaia; FILARDI, Ana Carla Leão e VIEIRA, Paulo Henrique Freire. “Gestão Integrada e participativa da pesca artesanal: potencialidades e obstáculos no litoral do Estado de Santa Catarina” in: **Ambiente & Sociedade**, v. 9, n. 2. Jul. / Dez., 2006. Pp. 83 - 104.

REIS, Ademir. “Metodologia” in: CORADIN, Lídio; SIMINSKI, Alexandre e REIS, Ademir (orgs.). **Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: Plantas para o futuro - Região Sul.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011. Pp. 89 - 98.

REQUIER-DESJARDINS, Denis; BOUCHER, François e CERDAN, Claire. “Globalização, vantagens competitivas e sistemas agroindustriais localizados em zonas rurais de países latino-americanos” in: **Eisforia, n. especial.** Jan. / Jun., 2006. Pp. 107 - 134.

- RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório**. São Paulo: Editora Folha de São Paulo, 2000.
- RIBEIRO JORGE, Rogério. O papel do território como estratégia de desenvolvimento de regiões rurais. **Centro de Ciências Administrativas**, v. 9, n. 2. Dez., 2003. Pp. 205 - 214.
- RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz e SANTOS JUNIOR, Orlando Alves (orgs.). **As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro: Revan / FASE, 2007.
- ROCHA, Marcelo Oliveira. **Política de desenvolvimento territorial na Bahia: inovação e conservadorismo político**. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial - Mestrado Profissional / UEFS. Feira de Santana, 2015. 187 p.
- RODRIGUES, Delano. **Naming - O nome da marca**. Rio de Janeiro: 2AB, 2011.
- ROLNIK, Raquel. **A Cidade e a Lei: legislação política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. 3 ed. São Paulo: Studio Nobel / FAPESC, 2003.
- ROMANZINI, Dione. **Cidade, porto e planejamento: Garuva, cidade passagem**. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade / UFSC. Florianópolis, 2009. 220 p.
- ROSA, Lucelina Rosseti e FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. “As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um *continuum*” in: SPOSETO, Maria Encarnação Beltrão e WHITACKER, Arthur Magon (orgs.). **Cidade e campo: Relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. Pp. 187 - 204.
- SABOURIN, Eric; PATROUILLEAU, Maria Mercedes; LE COQ, Jean François; VASQUEZ, Luis y NIERDELE, Paulo Andre (orgs.). **Políticas públicas a favor de la agroecologia em América Latina y El Caribe**. Porto Alegre: Evengraf / Criação Humana, Red PP-AL: FAO, 2017.
- SABOURIN, Eric. “Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil” in: DELGADO, Guilherme Costa e BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.). **Agricultura familiar brasileira: Desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. Pp. 265 - 291.
- SABOURIN, Eric. **Camponeses no Brasil: Entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SABOURIN, Eric e TEIXEIRA, Olivio Alberto. **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: Conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002.
- SCHADEN, Francisco S. C. Notas sobre a localidade de São Bonifácio. **Separata do IX Congresso Brasileiro de Geografia**. Florianópolis, 1940.
- SACHS, Ignacy. **Inclusão Social pelo Trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento - Crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.
- SCHUMACHER, Ernest Friedrich. **O negócio é ser pequeno**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SANTANA, Adriana Campelo. **Marca-Lugar: Lições da Nova Zelândia**. Dissertação de mestrado – Escola de Administração / UFBA. Salvador, 2006. 118 p.

SANTIAGO, Eduardo Girão. Tipologia para análise do desenvolvimento local, integrado e sustentável - DLIS. **Revista do Centro de Ciências Administrativas**, v.8, n. 2. Dez., 2002. Pp. 119 - 124.

SANTILLI, Juliana Ferraz Rocha. **Agrobiodiversidade e direito dos agricultores**. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Direito / PUC. Curitiba, 2009.

SANTILLI, Juliana Ferraz Rocha. **Socioambientalismo e Novos Direitos - Proteção Jurídica à Diversidade**. Peirópolis: IEB, 2005.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: EdUSP, 2008.

SANTOS, Milton e Silveira, María Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. “Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método” in: **Boletim Paulista de Geografia**, n.54. Jun.,1977. Pp. 81 - 100.

SCHMITZ, Pedro Ignácio; ROGGE, Jairo Henrique; RATHKE, Ranieri Hirsch e NUNES, Jefferson Ademir. “A ocupação Guarani do Vale do Rio dos Sinos: Uma proposta de pesquisa” in: **Pesquisas Antropologia**, v. 73, 2017. Pp. 235 - 250.

SCHNEIDER, Sergio e GAZOLLA, Marcio Gazolla. **Os atores do desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SCHNEIDER, Sergio. “Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate” in: **Economia Política**, v. 30, n. 3. Jul./Set., 2010. Pp. 511 - 531.

SCHNEIDER, Sergio. **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). **Cadernos de Desenvolvimento de Santa Catarina - Garuva**. Florianópolis: SEBRAE SC, 2019.

SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). **Cadernos de Desenvolvimento de Santa Catarina - Paulo Lopes**. Florianópolis: SEBRAE SC, 2019a.

SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). **Cadernos de Desenvolvimento de Santa Catarina - Garopaba**. Florianópolis: SEBRAE SC, 2019b.

SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). **Cadernos de Desenvolvimento de Santa Catarina - Imbituba**. Florianópolis: SEBRAE SC, 2019c.

SIEVERT, Gladys Dinah. “Rota do Enxaimel: Patrimônio e turismo em Pomerode” in: BRITO, Marcelo (org.). **Dimensão turística no Brasil e Região Sul - Oportunidades e desafios para a gestão patrimonial**. Brasília: IPHAN / Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 40, 2019. Pp. 259 - 373.

SHIRAISHI NETO, Joaquim e DANTAS, Fernando Antônio de Carvalho. “A ‘Commoditização’ do Conhecimento Tradicional: Notas sobre o Processo de regulamentação jurídica” in: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (org.). **Conhecimento tradicional e biodiversidade: Normas vigentes e propostas**. 2 ed. Manaus: PPGAS - UFAM / NSCA - CESTU - UEA / UEA Edições, 2010. Pp. 57 - 83.

SILVA, Clécio Azevedo da. “En el aniversario de la Declaración Universal de los Derechos Humanos. ¿Qué nos queda por avanzar?” in: **Crítica Urbana. Revista de Estudios Urbanos y Territoriales**, n. 2. Sept., 2018a. Pp. 13 - 15.

SIMMEL, George. “A sociabilidade” in: **Questões Fundamentais de Sociologia: Indivíduos e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SIMÕES, Mauro De Bonis Almeida. **A Construção Coletiva de Marcas Territoriais como Instrumento de Design para a Inovação Social e o Planejamento**. Projeto de pesquisa para elaboração de tese – PPGPLAN / FAED / UDESC. Florianópolis, 2019.

SIMÕES, Mauro De Bonis Almeida; CERDAN, Claire; RANABOLDO, Claudia; JACOMEL, Fabiana; POLETTO, Simone; SCHIO, Caroline; POLICARPO, Mariana Acalante; PINHEIRO, Sergio Leite Guimarães; BUCHMANN, Eriberto; MIOR, Luiz Carlos; FERRARI, Dilvan Luiz e FARIAS, José Giovani. “Dinâmicas Territoriais Sustentáveis em Santa Catarina (Brasil); ações, desafios, e oportunidades para construção de Cestas de Bens e Serviços com identidade cultural” in: DALLABRIDA, Valdir Roque (org.). **Desenvolvimento territorial: Políticas públicas brasileiras, experiências internacionais e a indicação geográfica como referência**. São Paulo: LiberArs, 2014. Pp. 73 - 86.

SIMÕES, Mauro De Bonis Almeida; PINHEIRO, Sergio Leite Guimarães e CERDAN, Claire. “A contribuição do design na construção social de territórios-piloto da zona costeira de Santa Catarina (SC)” in: MARTINS, Pedro; SÁNCHEZ, Héctor Ávila e WELTER, Tânia (orgs.). **Território & sociabilidade: Relatos latino-americanos**. Florianópolis: Editora da UDESC, 2012. Pp. 115 - 133.

SIMÕES, Mauro De Bonis Almeida. **A Construção e os Efeitos da Marca Territorial do Município de São Bonifácio (SC)**. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental - MPPT / FAED / UDESC. Florianópolis, 2010. 223 p.

SIMÕES, Mauro De Bonis Almeida; ANTUNES, Douglas Ladik e TONICELO, Roberta Helena dos Santos. “Pesquisa participante em Design - O caso do artesanato de Cipó Imbé em Garuva - SC” in: MARTINS, Pedro (org.). **Território & sociabilidade: Temas e práticas interdisciplinares**. Florianópolis: PEST, 2009. Pp. 73 - 98.

SIMÕES, Mauro De Bonis Almeida. “A Marca Coletiva e Territorial de São Bonifácio (SC) - Um caso de promoção de Desenvolvimento Micro-Territorial Sustentável” in: **DAPesquisa**, v. 4, n. 6, 2009. Pp. 497 - 515.

SIMÕES, Mauro De Bonis Almeida e CARVALHO, Ricardo de Souza. **Formas, Fluxos e Desenvolvimento Micro-Territorial Sustentável em São Bonifácio (SC)**. Florianópolis: MPPT / FAED / UDESC, 2008. Pp. 1 - 9.

SIMON, Álvaro Afonso. **Extensão rural em microbacias hidrográficas como estratégia de gestão ambiental no meio rural catarinense: A qualidade dos sistemas sociais e ecológicos como patrimônio comum**. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas / UFSC. Florianópolis, 2003. 429 p.

SINGER, Paul. “Economia Solidária e socialismo” in: ORTEGA, Antonio César e ALMEIDA FILHO, Niemeyer (orgs.). **Desenvolvimento Territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alinea, 2007. Pp. 255 - 260.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, Nelma. **Marca Brasil: Formação e desenvolvimento**. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação / USP. São Paulo, 2008. 167 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SUASSUNA, Ariano. **Iniciação à estética**. 13ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2014.

SUSUZI, Miwako. “O design como capital cultural” in: **Atividades de design como capital cultural: novas tendências nos países latino-americanos**. São Paulo: Blucher, 2020. Pp.

STEDILE, João Pedro e ESTEVAM, Douglas. **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500 - 1960**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

STROH, Paula Yone (org.). **Ignacy Sachs: caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

STRUNK, Gilberto Luiz Teixeira Leite. **Como criar identidades visuais para marcas de sucesso: Um guia sobre o marketing das marcas e como representar seus valores**. 3 ed. Rio de Janeiro: Rio Books, 2007.

OCKE, Marco Antônio de Moraes. **Marketing de lugares: Estudos de impacto do recife artificial multifuncional**. Tese de doutorado – Departamento de Administração / Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade / USP. São Paulo, 2015. 290 p.

OETR (Observatório Europeu dos Territórios Rurais). **Uma Seleção das Melhores Práticas do Leader +**. Bruxelas: Comissão Europeia da Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2008.

OETR (Observatório Europeu dos Territórios Rurais). **Uma Seleção das Melhores Práticas do Leader +**. Bruxelas: Comissão Europeia da Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2007.

OLIVEIRA, Elisa Quint de Souza. **Desterritorialização e Resistência nos Areais da Ribanceira: a busca de uma comunidade tradicional pelo direito a terra em Imbituba - SC**. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental - PPGPLAN / FAED / UDESC. Florianópolis, 2019. 198 p.

PATROCÍNIO, Gabriel e NUNES, José Mauro. **Design & Desenvolvimento: 40 anos depois**. São Paulo: Blusher, 2015.

PECQUEUR, Bernard. “A guinada territorial da economia global” in: **Política & Sociedade**, n. 14, 2009. Pp. 79 - 105.

PECQUEUR, Bernard. “Qualidade e Desenvolvimento Territorial: A hipótese da Cesta de Bens e de Serviços Territorializados” in: **Eisforia**, n. especial. Jan. / Jun., 2006. Pp. 135 - 153.

PELLIPS, Peter, L. **Briefing: A gestão do projeto de design**. São Paulo: Blucher, 2007.

PEREIRA, Priscila Zavadil. **O pensamento criativo no processo projetual: proposta de um framework para auxiliar a criatividade em grupos de design.** Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Design / UFRGS. Porto Alegre, 2016. 438 p.

PEREIRA, Danilo; MERINO, Eugênio; PEREIRA, Lia Krucken e ALTMAN, Rubens. **Valorização de produtos da Agricultura Familiar através do Design.** Florianópolis: SAR / Instituto CEPA / FUNCITEC, 2004.

PESSOA, Manuela Bressan. **O processo de urbanização em áreas costeiras e suas implicações socioambientais: Um estudo de caso em Garopaba (SC).** Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental / UDESSC. Florianópolis: PPGPLAN / FAED / UDESC, 2019. 97 p.

PETERSEN, Paulo (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **As mãos que alimentam a nação: Agricultura familiar, sindicalismo e política.** Tese de doutorado – Instituto de Ciências Humanas e Sociais / UFRRJ. Seropédica, 2011. 289 p.

PINHEIRO, Sérgio Leite Guimarães; VIEIRA, Paulo Henrique Freire e CERDAN, Claire. “Dinâmicas territoriais sustentáveis: Um novo conceito de desenvolvimento para as comunidades rurais e pesqueiras catarinenses” in: **Agropecuária Catarinense**, v. 22, 2009. Pp. 2 - 4.

PIRES, Aline Suelen. **Fábricas recuperadas e os trabalhadores: A autogestão entre a teoria e a prática.** Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia / UFSCar. São Carlos, 2014. 241 p.

PRAHALAD, Coimbatore Krishnarao & RAMASSWAMY, Venkat. “Co-Creation Experiences: The next practice in value Cre-ation” in: **Journal of Interactive Marketing**, v. 18, n. 3, 2004. Pp. 5 - 14.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e a arte da agricultura.** São Paulo: Porto Alegre: Editora UNESP / Editora UFRGS, 2016.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PRFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. **Plano Municipal de Saneamento Básico de Garopaba.** Garopaba: Prefeitura Municipal de Garopaba, 2012.

PRUDENCIO, Kelly; RIZZOTTO, Carla e SAMPAIO, Rafael Cardoso. “A normalização do golpe: O esvaziamento da política na cobertura jornalística do ‘impeachment’ de Dilma Rousseff” in: **Contracampo**, v. 37, n. 2. Ago. / Nov., 2018. Pp. 08 - 36.

TAKAGI, Maya e BELIK, Walter. “Aimplantação da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: Entre a caridade e gastos sociais” in: ORTEGA, Antonio César e ALMEIDA FILHO, Niemeyer (orgs.). **Desenvolvimento Territorial, segurança alimentar e economia solidária.** Campinas: Alinea, 2007. Pp. 187 - 208.

TELES, Barbara Caramuru (org.). **Enciclopédia do golpe - Volume 1.** Bauru: Canal 6, 2017.

THACKARA, John. **Plano B - O design e as alternativas viáveis em mundo complexo.** São Paulo: Saraiva e Virgília, 2008.

THEIS, Ivo Marcos e MANTOVANELI JUNIOR, Oklinger. “Planejamento Regional e Desenvolvimento Desigual: Notícias de Santa Catarina” in: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 1. Jan./Abr., 2019. P. 91 - 109.

TONICELO, Roberta Helena dos Santos. **Diagnóstico para a Aplicação do Sistema-Produto no Artesanato de Fibras de Cipó Imbé da Comunidade de Artesãos de Garuva**. Trabalho de conclusão de curso – Departamento de Design / UDESC. Florianópolis, 2004. 111 p.

TURNES, Valério Alécio. “Reflexões sobre fluxos migratórios internos de populações no estado de Santa Catarina” in: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 4, n. 1. Jan. / Abr., 2008. Pp. 155 - 194.

UCP (Universidade Católica Portuguesa). **Ecodesign - Uma abordagem para o meio escolar**. São João da Madeira: Escola Superior de Biotecnologia / UCP, 2004.

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) / PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). **Kit de Formação para o Consumo Sustentável - O guia**. Paris: UNESCO / PNUMA, 2002.

VANZ, Samile Andréa de Souza e STUMPF, Ida Regina Chittó. “Procedimentos e ferramentas aplicados aos estudos bibliométrico” in: **Informação & Sociedade**, v. 20, n. 2. Mai. / Ago., 2010. Pp. 67 - 75.

VARELLA, Marcelo Cunha; DUARTE, Letícia Ayumi e MARTINS, Pedro. “Uma discussão espacial a partir das cartografias sociais e a representação de territorialidades específicas” in: **RBDP (Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento)**, v. 2, n. 1, 2013. Pp. 13 - 29.

VASCONCELOS, Joana Salém. **História Agrária da Revolução Cubana: Dilemas do socialismo na periferia**. São Paulo: Alameda, 2017.

VEIGA, José Eli da. **O Desenvolvimento Agrícola: Uma visão histórica**. 2 ed. 1ª reimp. São Paulo: EdUSP, 2012.

VEIGA, José Eli da. **Sustentabilidade: A legitimação de um novo valor**. São Paulo: SENAC, 2010.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2003.

VELARDE, Irene; MAGGIO, Andrea e OTERO, Jeremias (orgs.). **Sistemas Agroalimentarios Localizados en Argentina**. Buenos Aires: INTA, 2008.

VENTURI, Silvia; ZAMBONIM, Renata Martinho; ANTUNES, Douglas Ladik.; TONICELO, Roberta Helena dos Santos e SIMÕES, Mauro De Bonis Almeida. “Pôster - O Artesanato de Cipó Imbé em Garuva, SC: Uso de Ferramentas Participativas (linha do tempo) na Retrospectiva da Atividade com Cipó” in: **Anais do VI Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

VICENTINO, Claudio. **História Geral: Ensino médio**. São Paulo: Scipione, 2006.

VIEIRA, Paulo Henrique Freire e CERDAN, Claire. “Apresentação” in: **INTERthesis**, v. 10, n. 2. Jul. / Dez., 2013. Pp. 1 - 7.

VIEIRA, Sonia Liliana da Silva. “Transdisciplinaridade do Design: Níveis de realidade distintos” in: **Gestão & Tecnologia de Projetos** / Universidade de São Paulo, v. 1, n. 1, 2006. Pp. 101 - 114.

VIEIRA, Paulo Henrique Freire; CAZELLA, Ademir; CERDAN, Claire e CARRIÈRE, Jean-Paul (orgs.). **Desenvolvimento Territorial Sustentável: Subsídios para uma política de fomento**. Florianópolis: APED / SECCO, 2010.

VIEIRA, Paulo Henrique Freire. “Políticas ambientais no Brasil: Do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável” in: **Política & Sociedade**, n. 14, 2009. Pp. 27 - 75.

VIEIRA, Paulo Freire. “Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: Esboço de roteiro metodológico participativo” in: **Esforia 4**, n. especial. Jan./jun., 2006. Pp. 249 - 309.

VIEIRA, Paulo Henrique Freire. **Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais: Conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: SECCO / APED, 2005.

VIEIRA, Paulo Henrique Freire. **Conservação da diversidade biológica e cultural em zonas costeiras**. 1. ed. Florianópolis: APED Editora, 2003.

VIEIRA, Paulo Henrique Freire e WEBER, Jacques (orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: Novos desafios para pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 2000.

VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira. “Perspectivas para a agricultura familiar brasileira: elementos de um projeto político de desenvolvimento rural, para além de uma "questão tecnológica" in: DELGADO, Guilherme Costa e BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: Desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. Pp. 246 - 264.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

WEDIG, Josiane Carine. **Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná: luta pelo território e pela diferença**. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade / UFRRJ. Seropédica, 2015. 172 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “Em busca da modernidade social: Uma homenagem a Alexander Vasilievich Chayanov” in: CARVALHO, Horácio Martins de (org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. Pp. 141 - 162.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

WITTMANN, Luiza Tombini e BRIGHENTI, Clovis Antonio. “Povos indígenas” in: ROCHA, Isa de Oliveira (org.). **Atlas Geográfico de Santa Catarina: População - Fascículo 3**. Florianópolis: Ed. da UDESC, 2019. Pp. 34 - 49.

ZAMBONIM, Renata Martinho; ANTUNES, Douglas Ladik; ZAMBONIM, Fábio Martinho; SOUZA, Roberto Martins de; GONÇALVES, Ruth; GONCALVES, Marlene e Lopes de SOUZA, Judith. “Philodendron corcovadense - Cipó-imbé” in: CORADIN, Lidio; SIMINSKI, Alexandre e REIS, Ademir (orgs.). **Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: Plantas para o futuro - Região Sul**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011. Pp. 276 - 281.